JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 5
Camara Municipal de Chapada dos Guimarães 5
Camara Municipal de Confresa 5
Camara Municipal de Diamantino 6
Câmara Municipal de Nova Guarita 6
Camara Municipal de Poconé 7
Camara Municipal de Reserva do Cabaçal 8
Camara Municipal de Várzea Grande 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 10
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 10
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 10
Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios mato-grossenses – CONSPREV ...11
Prefeitura Municipal de Acorizal 11
Prefeitura Municipal de Água Boa 18
Prefeitura Municipal de Alto Garças 23
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 23
Prefeitura Municipal de Apiacás 24
Prefeitura Municipal de Araguaiana 25
Prefeitura Municipal de Araguainha 42
Prefeitura Municipal de Araputanga 42
Prefeitura Municipal de Arenápolis 43
Prefeitura Municipal de Aripuanã 49
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 52
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 53
Prefeitura Municipal de Cáceres 58
Prefeitura Municipal de Campinápolis 64
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 69
Prefeitura Municipal de Campo Verde 75
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 80
Prefeitura Municipal de Canarana 105
Prefeitura Municipal de Castanheira 107
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 111
Prefeitura Municipal de Cláudia 111
Prefeitura Municipal de Cocalinho 113
Prefeitura Municipal de Colíder 123
Prefeitura Municipal de Colniza 130
Prefeitura Municipal de Comodoro 132
Prefeitura Municipal de Confresa 136
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 137
Prefeitura Municipal de Cuiabá 148
Prefeitura Municipal de Curvelândia 149
Prefeitura Municipal de Denise 151
Prefeitura Municipal de Diamantino 152
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 155
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 158
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 162
Prefeitura Municipal de Itanhangá 187
Prefeitura Municipal de Itiquira 190
Prefeitura Municipal de Jaciara 190
Prefeitura Municipal de Jangada 192
Prefeitura Municipal de Jauru 192

Prefeitura Municipal de Juara 197
Prefeitura Municipal de Juruena 198
Prefeitura Municipal de Juscimeira 200
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 201
Prefeitura Municipal de Luciara 201
Prefeitura Municipal de Marcelândia 202
Prefeitura Municipal de Matupá 202
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 203
Prefeitura Municipal de Nobres 208
Prefeitura Municipal de Nortelândia 208
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 210
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 242
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 246
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 248
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 248
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 250
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 250
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 252
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 253
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 255
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 256
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 267
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 268
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 268
Prefeitura Municipal de Paranatinga 269
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 278
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 285
Prefeitura Municipal de Poconé 288
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 289
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 289
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 291
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 291
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 293
Prefeitura Municipal de Poxoréu 304
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 310
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 310
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 313
Prefeitura Municipal de Rondolândia 314
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 315
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 316
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 317
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 321
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 333
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 348
Prefeitura Municipal de São José do Povo 349
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 354
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 355
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 356
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 356
Prefeitura Municipal de Tabaporã 356
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 360
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 361
Prefeitura Municipal de Torixoréu 365
Prefeitura Municipal de União do Sul 365
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 366
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 367
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 387
Prefeitura Municipal de Vila Rica 389

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 075/2020

"Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor ROBERTO CARLOS PEREIRA DOS SANTOS, e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais e de acordo como Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997:

Considerando o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 1288, de 02 de junho de 2020, desta Casa Legislativa.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor **ROBERTO CARLOS PEREIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 598, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, **30 (trinta) dias de gozo de férias, sendo 1/3 (um terço) das férias convertida em Salário-Família pecuniário,**relativas ao período aquisitivo de 2019/2020, a partir do dia 08 de junho de 2020, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 28 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 02 de junho de 2020.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 073/2020

"*Dispõe sobre a nomeação do servidor ELVIS DA SILVA SOARES para desenvolver suas atividades durante as sessões parlamentares e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 1283, de 01 de junho de 2020, desta Casa Legislativa.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo indicado para desenvolver suas atividades durante as sessões parlamentares, nos termos do artigo 1º, §§3º e do artigo 5º, IV, LEI Nº 2.524 DE 03 DE MARÇO DE 2016, alterada pela LEI N° 2.595 DE 02 DE AGOSTO DE 2017, a partir do dia 01 de junho de 2020 ao dia 30 de junho de 2020:

MATRÍCULA	SERVIDOR
627	ELVIS DA SILVA SOARES

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 01 junho de 2020.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O VEREADOR RUBENS MACEDO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, NOS TERMOS DO ARTIGO 23, C/C ARTIGO 24, INCISO I, ALÍNEA "S", C/C ARTIGO 282, INCISO II, *IN FINE,* TODOS DO REGIMENTO INTERNO, C/C ARTIGO 3°, § 1°, DA LEI MUNICIPAL N° 2.476, DE 05 DE MAIO DE 2015.

C O N V O C A, nos termos dos artigos 23 e 24, inciso I, alínea "s" c/c artigo 282, inciso II, *in fine,* todos do Regimento Interno, c/c artigo 3°, § 1°, da Lei Municipal n° 2.476, de 05 de maio de 2015, sessão extraordinária da Câmara Municipal de Cáceres, para o dia **03 de junho de 2020 (quarta-feira)**, **a serem realizadas às 10:00h,** no Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, com a finalidade de deliberar sobre o seguinte:

1) Aprovação do nome indicado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Francis Maris Cruz, Sr. Junior Cezar Dias Trindade, para ocupar o cargo de Diretor Executivo da Autarquia de Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, a partir de 04 de junho de 2.020.

R.P.C.

Sala das Sessões, 01 de junho de 2020.

RUBENS MACEDO

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

WAGNER SALES DO COUTO "BARONE"

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

ELZA BASTO PEREIRA

2ª Secretária

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Tesoureiro

ALVASIR FERREIRA DE ALENCAR

Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 074/2020

"Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor MARIA CÉLIA DA SILVA BORIM, e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais e de acordo como Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997:

Considerando o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 1204, de 21 de maio de 2020, desta Casa Legislativa.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor **MARIA CÉLIA DA SILVA BORIM**, matrícula nº 150, ocupante do cargo de Recepcionista, **30 (trinta) dias de gozo de férias,**relativas ao período aquisitivo de 2019/2020, a partir do dia 03 de junho de 2020, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 03 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 02 de junho de 2020.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

RESOLUÇÃO Nº. 234/2020.

De 02 de junho de 2020

Declara inservíveis os Bens Móveis do Patrimônio do Poder Legislativo, Abaixo Relacionados.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno em seu art. 197, e Art. 51 da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a dar baixa dos bens móveis do patrimônio, que se encontram considerados inservíveis e queimados, conforme segue abaixo, que deverão ser transferidos ao Executivo Municipal que dará sua destinação:

PLACA	DESCRIÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DEPRECIADO	VALOR CONTÁBIL
726	MONITOR LG 17 POLEGADAS TELA PLANA	454,27	408,84	45,43
925	NOBRACK 600VA ENERMAX	235,01	211,51	23,50
934	NOBREACK APC 600 VA BIVOLT	241,46	217,31	24,15
941	NOBREACK BE 600 BR 600 VA	257,11	231,40	25,71
960	COMPUTADOR CELERON HD SAMSUNG 80GB MEMEORIA 512MB	1.246,32	1.121,69	124,63
967	COMPUTADOR CELERON PC CHIP 5VR 512 MB HD80SAMSUNG	1.326,51	1.193,89	132,65
974	MONITOR LCD 17"	445,08	400,57	44,51
979	MONITOR 19" LCD	620,46	558,41	62,05
981	MONITOR 19" LCD	620,46	558,41	62,05
983	COMPUTADOR CELERON DUO 1,6 1GB HD 160GB	712,20	640,98	71,22
984	MONITOR 19" LCD	605,38	544,84	60,54
988	COMPUTADOR PROCESSADOR CELERON D1,8	783,34	705,01	78,33
1006	MONITOR LCD 17"	476,23	428,61	47,62
1007	MONITOR LCD 17"	476,23	428,61	47,62
1014	CPU	696,41	626,77	69,64
1015	ESTABILIZADOR	36,40	32,76	3,64
1017	ESTABILIZADOR	36,40	32,76	3,64
1027	COMPUTADOR COM PROCESSADOR DUOCORE E7500	987,56	888,80	98,76
1028	MONITOR SAMSUMG LCD 18,5"	323,47	291,12	32,35
1034	MONITOR LCD 18,5" SAMSUMG	198,84	178,96	19,88
1049	NOTEBOOK POSITIVO CI3 2GB/500GB HD	1.495,44	1.345,90	149,54
1066	NOBREAK 600V BIVOLT SMS STATION	311,00	279,90	31,10
1073	COMPUTADOR COM GRAVADORA DVD LG 4GB DDR3 HD500	1.059,65	953,68	105,97
1077	Computador celeron g460 hdd 500 gb mem 2bg cd/dvd-rw, t/m/cs com monitor led 15,6 aoc	1.205,00	850,28	539,15
1078	COMPUTADOR, CELERON G460, HDD500GBB, MEM2GB, CD/DVD-RW E COM MONITOR 18,5"	1.389,00	1.250,10	138,90
1091	MONITOR SAMSUNG LED 18,5P S19C300F LS19C300FSMZD/C301 PRETO - SAMSUNG INFORMATICA - 050/2007 PPB PI/MDICMCT 162/2012	350,00	224,26	125,74
1092	MONITOR SAMSUNG LED 18,5P S19C300F LS19C300FSMZD/C301 PRETO - SAMSUNG INFORMATICA - 050/2007 PPB PI/MDICMCT 162/2012	350,00	224,26	125,74
1099	CPU INTEL DUAL CORE	920,00	586,49	333,51
1101	NOBREAK 600 VA LACERDA BIV/115	290,00	184,95	105,05
1102	NOBREAK 500 VA BIV 115 LACERDA	320,00	120,39	199,61
1104	NOBREAK 500 VA BIV 115 LACERDA	320,00	120,00	200,00
1107	MICROCOMPUTADOR (GAB 3B PROC. CELERON G1610, MEM 2GB, HD 500GB)	1.29,00	640,68	588,32
1132	MICRO COMPUTADOR ASUS C1350 HD 500 4GB RAM E MONITOR AOC 15.6 LED E 1670SWU	2.650,00	1.083,22	1.566,78
1135	MICRO COMPUTADOR ASUS C13 HD 500 GB	3.150,00	1.145,76	2.004,24
1163	COMPUTADOR CORE i3 4GB 500GB/DESKTOP GAB COMPLETO CENTRIUM	2.185,00	270,35	1.914,65
	TOTAL	**26.858,39**	**19.030,21**	**9.206,22**

Art. 2º. – Os Bens foram avaliados em R$ 9.206,22 (Nove mil duzentos e seis reais e vinte e dois centavos).

Art. 3º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, 02 de junho de 2020.

Gilmar Miranda de Almeida

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT**, em conformidade com os Artigos 134 e 135 do Regimento Interno deste Poder Legislativo **CONVOCA** os senhores Vereadores para Sessão Extraordinária, a realizar-se no dia **05 DE JUNHO DE 2020 (Sexta-Feira) ás 19h00,** no Plenário desta Casa Legislativa, e que terá pauta única conforme abaixo:

- Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães – gestão da Senhora Prefeita Municipal THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – exercício financeiro DE 2018 (PARECER PRÉVIO nº 140/2019 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso).

Alertamos os Senhores Vereadores que a participação na sessão extraordinária será presencial.

CARLOS EDUARDO DE LIMA OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº 32/2020 "DECLARA LUTO"

PORTARIA Nº 32/2020

"DECLARA LUTO EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SENHOR JOSÉ LOPES DA SILVA".

UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

RESOLVE:

CONSIDERANDO, o falecimento do Professor Senhor José Lopes da Silva.

CONSIDERANDO, que ele atuava como professor na Escola Estadual "29 de Julho" e "Teotônio C. da Cunha Neto", e também foi um dos primeiros servidores da Prefeitura Municipal de Confresa no Setor de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO, que é com imenso pesar que prestamos nossa solidariedade aos familiares, neste momento de dor.

Art. 1º - Fica determinado, que não haverá expediente no Poder Legislativo Municipal no dia 02 de Junho de 2020, em virtude do falecimento do Senhor José Lopes da Silva.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, aos 02 de Junho de 2020.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 031/2020

Portaria nº. 031/2020

Concessão de 05 (cinco) dias de gozo das férias do período aquisitivo 2019/2020 ao servidor Nivaldo Gomes da Silva

Edson da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerado o Requerimento do Servidor,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Nivaldo Gomes da Silva,** 05 (cinco) dias de gozo das férias do período aquisitivo 02/01/2019 a 01/01/2020.

Parágrafo Único: O gozo compreenderá de 01 a 05 de junho de 2020, com retorno as atividades dia 06 de junho de 2020, fica 10 (dez) dias em aberto para posterior gozo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino, 29 de maio de 2020.

Edson da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº 29/2020

PORTARIA Nº 29/2020

Dispõe sobre medidas de caráter temporário para a mitigação de riscos da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), bem como o retorno dos servidores ao regime normal de trabalho bem como das Sessões, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino - MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 462/2020 de 22 de abril de 2020;

CONSIDERANDO as medidas de prevenção adotadas pelos diversos Órgãos Públicos;

CONSIDERANDO que não temos nenhum caso comprovado de COVID-19 no município;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar o retorno dos servidores ao regime de trabalho normal a partir do dia 03/06/2020 (quarta-feira), com exceção dos servidores que estão em grupo de risco, já citados nas Portarias nº. 20/2020 e nº. 26/2020. Todos os servidores deverão usar máscaras e fazer uso do álcool em gel.

Art. 2º - O sistema de rodízio deve permanecer até o dia 02/06/2020.

Art. 3º - O atendimento ao público voltará a ser normalizado a partir do dia 03/06/2020. Nos dias 01 e 02 de junho se dará através de agendamentos e poderá ser feito nos endereços eletrônicos: saf@camaradiamantino.mt.gov.br; secretaria@camaradiamantino.mt.gov.br e telefone (65) 3336-1419. Os cidadãos deverão estar utilizando máscaras para o atendimento.

Art. 4º - A sessão do dia 01/06/2020 será com ***restrição de público***, e será transmitida por nossos meios de comunicação https://www.camaradiamantino.mt.gov.br/Imprensa/Se... e https://www.facebook.com/CamaraDiamantino/.

Art. 5º - As sessões serão realizadas normalmente, a partir do dia **08/06/2020**, com restrição de público em 50% (cinqüenta por cento) da capacidade do plenário, devendo todos estarem de máscaras, as quais não serão fornecidas ao público e ainda e serão transmitidas por nossos meios de comunicação https://www.camaradiamantino.mt.gov.br/Imprensa/Se... e https://www.facebook.com/CamaraDiamantino/.

Art. 6º - Faz parte desta Portaria, o anexo I com escala dos servidores, no período de 01 a 02 de junho de 2020.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura (afixação em Mural), revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino, 29 de maio de 2020.

Ver. Edson da Silva

Presidente da Câmara Municipal

ANEXO I

TABELA DE ESCALAS PERIODO DE 01 a 02 de JUNHO DE 2020

Servidor	Dia da Semana	
	01	02
Haron Álvares	X	
Serafim Guimarães Campos		X
Arídio de Arruda Oliveira	X	
Paulo Cezar da Cruz Fonseca	X	
Cleyton Vilmar de O. Zucchi	X	
Gabriela C Busanello Benevides	X	
Adriane Márcia S. O. Barbosa	X	X
Amanda Lislye C. de Matos	X	
Nivaldo Gomes da Silva		X
Lucimara Costa Barros		X
Fábio Tomekiti Fukushima		X
Emerson Campos de Oliveira	X	X
Kátia A. do Prado Konrad	X	X
Sonia Juliana Jesus da Silva	X	X
Geni da Silva Souza	X	X

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da Comissão de Concurso Público, através da Portaria nº 013/2020 e 014/2020 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Concurso Público, *para todos os efeitos, a saber:*

I. Em cumprimento às diversas determinações legais das esferas Federal e Estadual, bem como às diretrizes da OMS e do Ministério da Saúde, considerando a caracterização do Corona vírus (COVID-19), como uma pandemia e considerando a necessidade de adoção de medidas de prevenção, torna pública a absoluta impossibilidade da aplicação das provas do Concurso Público nº 001/2020 e a inevitável

decisão de adiamento do Concurso. II. As provas serão realizadas em nova data (dia 21/06/2020), em local a ser divulgado.

III. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Concurso Público nº 001/2020, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso Público.

IV. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Diário Oficial da Câmara Municipal de Nova Guarita/MT, disponível em https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Guarita/MT, 02 de Junho de 2020.

KARINE GRUNEVALD–Presidente da Câmara Municipal

Idianês Teresinha Machado–**Presidente da Comissão Examinadora do Concurso**

Rosangela de Souza Lovison – Secretaria.

Valcir Jacob Lazaretti – Membro.

Hector Luiz Ramos Marks– Representante da OAB/MT.

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 036/2020

P O R T A R I A No 036/2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor Vereador Walney de Souza Rosa, como membro da Comissão Permanente de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para preencher a vaga verificada com a Renúncia do Membro Vereadora Camila Barbosa Moreira Silva, pelo OF. GVCS. Nº 019/2020, datado de 26 de maio de 2020. Ficando a COPTC constituída dos Vereadores:

Marcio Fernandes Nunes Pereira, MDB

Meyrinalva Furtado dos Santos, DEM

Walney de Souza Rosa, DEM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 01 de junho de 2020.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 037/2020

P O R T A R I A No 037/2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor Vereador Ademir Aparecido Zulli, como membro da Comissão Permanente de Justiça, Economia e Finanças, para preencher a vaga verificada com a Renúncia do Membro Vereadora Camila Barbosa Moreira Silva, pelo OF. GVCS. Nº 019/2020, datado de 26 de maio de 2020. Ficando a CJEF constituída dos Vereadores:

Ademir Aparecido Zulli, PTB

Itamar Lourenço da Silva, PSB

Meyrinalva Furtado dos Santos, DEM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 01 de junho de 2020.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 038/2020

P O R T A R I A No 038/2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder promoção a Servidora Pública Municipal **ZENILDE DA CONCEIÇÃO ARRUDA,** Técnico Legislativo,para a Classe C, Nível 9, do Anexo IV, da Lei Municipal nº 1.954/2019, conforme o art. 17, da Resolução Nº 325 de 13 de outubro de 2015, com efeito, a partir do dia 25 de maio de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 01 de junho de 2020.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 039/2020

P O R T A R I A No 039/2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor **GRAZIANNI MARCEL SILVA RONDON**, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, Ensino Médio Completo, Referência 01, aprovado em 8º lugar no Concurso Público da Câmara Municipal de Poconé-MT, de provas para cargo de provimento efetivo deste Poder Legislativo, Edital nº 001/2014, de 07 de abril de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/Mt, 02 de junho de 2020.

Vereador Antonio Edson de arruda Souza

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
INTIMAÇÃO TESTEMUNHA

Poconé/MT, 26 de maio de 2020.

AO SENHOR

ADVOGADO RODRIGO TERRA CYRINEU

CYRINEU & SILVA ADVOCACIA

AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, Nº 1.894

ED. CENTRO EMPRESARIAL MARUANÃ, SALA 1.507/1.509

CEP: 78.050-000 - CUIABÁ-MT.

INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

Fica Vossa Senhoria INTIMADA para comparecer, na qualidade de testemunha, à **AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO** que será realizada dia **04/06/2020**, com início às **08h00min**, no Plenário da Câmara Municipal de Poconé/MT, localizada na Praça da Matriz, nº 344, Poconé/MT, CEP: 78.175-000, para que preste depoimento junto à Comissão de Investigação e Processante nº 001/2020, acerca da investigação da quebra de decoro e parlamentar praticados pela Vereadora CAMILA BARBOSA MOREIRA DA SILVA, PP e pelo Vereador ADEMIR APARECIDO ZULLI, PTB.

Qualquer dúvida poderá ser sanada através do telefone 65 99642-0127 e pelo email: camarapoconemt@gmail.com.

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira, MDB

Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE COMPROMISSO N° 001/2020

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 001/2020.

Aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte, às 07h30min, no Gabinete da Presidência, Eu, vereador Antonio Edson de Arruda Souza, do DEM, Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que me confere o cargo, dou POSSE ao Senhor **GRAZIANNI MARCEL SILVA RONDON,** portador da cédula de identidade RG. nº 1.637.926-8 SSP/MT., CPF nº 011.414.891-04, no cargo de Assistente Administrativo. Candidato aprovado em 8º lugar (cadastro de reserva), no Concurso Público da Câmara Municipal de Poconé realizado em 18 de maio de 2014, conforme Edital nº 001/2014, que dispõe sobre abertura de inscrições para Concurso Público de Provas para cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal de Poconé, e convocado pelo Edital de Convocação nº 002/2020, para assumir o cargo tendo em virtude de sentença de procedência proferida nos autos do Processo nº 1763-42.2018.8.11.028 – Código: 153645.

Assumindo o mesmo compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente. O nomeado comprova neste ato, através de inspeção médica, de que goza de plena saúde física e mental, estando apto para o exercício do cargo, bem como DECLARA que não exerce outro cargo, emprego ou função pública remunerada na Administração Direta ou em Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública. O nomeado apresenta ainda neste ato DECLARAÇÃO de não possuir bens e valores que constituem o seu patrimônio.

Câmara Municipal de Poconé/Mt., 02 de junho de 2020.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

DE ACORDO EM:

GRAZIANNI MARCEL SILVA RONDON

CI-RG. nº 1.637.926-8 SSP/MT.

CPF nº 011.414.891-04

TESTEMUNHA:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 035/2020

P O R T A R I A No 035/2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira, como membro da Comissão Permanente de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, para preencher a vaga verificada com a Renúncia do Membro Vereador Ademir Aparecido Zulli, pelo OF. GVAZ. Nº 005/2020, datado de 21 de maio de 2020. Ficando a CECSAS constituída dos Vereadores:

Marcio Fernandes Nunes Pereira, MDB

Raonny de Arruda Falcão, DEM

Waldineya Stefany Santos de Jesus Paula, PSB.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 01 de junho de 2020.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RESERVA DO CABAÇAL
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

A Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Rua Seis de Agosto, 101, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no **dia 16/06/2020 às 9:00 horas**, Pregão Presencialpara**Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Locação de softwares para Gestão Pública, incluindo a Conversão, Migração, Implantação, Treinamento de usuários, Customização banco de dados e Manutenção, compreendidos na Gestão em:** Planejamento, Orçamento, Execução Orçamentária, Contabilidade, Tesouraria, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Licitações, Compras, Almoxarifado, Frotas e Combustível, Patrimônio Público, Protocolo e Processos, Fiscalização Municipal, Portal da Transparência, **e Geração de Informações para o APLIC e LRF do TCE/MT.**

Os interessados poderão adquirir o Edital completo diretamente na Câmara Municipal, localizado com sede na Rua Seis de Agosto, 101, Centro, CEP: 78.265-000, na Cidade de Reserva do Cabaçal-MT, ou no site http://www.cmreservadocabacal.com.br/ e ou http://www.reservadocabacal.mt.gov.br/ .

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal/MT, 02 de Maio de 2020.

EVANILDO VENÂNCIO FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 127/2020

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o senhor Kennedy Kesley Souza Silva - CPF: 064.979.171-10, no cargo em comissão de Gerente de Divisão de Serviços Gerais.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de junho de 2020.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 128/2020

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o senhor Antuil Marques da Costa do CPF 028.525.599-19, no cargo em comissão de Assessor do Gabinete da Presidência.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de junho de 2020.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 054/2020

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a servidora Thamaris Ferreira Pereira, Chefe de Protocolo, 30 dias de férias a que tem direito, no período de 14/05/2020 a 13/06/2020, referente ao exercício de 2019/2020, conforme disposições expressas no Artigo 85 da Lei 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 27 de maio de 2020.

Ver. FABIO JOSE TARDIN

Presidente

Verª GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N. 55/2020

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXCLUIR da Assessoria da Comissão Permanente de Segurança o servidor Beijamir Sarat Pereira por motivo do seu falecimento no dia 13/05/2020 e INCLUIR em substituição a partir do dia 18/05/2020 o servidor Lourenço de Souza Porto.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 01 de junho de 2020.

FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 125/2020

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR o senhor Kennedy Kesley Souza Silva - CPF: 064.979.171-10, do cargo em comissão de Assessor de Gabinete da Presidência.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de junho de 2020.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 126/2020

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR o senhor Antuil Marques da Costa do CPF 028.525.599-19, do cargo em comissão de Gerente de Divisão de Serviços Gerais.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de junho de 2020.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

ATO NORMATIVO Nº 345 DE 03 DE JUNHO DE 2020

ATO NORMATIVO Nº 345 DE 03 DE JUNHO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSOR TECNICO DE CONTROLE DE EXAME PATOLIGIA CLINICA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Senhor **AGLEDSON SOUZA OLIVEIRA,** para exercer o cargo ASSESSOR TECNICO DE CONTROLE DE EXAME PATOLOGIA CLINICA do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, do qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços para o qual foi nomeado.

Art. 2º - O presente nomeado cumprirá as ações designadas do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto.

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, ao terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Registre-se

Publique-se

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

EXTRATO CONTRATOS RH 024-2020 ANDRESSA JUNGLAUS

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 024/2020

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: ANDRESSA TAIRIANE JUNGLAUS DOS SANTOS

OBJETO: Contratação de prestação de serviços em caráter excepcional temporário na função de Enfermeira.

VIGÊNCIA: 01/06/2020 a 31/07/2020.

VALOR: R$ 4.857,14

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2005-3190.04.00.00 – Código Reduzido: "042"

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 007/2020

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia CNPJ: 02.427.361/0001-44, torna público que realizará "**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2020**" **com Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Produtos de Lavanderia, Limpeza, Higienização Hospitalar e Descartáveis. Prazo de acolhimento das propostas eletrônicas e documentos de habilitação: A partir das 08:00 horas do dia 03/06/2020 até as 08:00 horas do dia 18/06/2020. Inicio da disputa: Dia 18/06/2020 às 09:00 horas** (horário de Brasília - DF). **Edital disponível no link:** http://portalcisma.ddns.net:8079/compra-sedital e www.bnc.org.br (Bolsa Nacional de Compras).

Água Boa – MT, 02 de junho de 2020

Aldair Luiz Zandoná - Pregoeiro

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº. 13/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020 - NOMEAÇÃO EDIMAR

PORTARIA Nº. 13/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a nomeação do Secretário Executivo do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso e dá outras providencias.

SIDINEI CUSTODIO DA SILVA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica Nomeada o senhor **EDIMAR MOREIRA DE CARVALHO**, portadora da cédula de identidade RG nº 5555542 SSP/MS e CPF nº 630.203.271-72, para exercer o cargo de Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT).

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Registrada

Publicada,

Cumpra-se.

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso

Aos 01 de junho de 2020.

SIDINEI CUSTODIO DA SILVA

Presidente CISOMT.

PORTARIA Nº 11/2020 DE 29 DE MAIO DE 2020 - EXONERAÇÃO MARCELA

PORTARIA Nº 11/2020 DE 29 DE MAIO DE 2020.

DISPOE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO CISOMT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

SIDINEI CUSTODIO DA SILVA, Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica exonerado a senhora **MARCELA CRISTINA COLOMBO MARTINS**, portadora da cédula de identidade RG nº 17.143.416-X, SSP/SP e CPF nº 522.398.291-68, do cargo de Secretária Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT)

Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Registrada

Publicada,

Cumpra-se.

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso

Aos 29 de Maio de 2020.

SIDINEI CUSTODIO DA SILVA

Presidente CISOMT.

PORTARIA Nº 12/2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020 - EXONERAÇÃO EDIMAR

PORTARIA Nº 12/2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPOE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO CISOMT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

SIDINEI CUSTODIO DA SILVA, Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica exonerado o servidor EDIMAR MORERIRA DE CARVALHO, portador da cédula de identidade RG: nº. 555542 SSP/MS e CPF nº. 630.203.271-72, matricula nº. 2085-1, do cargo de motorista do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT).

Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Registrada

Publicada,

Cumpra-se.

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso

Aos 01 de Junho de 2020.

SIDINEI CUSTODIO DA SILVA

Presidente CISOMT.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2020

ORGÃO: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTAO DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES - CONSPREV

ESPÉCIE: LOCAÇÃO DE SOFTWARE

BENEFICIÁRIO: FASPEL CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO.

AMPARO LEGAL: Lei Nº 8.666/1993

VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

VALOR TOTAL: R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Cuiabá - MT, 04 de maio de 2020.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL 377.361-04	MARCO ROGERIO PEGORARI SECRETARIO MUNICIPAL 242.021-49

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2019 DEZEMBRO(31/12/2019) 1 of 3

CONSOLIDADO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES(I)	15.900.000,00	19.314.703,17	18.195.008,61	-1.119.694,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	538.096,53	1.540.554,57	1.743.109,04	202.554,47
Impostos	492.579,03	1.483.866,79	1.696.914,31	213.047,52
Taxas	45.517,50	56.687,78	46.194,73	-10.493,05
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	665.390,40	665.390,40	617.534,00	-47.856,40
Contribuições Sociais	591.900,00	591.900,00	582.123,92	-9.776,08
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	73.490,40	73.490,40	35.410,08	-38.080,32
RECEITA PATRIMONIAL	19.351,90	30.937,62	62.536,53	31.598,91
Valores Mobiliários	18.331,20	29.916,92	62.536,53	32.619,61
Outras Receitas Patrimoniais	1.020,70	1.020,70	0,00	-1.020,70
RECEITA DE SERVIÇOS	186.788,10	186.788,10	99.321,21	-87.466,89
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	186.788,10	186.788,10	99.321,21	-87.466,89
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.966.762,72	16.367.422,13	15.672.507,83	-694.914,30
Transferências da União e de suas Entidades	7.736.026,30	10.100.127,09	8.924.591,43	-1.175.535,66
Transferências do Estado e de suas Entidades	4.383.473,56	4.420.032,18	4.775.561,56	355.529,38
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.847.262,86	1.847.262,86	1.972.354,84	125.091,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	523.610,35	523.610,35	0,00	-523.610,35
Multas administrativas, contratuais e judiciais	510,35	510,35	0,00	-510,35
Demais Receitas Correntes	523.100,00	523.100,00	0,00	-523.100,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	15.900.000,00	19.314.703,17	18.195.008,61	-1.119.694,56
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	15.900.000,00	19.314.703,17	18.195.008,61	-1.119.694,56
DÉFICIT (VI)			98.557,73	
TOTAL (VII) = (V+VI)	15.900.000,00	19.314.703,17	18.293.566,34	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	995.461,60	0,00	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro		995.461,60	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	534.155,29	1.327.319,35	1.307.044,41	0,00	554.430,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	98.131,15	503.035,80	464.836,46	0,00	136.330,49
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	436.024,14	824.283,55	842.207,95	0,00	418.099,74
DESPESAS DE CAPITAL	9.617,46	0,00	0,00	0,00	9.617,46
INVESTIMENTOS	2.844,58	0,00	0,00	0,00	2.844,58
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6.772,88	0,00	0,00	0,00	6.772,88
TOTAL	543.772,75	1.327.319,35	1.307.044,41	0,00	564.047,69

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL 570.377.361-04	MARCO ROGERIO PEGORARI SECRETARIO MUNICIPAL 513.242.021-49

Exercício de 2019 DEZEMBRO(31/12/2019) 2 of 3

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.326.052,47	18.606.418,70	17.052.679,15	17.040.051,30	16.144.120,78	1.553.739,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.074.543,46	7.467.374,20	7.085.763,16	7.085.746,04	6.494.040,02	381.611,04
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	10.207,00	10.207,00	9.207,81	9.207,81	9.207,81	999,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.241.302,01	11.128.837,50	9.957.708,18	9.945.097,45	9.640.872,95	1.171.129,32
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	2.042.277,23	1.468.746,07	1.240.887,19	1.066.961,58	1.062.327,02	227.858,88
INVESTIMENTOS	1.419.650,23	1.169.014,85	945.305,98	771.380,37	766.745,81	223.708,87
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	622.627,00	299.731,22	295.581,21	295.581,21	295.581,21	4.150,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	531.670,30	235.000,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	15.900.000,00	20.310.164,77	18.293.566,34	18.107.012,88	17.206.447,80	2.016.598,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	15.900.000,00	20.310.164,77	18.293.566,34	18.107.012,88	17.206.447,80	2.016.598,43
SUPERÁVIT (XIV)			0,00			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	15.900.000,00	20.310.164,77	18.293.566,34	18.107.012,88	17.206.447,80	2.016.598,43
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)		SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)					
DESPESAS CORRENTES	26.432,35	33.792,08	27.214,40	27.214,40	0,00		33.010,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,01	137,44	0,00	0,00	0,00		137,45
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.432,34	33.654,64	27.214,40	27.214,40	0,00		32.872,58
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	178.996,58	177.800,00	177.800,00	0,00		1.196,58
INVESTIMENTOS	0,00	177.800,00	177.800,00	177.800,00	0,00		0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	1.196,58	0,00	0,00	0,00		1.196,58
TOTAL	26.432,35	212.788,66	205.014,40	205.014,40	0,00		34.206,61

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2019 DEZEMBRO(31/12/2019) 3 of 3

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL 570.377.361-04	MARCO ROGERIO PEGORARI SECRETARIO MUNICIPAL 513.242.021-49

ANEXO A

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 643.200,00 643.200,00 268.275,00 -374.925,00				
Receita de Contribuições 120.200,00 120.200,00 268.275,00 148.075,00				
Outras Receitas Correntes 523.000,00 523.000,00 0,00 -523.000,00				

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 543.523,26 389.572,34 318.012,73 318.012,73 258.059,93 71.559,61						
DESPESAS CORRENTES 543.523,26 389.572,34 318.012,73 318.012,73 258.059,93 71.559,61						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 543.523,26 389.572,34 318.012,73 318.012,73 258.059,93 71.559,61						
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00						
DESPESAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00						
INVESTIMENTOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00						
INVERSÕES FINANCEIRAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00						
RESERVA DO RPPS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00						

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 Dezembro(31/12/2019) 1 of 4

A) QUADRO PRINCIPAL ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

ATIVO			**PASSIVO**		
ESPECIFICAÇÃO Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE 4.757.851,40 **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2.263.874,00** **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL 2.263.874,00** CONTA ÚNICA (F) F 599.112,60 APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA F 1.664.761,40 **CRÉDITOS A CURTO PRAZO 2.493.977,40** **CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER 345.565,00** CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS P 40.344,58 MULTIGOVERNAMENTAIS CRÉDITOS DECORRENTES DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS (P) P 11,22 CRÉDITOS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO NAS RECEITAS P 242.068,43 DA UNIÃO CRÉDITOS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO NAS RECEITAS P 63.140,77 DOS ESTADOS **DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA 2.148.412,40** DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS P 1.080.616,41 DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS (P) P 1.067.795,99 **DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO 0,00** **ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS 0,00** ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL P 0,00 **DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS 0,00** CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS (F) F 0,00 **OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO 0,00** CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO F 0,00 FAMÍLIA PAGO (F) **ESTOQUES 0,00** **ALMOXARIFADO 0,00** MATERIAL DE CONSUMO (P) P 0,00 **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENT 0,00** **ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR 0,00** ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - P 0,00 CONSOLIDAÇÃO (P)		**4.377.013,83 2.669.793,48 2.669.793,48** 826.499,94 1.843.293,54 **1.678.334,36 238.993,12** 22.869,14 0,00 197.181,09 18.942,89 **1.439.341,24** 796.710,27 642.630,97 **4.956,23 2.154,12** 2.154,12 **2.171,75** 2.171,75 **630,36** 630,36 **3.340,46 3.340,46** 3.340,46	**PASSIVO CIRCULANTE** **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI** **PESSOAL A PAGAR** PESSOAL A PAGAR F PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL F PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO F PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL P **ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR** CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR F CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) F CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR F FGTS F CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR P CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO P **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO** **JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMEN** JUROS DE CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS P **FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO** **FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ** FORNECEDORES NACIONAIS F **OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO** **OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO** PIS/PASEP A RECOLHER F	**2.479.734,992.815.699,67 760.371,32566.771,37 611.418,53521.455,64** 596.949,07512.025,14 0,008.195,75 0,010,00 14.469,451.234,75 **148.952,7945.315,73** 7.969,467.969,46 57.185,399.977,37 9.651,4313.642,09 2.954,840,00 64.418,796.953,93 6.772,886.772,88 **999,190,00 999,190,00** 999,190,00 **708.416,691.247.289,79 708.416,691.247.289,79** 708.416,691.247.289,79 **5.275,8989,35 5.275,8989,35** 5.275,8989,35 **1.004.671,901.001.549,16 993.996,90990.874,16** 381.187,08484.471,62 3.735,603.666,26 609.074,22502.736,28 **10.675,0010.675,00** 10.675,0010.675,00	

ATIVO NÃO CIRCULANTE 8.778.791,19 **ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO 903.938,71** **CRÉDITOS A LONGO PRAZO 903.938,71** DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA P 903.938,71 **IMOBILIZADO 7.874.852,48** **BENS MOVEIS 3.069,755,98** MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P) P 49.049,50 VEÍCULOS (P) P 990.169,37 MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS P 278.799,42 (P) BENS DE INFORMÁTICA (P) P 163.004,89 BENS MÓVEIS EM ANDAMENTO (P) P 2.550,00 DEMAIS BENS MÓVEIS P 1.586.182,80	**20.589,30** **20.589,30** 20. 589,30 **7.698.** **689,68** **903.938,71** **903.938,71** 903. 938,71 **6.794.** **750,97** **2.642.** **484,65** 49. 049,50 990. 169,37 105. 777,80 89. 105,18 0,00 1.408. 382,80	**DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO** **VALORES RESTITUÍVEIS** CONSIGNAÇÕES F OUTROS VALORES RESTITUIVEIS (F) F CONSIGNAÇÕES - INTRA OFSS F **OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO** TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR F		
		PASSIVO NAO-CIRCULANTE **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI** **PESSOAL A PAGAR** PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL P **ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR** CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO P		**2.351.957,29209.775,87** **2.351.957,29209.775,87** **180.026,23180.026,23** 180.026,23180.026,23 **2.171.931,0629.749,64** 2.171.931,0629.749,64
		TOTAL PASSIVO		**4.831.692,28 3.025.475,54**
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
			ESPECIFICAÇÃO Nota	Exercício Atual Exercício Anterior

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 Dezembro(31/12/2019) 2 of 4

A) QUADRO PRINCIPAL ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

ATIVO			**PASSIVO**			
ESPECIFICAÇÃO Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
BENS IMÓVEIS BENS DE USO ESPECIAL (P) BENS DOMINICAIS (P) BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO (P) DEMAIS BENS IMÓVEIS **(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS** (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (P)	**4.807.101,21** P 152,00 P 4.153. 413,62 P 579.662,46 P 73.873,13 **-2.004,71** P -2.004,71 **13.536.** **642,59**	**4.153.** **565,62** 152,00 4.153. 413,62 0,00 **-1.299,30** -1. 299,30 **12.075.** **703,51**	**PATRIMÔNIO LIQUIDO** **RESULTADOS ACUMULADOS** **SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS** SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		**8.704.950,31** **8.704.950,31** **8.704.950,31** -12.705. 645,49 P -35.016. P 963,01 -3. P 184.666,49 P -2.739. P 153,75 P 10.189. P 193,68 P 32.975. P 776,64 5.355. 840,64 14.201. 508,09 -370.940,00	**9.050.** **227,97** **9.050.** **227,97** **9.050.** **227,97** 0,00 -35.016. 963,01 0,00 -2.739. 153,75 0,00 32.975. 776,64 0,00 14.201. 508,09 -370. 940,00
			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**8.704.950,31**	**9.050.** **227,97**
			TOTAL		**13.536.** **642,59**	**12.075.** **703,51**

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	2.263.874,00	2.672. 595,59	PASSIVO FINANCEIRO (2.393.074,68)+ Restos não Processado(212. 735,63)	2.605. 810,31	3.038. 762,54
ATIVO PERMANENTE	11.272. 768,59	9.403. 107,92	PASSIVO PERMANENTE	2.438. 617,60	224.737,43
			SALDO PATRIMONIAL	8.492. 214,68	8.812. 203,54

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 Dezembro(31/12/2019) 4 of 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				**ESPECIFICAÇÃO**			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS **TOTAL**		**2.361.400,091.675.** **834,09** 1.675.834,091.675. 834,09 685.566,000,00		**COMPENSAÇÕES** EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		**5.246.808,794.702.502,32**	5.246. 808,794.702.502,32
				TOTAL		**5.246.808,79 4.702.502,32**	

	2.**361.400,09 1.675. 834,09**		

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 001/2020

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 001/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N: 001/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT

CONTRATADA: VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIADOS

OBJETO: **Contratação de pessoa jurídica habilitada para prestação serviços de advocacia e consultoria jurídica destinada ao atendimento das demandas de serviços no âmbito administrativo e judicial, na defesa dos interesses do contratante, relacionados com as prestações de contas de convênios pretéritos, firmados com a União e o Estado, em face das pendências junto aos diversos órgãos da União, do Estado, TCE e as ações judiciais relacionadas as contas dos convênios pendentes, com potencial risco de prejuízos ao Município**.

VALOR: **R$ 15.000,00** (quinze mil reais) mensais, totalizando o valor de **R$ 180.000,00** (Cento e oitenta mil reais) anual.

PRAZO: 12 (doze) meses

DATA DE ASSINATURA: 02/06/2020.

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2019 Dezembro(31/12/2019) 1 of 2

CONSOLIDADO

	INGRESSOS					**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA			**18.195.008,61**	**15.583.320,04**				
RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE			18.195.008,61	15.583.320,04				
ORDINARIO			18.195.008,61	15.583.320,04				
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			**805.696,32**	**727.589,80**				
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			805.696,32	727.589,80				
DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE DUODÉCIMOS			1.320,89	0,00				
RECEBIDAS REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO			804.375,43	727.589,80				
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS			**1.932.183,39**	**2.238.337,19**				
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR			1.087.118,54	1.540.108,01				
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO			186.553,46	212.788,66				
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO			900.565,08	1.327.319,35				
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS			838.704,07	693.638,56				
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)			128.140,54	189.513,81				
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)			191.453,31	135.604,50				
ISS (F)			2.474,64	3.544,79				
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)			40.704,49	21.508,51				
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS (F)			0,00	27,83				
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS (F)			69,34	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA (F)			36.670,95	21.717,87				
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA (F)			196,17	6.820,16				
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)			0,00	0,00				
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F) RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)			10.714,97 0,00	0,00 314.901,09				
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)			428.279,66	0,00				
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			6.360,78	4.590,62				
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO			6.360,78	4.590,62				
FAMÍLIA PAGO (F) **SALDOS DO EXERC. ANTERIOR**			**4.580.866,72**	**3.252.974,30**				
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			4.580.866,72	3.252.974,30				
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA			3.643.481,03	2.448.831,50				
CONTA ÚNICA (F)			915.198,07	772.249,53				
CONTA ÚNICA RPPS			22.187,62	31.893,27				

DESPESA ORÇAMENTÁRIA 18.293.566,34 15.616.787,44

RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE 17.498.614,17

EDUCAÇÃO 45.900,72

ENSINO FUNDAMENTAL 61.328,00 3.118.772,74

GERAL 790.069,35 717.530,82

GERAL TOTAL 130.763,27 1.042.540,80 ORDINARIO 16.464.552,83 10.735.831,08

SAÚDE-GERAL 6.000,00 0,00

RPPS-COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA 0,00 2.112,00

RECURSOS DE EXERCíCIOS ANTERIORES 794.952,17

ORDINARIO 794.952,17

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS 805.696,32 727.589,80

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO 805.696,32 727.589,80

ORCAMENTARIA

OUTROS REPASSES CONCEDIDOS 1.320,89 0,00

REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO 804.375,43 727.589,80

PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS 2.327.562,78 877.221,35

PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR 1.512.058,81

RP NÃO PROCESSADOS PAGOS 205.014,40

RP PROCESSADOS PAGOS 1.307.044,41 299.819,21

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS 809.773,55

CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F) 111.833,09

IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F) 286.982,24 103.063,16

ISS (F) 1.458,04 0,00

OUTROS CONSIGNATARIOS (F) 41.327,03 128.972,22 PENSAO ALIMENTICIA (F) 35.320,29 15.330,55

PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA (F) 196,17 6.820,16 RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F) 22,63 0,00

RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE 10.692,34 0,00

CLASSES (F)

RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS 0,00 161.316,91

(F)

RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS 321.941,72 0,00

(F)

OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS 5.730,42 5.220,98

TOTAL 25.513.755,04 21.802.221,33 CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO 5.730,42 5.220,98

FAMÍLIA PAGO (F)

SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE 4.086.929,60 4.580.622,74

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 4.086.929,60 4.580.622,74

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA MARCO ROGERIO PEGORARI

PREFEITO MUNICIPAL SECRETARIO MUNICIPAL

570.377.361-04 513.242.021-49

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2019			Dezembro(31/12/2019) CONSOLIDADO			2 of 2	
	INGRESSOS				**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL 570.377.361-04	MARCO ROGERIO PEGORARI SECRETARIO MUNICIPAL 513.242.021-49

ANEXO 15 VARIAÇOES

1 of 3

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**		
ESPECIFICAÇÃO Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA IMPOSTOS TAXAS **CONTRIBUIÇÕES** CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA **EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS**	**2.507.596,94** 2.461.402,21 46.194,73	**2.177.822,62** 2.133.260,39 44.562,23	**PESSOAL E ENCARGOS** REMUNERAÇÃO A PESSOAL ENCARGOS PATRONAIS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PESSOAL E ENCARGOS **BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS**	**8.930.865,41** 5.857.023,44 3.073.841,96 0,01	**6.137.655,26** 5.553.540,42 584.114,84 0,00 **514.626,53** 363.314,11 89.742,76

EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	**1.362.616,81**	**978.480,07**	APOSENTADORIAS E REFORMAS	**663.342,83**	61.569,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.327.206,73	978.469,24	PENSÕES	543.770,30	**8.502.242,87**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	35.410,08	10,83	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	118.546,72	1.991.527,95
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**99.321,21**	**168.910,69**	**USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO**	1.025,81	6.504.436,44
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	99.321,21	168.910,69	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	**9.673.626,71**	6.278,48
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	**441.841,29**	**582,61**	SERVIÇOS	2.635.587,57	**15.654,64** 0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	7.850,81	260,36	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	7.036.792,36	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	433.990,48	408.322,25	**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS**	1.246,78	14.588,20
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	**18.787.445,92**	**16.366.370,41**	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	**11.126,34**	1.066,44
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	805.696,32	727.589,80	JUROS E ENCARGOS DE MORA	10.207,00	**2.696.344,96**
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	17.981.749,60	15.638.780,61	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	919,34	727.589,80
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	**134.737,51**	**18.100,40**	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.968.755,16
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	242,00	**TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS**	0,00	
	134.737,51	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	**3.008.779,21**	
	0,00	17.858,40	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	805.696,32	
	1.217.996,24	**1.948.078,66**		2.202.669,89	
	1.217.996,24	1.927.951,93			
	0,00	20.126,73			

TOTAL	**25.259.698,05**	**22.066.345,46**	AJUSTE PARA PERDAS		
			PERDAS INVOLUNTÁRIAS	3.041,87	0,00
			DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	63.267,55	0,00
			TRIBUTÁRIAS	**151.670,30**	**138.232,11**
			CONTRIBUIÇÕES	151.670,30	138.232,11

TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS 413,00 0,00

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PAS 129.593,06 77.347,97

REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E 63.283,64 77.347,97

MARCO ROGERIO PEGORARI

SECRETARIO MUNICIPAL

513.242.021-49

2 of 3

	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**		
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**2.690.694,19**	**3.058.667,30**
				PREMIAÇÕES	0,00	4.287,50
				VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	2.517.500,07	2.948.879,80
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	173.194,12	105.500,00
				TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	**25.259.698,05**	**21.140.771,64**
				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	**0,00**	**925.573,82**
				TOTAL	**25.259.698,05**	**22.066.345,46**

MARCO ROGERIO PEGORARI SECRETARIO MUNICIPAL 513.242.021-49

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO 949.180,37		**41.332,68**
INVESTIMENTOS 949.180,37		41.332,68

3 of 3

MARCO ROGERIO PEGORARI SECRETARIO MUNICIPAL 513.242.021-49

EXTRATO DE CONTRATO N. 17/2020

EXTRATO DE CONTRATO N. 17/2020

CONTRATO N: 17/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT

CONTRATADA: POUSADA E PESQUEIRO NOSSO SONHO EIRELI -ME

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE POUSADA/HOTEL PARA LOCAÇÃO DE QUARTOS PARA QUE FUNCÍONÁRIOS E MUNÍCIPES, COM PRESCRIÇÃO MÉDICA, CUMPRAM QUARENTENA EM CASO DE SUSPEITA DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID-19.**

VALOR: R$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais) mensal, totalizando R$ **43.200,00** (quarenta e três mil e duzentos reais) anual.

PRAZO: 6 (seis) meses

DATA DE ASSINATURA: 01/06/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 083/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: EDER ROBERTO DE PAULA

OBJETO: Aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2020/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2020-24.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
35955	TRANSPORTADOR MECÂNICO 12,63X1M	UND	PIM MARTELO PMTP	1	65. 384,81	65. 384,81
35956	TRANSPORTADOR MECÂNICO 3,47X1M	UND	PIM MARTELO PMTP	1	139. 900,01	139. 900,01
35957	TRANSPORTADOR MECÂNICO DE CORREIA, CONSTRUÍDO EM CHAPAS DE AÇO CARBONO ASTM A-36	UND	PIM MARTELO PMTP	1	24. 600,01	24. 600,01

TOTAL: R$ 229.884,83 (Duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos).

DATA: 29 de maio de 2020.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GEOOBRAS
EXTRATO CONTRATO 090/2020

PROCESSO: 067/2020.

TOMADA DE PREÇO: 010/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: MAF CONSTRUTORA EIRELI ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Pontes Mistas na zona rural no Município de Água Boa-MT.

Item	Especificação.	Valor.
1	Contratação de empresa para execução de reforma de ponte de mista na Estrada Vicinal, **Ponte do Jatobazinho**, zona rural, no município de Água Boa-MT.	R$ 78. 834,33
2	Contratação de empresa para execução de ponte mista na Estrada Vicinal, **Ponte do Martins**, no município de Água Boa-MT.	R$ 482. 945,74

TOTAL: R$ 561.780,07 (Quinhentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta reais e sete centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 22/11/2020

DATA: 30/09/2020

MAURO ROSA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 082/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: GLOBALCENTER MERCANTIL EIRELI

OBJETO: Aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2020/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2020-24.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
35981	CAMINHÃO 6X4 300 CV PARA ADAPTAÇÃO DE ROLL ON ROLL OFF COM REBOQUE JULIETA	UND	IVECO 260E30	2	379. 999,90	759. 999,80

TOTAL: R$ 759.999,80 (Setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

DATA: 29 de maio de 2020.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 081/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: ECOTEC AMBIENTAL COMÉRCIO DE MÁQUINAS EIRELI

OBJETO: Aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2020/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2020-24.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
35967	MOINHO TRITURADOR DE VIDROS	UND	LIPPEL TVL-50	1	6.000,00	6.000,00

TOTAL: R$ 6.000,00 (Seis mil reais).

DATA: 29 de maio de 2020.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 003 AO CONTRATO Nº. 026/2018.

TERMO ADITIVO Nº. 003/2020 ao Contrato n°. 026/2018 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e BKP CONSTRUTORA LTDA EPP, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

CONTRATO: 026/2018.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à Cláusula Sexta – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA; fica prorrogado a vigência do contrato por mais 09 (nove) meses até o dia 02 de março de 2021.

VALOR: R$ 621.000,00 (Seiscentos e vinte e um mil reais).

Água Boa-MT, 02 de junho de 2020.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

AVISO DO RESULTADO DA ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

PROCESSO Nº. 063/2020.

TOMADA DE PREÇO 009/2020.

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise e julgamento dos documentos de habilitação da licitação acima referenciada que tem por objeto: Contratação de empresa especializada para execução de Obra do Restaurante e da Guarita e da Estrutura Metálica para Torre, ponto de recepção da Tirolesa na Orla Lacustre da Lagoa dos Buritis, no Município de Água Boa-MT; conforme especificações constantes no Edital, seus anexos e Planilhas da Engenharia.

A Comissão Permanente de Licitação decide:

EMPRESA	ITEM 1. Execução de de Obra do Restaurante e Guarita.	ITEM 2. Execução de Obra da Estrutura Metálica para Torre, Ponto de Recepção Da Tirolesa.
Construtora Rezende Ltda	Habilitada	Habilitada
A S Construtora Ltda	Habilitada	Habilitada
Construtora Construvale Eireli-ME	Inabilitada	Habilitada

Pelo motivos constantes na ATA 002/2020.

Os autos do Processo n°. 063/2020 encontram-se franqueados aos interessados.

Abre-se o prazo recursal em conformidade com o Art. 109, inciso I, alínea “a” da Lei 8.666/93.

Água Boa/MT, 01 de junho de 2020.

Gilson Cézar da Silva Galle

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 086/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: INFANTARIA COMERCIAL EIRELI

OBJETO: Aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2020/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2020-24.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
35978	CARRINHO MANUAL TUBOLAR PARA TRANSPORTE DE BAGS E TAMBORES COM CAPACIDADE PARA 150 KG.	UND	RODALEVE	8	436,64	3.493,12

TOTAL: R$ 3.493,12 (Três mil, quatrocentos e noventa e três reais e doze centavos).

DATA: 29 de maio de 2020.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 278, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GERENTE DO CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 79, Parágrafo Único, da Lei Orgânica e Art. 37, *Parágrafo Único* da Lei Complementar n.º 120/2017,

CONSIDERANDO o Ofício nº 078/2020/SEMAS, expedido em 22 de maio de 2020, enunciado pela Secretária Municipal de Assistência Social;

R E S O L V E:

Art. 1º – NOMEAR a Srª **MEIRYELEN FERNANDES ARAUJO FACHINELLO**, portadora do RG nº 1749786-8 SEPS/MT devidamente inscrita no CPF sob nº 009.297.541-07, para o Cargo em Comissão de **GERENTE do CRAS**, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, cargo este de livre nomeação e exoneração a ***partir de 01/06/2020.***

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando efeitos contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, AOS 01 DE JUNHO DE 2020*.*

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

HELAINE CRISTINA SANTOS BARBOSA

Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 01 de junho de 2020.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 080/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: MARCOS RIBEIRO E CIA LTDA

OBJETO: Aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2020/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2020-24.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
35966	BALANÇA ELETRÔNICA RODOVIÁRIA SOBRE PISO	UND	LÍDER BALANÇAS 8500G	1	97.100,00	97.100,00

TOTAL: R$ 97.100,00 (Noventa e sete mil e cem reais).

DATA: 29 de maio de 2020.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 084/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: JH BORGES COMÉRCIO E INDUSTRIA EIRELI

OBJETO: Aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2020/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2020-24.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
35953	ROLL ON ROLL OFF 25 TONELADAS	UND	MORUMBI INDUSTRIAL LTDA	2	84.999,99	169.999,98
35960	EQUIPAMENTO REBOQUE JULIETA PARA ROLL ON ROLL OFF COM 03 EIXOS.	UND	MORUMBI INDUSTRIAL LTDA	2	93.814,00	187.628,00
35977	CONTÊINER ECOLÓGICO PARA TRANSPORTE DE LIXO, COM ABERTURA LATERAL PARA DESCARGA, COM CAPACIDADE PARA 40M³	UND	MORUMBI INDUSTRIAL LTDA	10	31.800,00	318.000,00

TOTAL: R$ 675.627,98 (Seiscentos e setenta e cinco mil seiscentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos).

DATA: 29 de maio de 2020.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GEOOBRAS
1° NOTIFICAÇÃO AO CONTRATO 057/2020

A Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, **NOTIFICA** a empresa **ELETRO TARTARI LTDA**, estabelecida na AV. Miguel Sutil, N° 14.447, Bairro Jd. Ubatã, Cuiabá-MT, CEP: 78.025-700, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.062.235/0001-85, representada por, **Arlete Terezinha Della Torre Tartari**, brasileira, residente e domiciliado na AV. Miguel Sutil, N° 14.447, Bairro Jd. Ubatã, Cuiabá-MT, pelo descumprimento da Ordem de Serviço no item Iluminação Pública com Postes Ornamentais na AV. Norberto Schwantes, emitida 27/04/2020 a qual estava previsto a execução da obra dentro do prazo de 10 dias, alertando a mesma sob as sanções previstas na Cláusula 14, item 14.2 – alínea “a” do Contrato 057/2020, Processo 029/2020, Tomada de Preço 005/2020.

Abre-se o prazo conforme Art. 109, If) da Lei 8.666/93.

Água Boa-MT, 02 de junho de 2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 079/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

OBJETO: Aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2020/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2020-24.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
35961	BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL INDUSTRIAL	UND	LÍDER BALANÇAS B650	1	6.840,00	6.840,00

TOTAL: R$ 6.840,00 (Seis mil e oitocentos e quarenta reais).

DATA: 29 de maio de 2020.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

CONSULTA PÚBLICA Nº. 001/2.020.

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do Art. 10, inciso VI, da Lei nº. 11.079 de 30 de dezembro de 2004, e, tendo em vista o interesse do município de Água Boa, estado de Mato Grosso em realizar Concorrência Pública para selecionar a melhor proposta na contratação de Concessão Administrativa, visando a realização de investimentos e operação de estrutura de transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados no município de Água Boa, estado de Mato Grosso, conforme detalhamento da Minuta do Edital e Minuta do Contrato; a presente consulta tem como finalidade tornar mais transparente o processo de contratação e garantir melhores condições/exigências possíveis e existente no mercado para a execução eficiente do objeto contratado através de questionamentos, esclarecimentos e sugestões. Para isso, informamos a disponibilização da Minuta do Edital e Minuta do Contrato em anexo, para consulta e recebimento de contribui-

ções, sugestões e questionamentos por meio do Formulário de Manifestação em anexo.

2. NORMAS E PROCEDIMENTOS DA CONSULTA

a) A presente consulta ficará disponível no Site da Prefeitura Municipal de Água Boa no período de 02/06/2.020 à 03/07/2.020; b) Os questionamentos, sugestões deverão ser encaminhados, através do Formulário de Manifestação, exclusivamente, pelo e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br até o dia 03/07/2.020 com o Título/Assunto "Consulta Pública nº. 001/2.020; c) Esta Consulta Pública não constitui compromisso de contratação por parte do município de Água Boa; d) As empresas interessadas não devem cobrar qualquer valor, mesmo que a título de compensação de despesas, pela submissão de respostas, propostas, demonstrações, discussões ou por qualquer outro motivo decorrente desta Consulta Pública; e) O município de Água Boa, estado de Mato Grosso reserva-se o direito de aceitar ou rejeitar quaisquer ou todas as respostas a esta Consulta Pública. **3. OUTRAS INFORMAÇÕES:** a) Os questionamentos e sugestões devem ser encaminhados para: Município de Água Boa, e-mail: licitacao@aguaboa.mt.gov.br, até o dia 03/07/2.020; b) Os questionamentos e sugestões poderão ser considerados para o aprimoramento da Minuta do Edital e Minuta do Contrato; **4. DOCUMENTOS ANEXOS:** Os documentos estarão disponíveis para análise e verificação junto no Portal do município de Água Boa na página www.agua.boa.mt.gov.br Anexo I – Minuta do Edital de Concorrência Pública; Anexo II – Minuta do Contrato; Anexo III – Formulário de Manifestação. Água Boa, 02 de junho de 2.020. **Mauro Rosa da Silva Fábio Tadeu Weiler** Prefeito Municipal Secretário de Planejamento e Finanças

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 078/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: VIVO LICITAÇÕES EIRELI

OBJETO: Aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2020/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2020-24.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
35954	CARRINHO PLATAFORMA, CONTENDO 02 EIXOS COM CAPACIDADE PARA TRANSPORTAR 300KG	UND	VICAR VC137A	2	892,61	1. 785,22

TOTAL: R$ 1.785,22 (Um mil e setecentos e oitenta e cinco reais e vinte dois centavos).

DATA: 29 de maio de 2020.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 077/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2020/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2020-24.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
35979	RETROESCAVADEIRA 4X4 MOTOR COM POTENCIA MÍNIMA DE 85 CV 7 TONELADAS	UND	RANDON RD406ADVANCED	1	228. 000,00	228. 000,00

TOTAL: R$ 228.000,00 (Duzentos e vinte e oito mil reais).

DATA: 29 de maio de 2020.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 085/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: H2W SOLUÇÕES LTDA

OBJETO: Aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2020/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2020-24.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
35958	PRENSA ENFARDADEIRA VERTICAL PARA FARDOS DE ATÉ 150 KG, CONFECCIONADA DE CHAPAS AÇO CARBONO, ACIONAMENTO INDIRETO POR MOTOR ELÉTRICO 10 CV, BOMBA HIDRÁULICA TIPO ENGRENAGENS, CILINDRO HIDRÁULICO 5.1/2, COM CHAVE ELÉTRICA PARTIDA DIRETA E CABO ELÉTRICO 5M	UND	BACCHI PEH-25	2	25. 562,25	51. 124,50
35959	PRENSA HORIZONTAL PARA LATAS E METAIS, CONFECCIONADA EM CHAPAS AÇO CARBONO, PARA FARDOS DE ATÉ 50 KG, ACIONAMENTO INDIRETO POR MOTOR ELÉTRICO 10 CV, BOMBA HIDRÁULICA TIPO ENGRENAGENS, CILINDRO HIDRÁULICO 6.1/2 CHAVE ELÉTRICA DE PARTIDA DIRETA, CABO 5M	UND	BACCHI PEHZ-25	1	30. 116,25	30. 116,25

TOTAL: R$ 81.240,75 (Oitenta e um mil, duzentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos).

DATA: 29 de maio de 2020.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2020.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PORTARIA N° 141 DE 02 DE JUNHO DE 2020

Nomeia fiscal de liquidação para a Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, incisos VI e X da Lei Orgânica do Município:

Considerando, as necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Saúde;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a servidora abaixo relacionada para acompanhar e fiscalizar a liquidação de notas da Secretaria Municipal de Saúde;

Gediane Rosa de Carvalho
CPF nº 968.063.201-63

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de junho de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 02 de junho de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE RP

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE RP

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, torna público a**ADERIR** a **ATA de REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei N° 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis, para **ADESÃO** da **Ata de Registro de Preço Nº 009/2019 do Pregão Eletrônico 011/2019do órgão federal FNDE (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO),** cujo objetivo desta é o **registro de o preços com vistas à eventual aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios.**

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT contratará a empresa**San Marino Ônibus LTDA, CNPJ; 936.785.822/0001-06**, detentor da Ata de Registros de Preços acima mencionado, aderida através desse procedimento.

A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT.

Fundamento legal: Regida pela lei Federal n° 10.520, de 17 de junho de 2002 e subsidiariamente pela lei Federal n° 8.666 de 21/06/93 (com alterações da lei 8883/94 e da lei n° 9.648/98) e ainda pelo Decreto Federal n° 7892/2013.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 02 de Maio de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N. 006/2020

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio da Presidente da Comissão Permanente da Licitação (CPL) nomeada pela **Portaria n. 208/2019**, torna público, para conhecimento dos interessados, fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO MINI LATICINIO CONFORME O CONVENIO Nº736991/2010/SUDECO.**A abertura dos envelopes se dará em sessão pública do **dia 17 de Junho de 2020, às 09h00min** (fuso

horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – Setor de Licitação, nos dias úteis das 07h00min às 13h00min, sito à Rua Presidente Médici, 470, Bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, e também no site: www.altoparaguai.mt.gov.br.

Alto Paraguai - MT, 01 de Maio de 2020.

JOÃO VITOR MARTINS ROCHA

Presidente de CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO 007/2020 – PROCESSO LICITATORIO 034/2020

OBJETO: Execução de Obra Pavimentação ASFÁLTICA EM TSD COM BANHO DILUIDO. no município de Apiacás-MT. CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA

EMPRESA: BKP CONSTRUTORA LTDA

CNPJ 16.939.495/0001-59- Endereço Rua Alisios, n° 332, Sala 608, Edificio The Point Smart Business. Jardim Bom Clima, Despraiado, Cuiabá –MT.

VALOR GLOBAL: R$ 1.202.966,61 (um milhão duzentos e dois mil novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADA EMPRESA: BKP CONSTRUTORA LTDA

CONTRATO N° - 059/2020

OBJETO – **Execução de Obra Pavimentação ASFÁLTICA EM TSD COM BANHO DILUIDO. no município de Apiacás-MT**

VALOR GLOBAL: R$ 1.202.966,61 (um milhão duzentos e dois mil novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos)

PRAZO VIGENCIA – 180 DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO – BKP CONSTRUTORA LTDA-EPP

CONTRATO N° - 078/2017

OBJETO – NONO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO

OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM

VIGENCIA – 120 DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 002

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO 003/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APIACAS-MT E A ASSOCIAÇÃO FRATERNA BENEDITA FERNANDES – LAR DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA-MT, COM A FINALIDADE DE CUSTEAR DESPESAS REALIZADAS COM IDOSOS ENCAMINHADOS PELO MUNICÍPIO DE APIACÁS-MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO 003/2018.

Segundo Termo Aditivo do Convênio 003/2018, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE APIACÁS-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus, na cidade e Comarca de Apiacás, Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no C.N.P.J. sob o nº 01.321.850/0001-54, aqui representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **ADALTO JOSÉ ZAGO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Itaúbas, nº07, Bairro Bom Jesus, na cidade e Comarca de Apiacás, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG. nº 13571540 SSP/MT e do CIC/MF sob nº 545.625.389-53, e a **ASSOCIAÇÃO FRATERNA BENEDITA FERNANDES – LAR DOS IDOSOS** do município de Alta Floresta-MT**,** sociedade civil sem fins lucrativos, com sede na Avenida Romoaldo Aloisio B. Junior, nº 1150, Centro, na cidade e Comarca de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no C.N.P.J. sob o nº 04.294.885/0001-30, aqui representada por seu presidente o Sr. **ANDREI SID PEREIRA**, brasileiro, casado, residente na Rua E-4 nº 439, Setor E, cidade e Comarca de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG. nº 11.779.076 SSP/MG e do CIC/MF sob nº 790.385.147-00, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a Cláusula Terceira e Cláusula Quinta do Termo de Convênio nº 003/2018, que passam a ter a seguinte redação:

"**Cláusula Terceira" –** Valor mensalR$ 953,68 (Novecentos e cinqüenta e três reais e sessenta e oito centavos) por idoso encaminhado pelo município de Apiacás-MT.

"**Cláusula Quinta" -** O presente Convênio terá vigência a partir da sua assinatura até 31 de Maio de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio 003/2018 ora aditivado e o presente Termo Aditivo passa a ser parte integrante e complementar daquele a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Jornal Oficial dos Municípios Matogrossenses - AMM, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de testemunhas abaixo relacionadas.

Apiacás-MT., 02 de Junho de 2020.

MUNICÍPIO DE APIACÁS-MT

Adalto José Zago

ASSOCIAÇÃO FRATERNA BENEDITA FERNANDES

Andrei Sid Pereira

Presidente

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE APIACAS
RETIFICAÇÃO DE PORTARIA E PUBLICAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA E PUBLICAÇÃO

RETIFICAR A PORTARIA N°. 004/2020 DE 30 DE MARÇO DE 2020, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 3.459 DE 15 DE ABRIL D E 2020 PAGINA 22.

SÚMULA:

ONDE SE LÊ:Conceder a **LINDALVA EVANGELISTA ROCHA,** brasileira, viúva, portadora do RG: 333817 SSP/MT, CPF nº. 005.993.331-38, residente e domiciliada na Rua Canoinhas, 11, Bom Jesus, nesta cidade de Apiacás, **PENSÃO POR MORTE (Vitalícia),** em virtude do falecimento do seu cônjuge, o servidor-inativo (aposentado) **PEDRO ROCHA CASTRO**, matrícula nº 00121, Fiscal de Tributos – Perfil Profissional Fiscal de Tribu-

tos – Classe A – Nível 04, lotado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT, falecido no dia **12 de Dezembro de 2019**, com fulcro no Art. 40, § 7º, Inciso I da Constituição Federal de 05/10/1988, com redação dada pela EC 41 de 19/12/2003; Art. 2º, Inciso I, da Lei 10.887 de 18/06/2004 e Art. 7º, Inciso I, Art. 29,inciso I e Art. 30, Inciso I, da Lei Municipal nº. 909/2015 de 28 de Abril de 2015, correspondendo ao valor do subsídio do cargo efetivo na data anterior a morte do segurado, com efeitos retroativos à data de seu falecimento nos termos do Art. 30º, Inciso I da referida Lei, reajustáveis anualmente na mesma data e índice do servidor ativo, mantendo a paridade, forma do Art.15, §1º da Lei 909/2015, c/c ao Art. 36º, Parágrafo único e Art. 7º da Lei nº 909/2009.

LEIA-SE:Conceder a Sr.ª. **LINDALVA EVANGELISTA ROCHA,** brasileira, viúva, portadora do RG: 333817 SSP/MT, CPF nº. 005.993.331-38, residente e domiciliada na Rua Canoinhas, 11, Bom Jesus, nesta cidade de Apiacás, **PENSÃO POR MORTE (Vitalícia),** em virtude do falecimento do seu cônjuge, o servidor-inativo (aposentado) **PEDRO ROCHA CASTRO**, matrícula nº 00121, Fiscal de Tributos – Perfil Profissional Fiscal de Tributos – Classe A – Nível 04, lotado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT, falecido no dia **12 de Dezembro de 2019**, com fulcro no Art. 40, § 7º, Inciso I da Constituição Federal de 05/10/1988, com redação dada pela EC 41 de 19/12/2003; Art. 2º, Inciso I, da Lei 10.887 de 18/06/2004 e Art. 7º, Inciso I, Art. 29,inciso I e Art. 30, Inciso I, da Lei Municipal nº. 909/2015 de 28 de Abril de 2015, correspondendo ao valor do subsídio do cargo efetivo na data anterior a morte do segurado, com efeitos retroativos à data de seu falecimento nos termos do Art. 30º, Inciso I da referida Lei, reajustáveis anualmente na mesma data e índice do servidor ativo, mantendo a paridade, forma do Art.15, §1º da Lei 909/2015, c/c ao Art. 36º, Parágrafo único e Art. 7º da **Lei nº 909/2015.**

Luan Luís Matos Zagli

Diretor Executivo do PREVIAP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 30/ 2020 DE 26 DE MAIO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO VALOR DO PISO NACIONAL AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo **Sr. GETULIO DUTRA VIEIRA NETO**, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o art. 1º da Lei Municipal nº 838/2020 de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO o art. 1º e 6º da Lei Municipal nº 847/2020 de 26 de maio de 2020;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o valor do Piso Nacional aos professores da rede municipal de ensino do município de Araguaiana - MT.

Art. 2º - O valor concedido está baseado nas orientações do Ministério da Educação (MEC) e de acordo com Lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 3º - Este Decreto visa única e exclusivamente fazer a adequação da legislação municipal no que concerne ao piso nacional dos professores e entrará em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito aos 26 de maio de 2020.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXOS DO BALANÇO 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 643
03239035/0001-76 Exercício: 2019

CONSOLIDADO 1 de 1

ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

RECEITA		DESPESA	
TITULOS	EXECUÇÃO	TITULOS	EXECUÇÃO
RECEITAS CORRENTES		**DESPESAS CORRENTES**	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.039.233,93	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.180.714,31
CONTRIBUIÇÕES	608.920,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.801.416,77
RECEITA PATRIMONIAL	207.997,30	SUPERAVIT CORRENTE	2.748.740,94
RECEITA DE SERVIÇOS	270.247,02	**SUB TOTAL**	**21.730.872,02**
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.973.834,12	**DESPESAS DE CAPITAL**	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	INVESTIMENTOS	1.576.481,50
CONTRIBUIÇÕES	443.183,52	INVERSõES FINANCEIRAS	360.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	AMORTIZAçãO DA DíVIDA	263.058,87
(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-2.812.544,15	**SUB TOTAL**	**2.199.540,37**
SUB TOTAL	**21.730.872,02**	**TOTAL**	**23.930.412,39**
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	540.000,00		
DEFICIT DE CAPITAL	1.659.540,37		
SUB TOTAL	**2.199.540,37**		
TOTAL	**23.930.412,39**		

ARAGUAIANA/MT, 31 de dezembro de 2019.

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2019 — DEZEMBRO(31/12/2019) —

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES(I)	19.338.000,00	19.688.541,00	20.490.335,09	801.794,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.552.800,00	1.552.800,00	2.039.233,93	486.433,93
Impostos	1.499.800,00	1.499.800,00	1.968.530,64	468.730,64
Taxas	43.000,00	43.000,00	7.109,41	-35.890,59
Contribuição de Melhoria	10.000,00	10.000,00	63.593,88	53.593,88
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	0,00	-80.000,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	80.000,00	80.000,00	0,00	-80.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	10.000,00	19.564,17	9.564,17
Valores Mobiliários	10.000,00	10.000,00	19.564,17	9.564,17
RECEITA DE SERVIÇOS	305.000,00	305.000,00	270.247,02	-34.752,98
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	300.000,00	300.000,00	0,00	-300.000,00
Outros Serviços	5.000,00	5.000,00	270.247,02	265.247,02
TRANSFERENCIAS CORRENTES	17.309.502,00	17.660.043,00	18.161.289,97	501.246,97
Transferências da União e de suas Entidades	9.480.202,00	9.830.743,00	9.993.879,28	163.136,28
Transferências do Estado e de suas Entidades	5.849.300,00	5.849.300,00	6.080.454,98	231.154,98
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.980.000,00	1.980.000,00	2.086.955,71	106.955,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.698,00	80.698,00	0,00	-80.698,00
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	24.900,00	24.900,00	0,00	-24.900,00
Demais Receitas Correntes	55.798,00	55.798,00	0,00	-55.798,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.162.000,00	1.948.500,00	540.000,00	-1.408.500,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.162.000,00	1.948.500,00	540.000,00	-1.408.500,00
Transferências da União e suas Entidades	410.000,00	1.196.500,00	540.000,00	-656.500,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	752.000,00	752.000,00	0,00	-752.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	20.500.000,00	21.637.041,00	21.030.335,09	-606.705,91
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	20.500.000,00	21.637.041,00	21.030.335,09	-606.705,91
DÉFICIT (VI)			0,00	
TOTAL (VII) = (V+VI)	20.500.000,00	21.637.041,00	21.030.335,09	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO MUNICIPAL
567.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2019 — DEZEMBRO(31/12/2019) —

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.870.305,00	18.217.195,63	17.129.045,89	17.121.545,89	16.952.707,47	1.088.149,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.506.285,00	9.445.749,01	8.858.788,86	8.858.788,86	8.744.957,33	586.960,15
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.364.020,00	8.771.446,62	8.270.257,03	8.262.757,03	8.207.750,14	501.189,59
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	4.054.958,00	2.351.482,37	2.192.205,40	1.504.859,57	1.348.012,35	159.276,97
INVESTIMENTOS	3.769.958,00	1.726.122,37	1.569.146,53	991.800,70	834.953,48	156.975,84
INVERSÕES FINANCEIRAS	40.000,00	360.000,00	360.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	245.000,00	265.360,00	263.058,87	263.058,87	263.058,87	2.301,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	506.374,00	41.797,52	0,00	0,00	0,00	41.797,52
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	19.431.637,00	20.610.475,52	19.321.251,29	18.626.405,46	18.300.719,82	1.289.224,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	19.431.637,00	20.610.475,52	19.321.251,29	18.626.405,46	18.300.719,82	1.289.224,23
SUPERÁVIT (XIV)			1.709.083,80			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	19.431.637,00	20.610.475,52	21.030.335,09	18.626.405,46	18.300.719,82	1.289.224,23
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	106.255,32	0,00	0,00	0,00	0,00	106.255,32
INVESTIMENTOS	106.255,32	0,00	0,00	0,00	0,00	106.255,32
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	106.255,32	0,00	0,00	0,00	0,00	106.255,32

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(C)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.073.056,37	851.239,14	21.817,23	200.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	227.553,92	227.553,92	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	845.502,45	623.685,22	21.817,23	200.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	23.856,41	22.056,41	1.800,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	23.856,41	22.056,41	1.800,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	1.096.912,78	873.295,55	23.617,23	200.000,00

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO MUNICIPAL
567.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) — 1 de 2

CONSOLIDADO

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		**22.270.872,02**	**19.163.092,89**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**		**21.181.671,45**	**19.564.864,72**
RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE		22.270.872,02	19.163.092,89	RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE		21.181.671,45	19.116.136,31
EDUCAÇÃO		12.863.579,40	10.969.002,66	EDUCAÇÃO		5.393.569,95	4.930.427,92
GERAL		1.503.011,99	1.543.438,75	GERAL TOTAL		10.564.994,85	8.266.618,85
GERAL TOTAL		2.148.401,84	1.652.063,39	ORDINARIO		1.026.565,48	999.207,82
ORDINARIO		4.916.969,14	4.377.798,02	SAÚDE		4.196.541,17	3.688.474,30
SAÚDE		838.909,65	617.714,47	ORDINARIO		0,00	583.838,28
GERAL TOTAL		0,00	3.075,60	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	647.569,14
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		**1.021.785,60**	**1.005.453,50**	RECURSOS DO TESOURO - EXERCíCIOS ANTERIORES		0,00	448.728,41
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.021.785,60	1.005.453,50	GERAL TOTAL		0,00	120.553,34
REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO		1.021.785,60	1.005.453,50	ORDINARIO		0,00	328.175,07
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		**2.930.729,40**	**2.898.531,14**	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**		**1.021.785,60**	**1.005.453,50**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		1.020.531,47	1.096.912,78	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORCAMENTARIA		1.021.785,60	1.005.453,50
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		694.845,83	0,00	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO		1.021.785,60	1.005.453,50
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		325.685,64	1.096.912,78	**PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS**		**2.822.212,86**	**2.177.855,75**
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		1.877.646,03	1.756.400,67	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		873.295,55	303.306,74
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)		256.199,97	216.089,10	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		0,00	109.623,67
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES (F)		540.087,31	0,00	RP PROCESSADOS PAGOS		873.295,55	193.683,07
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F)		0,00	544,26	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		1.917.008,84	1.832.124,31
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		55.648,42	44.323,22	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)		265.579,19	203.535,38
ISS (F)		5.013,94	4.973,84	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES (F)		556.266,10	0,00
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)		56.818,25	38.394,58	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F)		0,00	544,26
PENSAO ALIMENTICIA (F)		60.431,78	31.742,81	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		56.092,11	47.380,91
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)		892.485,79	874.156,30	ISS (F)		5.789,39	4.973,84
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)		650,05	0,00	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)		60.684,75	57.542,98
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)		0,00	546.176,56	PENSAO ALIMENTICIA (F)		60.979,91	32.342,58
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)		10.310,52	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)		900.163,51	927.724,21
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		32.551,90	45.217,69	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)		0,00	14.087,65
AUXÍLIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR (F)		15.435,31	26.355,40	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)		0,00	543.992,50
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (F)		17.116,59	18.862,29	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)		11.453,88	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		**4.102.401,44**	**0,00**	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		31.908,47	42.424,70
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.102.401,44	0,00	AUXÍLIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR (F)		15.435,31	26.355,40
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		2.947.122,04	0,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (F)		16.473,16	16.069,30
CAIXA (F)		5.782,19	0,00				
CONTA ÚNICA (F)		1.148.924,71	0,00				

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) — 2 de 2

CONSOLIDADO

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
CONTA ÚNICA RPPS		572,50	0,00	**SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE**		**5.300.118,55**	**0,00**
TOTAL		**30.325.788,46**	**23.067.077,53**	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.300.118,55	0,00
				APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		3.351.047,67	0,00
				CAIXA (F)		0,00	0,00
				CONTA ÚNICA (F)		1.949.070,88	0,00
				CONTA ÚNICA RPPS		0,00	0,00
				TOTAL		**30.325.788,46**	**22.748.173,97**

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

A) QUADRO PRINCIPAL

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		**6.561.372,95**	**5.424.911,91**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**5.300.118,55**	**4.102.401,44**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		**5.300.118,55**	**4.102.401,44**
CONTA ÚNICA RPPS	F	0,00	572,50
CAIXA (F)	F	0,00	5.782,19
CONTA ÚNICA (F)	F	1.949.070,88	1.148.924,71
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	3.351.047,67	2.947.122,04
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		**928.444,00**	**943.570,50**
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		**11.636,62**	**26.119,69**
SUPRIMENTO DE FUNDOS (P)	P	11.636,62	11.636,62
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P	0,00	14.483,07
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		**916.807,38**	**917.450,81**
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (F)	F	0,00	643,43
CREDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS (P)	P	226.877,80	226.877,80
CREDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS (P)	P	689.929,58	689.929,58
ESTOQUES		**332.317,40**	**378.939,97**
ALMOXARIFADO		**332.317,40**	**378.939,97**
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (P)	P	5.161,58	5.161,58
MATERIAL DE CONSUMO (P)	P	317.555,62	338.878,57
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P)	P	8.870,20	8.870,20
AUTOPEÇAS (P)	P	730,00	0,00
MATERIAIS A CLASSIFICAR (P)	P	0,00	26.029,62
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMEN		**493,00**	**0,00**
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR		**493,00**	**0,00**
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO (P)	P	493,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**9.565.403,78**	**8.347.976,42**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**597.126,01**	**569.868,95**
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		**597.126,01**	**569.868,95**
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	P	216.154,07	216.154,07
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	380.971,94	353.714,88
INVESTIMENTOS		**230.525,00**	**102.310,00**
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES		**230.525,00**	**102.310,00**
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	P	230.525,00	102.310,00
IMOBILIZADO		**8.737.752,77**	**7.675.797,47**
BENS MOVEIS		**4.873.161,18**	**3.895.394,69**
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)	P	4.091,19	4.091,19
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	P	879.017,38	279.497,41
BENS DE INFORMÁTICA (P)	P	267.815,59	259.851,53
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	P	2.331.023,53	2.321.959,07

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		**848.781,93**	**1.309.163,07**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		**286.262,08**	**317.852,72**
PESSOAL A PAGAR		**231.335,35**	**227.160,34**
PESSOAL A PAGAR	F	4.175,01	0,00
PESSOAL A PAGAR	P	226.160,34	226.160,34
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	P	1.000,00	1.000,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		**54.926,73**	**90.692,38**
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	54.926,73	90.692,38
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		**437.126,81**	**876.764,24**
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		**437.126,81**	**876.764,24**
FORNECEDORES NACIONAIS	F	419.259,49	876.764,24
CONTAS A PAGAR NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	P	17.867,32	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		**125.393,04**	**114.546,11**
VALORES RESTITUÍVEIS		**125.393,04**	**114.546,11**
CONSIGNAÇÕES	F	125.393,04	114.546,11
PASSIVO NAO-CIRCULANTE		**5.131.752,76**	**79.911,67**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		**57.099,38**	**38.889,48**
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		**57.099,38**	**38.889,48**
INSS A PAGAR	P	57.099,38	0,00
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	P	0,00	38.889,48
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		**0,00**	**41.022,19**
FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO		**0,00**	**41.022,19**
FINANCIAMENTOS INTERNOS	P	0,00	41.022,19
PROVISÕES A LONGO PRAZO		**5.074.653,38**	**0,00**
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO		**5.074.653,38**	**0,00**
PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	P	7.129.852,15	0,00
PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	P	10.878.723,02	0,00
PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P	-12.933.921,79	0,00
TOTAL PASSIVO		**5.980.534,69**	**1.389.074,74**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**12.646.864,76**	**15.045.076,33**
RESULTADOS ACUMULADOS		**12.646.864,76**	**15.045.076,33**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		**12.646.864,76**	**15.045.076,33**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-17.127.746,63	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-38.079.648,73	-38.079.648,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

A) QUADRO PRINCIPAL

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VEÍCULOS (P)	P	1.251.982,35	888.482,35
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	139.231,14	141.513,14
BENS IMÓVEIS		**5.041.715,60**	**4.537.145,55**
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	306.957,27	306.957,27
BENS DE USO ESPECIAL (P)	P	405.373,44	55.373,44
BENS DOMINICAIS (P)	P	2.030.576,35	2.312.433,84
BENS DE USO COMUM DO POVO (P)	P	370.954,64	354.954,64
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO (P)	P	1.664.273,58	1.507.426,36
INSTALAÇÕES (P)	P	263.580,32	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		**-1.177.124,01**	**-756.742,77**
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (P)	P	-1.153.182,07	-756.742,77
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS (P)	P	-23.941,94	0,00
TOTAL		**16.126.776,73**	**13.772.888,33**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	8.400.725,08	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	32.921.580,61	32.921.580,61
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	6.328.809,98	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	20.203.144,45	20.203.144,45
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**12.646.864,76**	**15.045.076,33**
TOTAL		**18.627.399,45**	**16.434.151,07**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) — 3 de 4

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	5.300.118,55	4.103.044,87	PASSIVO FINANCEIRO (603.754,27)+ Restos não Processado(801.101,15)	1.404.855,42	1.188.258,05
ATIVO PERMANENTE	10.826.658,18	9.669.843,46	PASSIVO PERMANENTE	5.376.780,42	307.072,01
			SALDO PATRIMONIAL	9.345.140,89	12.277.558,27

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) — 4 de 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES		**1.708.333,75**	**807.242,86**	**COMPENSAÇÕES**		**5.077.675,04**	**3.971.984,68**
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		1.703.690,19	802.599,30	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		1.933.439,80	1.933.439,80
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		4.643,56	4.643,56	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		3.144.235,24	2.038.544,88
TOTAL		**1.708.333,75**	**807.242,86**	**TOTAL**		**5.077.675,04**	**3.971.984,68**

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2019)

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		**5.300.118,55**	**4.103.044,87**	**PASSIVO CIRCULANTE**		**603.754,27**	**1.082.002,73**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**5.300.118,55**	**4.102.401,44**	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI**		**59.101,74**	**90.692,38**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		**5.300.118,55**	**4.102.401,44**	**PESSOAL A PAGAR**		**4.175,01**	**0,00**
CAIXA (F)		0,00	5.782,19	PESSOAL A PAGAR		4.175,01	0,00
CONTA ÚNICA (F)		1.949.070,88	1.148.924,71	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**		**54.926,73**	**90.692,38**
CONTA ÚNICA RPPS		0,00	572,50	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		54.926,73	90.692,38
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		3.351.047,67	2.947.122,04	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO**		**419.259,49**	**876.764,24**
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		**0,00**	**643,43**	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ**		**419.259,49**	**876.764,24**
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		**0,00**	**643,43**	FORNECEDORES NACIONAIS		419.259,49	876.764,24
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		0,00	643,43	**DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**		**125.393,04**	**114.546,11**
				VALORES RESTITUÍVEIS		**125.393,04**	**114.546,11**
				CONSIGNAÇÕES		125.393,04	114.546,11
TOTAL		**5.300.118,55**	**4.103.044,87**	**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**		**801.101,15**	**106.255,32**
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		**801.101,15**	**106.255,32**
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		**106.255,32**	**106.255,32**
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		106.255,32	106.255,32
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		**694.845,83**	**0,00**
				RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		694.845,83	0,00
				TOTAL		**1.404.855,42**	**1.188.258,05**

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Dezembro(31/12/2019)

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		**1.261.254,40**	**1.321.867,04**	**PASSIVO CIRCULANTE**		**245.027,66**	**227.160,34**
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		**928.444,00**	**942.927,07**	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI**		**227.160,34**	**227.160,34**
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		**11.636,62**	**26.119,69**	**PESSOAL A PAGAR**		**227.160,34**	**227.160,34**
SUPRIMENTO DE FUNDOS (P)		11.636,62	11.636,62	PESSOAL A PAGAR		226.160,34	226.160,34
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL		0,00	14.483,07	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO		1.000,00	1.000,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		**916.807,38**	**916.807,38**	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO**		**17.867,32**	**0,00**
CREDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS (P)		226.877,80	226.877,80	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ**		**17.867,32**	**0,00**
CREDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUN		689.929,58	689.929,58	CONTAS A PAGAR NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PREC		17.867,32	0,00
ESTOQUES		**332.317,40**	**378.939,97**				
ALMOXARIFADO		**332.317,40**	**378.939,97**	**PASSIVO NAO-CIRCULANTE**		**5.131.752,76**	**79.911,67**
MATERIAL DE CONSUMO (P)		317.555,62	338.878,57	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI**		**57.099,38**	**38.889,48**
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P)		8.870,20	8.870,20	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**		**57.099,38**	**38.889,48**
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (P)		5.161,58	5.161,58	INSS A PAGAR		57.099,38	0,00
AUTOPEÇAS (P)		730,00	0,00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		0,00	38.889,48
MATERIAIS A CLASSIFICAR (P)		0,00	26.029,62	**EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO**		**0,00**	**41.022,19**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENT		**493,00**	**0,00**	**FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO**		**0,00**	**41.022,19**
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR		**493,00**	**0,00**	FINANCIAMENTOS INTERNOS		0,00	41.022,19
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO (P)		493,00	0,00	**PROVISÕES A LONGO PRAZO**		**5.074.653,38**	**0,00**
				PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO		**5.074.653,38**	**0,00**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**9.565.403,78**	**8.347.976,42**	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS		7.129.852,15	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**597.126,01**	**569.868,95**	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER		10.878.723,02	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		**597.126,01**	**569.868,95**	PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO		-12.933.921,79	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		380.971,94	353.714,88				
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)		216.154,07	216.154,07	**TOTAL**		**5.376.780,42**	**307.072,01**
INVESTIMENTOS		**230.525,00**	**102.310,00**				
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES		**230.525,00**	**102.310,00**				
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATR		230.525,00	102.310,00				
IMOBILIZADO		**8.737.752,77**	**7.675.797,47**				
BENS MOVEIS		**4.873.161,18**	**3.895.394,69**				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)		879.017,38	279.497,41				
BENS DE INFORMÁTICA (P)		267.815,59	259.851,53				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)		2.331.023,53	2.321.959,07				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)		4.091,19	4.091,19				
VEÍCULOS (P)		1.251.982,35	888.482,35				
DEMAIS BENS MÓVEIS		139.231,14	141.513,14				
BENS IMÓVEIS		**5.041.715,60**	**4.537.145,55**				
BENS DE USO ESPECIAL (P)		405.373,44	55.373,44				
BENS DOMINICAIS (P)		2.030.576,35	2.312.433,84				

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2019

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Dezembro(31/12/2019)

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMOBILIZADO		**8.737.752,77**	**7.675.797,47**				
BENS IMÓVEIS		**5.041.715,60**	**4.537.145,55**				
BENS DE USO COMUM DO POVO (P)		370.954,64	354.954,64				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO (P)		1.664.273,58	1.507.426,36				
INSTALAÇÕES (P)		263.580,32	0,00				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		306.957,27	306.957,27				
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		**-1.177.124,01**	**-756.742,77**				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (P)		-1.153.182,07	-756.742,77				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS (P)		-23.941,94	0,00				
TOTAL		**10.826.658,18**	**9.669.843,46**				

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**2.066.490,99**	**1.434.490,60**
IMPOSTOS		1.995.610,25	1.215.487,85
TAXAS		7.286,86	12.225,99
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		63.593,88	206.776,76
CONTRIBUIÇÕES		**1.033.422,53**	**0,00**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		1.033.422,53	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**3.471.536,82**	**113.765,97**
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		3.471.536,82	113.765,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**226.694,60**	**21.137,22**
JUROS E ENCARGOS DE MORA		18.681,27	408,86
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		207.997,30	16.652,40
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		16,03	4.075,96
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**19.334.329,92**	**20.292.555,79**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.021.785,60	1.005.453,50
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		18.312.544,32	19.287.102,29
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA		**622.383,29**	**142.386,00**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		100.000,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		498.766,06	139.446,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		23.617,23	2.940,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**5.358.396,77**	**916.807,38**
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		5.074.653,38	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		283.743,39	916.807,38
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		**32.113.254,92**	**22.921.142,96**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)		**3.204.658,08**	**0,00**
TOTAL		**35.317.913,00**	**22.921.142,96**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS		**10.892.004,48**	**9.231.704,76**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		8.726.205,68	8.151.612,41
ENCARGOS PATRONAIS		1.856.438,80	953.092,35
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		309.360,00	127.000,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**733.851,62**	**0,00**
APOSENTADORIAS E REFORMAS		512.288,86	0,00
PENSÕES		106.527,85	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		3.816,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		111.218,91	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**8.038.356,95**	**8.246.600,31**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		2.658.711,39	2.140.693,59
SERVIÇOS		4.957.425,48	5.433.527,20
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		422.220,08	672.379,52
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**54.311,82**	**74.358,51**
JUROS E ENCARGOS DE MORA		46.376,40	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		7.935,42	74.358,51
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**3.834.329,75**	**3.610.415,67**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.021.785,60	1.005.453,50
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		2.812.544,15	2.604.962,17
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PAS		**363.489,44**	**127.971,01**
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		363.489,44	127.971,01
TRIBUTÁRIAS		**202.687,23**	**169.540,31**
CONTRIBUIÇÕES		202.687,23	169.540,31
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**11.198.881,71**	**814.370,00**
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		10.149.306,76	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.049.574,95	814.370,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		**35.317.913,00**	**22.274.960,57**
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)		**0,00**	**646.182,39**
TOTAL		**35.317.913,00**	**22.921.142,96**

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		**1.249.135,67**	**1.052.562,78**
INVESTIMENTOS		999.135,67	1.052.562,78
INVERSÕES FINANCEIRAS		250.000,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		**263.058,87**	**155.988,46**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		263.058,87	155.988,46
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		**0,00**	**51.600,00**
ALIENAÇÃO DE BENS/AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS(RECEITAS)		0,00	51.600,00

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

Exercício de 2019

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

Dezembro(31/12/2019)

CONSOLIDADO

TITULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		EMISSÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA					
OUTROS FINANCIAMENTOS INTERNOS (P)	41.022,19	0,00	0,00	41.022,19	0,00
Sub-total	41.022,19	0,00	0,00	41.022,19	0,00
ENTIDADES CREDORAS					
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS - DÉBITOS PARCELADOS - PA	0,00	1.371.032,44	0,00	279.523,81	1.091.508,63
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS - DÉBITO PARCELADO (P)	0,00	61.318,96	0,00	4.219,58	57.099,38
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (P)	38.889,48	0,00	0,00	38.889,48	0,00
Sub-total	38.889,48	1.432.351,40	0,00	322.632,87	1.148.608,01
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR					
CONTRIBUICÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS (P)	0,00	263.058,87	0,00	263.058,87	0,00
Sub-total	0,00	263.058,87	0,00	263.058,87	0,00
TOTAL	79.911,67	1.695.410,27	0,00	626.713,93	1.148.608,01

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

Exercício de 2019

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

Dezembro(31/12/2019)

CONSOLIDADO

TITULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERIODO				SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2017	7.405,38	0,00	0,00	0,00	0,00	7.405,38
EXERCÍCIO 2018	1.096.912,78	0,00	896.912,78	0,00	0,00	200.000,00
EXERCÍCIO 2019	0,00	325.685,64	0,00	0,00	0,00	325.685,64
Sub-total	1.104.318,16	325.685,64	896.912,78	0,00	0,00	533.091,02
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2017	106.255,32	0,00	0,00	0,00	0,00	106.255,32
EXERCÍCIO 2019	0,00	694.845,83	0,00	0,00	0,00	694.845,83
Sub-total	106.255,32	694.845,83	0,00	0,00	0,00	801.101,15
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES						
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	42.482,16	353.545,20	372.043,30	0,00	0,00	23.984,06
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES (F)	0,00	715.773,95	687.624,72	0,00	0,00	28.149,23
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	443,69	55.648,42	56.092,11	0,00	0,00	0,00
ISS (F)	791,46	5.013,94	5.805,40	0,00	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA (F)	0,00	60.979,91	60.979,91	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)	0,00	650,05	650,05	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	66.962,30	975.017,58	968.720,13	0,00	0,00	73.259,75
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	3.866,50	56.818,25	60.684,75	0,00	0,00	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	42.290,35	10.310,52	52.600,87	0,00	0,00	0,00
Sub-total	156.836,46	2.233.757,82	2.265.201,24	0,00	0,00	125.393,04
TOTAL	1.367.409,94	3.254.289,29	3.162.114,02	0,00	0,00	1.459.585,21

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

*
*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

CONSOLIDADO

QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		24.655.604,65	21.149.476,54
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		3.569.582,05	2.429.352,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.039.233,93	1.402.686,69
Receita de Contribuições		1.052.103,80	894.185,80
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		270.247,02	113.765,97
Outras Receitas Originárias		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		207.997,30	18.714,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	A	18.161.289,97	15.968.410,94
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		2.924.732,63	2.751.712,83
Ingressos Extra-orçamentários		1.902.947,03	1.746.259,33
Transferências Financeiras Recebidas		1.021.785,60	1.005.453,50
DESEMBOLSOS (Incluidos pagto de RP)		22.620.483,81	20.382.187,92
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	B	19.473.352,36	17.373.227,79
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	C	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	A	183.679,44	184.316,65
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		2.963.452,01	2.824.643,48
Desembolsos Extra-Orçamentários		1.941.666,41	1.819.189,98
Transferências Financeiras Concedidas		1.021.785,60	1.005.453,50
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		2.035.120,84	767.288,62

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	51.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	51.600,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		1.114.344,86	1.057.725,78
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.114.107,95	1.057.725,78
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		236,91	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-1.114.344,86	-1.006.125,78

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		540.000,00	714.373,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		540.000,00	714.373,36
DESEMBOLSOS		263.058,87	155.988,46
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		263.058,87	155.988,46
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		276.941,13	558.384,90

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		4.102.401,44	3.783.396,93

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

Layout conforme IPC 08 - STN

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) —

CONSOLIDADO

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		1.197.717,11	319.547,74
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		5.300.118,55	4.102.944,67

A - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		18.161.289,97	15.968.410,94
Intergovernamentais		16.074.334,26	14.177.938,37
da União		9.993.879,28	8.656.396,76
de Estados e Distrito Federal		6.080.454,98	5.521.541,61
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras Transferências		2.086.955,71	1.790.472,57
Total das Transferências Recebidas		**18.161.289,97**	**15.968.410,94**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		183.679,44	184.316,65
Intergovernamentais		0,00	0,00
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)		0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)		0,00	0,00
Intragovernamentais		183.679,44	184.316,65
Outras transferências concedidas		0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas		**183.679,44**	**184.316,65**

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

Layout conforme IPC 08 - STN

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2019 — Dezembro(31/12/2019) — 3 de 3

CONSOLIDADO

B - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA		1.001.224,95	980.332,31
ADMINISTRAÇÃO		2.969.218,47	2.735.872,70
ASSISTÊNCIA SOCIAL		896.082,17	853.412,09
PREVIDÊNCIA SOCIAL		833.617,77	647.569,14
SAÚDE		4.022.076,76	3.449.809,67
TRABALHO		202.687,23	169.540,31
EDUCAÇÃO		4.889.649,76	4.464.499,21
CULTURA		567.980,33	370.380,05
URBANISMO		2.031.817,61	2.123.144,76
SANEAMENTO		441.523,67	316.944,42
AGRICULTURA		33.172,00	52.414,73
COMÉRCIO E SERVIÇOS		310.074,42	264.193,62
ENERGIA		60.368,87	19.691,16
TRANSPORTE		1.101.169,41	712.547,28
DESPORTO E LAZER		112.688,94	212.876,34
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		**19.473.352,36**	**17.373.227,79**

C - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida		**0,00**	**0,00**

GETULIO DUTRA VIERIA NETO
PREFEITO
597.276.401-06

MAURO CESAR FERLETE
CONTADOR
474.470.011-04

Layout conforme IPC 08 - STN

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 85/2020 DE 29 MAIO DE 2020

PORTARIA Nº 85/2020

De 29 maio de 2020

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados para o mês de Junho de 2020, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Thaysa Martins dos Santos	2019/2020	Secr. Mun. De Saúde
Natalina Almeida Rocha	2018/2019	Secr. Mun. De Assistência Social
Keila Regina Abreu Moraes Marques	2018/2019	Secr. Mun. De Assistência Social
Renilda Sebastiana Gomes de Sousa	2018/2019	Secr. Mun. De Assistência Social
Joao Bosco Gonçalves Ferreira	2019/2020	Secr. Mun. De Obras e Serviços Públicos

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana-MT, em 29 de maio 2020.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 82/2020 18 DE MAIO DE 2020

PORTARIA Nº 82/2020

18 de maio de 2020

O Senhor GETULIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO *o risco de contágio pela doença* *infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19)*

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada, em caráter de exceção em decorrência da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), a concessão de Licença Especial aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, haja visto que os mesmos pertencem ao grupo de risco, são eles:

Nome	Lotação
Sueleny de Oliveira	Sec. Mun. de Saúde
Regina Aparecida Freitas	Sec. Mun. de Educação e Cultura
Divina Aparecida Duarte Moraes	Sec. Mun. de Educação e Cultura
Edina Duarte Ferreira	Sec. Mun. de Educação e Cultura
Hilda Valéria Ferlete	Sec. Mun. de Educação e Cultura

Art. 2º Os mesmos retornarão as suas atividades após os órgãos de vigilância em saúde assim decretarem aptos para o retorno ao trabalho.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de maio de 2020.

Gabinete do Prefeito 18 de maio de 2020.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA Nº. 015/2020

"Prorroga tempo estabelecido na Portaria nº. 011/2020, datada de 04/05/2020 desta Câmara Municipal de Araguainha-MT."

O Cidadão Srº LUIZ CLAUDIO DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de ARAGUAINHA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE;**

Art. 1º - Prorrogar temporariamente o tempo estabelecido pela Portaria **nº.011/2020, datada de 04/05/2020**, desta Casa de Leis, ficando prorrogada a partir do dia **0l/06/2020 até 30/06/2020.**

Art. 2º- Fica estabelecido que, os trabalhos legislativos a partir de segunda-feira dia **01 até 30 de Junho de 2020**, serão realizados os atendimentos ao público, conforme escala de plantão, sendo da **segunda-feira, quarta-feira e na sexta-feira**, das **08:00 horas ás 11:00 horas (Brasília**)

Parágrafo primeiro – A escala dos servidores que atenderão o expediente da sede da Câmara Municipal, desde que tomada toda cautela de higiene conforme orientações do Ministério da Saúde.

ESCALA DE PLANTÃO: (Interno)

SEGUNDA-FEIRA: Janneth Thais Nery - (Controladora)

GUARTA-FEIRA: Guiomar Alves de Souza Moura – (Aux. Administrativa)

SEXTA-FEIRA: Aristeneu Mendes de Matos - (Agente Administrativo)

Parágrafo segundo - Caso seja necessário, o período de suspensão dos trabalhos legislativos poderão ser prorrogados.

Art. 2º Durante a vigência desta portaria, as sessões plenárias ordinárias da Câmara Municipal serão realizadas conforme consta-se em datas previstas no calendário. As sessões ordinárias serão realizadas em porta fechada, podendo ser realizada somente pela presença dos vereadores.

Parágrafo único: Os Vereadores poderão ser convocados, a qualquer tempo para realização de Sessões Extraordinárias em razão de assuntos urgentes, devendo manter-se somente os vereadores e o presidente em plenário durante a sessão, sendo a convocação realizada por contato telefônico ou meios eletrônicos, onde será convocada a força policial para manter a ordem e a disciplina.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogam-se as disposições em contrária.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araguainha-MT. Em, 01 de Junho de 2020.

LUIZ CLAUDIO DE SOUZA

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 194/2020

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 102 PARAGRAFO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 135/92 (RJU – REGIME JURIDICO ÚNICO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio nos termos do artigo 102, Paragrafo Único da Lei Municipal 135/1992, ao servidor **NELSON RAMOS DE ANDRADE**, matrícula nº 122, ocupante do cargo efetivo no cargo de Técnico de Desportos, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 à 29/02/2020, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, por um período de trinta (30) dias.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 22/05/2020.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2019

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Prefeito Municipal, Sr. JOEL MARINS DE CARVALHO, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Administração e emissão de Parecer Jurídico favorável à contratação nas formas da lei apresentado pelo Procurador Geral do Município, no processo de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER SACOS DE LIXO DESCARTÁVEL PERSONALIZADO COM A LOGO DO MUNICÍPIO E DO PROJETO RECICLAGEM, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL. A aquisição se faz necessária para atender a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mediante o valor total de R$ 7.610,00 (sete mil, seiscentos e dez reais), no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação Nº 018/2020, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8. 666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação.

Araputanga/MT, 02 de junho de 2020.

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº 44/2020

DETERMINA A SUSPENSÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DECORRENTES DA LEI MUNICIPAL N.º 699/2006, FIRMADOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais e Municipais determinaram a suspensão das atividades escolares presenciais de todas as etapas, sejam públicas ou privadas, o que perdurará por tempo indeterminado;

CONSIDERANDO que a suspensão das aulas interrompe o curso do ano letivo e o cumprimento do calendário escolar obrigatório;

CONSIDERANDO a impossibilidade de adoção de medidas alternativas aos Monitores de Creche, não se vislumbrando outra possibilidade senão a suspensão dos contratos;

CONSIDERANDO o DEVER DE PROBIDADE, o qual aponta que o gestor é obrigado a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos;

D E C R E T A:

Art. 1º - Em decorrência da paralisação das aulas da Rede Municipal de Ensino, os contratos temporários abaixo relacionados dos cargos de Monitor de Creche, decorrentes da Lei n.º 699/2006, firmados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, terão seus efeitos suspensos.

NOME	CONTRATO
ALEXANDRE DE JESUS ALVES	79/2020
ALINE MASTELARI MOREIRA	64/2020
DARLETYZANNY DAYANE ROSALVES DA SILVA	56/2020
DIEGO DE JESUS SOUZA	65/2020
EDUARDA ANDRADE SANTOS	58/2020
EVERTON RODRIGUES DE AMORIM	84/2020
FABIO SOUZA FRANÇA	69/2020
JUCILENE BRITO DA CONCEIÇÃO	57/2020
JULIA FACHINI DE AMORIM	51/2020
LEONARDO NUNES DA SILVA	55/2020
MARIA LIGIA MEDEIROS DE OLIVEIRA	54/2020
MARIA LUCIA DE JESUS	50/2020
MILLEIDE ALVES DE JESUS	62/2020
MIRIAN CARLA JURUPY CANDEIA BRITO	53/2020
PRISCILA DA SILVA DOS REIS	52/2020
TABITA ABE ASSUNÇÃO	86/2020

Art. 2º - **A suspensão mencionada acima será por tempo indeterminado,** conforme disposição expressa no art. 1º, *"caput",* do Decreto Municipal nº 41/2020, **com a consequente interrupção dos pagamentos, a partir de 01/06/2020**, a suspensão ora declarada não acarretará no cancelamento dos contratos, de modo que tão logo retornada às atividades escolares os contratos serão devidamente reativados.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação.

Publique-se, Registra-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga/MT, ao primeiro (01) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA N° 001/2020.

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA N° 001/2020.

Autos do Processo de Sindicância Administrativa n° 001/2020.

Decisão:

1 – Do relatório:

Trata-se de Processo de Sindicância Administrativa que apura suposta imperícia da servidora Aryana Ferreira Amaral.

Constituída regularmente a Comissão de Processo de Sindicância Administrativa, realizou os trabalhos dentro do prazo assinalado, ouvindo as testemunhas do fato, a sindicada, que teve vista dos autos e apresentou defesa escrita através de advogado devidamente habilitado, onde reconhece que dormiu algumas vezes no serviço, a impontualidade devido a problemas de saúde que vem enfrentado, conforme consta dos atestados médicos anexos ao processo.

O Processo de Sindicância Administrativa foi concluído pela comissão que apontou existência de atos contrários a lei, apresentando relatório de caráter expositivo, contendo, exclusivamente, os elementos fáticos colhidos.

2 – Dos fundamentos legais:

2.1 – DA IMPERÍCIA:

A imperícia em tese restou devidamente comprovada através dos depoimentos das 14 (quatorze) testemunhas arroladas nos autos do processo, bem como no próprio depoimento da Sindicada, que inclusive em sede de defesa escrita e na própria oitiva reconheceu de seus atos de imperícia (itens 2 e 2, às folhas 147).

No entanto a própria sindicada, relatou em sede de depoimento que e em defesa escrita apresentada às folhas 156 à159, que tais transgressões de imperícia se deram por conta de uso de medicamentos, das quais a sindicada faz uso há algum tempo.

2.2 – DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE NA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DISCIPLINARES:

Ainda que houvesse no presente caso materialidade nas faltas apontadas à sindicada, a penalidade máxima de demissão não poderia ser aplicada, tendo em vista que a aplicação dos postulados constitucionais da Razoabilidade e Proporcionalidade impediria tal medida.

O Direito Administrativo Disciplinar no âmbito da Administração do Município de Arenápolis/MT prevê como sanções disciplinares a seremaplicadas aos servidores públicos as penas de: advertência; suspensão;demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão, conforme artigo 184 e incisos da LeiComplementar nº. 788/2002, norma esta que foi reproduzida integralmente da LeiFederal nº. 8.112/90.

A doutrina costuma classificar as transgressões disciplinares em leves, graves e gravíssimas, sendo que as leves são punidas com a pena de advertência, as graves com a pena de suspensão e as gravíssimas com as penas de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão, este reflete um pensamento clássico do processo disciplinar brasileiro, levando em conta apenas a literalidade da norma.

Da análise das sanções administrativas e das infrações elencadas na norma reguladora, Lei Complementar Estadual nº. 788/2002, tem-se que a tipificação da infração, no presente caso, levaria ao enquadramento da pena a será plicada. Entretanto, a situação não é tão simples, uma vez que há outros elementos a serem considerados.

A autoridade competente antes decidir qual a penalidade a será plicada ao servidor indiciado pela prática de infração disciplinar, deve fazer o exame da dosimetria da punição disciplinar para aplicar a penalidade mais adequada à conduta do agente público nos termos do artigo 185, da Lei Complementar nº. 788/2002 combinado com o artigo 2º, inciso VI, da Lei nº9.784/99, que a seguir transcreve-se:

LC nº. 788/2002 Art. 185. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Lei nº 9.784/99 Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade,finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

Da leitura dos dispositivos legais anteriormente transcritos tem-seque na análise da natureza e da gravidade da infração cometida e dos danos que dela provierem para o serviço público é necessária a realização de considerações sobre a aplicação do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade no corpo do ato decisório.

Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade mantêm os mesmos contornos de importância constitucional, quando transpostos para o processo administrativo disciplinar, uma vez que democratizam não só a apuração, como o julgamento, através de um rigoroso controle entre os meios e os fins utilizados na aplicação da sanção disciplinar, impedindo aplicação depenas desarrazoadas ou com finalidades diversas do interesse público.

Não se mostra razoável a aplicação direta de uma demissão sumária, que é a penalidade máxima aplicada no âmbito administrativo, sem sequer ter a Administração Pública exercido corretamente o seu dever de darão o servidor a oportunidade de defesa.

Utilizando-se dos princípios neo-constitucionais da Proporcionalidade e da Razoabilidade, não se pode comparar e colocar no mesmo patamar, infrações disciplinares como: crime contra a administração pública, improbidade administrativa, desvio de recursos públicos, peculato e a inassiduidade ou faltas continuadas do servidor público, todas puníveis com apena máxima de demissão, medida disciplinar que foge completamente a proporcionalidade, caso não seja configurada a reincidência após providências adotadas pela Administração Pública, tais como advertências e suspensões.

A respeito da aplicação do Princípio da Razoabilidade, sendo demonstrada a ocorrência de infração disciplinar cabe a autoridade competente pela imposição da reprimenda verificar a possibilidade de se aplicar ao caso concreto o referido princípio, o qual pode ser definido conforme segue:

"O princípio da razoabilidade, não obstante fluído e indeterminado,o que dificulta, por vezes, a verificação acerca de sua observância,implica dizer que as atitudes da Administração Pública hão de serpautadas pelo bom senso, pelo que não poderão ser bizarras,imprudentes ou incoerentes". (Cristiana Fortini, Maria FernandaPires de Carvalho Pereira e Tatiana Martins da CostaCamarão, Processo Administrativo - Comentários à Lei nº 9.784/1999, Editora Fórum, 3ª edição revista e atualizada deacordo com a visão dos Tribunais, 2012, pág. 53)."

Havendo situações em que ao se fazer a relação entre a infração cometida e a pena a ser aplicada, a pena que emerge da Lei Complementar nº.788/2002, é a constante do artigo 189, inciso XIV, ou seja, pena de demissão. Neste caso,necessário se faz ressaltar a aplicação do princípio da razoabilidade para a adequação da pena ao caso concreto, tendo em vista as circunstâncias indicadas no artigo 185, da supracitada lei.

Importante aqui é observar os três elementos básicos que norteiam a aplicação do princípio da razoabilidade, quais sejam: a) adequação entre meio e fim; b) adoção de medida menos onerosa; e c) relação custo-benefício.

Na aplicação da pena é imperioso analisar o caso concreto e identificar qual a melhor forma de cumprir os elementos básicos do princípio da razoabilidade.

É permitido ao aplicador da reprimenda chegar à conclusão de que a resposta seria a aplicação de outra pena, que não a de demissão. Objetivando esclarecer a questão cita-se a seguir entendimento doutrinário sobre a aplicação do princípio da razoabilidade:

"*As sanções disciplinares, como qualquer outro tipo de infração imposta ao cidadão pelo poder público, por uma questão de moral e de justiça, devem guardar conotação de conformidade com a falta funcional que lhe deu causa. Essa correspondência dosimétrica deve predominar, com mais forte razão, na seara do direito punitivo geral. Deve-se, pois, observar precisa (ou pelo menos aproximada) equivalência entre o fato imputado e a punição infligida". (COSTA, José Armando da, Direito administrativo disciplinar.- 2ª ed. – Rio de Janeiro : Forense;São Paulo : Método, 2012, pág. 109).*

"(...) o poder discricionário deve ser exercido de maneira razoável.A pessoa dotada desse poder deve direcionar-se ao domínio da lei. Ela deve prestar atenção aos problemas que realmente precisa considerar, devendo excluir da sua avaliação problemas reputados irrelevantes. Se não forem obedecidas tais normas, as suas ações serão qualificadas como desarrazoadas e ilustrarão algo tão absurdo que nenhuma pessoa sensata poderia sonhar que tais ações fariam parte dos poderes da autoridade". (COUTO,Reinaldo, Curso de processo administrativo disciplinar e sindicância – São Paulo: Atlas, 2012, pág. 26).

"Jamais a sanção administrativa disciplinar poderá representar um ato de força ou de arbitrariedade contrário ao fundamento legal de sua própria validade, porquanto a mesma deverá guardar conformidade com a prova dos autos e ser proporcional à infração cometida pelo servidor público". (MATTOS, Mauro Roberto Gomes de, Tratado de direito administrativo disciplinar,- 2.ed.- Rio de Janeiro: Forense, 2011, pág. 105).

Neste diapasão, quanto à aplicação do Princípio da Proporcionalidade, restando comprovado nos autos do Processo de Sindicância Administrativa a ocorrência de infração cabe à autoridade que irá impor a sanção, nos termos da legislação pátria, verificar ainda a possibilidade de se aplicar ao caso concreto o princípio da proporcionalidade, o qual pode ser definido conforme segue:

"*O princípio da proporcionalidade radica o seu conteúdo na noção segundo a qual deve a sanção disciplinar guardar adequação à falta cometida. Tal princípio, mesmo que não esteja literalmente previsto no nosso ordenamento jurídico, encontra-se nele integrado por força de compreensão lógica". (COSTA, José Armando da, Processo administrativo disciplinar: teoria e prática.-6ª ed.-Rio de Janeiro: Forense, 2012, pág. 64).*

Portanto, o principio da proporcionalidade exige que a atuação do Administrador Público esteja assentada no bom senso, no equilíbrio e na ponderação entre os fatos e a finalidade almejada.

Configurada uma das hipóteses do artigo 189, da Lei Complementar nº. 788/2002, cabe a aplicação da pena de demissão. Entretanto, considerando-se o disposto no artigo 185, da referida lei e o princípio da proporcionalidade positivado no artigo 2º, da Lei nº 9.784/99, entende-se que esta não seria a melhor solução para toda e qualquer situação, cabendo à conformação da pena ao caso concreto.

O ato disciplinar deve compreender, além dos aspectos vinculado sou regrados, a noção de proporcionalidade. Infere-se que a proporcionalidade requer que a punição imposta guarde correspondência dosimétrica entre o fato irregular atribuído ao servidor e à penalidade impostados variados direitos em conflito.

Os nossos Tribunais Superiores já apresentam jurisprudência pacífica sobre a aplicação dos princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar. Concedendo, em alguns casos,além da reintegração ao cargo a indenização por danos morais.

ADMINISTRATIVO.PROCESSOADMINISTRATIVODISCIPLINAR. NULIDADE. DESPROPORCIONALIDADE DADEMISSÃO.

1. Por força do princípio da legalidade, o uso regular do poder disciplinar da administração pública deve observar o que dispõe o ordenamento. Isso não significa, entretanto, que tal uso deva se ater à letra fria da lei. Para que seja legítimo, o emprego do poder disciplinar deve considerar não apenas a exegese gramatical de determinados artigos, tomados isoladamente, mas a inteligência de todo o ordenamento em que está inserido. Por outras palavras, a interpretação deve ser, no mínimo, sistemática.

2. A aplicação de sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, como se verificou no caso, é manifestamente ilegal(art. 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei n. 9.784/1999). A lei não ampara o afastamento dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quando da aplicação da medida sancionadora.(STJ, MS18023/DF, 1ª Seção, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha,DJe 18/05/2012)

"(...) 4. Na aplicação de penalidade, deve a Administração observar o princípio da proporcionalidade em sentido amplo:'exigência de adequação da medida restritiva ao fim ditado pela própria lei; necessidade da restrição para garantir a efetividade do direito e a proporcionalidade em sentido estrito, pela qual se pondera a relação entre a carga de restrição e o resultado'(Suzana de Toledo Barros). 5. Caso em que, não obstante as irregularidades praticadas no tocante à comprovação de despesas com passagens, para fins de percepção de auxílio-transporte, segundo apurado em processo disciplinar, a baixa lesividade ao erário, em razão da conduta do impetrante, conduz à necessidade de aplicação de penalidade menos gravosa. Precedente. 6. Segurança concedida em parte para anular a portaria de demissão e determinar sua reintegração ao cargo público, ressalvada à Administração a aplicação de penalidade de menor gravidade, pelos ilícitos administrativos já apurados." (STJ, MS 10.825/DF, Rel. Min Arnaldo Esteves Lima,3ª. S., DJ 12.06.2006, p. 430).

"(...) deve a autoridade competente, na aplicação da penalidade,em respeito ao princípio da proporcionalidade (devida correção na qualidade e quantidade da sanção, com a grandeza da falta e o grau de responsabilidade do servidor), observar as normas contidas no ordenamento jurídico próprio, verificando a natureza da infração, os danos para o serviço público, as circunstâncias atenuantes ou agravantes e os antecedentes funcionais do servidor. Inteligência do art. 128, da Lei nº 8.112/90. 4 – Ademais registro que, por se tratar de demissão, pena capital aplicada a um servidor público, a afronta ao princípio supracitado constitui desvio de finalidade por parte da Administração,tornando a sanção aplicada ilegal, sujeita a revisão pelo Poder Judiciário. Deve a dosagem da pena, também, atenderão o princípio da individualização inserto na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, XLVI), traduzindo-se na adequação da punição disciplinar à falta cometida. 5 – Precedente da 3ª Seção (MS 6.663/DF). 6. Preliminar rejeitada e ordem concedida para determinar que sejam anulados os atos que impuseram apena de demissão às impetrantes, com a consequente reintegração das mesmas nos cargos que ocupavam, sem prejuízo de que, em nova e regular decisão, a administração pública aplique a penalidade adequada à infração administrativa que ficar efetivamente comprovada." (STJ, MS 7.005/DF, Rel. MinJorge Scartezzini, 3ª. S., DJ 04.02.2002, p. 272).

Desta forma as penas disciplinares que não comportam variação para mais ou para menos devem, em estrita observância à regra constitucional da proporcionalidade, descer na escala de gravidade. Neste sentido a pena de demissão, a qual não se admite fracionamento, poderá ser convertida em pena de advertência ou suspensão, obedecendo inclusive à gradação disciplinar das penas contidas nos art. 186 e 187 da LC nº. 788/2002.

Desta forma, claro está que a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade ao caso concreto, tem o condão de afastar a aplicação da pena de demissão à servidora pública em questão.

Conforme as lições do professor Regis Fernandes de Oliveira. *Inverbis:*

"O princípio da razoabilidade e da proporcionalidade funcionam como verdadeiros guias para a dosimetria da sanção, a fim de se evitar eventual desvio de finalidade do ato sancionador. É imperioso que haja adequação entre meios e fins. Na lição de Carlos Ari Sundfeld "a razoabilidade proscreve a irracionalidade, o absurdo ou a incongruência na aplicação (e, sobretudo, na interpretação) das normas jurídicas". (OLIVEIRA, Regis Fernandes de, Infrações e sanções administrativas.- 3ª ed.rev.atual. eampl. -São Paulo: Editora Revista do Tribunais, 2012, pág. 121.

3 – Da decisão:

Diante do exposto, conforme o que estabelece a LC Nº 788/202, e obedecendo ao ***Princípio da Proporcionalidade*** esculpido no Art. 5°, inciso V, da Constituição Federal, c/c, o Art. 2° da Lei Federal 9.784/99 e Art. 185 da Lei Complementar Municipal n° 788/02 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Arenápolis/MT, do qual me aporto para IMPOR:

à penalidade de ***SUSPENSÃO por 30 (trinta) dias***, a contar da data de Publicação da Portaria de Suspensão, com base ao inciso II do Art. 184, ***sem o recebimento das vantagens*** decorrentes do cargo na forma do §1° do Art. 187, todos da Lei Complementar Municipal n° 788/02, Estatuto dos Servidores públicos do Município de Arenápolis/MT.

P.R.C.

À Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria 086/2020, para a ciência da Sindicada;

Ao Setor de Recursos Humanos do Município de Arenápolis/MT, para a edição da Portaria de Suspensão.

Arenápolis/MT, 02 de junho de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal de Arenápolis/MT.

AVISO DE RESULTADO DA CONVITE 003/2020

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, EMISSÃO DE ALVARA DE OBRAS, HABITE-SE, RELATORIO E LAUDO TÉCNICO DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT.**

O **MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS**, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que do julgamento das propostas do certame supracitado, resultou vencedora a empresa: **MODELO ENGENHARIA EIRELI - EPP,** inscrita no **CNPJ Nº. 07.117.232/0001-73,** apresentou a proposta no item 01, no valor global de **R$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais),**

Arenápolis- MT, 29 de maio de 2020.

RODRIGO PAULINO DE MATOS

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
P O R T A R I AS Nº. 092 ATÉ 109.2020

P O R T A R I A Nº. 092/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares aos servidores da Secretaria de Transporte Obras e Serviços Urbanos conforme segue:

Nome Período

Edivaldo Pereira França	2018/2019
Loide Souza Barbosa	2017/2018
Antonio Gontijo	2015/2016
Alisio Felix do Rosário	2018/2019

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 06 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 093/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Prêmio a servidora ***Brígida Rapozeiro de Souza***, brasileira, solteira, portadora do **RG. nº.** 697.507 SSP/MT e **CPF. nº** 459.952.141-87 referente ao qüinqüênio de 2010/2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 06 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 094/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Um mês de Licença Prêmio ao servidor ***Astério Ferreira Lemos,*** brasileiro, casado, portador do **RG. nº.** 04933626 SSP/MT e **CPF. nº** 590.513.537-15 referente ao qüinqüênio de 2004/2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 06 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 095/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares aos servidores da Secretaria de Educação conforme segue:

Nome Período

Edvaldo Dezaneti Lahr	2018/2019
José Sebastião Soares de Araujo	2018/2019
Sidinei Alves da Silva	2019/2020

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 06 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 096/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

E X O N E R A R

Conforme Aposentadoria Concedida por Idade a servidora ***Eneth Ferreira da Silva,*** brasileira, casada, portadora do **RG. nº.** 309.881 SSP/MT e **CPF. nº.** 106.732.881-53 conforme o beneficio nº. 1970485741.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 11 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 097/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares ao servidor **Valdomiro Viana da Silva,** brasileiro, solteiro, portador do Rg. 17.864.192 SSP/SP e CPF. nº. 060.387. 818-03, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 11 dia do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 098/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Licença Maternidade a servidora contratada Srª. **Beatriz da Silva Maia Figueiredo,** brasileira, casada, portadora do **Rg. nº.** 27181677 SSP/MT e **CPF. nº**. 062.316.431-07, a partir de 04 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 11 dia do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 099/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

10 dias de Férias Remuneradas e 20 dias de Férias Regulamentares a servidora efetiva Srª. **Nubia Gonçalves Campos,** brasileira, casada, portadora do **Rg. nº.** 0270112-0 SSP/MT e **CPF. nº**. 457.959.231-53, referente ao período de 2018/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 11 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 100/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Licença Prêmio Remunerada a servidora efetiva Srª. **Regina Lucia de Souza,** brasileira, casada, portadora do **Rg. nº.** 0693595-8 SSJ/MT e **CPF. nº**. 774.877.531-15, referente ao qüinqüênio de 2004/2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 11 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 101/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

T R A N S F E R I R

A servidora efetiva Srtª. **Poliana Aparecida Pereira de Oliveira,** brasileira, solteira, portadora do **Rg. nº.** 2022256-4 SSJ/MT e **CPF. nº**. 041.532. 221-94, da Secretaria de Transporte para Secretaria de Educação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 19 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 102/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E I A

Ao Cargo de Coordenador de Alimentação Escolar *o* servidor efetivo Sr. **Maykon Diego Castro de Oliveira,** brasileiro, portador do **Rg. nº.** 19066830 SSP/MT e **CPF. nº**. 033.186.841-55, conforme DAS referente ao cargo.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 19 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 103/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

REINTEGRA E EXONERA

A pedido a servidora efetiva **Srª. Cristiane Nunes Reche,** brasileira, casada, professora, portadora do **Rg. nº.** 1332745-3 SSP/MT e **CPF. nº**. 927. 205.441-91, devido incompatibilidade de horários com a rede estadual de ensino.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 25 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 104/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares a servidora efetiva **Srª. Janete Costa de Oliveira da Silva Rocha,** brasileira, casada, Auxiliar Administrativo, portadora do **Rg. nº.** 1219638-0 SSP/MT e **CPF. nº**. 958.066011-53, referente ao período de 2019/2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 25 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 105/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Auxilio Doença junto ao INSS ao servidor contratado **Sr. Valdivino Abrantes de Quadros,** brasileiro, casado, Coveiro, portador do **Rg. nº.** 0498320-3 SSP/MT e **CPF. nº**. 442.339.141-49, conforme atestado medico apresentado.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 25 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 106/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Auxilio Doença junto ao INSS ao servidor efetivo **Sr. Diosdete Gomes Pinheiro,** brasileiro, casado, Motorista, portador do **Rg. nº.** 02926288 SSP/MT e **CPF. nº**. 314.009.141-91, conforme atestado medico apresentado.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 25 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 107/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Desincompatibilização do Cargo de Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais ao servidor efetivo **Sr. Herminio de Souza Amaral,** brasileiro, convivente, pedreiro, portador do **Rg. nº.** 486.230 SSP/MT e **CPF. nº**. 352.477.031-20, a partir do dia 29 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 28 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 108/2020

Dispõe sobre a instituição e nomeação de membros para compor a Comissão Especial de Estudos, Atualização e Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, e do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arenápolis/MT.

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, e, conforme o estabelecido no artigo 69, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º. Instituir Comissão Especial de Estudos, Atualização e Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos; e, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arenápolis/MT

Art. 2º. Compete à Comissão nomeada realizar, em observância aos normativos que disciplinam as matérias envolvidas, criteriosos estudos para apresentação de proposta de revisão e atualização do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, e do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arenápolis/MT.

Art. 3º. Designar os servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão:

Representante da Secretaria de Administração

Edjane Dantas Porfírio Freitas CPF nº. 689.173.171-20

Luciana de Souza Barreto CPF nº 481.946.891-04

Rosilene Garcia Barroso dos Santos CPF nº 593.829.961-68

Representante da Secretaria de Saúde

Izalete Rosinha Szimanki CPF nº. 676.478.719-00

Graciele Souza de Lima CPF nº. 021.621.291-08

Representante da Secretaria de Educação

Janete Costa de Oliveira da Silva Rocha CPF nº. 958.066.011-53

Maycon Diego Castro de Oliveira CPF nº. 033.186.841-55

Representante da Secretaria de Transporte

Antonio Gontijo CPF nº. 162.891.532-34

Poliana Aparecida Pereira de Oliveira CPF nº. 041.532.221-94

Art. 4º. Os trabalhos da Comissão Especial deverão ser executados no prazo de até 90 (noventa dias) dias, contados da data desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 28º dia do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 109/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

E X O N E R A R

Á pedido o servidor nomeado **Sr. Ederson Figueiredo,** brasileiro, casado, Secretario de Transporte, Obras e Serviços Públicos, portador do **Rg. nº.** 11986441 SSP/MT e **CPF. nº**. 840.204.151-53, Do Cargo ao qual foi confiado, a partir do dia 29 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 28 dias do mês de Maio de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS/MT.

Empresas vencedoras: **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** vencedora no valor total de R$ 60.379,60 (sessenta mil trezentos e setenta e nove reais e sessenta centavos); **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** vencedora no valor total de R$ 39.974,00 (trinta e nove mil novecentos e setenta e quatro reais); **TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-ME,** vencedora no valor total de R$ 21.403,00 (vinte e um mil quatrocentos e três reais); **PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA,** vencedora no valor total de R$ 18.616,80 (dezoito mil seiscentos e dezesseis reais e oitenta centavos); **NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** vencedora no valor total de R$ 5.280,00 (cinco mil e duzentos e oitenta reais);**TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI,** vencedora no valor total de R$ 30.519,00 (trinta mil e quinhentos e dezenove reais); **LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** vencedora no valor total de R$ 19.629,00 (dezenove mil seiscentos e vinte e nove reais); **GOLDENPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP,** vencedora no valor total de R$ 19.629,00 (dezenove mil e seiscentos e vinte e nove reais);**ITENS DESERTOS**: 14, 17,27, 72, 80, 81, 90, 96, 103, 106, 116, 131, 134, 136, 137, 143, 147, 151, 157, 158 e 159. **ITENS FRACASSADOS**: 04, 09, 13, 19, 23, 24, 28, 29, 36, 37, 40, 43, 48, 50, 51, 52, 54,62, 73, 76, 94, 95, 98, 105, 107, 118, 138, 15, 154, 160, 163, 168, 169, 174, 175, 176 e 177.

ARENÁPOLIS MT, 02 de Junho de 2020.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.056/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, a Sra **MICHELE CARDOSO PEREIRA DA SILVA**,brasileira,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1727095-2 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 012.819.401-43, para exercer o Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Finanças,*a partir do dia 1º/06/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.054/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **JOSEFA MARINHO DE CENA SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000.825.942 SSP/RO, e inscrita no CPF sob o nº. 803.585.782-72, ocupante do Cargo de Carreira de **ZELADOR NÃO PROFISSIONALIZADO,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO**,a partir do dia 1º/06/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – E 2ª PRORROGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº. 022/2020

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira Oficial nomeada pela Portaria 11.872/2020, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que a sessão de julgamento do **Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço nº. 022/2020**, do tipo **menor preço por item**, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços especializados de tapeçaria, para ônibus e microônibus, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer deste Município de Aripuanã-MT, com abertura no dia 02/06/2020, às 08h00min, restou **DESERTA**. E que no uso de suas atribuições, determina a **2ª PRORROGAÇÃO do certame**, estipulando nova data para a entrega e abertura dos envelopes das

empresas interessadas em participar do certame, **sendo o dia 17 de junho de 2020 ás 08h00min, horário local, na sala de licitações desta Prefeitura. E sendo mantidas as demais disposições editalícias.** Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900 no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min ás 17h00min ou através do endereço eletrônico licitacao@aripuana.mt.gov.br.

Aripuanã – MT, 02 de junho de 2020.

Tamara Piran da Silva

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.053/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **OSNEIDE ZEFERINO PANHO**, portadora da Cédula de identidade RG n°. 749.725 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n°. 468.665.151-49, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR 5,** Classe **"C",** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO**,a partir do dia 1º/06/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.057/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, a Sra **MARILENE SILVA SOUZA**,brasileira,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2077779-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 032.949.461-98, para exercer o Cargo de Carreira de **TECNICO EM ENFERMAGEM - CONSELVAN,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,*a partir do dia 1º/06/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.055/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, a Sra **MARILETE MARTA SILVA CRUZ,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1692929-2 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 015. 229.991-24, para exercer o Cargo de Carreira de **PROFESSOR DE MATEMATICA - SEDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,*a partir do dia 1º/06/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.052/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando nº 072/2020/SRH;

RESOLVE:

PROGREDIR, a funcionária efetiva Sra. **SILVALINA MORAIS RAMOS DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.211.732-5 SSP/PR e inscrita no CPF sob o nº. 395.936.651-53, ocupante do Cargo de Carreira de **ZELADORA,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde***,** do **Nível 05**, para o **Nível 06,** a partir do dia 1º/06/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.058/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, a Sra **FRANCIELI DE LIMA DOS SANTOS**,brasileira,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2376324-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 020.992. 631-75, para exercer o Cargo de Carreira de **TECNICO EM ENFERMA-**

GEM - SEDE, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,*a partir do dia 1º/06/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.059/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, a Sra **MONICA GUILHERME DOS SANTOS**,brasileira,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.090.132 SSP/AL e inscrita no CPF sob o nº. 031.350. 641-82, para exercer o Cargo de Carreira de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – USF JARDIM PLANALTO - SEDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,*a partir do dia 1º/06/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.060/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, a Sra **MARY GLAYCIANE GULARTE DOS SANTOS,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 00001025091 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 014.174.782-09, para exercer o Cargo de Carreira de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISÍCA - SEDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,*a partir do dia 1º/06/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.061/2020

"DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a instauração da **Sindicância n° 005/2020**, com a finalidade de apurar os fotos ocorridos no Furto do Gerador à disposição da Equipe de Monitoramento do COVID-19,de acordo com o memorando nº 346/SEMUSA/2020.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do primeiro.**

1. Jeniffer Thais Layter – Mat. 3304- Presidente

2. Margareth Gomes de Araújo – Mat. 1748 – Secretária

2. Edvaldo Onofre dos Santos – Mat. 2777- Membro

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.062/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Protocolo nº 514/2020;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Srª **ADRIANA BATISTA MIRANDA DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1581393-2 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. 006.297.291-07, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de Divisão de Apoio a Gestão - DIAG, Nível DAI–02, *lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural*, a partir do dia 1º/06/2020, tornando sem efeito a Portaria n° 9.863/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.064/2020

*"Dispõe sobre a **Retificação da Portaria nº 11.242/2019**, que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, em favor da servidora **Sra. Enidelce Merizio Jorge.***

O Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, **no uso de** suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICAR a Portaria nº. 11.242/2019, publicada no DIÁRIO OFICIAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, na data de 18 de Setembro de 2019, e que concedeu o benefício de Aposentadoria por Idade, em favor da servidora Sra. Enidelce Merizio Jorge conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2019.02.00045P.

Onde se Lê: CONCEDER o benefício Aposentadoria por Idade, a servidora Sra. Enidelce Merizio Jorge, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1.067.631-2 SESP/MT e CPF sob o nº 223.175.899-72 (...).

Lêia-se: CONCEDER o benefício Aposentadoria por Idade, a servidora Sra. Enidelce Merizio Jorge, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 1.067.631-2 Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciaria- Instituto de Identificação do Paraná e CPF sob o nº 223.175.899-72 (...).

Art. 2º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos** a partir de 17 de Setembro de 2019**, revogad***as as disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia d junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

CONTRATOS DE PESSOAL Nº 380/2020

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: ANDRESSA GOMES DOS SANTOS COUTO; PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; NO CARGO DE ZELADORA; VALOR MENSAL R$ 1.045,00; VIGENCIA: 15/05/2020 A 31/12/2020.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.063/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Protocolo nº 515/2020;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Sr. **DIEGO PEDROSO DOS SANTOS,**portador da Cédula de Identidade RG nº. 2914675-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 065.109.251-50, do Cargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Planejamento – DEPLAN, Nível DAI–01**, *lotado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento***,** a partir do dia 1º/06/2020, tornando sem efeito a Portaria n° 11.200/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de junho de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2020 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/2019/ASSÚ-RN

A **Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT** torna público para conhecimento dos interessados que conforme o Decreto nº 7.892/2013, o Município de Aripuanã faz **Adesão "carona" na Ata de Registro de Preços nº. 020/2020 oriunda do Pregão Presencial Nº 059/2019 – Registro de Preços realizado pela Prefeitura Municipal de Assú/RN**, para aquisição de dois parques infantis visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer deste Município de Aripuanã/MT. ***Originando o processo de Adesão/Pregão nº 043/2020.*** No qual tem como fornecedor a empresa: **EDUCA FACIL INDUSTRIA DE BRINQUEDOS E COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS, PAPELARIA E DESCARTAVÉIS EIRELI** inscrita no **CNPJ/MF sob o nº. 15.644.619/0001-06,** totalizando este processo no valor de **R$ 124.000,00** (cento e vinte e quatro mil reais). Informações mais detalhada com a equipe de apoio e Pregoeiro pelo endereço eletrônico licitacao@aripuana.mt.gov.br ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 02 de junho de 2020.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PORTARIA Nº 031/2020

SÚMULA: Dispõe sobre Nomeação da Gerencia de Atenção Basica de Saude e estabelece outras providências.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 11, Inciso V, alínea "a" da Lei Municipal n.º 365 de 06 de agosto de 2010 e posteriores alterações,

RESOLVE

Art.1° - Nomear a senhora Lilyan Regina de Oliveira, portadora do Registro Geral n° 2742863-0 - SSP/MT, incrita no Cadastro de Pessoal Fisica n° 060.909.731-81, para ocupar o cargo em comissão de Gerencia de Atenção Basica de Saude.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Junho de 2020.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020

O Pregoeiro Oficial do Município de Barão de Melgaço, no uso de suas atribuições, torna público a SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL de nº 17/2020 que se realizaria no dia 05 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - 026/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 017/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2020

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **RONALDO ROSA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 1189901-8 SSP/MT e CPF 842.922.881-00, com endereço na Rua José Ribeiro esquina com a Rua Brasil, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA**, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMARA REFRIGERADORA VERTICAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Fundamenta-se o presente Contrato no disposto do artigo 1º, da Lei nº 10.520/2002, que foi devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ronaldo Rosa de Oliveira e conforme parecer jurídico anexo, os quais constam nos autos do processo.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e, em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 017/2020 e seus anexos; especificações do Termo de Referência, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas da Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada uma partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS CONTRATADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA	**CNPJ: 81.618.753/0001-67**
CEP: 89188000	**CIDADE/UF:** AGRONOMICA - SC
TELEFONES (47) 3542-3000	**E-MAIL: vendas3@elber.ind.br**
REPRESENTANTE LEGAL: VIVALDO COUTINHO GARCIA JUNIOR	
RG: 4285111	**CPF:** 921.819.451-87

Item	2607 Código	ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA CNPJ: 81.618.753/0001-67 RUA PROGRESSO, 150 - CENTRO, AGRONOMICA - SC, CEP: 89188000 Telefone: (47) 3542-3000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	006.004.052	CÂMARA REFRIGERADA VERTICAL, CAPACIDADE 200 LITROS, COM PORTA DE VIDRO E SISTEMA ANTIEMBAÇANTE; SISTEMA DE CONTROLE DE ALTA E BAIXA TEMPERATURA NA FAIXA DE TRABALHO (2 A 8° C); DISCAGEM AUTOMÁTICA POR TELEFONE; SISTEMA DE SEGURANÇA COM AUTONOMIA PARA NO MÍNIMO 12 HORAS EM SITUAÇÃO DE FALHA/FALTA DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA LOCAL.	UN	2	13.300,00	26.600,00
		Total do Proponente				26.600,00

Ficando negociado o valor total de R$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais).

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente deste serviço ocorrerá à conta de recursos próprio municipais, previstos no orçamento anual de 2020/2021, nas seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE SAÚDE

Órgão:	Secretaria de Saúde	0206
Ficha: Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	325 020602
Elemento Desp:	Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame **no prazo máximo de 30 dias**, sob pena de resonsabilização. O prazo de entrega inicia-se com a formalização da solicitação pela secretária interessada.

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 017/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Bom Jesus do Araguaia/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através da Cooperativa Sicredi, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de Bom Jesus do Araguaia/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 017/2020 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jesus do Araguaia -MT, em 03 de Junho de 2020

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

_____

ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA

PREFEITURA
EXTRATO DO CONTRATO - 063/2020

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 063-2020

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA: ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA, CNPJ – 81.618.753/0001-67

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMARA REFRIGERADORA VERTICAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.**

Valor: R$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais).

DATA: 03/06/2020

VIGÊNCIA: 03/06/2021

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 017/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020
Processo de Licitação: 032/2020 **Data do Processo: 02/04/2020**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, RONALDO ROSA DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520, 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista de parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – **HOMOLOGAR** a presente licitação nestes termos:

a) Processo nº: 032/2020

b) Licitação nº: 017/2020

c) Modalidade: Pregão Presencial

d) Data Homologação: 02/06/2020

e) Data Adjudicação: 03/06/2020

f) Objeto da Licitação: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMARA REFRIGERADORA VERTICAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.**

g) Fornecedor Vencedor:

ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA– CNPJ – 81.618.753/0001-67 sagrou-se vencedora dos itens:

Item	2607 Código	ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA CNPJ: 81.618.753/0001-67 RUA PROGRESSO, 150 - CENTRO, AGRONOMICA - SC, CEP: 89188000 Telefone: (47) 3542-3000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	006.004.052	CÂMARA REFRIGERADA VERTICAL, CAPACIDADE 200 LITROS, COM PORTA DE VIDRO E SISTEMA ANTIEMBAÇANTE; SISTEMA DE CONTROLE DE ALTA E BAIXA TEMPERATURA NA FAIXA DE TRABALHO (2 A 8° C); DISCAGEM AUTOMÁTICA POR TELEFONE; SISTEMA DE SEGURANÇA COM AUTONOMIA PARA NO MÍNIMO 12 HORAS EM SITUAÇÃO DE FALHA/FALTA DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA LOCAL.	UN	2	13.300,00	26.600,00
		Total do Proponente				26.600,00

Bom Jesus do Araguaia-MT, 03 de Junho de 2020

_____

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 017/2020

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2020

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº 017/2020, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMARA REFRIGERADORA VERTICAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.**

Obteve os seguintes resultados as empresas:

ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA– CNPJ – 81.618.753/0001-67 sagrou-se vencedora dos itens:

Item	2607 Código	ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA CNPJ: 81.618.753/0001-67 RUA PROGRESSO, 150 - CENTRO, AGRONOMICA - SC, CEP: 89188000 Telefone: (47) 3542-3000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	006.004.052	CÂMARA REFRIGERADA VERTICAL, CAPACIDADE 200 LITROS, COM PORTA DE VIDRO E SISTEMA ANTIEMBAÇANTE; SISTEMA DE CONTROLE DE ALTA E BAIXA TEMPERATURA NA FAIXA DE TRABALHO (2 A 8º C); DISCAGEM AUTOMÁTICA POR TELEFONE; SISTEMA DE SEGURANÇA COM AUTONOMIA PARA NO MÍNIMO 12 HORAS EM SITUAÇÃO DE FALHA/FALTA DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA LOCAL.	UN	2	13.300,00	26.600,00
		Total do Proponente				26.600,00

Ficando negociado o valor total de R$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais).

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se à disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Marco Aurélio Fullin, s/n, Centro, neste município de Bom Jesus do Araguaia/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público (07h30m à 11h30m e 13h30m à 17h30m).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 02 de Junho 2020.

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

Pregoeiro

_____

FERNANDO FERREIRA SOUZA GEHM

Presidente da CPL

Portaria 068/2020

_____

IVAN ABRANTES DOS SANTOS

Membro da CPL

Portaria 068/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

PORTARIA Nº. 346 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.167 de 27 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico à servidora **MARILICE ROSELANE ANTUNES MAGALHÃES**, portadora do CPF nº 926.029.401-00, efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva, pelo período de 30/04/20 a 30/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 30 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DECISÃO

DECISÃO

Cáceres-MT, 01 de junho de 2020.

Protocolo nº. 1.954/2020

Pregão Eletrônico nº. 13/2020

Em análise detida das informações disponibilizadas na plataforma BLL (www.bllcompras.org.br) em decorrência do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 13/2020 - SSAAP verificou-se inconsistência na importação dos dados, referente aos valores da cotação, para a Plataforma BLL, especificamente no item 02, fato este relevante, sendo necessária as alterações nos sistemas que viabilizam a realização do certame.

A mencionada reforma influenciará sobremaneira na formulação de propostas, deste modo, determino a **SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. º 13/2020-SSAAP,** para que sejam feitas as adequações necessárias, devendo, portanto, ser designada nova data e horário para abertura de licitação.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
EXTRATO DO 07° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 179/2017-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 07° Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 179/2017-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: HS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP

Objeto: Aditar o **PRAZO DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA** do Contrato Administrativo n° 179/2017 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Educação** e a empresa **HS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP,** para mais **60 (sessenta) dias na Vigência e para mais 30 (trinta) dias de Execução.**

Cáceres – MT,02 de junho de 2020.

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Secretaria Mun. de Educação

PORTARIA Nº. 351 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17163 de 27 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar o benefício de afastamento médico a servidora **LUCIENE GERALDA DE ANDRADE SOUSA**, portadora do CPF nº 861.031.991-15, efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 11/05/2020 a 19/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos a partir de 11 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de junho de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 347 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.168 de 27 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar o benefício de afastamento médico ao servidor **JOSÉ DE SOUZA FEITOSA JUNIOR**, portador do CPF nº 274.421.101-00, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 01.05.2020 a 20.05.2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 01 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 345 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17004 de 26 de maio de 2020,

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar o benefício de afastamento médico à servidora **REGINA MENACHO DE OLIVEIRA,** portadora do CPF nº 396.372.391-20, efetiva no cargo Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade de remuneração contributiva a partir de 19.04.2020 a 07.10.2020

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos a partir de 19 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 343 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.020 de 26 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico à servidora **RUTH ALVES DE FARIA**, portadora do CPF nº 202.552.171-53, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviço Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integra-

lidade da remuneração contributiva pelo período de 01/04/2020 a 30/06/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 01 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 340 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.162 de 27 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar o benefício de afastamento médico à servidora **NEREIDA ALBERTINA GOMES DE ARRUDA**, portadora do CPF nº 352.772. 621-72, efetiva no cargo de Médica Cardiologista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 04.05.2020 a 03.07.2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 04 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 337 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.007 de 26 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico à servidora **ZUBEIDE PEIXOTO AMBRÓSIO CURVO**, portadora do CPF nº 503.259.061- 49, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Procuradoria Geral do Município, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 17/04/2020 a 15/06/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 17 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 350 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Memorando sob nº. 16.997, de 26 de maio de 2020;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **MARIA CRISTINA FREITAS GONÇALVES - Auxiliar Administrativ**o, para responder pela Secretaria da EMEI Centro Municipal de Educação Infantil – CAIC, da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, a partir de 08 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de junho de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº. 344 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.166 de 27 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar o benefício de afastamento médico ao servidor **LUIZ RAFAEL GOMES FONSECA**, portador do CPF nº 396.508.981-15, efetivo no cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 13.05.2020 a 19. 05.2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 13 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 341 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de**

2010, o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.164 de 27 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar o benefício de afastamento médico ao servidor **JODELCIO SOUZA DO CARMO**, portador do CPF nº 594.182.651-68, efetivo no cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 04.05.2020 a 01.09.2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 04 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 339 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.021 de 26 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico à servidora **DILZA GONÇALVES PEIXOTO**, portadora do CPF nº 303.737.431-49, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 04/05/20 a 19/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 04 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 338 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.014 de 26 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico à servidora **ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA**, portadora do CPF nº 910.896.381-916, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 29/04/2020 a 30/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 29 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 336 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.009 de 26 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico ao servidor **JOSÉ MARCIO DE OLIVEIRA**, portador do CPF nº 536.117.131-04, efetivo no cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 01/04/20 a 19/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 01 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 335 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.012 de 26 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico à servidora **MILTE BRONEL DOS PASSOS MUNIZ**, portadora do CPF nº 483.411.261-68, efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 14/04/20 a 31/07/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 14 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 334 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.006 de 26 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico à servidora **JOELMA MOREIRA BRITO**, portadora do CPF nº 857.609.865-20, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 20/04/2020 a 19/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 20 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 332 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.002 de 26 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico à servidora **MARIA AUXILIADORA DA CHAGA PINHEIRO**, portadora do CPF nº 486.974.781-20, efetiva no cargo de Auxiliar Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 20/04/20 a 19/07/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 20 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 331 DE 29 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 17.019 de 26 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder afastamento médico à servidora **FABIA ARRUDA DE SOUZA**, portadora do CPF nº 004.314.331-86, efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 29/04/20 a 19/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 29 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 20-2020 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística de Cáceres - MT

Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos (Cavalete móvel, tipo pórtico; conjunto vibratório, anel da base, betoneira, compactador de solo (sapo)) para fabricação de tubo de concreto armado para drenagem, com dimensões de ø40cm, ø60cm, ø80cm e ø100cm pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Empresas Vencedoras:

FERREIRA DE CARVALHO E CARVALHO LTDA - CNPJ: 03.595.692/0001-56 – Valor Total de R$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais).

JACKSON JAHN CONSULTORIA E TREINAMENTOS EIRELI - CNPJ: 34.092.683/0001-76 – Valor Total de R$ 29.742,00 (vinte e nove mil e setecentos e quarenta e dois reais).

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO R$ 49.342,00 (quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais).

Observação: Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº

119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentaisll.org.br/.

Prefeitura de Cáceres-MT, 02 de junho de 2020.

Wilton Bento Pimenta

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 056/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO

Pelo presente TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO, o Prefeito Municipal de Cáceres – MT, Sr.º Francis Maris Cruz, no uso de suas atribuições legais, prorroga a validade do **Edital de nº 01/2018 do Processo Seletivo nº 2018/003**, da Secretaria Municipal de Assistência Social que tem por objeto a contratação de servidores para atuar nos setores desta secretaria para mais um ano, considerando o despacho Nº **5 do Memorando 12.578/2020 - Procuradoria Geral do Município - PGM**

Cáceres/MT, 19 de maio de 2020.

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal

Cáceres/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2020 – ORIUNDA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 056/2020 ORIGINADA DO PREGÃO PRESENCIAL 114/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES.

O Titular da Secretaria Municipal de Fazenda **GUSTAVO CALABRIA RONDON** no uso de suas atribuições legais, em obediência ao disposto no artigo 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013, HOMOLOGA o processo de Adesão (Carona) à Ata de Registro de Preço nº 056/2020 Originada do Pregão Presencial 114/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT.

Objeto: Abertura de processo licitatório para aquisição de máquina de sinalização viária pintura termoplástica a quente, com carreta para transporte conforme quantidades estabelecidas no presente instrumento, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Cáceres/MT.

Publique-se e cumpra-se.

EMPRESA:	Valor Total
EMPRESA: INDÚSTRIA TÉCNICA HILÁRIO LTDA CNPJ Nº 53.524.443/0001-48	VALOR: R$ 109.000,00 (CENTO E NOVE MIL REAIS).

HOMOLOGO a decisão ao vencedor, e **autorizo o empenho** das despesas respectivas.

GUSTAVO CALABRIA RONDON

Secretário Municipal de Fazenda

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de Junho de 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 30-2020 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres - MT

Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa Locação de solução corporativa de Backup nas nuvens incluindo garantia de funcionamento e suporte técnico. Destinada à realização do armazenamento e recuperação de dados e informações sensíveis da Prefeitura Municipal de Cáceres.

Realização: 18 de Junho de 2020 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentaisll.org.br/.

Prefeitura de Cáceres-MT, 02 de Junho de 2020.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 056/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 28-2020 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretarias de Turismo e Cultura, Infraestrutura e Logística, Saúde e Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção, visando atender as Secretarias de Turismo e Cultura, Infraestrutura e Logística, Saúde e Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.

Realização: 17 de Junho de 2020 às 09:00 horário de Brasilia.

Observação: Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentaisll.org.br/.

Prefeitura de Cáceres-MT, 02 de junho de 2020.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 056/2020

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 53/2020

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

Considerando as disposições da Lei nº 2.476 /2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei nº 2.520/2016;

Considerando os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Eficiência e da Publicidade;

Considerando os artigos 18 a 20 e §§ da Lei Complementar Nº 48 de 05 de setembro de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica elevado o Nível do Srº **Hamilton César dos Santos,** servidor de carreira, no cargo de **Agente de Consumo**, matricula 10 (dez), em razão do documento apresentado, Certificado Autenticado da **Pós Graduação** em **Educação Ambiental**, na área da Educação, com carga horária total de 360 horas, promovido pelo Centro Universitário Cidade Verde – **UNIFCV**, protocolado via 1doc, sob nº 10.687/2020, em 21/05/2020, obedecendo aos critérios de promoção para cada Nível e Classe, passando a figurar na **Classe B - Nível III.**

Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos retroagem ao mês de **maio/2020**.

Cáceres/MT, 01 de junho de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
COVID-19: COVID-19 PORTARIA DE Nº.181 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE FÉRIAS **NO MÊS DE JUNHO**, AOS SERVIDORES RELACIONADOS ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 3334 de 30 de abril de 2020 que dispõe sobre novas medidas Preventivas, em caráter temporário, para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus – COVID-19.

CONSIDERANDO o teor do Oficio nº196/2020/GPM datado de 01 de maio de 2020.

CONSIDERANDO que alguns servidores estão de Licença Saúde e Licença Maternidade não usufruíram as férias coletivas.

CONSIDERANDO que receberá o 1/3 férias os servidores que farão período aquisitivo até 31.01.2021.

RESOLVE: I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, adiantamento de *"Férias"*, aos servidores relacionados nas tabelas abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos nos dias 01.06.2020 a 30.06.2020.

Nome	Período Aquisitivo	1/3 Férias
ADILSON ALMEIDA DA SILVA	01.06.2019 a 31.05.2020	1/3 férias
ADERCINO BATISTA GUIMARÃES	03.05.2018 a 02.05.2019 15 dias 03.05.2019 a 02.05.2020 15 dias	1/3 férias do período 03.05.2019 a 02.05.2020
ADRIANGELA PEHOHOIMO REJARA RA	14..05.2019 a 13.05.2020	1/3 férias
ADRIANA DE CASTRO BORGES	14.03.2019 a 13.03.2020	1/3 férias
ALESSANDRA FERNARDES DA CUNHA SILVA	01.04.2019 a 31.03.2020	1/3 férias
ALDA TERTULIANO ALVES ROSA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
ALTIER OLIVEIRA NASCIMENTO	01.06.2019 a 31.05.2020	1/3 férias
AMARO CARDOSO DE OLIVEIRA	11.03.2020 a 10.03.2021	
ANA PIRES DA SILVA	01.10.2019 a 30.09.2020	1/3 férias
ANGELINA MARIA DA SILVA	21.02.2020 a 20.02.2021	
ANTONIA PIRES CARDOSO	03.10.2019 a 02.10.2020	1/3 férias
ANTONIO LUIZ XAVIER DE MELO	01.04.2019 a 31.03.2020	1/3 férias
APARECIDA INACIA DE LIMA	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
APARECIDA MORAIS PEDROSA	04.06.2019 a 03.06.2020	1/3 férias
ARMANDA GUEDES PARREIRA	22.04.2019 a 21.04.2020	1/3 férias
CANDIDA AFONSO GALVÃO	12.02.2019 a 11.02.2020	1/3 férias
CHIRLEI SEVERINA DA SILVA	02.02.2019 a 01.02.2020	1/3 férias
CLAUDIA APARECIDA SANTOS	22.02.2020 a 21.02.2021	
CLEIBIANE LOPES DA SILVA SANTOS	12.03.2020 a 11.03.2021	
CLEONEIDES DE PAULA QUEIROZ	16.09.2019 a 15.09.2020	1/3 férias
CLEUNICE APARECIDA LOURENÇO	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
CLEUSA LOURDES PERREIRA PRUDENTE	11.03.2019 a 10.03.2020	1/3 férias
CREUZA MOURA DO NASCIMENTO	01.10.2019 a 30.09.2020	1/3 férias
CRISTOLANDE SOUSA MACEDO	25.02.2020 a 24.02.2021	
DELVANI FERREIRA DE CASTRO	15.03.2020 a 14.03.2021	
DEUSUITA PEREIRA DE SOUSA	08.03.2019 a 07.03.2020 20 dias 08.03.2020 a 07.03.2021 10 dias	
DEVANER JESUS FERREIRA	11.03.2019 a 10.03.2020	1/3 férias
DEVANILDES GOMES DA SILVA	09.02.2020 a 08.02.2021	
DIOMAR LUIZA DA SILVA	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
DIVINO ANTUNES VIEIRA	01.08.2019 a 31.07.2020	1/3 férias
EDINAURA PEREIRA DOS SANTOS	24.10.2019 a 23.10.2020	1/3 férias
EDNA LUCAS MACHADO	02.01.2020 a 01.01.2021	1/3 férias
ELEIDE BARROS RAMOS ALVES	06.03.2020 a 05.03.2021	
ELENICE VIEIRA DA CRUZ	08.03.2019 a 07.03.2020	1/3 férias
ELIANES PEREIRA COSTA CORREIA	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
ELIENE APARECIDA GONÇALVES DA CUNHA	01.08.2019 a 31.07.2020	1/3 férias
ELIENE CHRISOSTOMO DA SILVA	06.09.2019 a 05.09.2020	1/3 férias
ELISANGELA SAMIRA PEREIRA	06.03.2020 a 05.03.2021	
ELIZANJELA FERREIRA DA SILVA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
ELIZIA RODRIGUES DE PAULA	12.02.2020 a 11.02.2021	
ELZIMAR VON RANDOW CONSTANTINO	01.06.2019 a 31.05.2020	1/3 férias
EMILIANA INACIO DE FARIAS	03.12.2019 a 02.12.2020	1/3 férias
ERMELINDA MARIA DA GLORIA BARBOSA	06.03.2020 a 05.03.2021	
ERYKA DHEYNYFER ARAUJO CARDOSO DE CARVALHO	20.03.2020 a 19.03.2021	
ESLAINE CORREIA BARBOSA SILVA	17.05.2019 a 16.05.2020	1/3 férias
FABIANA LOPES DA CUNHA	09.04.2019 a 08.04.2020	1/3 férias
FABIANA ANASTACIA DA SILVA	06.03.2020 a 05.03.2021	
FABIANO MOURA SILVA	02.03.2020 a 01.03.2021	
FABIULA ARANTES CARNEIRO	14.03.2020 a 13.03.2021	
FERNANDA PRADO	21.02.2020 a 20.02.2021	
FERNANDA VIEIRA DE SOUZA MAIA	02.03.2020 a 01.03.2021	
FRANCIELE MOREIRA LIMA	04.04.2020 a 03.04.2021	
FRANCISCO TERTULIANO DA SILVA JUNIOR	10.04.2019 a 09.04.2020	1/3 férias
GERLANE FRANCO LIMA	22.04.2020 a 21.04.2021	
GILVANI MARQUES DORNELIO	25.02.2020 a 24.02.2021	
GILVAR DA COSTA ROSA	01.10.2019 a 30.09.2020	1/3 férias
GISELE MARTINS DE SOUZA	17.05.2019 a 16.05.2020	1/3 férias
GLEICIELY OLIVEIRA CARDOSO	06.03.2020 a 05.03.2021	
GULIOKENPS FELIX VILELA	25.03.2020 a 24.03.2021	
HELENA MARIA CAIXETA	03.09.2020 a 02.09.2021	

ILMA ALVES DE OLIVEIRA	01.10.2019 a 30.09.2020	1/3 férias
IRACI MARIA DA MAIA SILVA	06.03.2020 a 05.03.2021	
IRIA AP. FERNANDES ALVES SANTANA OLIVEIRA	17.05.2019 a 16.05.2020	1/3 férias
ISALDINA MARIA DA COSTA	01.08.2019 a 31.07.2020	1/3 férias
ISMAEL HILARIO DOS SANTOS JUNIOR	03.04.2020 A 02.04.2021	
ISRAEL ANTONIO BARBOSA	01.08.2020 a 31.07.2021	
IZIA RUBIA MARTINS MACHADO	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
JANETE APARECIDA FRANCO DE MIRANDA	14.03.2020 a 13.03.2021	
JOÃO BATISTA DA CUNHA	12.03.2020 a 11.03.2021	
JOAO ROQUE DA SILVA	01.06.2019 a 31.05.2020	1/3 férias
JOAS DE OLIVEIRA TAVARES	22.02.2020 a 21.02.2021	
JOELIO PATROCINIO PERREIRA SANTOS	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
JOICILENE APARECIDA QUEIROZ FRANCO	02.02.2019 a 01.02.2020	1/3 férias
JORCELINA DE OLIVEIRA	01.02.2019 a 31.02.2020	1/3 férias
JOSÉ LUIZ SILVA SANTOS	10.02.2019 a 09.02.2020	1/3 férias
JOSIVALDO FERREIRA DA SILVA	01.10.2019 a 30.09.2020	1/3 férias
JOHNNY DE SOUZA MELO	07.06.2019 a 06.06.2020	1/3 férias
JUNICE ALVES DE LIMA	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
KAIO SANTANA SILVA	24.06.2019 a 23.06.2020	1/3 férias
KLENIA FREITAS MACHADO	04.11.2020 a 03.11.2021	
LAURINDA BARROS DE SOUZA DE PAULA	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
LIANA GOMES BARBOSA DA SILVA	21.02.2020 a 20.02.2021	
LEIDY DAYANA SOUZA RAMIRO	14.02.2020 a 13.02.2021	
LIGIA CARUSO LOZANO	06.03.2020 a 05.03.2021	
LILIANE MARIA GOMIDES	01.08.2019 a 31.07.2020	1/3 férias
LIGIA KELLYS FERREIRA DE PAULA	01.08.2020 a 31.07.2021	
LINDOMAR PIABA BENTO	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
LUCENIR FRANCISCA ALVES	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
LUCIANA BERNARDINA SOUZA GUIMARÃES	01.08.2019 a 31.07.2020	1/3 férias
LUCIANA MARIA DA SILVA	17.05.2019 a 16.05.2020	1/3 férias
LUCIANA PINTO DE MORAIS	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
LUCIENE GONÇALVES DA CUNHA	12.03.2019 a 11.03.2020	1/3 férias
LUCIENE VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA	01.06.2019 a 31.05.2020	1/3 férias
LUCIMONE FERREIRA MORAES	17.05.2019 a 16.05.2020	1/3 férias
LUCINEIDE BORGES DE LIMA	06.10.2019 a 05.10.2020	1/3 férias
LUIZ FERNANDO COSTA ALMEIDA	10.04.2019 a 09.04.2020	1/3 férias
MAGNA BARBOSA LOPES	27.01.2020 a 26.01.2021	1/3 férias
MAGNA POLICARPO DE LIMA	03.01.2019 a 02.01.2020	1/3 férias
MARA ADRIANA GONÇALVES DOS SILVA	01.06.2019 a 31.05.2020	1/3 férias
MARCELO EMIDIO DA CRUZ	01.02.2018 a 31.01.2019 20 dias 01.02.2019 a 31.01.2020 10 dias	1/3 férias do período 01.02.2019 a 31.01.2020
MARCIA ANTONIA DA SILVA POLICARPO	22.02.2020 a 21.02.2021	
MARCIA HELENA DOS SANTOS MELO	06.03.2019 a 05.03.2020	1/3 férias
MARCILENE APARECIDA SILVA	14.03.2020 a 13.03.2021	
MARGARETE MEIRE SILVA MARTINS	01.10.2019 a 30.09.2020	
MARIA CRISTINA DE MORAIS GONÇALVES	01.03.2020 a 28.02.2021	
MARIA ALVES DOS SANTOS	11.03.2020 a 10.03.2021	
MARIA ARAUJO MOURA	17.05.2019 a 16.05.2020	1/3 férias
MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA SOUZA	01.10.2019 a 30.09.2020	1/3 férias
MARIA DIVINA DA COSTA	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
MARIA DO CARMO MARQUES AVELAR	14.03.2020 a 13.03.2021	
MARIA INACIA DE LIMA	08.06.2019 a 07.06.2020	1/3 férias
MARIA LAURA IGNACIO SOARES	26.05.2020 a 25.06.2021	
MARIA LUCIA ESTEVES PIMENTA	24.05.2019 a 23.05.2020	1/3 férias
MARIA LUIZA INACIO PEREIRA	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
MARIA MADALENA SOBRINHO	08.03.2020 a 07.03.2021	
MARIA RITA DA COSTA BARBOSA	06.03.2020 a 05.03.2021	
MARIA ROBERTA DA COSTA	01.03.2019 a 28.02.2020	1/3 férias
MARIA SONIA DE ARAUJO MOURA	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
MARIA ZELIA POLICARPO DE MOURA	01.06.2019 a 31.05.2020	1/3 férias
MARINA DA COSTA AZEVEDO	12.03.2020 a 11.03.2021	
MARINEZ LINDENMAYR	06.03.2019 a 05.03.2020	1/3 férias
MARIOZETE MARIA DA COSTA	01.10.2019 a 30.09.2020	1/3 férias
MAURA CAMELO PINTO MARTINS	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
MAXIMO GAMA DE LIMA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
MAYARA SILVA SANTOS	03.12.2020 a 02.12.2021	
MICHELE DAS GRAÇAS MARÇAL	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
MIRIAN REGINA CAMARGO BARROSO	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
NARCISO RAIMUNDO DE PAULA	07.03.2019 a 06.03.2020	1/3 férias
NATALY DOS SANTOS VILELA	01.10.2019 a 30.09.2020	1/3 férias
NELSON CENTURIÃO JUNIOR	25.03.2020 a 24.03.2021	
NELSON GONÇALVES DE MELO	01.06.2019 a 31.05.2020	1/3 férias
NEUZA LUZIA DE SOUZA ARAUJO	08.03.2019 a 07.03.2020	1/3 férias
NILDA RODRIGUES DE RESENDE	09.12.2019 a 08.12.2020	1/3 férias
NOELIA MARIA DE ANDRADE	06.03.2019 a 05.03.2020	1/3 férias
ODILA SIGNORINI ALVES TOLENTINO	16.09.2019 a 15.09.2020	1/3 férias
PABIO HENRIQUE PORTO	11.03.2020 a 10.03.2021	
PATRICIA MARIA DE SOUZA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
PATRICIA RODRIGUES FERREIRA	01.06.2019 a 31.05.2020	1/3 férias
PETER MATTOS DREY	12.03.2020 a 11.03.2021	
RAFAEL VICENTE DA SILVA	14.03.2020 a 13.03.2021	
RAIANI SENA NEVES	06.03.2020 a 05.03.2021	
REGIANE SILVERIA GOMES	14.11.2019 a 13.11.2020	1/3 férias
ROMES CORDEIRO VASCO	13.03.2020 a 12.03.2021	
ROSELY CAMPOS DE OLIVEIRA MOURA	07.03.2021 a 06.03.2022	
RUBENSMAR SANTOS VILELA	22.03.2020 a 21.03.2021	
SANDRA ALVES AGOSTINHO	01.08.2020 a 31.07.2021	
SARA RIBEIRO FERREIRA	06.03.2020 a 05.03.2021	

SCARLATH SILVA SOUZA	09.04.2020 a 08.04.2021	
SEBASTIANA GOMES FERREIRA	16.09.2019 a 15.09.2020	1/3 férias
SEBASTIÃO MENDES DOS SANTOS	16.01.2019 a 15.01.2020	1/3 férias
SELMA FERREIRA DE SOUZA	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
SELMA LUCIA DE JESUS	01.03.2019 a 28.02.2020	1/3 férias
SHEILA CRISTINA MARTINS	26.03.2020 a 25.03.2021	
SILVANIA LUZIA DE ARCANJO BERNARDES	16.05.2019 a 15.05.2020	1/3 férias
SIMONE COELHO GONÇALVES	01.08.2019 a 31.07.2020	1/3 férias
SIMONE DIAS SOARES	18.03.2020 a 17.03.2021	
SIMONE FERREIRA DE MORAES RICARDO	02.02.2019 a 01.02.2020 10 dias 02.02.2020 a 01.02.2021 20 dias	
SINDEILTO MARTINS DA SILVA	09.04.2019 a 08.04.2020	1/3 férias
SIRLEI ALMEIDA DA SILVA	01.10.2019 a 30.09.2020	1/3 férias
SIRLENE ALVES DA SILVA LIMA	16.09.2019 a 15.09.2020	1/3 férias
SOENES SOARES NUNES RIBEIRO	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
SONIA MESSIAS DOS SANTOS BORGES	19.05.2019 a 18.05.2020	1/3 férias
SONIA JACINTO CAMPOS	25.03.2019 a 24.03.2020	1/3 férias
SUELI TEIXEIRA DE ALMEIDA	13.09.2020 a 12.09.2021	
TAHUAINI SANTOS OLIVIERA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
TARIANA HILARIO MOTA	04.09.2019 a 02.09.2020	1/3 férias
THASSYO HENRIQUE MARTINS RESENDE	14.03.2020 a 13.03.2021	
THATYANE SANTOS LIMA	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
THIAGO MENEZES RIBEIRO	06.03.2020 a 05.03.2021	
UELITA APARECIDA RODRIGUES	03.12.2020 a 02.12.2021	
URSULA PATRICIA ALVES DIAS DE SOUZA	25.02.2020 a 24.02.2021	
VAINA FERREIRA DA SILVA	01.10.2019 a 30.09.2020	1/3 férias
VALDENE DE PAULA OLIVEIRA	13.10.2019 a 12.10.2020	1/3 férias
VANDA BALIONE R. DA SILVA DE JESUS	22.02.2020 a 21.02.2021	
VANDERLANDE JOSE SILVA	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
VANDERLEI BENTO DE ARAUJO	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
VERCY MARQUES DE ALMEIDA	07.03.2019 a 06.03.2020	1/3 férias
VIRGINA MARTINS DA SILVA	27.02.2019 a 26.02.2020	1/3 férias
VIVIANE SILVA COELHO NEVES	14.03.2020 a 13.03.2021	
WANDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA	06.03.2020 a 05.03.2021	
WANEIDE MORAES GONÇALVES	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
ZELI DOS SANTOS MARQUES	11.11.2019 a 10.11.2020	1/3 férias
ZILDA FERREIRA GUIMARAES	01.02.2019 a 31.01.2020	1/3 férias
ZILMA ALVES GOMES	07.03.2019 a 06.03.2020	1/3 férias
ZIVANY TEREZA NASCIMENTO	06.05.2020 a 05.05.2021	

NOME	PERIODO AQUISITIVO	GOZO
CORACY ROQUE DOMINGAS DOS SANTOS	03.05.2019 a 02.05.2020	09.06.2020 a 08.07.2020 e 1/3 de férias

II - Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2020.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de junho de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

O Município de Campinápolis – MT torna público que no Pregão Presencial nº 13/2020, do tipo menor preço por item, no sistema de registro de preços, para a contratação de empresa do ramo de comercialização de produtos químicos utilizáveis em tratamento de água potável, para atender as necessidades do departamento de água e esgoto do município de Campinápolis – MT, foram vencedoras as empresas: DOMINUS QUIMICA LTDA CNPJ 07.694.393/0001-20, ao valor de R$ 47.145,00, ANALÍTICA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CPJ 08.072.145/0001-00 ao valor de R$ 21.534,00, C. INDUSTRIA QUÍMICA CMT LTDA ME CNPJ 10.717.170/0001-45, ao valor de R$ 40.800,00 e EDSON FURQUIM ME CNPJ 17.908.249/0001-00, ao valor de R$ 4.783,76 . Campinápolis, 02/06/2020. Gilberto Francisco R. de Paula - Pregoeiro.

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº087/2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020.

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços Nº 070/2020, referente ao Pregão Presencial nº 059/2020, cujo objeto é a aquisição de veículos sendo, ambulância de simples remoção, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, juntamente a prefeitura Municipal de Confresa MT. A adesão visa à obtenção de um veículo tipo PICK UP, zero km 4x4, cabine dupla para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Campinápolis-MT.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o objeto licitado no Processo Licitatório Pregão Presencial nº 017/2020 para adesão à Ata de Registro de Preços Nº 070/2020, referente ao Pregão Presencial nº 059/2019, cujo objeto é a aquisição de veículos sendo, ambulância de simples remoção, para atender as necessidades da Se-

cretaria Municipal de Saúde, juntamente a prefeitura Municipal de Confresa MT; homologando o objeto licitado a empresa vencedora em seu respectivo item, qual seja:

REAVEL VEICULOS EIRELI - 30.260.538/0001-04					
Item	**Unid.**	**Quant.**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Uni.**	**Valor total**
01	Unid	01	Veículo tipo pick-up leve e passageiro, zero km, ano e modelo do ano da emissão da nota fiscal, ou superior, tração 4x4, cabine dupla, legalizado junto ao DETRAN, com todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, combustível diesel, fabricação nacional,, com ar condicionado original de fabrica, airbag para o motorista e para o passageiro dianteiro, com 04 portas, vidros e travas elétricos nas quatros portas barras de proteção lateral nas quatro portas, protetor do Carter, jogo de tapetes emborrachado	**R$149.300,00**	**R$149.300,00**
TOTAL					**R$149.300,00**

Devendoser pago mediante a execução do serviço, com a fatura em documento válido, após atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 01 de junho de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 176 DE 27 MAIO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis-MT**,** Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, eConsiderando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Fiscal de Ata de Registro de Preços e Substituto referente a o processo nº **1029/2020,** pregão presencial nº **11/2020,** para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas.

ARP Nº:	**025/2020**	
OBJETO:	O SERVIÇO DO PRESENTE INSTRUMENTO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO DE PACIENTES EM TRATAMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA EM CUIABÁ-MT	
EMPRESA/ NOME:	M A BARBOSA DE OLIVEIRA	
CNPJ/CPF:	22.820.685/0001-55	
FISCAL TITULAR		
SERVIDOR:	SUELEM CRISTINA GOMES GUIMARÃES	
CARGO:	GERENTE ADMINISTRATIVA DA SAÚDE	
CPF:	988.936.371-20	**MATRÍCULA:** 2630
LOTAÇÃO:	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	
FISCAL SUBSTITUTO		
SERVIDOR:	PERECLES SILVA DE OLIVEIRA	
CARGO:	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
CPF:	041.056.671-30	**MATRÍCULA:** 3499
LOTAÇÃO:	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado

no **Art. 1º** desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 27 de maio de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 144 DE 14 ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis-MT**,** Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, eConsiderando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Fiscal de Contrato Administrativo e Substituto referente ao processo administrativo nº **1097-1151/2020,** para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas.

CONTRATO Nº	**18/2020**	
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS.	
EMPRESA:	VANUBIA FELIPE DE OLIVEIRA EIRELI-EPP	
CNPJ:	26.385.051/0001-72	
FISCAL TITULAR		
SERVIDOR:	NEIDE PIABA BENTO	
CARGO:	DIGITADOR	
CPF:	854.643.171-04	**MATRÍCULA:** 193
LOTAÇÃO:	SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
FISCAL SUBSTITUTO		
SERVIDOR:	GARDENYA APARECIDA RIBEIRO BARBOSA	
CARGO:	DIGITADOR	
CPF:	017.135.971-28	**MATRÍCULA:** 891
LOTAÇÃO:	SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado

no **Art. 1º** desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 14 de abril de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 180 DE 28 DE MAIO DE 2020.

*"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA **ELIENE DIAS PADILHA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE I – Conceder "Licença Maternidade" a Servidora*ELIENE DIAS PADILHA* lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal, no período de 120 dias de 28.05.2020 A 24.09.2020. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 28 de maio de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 184 DE 02 JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis-MT**,** Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, eConsiderando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Fiscal de Contrato Administrativo e Substituto referente a o processo nº **087/2020,** pedido **1015/2020,** para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas.

CONTRATO Nº	**024/2020**	
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE 01 PICK-UP, ZERO KM, CABINE DUPLA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	
EMPRESA/ NOME:	REAVEL VEICULOS EIRELI	
CNPJ/CPF:	30.260.538/0001-04	
FISCAL TITULAR		
SERVIDOR:	PERECLES SILVA DE OLIVEIRA	
CARGO:	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
CPF:	041.056.671.30	**MATRÍCULA:** 3499
LOTAÇÃO:	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	
FISCAL SUBSTITUTO		
SERVIDOR:	SUELEM CRISTINA GOMES GUIMARÃES	
CARGO:	GERENTE ADMINISTRATIVA DA SAÚDE	
CPF:	988.936.371-20	**MATRÍCULA:** 2630
LOTAÇÃO:	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado

no **Art. 1º** desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 02 de junho de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Campinápolis – MT torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços Nº 070/2020, referente ao Pregão Presencial Nº 059/2020, cujo objeto é a aquisição de veículos sendo, ambulância de simples remoção, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, juntamente a prefeitura Municipal de Confresa MT. A adesão visa à aquisição de um veículo tipo Pick – Up leve e passageiro, zero km 4x4, cabine dupla da empresa para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Campinápolis-MT. O órgão fornecedor é a Empresa REAVEL VEÍCULOS EIRELI, CNPJ: 30.260.538/0001-04, no valor de R$ 149.300,00 (cento e quarenta e nove mil e trezentos reais). Campinápolis, 01/06/2020. Gilberto F. Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 179 DE 28 MAIO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis-MT**,** Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, eConsiderando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Fiscal de Contrato Administrativo e Substituto referente a o processo nº **1168/2020,** pedido **996/2020,** para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas.

CONTRATO Nº	**023/2020**	
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE MOCHILAS ESCOLARES PARA ATENDER AOS ALUNOS DAS ESCOLAS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS-MT.	
EMPRESA/ NOME:	AQUARELA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESCOLARES EIRELI-EPP	
CNPJ/CPF:	21.136.749/0001-30	
FISCAL TITULAR		
SERVIDOR:	ARMANDA GUEDES PARREIRA	
CARGO:	COORDENADORA PEDAGÓGICA INDÍGENA	
CPF:	932.117.916-04	**MATRÍCULA:** 5834
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	

FISCAL SUBSTITUTO		
SERVIDOR:	MARCELO EMÍDIO DA CRUZ	
CARGO:	DIRETOR INDÍGENA	
CPF:	001.422.161-60	**MATRÍCULA:** 2276
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado

no **Art. 1º** desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 28 de Maio de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2020

REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para repasse de recursos financeiros ao Conselho da Comunidade de Campo Novo do Parecis, com o objetivo de absorção da mão-de-obra dos presos que se encontram em cumprimento de pena na Unidade Prisional de Campo Novo do Parecis - MT, para o desenvolvimento de atividades braçais, utilizando os proventos desta parceria para remunerá-los pela prestação de serviços internos e externos à Unidade Prisional em benefício do Município de Campo Novo do Parecis.

TORNO PÚBLICA a inexigibilidade de Chamamento Público, com fulcro no art. 31, inciso II, da Lei 13.019/2014, para formalização de Termo de Colaboração com o **CONSELHO DA COMUNIDADE DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** com o objetivo de absorção da mão-de-obra dos presos que se encontram em cumprimento de pena na Unidade Prisional de Campo Novo do Parecis - MT, para o desenvolvimento de atividades braçais, utilizando os proventos desta parceria para remunerá-los pela prestação de serviços internos e externos à Unidade Prisional em benefício do Município de Campo Novo do Parecis. No valor total de **R$ 291.600,00 (duzentos e noventa e um mil, seiscentos reais), a serem pago em 12 parcelas mensais**.

Devidamente justificada a necessidade de ser considerado Inexigível o procedimento de Chamamento Público, em cumprimento às medidas previstas no § 1º do artigo 32 da Lei 13.019/2014, publique-se, registre-se.

Campo Novo do Parecis/MT, 19 de maio de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL PE 033/2020

Recebimento das propostas: **a partir do dia 03 de junho de 2020, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 19 de junho de 2020, às 14:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 19 de junho de 2020, às 15:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 19 de junho de 2020, às 15:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **Aquisição de um caminhão pipa, conforme Convênio nº 896959/2019, firmado entre Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR e o Município de Campo Novo do Parecis.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: www.bll.org.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 02 de junho de 2020**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 419, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA **FLANCIELLI THAIS PERES LEAL** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 47/2019.

PORTARIA Nº 423, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

EXONERA O SENHOR **GENEÍ MENDONÇA DE FREITAS** DO CARGO EM COMISSÃO DE *DIRETOR DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA*, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

O Município de Campo Novo do Parecis torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado “PATRIMÔNIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS”, neste município de CAMPO NOVO DO PARECIS com o(s) seguinte (s) contribuintes(s) alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ALAOR CASAGRANDE pessoa física inscrita no CPF sob nº 005.330.011-45, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ORDEM DE ESCRITURA do imóvel Lote nº 14 (Quatorze) da Quadra 72 (Setenta e dois), Localizado na Avenida Brasil, Nº 1184-NE, Bairro Centro, neste Município de Campo Novo do Parecis – MT.

AMAURI PERES pessoa física inscrita no CPF sob nº 345.802.711-49, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ORDEM DE ESCRITURA do imóvel Lote nº 07 (Sete) da Quadra 78 (Setenta e oito), Localizado na Rua São Paulo, Nº 11379-NE, Bairro Centro, neste Município de Campo Novo do Parecis – MT.

Abre-se o **prazo de 15 (dias)** para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Campo Novo do Parecis, 02 de junho de 2020.

Secretaria Municipal de Finanças

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 425, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2020, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1. INSTITUIR COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2020, em desfavor da empresa GUADAGNIN E MARTINEZ LTDA, devido o descumprimento do compromisso de prestação de serviço (entrega de equipamentos de Proteção Individual) firmado com o Município de Campo Novo do Parecis por meio da Ata de Registro de Preços nº 201/2019 conforme solicitação por Memorando nº 354/2020 da Secretaria Municipal de Saúde e memorando nº 064/2020 da Assessoria Juridíca. 2. DESIGNAR membros da comissão, a saber: Presidente: Keully Ciany Batista Gomes, matrícula funcional nº 1903, CPF º 641.438.482-87, Membros: João dos Santos Brito, matrícula funcional nº 2541, CPF º 020.059.951-85, Membros: Pablo Marcelo Borges Carpinetti, matrícula nº 2254, CPF nº 010.283.811-90;

3. A Comissão deverá realizar os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, devendo ao final dos trabalhos apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório conclusivo do referido processo.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 110, DE 1° DE JUNHO DE 2020.

Decreta Luto Oficial por 3 (três) dias nas repartições públicas do Município de Campo Novo do Parecis.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o falecimento do Sr. Sebastião José da Silva ocorrido no dia 31 de maio de 2020 pai da servidora pública Joyce Roberta da Silva; o memorando nº 058/2020 do Gabinete do Governo Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Em decorrência do falecimento do Sr. Sebastião José da Silva**,** ocorrido na data de 31 de maio de 2020, fica decretado Luto Oficial nos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal nos dias 01, 02 e 03 de junho de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1° dia do mês de junho de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

***Aditivo nº** 01/2020*

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X**R.O. DA SILVA & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.563.240/0001-58.

Objeto: Fica aditado em 25% (vinte e cinco por cento) a quantidade de diárias braçais, correspondente a 495 (quatrocentos e noventa e cinco) diárias.

Valor: 64.845,00

Dotação Orçamentária

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Programática: 08.001.18.452.0006.20150.3.3.90.37.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários Exercício

Data: 02/06/2020

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 28/2019

Secretaria: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 421, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

NOMEIA os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com a seguinte composição:

1- REPRESENTANTE DO GOVERNO MUNICIPAL

Titular: Alessandra Costa Marques Rosa de Moraes Silva CPF: 758.232.761-68

Suplente: Sara Castelli CPF: 019.755.311-75

2- REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Susana Henrique CPF: 006.003.589-76

Suplente: Roberta Cristina Freitas Silva CPF: 065.385.826-48

3- REPRESENTANTE DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO

Titular: Vera Lucia de Freitas CPF: 395.128.195-00

Suplente: Marilei Aparecida Bahnert CPF: 862.798.071-34

4- REPRESENTANTE DA SEC. MUN. DA SAÚDE

Titular: Zilda de Souza Rizzoto CPF: 572.416.601-10

Suplente: Lilian K.L.Pegaiani CPF: 015.089.441-48

5- REPRESENTANTE DA SEC. MUNIC. DE FINANÇAS

Titular: Simone Visineski CPF: 956.200.101-63

Suplente: Monique Alencar Caetano CPF: 024.631.161-45

6- REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Titular: **Bruna Caroline Justen** CPF: 059.530.051-05

Suplente: Diangelo Henrique Cecon CPF: 009.685.201-11

7- REPRESENTANTE ADOLESCENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES - PENITENCIÁRIOS DE CAMPO NOVO PARECIS – ASPCNP-PROJETO AGEM

Titular: Igor Oliveira Goudinho CPF: 058.087.481-86 Suplente: Brenno Heber Valiente Ferreira CPF: 054.013.731-63 8- REPRESENTANTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS Titular: Heloisa Helena Alves Rozette CPF: 530.778.651-49 Suplente: Giovane Corrêa dos Santos CPF: 003.940.325-43 9- REPRESENTANTE DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS – APAE Titular: Edna Tubiana Baú CPF: 038.355.879-43 Suplente: Marileusa Pereira CPF: 708.498.031-87 10- REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS

DEFICIENTES DE CAMPO NOVO DO PARECIS -ADCANP Titular: Sem representação Suplente: Sem representação 11- REPRESENTANTE DA PASTORAL DA CRIANÇA Titular: Ana Maria dos Santos CPF: 110.260. 114-42 Suplente: Maria Brandão de Almeida CPF: 571.734.351-53 12 - REPRESENTANTE DO LIONS CLUBE CNP: Titular: Juliana Aparecida Andrade Weschenfelder CPF: 021.910.021-70

Suplente: Maurício Mirandola

PORTARIA Nº 418, DE 29 DE MAIO DE 2020.

ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DOS ATOS E FATOS NARRADOS NA ATA Nº 008/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Lei Municipal nº 1.433/2011;

o Decreto Executivo 078/2018;

o disposto na Ata nº 009/2020, lavrada em 29 de maio de 2020;

os requerimentos dos servidores Gustavo Elienai Cardoso de Souza e Elaine Alves de Carvalho, os quais solicitaram o desligamento da comissão especial;

a Portaria nº 351, de 12 de maio de 2020;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1. ALTERAR a Portaria **nº 351, de 12 de maio de 2020**, que instituiu a COMISSÃO ESPECIAL, subtituindo os Membros – Gustavo Elienai Cardoso de Souza **e** Elaine Alves de Carvalho, pelos servidores Geraldo Bastos Ribeiro, matrícula nº 836 e Eleni Teixeira Belai, matrícula nº 478, passando a COMISSÃO ESPECIAL, a ser composta pelos membros abaixo relacionados. 2. A Comissão Especial passará a conter a seguinte composição: I - Presidente: GERALDO BASTOS RIBEIRO, matrícula nº 836, CPF nº 832.824.833-68; II - Membro: PABLO MARCELLO BORGES CARPINETTI, matrícula nº 2254, CPF nº 010.283.811-90;

III - Membro: ELENI TEIXEIRA BELAI, matrícula nº 478, CPF nº 609.516. 211-49.

4. Revogam-se as disposições em contrário.

5. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 29 dias do mês de maio de 2020.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 424, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2020, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1. INSTITUIR COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/ 2020, em desfavor da empresa **HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA**, devido o descumprimento do compromisso de prestação de serviço (entrega de matérias hospitalares) firmado com o Município de Campo Novo do Parecis por meio da Ata de Registro de Preços nº 307/2019 conforme solicitação por Memorando nº 050/2020 da Central de Abastecimento Farmacêutico de Campo Novo do Parecis. **2. DESIGNAR** membros da comissão, a saber: Presidente: Juliano Olejas, matrícula funcional nº 2442 CPF º 840. 290.211-15, Membros: João dos Santos Brito, matrícula funcional nº 2541, CPF º 020.059.951-85, Membros: Geraldo Basto Ribeiro, matrícula funcional nº 836, CPF nº 832.824.833-68.

3. A Comissão deverá realizar os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, devendo ao final dos trabalhos apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório conclusivo do referido processo.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO ANEXOS LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
ANEXOS LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A **Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público, inscrita no CNPJ Nº 37.499.332/0001-72 neste ato representada por seu Presidente o Senhor **Dionardo Mendes da Conceição,** brasileiro, casado, portador do CPF nº 789.043.741-20, residente e domiciliado na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, conforme dispõe na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 torna público os **Relatórios de Gestão Fiscal – RGF** relativo ao **1º quadrimestre de 2020**, que estão afixados no mural do saguão da Câmara Municipal, no site www.camaracamponovodoparecis.mt.gov.br no quadro "Gestão Fiscal" e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Campo Novo do Parecis-MT, 29 de maio de 2020.

Daniela Volpato Tolardo - Contadora
Dionardo Mendes da Conceição - Presidente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Campo Novo do Parecis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal – DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) – LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	283.793,51	270.705,88	306.815,93	284.372,52	302.937,61	280.961,22	276.816,19	303.020,13	322.867,96	327.160,33	321.941,64	299.735,34	3.581.128,66	
Pessoal Ativo	283.793,51	270.705,88	306.815,93	284.372,52	302.937,61	280.961,22	276.816,19	303.020,13	322.867,96	327.160,33	321.941,64	299.735,34	3.581.128,66	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	238.605,62	225.514,97	256.353,29	236.712,36	256.130,69	236.571,47	231.386,21	257.851,75	273.268,73	277.206,23	269.654,24	251.410,00	3.012.036,20	
Obrigações Patronais	45.187,89	45.191,31	48.512,64	47.640,56	46.806,92	44.989,55	45.430,18	45.168,38	49.599,21	49.954,10	52.287,38	48.325,34	569.093,46	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	283.793,51	270.705,88	306.815,93	284.372,52	302.937,61	280.961,22	276.816,19	303.020,13	322.867,96	327.160,33	321.941,64	299.735,34	3.581.128,66	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Campo Novo do Parecis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	173.864.551,26	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	173.864.551,26	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	3.581.128,66	2,06
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.431.873,07	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.910.279,42	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.388.685,76	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

PORTARIA Nº 420, DE 29 DE MAIO DE 2020.

ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 001/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Lei Municipal nº 1.433/2011;

o Decreto Executivo 078/2018;

o disposto na Ata nº 009/2020, lavrada em 29 de maio de 2020;

os requerimentos dos servidores Gustavo Elienai Cardoso de Souza e Elaine Alves de Carvalho, os quais solicitaram o desligamento da comissão de sindicância administrativa n.º 001/2020;

a Portaria nº 328, de 05 de maio de 2020;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1. ALTERAR a Portaria **nº 328, de 05 de maio de 2020**, que instituiu a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 001/2020, subtituindo os Membros – Gustavo Elienai Cardoso de Souza e Elaine Alves de Carvalho, pelos servidores Keully Ciany Batista Gomes, matrícula nº 1903 e Eleni Teixeira Belai, matrícula nº 478, passando a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 001/2020, a ser composta pelos membros abaixo relacionados. 2. A Comissão de Sindicância Administrativa nº 001/2020 passará a conter a seguinte composição: I - Presidente: PABLO MARCELLO BORGES CARPINETTI, matrícula nº 2254, CPF nº 010.283.811-90; II - Membro: KEULLY CIANY BATISTA GOMES, matrícula nº 1903, CPF nº 641.438.482-87;

III - Membro: ELENI TEIXEIRA BELAI, matrícula nº 478, CPF nº 609.516. 211-49.

4. Revogam-se as disposições em contrário.

5. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 29 dias do mês de maio de 2020.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 011 ao Contrato 044/2016

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS** x **INVIOLÁVEL CAMPO NOVO MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA - ME**,inscrita no CNPJ sob n° 07.413.483/0001-03.

Objeto: Será majorado o valor contratado em 1,96% (um inteiro e noventa e seis décimos por cento) referente ao acréscimo de um ponto de serviço de monitoramento elétrico, que atenderá o Estádio Municipal Ary Tomazelli, atingindo o total de 5,88% (cinco inteiros e oitenta e oito centésimos por cento) de acréscimo ao contrato.

Valor: R$ 4.660,00

Dotação Orçamentária:

Órgão: 06. Secretaria Municipal de Esporte e lazer

Unidade: 002. Desporto Comunitário

Programática: 06.27.20036.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 e Recursos Ordinário Exercício

Data: 02/06/2020

Secretaria: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 422, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2020, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1. INSTITUIR COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/ 2020, E.S. DE BRANDÃO – GRAFICA EDITORA EXATA - ME, devido o descumprimento do compromisso de prestação de serviço firmado com o Município de Campo Novo do Parecis por meio da Ata de Registro de Preços nº 216/2019 (referente a confecção de 05 caixas com 100 blocos do item 40906 – Receituários de Controle Especial e 30 unidades do item 18584 – Formulário para exames ginecológicos) conforme solicitação por Memorando nº 346/2020 da Secretaria Municipal de Saúde. 2. DESIGNAR membros da comissão, a saber: Presidente: Pablo Marcelo Borges Carpinetti, matrícula nº 2254, CPF nº 010.283.811-90; Membros: Keully Ciany Batista Gomes, matrícula funcional nº 1903, CPF º 641.438. 482-87;Membros: Eleni Teixeira Belai, matrícula nº 478, CPF nº 609.516. 211-49;

3. A Comissão deverá realizar os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, devendo ao final dos trabalhos apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório conclusivo do referido processo.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 109, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

altera a nomenclatura E ATRIBUIÇÕES do cargo de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO, vinculado À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, para ASSESSOR DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no Art. 59, inciso VIII, alínea “a”, da Lei Orgânica Municipal; o disposto no Art. 13, da Lei Complementar nº 21, de 08 de abril de 2009; o disposto no Art. 1º do Decreto Executivo nº 77/2019 de 07 de junho de 2019; o Memorando nº 051/2020, proveniente da Secretaria Municipal de Administração, datado de 29 de maio de 2020; a necessidade administrativa.

DECRETA:

Art. 1º A nomenclatura do cargo **Assessor de Planejamento Administrativo** vinculado à Secretaria Municipal de Administração,passa a corresponder com a nomenclatura de **Assessor de Planejamento Orçamentário,** com as seguintes atribuições, dentre outras de sua natureza:

I - elaborar em consonância com a Secretaria Municipal de Finanças, os programas e ações do Plano Plurianual, os anexos de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual, Lei Orçamentária, o controle e acompanhamento da execução orçamentária e proposição de normas orçamentárias que devam ser observadas pelos demais órgãos municipais;

II - elaborar, executar e manter atualizados os instrumentos de planejamento;

III - desenvolver estudos voltados para a formulação da política de organização, com o objetivo de subsidiar decisões da Administração superior;

IV - recomendar as linhas gerais de planejamento orçamentário, a partir de estudos com as áreas responsáveis;

V - assessorar as áreas na formulação do plano operacional anual da Prefeitura;

VI - compatibilizar a proposta de plano operacional anual, em consonância com a política da organização;

VII - acompanhar e avaliar a execução do plano operacional, propondo ajustes em função dos devidos ou necessidades existentes;

VIII - acompanhar e avaliar a execução do planejamento anual da Prefeitura;

IX - elaborar estudos sobre desempenho da organização para subsidiar decisões da Administração Superior;

X - realizar reuniões de planejamento nos vários níveis, com vistas ao estabelecimento do plano operacional da Prefeitura;

XI - realizar estudos e analisar processos relativos às áreas de planejamento;

XII - propor, elaborar e executar o planejamento participativo com as demais Secretarias, entidades civis organizadas e a Comunidade, para que o orçamento participativo seja elaborado em consonância com todos os órgãos da Administração e entidades civis;

XIII - manter contato com as agências de fomento para captação de recursos;

XIV - planejar, e controlar os Recursos financeiros, obtidos dos governos Federal e Estadual, para serem aplicados em projetos para o Município;

XV - captar recursos junto ao governo Federal e Estadual; no âmbito das Secretarias;

XVI - planejar, organizar, controlar, acompanhar e executar as propostas de custos das Secretarias voltados para projetos em geral;

XVII - receber as propostas de custos das Unidades/Subunidades da Prefeitura e demais Secretarias conforme o caso propor alterações para aprovação do Prefeito;

XVIII - demonstrar, com a necessária antecedência, ao Secretário de Finanças, a necessidade de dotações cujos montantes revelam-se insuficientes para o atendimento das despesas;

XIX - planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e fiscalizar as atividades do pessoal que estiver sob sua responsabilidade;

XX - participar da implantação de planos, fluxos e rotinas, objetivando a simplificação e aperfeiçoamento de métodos de trabalho;

XXI - solucionar problemas surgidos em seu âmbito e quando de maior relevância e peculiaridade submeter à apreciação superior;

XXII - elaborar relatório periódico com informações das atividades;

XXIII – prestar apoio administrativo necessário ao funcionamento eficaz dos serviços da gestão de recursos humanos, financeiros e materiais, da organização, informática e da documentação e informação e apoio geral aos órgãos e dos serviços que integram a Secretaria Municipal de Administração ou dela estão diretamente dependentes;

XXIV – providenciar e responder os requerimentos e indicações encaminhados ao Poder Executivo Municipal, mantendo extremo controle das informações;

XXV - observar o cumprimento das leis, instruções, regulamentos, resoluções e portarias;

XXVI - planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e fiscalizar as atividades do pessoal que estiver sob sua responsabilidade;

XXVII - executar outras atribuições determinadas pelo superior imediato, afetas à sua área de atuação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 1º dias do mês de junho de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

Anexo I

QUADRO GERAL DOS ORGÃOS E CARGOS EM COMISSÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Órgão	Cargo
I - GABINETE DO PREFEITO	Prefeito
Gabinete do Prefeito	Diretor de Comunicação
Gabinete do Prefeito	Assistente de Comunicação
Gabinete do Prefeito	Diretor de Departamento de Convênios
Gabinete do Prefeito	Chefe de Gabinete do Governo Municipal
Gabinete do Prefeito	Chefe de Divisão de Comunicação
II - GABINETE DO VICE-PREFEITO	Vice-Prefeito
III - PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Procurador Jurídico
IV - ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Assessor Jurídico
V - CONTROLADORIA MUNICIPAL	Controlador
VI – OUVIDORIA MUNICIPAL	Ouvidor Municipal
VII - COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC	Diretor Executivo de Defesa Civil
VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Secretário
Coordenadoria de RH	Coordenador
Departamento de Tecnologia	Coordenador
Assessoria de Planejamento Orçamentário	**Assessor**
Assessoria Jurídica	Assessor Jurídico
Departamento de Legislação	Diretor
Departamento de Licitações	Diretor
Departamento de Compras	Diretor
Departamento de Recursos Humanos	Diretor
Departamento de Conciliação do PROCON	Diretor
Departamento Executivo do PROCON	Diretor
Assessor de Gabinete da Secretaria de Administrativo	Assessor
Divisão de Patrimônio de Bens Móveis	Chefe
Divisão de Serviço Militar e MTPS	Chefe
Divisão de Recursos Humanos	Chefe
Divisão de Licitação	Chefe
Divisão de Almoxarifado	Chefe
Divisão de Tecnologia	Chefe
Divisão de Compras	Chefe
Divisão de Apoio Distrital	Chefe
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Secretário
Coordenadoria de Educação	Coordenador
Departamento de Ensino Fundamental	Diretor
Departamento Administrativo e Financeiro	Diretor
Departamento de Transporte Escolar	Diretor
Departamento de Educação Infantil	Diretor
Divisão de Programas e Convênios	Chefe
Divisão Pedagógica	Chefe
Divisão de Apoio Administrativo e Financeiro	Chefe
Divisão de Merenda e Material Escolar	Chefe
X - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Secretário
Departamento de Recursos e Convênios	Diretor
Departamento de Regulação, Controle e Avaliação	Diretor
Departamento de Vigilância Ambiental	Diretor
Departamento de Vigilância Sanitária	Diretor
Departamento de Administração	Diretor
Departamento de Administração e Finanças	Diretor
Divisão de Controle Social	Chefe
Divisão de Atenção Básica	Chefe
Divisão Orçamentária	Chefe
Divisão Farmacêutica	Chefe
Assessor de Transporte de Veículo de Emergência	Assessor
Assistente da Saúde	Assistente
Assistente Administrativo de Equipe Saúde da Família	Assistente
XI - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	Secretário
Coordenador Contábil e Financeiro	Coordenador
Departamento de Administração Tributária e Financeira	Diretor
Assessoria Técnica Contábil	Assessor Técnico Contábil
Departamento de Gestão Fiscal e Prestação de Contas	Diretor
Departamento de Cadastro e Arrecadação	Diretor
Departamento de Fiscalização	Diretor
Departamento de Lançamento, Controle Tributário e Dívida Ativa	Diretor
Departamento de Tesouraria	Diretor
Departamento de Administração	Diretor

Divisão de Tesouraria	Chefe
Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas	Chefe
Divisão de Execução Fiscal	Chefe
XII-SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	Secretário
Coordenador Administrativo	Coordenador
Coordenador de Execução de Obras Públicas	Coordenador
Coordenadoria de Infraestrutura	Coordenador
Assessor de Transportes e Trânsito	Assessor
Departamento de Água, Esgoto e Serviços Urbanos	Diretor
Departamento de Manutenção e Oficina	Diretor
Departamento de Vias Públicas	Diretor
Departamento de Frotas	Diretor
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Gestão de Frotas	Chefe
Divisão de Manutenção de Oficina	Chefe
Divisão de Manutenção Asfática	Chefe
Divisão de Obras Públicas	Chefe
Divisão de Manutenção Paisagismo	Chefe
Assistente de Apoio Administrativo	Assistente
Assistente de Borracharia	Assistente
XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Secretário
Coordenadoria de Trabalho e Ação Social	Coordenador
Departamento de Gestão Social	Diretor
Departamento Administrativo do SINE	Diretor
Departamento de Administração	Diretor
Divisão de Apoio aos Idosos	Chefe
Divisão Administrativa	Chefe
Divisão de Apoio à Criança e Adolescente	Chefe
Divisão de Fomento e Trabalho	Chefe
Divisão de Habitação	Chefe
Divisão das Políticas Públicas para Mulheres	Chefe
Assistência da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente - Educador	Assistente
Assistência da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente	Assistente
Assistente da Divisão de Apoio à Habitação	Assistente
Assistente de Apoio Administrativo	Assistente
Assistente Administrativo de Apoio á Inclusão Digital	Assistente
XIV - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	Secretário
Departamento de Agricultura e Pecuária	Diretor
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Divisão de Agricultura Familiar e Cooperativismo	Chefe
Coordenadoria de Meio Ambiente	Chefe
Divisão de Indústria e Comércio	Chefe
Divisão de Gabinete	Chefe
Analista de Meio Ambiente	Analista
Analista de Meio Ambiente	Analista
Analista de Meio Ambiente	Analista
Fiscal de Meio Ambiente	Fiscal
Fiscal de Meio Ambiente	Fiscal
XV – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	Secretário
Departamento de Administração	Diretor
Divisão de Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Divisão de Manutenção de Espaços Esportivos	Chefe
Escolinha de Futebol	Treinador Desportivo
Escolinha de Basquetebol	Treinador Desportivo
Escolinha de Voleibol	Treinador Desportivo
Escolinha de Karatê	Treinador Desportivo
Projeto Escolinha – Dist. Mal Rondon	Treinador Desportivo
Escolinha de Futebol – Distrito Itamarati Norte	Treinador Desportivo
Escolinha de Handebol	Treinador Desportivo
Projeto Ginástica Aeróbica – Bairro Nossa Senhora Aparecida	Treinador Desportivo
Projeto Ginástica Aeróbica – Bairro Boa Esperança	Treinador Desportivo
Projeto Educador Físico Multidisciplinar	Treinador Desportivo
Treinador Desportivo Multidisciplinar	Treinador Desportivo
XVI – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	SECRETÁRIO
Departamento de Cultura	Diretor
Maestro	Maestro
Gestão Administrativa	Chefe
Divisão de Ações Artístico-Culturais	Chefe
Divisão de Eventos Culturais	Chefe
Divisão de Planejamento e Fomento ao Turismo	Chefe
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: V.S. COSTA E CIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 05.286.960/0001-83

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR, ODONTOLOGICO E LABORATORIAIS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2020.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 02/06/2020 À 02/06/2021

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	MICROSCÓPIO - BIOLÓGICO BINOCULAR CONFORME ESPECIFICAÇÕES	01 UND	BIOFOCUS BLUE1600 B-I-L	R$ 5.555,55	R$ 5.555,55
MICROSCÓPIO - BIOLÓGICO BINOCULAR COM OTICA DE CORRECAO INFINITA, ILUMINAÇÃO DE LED, ESTATIVA COMPOSTA DE BASE E COLUNA DE DESIGN MODERNO E ERGOMETRICO, REVOLVER INVERTIDO PARA 04 OBJETIVAS CFI, 60 PLANACROMATICAS DE 4X, 10 X, 40X E 100X IMERSAO E RETRATIL, PLATINA DE 78 X 54 MM COM TRAVA DE SEGURANCA QUE EVITA A QUEBRA DE LAMINAS, MOVIMENTO CRUZADO EM X E Y COM CHARRIOT E CURSO DE 216 MM X 150 MM, PLATINA COM SISTEMA DE PRÉ-FOCAGEM AUTOMATICA, SISTEMA OTICO COM TRATAMENTO ANTI-FUNGO, CHARRIOT QUE PERMITE A LEITURA DE 02 LAMINAS SIMULTANEAMENTE, CABECOTE BINOCULAR MOD. E2-TB COM INCLINACAO DE 30 GRAUS, COM ROTACAO DE 360 GRAUS. APRESENTAR DECLARAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NUM RAIO DE 160 KM DE CAMPO VERDE, COM RELAÇÃO DOS TÉCNICOS CREDENCIADOS NO ÓRGÃO COMPETENTE (APRESENTAR COMPROVANTE).				

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.555,55 (CINCO MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	MESA GINECOLÓGICA ELÉTRICA	01 UND	LANZA MEDICAL RT 2000	R$ 10.500,00	R$ 10.500,00

ESPECIFICAÇÕES: MESA GINECOLÓGICA ELÉTRICA - ACIONAMENTO ELÉTRICO: SUBIDA, DESCIDA, ENCOSTO E PERNEIRA. COMANDO: PEDAL. POSSUIR: APOIO DE PERNAS E CALCANHEIRAS REGULÁVEIS, GAVETA AUXILIAR PARA COLETA DE MATERIAL E SUPORTE PARA PAPEL. CAPACIDADE DE 180 A 250 KG. APRESENTAR DECLARAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NUM RAIO DE 160 KM DE CAMPO VERDE, COM RELAÇÃO DOS TÉCNICOS **CREDENCIADOS NO ÓRGÃO COMPETENTE (APRESENTAR COMPROVANTE).** VISANDO MAIOR SEGURANÇA CASO OS EQUIPAMENTOS APRESENTAREM DEFEITOS OU QUE PRECISAM DE ASSISTÊNCIA.

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 10.500,00 (DEZ MIL E QUINHENTOS REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 16.055,55 (DEZESSEIS MIL, CINQUENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº 045/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE NORMAS A SEREM ADOTADAS E ORIENTAÇÕES ALUSIVAS A ATIVIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO VERDE.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o plano de contingencia e adoção de medidas com objetivo de reduzir os riscos de contágio e disseminação do COVID 19, e:

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 407, de 16/03/2020 que dispões sobre as medidas de enfrentamento da emergência da saúde pública, de âmbito internacional decorrente do COVID 19 a serem adotadas pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, e dá outras providencias;

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 934, de 01/04/2020 que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior decorrentes das medidas para o enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 06/02/2020;

CONSIDERANDOa Resolução Normativa Nº 002/2020-CEE/MT de 20/03/2020 que dispões sobre as normas a serem adotadas pelas instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, enquanto perdurar a situação de pandemia pelo COVID 19;

CONSIDERANDO O Decreto Municipal nº 041, 28 de maio de 2020 que dispões sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Campo Verde, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contagio e disseminação do COVID 19 e dá outras providencias;

CONSIDERANDO a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 que estabelece normas da educação Básica e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º - Estabelecer orientações alusivas as atividades não presenciais nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Verde/MT.

Art. 2º - Todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino devem seguir e estar vigilantes a todas as determinações, orientações e recomendações dos órgãos governamentais federal, estadual e municipal, em especial da OMS (Organização Mundial de Saúde), a fim de evitar a proliferação do COVID 19.

Art. 3º - Fica definido o dia 02 de junho de 2020 para o retorno das aulas através de atividades não presenciais do Ano Letivo 2020, sendo para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

§ 1º - A partir do dia 02 de junho de 2020 todos os alunos deverão ter acesso as Atividades Educacionais dirigidas através de cadernos de atividades (impressões).

§ 2º - As atividades distribuídas, realizadas pelos alunos e corrigidas pelos professores no mês de maio serão avaliadas pela Secretaria Municipal de Educação e se estiverem de acordo com as normativas desse decreto poderão ser computadas até 20 horas na carga horária do ano letivo de 2020.

Art. 5º - Para a Educação Infantil – crianças matriculadas nas creches (0 a 03 anos) os professores devem buscar uma aproximação virtual com as famílias, de modo a estreitar vínculos, indicando atividades de estímulo, leitura de textos, brincadeiras, jogos, músicas de criança, aos pais e/ou responsáveis.

parágrafo único -O professor deverá desenvolver um documento orientativo para entregar ou enviar via WhatsApp aos pais e/ou responsáveis com atividades de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças de (0 a 03 anos) em casa, garantindo assim, atendimento essencial as crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais.

Art. 6º - Para a Educação Infantil pré–escola (4 e 5 anos) as orientações devem indicar, atividades de estimulo às crianças, como: leitura de textos pelos pais, desenhos, brincadeiras, colagens, recortes, jogos, músicas infantis, filmes e programas infantis pela TV, recursos tecnológicos, atividades impressas, cadernos e outros conforme encaminhamento do professor.

Parágrafo único -O professor deverá disponibilizar atividades digitais na plataforma on-line, atividades impressas para os alunos que não tem acesso à internet, juntamente com as atividades em pasta plástica, o material pedagógico necessário para o aluno realizar as mesmas (caderno, crepom, cola, tesoura, livros de historinhas, entre outros).

Art. 7º - As atividades pedagógicas a serem realizadas e consideradas como aulas não presenciais, em caráter de substituição às aulas presenciais, devem ser pensadas de forma a atender a carga horária diária correspondente e prevista para o período.

Art. 8º - Todas as atividades escolares planejadas pelos docentes, de acordo com os objetos de conhecimento, ou campos de experiência, deverão ser registradas e arquivadas, em meio físico e digital, comprovando que foram realizadas pelos estudantes.

Art. 9º - As unidades escolares devem utilizar portais e sites educacionais gratuitos, que visem contribuir com as aprendizagens relacionadas ao currículo escolar para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Art. 10 - As unidades escolares devem providenciar atividades através de portais e sites educacionais gratuitos, atividades impressas para os alunos que não tem acesso a internet (caderno de atividades semanais) para ofertar aos estudantes da Educação infantil 4 e 5 ao Ensino Fundamental do 1° ao 9º ano e Atendimento Educacional Especializado – AEE, comprovadas com registro de entregas aos alunos, pais e /ou responsáveis.

§ 1º - O caderno de atividades (impressões) deverá ser entregue e devolvido dentro de uma pasta, as atividades serão corrigidas após 5 dias e a devolutiva entregue após 7 dias úteis.

§ 2º - A pasta deverá ser higienizada por profissional responsável, com álcool 70% no ato da entrega e devolutiva aos estudantes, pais e /ou responsáveis.

§ 3º - As atividades entregues pelos alunos deverão ficar armazenadas em local de utilização exclusiva do professor (sala de aula).

Art. 11 - As atividades pedagógicas não presenciais aplicam-se aos alunos de todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, portanto, extensivo àqueles submetidos a regimes especiais de ensino, entre os quais, os que apresentam altas habilidades/superdotação, deficiência e transtorno do Espectro Autista, atendidos pela modalidade de Educação Especial.

Art. 12 - O atendimento Educacional Especializado (AEE) deve também ser garantido, mobilizados orientado por professores regentes, em articulação com as famílias para a organização das atividades pedagógicas não presenciais a serem realizadas.

Art. 13 - Os professores do AEE atuarão com os professores regentes em rede, dando suporte às Unidades Escolares em que atuam na elaboração de planos de estudo individualizados, articuladas com a equipe escolar, desempenhando suas funções na adequação de materiais, provimento de orientações específicas às famílias e apoios necessários.

DA COMPETÊNCIA DOS ESTUDANTES

Art. 14 - Os estudantes da Educação Básica deverão realizar as atividade não presencias, de acordo com a seguinte disposição:

a) Criar uma rotina de atividade e tarefas;

b) Desenvolver as atividades de acordo com a proposta da escola e do professor;

c) Fazer a devolutiva das atividades não presenciais ao professor, por meio digital ou através da atividades impressas sem rasura e nos prazos marcados pelo professor;

d) Interagir com o professor via WhatsApp para esclarecer dúvidas, em horário e período de estudo do aluno;

e) Desenvolver as atividades assíncronas (sem necessidade de que professor/aluno estejam conectados ao mesmo tempo), peculiares em relação aos conteúdos, de acordo com a disponibilidade tecnológica e familiaridade;

f) Assistir programas educativos compatíveis com a idade com o acompanhamento dos pais indicados pelos professores, através dos diversos meios de comunicação.

DA INCUMBENCIA DOS PAIS E/OU RESPONSAVEIS

Art. 15 - Para que haja efetividade das atividades não presenciais, os pais e/ou responsáveis ficam responsabilizados de:

a) Acompanhar a rotina de atividades diária;

b) Retirar e devolver as atividades semanais dos alunos que não tem acesso a internet na Unidade Escolar, na data e horário agendado pelo professor;

c) O contato virtual dos pais e/ou responsável com o professor do aluno deverá ser durante o horário e período de estudo do aluno e horário de trabalho do professor;

d) Acompanhar as crianças a assistir programas educativos compatíveis com a idade da criança, no horário de estudos e de lazer;

e) Orientar os filhos a manterem contato com seus professores através dos diversos meios de comunicação e realizar as tarefas a eles disponibilizadas;

f) Comunicar a Unidade Escolar de que não tem condições de retirar as atividades escolares e que precisa de auxílio para recebe-las.

DA COMPETÊNCIA DO PROFESSOR

Art. 16 - Os docentes devem recomendar aos pais e/ou responsáveis dos estudantes quanto à organização e cumprimento da rotina de estudos, no período de aulas não presenciais, e realizar as devidas orientações aos estudantes quanto ao compromisso e ao acesso às atividades.

Parágrafo único – O Professor deverá estar disponível para a realização de aulas não presencial de acordo com o período de trabalho e horário estabelecido no início do ano letivo de 2020, podendo ser através de atividades síncronas via WhatsApp (interação professor com aluno, conectados em tempo real).

Art. 17 - O professor terá incumbência de elaborar as atividades não presenciais, conforme os seguintes critérios:

a) Planejar as aulas de forma sucinta e explicativa (enunciado) do que o aluno deverá realizar e disponibilizar anteriormente, ou seja, junto às atividades dos estudantes;

b) Gravar áudios de explicação da aula de curta duração (máximo de 5 minutos) de acordo com o planejamento pedagógico e compartilhar para o grupo de WhatsApp da turma;

c) Disponibilizar links de atividades ou como forma de pesquisa, para acesso dos alunos;

d) Organizar lista de atividades e exercícios, sequências didáticas, dever de casa de acordo com os materiais didáticos (livros) utilizados pela escola, pesquisas, trilhas de aprendizagem por fluxo de complexidade relacionada às habilidades e aos objetos de aprendizagem;

e) Disponibilizar papel almaço ou sulfite para que o aluno realize as atividades do livro didático, caso seja utilizado, e este deverá fazer a devolutiva na unidade escolar na data e horário agendado;

f) Orientar aos pais e/ou responsáveis quanto à realização de atividades relacionadas aos objetos de aprendizagem e habilidades da proposta curricular;

g) Dar sugestões de leitura para que os pais as realizem para os filhos;

h) Orientar aos pais e/ou responsáveis para que as crianças assistam programas educativos compatíveis com a idade com o acompanhamento, no horário de TV aberta, canais por assinatura, NetFlix, DVDs, entre outros;

i) Elaborar materiais impressos compatíveis com o nível de aprendizado da criança e da turma e entregá-las respeitando o Art. 10, § 1º e 2ºdesse Decreto;

j) Realizar atividades on-line assíncronas e WhatsApp (interação professor com aluno), regulares em relação aos objetos de conhecimento, de acordo com a disponibilidade tecnológica;

k) Organizar grupos de pais por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando pais e/ou responsáveis e alunos;

l) Avaliar e analisar as atividades não presenciais dos estudantes de acordo com o presente Decreto e, quando possível, com as supervisão dos pais e/ou responsável, acerca do aprendizado dos seus filhos;

m) Estar disponível na unidade escolar no horário de trabalho determinado pela Unidade Escolar para entrega e recepção do caderno de atividades, fazendo a devida assepsia e tomando os devidos cuidados para preservar a sua saúde e a do aluno e para a entrega do planejamento das atividades posteriores.

Art. 18 - No retorno às aulas presenciais (normais) o professor deverá realizar o diagnóstico das atividades não presenciais, para avaliar a aprendizagem do aluno e realizar intervenção pedagógica, caso necessário.

Art. 19 - Realizar a revisão das atividades não presenciais e trabalhá-las novamente com os alunos que apresentaram dificuldades de aprendizagem.

DA GESTÃO ESCOLAR

Art. 20 - A Gestão Escolar deverá disponibilizar os meios necessários para os professores, conforme segue:

a) Disponibilizar Cronograma de orientação aos pais e estudantes sobre a organização das rotinas diárias;

b) Sugerir para que os pais e/ou responsáveis realizem leitura para os filhos;

c) Orientar o professor e auxiliar na elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade da criança para realização de atividades;

d) Organizar grupos de pais e/ou responsáveis por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando professores, pais e/ou responsáveis;

e) Avaliar e analisar as atividades não presenciais ofertadas e realizadas dos estudantes de acordo com o presente Decreto e, quando possível, com a supervisão dos pais e/ou responsáveis, acerca do aprendizado dos seus filhos;

f) Orientar os pais e/ou responsáveis, indicando atividades de estímulo às crianças, leitura de textos, brincadeiras, jogos, músicas de criança, para a Educação Infantil – crianças das creches (1 a 3 anos).

g) Analisar e elaborar um quadro de acompanhamento das atividades realizadas e entrar em contato com os pais e/ou responsáveis que não estão retirando e acompanhando suas crianças e adolescentes na condução das atividades.

h) Organizar com os Atendentes de Bibliotecas a disponibilização de livros paradidáticos para os alunos.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Durante a realização das atividades não presenciais os professores poderão usar como metodologia de avaliação:

a) A correção das atividades para posterior interação em sala de aula e intervenção necessária;

b) Analisar o relato via WhatsApp dos pais e/ou responsáveis quanto ao desenvolvimento das atividades não presenciais.

Art. 22 - As orientações contidas neste documento deverão ser elaboradas pelo professor para que os estudantes as executem, seguindo a ordem:

a) Horário de aulas da turma de acordo com a matriz Curricular da unidade escolar;

b) Realização das atividades das aulas não presenciais, de acordo com o período de estudo do aluno, podendo ser atividades assíncronas via (WhatsApp).

Art. 23 - A gestão escolar deverá definir a forma da oferta de instrumento de resposta e feedback entre alunos/professores, e professores/familiares assegurando o cumprimento das aulas não presenciais.

Art. 24 - Para caracterizar o cumprimento dos dias letivos, o professor deverá estar disponível para a elaboração, realização e acompanhamento das atividades não presenciais síncronas ou assíncronas, de acordo com sua carga horária e turno de trabalho.

Art. 25 - A gestão escolar deverá disponibilizar e/ou viabilizar o acesso do material impresso, ou de forma digital, aos pais e/ou responsáveis, e aos alunos (maiores de 10 anos) realizando o protocolo de entrega.

Art. 26 - A Gestão escolar e o professor deverão agendar o dia e horário alternados, por turma, para os pais e/ou responsáveis ou alunos (maiores de 10 anos) retirar e devolver os Cadernos de atividades na unidade escolar, seguindo as normas da saúde, com o distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas, evitando aglomeração.

Art. 27 - Caberá aos professores elaborar relatório das atividades não presenciais desenvolvidas com os alunos, em período semanal, para verificar a produtividade pedagógica e se necessário, havendo alunos que apresentaram dificuldades, o professor deverá adequar a atividade para garantir o processo de ensino aprendizagem.

Parágrafo único - Para os alunos que apresentaram dificuldades de aprendizagem o professor deverá elaborar relatório individual, para quando retornar às aulas presenciais fazer a intervenção necessária.

Art. 28 - A Equipe Pedagógica da SME estará disponível para auxiliar às unidades escolares na elaboração de atividades pedagógicas, via acesso tecnológico (não presencial), caso seja necessário.

Art. 29 - O caderno de atividades das aulas não presenciais, bem como os relatórios, será acompanhado pela Equipe Pedagógica da cada unidade escolar.

Art. 30 - A atividade não presencial deverá ser realizada de acordo com o estabelecido nesta Normativa, para que o cômputo das horas aulas seja considerado como dia letivo.

Art. 31 - Este Decreto entre em vigor a partir de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir do dia 02 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, 02 de junho de 2020.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: DENTAL ALTA MOGIANA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ nº 05.375.249/0001-03

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR, ODONTOLOGICO E LABORATORIAIS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2020.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 02/06/2020 À 02/06/2021

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
08	CONJUNTO ODONTOLÓGICO COMPLETO COM GARANTIA DE PELO MENOS 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.	05 UND	DABI ATLANTI/ CROMA CART + KIT ACADÊMICO DAB (PB, CONTRA ÂNGULO, MICRO MOTOR C/ SPRAY, PEÇA REAT) + MOCHO + OPCIONAIS	R$ 14.090,00	R$ 70.450,00
ESPECIFICAÇÕES: CADEIRA ODONTOLÓGICA CONSTRUÍDA EM AÇO MACIÇO, COM TRATAMENTO ANTI CORROSIVO, REVESTIDA DE POLIETILENO DE ALTO IMPACTO, COM ESTOFAMENTO EM PVC, LAVÁVEL, E COM TODOS OS MOVIMENTOS NO PÉ (TIPO JOYSTICK), INCORPORADOS A BASE DA CADEIRA. SEM CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO LATERAL. COM BRAÇO DO LADO DIREITO E ABERTURA PRA ENTRADA DO PACIENTE. COM ENCOSTO DE CABEÇA ANATÔMICO, REMOVÍVEL, BIARTICULADO, SISTEMA FUSO. SISTEMA DE ELEVAÇÃO COM MOTO-REDUTOR DE 24 VOLTS, ANTI DERRAPANTE. ALTURA MÍNIMA DE ENTRADA DO PACIENTE DE 370 MM. PEDAL DE COMANDO TIPO JOYSTICK COM AS FUNÇÕES DE SUBIDA, DESCIDA DE ENCOSTO E ASSENTO, ACIONAMENTO DO REFLETOR COM 4 INTENSIDADES DE LUZ, VOLTA À POSIÇÃO ZERO, POSIÇÃO DE TRABALHO E CUSPIR, SEM BOTONEIRA DOS MOVIMENTOS NA LATERAL DA CADEIRA COM FUNÇÕES DE SUBIDA, DESCIDA DE ENCOSTO E ASSENTO, STOP EMERGENCIAL, VOLTA À ZERO, REFLETOR, POSIÇÃO DE CUSPIR E POSIÇÃO DE TRABALHO. 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO LED unifocal ACOPLADO A CADEIRA DE LUZ BRANCA E FRIA, ACIONADO PELO COMANDO DO PÉ COM CABEÇOTE COM PUXADOR DE 2 PEGADORES, COM PROTETOR, COM INTENSIDADE PROGRAMÁVEL DE NO MÍNIMO 4 INTENSIDADES. 01 EQUIPO TIPO CART COM MANGUEIRAS LISAS, ARREDONDADAS E FLEXÍVEIS CONTENDO TERMINAIS BORDEN, PARA BAIXA ROTAÇÃO E ALTA ROTAÇÃO ACIONADOS PELO PEDAL DE COMANDO COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO PNEUMÁTICO CONFECCIONADO EM MÉ-				

TAL, AUTOCLAVÁVEL E COM DISPOSITIVO PARA DESINFECÇÃO DE MANGUEIRAS COM RESERVATÓRIO INDEPENDENTE PARA RESERVA DE BACTERICIDA, ACIONADO POR TECLA INDEPENDENTE NO CORPO DO EQUIPO.
01 CONJUNTO DE CANETA DE ALTA ROTAÇÃO COM 3 SPRAYS DE IRRIGAÇÃO E SEM USO DE SACA BROCAS,1 MICRO MOTOR, 1 CONTRA ÂNGULO E 1 PEÇA RETA AUTOCLAVÁVEIS.
01 UNIDADE DE ÁGUA AUXILIAR ACOPLADA À CADEIRA, COM ACIONAMENTO NO PÉ, COM CUBA PROFUNDA, REMOVÍVEL EM CERÂMICA ESMALTADA, FILTRO DE DETRITOS, QUE ESTEJA POSSICIONADO NA CARRENAGEM DA CADEIRA E NÃO NO CORPO DA S MANGUEIRAS, COM 1 SUCTORES DE SALIVA TIPO VENTURI E 1 SUGADOR TIPO VÁCUO, QUE POSSAM SER RETIRADOS PELO SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO, COM RESERVATÓRIOS DE ÁGUA TRANSPARENTES INCORPORADOS E PROTEGIDOS POR CARENAGEM DE POLIESTIRENO.
02 MOCHOS ESTOFAMENTO EM TECIDO DE PVC, APRESENTE 5 RODÍZIOS, SISTEMA DE ELEVAÇÃO A GÁS, DIMENSÕES APROXIMADAMENTE: DE LARGURA 410 MM, COMPRIMENTO 480 MM, ALTURA DO ASSENTO 440/540 MM, ALTURA DO ENCOSTO 430/470MM, COM INCLINAÇÃO DO ENCOSTO PARA FRENTE À PARA TRÁS, COMREGULAGEM PELO PRÓPRIO PROFISSIONAL.
*OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO IMPRESSO PELA EMPRESA, NO MOMENTO DA LICITAÇÃO.
* APRESENTAR DECLARAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NUM RAIO DE 160 KM DE CAMPO VERDE, COM RELAÇÃO DOS TÉCNICOS CREDENCIADOS NO ÓRGÃO COMPETENTE (APRESENTAR COMPROVANTE).

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 70.450,00 (SETENTA MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA/MOD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
09	MICRO MOTOR AUTOCLAVÁVEL, SISTEMA INTRA DE ENCAIXE, COM REVERSO NO SENTIDO DA ROTAÇÃO; SPRAY ÚNICO EXTERNO.	15 UND	D700/ MICRO MOTOR INTRA SL 30 C/ SPRAYTB	R$ 336,00	R$ 5. 040,00
10	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO LEVE, SILENCIOSA, AUTOCLAVÁVEL, PB, APRESENTE SPRAY TRIPLO DE IRRIGAÇÃO. ROTAÇÃO MÍNIMA DE 400.000 RPM, SEM USO DE SACA BROCAS	20 UND	D700 / ARO SL 30 PB TB	R$ 307,00	R$ 6. 140,00
11	CONTRA ÂNGULO COM SPRAY ÚNICO EXTERNO E TRAVA DE BROCAS, APRESENTE ENCAIXE INTRA, QUE PERMITA GIRO IGUAL OU APROXIMADAMENTE 360 GRAUS	20 UND	D700 / CONTRA ÂNGULO INTRA SL 30	R$ 312,00	R$ 6. 240,00
12	PEÇA RETA ADAPTADOR AO MICROMOTOR REFERIDO NO ITEM ANTERIOR, COM SISTEMA INTRA DE ENCAIXE. AUTOLAVÁVEL, SPRAY EXTERNO, QUE PERMITE GIRO IGUAL OU APROXIMADAMENTE 360° GRAUS	05 UND	D700 / PEÇA RETA INTRA SL 30	R$ 279,00	R$ 1. 395,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 18.815,00 (DEZOITO MIL OITOCENTOS E QUINZE REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 89.265,00 (OITENTA E NOVE MIL DUZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 059/2019, CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: MAUREL AMBROSIO STEIN DE SOUZA

Objeto: Fica acrescido ao contrato o valor total de R$ 929,60 (novecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos).

Data de assinatura: 28 de Maio de 2020.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 053/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.** SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES **Dia: 19 de junho de 2020, Hora: 09:30 horas (Horário de Brasília - DF)**, Site: www.licitanet.com.br. LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: Dias - Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente), Horários - Das 07:00 às 13:00(horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos 03 Poderes, nº 03 – Campo Real II – Campo Verde - MT (Sala de Licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o Edital acessando a página www.campoverde.mt.gov.br, local "compras publicas". Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste Edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário. Campo Verde - MT, 02 de junho de 2020.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 067/2019, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TRANSMISSÃO DE DADOS – INTERNET VIA RADIO.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: EMTEC – EMPRESA DE TECNOLOGIA EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA - ME

Objeto: Fica prorrogado o prazo do contrato até 31 de Dezembro de 2020.

Data de assinatura: 02 de Junho de 2020.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a homologação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2020 - REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS para as empresas: DENTAL ALTA MOGIANA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ nº 05.375.249/0001-03, vencedora dos lotes 08 e 09, totalizando R$ 89.265,00 (oitenta e nove mil duzentos e sessenta e cinco reais); e V.S. COSTA E CIA LTDA, CNPJ nº 05.286.960/0001-83, vencedora dos lotes 05 e 06 totalizando R$ 16.055,55 (dezesseis mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Campo Verde, 02 de junho de 2020. Leila Gubert – Pregoeira.

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 036/2017, CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O LABORATÓRIO MUNICIPAL E A AGÊNCIA TRANSFUSIONAL.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: GISELE DILETA BIANCHI STECHOW

Objeto: Fica acrescido ao contrato o valor total de R$ 1.541,68 (mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos).

Data de assinatura: 28 de Maio de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
COVID-19: EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 033/2020, CUJO OBJETO É A DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE MASCARAS DESCARTÁVEIS PARA ATE

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: MULTILASER INDUSTRIAL S.A

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato até 29 de Maio de 2020, tendo em vista que até o momento a transportadora não realizou a entrega dos produtos.

Data de assinatura: 12 de Maio de 2020.

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 069/2019, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE INTERNET EMPRESARIAL POR MEIO DE RECEBIMENTO DE DADOS POR

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: EMTEC – EMPRESA DE TECNOLOGIA EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA - ME

Objeto: Fica prorrogado o prazo do contrato até 31 de Dezembro de 2020.

Data de assinatura: 02 de Junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados que **ADERIU**, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 060/2019, referente ao Pregão Presencial nº 032/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte – MT, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Presencial nº 032/2019 – Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte – MT;

Ata de Registro de Preços nº 060/2019;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte – MT;

Empresa beneficiária: **Maria das M. M. Batista - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.538.969/0001-95;

Especificação do objeto registrado: Aquisição de Manilhas para Bueiros (tubos de Concreto);

Quantidade registrada: Conforme registrado e disposto na Ata nº 060/2019 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte – MT;

Quantidade de adesão:

Empresa: MARIA DAS M. M. BATISTA - ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 09.538.969/0001-95:

DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
Manilha para Bueiro 1 Mts.	150	Unid.	R$ 355,00	R$ 53.250,00
Manilha para Bueiro 80 cm.	150	Unid.	R$ 315,00	R$ 47.250,00
Manilha para Bueiro 60 cm.	150	Unid.	R$ 285,00	R$ 42.750,00

Canabrava do Norte-MT, 02 de Junho de 2020

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N. 009/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI COMPLEMENTAR N. 009/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE FIXAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE CARGOS PÚBLICOS QUE ESPECÍFICA, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º. Fica instituído, na forma desta lei complementar, as atribuições dos cargos que menciona:

I – Compete ao **engenheiro florestal** a elaboração de projetos e execução de serviços referente a engenharia rural, construções para fins florestais e suas instalações complementares, silvimetria, inventário florestal, melhoramento florestal, ecologia, climatologia, defesa sanitária florestal, industrialização de produtos florestais, processo de industrialização do solo e da floresta, manejo florestal, mecanização da florestal e implementos florestais, além de:

a) Desenvolver projetos florestais e ambientais voltados a famílias carentes, residentes na área rural do município de Canabrava do Norte;

b) redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos; propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes; desenvolver, de forma integrada com as diferentes secretarias, ações de educação ambiental para conscientização e orientação ao cidadão;

c) Fiscalizar processos de concessão de licenças para localização e funcionamento de atividades real ou potencialmente poluidoras ou de exploração de recursos ambientais;

d) acompanhar a conservação dos rios, flora e fauna de parques e reservas florestais do município, controlando as ações desenvolvidas e/ou verificando o andamento de práticas, para comprovar o cumprimento das instruções técnicas e de proteção ambiental;

e) acompanhar, Planejar, coordenar e executar atividades agrossilvipecuárias e o uso de recursos naturais renováveis e ambientais.

f) Elaborar documentação técnica e científica;

g) Estudar o índice de crescimento das árvores e o seu cultivo em diferentes condições de clima, umidade relativa do ar e composição do solo;

h) Planejar o plantio, o corte e poda das árvores;

i) Acompanhar a exploração existentes de florestas disponíveis no município, avaliando projetos e elaborando relatórios e mapas, analisando as condições da região e tipos de construção;

j) Além disso, um engenheiro florestal estuda os diferentes tipos de paisagens locais de relevos, localização, mananciais hídricos, etc,

k) Atuam ainda, no desenvolvimento de pesquisas de novos recursos naturais e na preservação dos já existentes;

l) Acompanhar, monitorar e preservar áreas verdes;

m) projetar e minimizar problemas relacionados a degradação do meio ambiente;

n) interferir em processo industriais que possam causar danos a natureza, fiscalizando as empresas, apontar solução satisfatória para resíduos industriais, educar e sensibilizar a população;

o) atuar na área de geologia ambiental e gestão ambiental, no licenciamento ambiental;

p) planejar projeto rural e urbano para desenvolvimento sustentável, planejamento energético, energias renováveis, combater poluição, elaborar

projetos de saneamento, remediar e tentar recuperar áreas degradadas, regulamentar e normalizar questões ambientais;

q) gerir sistemas de informação ambiental;

r) trabalhar no tratamento de águas residuárias e de abastecimento e desenvolver ações no controle de emissões de material particulado (poluição atmosférica);

s) Identificar as diversas espécies de árvores e definir suas características;

t) Analisar os efeitos das enfermidades, do corte, do fogo, do pastoreio e outros fatores que contribuem para a redução da cobertura florestal e desenvolver medidas de prevenção e combate aos mesmos.

u) Efetuar estudos sobre produção e seleção de sementes.

II – São atribuições do cargo de **Fiscal de Obras e Posturas**:

a) verificar a existência de "habite-se" nos imóveis construídos, reconstruídos ou que tenham sofrido obras de vulto;

b) verificar o cumprimento de normas mínimas de segurança nos canteiros de obras, atividades de transporte, desembarque, fabricação, manipulação, comércio, e estocagem de materiais e itens, o cumprimento de leis, regulamentos e normas que regem as posturas municipais; **c)** orientar na execução de obras de instalações de água e esgotamento sanitário;

d) acompanhar os arquitetos ou engenheiros da prefeitura nas inspeções e vistorias;

e) verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como de ambulantes, feirantes, festas populares, circos, parques de diversão, casas noturnas, clubes e similares, serviços de transporte coletivo, terminais de passageiros, no município, impedindo o exercício dos que estejam em situação e áreas irregulares, incluindo o cumprimento de horários e qualidade do atendimento e serviços prestados a população;

f) analisar processos, orientar fiscalizar e coordenar a organização de feiras, horário de funcionamento do comercio, propaganda comercial fixa em muros, tapumes, coretos, vitrines e outdoor`s, publicidade e anúncios através de auto-falantes e outros meios e atividades que utilizem as vias públicas;

g) receber e manter a guarda de mercadorias e materiais apreendidos em estoques e depósitos apropriados;

h) Coletar informações necessárias para a manutenção e constante atualização do Mapeamento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Comércio e Desenvolvimento Econômico - SEMAAC-DEC;

i) atuar na fiscalização do município para atendimento de denúncias referente a sua respectiva área de atuação;

j) realizar inspeções, vistorias, notificações, autuações, apreensão, interdição, inutilização de produtos de acordo com a legislação pertinente;

k) proceder conforme dispõe a legislação referente à sua área de atuação;

l) orientar na execução de obras de instalações de água e esgotamento sanitário;

m) Coletar informações necessárias para determinação de numeração em residência;

n) intimar, autuar, estabelecer prazos, emitir relatórios, realizar sindicâncias e outros atos de sua competência;

o) executar atividades correlatas, inclusive dirigir veículo no exercício da função quando necessário.

III – São atribuições do cargo de **Pedreiro**:

a) Preparar argamassa e cimento, dosando as quantidades de forma adequada para assentamento de alvenaria, tijolos, ladrilhos e materiais similares;

b) Construir alicerces empregando material adequado para fornecer a base de paredes, muros e construções similares;

c) Executar serviços de construção e manutenção de prédios e serviços de reparos de passeios e calçamento de vias públicas e estruturas diversas;

d) Construir bases de concreto ou de outro material, conforme as especificações e instruções recebidas;

e) executar revestimentos impermeáveis em reservatórios, canalização de água, poços, paredes, lajes e outros;

f) Efetuar reparos em vias públicas e logradouros, utilizando o material e equipamento adequado para tanto;

g) orientar e treinar servidores que auxiliam na execução dos trabalhos de alvenaria;

h) obedecer às escalas de serviços previamente estabelecidas;

i) desempenhar outras atribuições afins e atividades correlatas.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte – MT, em 02 de Junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1005/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N. 1005/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO EFETUAR REPASSE AO SINDICATO DOS SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CANABRAVA DO NORTE (SINDSERV) COM O FIM ESPECÍFICO DE IMPLANTAÇÃO DE CARTÃO CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Prefeitura do Município de Canabrava do Norte a repassar ao Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais de Canabrava do Norte – MT (SINDSERV), entidade sindical, sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n. 20.132.334/0001-26, com sede à Avenida Antônio Bosaipo, s/n, Centro, Canabrava do Norte – MT o montante de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para a finalidade exclusiva de custear as despesas com confecção e disponibilidade de cartão convênio com desconto em folha de pagamento dos servidores da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, bem como, a confecção do guia comercial de compras e serviços, que serão distribuídos pelo SINDSERV aos servidores.

Art. 2º. O valor citado na presente Lei será repassado ao SINDSERV em duas parcelas, n valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, sendo a primeira parcela para o dia 13 de Junho de 2020 e a segunda parcela, para o dia 23 de julho de 2020, a serem creditadas na conta corrente do SINDSERV n. 29367-9, agência bancária n. 3989-6, Banco do Brasil S/A.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º. Fica autorizada a inclusão das despesas previstas nesta Lei nos instrumentos de Planejamento exigidos pela Lei Complementar n. 101/2000 (PPA, LOA e LDO).

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2020.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 192/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA N. 192/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora**DEYLIANY ALMEIDA GOULART,** matrícula funcional n. 2156, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 992.905.881-87, com e Ata de Registro de Preços n.029/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 14.805.780/0001-51, que tem por objeto é Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais de proteção individual e insumos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social; pelo período de 12 meses, oriundo Processo Administrativo nº 00002072/2020.

Art. 2º. Designar o servidor, **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA,** matrícula funcional n. 2119, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 048.251.841-38, com

e-mail: ronalldobontempo2017@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 02 de junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

DEYLIANY ALMEIDA GOULART

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1006 /2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N. 1006 /2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, NO VALOR DE R$19.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal em exercício, de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito adicional de suplementação por excesso de arrecadação no orçamento financeiro de 2020, no valor de 19.000,00 (dezenove mil reais), adicionando recursos ao orçamento do município, provenientes de tendência excesso de arrecadação que deu origem a proposta de convenio 14117.983000/1190-04 entre a prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e o Ministério de Saúde, para fazer frente às despesas segue abaixo descrita:

Fica adicionado:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 - SAUDE

SUBFUNÇÃO 301- ATENÇÃO BASICA

PROGRAMA 0041- ACESSO A SAUDE DE QUALIDADE E ATENDIMENTO

PROJ/ATIVIDADE: 1010 – EQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VIGILANCIA SANITÁRIA

ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00.00 ---------- R$ 19.000,00

CODIGO REDUZIDO: 140 – Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 0123 – Transferência de Convênios - Saúde

Art. 2º A cobertura do valor de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais), parte do crédito a que se refere o artigo anterior, se fará com recursos oriundos de tendência de excesso de arrecadação, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes de Transferência de Convênios que deu origem 14117.983000/1190-04 entre a prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e o Ministério da Saúde.

Art. 3o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, 02 de junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE
ATO DE DESIGNAÇÃO 026/2020/SMS

ATO DE DESIGNAÇÃO 026/2020/SMS

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABRIELA PEREIRA LIMA, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal **DEYLIANY ALMEIDA GOULART**, matrícula funcional nº 2156 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 992.905.881-87, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa VITORIA CENTRO MEDICO ODONTOLOGICO, Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CNPJ/MF sob o nº 33.381.525/0001-73, que tem por objeto EXAME POR IMAGEM (CARDIOTOCOGRAFIA), para paciente da secretaria municipal de saúde.

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal **REINAIR DA HORA TRINDADE DE OLIVEIRA**, matrícula funcional nº 529 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 943.488.981-20, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitida da Empresa VITORIA CENTRO MEDICO ODONTOLOGICO, Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CNPJ/MF sob o nº 33.381.525/0001-73, que tem por objeto EXAME POR IMAGEM (CARDIOTOCOGRAFIA), para paciente da secretaria municipal de saúde.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2020.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

_____

Gabriela Pereira Lima

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 352/2019

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 193/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA N. 193/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora**DEYLIANY ALMEIDA GOULART,** matrícula funcional n. 2156, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 992.905.881-87, com e Ata de Registro de Preços n.030/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 12.313.826/0001-90, que tem por objeto é Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais de proteção individual e insumos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social; pelo período de 12 meses, oriundo Processo Administrativo nº 00002072/2020.

Art. 2º. Designar o servidor, **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA,** matrícula funcional n. 2119, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 048.251.841-38, com e-mail: ronalldobontempo2017@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 02 de junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

DEYLIANY ALMEIDA GOULART

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1007/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N. 1007/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, NO VALOR DE R$30.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal em exercício, de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito adicional de suplementação por excesso de arrecadação no orçamento financeiro de 2020, no valor de 30.000,00 (trinta mil reais), adicionando recursos ao orçamento do município, provenientes de tendência excesso de arrecadação que deu origem a proposta de convenio 14117.983000/1190-03 entre a prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e o Ministério de Saúde, para fazer frente às despesas segue abaixo descrita:

Fica adicionado:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 - SAUDE

SUBFUNÇÃO 301- ATENÇÃO BASICA

PROGRAMA 0006- MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

PROJ/ATIVIDADE: 1012 – EQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - MAC

ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00.00 ---------- R$ 30.000,00

CODIGO REDUZIDO:429– Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 0123 – Transferência de Convênios - Saúde

Art. 2º A cobertura do valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), parte do crédito a que se refere o artigo anterior, se fará com recursos oriundos de tendência de excesso de arrecadação, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes de Transferência de Convênios que deu origem 14117.983000/1190-03 entre a prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e o Ministério da Saúde.

Art. 3o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, 02 de Junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1008/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N. 1008/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR PORSUPERÁVIT FINANCEIRO AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIODE 2020, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO VALOR DE R$ 120.000,00, E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito adicional suplementar por Superávit Financeiro em seu orçamento de 2020, no valor de R$ **120.000,00** (cento e vinte mil reais), para a seguinte programação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIVIDADE: 1012– AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - MAC

ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00.00 ---------- R$ 120.000,00

CODIGO REDUZIDO: 429 – Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 0123- TRANFERENCIA DE CONVÊNIOS DA SAÚDE

Art. 2°. Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1°, será utilizado como recurso, aquele definido nos termos do Art. 43, § 1°, inciso I, da Lei 4.320/64, Excesso de Arrecadação apurado na conta contábil:

Red./Nº	Fonte	Conta/ Descrição	Valor	R$
Agência n. 3437 -1	123	Conta OB 00662408-13 – caixa econômica federal	**120. 000,00**	Total do Superávit Financeiro **120.000,00**

Art. 3º. Permanece inalterado todas as demais disposições contidas na da Lei Municipal n. 963/2019, de 29 de Novembro de2019.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo I a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2020, Lei n. 953/2019 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo I da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei n. 968/2019, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, 02 de Junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1009/2020, 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N. 1009/2020, 02 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, NO VALOR DE R$ 11.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal em exercício, de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito especial no orçamento financeiro 2020, no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), adicionando recursos ao orçamento do município, provenientes de **Anulação parcial ou total**, nas seguintes dotações:

Fica adicionado:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO TRABALHO E DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

UNIDADE: 001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO 122- ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA 0057- GESTÃO ADMINISTRATIVA

PROJ/ATIVIDADE: 2038 – FOLHA DE PAGAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO TRABALHO E DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ELEMENTO DA DESPESA: 3.1.90.13.00.00.00 ---------- R$ 11.000,00

CODIGO REDUZIDO:0258– OBRIGAÇÕES PATRONAIS

FONTE DE RECURSO: 0129 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º. Para cobertura ao crédito adicional especial aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o artigo 43º, § 1º da Lei Federal n. 4. 320/64, Inciso III – Anulação Parcial ou Total de Dotações, mantendo o equilíbrio orçamentário, conforme o seguinte detalhamento:

ANULAR:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO TRABALHO E DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

UNIDADE: 001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO 122- ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA 0057- GESTÃO ADMINISTRATIVA

PROJ/ATIVIDADE: 2038 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL

ELEMENTO DA DESPESA: 3.1.90.11.00.00.00 ---------- R$ 11.000,00

CODIGO REDUZIDO:0257– VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL

FONTE DE RECURSO: 0100 – RECURSOS ORDINARIOS

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo I a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2020, Lei n.953 /2019 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo I da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei Alteração n. 968/2019, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5o.. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, 02 de junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1010/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N. 1010/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRODE 2020, NO VALOR DE R$ 25.239,31, E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito especial no orçamento financeiro de 2020, no valor de R$ 25.239,31 (vinte e cinco mil duzentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos), adicionado recursos ao orçamento do Município, provenientes de tendência excesso de arrecadação que deu origem ao processo 25000.022327/2020-15 entre a prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e o SUS, do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde (Qualifar – SUS) para fazer frente às despesas descritanas seguintes dotações:

Fica Adicionado

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 - SAUDE

SUBFUNÇÃO 303- SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO

PROGRAMA 0041- ACESSO A SAÚDE E QUALIDADE NO ATENDIMENTO

PROJ/ATIVIDADE: 1063 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE – FARMACIA BASICA

ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00.00 ---------- R$ 25.239,31

CODIGO REDUZIDO:447– Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 0146 – Transferência Fundo a Fundo do Recursos do SUS Proveniente do Governo Federal.

.

Art. 2º. Para a cobertura do valor de R$ 25.239,31 (vinte e cinco mil duzentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos), que se refere o artigo anterior, se fará com recursos oriundos de tendência de excesso de arrecadação, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes do processo 25000.022327/2020-15 entre a prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e o SUS, do programa Nacional

de Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde (Qualifar – SUS).

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo I a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2020, Lei n. 953 /2019 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo I da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei Alteração n. 968/2019, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5o.. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, 02 de Junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1011/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N. 1011/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, NO VALOR DE R$ 24.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal em exercício, de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no orçamento financeiro de 2020, no valor de 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), adicionando recursos ao orçamento do município, provenientes de tendência excesso de arrecadação que deu origem ao processo 25000.022327/2020-15 entre a prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e o SUS, do programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde (Qualifar – SUS) para fazer frente às despesas segue abaixo descrita:

Fica adicionado:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 - SAUDE

SUBFUNÇÃO 303- SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO

PROGRAMA 0041- ACESSO A SAÚDE E QUALIDADE NO ATENDIMENTO

PROJ/ATIVIDADE: 2032 – MANUTENÇÃO – FARMACIA BASICA

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00.00.00 ---------- R$ 24.000,00

CODIGO REDUZIDO:172– Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 0146 – Transferência Fundo a Fundo do Recursos do SUS Proveniente do Governo Federal.

Art. 2º A cobertura do valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), parte do crédito a que se refere o artigo anterior, se fará com recursos oriundos de tendência de excesso de arrecadação, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes do processo 25000.022327/2020-15 entre a prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e o SUS, do programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde (Qualifar – SUS).

Art. 3o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, 02 de Junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1012/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N. 1012/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL — CEF, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO NA MODALIDADE APOIO FINANCEIRO DESTINADO A APLICAÇÃO EM DESPESA DE CAPITAL, A OFERECER GARANTIAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do FINISA - Financiamento à infraestrutura e ao Saneamento — Modalidade Apoio Financeiro destinado à aplicação em **R$ 2.805.000,00 (dois milhões e oitocentos e cinquenta mil reais),** nos termos da Resolução CMN n. 4589, de 29 de junho de 2017, ealterações posteriores, observadas as disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, as normas e as condições específica e aprovadas pela Caixa Econômica Federal para a operação.

Parágrafo Único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão exclusivamente aplicados em projeto de construção do Laboratório de Análises Clínicas; na Construção e implantação do Paço Municipal, na Reforma e Ampliação do Centro de Saúde; na Construção, ampliação e reforma de prédios; na Construção da Secretaria de Agricultura. R$ 90.000,00; na Construção de Praças e Jardins; na Iluminação do Estádio Municipal; na aquisição de veículos, máquinas e equipamentos; na Pavimentação e obras completares; na Construção e reforma de UBS e na Construção de refeitório na Escola Canaã em conformidade com o FINISA — Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento/Despesa de Capital, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o Inciso I do Parágrafo 1° do Art. 35, da Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Art. 2°. Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, Inciso I, Alínea "b", e § 3°, ambos, da Constituição Federal, nos termos do Parágrafo 4° do Art. 167 da Constituição Federal ou outros recursos que, com idêntica Finalidade, venham a substituí-los, bem como outras garantias em direito admitidas.

§ 1º. Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no *caput* artigo, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos centralmente estipulados.

§ 2º. Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no *caput*, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da Caixa Econômica Federal, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3°. Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da divida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercí-

cios financeiros em que se efetuar as amortizações do principal, juros e encargos da divida, até o seu pagamento final.

§ 4°. Para o pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de créditos, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, sobre o qual é efetuado os créditos dos recursos do município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da divida.

Art. 3°. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do Inciso II, § 1°, do Art. 32 da Lei Complementar Federal n° 101/2000 e Arts. 42 e 43. Inciso IV da Lei Federal n° 4. 320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º. OPoder Executivo Municipal incluirá na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentária e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados, provenientes do FINISA/Despesa de Capital, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por está Lei, observado o disposto no Parágrafo Único do Art. 20 da Lei Federal n° 4.320/1964.

Art. 5°. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7°. Revogam-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, 02 de Maio de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 034/2020

Ao primeiro dia do mês de junho de 2020, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **14.805.780/0001-51** sediada na Rua Jacinto Leão da Silva, 1464, Quadra 02. Lote 03, Sala A, Vila Ceará, Aragarças/GO, Cep: 76.240-000, neste ato representada pelo Senhor **Sandro Bueno Marthins,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 4672113 DGPC/GO e do CPF nº 730.436.801-20, nos termos da Lei nº. 10. 520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de **produtos de limpeza hospitalar** para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, onde foi **HOMOLOGADA** nos autos do processo licitatório nº 00002061/2020, referente ao Pregão Eletrônico n° 004/2020, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o registro de preços para possível aquisição de produtos de limpeza hospitalar para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde; pelo período de 12 meses;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A Ata de Registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 10 (dez) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e consequente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço, **HOMOLOGADO** a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Unid.	Quant.	Objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
178171	Balde	10	Alvejante PLUS Concentrado 20 Kg para limpeza hospitalar. Com registro na ANVISA.	START	R$ 690,00	R$ 6. 900,00
186777	Galão	10	Amaciante para uso hospitalar - princípio ativo liquido viscoso, concentrado, branco, floral, em bobona de 20 litros, rótulo com n. de lote, data de fabricação, formula, validade, procedência.Com registro na ANVISA.	START	R$ 320,00	R$ 3. 200,00
178163	Galão	50	Desinfetante e detergente Hospitalar – concentrado. Especificação: detergente líquido p/ limpeza pesada, concentrado, princípio ativo linear alquibenzeno, sulfonato sódio, tensoativos: aniônicos, não iônicos, coadjuvante, preservantes, seguestrante, espessante. Teor ativo min de 8%, ph=6 a 9, solução 1% pp, de acordo c/ Port M.S. 1/78, 874/98. Orientação ANVISA. Galão com 5litros. Diluição 1:5;	START	R$ 43,29	R$ 2. 164,50
186783	Galão	20	Detergente líquido - princípio ativo concentrado, alcalino, clorado, contendo agentes desengordurantes, removedores, tensoativos, de elevada ação de limpeza, com PH entre 11 e 14, para maquinas lavadoras de loucas, automáticas, aroma neutro, acondicionado de forma adequada em galão de 20 litros de acordo com a unidade de fornecimento, produto fabricado sob autorização do Ministério da Saúde.	START	R$ 470,00	R$ 9. 400,00
189770	Balde	05	Pasta umectante - balde 20kg - pasta umectante para lavagem de roupas hospitalares, deve ser eficiente na remoção de gorduras, sangue e medicamentos, PH levemente alcalino. Com registro na ANVISA e com matéria prima biodegradável.	START	R$ 420,00	R$ 2. 100,00
1712	Galão	10	Detergente limpador altamente concentrado com baixa formação de espuma para limpeza de superfícies em geral com tensoativos biodegradáveis podendo ser utilizado em todos os pisos laváveis fragrância floral - embalagem de 5 litros diluição 1;300	START	R$ 658,00	R$ 6. 580,00
189769	Balde	05	ACIDULANTE E ANTICLORO - BALDE 20KG - Acidulante e anticloro a base de Metabissulfito e Gluconato, deve neutralizar resíduos de alvejantes químicos e resíduos de produtos alcalinos, podendo ser usado junto com o amaciante. Com registro na ANVISA, com matéria prima biodegradável.	START	R$ 540,00	R$ 2. 700,00
178165	Balde	30	Sabão em Pó Concentrado 20 Litros para a lavagem de roupas hospitalares, deve ser eficiente na remoção de gorduras, sangue e medicamentos, PH alcalino agente anti-redepositante e branqueador ótico, Com registro na ANVISA e com matéria prima biodegradável.	START	R$ 189,50	R$ 5. 685,00
R$ 38.729,50						

Classificação Final

EMPRESA: S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI.

CNPJ: 14.805.780/0001-51;

ENDEREÇO: RUA JACINTO LEÃO DA SILVA, 1464, QUADRA 02. LOTE 03, SALA A, VILA CEARA, ARAGARÇAS/GO, CEP: 76.240-000;

E-MAIL: comercial@s3mconsultorias.com.br

TELEFONE: (064) 3638-3218

VALOR: R$ 38.729,50 (TRINTA E OITO MIL SETECENTOS E VINTE E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

DADOS BANCÁRIOS

BANCO AMAZÔNIA (003)

AGÊNCIA: 067

CONTA CORRENTE: 71423-2

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. A presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 01 de Junho de 2020

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI** Contratada
Iranizo Matos Rodrigues Gerência de Licitações e Contratos Portaria nº 002/2020	

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1013/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N. 1013/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, NO VALOR DE R$ 4.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal em exercício, de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito Suplementar no orçamento financeiro 2020, no valor de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), adicionando recursos ao orçamento do município, provenientes de **Anulação parcial ou total**, nas seguintes dotações:

Fica adicionado:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

UNIDADE: 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO 122- ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA 0051- APOIO ADMINISTRATIVO

PROJ/ATIVIDADE: 2088 – APOIO A EVENTOS CULTURAIS

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00 ---------- R$ 4.500,00

CODIGO REDUZIDO:038– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE DE RECURSO: 0100 – RECURSOS ORDINARIOS.

Art. 2º. Para cobertura ao crédito adicional suplementar, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o artigo 43º, § 1º da Lei Federal n. 4.320/64, Inciso III – Anulação Parcial ou Total de Dotações, mantendo o equilíbrio orçamentário, conforme o seguinte detalhamento:

ANULAR:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

UNIDADE: 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO: 28 – ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO 843-SEVIÇOS DA DIVIDA INTERNA

PROGRAMA 0001- AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA

PROJ/ATIVIDADE: 2117 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA

ELEMENTO DA DESPESA: 3.2.90.21.00.00.00 ---------- R$ 4.500,00

CODIGO REDUZIDO:396– JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO

FONTE DE RECURSO: 0100 – RECURSOS ORDINARIOS

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, em 02 de Junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1014/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020

LEI N. 1014/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR SUBVENÇÃO SOCIAL AO CONSELHO DA COMUNIDADE DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal em exercício, de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte - MT autorizado à realizar subvenção social, no valor de 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), consistente no pagamento mensal de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), durante 3 (três) meses, a contar da data de vencimento, qual seja, 15 de maio de 2020, a serem pagos ao Conselho da Comunidade de Porto Alegre do Norte, com sede a Avenida JK, s/n, Centro, Porto Alegre do Norte – MT, CEP: 78658-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 10.383.612/0001-64.

Art. 2º.A referida subvenção, tem como objetivo, propiciar meios a qualificação técnica profissional, aos detentos da Cadeia Pública de Porto Alegre do Norte – MT, por meio de ministração de cursos de corte e costura.

Art. 3º. O Conselheira presidente do Conselho da Comunidade de Porto Alegre do Norte – MT deverá prestar contas dos recursos alocados mensalmente, encaminhando cópia ao Ministério Público, Poder Judiciário e aos Municípios compromitentes para serem encaminhados ao Tribunal de Contas Competente, com parecer dos respectivos conselhos fiscais.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1015 /2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N. 1015 /2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, NO VALOR DE R$ 33.467,60 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal em exercício, de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito especial no orçamento financeiro 2020, no valor de R$ 33.467,60 (trinta e três mil quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos), adicionando recursos ao orçamento do município, provenientes de **Anulação parcial ou total**, nas seguintes dotações:

Fica adicionado:

ÓRGÃO: 01 – CAMARA MUNICIPAL

UNIDADE: 001 – CAMARA MUNICIPAL

FUNÇÃO: 01- LEGISLATIVA

SUBFUNÇÃO 031- AÇÃO LEGISLATIVA

PROGRAMA 0054- PROCESSO LEGISLATIVO

PROJ/ATIVIDADE: 2002 - MANUTENÇÃO COM A CAMARA

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.40.00.00.00 ---------- R$ 33.467,66

CODIGO REDUZIDO: 0447– SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURIDICA

FONTE DE RECURSO: 0100 – RECURSOS ORDINARIOS

Art. 2º. Para cobertura ao crédito adicional especial aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o artigo 43º, § 1º da Lei Federal n. 4. 320/64, Inciso III – Anulação Parcial ou Total de Dotações, mantendo o equilíbrio orçamentário, conforme o seguinte detalhamento:

ANULAR:

ÓRGÃO: 01 – CAMARA MUNICIPAL

UNIDADE: 001 – CAMARA MUNICIPAL

FUNÇÃO: 01- LEGISLATIVA

SUBFUNÇÃO 031- AÇÃO LEGISLATIVA

PROGRAMA 0054- PROCESSO LEGISLATIVO

PROJ/ATIVIDADE: 2002 – MANUTENÇÃO COM A CAMARA

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00 ---------- R$ 33.467,60

CODIGO REDUZIDO: 011– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

FONTE DE RECURSO: 0100 – RECURSOS ORDINARIOS

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo I a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2020, Lei n.953 /2019 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo I da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei Alteração n. 968/2019, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5o.. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, 02 de Junho de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 033/2020

Ao primeiro dia do mês de junho de 2020, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada: **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.895.525/0001-56, sediada na Rua Presidente Rodrigues Alves, 66, Quadra 16, Lote 22, Setor Jardim Presidente, Goiânia/GO, neste ato representado pelo Senhor **Leandro Nery de Oliveira,** brasileiro, portador do RG nº 5.320.672 SPTC/GO e do CPF nº 037.217.131-17, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de medicamentos da Farmácia Básica, onde Pública e **HOMOLOGADA** nos autos, referente ao Processo Administrativo nº 00001497/2020 realizado através de Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico n° 006/2020, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços visando futuras e eventuais à Aquisição parceladas de Materiais e Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, para consumo previsto durante 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e consequente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Unid.	Quant.	Objeto	Marca	Valor Unitário	Total
189796	UND	15	KIT OXIGENIOTERAPIA	JG MORIYA	R$ 1.674,65	R$ 25.119,75
189797	UND	15	KIT MASCARA DE VENTURI	PROTEC	R$ 49,25	R$ 738,75
189799	ROLOS	30	FITA DE AUTOCLAVE	MASTERFIX	R$ 2,78	R$ 83,40
189800	UND	9	VALVULA REGULADORA COM FLUXOMETRO PARA CILINDRO DE OXIGENIO	PROTEC	R$ 264,72	R$ 2.382,48

Classificação Final

EMPRESA: OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP.

CNPJ: 05.895.525/0001-56;

ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE RODRIGUES ALVES, 66, QD. 16, LT 22, SETOR JARDIM PRESIDENTE, CEP: 74.353-400, GOIÂNIA/GO;

E-MAIL: objetiva.ltda@terra.com.br;

VALOR GLOBAL: R$ 28.324,38 (VINTE E OITO MIL TREZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS);

DADOS FINANCEIROS

BANCO ITAU

AGÊNCIA: 4308;

CONTA CORRENTE: 00186-8

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 01 de junho de 2020.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP** Contratada
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 **Portaria: 002/2020** Gerência de Contratos e Licitações	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 032/2020

Ao primeiro dia do mês de junho de 2020, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada: **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 12. 313.826/0001-90, sediada na Avenida Antônio Fidelis, 1158, Parque Amazônia, Goiânia/GO, CEP: 74.840-090, neste ato representado pelo Senhor **Thiago do Egito Araújo,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 12494021999-8 SSP/MA e do CPF nº 006.642.381-30, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de medicamentos da Farmácia Básica, onde Pública e **HOMOLOGADA nos autos**, referente ao Processo Administrativo nº 00001497/2020 realizado através de Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico n° 006/2020, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços visando Aquisição parceladas de Materiais e Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, para consumo previsto durante 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e consequente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Unid.	Quant.	Objeto	Marca	Valor Unitário	Total
180646	CX	1	HIDROCORTISONA 100 MG INJETAVEL	TEOTO	R$ 163,70	R$ 163,70
178637	UND	30	ATROVENT (BROMETO DE IPRATROPIO) 20 ML	HIPOLABOR	R$ 1,68	R$ 50,40
189788	CX	1	AMINOFILINA 24/MG/ML	TEOTO	R$ 94,50	R$ 94,50
178279	CX	1	ADRENALINA 1 MG/ML	HIPOLABOR	R$ 240,89	R$ 240,89
189790	UND	50	ACETILCISTINA 40 MG/ML XAROPE	GEOLAB	R$ 11,21	R$ 560,50
189791	CX	4000	SORO FISIOLOGICO 0,9% 100 ML	HALEXISTAR	R$ 3,12	R$ 12.480,00
178215	CX	30	ABOCATH Nº 22	DESCARPARCK	R$ 53,46	R$ 1.603,80
178213	CX	18	ABOCATH Nº 20	LABOR IMPORT	R$ 52,42	R$ 943,56
	PACOTES 20 UND	150	EQUIPO MACROGOTAS	OLIMED		R$ -
189795	UND	30	KIT DE NEBULIZAÇAO C/ COPINHO E MANGUEIRA	RWR	R$ 10,62	R$ 318,60

Classificação Final

EMPRESA: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.

CNPJ: 12.313.826/0001-90;

ENDEREÇO: AVENIDA ANTÔNIO FIDELIS, 1158, QUADRA 156, LOTE 08, PARQUE AMAZÔNIA, GOIÂNIA – GO, CEP: 74.840-090;

TELEFONE: (62) 3295-8276 / (62) 9934-6969;

E-MAIL: antonio@retfarma.com

VALOR GLOBAL: R$ 16.455,95 (DEZESSEIS MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS);

DADOS FINANCEIROS

BANCO BRADESCO

AGÊNCIA: 1147;

CONTA CORRENTE: 5940-4

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 01 de Junho de 2020.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**. Contratada
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Portaria: 002/2020 Gerência de Contratos e Licitações	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 031/2020

Ao primeiro dia do mês de junho de 2020, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada: **CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.443.348/0001-77,** sediada na Avenida Segunda Radial, 363, Setor Pedro Ludovico, Goiânia/GO, CEP: 74.280-090, neste ato representado pela Senhora **Maria Neuza Ramos,** brasileira, empresária, portadora do RG nº 4286811 SSP/GO e do CPF nº 915.814.0001-87, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de medicamentos da Farmácia Básica, onde Pública e **HOMOLOGADA** nos autos, referente ao Processo Administrativo nº 00001497/2020 realizado através de Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico n° 006/2020, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços visando futuras e eventuais à Aquisição parceladas de Materiais e Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, para consumo previsto durante 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e consequente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Unid.	Quant.	Objeto	Marca	Valor Unitário	Total
10429	CX	2	HIDROCORTISONA 500 MG INJETAVEL	TEOTO	R$ 378,45	R$ 756,90
11819	UND	100	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA XAROPE 2 MG/5ML	NATULAB	R$ 1,66	R$ 166,00
182515	CX	4000	SORO FISIOLOGICO 0,9% 5 250 ML	EQUIPLEX	R$ 4,30	R$ 17.200,00
189792	CX	11500	SERINGA DE 10ML	PROCARE	R$ 0,39	R$ 4.485,00
189793	CX	11000	SERINGA DE 5ML	PROCARE	R$ 0,24	R$ 2.640,00
11800	CX	3	DIPIRONA SODICA 500 GM COMPRIMIDO	PRATIDONADUZZI	R$ 70,99	R$ 212,97
178217	CX-50 UND	30	ABOCATH Nº 24	SOLIDOR	R$ 53,73	R$ 1.611,90
182358	CX	30	SCLAP Nº 21	SOLIDOR	R$ 28,56	R$ 856,80
182359	CX	30	SCALP Nº 23	SOLIDOR	R$ 25,56	R$ 766,80
180044	UND	1090	ESPARADRAPO 10 X4,5	MISSNER	R$ 7,34	R$ 8.000,60
178363	ROLOS	12	ALGODAO HIDROFILO 500G	NATHALYA	R$ 11,52	R$ 138,24
189798	PACOTES	30	ATADURA CREPE 15 X 180	ANAPOLIS	R$ 8,08	R$ 242,40
185370	ROLOS	30	FITA CREPE	MISSNER	R$ 2,32	R$ 69,60
189618	PACOTES	60	GAZES	MEDICAL TEXTIL	R$ 11,59	R$ 695,40

Classificação Final

EMPRESA: CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 05.443.348/0001-77;

ENDEREÇO: AVENIDA RADIAL, 363, SETOR PEDRO LUDOVICO, GOIÂNIA – GO, CEP: 74.280-090;

TELEFONE: (62) 3241-8277;

E-MAIL: centermedica.hospital@hotmail.com;

VALOR GLOBAL: R$ 37.842,61 (TRINTA E SETE MIL OITOCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS);

DADOS FINANCEIROS

BANCO DO BRASIL S/A

AGÊNCIA: 3227-1;

CONTA CORRENTE: 5436-4

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 01 de junho de 2020.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.** Contratada
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 **Portaria: 002/2020** Gerência de Contratos e Licitações	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº 334/2020

Portaria nº 334/2020

De 15 de maio de 2020.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Pecúnia de Licença Prêmio** de90 dias a **Edinilce Prudente**, ocupante do cargo de Auxiliar Contábil, matricula n°1549 lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de maio, junho e julho conforme dispõe legislação supramencionada.

Relativo ao quinquênio 2014 a 2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 15 de maio de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 369/2020

Portaria Nº 369/2020

De 01 de junho de 2020.

Nomeia Servidor em Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear **Rafaela Rocha Abecassis dos Santos**, no cargo Assessor de Assistência Administrativa, cargo de provimento em comissão constante no anexo I da Lei Complementar 029/2002 e alterada pela Lei 156/2017 de 22 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 20/05/2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de junho de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 358/2020

Portaria Nº 358/2020

De 29 de maio de 2020.

Torna sem efeito a portaria 340/2020 de 20 de maio de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar sem efeito a Portaria 340/2020 de 20 de maio de 2020, nomeando **Rafaela Rocha Abecassis dos Santos**, no cargo de Assessor de Imprensa, cargo de provimento em comissão constante no anexo I da Lei Complementar 029/2002 e alterada pela Lei 156/2017 de 22 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 20/05/2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 29 de maio de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº368/2020

Portaria Nº368/2020

De 01 de junho de 2020

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatutos dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Jordilene Lopes da Costa** para exercer o cargo Assessor de Imprensa, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n°156/2017 de 22 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de junho de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

LICENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, CNPJ nº 15. 023.922/0001-91**,** torna público que requereu junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana - a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), para **Construção de infraestrutura urbana de acesso à praça central no município de Canarana – MT**, Objeto do Convênio nº887600/2019/CAIXA/MTURISMO.

COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº 3092/2020

Decreto Municipal Nº 3092/2020

De 02 de junho de 2020

"Trata da proibição de aglomeração de pessoas em espaços e locais públicos para atendimento às medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19".

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito de Canarana, Estado de Mato Grosso,usando da atribuição que lhe confere o art.10, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as diversas medidas adotadas pelo município de Canarana – MT, principalmente de caráter preventivo, para o enfrentamento da pandemia do COVID-19; e,

Considerando, ainda, que se faz necessária a adoção de medidas mais restritivas nesse sentido:

D E C R E T A:

Art.1º Fica terminantemente proibida a aglomeração de pessoas nos locais e espaços públicos, tais como praças, canteiros, ruas e avenidas da cidade de Canarana – MT.

Art.2º Reforçando os termos da Lei Estadual de Mato Grosso nº 11.110/2020, é *obrigatório o uso de máscara facial como medida não farmacológica para evitar a disseminação do novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do município em qualquer local fora da residência do cidadão.*

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação no local de costume.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Canarana – MT, em 02 de junho de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 335/2020

Portaria nº 335/2020

De 15 de maio de 2020.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Pecúnia de Licença Prêmio** de90 dias a **Jesus dos Santos Pereira**, ocupante do cargo de Motorista Escolar, matricula n°5462 lotado na Secretaria Municipal de Educação, no período de maio, junho e julho conforme dispõe legislação supramencionada.

Relativo ao quinquênio 2015-2020.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 15 de maio de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº336/2020

Portaria nº336/2020

De 15 de maio de 2020.

Conceder férias ao Servidor Público Municipal **Guilherme Leite Rodrigues** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legaise em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor Guilherme Leite Rodrigues**,** por um período de 20 dias que serão usufruídas nos períodos abaixo discriminados, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Primeiro período de 10 dias, 28 de abril de 2020 a 07 de maio de 2020;

Último período de, de 23 de setembro de 2020 a 02 de outubro de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 22/03/2017 a 21/03/2018.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 28 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 15 de maio 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 357/2020

Portaria Nº 357/2020

De 29 de maio de 2020.

Exonera Servidora.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **Jordilene Lopes da Costa** do cargo Assessor de Assistência Administrativa, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n°156/2017 de 22 de março de 2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 29 de maio de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

LEI COMPLEMENTAR N.º 904/2020

LEI COMPLEMENTAR N.º 904/2020

Dispõe sobre à alteração da redação do art. 77 da Lei Complementar Municipal n. 723, de 16 de julho de 2013, que dispõe sobre a reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI, Prefeita de Castanheira, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar Municipal:

Art. 1º A redação do artigo 77 da Lei Complementar nº 723/2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 77. O subsídio dos Conselheiros Tutelares correspondente ao vencimento estabelecido para os cargos de DAS-2 do Plano de cargos, Carreiras e Vencimentos, instituído pela presente Lei Complementar, inclusive, para efeitos de férias e décimo terceiro salários.

Art. 2. As despesas oriundas da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 3. O Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro, exigido pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) segue no ANEXO I, a apresentação da Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, segue no ANEXO II.

Art. 4. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5. Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 02 de Junho de 2020.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

ANEXO II

Lei Complementar n.º 904/2020

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(Inciso II, artigo 16, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000)

OBJETIVO DA DESPESA:

ALTERAR O SUBSÍDIO DOS CONSELHEIROS TUTELARES CORRESPONDENTE AO VENCIMENTO ESTABELECIDO PARA OS CARGOS DE DAS-1 DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS, INCLUSIVE, PARA EFEITOS DE FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIOS, PARA O CORRESPONDENTE AO DAS-2.

EU, MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI, Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, em cumprimento às determinações do art. 16, inciso II, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), na qualidade de Ordenadora de Despesas, DECLARO existir adequação orçamentária e financeira para atender o presente objeto.

Firmo a presente Declaração por corresponder com a inteira realidade dos fatos.

Castanheira-MT, 02 de junho de 2020.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

ANEXO I

Lei Complementar n.º 904/2020

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

(Inciso I, do art. 16, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000)

Descrição do Evento: ALTERAÇÃO DAS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – 2020		
Criação:	Expansão:	Aperfeiçoamento: **X**

DESPESA TOTAL COM PESSOAL CONFORME ORÇAMENTO VIGENTE (VALOR APROVADO NO ORÇAMENTO)	
Montante da despesa orçada na Lei Orçamentária Anual nº 894/2019 de 19/11/2019	
Descrição por elemento de despesa	**Valor Orçado**
319004	2.317.600,00
319011	7.034.500,00
319013	508.000,00
319113	1.354.500,00
TOTAL ORÇADO	11.214.600,00

DESPESA TOTAL COM PESSOAL DE JANEIRO A DEZEMBRO 2019 (12 MESES)	
Descrição por elemento de despesa	**Valor Orçado**
319004	2.360.206,71
319011	6.547.094,91
319013	490.960,35
319113	1.428.895,07
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL	10.827.157,04

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM PESSOAL EXPANDIDAS				
Descrição das despesas expandidas por elemento	**2020**	**2021**	**2022**	Total Desp Aument
319004	2.361.858,36	2.479.951,28	2.603.948,84	243.742,13
319011	6.547.094,91	6.840.404,76	7.146.854,89	599.759,98
319013	491.323,71	515.889,90	541.684,40	50.724,05
319113	1.428.895,07	1.492.909,57	1.559.791,92	130.896,85
TOTAL DAS DESPESAS	10.829.172,05	11.329.155,51	11.852.280,05	1.025.123,01

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do Evento	2020	2021	2022	Total Aumento
Previsão de Aumento da Arrecadação Municipal	32.023.650,00	34.213.140,00	36.028.650,00	4.005.000,00

DEMONSTRATIVO DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL APÓS A CRIAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO	
Descrição por elemento de despesa	Valor Estimado
319004	2.361.858,36
319011	6.547.094,91
319013	491.323,71
319113	1.428.895,07
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL	10.829.172,05

DATA:	ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESAS:	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Castanheira-MT, 02/06/2020	MABEL DE FÁTIMA M. ALMICI Prefeita Municipal	GILMAR REZER Contador (CRC/MT n.º 014039/O-0)

*Utilizado Percentual de 4,48% para correção dos exercícios de 2021 e 2022..

DECRETO Nº022, DE 25 DE MAIO DE 2020.

DECRETO Nº022, DE 25 DE MAIO DE 2020.

ESTABELECE OS FLUXOS PROCEDIMENTAIS DAS DEMANDAS DE OUVIDORIA E SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõem a Lei Orgânica do Município,

considerando a necessidade de se estabelecer e padronizar os fluxos das demandas de Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão, em prol da eficiência administrativa;

considerando o dever da Administração Pública no atendimento previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, e no artigo 37, § 3º, da Constituição Federal, quanto ao direito do usuário dos serviços públicos em obter acesso às informações de interesse público e reclamar quando da má prestação desses serviços,

D E C R E T A:

Art. 1º − Ficam estabelecidos, nos termos deste Decreto e de seu Anexo Fluxograma – Ouvidoria, os fluxos procedimentais das demandas de Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão, no âmbito do Poder Executivo do Município de Castanheira.

§ 1º − Para fins deste Decreto, considera-se:

I − manifestação anônima: registro de Ouvidoria recebido por qualquer meio disponível nas entidades públicas, sem identificação do declarante; II − manifestação sigilosa: registro de Ouvidoria recebido por qualquer meio disponível, em que a entidade pública, a pedido ou de ofício, oculta a identificação do declarante; III − denúncia: manifestação de informação ou acusação contra atos, pessoas ou entidades que descumpram ou não observem a legislação e o devido procedimento legal ou que causem prejuízo ou dano ao patrimônio público; IV − reclamação: a manifestação de desagrado ou protesto sobre um serviço prestado, ação ou omissão da administração e/ou servidor público e a existência ou ausência de norma reguladora; V − elogio: a manifestação que demonstra apreço, reconhecimento ou satisfação para com o serviço recebido ou atendimento prestado; VI − sugestão: a manifestação que apresenta uma ideia ou proposta para a melhoria dos processos de trabalho, das unidades administrativas e/ou dos serviços prestados pela entidade ou instituição; VII − informação: são os pedidos de informações e resoluções de dúvidas referentes a dados estruturais e estatísticos do Município e aos serviços prestados; VIII − solicitação: são pedidos de resolução ou informações sobre andamento de questões que necessitem ações diretas de entidades ou setores das estruturas do Município de Castanheira; IX − linguagem cidadã: aquela que, além de simples, clara, concisa e objetiva, considera o contexto sociocultural do interessado, de forma a facilitar a comunicação e o mútuo entendimento; X − conteúdo ininteligível: conjunto de informações ou caracteres registrados no corpo da mensagem que impossibilitem identificar sua razão ou destino; XI − entidade: unidade administrativa, compreendendo-se as Secretarias e demais órgãos da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional da área de atuação de uma Ouvidoria setorial.

§ 2º − O Sistema Eletrônico de Ouvidoria, que pode ser acessado pelo site www.castanheira.mt.gov.br, no link “OUVIDORIA”, sob a Coordenação da Controladoria de Controle Interno, é o principal meio eletrônico de registro das manifestações de Ouvidoria e solicitações de informação do Poder Executivo municipal, configurando a sua base de dados para efeitos operacionais, gerenciais e legais.

§ 3º − São, ainda, canais de manifestação para a Ouvidoria o através do número telefonico exclusivo, ou pessoalmente, na Prefeitura Municipal de Castanheira, na sala da Ouvidoria.

§ 4º − As demandas da Ouvidoria relacionadas à Saúde ficam tambem sob a coordenação desta Ouvidoria.

Art. 2º − As manifestações registradas no sistema originariamente pelo cidadão ou pelo Ouvidor, serão classificadas e distribuídas para as respectivas Secretarias Municipais para averiguação do conteúdo.

§ 1º − As denúncias, reclamações, sugestões, elogios, solicitações e pedidos de informação deverão ser registrados no Sistema de Ouvidoria, quando ocorrerem originariamente por outro meio (eletrônico, telefone ou pessoalmente), respeitada a autenticidade, integridade e primariedade da manifestação.

§ 2º − As Secretarias Municipais, quando identificarem equívoco no envio, ou competência de outra Secretaria para resolução do problema, farão os encaminhamentos diretamente às outras pastas para resposta ou complementação, utilizando-se unicamente do sistema informatizado para tal.

§ 3º − A Ouvidoria zelará pelo uso da linguagem cidadã em todas as fases do atendimento ao cidadão.

§ 4º − As Secretarias Municipais deverão finalizar o atendimento quando o assunto estiver resolvido, permitindo ao cidadão acompanhar o resultado da demanda por meio de pesquisa ao sistema eletrônico através do protocolo gerado.

§ 5º − O prazo de finalização da demanda gerada pelo cidadão é de 15 (quinze) dias úteis, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias.

§ 6º − Sempre que houver necessidade de se pedir esclarecimentos ou informações adicionais para o prosseguimento da demanda, o Ouvidor as solicitará ao cidadão, informando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, sob pena de finalização do atendimento.

§ 7º − O Ouvidor zelará pelo atendimento humanizado, atuando como mediador na hipótese de insatisfação do cidadão com o atendimento recebido do Poder Público municipal, visando à composição entre as partes, quando for possível.

Art. 3º − O Ouvidor emitirá relatórios de suas atividades para conhecimento do Chefe do Executivo municipal e da Controladoria de Controle Interno, tendo como conteúdo mínimo a classificação da manifestação, setores envolvidos, tempo de atendimento, resultado das averiguações, procedência da manifestação e ações realizadas.

Parágrafo único − A manifestação do cidadão, quanto à sua pertinência, será classificada como "Procedente", "Parcialmente Procedente" ou "Improcedente", baseada nas respostas apresentadas pelos setores correspondentes.

Art. 4º − A periodicidade dos relatórios será mensal, de acordo com a pertinência, assunto, setor e serviços envolvidos.

Art. 5º − O Ouvidor emitirá relatórios relacionados aos pedidos de informação, para fins de avaliação da transparência do Poder Executivo municipal.

Parágrafo único − Os relatórios evidenciarão a quantidade de mensagens recebidas, classificadas por assunto e situação do atendimento.

Art. 6º − Os relatórios elaborados pelo Ouvidor fundamentarão o relatório de Ouvidoria anual, evidenciando os principais assuntos e a participação do controle social na Administração Pública municipal.

Art. 7º − As denúncias apresentadas diretamente na sede da Ouvidoria ou registradas no Sistema de Ouvidoria serão objeto de avaliação para instauração de Auditorias e Processos Administrativos, observados os critérios de ingresso, temporalidade, urgência, prazo prescricional, risco, materialidade, oportunidade e relevância.

Art. 8º − Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Castanheira-MT, 25 de maio de 2020.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO N.º 28, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DECRETO N.º 28, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a desincompatibilização (afastamento) do servidor que menciona de todos os conselho vinculados a Administração Pública direta e indireta, para concorrerem ao cargo eletivo nas eleições municipais do ano de 2020 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1°. Fica afastado, para fins de desincompatibilização para concorrer ao cargo de Vice- Prefeito nas Eleições Municipais do ano de 2020, do cargo de membro em todo e qualquer conselho vinculados a Administração Pública direta e indireta, o Servidor JANDIR ALBERTO SCHEFFLER, portador da Cédula de Identidade nº. 94764 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº CPF nº. 627.118.491-04,

Art. 2°. Em substituição ao membro afastado ficam nomeados os seus respectivos suplentes.

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 02 de junho de 2020.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação nesta data no local de costume.

PORTARIA N.º 117/2020.

PORTARIA N.º 117/2020.

Exonera o Servidor que menciona, do cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º **EXONERAR** o Senhor JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, portador da Cédula de Identidade n.º 1086044-4 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o n.º 837.971.571-34 residentes e domiciliado no Município de Castanheira - MT, a partir de 03 junho de 2020 das atribuições do cargo de Secretário de Finanças.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 02 de junho de 2020.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N° 33/2020

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Pregoeira torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2020**, do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COLETA DE LIXO HOSPITALAR, RESÍDUOS BIOLÓGICOS, RESÍDUOS QUÍMICOS, RESÍDUOS COMUNS E RESÍDUOS PERFURO CORTANTE PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** com sessão marcada para o dia **17/06/2020** às **08:00 horas**. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, **02 de Junho** de **2020**.

MARIANA LEITNER RODRIGUES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N. º 118/2020

PORTARIA N. º 118/2020

Nomeia o Chefe de Gabinete, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, para o cargo de Chefe de Gabinete o Srº RAPHAEL SCHAFFEL NOGUEIRA, portador da Cédula de Identidade nº. 1276266-0 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº CPF nº. 000.075.371.82, residente e domiciliado no Município de Castanheira –MT, com jornada de Dedicação Integral e vencimentos/subsídios estabelecido por Le Especifica da Câmara Municipal c/c as disposições do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Poder Executivo, a partir de 03 de junho de 2020.

Art. 2.º. As competências do cargo de Secretário Municipal nomeado pela presente Portaria estão dispostas na Lei Complementar Municipal que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo.

Art.3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2020.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

PORTARIA N.º 116/2020.

PORTARIA N.º 116/2020.

Exonera o Servidor que menciona, do cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º **EXONERAR** o Senhor JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, portador da Cédula de Identidade n.º 1086044-4 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o n.º 837.971.571-34 residentes e domiciliado no Município de Casta-

nheira - MT, a partir de 03 de junho de 2020 das atribuições do cargo de C**hefe de Gabinete**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 02 de junho de 2020.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SISTEMA AUTÔNOMO DE AGUÁ E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2020 PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CONVITE N° 002/2020 RESULTADO DE LICITAÇÃO

O DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO CHAPADA DOS GUIMARÃES – SAAE-CG, situado a Rua do Aricás, s/nº Bairro Santa Cruz – Chapada Dos Guimarães – MT – Cep: 78.195-000, através da Comissão de Licitação, nomeada Pela Portaria de nº 35/2019/SAAECG de 29/11/2019, torna público para conhecimento dos interessados, conforme Lei n° 8.666/93 o RESULTADO do Processo Licitatório Modalidade CONVITE Nº 001/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é ***"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA, COM MOTORISTA ÀS SUAS EXPENSAS PARA ATENDER À DEMANDA DO SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT – SAAE-CG"***

VENCEDOR:

EDUARDO ADOLFO FRANK - ME

CNPJ: 08.767.016/0001-36

VALOR: R$ 140.400,00 (CENTO QUARENTA MIL, QUATROCENTOS REAIS)

CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT, 29 DE MAIO 2020.

JULIANO MIGUEL LUCAS

PRESIDENTE CPL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 312/GP/2020 EM, 01 DE JUNHO DE 2020.

Portaria nº 312/GP/2020

Em, 01 de junho de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

EXONERAR – Os servidores municipais contratados relacionados abaixo, de acordo com a Lei Municipal 581/91.

MATRICULA	NOME	CARGO	DATA DE EXONERAÇÃO
6580.1	ANDREY WAGNER FARIAS ANGELO	AG. DE SERVICOS GERAIS	02/05/2020
6542.1	APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR II 20 HORAS	10/05/2020
5461.2	ELIANE CRISTINA DE MORAES	AG. DE SERVICOS GERAIS	04/05/2020
6246.2	ELIZABETH REGINA PONGELUPI NOBREGA	PROFESSOR II 20 HORAS	10/05/2020
6248.2	FABIANE CRISTINA LOPES ARAUJO	PROFESSOR II 20 HORAS	10/05/2020
6518.1	JESSICA NATASHY DE MENEZES FERNANDE	AG. DE SERVICOS GERAIS	25/05/2020
6243.2	SUELY PALMEIRA FERREIRA	PROFESSOR II 20, HORAS	10/05/2020
6280.2	TELMA REGINA PIRES	PROFESSOR II 20 HORAS	12/05/2020
3039.2	TIBURCIO DA SILVA DA COSTA	MOTORISTA	04/05/2020

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 01 de junho de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RESULTADO DE LICITAÇÃO- TOMADA DE PREÇO 006/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO - RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT - Altamir Kurten, através da Presidente de Licitação – Hemilin F. Tiedt, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **GOIAS LED MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUÇÃO EIRELI**, sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **"CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA MELHORIA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LUMINARIAS EM LED JUSCELINO KUBITSCHEK."**

Cláudia/MT 02 de Junho de 2020.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

HEMILIN FERNANDA TIEDT

Presidente da C.P.L.

PREVI-CLAUDIA
PORTARIA PREVI-CLAUDIA APOSENTADORIA

PORTARIA Nº. 013/2020.

DATA: 02 DE JUNHO DE 2020.

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DOS TERMOS DA PORTARIA Nº 11/2020 QUE TRATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM FAVOR DA SERVIDORA SRA. "MARECI SALETE COSTA RAMOS

A Diretora Executiva do PREVI-CLÁUDIA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cláudia, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos Artigo 40, §1º, inciso I, e §8º da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional N.º 41/2003 de 19 de Dezembro de 2003, combinado com o §7º do artigo 10 da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, Art. 12, inciso I, alínea "a", ***art.13 e 14 da Lei Municipal n.º 473 de 24 de abril de 2013, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de CLÁUDIA-MT****, e ainda Lei Complementar nº 13/2013 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Administração de Cláudia, alterada pela Lei nº 075/2020****, que concede revisão geral anual dos vencimentos.*

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o benefício de Aposentadoria Por Invalidez em favor da servidora **Sr**a**. MARECI SALETE COSTA RAMOS,** portador**a** do RG nº. **1046514749 SSP-RS**, inscrita no CPF nº. **514.718.920-34**, efetiva no cargo de **TECNICO EM ENFERMAGEM, cadastrad**a **sob no RE**

nº. 2005 e Matrícula Previdenciária nº. **405**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contando com **9.523** dias trabalhados, ou seja, 26 anos, 01 **mês e** 05 **dias, conforme processo do PREVI-CLAUDIA nº. 2020.06. 00000001.**

Art. 2º - O benefício de Aposentadoria por invalidez será com proventos integrais calculados pela média aritmética simples das 80% maiores contribuições.

Parágrafo Único. É assegurado o reajuste do benefício, na forma da lei, para preservar-lhe em caráter permanente o valor real.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 22 de maio de 2020, revogadas as disposições em contrário

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

_____

SHEILA YOTZCHETZ

Diretora Executiva

HOMOLOGADO POR:

_____

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

PREVI-CLAUDIA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

OBJETO**: PROCESSO DE DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NO GERENCIAMENTO E ENVIO DOS PROCESSOS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA: R. B. CONSULTORIA LTDA

CNPJ n°: 32.584.569/00001-38

Endereço: Avenida Curitiba, nº 2734, SALA 203, Centro, Sorriso – MT.

VALOR GLOBAL: R$ 13.200,00 (Treze Mil e Duzentos Reais).

VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses.

HOMOLOGO E ADJUDICO.

Cláudia – MT, 02 de Junho de 2020.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 386, DE 28 DE MAIO DE 2020

DECRETO Nº 386, DE 28 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre nomeação de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em alteração ao Decreto nº 139/2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, para mandato de 17 de abril de 2018 a 31 de dezembro de 2020, a Senhora Eliane de Marchi, em substituição ao Senhor Vilson Gutjahr.

Art. 2º Em decorrência da alteração prevista no ar. 1º, a redação do inc. IX, do art. 1º, do Decreto nº 139, de 17 de abril de 2018, que nomeia e qualifica os membros do CMDCA, passa a ter a seguinte redação:

"IX - Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Eliane de Marchi

CPF: 950.420.670-00

RG: 806.294.454-7 SSP/MT

END: Estrada Vanessa km 03

Fone: (66) 99684-2308".

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor nesta data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 28 de maio de 2020

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DOS CONSELHOS
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução 001 de 29 de Maio de 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Cláudia – CMAS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 263 de 08 de Novembro de 1996, e considerando aprovação da Plenária.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os valores executados no ano de 2019 pelo recurso do Co-Financiamento FEAS, do Município de Cláudia – MT.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia – MT, 29 de Maio de 2020.

_____

Sueli Betine dos Santos

Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 385, DE 28 DE MAIO DE 2020

DECRETO Nº 385, DE 28 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a substituição de membro do Conselho Municipal de Assistência Social mediante alteração da composição prevista no Decreto nº 276/2019 e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de substituição de membro do Conselho Municipal de Assistência Social representante titular do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição prevista no Decreto nº 276/2019, para substituição de membro titular do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, incluindo a Srª Lucimara Pagliari, permanecendo inalterada a representação dos demais órgãos e entidades.

Art. 2º Em decorrência da alteração de que trata o artigo anterior, o inc. II, do art. 2º, numeral 1, do Decreto nº 276, de 13 de agosto de 2019 passa a ter a seguinte redação:

"II - da Sociedade Civil - 4 titulares e 4 suplentes;

1. Representantes do Cons. Munic. da Criança e Adolescente

Titular:

Nome: Lucimara Pagliari

RG: 2569680-7 SSP/MT

CPF: 024.849.701-45

End: Rua Jose de Mesquita, nº 644 - Cláudia/MT".

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 28 de maio de 2020

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 035/2020

CONTRATO DE LOCAÇÃO

Nº. 035/2020

Pelo presente Contrato de Locação, de um lado o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27**, neste ato representado pelo sua titular, a Prefeita Municipal, **Sr.ª. DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portadora da **CI nº.** 1.982.506 e inscrita no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, nº. , Setor Centro, nesta cidade, doravante denominada **LOCATÁRIA,** e do outro lado o S.r. **Paulo Sergio Felipe dos Santos**, brasileiro, casado, portador da CI RG nº 1034432 SSP-GO e inscrito no CPF sob o nº 192.589.681-15, residente e domiciliado nesta Cidade de Cocalinho – MT, neste ato denominado simplesmente como **LOCADOR,** tem entre si justos e contratados o seguinte, o que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato a locação de um trator de pneu, destinado a atender serviços gerais para o exercício de 2020/2021, processo licitatório modelo carta convite de nº 005/2020.

CLAUSULA SEGUNDA – Da Fundamentação Legal

2.1. Este contrato se fundamenta, na da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações posteriores.

2.2 Este contrato está sendo celebrado com base no Processo Licitatório – Carta Convite nº 005/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência

3.1. O presente contrato será por um período de (12) doze meses, com vigência do dia 28 de maio do ano em curso e findando em 28 de maio de 2021, sendo que o contrato poderá ser renovando de acordo com a conveniência de ambas as partes e nos termo da legislação pertinente, com a devida correção do valor.

CLÁUSULA QUARTA – Do Valor e da Forma de Pagamento

4.1. O preço certo e total ajustando entre as partes é de R$ 3.400,00 (três mil quatrocentos reais), mensais, totalizando um valor de R$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos), que serão pagos no final de cada mês ou impreterivelmente até o dia 10 do mês subsequente.

CLAÚSULA QUINTA – Da Dotação Orçamentária

5.1. As despesas decorrentes com o presente contrato correrão por conta do orçamento em vigor, Lei Municipal em vigor, na seguinte dotação orçamentária:

(401) 08.001.15.452.0060.2065.3.3.90.36.00.00.00

(402) 08.001.15.452.0060.2065.3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA SEXTA – Da Rescisão

6.1. Este contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, sem que ocorra qualquer ônus extra para as mesmas, desde que comuniquem por escrito, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLAÚSULA SÉTIMA – Das Disposições Finais

7.1 Caso este contrato não seja renovado, o imóvel deverá ser entregue ao locador logo após o vencimento do presente.

7.2. Fica estipulada uma multa de 2% (dois por cento), no valor total do presente contrato, para qualquer infração das cláusulas, bem como no caso de uma das partes rescindirem o presente antes do prazo de vencimento, sem o devido cumprimento do que determina a cláusula anterior.

7.3. Ficam reconhecidos os direitos da Administração Pública em rescindir o presente, nos casos previstos no artigo 77 da Lei Federal nº. 8666/93.

7.4. Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Água Boa – MT, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

7.5. Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

E, por assim estarem ambas as partes de comum acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Cocalinho – MT, 28 de Maio de 2020.

_____

CONTRATANTE: Município de Cocalinho - MT

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

CONTRATADO: _____

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Locador

Testemunhas: 1._____

CPF:

2. _____

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTRATO Nº 031/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO Nº 031/2020

DATA: 15/04/2020

INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE COCALINHO E A EMPRESA *GLOBAL CENTER MERCANTIL EIRELI.*

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO** – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº 676, Centro – CEP.: 78.680-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal **Srª. DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portadora da **CI nº.** 1.982.506 e inscrita no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, nº. 676, Setor Central, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, simplesmente de e a empresa ***GLOBAL CENTER MERCANTIL EIRELI,*** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede Av. center, quadra 02 lote 16, nº 1.257, Bairro Residencial Center Ville, Cidade de Goiânia/GO, Cep 74.369-003, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 02.330.299/0001-78, representado neste ato pelo Sr. HEBERT RAFAEL LACERDA NECO, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, maior, empresário, residente e domiciliado em Goiânia/GO, sito a rua RI-6 s/n, qd.27 lt.03 casa 01 residencial Itaipu CEP. 74356-054, inscrito no CPF n.º 013.416.301-02 e Rg. 1613626 TEM GO, natural de Crixas/GO, doravante denominado de **CONTRATADO**, respectivamente, tem justos e convencionados o presente Instrumento, conforme as normas descritas na Licitação aberta na modalidade de Pregão Presencial – Edital nº 007/2020, objetivando o fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1 - Este contrato rege-se pelas normas da Lei nº 8.666/93, e legislação civil aplicável à espécie. É firmado com base em processo de licitação ultimado, na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços, conforme ultimado através do Edital de Pregão nº 007/2020, de 08 de abril de 2020, o qual faz parte integrante deste instrumento, como nele expressas estivessem suas condições e obrigações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

ESPECIFICAÇÕES	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
CAMINHAO TRUCADO, OK, PESO BRUTO TOTAL 22000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15350 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,17 M, POTENCIA 238 CV, COM CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE **10M³.**	IVECO 24-280(6X2) 280 CV TRUCADO 6X2 PBT 24.400KG CARGA UTIL 17.639 KG ENTRE EIXO 5,17M EQUIP CAÇAMBA BASCULANTE 10M³.	01	**UN**	310. 900,000	310. 900,00
Total					**310. 900,00**

2.1 – O objeto do presente contrato, para aquisições de Em atendimento Secretaria Municipal de Agricultura, conforme segue discriminação do produto:

2.2 - As quantidades constantes neste Contrato de Fornecimento poderão ser adquiridos pelo Município em sua totalidade. Quando adquiridos, serão fornecidos pela empresa acima identificada, mediante emissão de ordem de fornecimento (requisição/ordem de fornecimento), de acordo com o disposto no Edital que a originou, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

3.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATADA:

I - Entregar com pontualidade o produto ofertado;

II - Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

III - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente licitação;

IV - Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

3.2 **– PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

3.2.1-O veículo deverá ser entregue em ***até 45 (quarenta e cinco) dias corridos***

após Homologação e ordem de fornecimento.

3.2.2-Local de entrega: Garagem Municipal da Prefeitura de Cocalinho/MT situada na Avenida Araguaia, 676, centro – Cocalinho/MT.

3.3– GARANTIA E ASSISTÊNCA TÉCNICA

3.3.1- O Veículo deverá ter garantia total de no mínimo 01 (um) ano, contados a partir da data do recebimento dos mesmos. 3.3.2-A licitante vencedora deverá apresentar, como forma de comprovação da garantia mencionada no subitem anterior, **Certificado de Garantia** do Fabricante, ou documento similar. 3.3.3-No caso de apresentarem defeitos e, consequentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega.

3.3.4- O ônus de correção de defeitos apresentados pelos veículos ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada.

3.4 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE

I - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

II - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

III - Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

IV - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

CLAUSULA QUARTA - FORMA DE FORNECIMENTO DE OBJETO:

4.1 – O veículo será solicitado conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura e devera ser entregue no local indicado na requisição/ordem de fornecimento pelo prazo máximo 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do recebimento da requisição/ordem de fornecimento devidamente assinada.

4.2 – A Contratada, ficará obrigada a trocar as suas expensas os itens do veículo que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

4.3 – Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos itens/equipamentos relacionados ao veículo obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

4.4 – A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega do bem licitado prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. O valor global do fornecimento, ora contratado é de R$ 310.900,00 (trezentos e dez mil novecentos reais), fixo e irreajustável.

5.3. No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

5.4 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, a contar da efetiva entrega do equipamento desta licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

5.5 - A Nota Fiscal, deverá ser emitida pela licitante vencedora/contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho;

5.6 – Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.7. O pagamento só será efetuado após a comprovação pelo contrato de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com INSS e com o FGTS.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO:

6.1. O prazo do contrato será de 07 meses, contados da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

COD RED. 370

UNIDADE ORC. 09.001

F.PROGRAMATICO. 20.605.0016

PRJ/ATIVIDADE. 1.062

ELEMENTO DESPESA. 4.4.90.52.00.00.00

8 - CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 – Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

8.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

I- advertência;

II- multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III– suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

8.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.6 - As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

9.1 - A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO:

10.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA:

11.1. O presente Contrato vigorará a partir da assinatura do, iniciando-se no dia 15/04/ 2020 e encerramento previsto para 31/12/2020.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. O Foro para dirimência de qualquer procedimento judicial relacionado com o presente contrato é o da Comarca de Água Boa Estado do Mato Grosso.

Estando assim, justos e pactuados, firmam o presente instrumento em três (3) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias abaixo designadas, para surtir os efeitos de direito.

Gabinete da Prefeita Municipal, em Cocalinho, aos 15 dias do mês de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cocalinho

Dalva Maria de Lima Peres

Contratante

GLOBAL CENTER MERCANTIL EIRELI.

CNPJ/ nº 03.330.299/0001-78

Contratada:

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

CPF: CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTRATO Nº 029/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO Nº 029/2020

DATA: 15/04/2020

"CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE FAZ ENTRE SI O MUNICÍPIO DE COCALINHO – MT, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA APROCAMPO MAQUINAS MOTORES E PRODUTOS AGROPECUARIO* COMO CONTRATADA.*"

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO** – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº 676, Centro – CEP.: 78.680-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal **Srª. DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portadora da **CI nº.** 1.982.506 e inscrita no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, nº. 676, Setor Central, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, simplesmente de e a empresa **APROCAMPO MAQUINAS MOTORES E PRODUTOS AGROPECUARIO,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede Av. engenheiro Francisco rodrigues pereira (lote cerrado), s/nº, Bairro Ponte Nova, Cidade de Varzea Grande/MT, Cep 78115.851, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 03.362.799/0001-54, representado neste ato pelo Sr. Ernandes Vendrame, brasileiro, maior, empresário, inscrito no CPF n.º 206.190.301-00 e Rg. 02319160 SSP/MT, residente e domiciliado na rua L n°371 edificio Luxemburgo, apto 1100 bairro parque eldorado no município de Cuiabá - MT, Cep. 78.048-428, doravante denominado de **CONTRATADO**, respectivamente, tem justos e convencionados o presente Instrumento, conforme as normas descritas na Licitação aberta na modalidade de Pregão Presencial – Edital nº 007/2020, objetivando o fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1 - Este contrato rege-se pelas normas da Lei nº 8.666/93, e legislação civil aplicável à espécie. É firmado com base em processo de licitação ultimado, na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços, conforme ultimado através Edital de Pregão nº 007/2020, de 08 de abril de 2020, o qual faz parte integrante deste instrumento, como nele expressas estivessem suas condições e obrigações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1 – O objeto do presente contrato, para aquisições de Carreta Agrícola Basculante e Grade Niveladora em atendimento Secretaria Municipal de Agricultura, conforme segue discriminação do produto:

PRODUTO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
CARRETA AGRÍCOLA DE MADEIRA, NOVA SEM USO, COM PNEUS, 2 EIXOS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 TONELADAS	**TADEU T 4400**	**01**	UN	**10.000,00**	**10.000,00**
TRATOR DE PNEUS NOVO COM POTENCIA DE 50 CV, TRACAO 4 X 2, PESO COM LASTRO DE 2714 KG M Tabela Sinapi Novembro de 2019	**EGRITECH 1250**	**01**	UN	**83.755,39**	**83.755,39**
Total					**93.755,39**

2.2 - As quantidades constantes neste Contrato de Fornecimento poderão não ser adquiridas pelo Município em sua totalidade. Quando adquiridos, serão fornecidos pela empresa acima identificada, mediante emissão de ordem de fornecimento (requisição), de acordo com o disposto no Edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

3.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATADA:

I - Entregar com pontualidade o produto ofertado;

II - Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

III - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente licitação;

IV - Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

3.2 **– PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

3.2.1-Os maquinários deverão ser entregue em ***até 45 (quarenta e cinco) dias corridos*** após Homologação e ordem de fornecimento. 3.2.2-Local de entrega: Garagem Municipal da Prefeitura de Cocalinho/MT situada na Avenida Araguaia, 676, centro – Cocalinho/MT.

3.3– GARANTIA E ASSISTÊNCA TÉCNICA

3.3.1- A Máquina deverá ter garantia total de no mínimo 01 (um) ano, contados a partir da data do recebimento dos mesmos. 3.3.2-A licitante vencedora deverá apresentar, como forma de comprovação da garantia mencionada no subitem anterior, **Certificado de Garantia** do Fabricante, ou documento similar. 3.3.3-No caso de apresentarem defeitos e, consequentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega.

3.3.4- O ônus de correção de defeitos apresentados pelos veículos ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada.

3.4 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE

I - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

II - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

III - Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

IV - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

CLAUSULA QUARTA - FORMA DE FORNECIMENTO DE OBJETO:

4.1 – Os maquinários serão solicitados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura e devera ser entregue no local indicado na requisição pelo prazo máximo 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do recebimento da requisição/ordem de fornecimento devidamente assinada.

4.2 – A Contratada, ficará obrigada a trocar as suas expensas os maquinários e/ou produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

4.3 – Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

4.4 – A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos maquinários prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. O valor global do fornecimento, ora contratado é de R$ **93.755,39** (Noventa e três mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove Centavos), fixo e irreajustável.

5.3. No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

5.4 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, a contar da efetiva entrega do equipamento desta licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

5.5 - A Nota Fiscal, deverá ser emitida pela licitante vencedora/contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho;

5.6 – Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.7. O pagamento só será efetuado após a comprovação pelo contrato de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com INSS e com o FGTS.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO:

6.1. O prazo do contrato será de 07 meses, contados da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

COD RED. 370

UNIDADE ORC. 09.001

F.PROGRAMATICO.20.605.0016

PRJ/ATIVIDADE.1.062

ELEMENTO DESPESA. 4.4.90.52.00.00.00

8 - CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 – Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

8.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

I- advertência;

II- multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III– suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

8.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.6 - As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

9.1 - A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO:

10.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA:

11.1. O presente Contrato vigorará a partir da assinatura do contrato no dia 15/04/2020 e encerramento previsto para 31/12/2020.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. O Foro para dirimência de qualquer procedimento judicial relacionado com o presente contrato é o da Comarca de Água Boa Estado do Mato Grosso.

Estando assim, justos e pactuados, firmam o presente instrumento em três (3) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias abaixo designadas, para surtir os efeitos de direito.

Gabinete da Prefeita Municipal, em Cocalinho, aos 15 dias do mês de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cocalinho

Dalva Maria de Lima Peres

Contratante

APROCAMPO MAQUINAS MOTORES E PRODUTOS AGROPECUARIO

CNPJ/ nº 03.362.799/0001-54

Contratada:

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

CPF: CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTRATO Nº 030/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO Nº 030/2020

DATA: 15/04/2020

***"CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE FAZ ENTRE SI O MUNICÍPIO DE COCALINHO – MT, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA GUIMARAES AGRICOLA LTDA* COMO CONTRATADA."**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO** – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº 676, Centro – CEP.: 78.680-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal **Srª. DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portadora da **CI nº.** 1.982.506 e inscrita no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, nº. 676, Setor Central, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, simplesmente de e a empresa **GUIMARAES AGRICOLA LTDA ,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede Av. São Paulo, nº380, Bairro Distrito Industrial, Cidade de Primavera do Leste/MT, Cep 78850-000, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 01.042.977/0002-15, representado neste ato pelo Sr. Orcival Gouveia Guimaraes, brasileiro, , casado, maior, empresário, inscrito no CPF n.º 170.443.401-72 e Rg. 0915289-0 SSP/MT, residente e domiciliado na rua passo fundo, nº388 bairro pioneiro no município de Lucas do Rio Verde - MT, Cep. 78.455-000, doravante denominado de **CONTRATADO**, respectivamente, tem justos e convencionados o presente Instrumento, conforme as normas descritas na Licitação aberta na modalidade de Pregão Presencial – Edital nº 007/2020, objetivando o fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1 - Este contrato rege-se pelas normas da Lei nº 8.666/93, e legislação civil aplicável à espécie. É firmado com base em processo de licitação ultimado, na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços, conforme ultimado através Edital de Pregão nº 007/2020, de 08 de abril de 2020, o qual faz parte integrante deste instrumento, como nele expressas estivessem suas condições e obrigações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1 – O objeto do presente contrato, para aquisições de PÁ CARREGADEIRA em atendimento Secretaria Municipal de Agricultura, conforme segue discriminação do produto:

PRODUTO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, JCB ECOMAX 422ZX 4 CILINDROS, TURBO, MAR-1, POTENCIA 130 HP, PESO OPERACIONAL DE 11.900KG TRANSMISSÃO POWERSHIFT AUTOMATICA, CABINE FECHADA ROPS E FOPS, E EQUIPADA COM AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FABRICA, CAÇAMBA COM CAPACIDADE 2,1 M³, EQUIPADA COM SISTEMA DE MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO VIA SATÉLITE ORIGINAL DE FABRICA, GARANTIA DE 36 MESES.	**JCB 422 ZX**	**01**	UN	**349. 500,00**	**349. 500,00**
Total					**349. 500,00**

2.2 - As quantidades constantes neste Contrato de Fornecimento poderão não ser adquiridas pelo Município em sua totalidade. Quando adquiridos, serão fornecidos pela empresa acima identificada, mediante emissão de ordem de fornecimento (requisição), de acordo com o disposto no Edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

3.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATADA:

I - Entregar com pontualidade o produto ofertado;

II - Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

III - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente licitação;

IV - Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

3.2 **– PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

3.2.1-Os maquinários deverão ser entregue em ***até 45 (quarenta e cinco) dias corridos*** após Homologação e ordem de fornecimento. 3.2.2-Local de entrega: Garagem Municipal da Prefeitura de Cocalinho/MT situada na Avenida Araguaia, 676, centro – Cocalinho/MT.

3.3– GARANTIA E ASSISTÊNCA TÉCNICA

3.3.1- A Máquina deverá ter garantia total de no mínimo 01 (um) ano, contados a partir da data do recebimento dos mesmos. 3.3.2-A licitante vencedora deverá apresentar, como forma de comprovação da garantia mencionada no subitem anterior, **Certificado de Garantia** do Fabricante, ou documento similar. 3.3.3-No caso de apresentarem defeitos e, consequentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega.

3.3.4- O ônus de correção de defeitos apresentados pelos veículos ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada.

3.4 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE

I - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

II - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

III - Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

IV - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

CLAUSULA QUARTA - FORMA DE FORNECIMENTO DE OBJETO:

4.1 – Os maquinários serão solicitados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura e devera ser entregue no local indicado na requisição pelo prazo máximo 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do recebimento da requisição/ordem de fornecimento devidamente assinada.

4.2 – A Contratada, ficará obrigada a trocar as suas expensas os maquinários e/ou produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

4.3 – Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

4.4 – A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos maquinários prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. O valor global do fornecimento, ora contratado é de R$ **349.500,00** (TREZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL E QUINHETOS REAIS), fixo e irreajustável.

5.3. No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

5.4 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, a contar da efetiva entrega do equipamento desta licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

5.5 - A Nota Fiscal, deverá ser emitida pela licitante vencedora/contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho;

5.6 – Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.7. O pagamento só será efetuado após a comprovação pelo contrato de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com INSS e com o FGTS.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO:

6.1. O prazo do contrato será de 07 meses, contados da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

COD RED. 370

UNIDADE ORC. 09.001

F.PROGRAMATICO.20.605.0016

PRJ/ATIVIDADE.1.062

ELEMENTO DESPESA. 4.4.90.52.00.00.00

8 - CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 – Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

8.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

I- advertência;

II- multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III– suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

8.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.6 - As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

9.1 - A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO:

10.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA:

11.1. O presente Contrato vigorará a partir da assinatura do contrato no dia 15/04/2020 e encerramento previsto para 31/12/2020.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. O Foro para dirimência de qualquer procedimento judicial relacionado com o presente contrato é o da Comarca de Água Boa Estado do Mato Grosso.

Estando assim, justos e pactuados, firmam o presente instrumento em três (3) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias abaixo designadas, para surtir os efeitos de direito.

Gabinete da Prefeita Municipal, em Cocalinho, aos 15 dias do mês de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Cocalinho

Dalva Maria de Lima Peres

Contratante

GUIMARAES AGRICOLA LTDA

CNPJ/ nº 01.042.977/0002-15

Contratada:

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

CPF: CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 034/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 034/2020

CONTRATO N° 034/2020

DATA 28/05/2020

INSTRUMENTO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCALINHO/MT E A EMPRESA A S CONSTRUTORA LTDA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO** – **Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº 676, Centro – CEP.: 78.680-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal Sr.ª.** DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portadora da CI nº. 1.982.506 e inscrita no CPF sob o nº. 556.892.561-53, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, nº. , Setor Centro, nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, como, e a empresa A S CONSTRUTORA LTDA ME, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 22.618.893/001-76, estabelecida na Rua Manoel Pereira Brito, s/n, quadra 37, lote12, Cristino Cortes – Barra do Garças -MT, CEP. 78.600-00, representada neste ato por seu sócio, ALOISIO ALVES DE SOUZA, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF n.º 284. 241.071-87 e RG.822086 SSP/GO, residente à Rua Manoel Pereira Brito, 3501, fundos, setor Cristino Cortes, Barra do Garças-MT cep.78. 600-000,** doravante denominado CONTRATADO, **resolvem**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS

1.1) A presente contratação fundamenta-se na Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS N° 003/2020, e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1) O presente contrato tem por objeto acontratação de empresa especializada no ramo de engenharia, na forma de empreitada global, para **EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DE PONTE DE MADEIRA 03 (TRÊS) PONTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS** no município de COCALINHO-Mato Grosso,

LOTE-1	**REFORMA DE PONTE DE MADEIRA PONTE DE MADEIRA – EXTENSÃO DE 4,00M ESTRADA VICINAL, LOCAL: CÓRREGO DO JAGUNÇO – MUNICÍPIO DE COCALINHO/MT R$ 7.181,76 (sete mil cento e oitenta e um reais e setenta e seis centavos).**
LOTE-2	**REFORMA DE PONTE DE MADEIRA - CÓRREGO MOIA MALA – EXTENSÃO DE 32,00M ESTRADA MUNICIPAL MARGEM ESQUERDA RIO CRISTALINO – MUNICÍPIO DE COCALINHO/MT R$ 8.510,72 (oito mil quinhentos e dez reais e setenta e dois centavos).**
LOTE-3	**REFORMA DE PONTE DE MADEIRA PONTE DE MADEIRA – EXTENSÃO DE 12,00M ESTRADA VICINAL LOCAL: CÓRREGO DA VACA – MUNICÍPIO DE COCALINHO/MT, DIVISA COM MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA R$ 21.391,59 (vinte e um mil trezentos e noventa e um real e cinquenta e nove centavos).**

conforme projeto básico, Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e memorial descritivo, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de COCALINHO, nos termos do art. 38 da Lei 8.666/93**.**

CLAUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1) O objeto deste Contrato será executado em regime de empreitada por preços global, obedecendo as disposições da Lei nº 8.666/93 e do Ref.: Edital de TOMADA DE PREÇOS N° 003/2020 que integra o presente instrumento.

ÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

4.1) **DA CONTRATANTE:**

4.1.1**) Fiscalizar, por servidor previamente designado, o andamento da obra, averiguando dentre outras:**

a) acompanhar a execução de todos os serviços;

b) examinar todos os materiais recebidos na obra antes de sua aplicação, decidindo sobre sua aceitação ou não;

c) solicitar diário de obras, devidamente preenchido;

d) solicitar que o engenheiro, mestre ou qualquer outro operário que não corresponda técnica ou disciplinarmente às exigências, seja retirado imediatamente da obra. A efetivação dessa medida não implicará em modificação do prazo ou condições deste Contrato;

d) exigir o cumprimento de todos os itens dos projetos;

e) verificar e informar se o custo e o andamento da obra se desenvolvem de acordo com a Ordem de Serviço, o Cronograma Físico-Financeiro, os Termos do Contrato;

f) solicitar, ao chefe imediato, sempre que necessário parecer de especialista, relativo ao objeto do Contrato;

g) atestar a conclusão das etapas ajustadas;

h) a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA;

i) todas as Ordens de Serviços ou quaisquer comunicações da fiscalização à CONTRATADA ou vice-versa, serão transmitidas por escrito, devidamente numeradas em duas vias, uma das quais ficará em poder da CONTRATADA e outra com a Prefeitura e transcritas, obrigatoriamente, no Diário de Obra;

4.1.2) Efetuar o pagamento nos termos do presente contrato.

4.1.3) Descontar dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais;

4.1.4) Poderá o CONTRATANTE sustar o pagamento, nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações do CONTRATADO para com a CONTRATANTE;

b) recusar o fornecimento dos bens licitados ao CONTRATANTE por quaisquer motivos;

c) erros, omissões ou vícios na Nota Fiscal.

4.2 - **DA CONTRATADA**:

4.2.1) empregar na obra materiais de primeira qualidade, sob as penas da lei.

4.2.2) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.3) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

4.2.4) Arcar com todas as despesas decorrentes desta contratação (fornecimento), incluindo as despesas tributárias e trabalhistas dos funcionários que contratar para execução do contrato, bem como com a despesa de locomoção.

4.2.5) Garantir a qualidade da obra, assumindo todo e qualquer dando causado ao meio ambiente, no período de até 05 anos, da conclusão da obra.

Cabe ainda à CONTRATADA:

4.2.6) indicar para a direção da obra e/ou serviço de engenharia, um profissional diplomado legalmente habilitado, que credenciará auxiliares de comprovada competência;

a) dispor de pessoal especializado para a obtenção do acabamento desejado nos serviços, bem como para perfeita vigilância nos locais de execução dos serviços até a entrega final;

b) providenciar todas as instalações preliminares constando de limpeza do terreno, fornecimento de água, transporte e local de depósito de material, movimento de terra e árvores que eventualmente venham a ser encontradas no local da obra, bem como a construção de muros de arrimo, que sejam necessários para execução da obra, bem como providenciar o eficaz isolamento da área;

c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

d) além das técnicas estatuídas por lei, a CONTRATADA se responsabilizará por:

e) falta de perfeição ou resistência nos trabalhos realizados;

f) demolição e reconstrução dos trabalhos rejeitados pela fiscalização, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços prestados;

g) danos causados direta ou indiretamente à Prefeitura ou a terceiros, decorrentes da execução das obras ou serviços;

h) infração ou multas ocorridas pela inobservância de qualquer regulamento ou legislação vigente referentes aos serviços executados;

i) providenciar todo pessoal operário e cumprimento das prescrições referentes às Leis Trabalhistas e Previdência Social, correndo por conta exclusiva da mesma todas as despesas correspondentes;

j) todos os acidentes de trabalho, ocorridos durante o período de duração da obra;

4.2.7) será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento das taxas de água e luz relativas ao período de execução da obra.

CLÁUSULA QUINTA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

5.1) Sem prejuízo das responsabilidades a cargo da CONTRATADA perante o CONTRATANTE e com terceiros, o recebimento dos bens licitados será controlada e fiscalizada por servidor designado pelo Gabinete da Prefeita Municipal, que fixará critérios visando à satisfação plena e correta das necessidades do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1) **FORMA DE PAGAMENTO** – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto constante da cláusula segunda, o valor de R$ 37.084,07 (trinta e sete mil oitenta e quatro reais e sete centavos), mediante apresentação de medições devidamente atestada por engenheiro da municipalidade, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente ao da apresentação da referida medição.

Parágrafo primeiro –O prazo de pagamento será de até o 10° (décimo) dia do mês subsequente ao dá apresentação da medição, contados da data do protocolo da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal de COCALINHO – MT, devidamente atestada pelo setor competente responsável pelo recebimento da obra e/ou serviços de engenharia.

Parágrafo segundo – O pagamento será efetuado, em moeda nacional, após a aferição de cada etapa da obra e/ou serviço de engenharia e o recolhimento pela CONTRATADA de qualquer multa que lhe tenha sido imposta, em decorrência de atraso na execução do Contrato ou inexecução Contratual.

Parágrafo terceiro – A liberação da última fatura somente será efetuada após o recebimento provisório da obra e/ou serviço de engenharia e a apresentação do pagamento dos encargos da Seguridade Social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

7.1) O prazo de vigência deste contrato será de 60 (sessenta) dias a contar da emissão da ordem de serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1) As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta das dotações do orçamento do Município vigente no exercício 2020, segundo o Plano de Classificação Funcional Programática, nos termos da Lei Federal nº 4320/64, de 17/03/64 e modificações posteriores, para todos os efeitos em direito admitidos.

COD RED. 466

Unidade Orc. 08.005

F. Programático 26.782.0101

Prj/Atividade 1.048

Elemento de Despesa:3.3.90.39.00.00

CLAUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DA OBRA OU SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1) - A CONTRATADA prestou garantia no valor de R$ 1. 854,20(ummil oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos),

***correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, na modalidade de* TOMADA DE PREÇOS N° 003/2020.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

15.1) - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras e serviços de engenharia ora contratados, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES/PRORROGAÇÕES

17.1) DA ALTERAÇÃO – Qualquer modificação de forma, qualidade e quantidade (supressão ou acréscimo), poderá ser determinada pela Administração Pública ou por acordo das partes nos casos previstos no artigo 65, I e II, da Lei n° 8.666./93, observado o limite estabelecido no parágrafo primeiro do referido dispositivo legal.

17.2) DA PRORROGAÇÃO – A vigência do contrato poderá ser prorrogada por acordo entre as partes, devendo, contudo, ser justificada e previamente autorizada pelo ordenador das despesas, conforme previsto no artigo 57 da Lei de Licitação e Contratos Administrativos.

17.3) Toda alteração ou prorrogação deverá ser procedida por termo aditivo atendido ao disposto nos arts. 57 e 65 da Lei nº 8.666, de 21 de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1) - Nos termos do art. 72, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com anuência da CONTRATANTE a CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá sub-contratar partes da obra ou serviços, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

18.2) – O limite mencionado neste artigo, em cada caso, será definido pela Administração, quando sua anuência for solicitada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

19.1) Configuram motivos para rescisão do contrato as razões descritas no 77 e ainda as previsões contidas no art. 78, inciso I a XVIII.

19.2) A rescisão do contrato poderá ser:

a) **determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, (observado o disposto no art. 80 da citada lei)**;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) judicial, nos termos da legislação;

19.4 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLAUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1) - O CONTRATANTE providenciará a publicação em resumo, do presente Contrato, na forma da lei.

Cláusula vigesima primeira – Do Foro

20.1) Fica eleito o foro da comarca de Agua Boa-MT, com renúncia de qualquer outro, para dirimir os eventuais litígios oriundos do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1) Os casos omissos, assim como as dúvidas serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que dela não se faça menção expressa, bem como na Legislação que rege as normas Administrativas.

22.2) A presente contratação vincula-se em todos os seus termos ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor.

E por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os efeitos legais, perante 02 (duas) testemunhas.

Gabinete da Prefeita, de COCALINHO – MT, aos 28 dias do mês de maio do ano de 2020.

Dalva Maria de lima Peres

Prefeita Municipal

A S CONSTRUTORA LTDA

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ .

CPF:

_____ .

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público o RESULTADO do julgamento da **Tomada de Preços nº 003/2020**, cujo objeto é a contratação de empresa para execução da obra de adequação da entrada de energia para categoria T5 no Prédio do Centro Municipal de Saúde de Colider/MT. Sagrou-se vencedora do certame licitatório a empresa **CENTROESTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.089. 243/0001-00, com valor total de R$ 22.020,59.

Colider/MT, 02 de Junho de 2020.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Presidente da CPL

Publique-se

PREVILIDER
PORTARIA N.º 032/2020 "DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO INATIVO SR. ESTANISLAU ORGANISTA FILHO".

*A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER**, Fundo de Previdência Social dos servidores Públicos Municipais de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal n.º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º Cancelar o benefício de aposentadoria por idade, por motivo de falecimento do inativo Sr. ESTANISLAU ORGANISTA FILHO, aposentado no cargo de Zelador, Nível "elementar" – referência "03", conforme Acórdão TCE-MT n.º 1099/2004, processo do **PREVI-LIDER n.º 086/1998, portaria do Previ-líder nº 003/2002, Certidão de Óbito Matrícula n.º 146910 01 55 2020 4 00018 123 0006163 60.**

Art. 2º Considerando o art. 1º desta portaria e **Certidão de Óbito Matrícula n.º 146910 01 55 2020 4 00018 123 0006163 60,** cancela-se definitivamente o pagamento do benefício de aposentadoria por idade,

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, data de óbito do inativo.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder - MT, 14 de maio de 2020.

Mariza Bernardes da Silva

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATOS DE LICITAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2020

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL: N° 011/2020- SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, serviços de locação e manutenção e recarga de extintores de incêndio para atender as demandas das diversas Secretarias do município de Colider/MT.

VIGÊNCIA: 25/05/2020 até 25/05/2021;

DETENTORA DO REGISTRO: **AMAZÔNIA COM. DE EQUIP. CONTRA INCÊNDIO EIRELI EPP** -CNPJ nº 30.153.492/0001-16 Av. Mario Raseira Lening, nº 327, Centro, CEP. 78.580-000, Alta Floresta/MT Fone: (66) 3521-3456 E-mail: amazonia.extintores@terra.com.br

LOTE 01 - AQUISIÇÃO DE EXTINTORES

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNID.	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
1	509875	**Extintor de incêndio ABC (04kg) -** Com carga, classe ABC, tipo pó químico seco, novo, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 04kg	Extinpel	Unid.	46	116,47	5.357,62
2	509876	**Extintor de incêndio ABC (06kg) -** Com carga, classe ABC, tipo pó químico seco, novo, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 06kg	Extinpel	Unid.	46	126,66	5.826,36
3	509877	**Extintor de incêndio ABC (08kg) -** Com carga, classe ABC, tipo pó químico seco, novo, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 08kg	Extinpel	Unid.	46	165,20	7.599,20
4	509878	**Extintor de incêndio ABC (12kg) -** Com carga, classe ABC, tipo pó químico seco, novo, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 12kg	Extinpel	Unid.	46	156,96	7.220,16
5	509870	**Extintor de incêndio BC (04kg) -** Com carga, classe BC, tipo pó químico seco, novo, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 04kg	Extinpel	Unid.	40	88,69	3.547,60
6	509871	**Extintor de incêndio BC (06kg) -** Com carga, classe BC, tipo pó químico seco, novo, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 06kg	Extinpel	Unid.	52	89,42	4.649,84
7	509872	**Extintor de incêndio BC (08kg) -** Com carga, classe BC, tipo pó químico seco, novo, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 08kg	Extinpel	Unid.	52	110,36	5.738,72
8	509874	**Extintor de incêndio BC (12kg) -** Com carga, classe BC, tipo pó químico seco, novo, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 12kg	Extinpel	Unid.	52	126,35	6.570,20
9	509868	**Extintor de incêndio CO2 (06kg) -** Com carga, tipo dióxido de carbônico (CO2), novo, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 06kg	Mi Fire	Unid.	77	274,28	21.119,56
10	509867	**Extintor de incêndio H2O (10L) -** Com carga, tipo água pressurizada, novo, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 10L	Extinpel	Unid.	91	83,23	7.573,93
11	509879	**Extintor de incêndio veicular ABC (900g) -** Com carga, classe ABC, tipo pó químico seco, novo, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 900g	Extang	Unid.	60	79,06	4.743,60
		VALOR TOTAL LOTE 01 (R$)					**79.946,79**

LOTE 02 - MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
1	509105	**Placa de sinalização extintor com CO2 (20x20cm) –** Confeccionada em material do tipo PVC, na cor vermelha, letras em amarelo fotoluminescente, destinado para extintor com **CO2**, medida de 20x20cm, deverá conter a frase: "USE EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS, LÍQUIDOS E GASES INFLAMÁVEIS", deverá atender as normas regulamentadoras da NBR-13434-3, acondicionado em embalagem apropriada	Força Sinalização	Unid.	141	7,90	1.113,90
2	509107	**Placa de sinalização extintor com H2O (20x20cm) –** Confeccionada em material do tipo PVC, na cor vermelha, letras em amarelo fotoluminescente, destinado para extintor com água, medida de 20x20cm, deverá conter a frase: "USE EM TECIDOS, PAPEL E MADEIRA", deverá atender as normas regulamentadoras da NBR-13434-3, acondicionado em embalagem apropriada	Força Sinalização	Unid.	159	7,90	1.256,10
3	509106	**Placa de sinalização extintor com pó químico (20x20cm) –** Confeccionada em material do tipo PVC, na cor vermelha, letras em amarelo fotoluminescente, destinado para extintor pó químico, medida de 20x20cm, deverá conter a frase: "USE EM LÍQUIDO INFLAMÁVEIS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS", deverá atender as normas regulamentadoras da NBR-13434-3, acondicionado em embalagem apropriada	Força Sinalização	Unid.	129	7,90	1.019,10
4	509110	**Placa de sinalização Informativa (34x13cm) –** Confeccionada em material do tipo PVC (plástico rígido), na cor verde, letras em branco fotoluminescente, resistente a ambientes internos e externos, medida de 34x13cm, deverá conter a frase: "SAÍDA DE EMERGENCIA", deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, acondicionado em embalagem apropriada	Força Sinalização	Unid.	409	7,90	3.231,10
5	509850	**Pontos de prevenção (adesivo) -** Contra incêndio, demarcação no piso, através de adesivo, com fundo em vermelho (01x01m), borda em amarelo de 15cm (largura), serviços de instalação e materiais por conta da empresa contratada	Skala	Unid.	93	21,93	2.039,49
6	509852	**Suporte de parede para extintor (base chão) –** Fabricado em material do tipo aço, acabamento em pintura eletrostática, na cor preta, tratamento anticorrosivo, destinado a extintores de pó químico, base tipo de chão, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes	Resil	Unid.	81	21,93	1.776,33
7	509851	**Suporte de parede para extintor (L) -** Do tipo L, para fixação em parede, compatível com modelo PQS/AP/CO2, furação para extintores de diâmetro até 200mm, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes	Resil	Unid.	92	6,46	594,32
8	509853	**Suporte de parede para extintor (universal) –** Fabricado em material do tipo aço, acabamento em pintura eletrostática, cor preta, tratamento anticorrosivo, para extintor veicular, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes	Resil	Unid.	77	25,44	1.958,88
		VALOR TOTAL LOTE 02 (R$)					**12.989,22**

LOTE 04 - LUMINÁRIA DE SINALIZAÇÃO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNID.	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)

1	509109	**Luminária autônoma de emergência –** Com 48 leds, montado em caixa plástica, autonomia de 10 horas, potência de 5w, tensão 110/220v (bivolt), frequência 60Hz, acondicionado em embalagem apropriada	Segurimax	Unid.	387	44,96	17.399,52
		VALOR TOTAL LOTE 04 (R$)					**17.399,52**

LOTE 05 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
1	509860	**Manutenção e recarga: Extintor ABC (04kg) –** Serviços de recarga e manutenção, tipo pó químico seco, extintor de incêndio, classe ABC, serviços e materiais por conta da empresa contratada, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 04kg	Serviço	67	50,89	3.409,63
2	509861	**Manutenção e recarga: Extintor ABC (06kg) –** Serviços de recarga e manutenção, tipo pó químico seco, extintor de incêndio, classe ABC, serviços e materiais por conta da empresa contratada, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 06kg	Serviço	107	60,80	6.505,60
3	509862	**Manutenção e recarga: Extintor ABC (08kg) –** Serviços de recarga e manutenção, tipo pó químico seco, extintor de incêndio, classe ABC, serviços e materiais por conta da empresa contratada, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 08kg	Serviço	77	62,67	4.825,59
4	509863	**Manutenção e recarga: Extintor ABC (12kg) –** Serviços de recarga e manutenção, tipo pó químico seco, extintor de incêndio, classe ABC, serviços e materiais por conta da empresa contratada, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 12kg	Serviço	83	75,00	6.225,00
5	509100	**Manutenção e recarga: Extintor BC (04kg) –** Serviços de recarga e manutenção, tipo pó químico seco, extintor de incêndio, classe BC, serviços e materiais por conta da empresa contratada, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 04kg	Serviço	83	32,14	2.667,62
6	509101	**Manutenção e recarga: Extintor BC (06kg) –** Serviços de recarga e manutenção, tipo pó químico seco, extintor de incêndio, classe BC, serviços e materiais por conta da empresa contratada, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 06kg	Serviço	108	39,10	4.222,80
7	509102	**Manutenção e recarga: Extintor BC (08kg) –** Serviços de recarga e manutenção, tipo pó químico seco, extintor de incêndio, classe BC, serviços e materiais por conta da empresa contratada, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 08kg	Serviço	83	42,32	3.512,56
8	509103	**Manutenção e recarga: Extintor BC (12kg) –** Serviços de recarga e manutenção, tipo pó químico seco, extintor de incêndio, classe BC, serviços e materiais por conta da empresa contratada, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 12kg	Serviço	83	52,50	4.357,50
9	509104	**Manutenção e recarga: Extintor CO2 (06kg) –** Serviços de recarga e manutenção, tipo líquido, dióxido de carbônico (CO2), serviços e materiais por conta da empresa contratada, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 06kg	Serviço	163	64,28	10.477,64
10	509108	**Manutenção e recarga: Extintor com H2O (10L) –** Serviços de recarga e manutenção, tipo **H2O** (água), serviços e materiais por conta da empresa contratada, produto deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 10L	Serviço	195	34,82	6.789,90
		VALOR TOTAL LOTE 05 (R$)				**52.993,84**

LOTE 06 - SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EXTINTORES

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
1	509118	**Serviço de locação: Extintor classe ABC (04kg) –** Do tipo pó seco, serviço e material (instalação e desinstalação) incluso, produto/serviço deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 04kg	Serviço	83	34,63	2.874,29
2	509119	**Serviço de locação: Extintor classe ABC (06kg) –** Do tipo pó seco, serviço e material (instalação e desinstalação) incluso, produto/serviço deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 06kg	Serviço	90	32,58	2.932,20
3	509120	**Serviço de locação: Extintor classe ABC (08kg) –** Do tipo pó seco, serviço e material (instalação e desinstalação) incluso, produto/serviço deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 08kg	Serviço	90	34,63	3.116,70
4	509121	**Serviço de locação: Extintor classe ABC (12kg) –** Do tipo pó seco, serviço e material (instalação e desinstalação) incluso, produto/serviço deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 12kg	Serviço	90	34,63	3.116,70
5	509122	**Serviço de locação: Extintor CO2 (06kg) –** Do tipo dióxido carbônico (CO2), serviço e material (instalação e desinstalação) incluso, produto/serviço deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 06kg	Serviço	84	36,06	3.029,04
6	509117	**Serviço de locação: Extintor com H2O (10L) –** Do tipo d'água, serviço e material (instalação e desinstalação) incluso, produto/serviço deverá respeitar nas normas regulamentadoras vigentes, capacidade mínima de 10L	Serviço	90	30,90	2.781,00
		VALOR TOTAL LOTE 06 (R$)				**17.849,93**

Valor Total registrado: R$ 181.179,30 (cento e oitenta e um mil cento e sessenta e nove reais e trinta centavos).

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2020

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL: N° 011/2020- SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição peças de reposição para extintores de incêndio, para atender as demandas das diversas Secretarias do município de Colider/MT.

VIGÊNCIA: 25/05/2020 até 25/05/2021;

DETENTORA DO REGISTRO: **GLICERIA RASFASKI DE ARAUJO MENEZES EPP** - CNPJ nº 20.405.929/0001-08 Av. Mato Grosso, nº 134W, Bairro Módulo 05, CEP 78.320-000, Juína/MT Fone: (66) 3566-6445 / (66) 9.8418-8847 E-mail: uanderson_extintor@hotmail.com

LOTE 03 - PEÇAS DE REPOSIÇÃO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO PRODUTOS	MARCA	UNID.	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
1	509857	**Difusor (CO2) –** Fabricado em material do tipo aço carbono em latão sextavado, material do espalhador em latão laminado, destinado para extintor de 06kg, atenda as exigências mínimas de normas regulamentadoras vigentes, acondicionada em embalagem apropriada	Bimeplast	Unid.	59	19,71	1.162,89
2	509856	**Mangueira (H2O) 10L–** Destinado para extintor do tipo AP, com utilização de água (H2O) e capacidade de 10L	Bimeplast	Unid.	96	10,56	1.013,76
3	509858	**Mangueira (Pó Químico) -** Destinado para extintor PQS, com utilização de pó químico seco e capacidade de 4,6,8,12KG que será escolhida na hora da compra	Bimeplast	Unid.	96	12,67	1.216,32
4	509855	**Manômetro –** Fabricado em material do tipo latão forjado, destinado como regulador para cilindro, alta precisão de leitura, alta durabilidade, atenda as exigências mínimas de normas regulamentadoras vigentes, acondicionada em embalagem apropriada	Nascha	Unid.	61	8,44	514,84
5	509854	**Válvula para extintor (CO2) -** Fabricado em material do tipo latão forjado com cabo e gatilho pintado em vermelho, com medida de ¾", atenda as exigências mínimas de normas regulamentadoras vigentes, acondicionada em embalagem apropriada	Ita	Unid.	73	40,83	2.980,59
		VALOR TOTAL LOTE 03 (R$)					**6.888,40**

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2020

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL: N° 011/2020- SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de sinalização de prevenção contra incêndio (pinturas em pisos), para atender as demandas das diversas Secretarias do município de Colider/MT

VIGÊNCIA: 25/05/2020 até 25/05/2021;

DETENTORA DO REGISTRO: **META EXTINTORES LTDA** - CNPJ nº 05.621.915/0001-38 Av. Tancredo Neves, nº 775-A, Jardim Petrópolis, CEP. 78.065-230, Cuiabá/MT Fone: (66) 3028-4200 / (65) 3627-7389 E-mail: metaextintores@hotmail.com / priscila@meplicitacoes.com.br

LOTE 07 - SERVIÇOS DE PINTURA NO PISO (SINALIZAÇÃO)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
1	509111	**Serviço de sinalização: Pontos de prevenção (pintura) -** Contra incêndio, demarcação no piso, através de pintura, com fundo em vermelho (01x01m), borda em amarelo de 15cm (largura), serviços e materiais por conta da empresa contratada	Serviço	93	63,44	5.899,92
		VALOR TOTAL LOTE 07 (R$)				**5.899,92**

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL: N° 012/2020 - SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços funerários e de translado de pessoas falecidas em outras localidades, oriundas de famílias carentes residentes no município de Colíder/MT.

VIGÊNCIA: 29/05/2020 até 29/05/2021;

DETENTORA DO REGISTRO: **N. V. POPE ME** - CNPJ nº 05.477.752/0001-61 R. Machado de Assis, nº 677, Setor Norte, Nossa Senhora da Guia, CEP 78.500-000, Colider/MT Fone: (66) 3541-1571 E-mail: nvpope@hotmail.com

LOTE 001 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS E TRANSLADO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL TOTAL (R$)
1	263784	**SERVIÇO DE FUNERAL ADULTO SIMPLES** - Especificações Técnicas Mínimas: Fornecimento de 01 urna funerária que suporte até 100kg, confeccionada em madeira compensado, envernizada, sem visor, com 6 alças simples e fixas, 4 chavetas, com acabamento interno com babado, com papel branco ou TNT, nas medidas necessárias ao corpo, ornamentado com flores artificiais e paramentado com véu simples (em tule), serviço de Higienização e preparação simples do corpo (banho e vestimenta (própria), organização do velório e montagem de paramentos de acordo com o credo religioso e velas, transporte do corpo em veículo adequado durante o cortejo (translado do local do velório até o cemitério), fornecimento de documentação necessária ao sepultamento (certidão de óbito), divulgação nos meios de comunicação sobre o falecimento (anúncios em emissoras de rádios).	Serviço	50	294,30	14.715,00

2	263785	**SERVIÇO DE FUNERAL ADULTO ESPECIAL** Especificações Técnicas Mínimas: Fornecimento de 01 urna funerária que suporte acima de 100kg, confeccionada em madeira compensado, envernizada, sem visor, com 06 alças simples e fixas, 04 chavetas, com acabamento interno com babado, com papel branco ou TNT, nas medidas necessárias ao corpo, ornamentado com flores artificiais e paramentado com véu simples (em tule), serviço de higienização e preparação simples do corpo (banho e vestimenta (própria), organização do velório e montagem de paramentos de acordo com o credo religioso e velas, transporte do corpo em veículo adequado durante o cortejo (translado do local do velório até o cemitério), fornecimento de documentação necessária ao sepultamento (certidão de óbito), divulgação nos meios de comunicação sobre o falecimento (anúncios em emissoras de rádios).	Serviço	15	297,03	4.455,45
3	263786	**SERVIÇO DE FUNERAL INFANTIL (CRIANÇAS COM ESTATURA DE ATÉ 0,60CM)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fornecimento de 01 urna funerária branca para crianças com estatura até 0,60cm, confeccionada em madeira compensado, sem visor, com alças simples e fixas, com acabamento interno com babado, com papel branco ou TNT, nas medidas necessárias ao corpo, ornamentado com flores artificiais e paramentado com véu simples (em tule), serviço de higienização e preparação simples do corpo (banho e vestimenta (própria), organização do velório e montagem de paramentos de acordo com o credo religioso e velas, transporte do corpo em veículo adequado durante o cortejo (translado do local do velório até o cemitério), fornecimento de documentação necessária ao sepultamento (certidão de óbito), divulgação nos meios de comunicação sobre o falecimento (anúncios em emissoras de rádios).	Serviço	15	134,10	2.011,50
4	263787	**SERVIÇO DE FUNERAL INFANTIL (CRIANÇAS COM ESTATURA ACIMA DE 0,60CM ATÉ 1,20M) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fornecimento de 01 urna funerária branca para crianças com estatura acima de 0,60cm até 1,00m, confeccionada em madeira compensado, sem visor, com alças simples e fixas, com acabamento interno com babado, com papel branco ou TNT, nas medidas necessárias ao corpo, ornamentado com flores artificiais e paramentado com véu simples (em tule), serviço de higienização e preparação simples do corpo (banho e vestimenta (própria), organização do velório e montagem de paramentos de acordo com o credo religioso e velas, transporte do corpo em veículo adequado durante o cortejo (translado do local do velório até o cemitério), fornecimento de documentação necessária ao sepultamento (certidão de óbito), divulgação nos meios de comunicação sobre o falecimento (anúncios em emissoras de rádios).	Serviço	15	134,46	2.016,90
5	263788	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSLADO DE PESSOAS FALECIDAS EM OUTRAS LOCALIDADES** - Especificações Técnicas Mínimas: Realizar o translado do(s) féretro(s), do local onde ocorreu o falecimento até o município de Colíder/MT, local em que será velado e sepultado o “de cujus”.	Km	50000	R$ 0,67	33.500,00
		LOTE Nº 001 (R$)				**R$ 56.698,85**

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 091/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT

Contratada: FUHR & CIA LTDA ME

Instrumento Vinculante: Tomada de Preços nº 011/2019

Objeto: Aquisição de braços para luminárias para serem utilizados na melhoria e adequação do sistema de iluminação pública de vias urbanas da cidade de Colider/MT.

Acréscimo de Valor: R$ 52.781,25 (cinquenta e dois mil setecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), em razão do acréscimo do quantitativo de braços ornamentais adquiridos.

Dotação Orçamentária: Em relação as despesas decorrentes deste instrumento, obedecerá à seguinte dotação orçamentária: (Código Red. nº 875).

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica acrescentada na Cláusula Quarta - Do Prazo de Vigência do contrato original, o acréscimo de 184 (cento e oitenta e quatro) dias, terminando o prazo de vigência em 31 de dezembro de 2020.

Data de Assinatura: 26/05/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT

Contratada: DIEGO MORELLO EPP

Modalidade de Licitação: Tomada de Preços nº 001/2020

Objeto: Execução da obra de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais em diversas ruas do Bairro Cidade Alta localizado no município de Colider/MT.

Valor Global: R$ 1.599.619,50 (um milhão quinhentos e noventa e nove mil seiscentos e dezenove reais e cinquenta centavos).

Vigência: 25/05/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT

Contratada: ROTOFABRIL PROD. E SER. DE ROTOMOLDAGEM LTDA

Modalidade de Licitação: Adesão nº 001/2020

Objeto: Aquisição de equipamentos para academia popular ao ar livre para atender as demandas da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer de Colider/MT.

Valor Total: R$ 137.400,00 (cento e trinta e sete mil e quatrocentos reais).

Vigência: 27/05/2020 a 31/12/2020.

PORTARIA SMPFA Nº 067/2020 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **CLAUDIOMIRO PEREIRA DOS SANTOS** (Titular) e **CLEMENCILVA P. DOS SANTOS MADEIRA** (Suplente), fiscais do Contrato nº 039/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

Contratada: **DIEGO MORELLO EPP**

Vigência: 25/05/2020 a 31/12/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 068/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ARISTEU DE JESUS** (Titular) e **LUCIANA DE ALMEIDA SOUZA** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços nº 025/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a Detentora do Registro e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

Detentora do Registro: **AMAZONIA COM. DE EQUIP. CONTRA INCENDIO EIRELI EPP**

Vigência: 25/05/2020 a 25/05/2021

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 069/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ARISTEU DE JESUS** (Titular) e **LUCIANA DE ALMEIDA SOUZA** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços nº 026/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a Detentora do Registro e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

Detentora do Registro:**GLICERIA RASFASKI DE ARAUJO MENEZES EPP**

Vigência: 25/05/2020 a 25/05/2021

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 070/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **ARISTEU DE JESUS** (Titular) e **LUCIANA DE ALMEIDA SOUZA** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços nº 027/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a Detentora do Registro e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

Detentora do Registro: **META EXTINTORES LTDA EPP**

Vigência: 25/05/2020 a 25/05/2021

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 071/2020 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **HELLEN PATRÍCIA BASÍLIO DE MELO** (Titular) e **ARNO MARTINS** (Suplente), fiscais do Contrato nº 040/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

Contratada: **ROTOFABRIL PROD. E SERV. DE ROTOMOLDAGEM LTDA**

Vigência: 27/05/2020 a 31/12/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 072/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar as servidoras: **ÂNGELA MARIA TRAMARIN** (Titular) e **ROZINEIDE DA SILVA MOREIRA** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços nº 028/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a Detentora do Registro e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

Detentora do Registro: **N. V. POPE ME**

Vigência: 29/05/2020 a 29/05/2021

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 073/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **FRANCIANO RENATO PEREGO** (Titular) e **VERA FERNANDES DE CARVALHO ARAUJO** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços nº 029/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a Detentora do Registro e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

Detentora do Registro: **MEDLEVENSOHN COM. E REP. DE PROD. HOSPITALARES LTDA**

Vigência: 02/06/2020 a 02/06/2021

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 074/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **FRANCIANO RENATO PEREGO** (Titular) e **VERA FERNANDES DE CARVALHO ARAUJO** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços nº 030/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a Detentora do Registro e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

Detentora do Registro: **OBJETIVA PROD. E SERV. P/ LABORATORIOS LTDA EPP**

Vigência: 02/06/2020 a 02/06/2021

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

PORTARIA SMPFA Nº 075/2020 - FISCAL DE ATA

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **FRANCIANO RENATO PEREGO** (Titular) e **VERA FERNANDES DE CARVALHO ARAUJO** (Suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços nº 031/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a Detentora do Registro e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

Detentora do Registro: **W.N. DIAGNOSTICA EIRELI EPP**

Vigência: 02/06/2020 a 02/06/2021

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA Nº 203/2020

O EXMº Sr. Prefeito do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º CEDER, o servidor público municipal **MANUEL PEDRO FIGUEIRÓ D´ORNELLAS,** matrícula 01094, detentor do cargo de Médico Veterinário – Classe C, Nível 05, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que prestará serviço junto a Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS/MAPA, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação Técnica.

Art. 2º A remuneração do servidor ora cedido obedecerá às disposições estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica. firmado entre as partes.

Art. 3º O referido servidor será cedido pelo prazo de 2 (dois) anos, no período compreendido entre **01/06/2020 à 31/05/2022**.

Art. 4º O Município poderá, por interesse público, requisitar o servidor cedido de volta aos seus quadros funcionais, de acordo com o disposto no Acordo de Cooperação Técnica..

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de junho de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento a Ata N° 172/2019

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Colíder-MT

Detentora do Registro: NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Instrumento Vinculante: Pregão Eletrônico nº 060/2019

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e injetáveis para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT. Realinhamento de Preços: Fica realinhado o preço do item de nº 38, descrito na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 172/2019, em virtude do aumento do preço praticado junto ao distribuidor/fabricante do produto, passando o novo preço a ser praticado o descrito a seguir: Item nº 38 - Novo Valor: R$ R$ 1,447 Comprimido.

Data de Assinatura: 02/06/2020.

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 013/2020, cujo objeto é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos de limpeza e equipamento de proteção individual (EPI) para manutenção da Secretaria de Educação do Município de Colider/MT**. Sagraram-se vencedoras a seguintes empresas:

EMPRESAS	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
CATHARINA BASSANEZI LOSS ME	02, 04, 12 e 15	15. 800,00
HIGI TOTAL COMERCIO DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI	01, 05, 06, 07, 13, 14 e 16	28. 630,00
IVAN DIAS LINS ME	03, 08, 09 e 10	17. 154,00
L. BARRETO KATAYAMA EIRELI ME	11	3. 087,00

Colider/MT, 02 de junho de 2020

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quinze horas e vinte minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte (Sexta - feira), no Gabinete do Prefeito na Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, foi instalada a primeiro audiência pública on line referente à apresentação dos relatórios de gestão fiscal RGF do 1° quadrimestre e relatório resumido da execução orçamentaria RREO do 2° bimestre de 2020, devidamente convocada, através de convites enviados via App de WhatsApp, oficio destinados as autoridades do legislativo, afixação de convite no mural da Prefeitura, edital de convocação publicado no portal de transparência do município e da Associação Mato-grossense dos Município, também foi realizada matérias com secretario de fazendo Vanderlei Borges. O secretário Vanderlei Aparecido Borges da Silva iniciou as 15:20 a apresentação relatando que devido ao momento de enfretamento da pandemia a audiência passa a ser realizada on line e ainda enfatizou a obrigatoriedade da Audiência Pública e sua importância, onde está é uma das formas de participação e de controle popular na Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito, é um instrumento que contribui para planejamento e possível decisão política ou legal com legitimidade e transparência neste momento cita a lei 12.527/11. Na sequência passou a palavra ao senhor Rodrigo Benasse que apresentou os slides contendo informações referente o RREO- Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o RGF- Relatório de Gestão Fiscal, os mesmos juntados na formalização do processo destacou os índices aplicado na ações da secretaria de Educação, Fundeb e Saúde dizendo que o município cumpriu com que determina da legislação, e que quanto na educação e saúde com índice entre 25% e 15% respectivamente mostra que a gestão está cumprindo e ao mesmo tempo gerenciando de forma que possa ter recurso para investir em infraestrutura. Sobre as demais relatório disse por se tratar de informações referente ao primeiro quadrimestre a administração está atingindo as ações com louvor as demandas sociais estão sendo atendida. Durante a apresentação o grupo de apoio agradeceu as pessoas que participou via chat nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos dos quais foi lavrada a presente ata, e anexada a mesma a lista com nome de participantes on line segue assinada por mim Luciana de Almeida Souza.

Luciana de Almeida Souza

Assessora de Gabinete

Matrícula 5488/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 169/GP/2020

PORTARIA Nº169/GP/2020, DE 01 DEJUNHO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a pedido, nos moldes do Art. 41 da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto do Servidor Público, o Servidor **Willian Thiago Martins de Carvalho**,matricula nº. 6349, portador da Carteira de Identidade RG. nº 974612 SESDEC/RO e CPF n° 986.823.262-72, Concursado como Advogado, 20 horas semanais**, Vinculado Gabinete do Prefeito.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de junho de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 01 de junho de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 172/GP/2020

PORTARIA Nº172/GP/2020, DE 02 DEJUNHO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a pedido**Samara Bezerra Rocha,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 2913460-9 SESP/MT e CPF n° 070.402.351-29, do Cargo em Comissão de **Coordenadora de Departamento,** vinculada à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de junho de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 02 de junho de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 167/GP/2020

PORTARIA Nº167/GP/2020, DE 01 DEJUNHO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar **Adailton Fernandes Fritz,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 3178378-3 SESP/MT e CPF n° 782.813.342-15, do Cargo em Comissão de **Diretor de Departamento**, vinculado a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de junho de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 01 de junho de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 168/GP/2020

PORTARIA Nº168/GP/2020, DE 01 DEJUNHO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - N omear **Claudemir Cardoso da Costa,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 1476965-4 SESP/MT e CPF n° 042.501.232-86, para exercer o Cargo em Comissão de **Diretor de Departamento**, vinculado a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de junho de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 01 de junho de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 170/GP/2020

PORTARIA Nº170/GP/2020, DE 01 DEJUNHO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Roni Peterson Fermino,** portador do RG nº. 2002181-0 SSP/MT e do CPF nº. 562.348.302-00, para exercer o Cargo em Comissão **de Diretor do Departamento de Educação**, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de junho de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 01 de junho de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DECLARAÇÃO AUXÍLIO FINANCEIRO - SEM AÇÕES A RENUNCIAR

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Economia - ME
Declaração auxílio financeiro - sem ações a renunciar

Declaração

O ente federativo Comodoro/MT, com vistas ao atendimento do art. 5º, § 7º, da Lei Complementar nº 173/2020, declara, sob as penas da lei, não ter ajuizado ação contra a União, após 20 de março de 2020, tendo como causa de pedir, direta ou indiretamente, a pandemia da Covid-19.

Comodoro/MT, em 02/06/2020.

Lista de Assinaturas:

Digitally signed by JEFERSON FERREIRA GOMES:83989137115 Date: 2020.06.02 09:17:22 GMT-04:00

Perfil: Titular do Poder Executivo

Instituição: Prefeitura Municipal de Comodoro - MT

DECRETO N.º 045/2020 DE: 02.06.2020

"ATUALIZA E CONSOLIDA AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS RESTRITIVAS ÀS ATIVIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA PREVENÇÃO E COMBATE AOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVIRUS (COVID-19), EM COMPLEMENTAÇÃO E ALTERAÇÃO AOS DECRETOS MUNICIPAIS QUE TRATAM DO TEMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO *as proposições exaradas pelo Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19, inclusive com a participação de representantes de outros Poderes, da Sociedade Civil Organizada, da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), autoridades eclesiásticas, do Diretor do Hospital das Clínicas de Comodoro e servidores da Secretaria Municipal de Saúde;*

CONSIDERANDO *as prescrições contidas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, norma de caráter geral que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, responsável pelo surto de 2019";*

CONSIDERANDO *o Decreto nº. 462/2020, do Estado de Mato Grosso, que disciplina matérias sobre o enfrentamento ao Covid-19 e atualiza matérias no âmbito de sua competência;*

CONSIDERANDO *a publicação da Portaria n. 454, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde, a qual declara, em todo o território nacional, o Estado de transmissão comunitária do Coronavírus (Covid-19);*

CONSIDERANDO *o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que elenca as medidas passíveis de serem adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, dentre as quais se encontram o isolamento e a quarentena;*

CONSIDERANDO *o disposto na Súmula Vinculante nº. 38, que fixa a competência aos municípios de definirem o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, bem como o art. 30, I, da Constituição Federal;*

CONSIDERANDO *que o art. 23, II, da Constituição Federal preconiza que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção à saúde, e que os entes federados podem estabelecer medidas, de acordo com o respectivo interesse público nacional, regional ou local, resguardado-se, para o legítimo exercício da polícia administrativa a predominância do interesse público e o respeito à Constituição e às leis;*

CONSIDERANDO *os termos do art. 176, da Lei Orgânica Municipal – Resolução n.º 06/2008, de 23.12.2008, que reza que a saúde é direito de todos os munícipes e dever do poder público,assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminaçãodo risco de doenças e outros agravos e o acesso universal e igualitário a açõese serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, bem como as disposições da Lei Municipal n.º 750/2003, de 27.06.2003 – Código Sanitário Municipal, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 37/2018;*

CONSIDERANDO *que por força do citado art. 23, II, da CF/88, na hipótese concreta de proteção à saúde pública, os entes políticos devem agir quando houver extremo perigo à sociedade – a exemplo de algumas situações concretas provocadas pelo descumprimento às medidas de combate à pandemia do Coronavírus – no sentido de tomar as providências acauteladoras que o interesse público exigir, observadas a proporcionalidade, razoabilidade e territorialidade, norteadores da ação do Poder Público, sempre e em todo caso, respeitado o texto constitucional;*

CONSIDERANDO *que na presente data o Município registra 06 (seis) casos confirmados de Covid-19;*

CONSIDERANDO *as recomendações médicas e de saúde pública exaradas pelos membros do Comitê relacionados a tais especialidades, e*

CONSIDERANDO, *finalmente, a necessidade administrativa e o interesse público,*

DECRETA

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. Este Decreto atualiza e consolida as medidas excepcionais, de caráter temporário, restritivas às atividades privadas e no âmbito do Poder Executivo, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus.

Art. 2º. Enquanto vigente este Decreto, fica vedado o funcionamento de:

I. casas noturnas, boates, casas de shows;

II. festas e confraternizações públicas e privadas;

III. modalidades esportivas coletivas e de contato físico;

IV. outros eventos que demandem aglomeração ou reunião de pessoas, e

V. O Porto Municipal permanecerá fechado para o uso recreativo.

§1º. Considera-se aglomeração a reunião de 06 (seis) pessoas ou mais.

§2º. Continuam suspensas as atividades escolares públicas e privadas, por tempo indeterminado, dependendo o retorno da autorização das auto-

ridades médicas e sanitárias, bem como de orientação da Secretaria Estadual de Educação.

Art. 3º. Estão suspensas por 15 (quinze) dias, até o dia 17/06/2020, todas as atividades de prestação de serviços em educação, ao exemplo de escolas de idioma, de informática, de música e instrução de condutores de veículos.

CAPÍTULO II - DAS MEDIDAS EM RELAÇÃO AO COMÉRCO EM GERAL

Art. 4º. Enquanto vigente este Decreto e em todo o território do Município, todos os cidadãos, estabelecimentos e atividades públicos e privados devem adotar as seguintes medidas de prevenção e combate à infecção por Coronavírus (COVID-19), conforme art. 2º, do Decreto n. 462/2020, do Estado de Mato Grosso:

I. evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II. disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III. ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

IV. proibição de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V. controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI. vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII. manter os ambientes arejados por ventilação natural, e

VIII. adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde.

Art. 5º. Os estabelecimentos devem priorizar a venda de produtos mediante sistema de entrega por aplicativos, inclusive com métodos de prevenção a eventuais contágios.

§1º. A pedido do consumidor, a movimentação de preços majorada em produtos essenciais deverá ser comprovada mediante a indicação do valor de compra perante o fabricante ou distribuidor.

§2º. Fica recomendado o regime extraordinário de racionamento de insumos, produtos e serviços de natureza essencial, especialmente aqueles destinados à alimentação e higienização pessoal e de ambientes (álcool em gel, álcool etílico 70%, luvas e máscaras), cuja venda será exclusivamente por CPF e unidade (incluindo neste caso produtos distribuídos em caixas ou em sacos, mas singularmente não providos de código de barras independentes), podendo tornar-se obrigatório à medida que se verificar a iminência de escassez dos citados produtos e serviços de natureza essencial.

Art. 6º. Os estabelecimentos comerciais ficam proibidos de praticarem valores abusivos, principalmente sobre mercadorias essenciais à higienização pessoal e ambiental em relação ao Coronavírus.

Parágrafo único. Compete ao órgão estadual de proteção ao consumidor - PROCON - promover fiscalização prioritária sobre as condutas de que trata o caput deste artigo.

Art. 7º. Compete aos órgãos estaduais e municipais de vigilância sanitária promover fiscalização prioritária sobre as medidas dispostas no presente Decreto.

Parágrafo único. Compete à Polícia Militar dar apoio operacional exclusivamente para o cumprimento deste decreto.

Art. 8º. Nenhum estabelecimento comercial ou prestador de serviços poderá funcionar ou prestar atendimento entre as 21h e 6h, ressalvando apenas o funcionamento de serviços essenciais, bem como a tele entrega (delivery).

Parágrafo único. São serviços essenciais os ligados à alimentação, medicamentos, atendimento médico, segurança pública, combustíveis e de borracharia.

Art. 9º. Caso seja confirmado caso de contaminação por Covid-19 em colaborador (funcionário) ou sócios (proprietários) de estabelecimento comercial, será de imediato tomadas as seguintes ações:

I. o estabelecimento comercial deverá suspender suas atividades de imediato, permanecendo assim por 07 (sete) dias;

II. deverá haver a descontaminação, limpeza e higienização de todo o local, departamentos, dependências e produtos expostos à venda, com álcool 70% ou outros produtos com propriedades desinfetantes, no prazo de máximo de 48h (quarenta e oito) horas após o conhecimento do confirmação prevista no *caput*;

III. todos os colaboradores e sócios do estabelecimento comercial deverão realizar testes laboratoriais para verificação do contágio pelo Covid-19, e

IV. o colaborador ou sócio que for confirmado a contaminação pelo Covid-19, ou mesmo naqueles em que há apenas os sintomas, deverá ser imediatamente se afastar da atividade comercial e ficar em quarentena por 14 (quatorze) dias, devendo ainda ser comunicada a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Poderá o prazo de suspensão das atividades ser abreviado caso se apresente, perante a Secretaria Municipal de Saúde, comprovantes da descontaminação, limpeza e higienização do local, com laudo e fotos, bem como comprovantes da testagem de todos os colaboradores e sócios, antes de findado o mesmo.

CAPÍTULO III - DAS MEDIDAS EXCEPCIONAIS EM RELAÇÃO A DETERMINADAS ATIVIDADES COMERCIAIS

Art. 10. Especialmente aos minimercados, supermercados, farmácias, drogarias, açougues, lojas de venda de materiais para construção e materiais agropecuários, além de todas as recomendações de higiene e de prevenção à proliferação do Coronavírus dispostas no presente Decreto, deverão atender, em conjunto, às seguintes:

I. os atendimentos nos estabelecimentos deverão ser realizados por funcionários devidamente vestidos e trajados com máscaras e luvas, sem prejuízo de esterilização com álcool em gel ao final da respectiva transação com cada consumidor;

II. deverá ser guardada distância mínima de dois metros entre cada consumidor nas filas a qualquer atendimento;

III. ao final de cada compra, cumpre ao atendente higienizar a esteira de condução dos produtos, ao lado do caixa, com álcool em gel, e

IV. limitar o acesso dos clientes a utilização de 2m² (dois metros quadrados) por pessoa, evitando aglomerações.

Parágrafo único. Fica proibido o consumo interno de alimentos e bebidas alcoólicas nos estabelecimentos tratados no *caput,* principalmente supermercados, por 15 (quinze) dias, até o dia 17/06/2020, podendo ser prorrogado.

Art. 11. Especialmente aos restaurantes, lanchonetes, bares, padarias e congêneres, deverão adotar as seguintes medidas, sem prejuízo das demais previstas nesse Decreto:

§1º. Fica proibido o consumo interno de alimentos e bebidas alcoólicas estabelecimentos tratados no *caput*, por 15 (quinze) dias, até o dia 17/06/2020, ficando autorizado apenas a venda no balcão e a tele-entrega (delivery), podendo ser prorrogado.

§2º. Especialmente aos restaurantes, fica proibido o consumo interno de alimentos e bebidas alcoólicas a partir das 18h, ficando autorizado a venda no balcão e a tele-entrega (delivery), por 15 (quinze) dias, até o dia 17/06/2020, podendo ser prorrogado.

§3º. Os estabelecimentos comerciais deverão adotar as seguintes medidas, sem prejuízo das demais previstas nesse Decreto:

I. limitar o acesso dos clientes a utilização de 2m² (dois metros quadrados) por pessoa, evitando aglomerações;

II. manter o distanciamento de no mínimo 2m (dois metros) entre as mesas;

III. adotar medidas para impedir aglomerações dentro ou fora do estabelecimento, inclusive em filas, promovendo o distanciamento mínimo de 2m (dois metros) entre as pessoas;

IV. promover o uso de senhas para se evitar filas, e

V. manter, sempre que possível, janelas e portas abertas, possibilitando a circulação e a renovação do ar.

Art. 12. As academias e congêneres deverão permanecer fechadas por 15 (quinze) dias, até o dia 17/06/2020, podendo ser prorrogado.

Parágrafo único. Após passado o período disposto na caput, as academias e congêneres, para o funcionamento, deverão adotar as seguintes medidas:

I. vedar o acesso de pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais;

II. vedar o acesso de pessoas que forem imunossuprimidas ou portadoras de doenças crônicas como diabetes, câncer, insuficiência renal crônica, doença respiratória crônica, doença cardiovascular, doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico, gestantes, lactantes;

III. disponibilizar álcool 70% para a limpeza dos equipamentos antes e após o uso;

IV. exigir que os clientes utilizem toalhas individuais durante a prática de exercícios;

V. manter, sempre que possível, janelas e portas abertas, possibilitando a circulação e a renovação do ar;

VI. limitar o acesso dos clientes a utilização de 2m² (dois metros quadrados) por pessoa, evitando aglomerações, e

VII. sempre que possível, recomendar o uso de áreas externas.

Art. 13. As atividades de fisioterapia, RPG e pilates somente poderão ser prestadas a pessoas que apresentem recomendação médica, por 15 (quinze) dias, até o dia 17/06/2020, podendo ser prorrogado, e desde que atenda as seguintes disposições:

I. vedar o acesso de pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais;

II. vedar o acesso de pessoas que forem imunossuprimidas ou portadoras de doenças crônicas como diabetes, câncer, insuficiência renal crônica, doença respiratória crônica, doença cardiovascular, doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico, gestantes, lactantes;

III. disponibilizar álcool 70% para a limpeza dos equipamentos antes e após o uso;

IV. exigir que os clientes utilizem toalhas individuais durante a prática de exercícios;

V. manter, sempre que possível, janelas e portas abertas, possibilitando a circulação e a renovação do ar;

VI. limitar o acesso dos clientes a utilização de 2m² (dois metros quadrados) por pessoa, evitando aglomerações, e

VII. sempre que possível, recomendar o uso de áreas externas.

Art. 14. Especialmente aos mototaxistas, deverão adotar as seguintes medidas, sem prejuízo das demais previstas nesse Decreto.

I. fornecer ao passageiro capacete do tipo aberto, respeitadas as normas de trânsito;

II. somente transportar passageiro que esteja usando máscara;

III. realizar a assepsia do veículo e do capacete com solução alcoólica a 70%, antes e após o transporte de cada passageiro, e

IV. o motorista deverá usar máscara de proteção facial durante a prestação dos serviços.

Art. 15. Especialmente aos templos religiosos, igrejas, congregações na realização das missas, cultos e congêneres, deverão adotar as seguintes medidas, sem prejuízo das demais previstas neste Decreto.

I. disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

II. distanciamento mínimo de 2m (dois metros) entre as pessoas;

III. controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV. suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

V. suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VI. limitar o acesso a utilização de 2m² (dois metros quadrados) por pessoa, evitando aglomerações;

VII. antes e após cada evento religioso, realizar a assepsia do chão, bancos, cadeiras, suportes para as mãos, livros e demais apetrechos utilizados nas cerimônias, e

VIII.vedar o acesso de pessoas que forem imunossuprimidas ou portadoras de doenças crônicas como diabetes, câncer, insuficiencia renal crônica, doença respiratória crônica, doença cardiovascular, doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico, gestantes, lactantes e crianças com idade até 12 (doze) anos.

CAPÍTULO IV - DAS MEDIDAS NO ÂMBITO

INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Art. 16. Continuam suspensos no âmbito do Poder Executivo as seguintes atividades, até o dia 30 de junho de 2020, podendo ser prorrogado:

I. as atividades de capacitação, de treinamento ou de eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta que impliquem a aglomeração de pessoas;

II. a participação de servidores ou de empregados em eventos internacionais e interestaduais, salvo com autorização expressa do Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19;

III. as atividades escolares/creches da rede pública municipal, bem como o transporte escolar;

IV. as oficinas, os encontros de idosos, ofertadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, (CRAS, CREAS e CCI) bem como, as atividades da Secretária Municipal de Esportes e Turismo;

V. as viagens a serem realizadas pelos servidores públicos, decorrentes do exercício de suas atribuições, ressalvada as provenientes de necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, e

VI. os prazos dos processos administrativos em trâmite.

Parágrafo único. Fica obrigatório o uso de máscaras pelos servidores públicos municipais no exercício da função pública, conforme determina a Lei n. 11.110/2020 do Estado de Mato Grosso.

Art. 17. Os servidores municipais que se enquadrem nas hipóteses abaixo, mediante comprovação, poderão permanecer em casa e adotar, se possível, o regime de tele-trabalho (*Home Office*), até o dia 30 de junho de 2020, podendo ser prorrogado, mediante autorização do Secretário Municipal chefe do Departamento/Secretaria:

a) Com idade superior a 60 (sessenta) anos;

b) Portadores de doenças cardíaca ou pulmonar, independente da idade;

c) Portadores de doenças crônicas tratadas com medicamentos imunodepressores, quimioterápicose diabéticos, independente da idade;

d) Transplantados, independente da idade, e

e) Gestantes.

§1º. Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores comissionados.

§2º. A comprovação das alíneas "b" a "e" deverá ser realizada pelo servidor, mediante documentos médicos e deverão ser apresentados ao Departamento de Recursos Humanos apenas pelo protocolo eletrônico, por meio do site do Município de Comodoro – www.comodoro.mt.gov.br.

§3º. Poderá ser estendido o regime de tele-trabalho (home Office) ou o revezamento de servidores do mesmo departamento para todos os demais servidores, até o dia 30 de junho de 2020, a critério dos respectivos Secretários Municipais vinculados, podendo ser prorrogado.

§4º. Independentemente de estar o servidor no grupo de risco, o mesmo poderá ser requisitado a prestar serviços administrativos perante a Secretaria Municipal de Saúde, para o suporte às atividades ligadas ao combate do Covid-19 e a saúde pública.

CAPÍTULO V - DAS MEDIDAS EXCEPCIONAIS

Art. 18. Fica adotado a medida não farmacológica de isolamento domiciliar para pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, diabéticos, hipertensos, com insuficiência renal crônica, com doença respiratória crônica, com doença cardiovascular, com câncer, com doença autoimune ou outras afecções que deprimam os sistemas imunológicos e gestantes e lactantes.

Parágrafo único. Às pessoas fora do grupo de risco acima listado, fica recomendada a prática de atividades recreativas e esportivas individuais ao ar livre, desde que respeitado o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre as pessoas.

Art. 19. Todo munícipe que retornar de viagem, seja qual for a destino, deverá comunicar a Secretaria Municipal de Saúde e, se apresentar quaisquer sintomas de Covid-19, colocar-se em quarentena.

Art. 20. Fica recomendada a não circulação de pessoas nas vias públicas das 20h às 05h, exceto situações emergenciais, serviços de tele entrega (delivery), de segurança pública e relacionados a saúde, até o dia 30 de junho de 2020, podendo ser prorrogado.

Art. 21. O Poder Público poderá requisitar o apoio das Polícias Militar e Civil, dos Bombeiros Militares e da Defesa Civil para a consecução das atividades de fiscalização, orientação e de fechamento de estabelecimentos, a ser realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, juntamente como os Departamentos de Fiscalização e de Vigilância Sanitária, no enfrentamento ao Coronavírus.

Art. 22. Os servidores municipais não poderão recusar o atendimento às convocações da Administração Pública para ações ao combate do Coronavírus, ressalvada as condições médicas e do grupo de risco.

CAPÍTULO VI - DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

Art. 23. Em caso de descumprimento das normas sanitárias e consumeristas dispostas no Decreto, serão aplicadas as penalidades administrativas cabíveis, conforme graduação abaixo, sem prejuízo da apuração de ilícitos cíveis e criminais eventualmente praticados pelas pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas e/ou por seus representantes legais.

I. às pessoas físicas e/ou representantes legais, multa no valor de 100 UFMs (cem unidades fiscal municipal), aplicada em dobro na hipótese de reincidência;

II. às pessoas jurídicas, multa no valor de 500 UFMs, aplicada em dobro na hipótese de reincidência, e

III. ao cidadão classificado como suspeito do COVID-19, que descumprir o Termo de Responsabilidade para o isolamento domiciliar, multa no valor de 100 UFMs (cem unidades fiscais municipal), aplicada em dobro na hipótese de reincidência.

§1º. O ato administrativo de aplicação das penalidades descritas no presente artigo observará o Processo Administrativo Sanitário previsto no art. 82 e seguintes da Lei Municipal n.º 750/2003 – Código Sanitário do Município de Comodoro, regulamentado pelo Decreto n.º 37/2018.

§2º. As Polícias Militar e Civil, os Bombeiros Militares e a Defesa Civil deverão apoiar os órgãos sanitários e PROCON para o cumprimento do disposto neste artigo, podendo aplicar, diretamente as penalidades administrativas cabíveis, inclusive a interdição temporária do estabelecimento infrator.

§3º. A não utilização da máscara facial, mesmo que artesanal, ensejará aplicação da multa prevista na Lei n. 11.110, de 22 de abril de 2020, do Estado de Mato Grosso.

Art. 24. As pessoas que forem notificadas a permanecerem em quarentena e desobedecerem, serão re-notificadas e a desobediência será imediatamente comunicada à Polícia Militar e ao Ministério Público.

CAPITULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Além das determinações já contidas no Decreto, no que tange as medidas de prevenção e controle à proliferação do Novo Coronavírus estabelecidas em relação ao comércio em geral, incluem-se as seguintes:

§1º. Os estabelecimentos comerciais deverão afixar material com as orientações para a prevenção ao contágio do COVID-19, conforme modelo a ser fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde, disponibilizando-os em locais visíveis aos clientes e colaboradores, como balcões de atendimento, caixas, portas de acesso e sanitários.

§2º. Todos os estabelecimentos comerciais deverão disponibilizar pia (lavatório), com água corrente, sabonete líquido, papel toalha e lixeira, disponíveis aos seus colaboradores e clientes, para a higienização das mãos e braços.

§3º. Os estabelecimentos comerciais deverão disponibilizar dispositivo contendo álcool em gel 70%, para uso dos colaboradores e clientes, em local visível, sinalizado e de fácil acesso.

§4º. A máquina de operação de transações com cartão magnético deverá ser higienizada a cada utilização, com álcool em gel 70% e papel toalha.

§5º. Os comerciantes e colaborados do comércio em geral devem evitar tocar o rosto, nariz, boca e olhos durante o desempenho do atendimento e atividades comerciais. Caso isso ocorra, a higienização das mãos deverá ser imediatamente realizada, com a utilização da lavagem com água corrente e sabão ou com o álcool em gel 70%.

§6º. Os estabelecimentos comerciais deverão criar rotinas de avaliação do estado de saúde dos seus funcionários, de forma a identificar suspeitas de contaminação pelo COVID-19. Constatada uma suspeita, esta informação deverá ser repassada imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde, pelo Disque Coronavírus[1] e o funcionário ser imediatamente afastado de suas funções, sem qualquer prejuízo de ordem trabalhista e previdenciária.

Art. 26. Permanece em operação o "Disk Coronavírus"1, com funcionamento todos os dias, das 8h às 20h, para dirimir dúvidas e promover a orientação da população, receber informações de possíveis casos do Covid-19 no Município de Comodoro, bem como denúncias de infrações às normas sanitárias relacionadas ao combate à pandemia, a ser mantido pela Secretaria Municipal de Saúde, cujo número telefônico é (065) 9 9965-6913.

Art. 27. A orientação à população a respeito do disposto neste Decreto e sobre a COVID-19, também poderá ser realizada pelo telefone (65) 3283-2402.

Art. 28. Os assuntos relacionados ao enfrentamento ao surto de COVID-19, pertinentes ao serviço público municipal e seus colaboradores, bem como à população, deverão, primeiramente, ser apresentados à Secretaria Municipal de Saúde, que mediante expedição de Nota Técnica, deliberará, podendo, para isso, se valer da decisão colegiada do Comitê e demais subsídios técnicos de outros departamentos da Prefeitura Municipal de Comodoro.

Art. 29. Caso as medidas disciplinadas por este decreto não sejam adotadas pela população e pelos estabelecimentos comerciais, o Poder Executivo Municipal poderá adotar outras medidas mais drásticas no intuito de se evitar e/ou controlar a proliferação do vírus (COVID-19).

Art. 30. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias do mês de junho de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

[1] DISQUE CORONAVIRUS – 065 9 9965 6913

PORTARIA Nº. 333/2020 DE: 25.05.2020

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR o servidor abaixo descrito para **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e atendimento do art. 67, da Lei n.º 8.666/93, sem ônus para esta municipalidade.

Ø **João Felipe Chaves – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 25 dias do mês de maio do ano de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Júlio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 334/2020 DE: 25.05.2020

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o art. nº 67 da Lei Federal nº 8.666/93, que regulamenta a figura do fiscal de contratos no âmbito da Administração Pública.

CONSIDERANDO, a Instrução Normativa nº 01/2014-VERSÃO 3, que disciplina o fluxograma da fiscalização de contratos na municipalidade, e as figuras de coordenador de fiscal de contratos e fiscal de contratos para atuação nas respectivas secretarias.

CONSIDERANDO, o afastamento fortuito da servidora ocupante do cargo de coordenadora de fiscal de contratos, em virtude de tratamento de saúde, pelo período de 21 a 30 de maio de 2020, conforme atestado em anexo.

CONSIDERANDO, os princípios da continuidade do serviço público e da eficiência, que norteiam toda a Administração Pública e regem a rotina de fiscalização de contratos.

RESOLVE,

Art. 1º. Ficam estendidas as atribuições de coordenação de contratos ao servidor efetivo **João Felipe Chaves,** designado pela Portaria nº 333/2020, de25.05.2020 como responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos **Contratos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente**, em caráter excepcional e temporário, enquanto perdurar o afastamento da coordenadora de fiscal de contratos, devendo a fiscalização ocorrer de forma integral pelo servidor.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 25 dias do mês de maio do ano de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Júlio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA - PORTARIA 131/2020 ADM DE 25 DE MAIO 2020.

A Prefeitura Municipal de Confresa - MT, em correção a publicação da PORTARIA Nº 131/2020 ADM, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ANO XV N°3.486, pagina n° 140 no dia 26 de Maio de 2020, COMUNICA a todos que:

SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DE ATAS.

ONDE SE LÊ: ATAS: 89/2020, 07/2020, 18/2020 e 19/2020

LEIA-SE CORRETO: ATAS: 89/2019, 07/2020, 18/2020 e 19/2020

Confresa-MT, 02 de Junho de 2020.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº130/2020
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº079/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº130/2020.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº079/2020.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **18 de JUNHO de 2020, às 09:00** hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº079/2020, do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818. **ramal 31** ou ainda pelo email: licitaconfresa@hotmail.com

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS DE SOLO, CONCRETO E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA/MT.

CONFRESA-MT, 02 de JUNHO de 2020.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro Municipal

Portaria nº082/2020.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PEDIDO DE AFASTAMENTO

A ILUSTRÍSSIMA SENHORA

JULIANA MARA VIEIRA DE MELO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CISAX

Eu Ronio Condão Barros Milhomem, portador do RG nº 0875190-0 SSP/MT, CPF nº 535.561.191-53, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu - Cisax, venho por meio deste, requer a Vossa Senhoria afastamento, a título de desincompatibilização, por estar concorrendo ao cargo eletivo de Prefeito no município de Confresa, nos termos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Confresa-MT, 02 de Junho de 2020.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

CPF nº 535.561.191-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 105/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente:

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Agostinho Castanha	15	2018/2019	14/05/2020	12/06/2020
Aldenicy Matias da Silva	1786	2018/2019	12/05/2020	26/05/2020
Carlos Alberto Bonavigo	1378	2018/2019	18/05/2020	16/06/2020
Carlos Roberto Fernandes	1506	2013/2014	27/05/2020	25/06/2020
Jhone Gonzaga da Silveira	3523	2019/2020	01/05/2020	15/05/2020
Nilcéia Berger do Amaral	1629	2017/2018	27/04/2020	26/05/2020
Pedro Viganó Neto	2547	2018/2019	29/04/2020	28/05/2020
Rodrigo Evandro Borchert	1398	2018/2019 2019/2020	26/05/2020	24/07/2020
Willian Luis Sulzbach	2507	2018/2019	11/05/2020	09/06/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 083/2020

Jair Klasner, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Retifica a Portaria Nº 083/2020 de 01 de Abril de 2020, da matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 06 de Maio de 2020, edição 3.472.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º. CONCEDER Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente:

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Daniel da Cruz	2636	2018/2019	05/05/2020	03/06/2020
Gisele A. P. Silva de Faria	2029	2018/2019	21/04/2020	20/05/2020
Hélio Germano Muller	2413	20192020	01/04/2020	30/04/2020
Janete dos Santos Freitas	433	2017/2018 2018/2019	02/04/2020	31/05/2020
Jonas R. Gonçalves	2490	2017/2018	23/03/2020	22/04/2020
José Carlos Miranda	2563	2018/2019 2019/2020	20/05/2020	18/07/2020
Juliana Cruz Amorim	3343	2017/2018 2018/2019	06/04/2020	05/05/2020
Lucelia Barbosa Fonseca	2500	2018/2019	23/04/2020	22/05/2020
Marli dos Santos Oliveira	2131	2018/2019	22/04/2020	21/05/2020
Pedro Vigano Neto	2547	2017/2018	08/04/2020	27/04/2020
Raimundo Viturino da Silva	2005	2018/2019	01/05/2020	30/05/2020
Reginaldo Falcão	2635	2019/2020	01/04/2020	30/04/2020
Taís de Souza G. Schuster	450	2018/2019	27/04/2020	11/05/2020

LÊ-SE-Á:

Art. 1º. CONCEDER Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente:

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Daniel da Cruz	2636	2018/2019	05/05/2020	03/06/2020
Gisele A. P. Silva de Faria	2029	2018/2019	22/03/2020	20/04/2020
Hélio Germano Muller	2413	20192020	01/04/2020	30/04/2020
Janete dos Santos Freitas	433	2017/2018 2018/2019	02/04/2020	31/05/2020
Jonas R. Gonçalves	2490	2017/2018	23/03/2020	22/04/2020
José Carlos Miranda	2563	2018/2019 2019/2020	20/05/2020	18/07/2020
Juliana Cruz Amorim	3343	2017/2018 2018/2019	06/04/2020	05/05/2020
Lucelia Barbosa Fonseca	2500	2018/2019	23/04/2020	22/05/2020
Marli dos Santos Oliveira	2131	2018/2019	22/04/2020	21/05/2020
Pedro Vigano Neto	2547	2017/2018	08/04/2020	27/04/2020
Raimundo Viturino da Silva	2005	2018/2019	01/05/2020	30/05/2020
Reginaldo Falcão	2635	2019/2020	01/04/2020	30/04/2020
Taís de Souza G. Schuster	450	2018/2019	27/04/2020	11/05/2020

Cotriguaçu-MT 26 de Maio de 2020

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 118/2020

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a Sra. AMANDA DA SILVA BRAGA, portadora do CPF n.º 031.122.871-26, Efetiva no Cargo de Agente Administrativo como responsável pelo envio das informações para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT através do Sistema APLIC.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 117/2020

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a Sra. SIMONE DANIELA CZYCZA, portadora do CPF n.º 986.610.271-87, Efetiva no Cargo de Auxiliar Administrativo como responsável pelo envio das informações para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT através do Sistema GEOBRAS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 116/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE FROTAS

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR, a partir 31/05/2020, a Sr. **GUILHERME OLIVEIRA DE SOUZA,** portador do CPF n.º 039.816.841-50, de Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Frotas, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 115/2020

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE OUVIDOR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a partir de 01/05/2020 a Sr. WILLIANN RAMOS MACIEL portador do CPF n.º 060.836.711-75, para a função de Ouvidor Público Municipal, Lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria 131/2018.

Art.3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 114/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE RETORNO A SERVIDOR AFASTADO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER retorno ao cargo efetivo a partir de 08/06/2020 a Sra. IRANI FERREIRA DOS SANTOS, portadora do CPF n.º 893.030.911-91, que esteve em gozo de Licença para Trato de Interesses Particulares, em conformidade com o Artigo 121, § 1ª da Lei Complementar nº 019/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 113/2020

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2020

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR temporariamente os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 002/2020:

Candidato	Cargo	Admissão
Milena Predebon Vieira	Técnico em Enfermagem	04/05/2020

Art. 2º - As demais informações pertinentes à posse estarão descritas no Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 112/2020

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR temporariamente os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019:

Candidato	Cargo	Admissão
Ivanete Brambila	Apoio Administrativo Educacional	29/04/2020

Art. 2º - As demais informações pertinentes à posse estarão descritas no Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 111/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR os servidores contratados abaixo relacionados:

Funcionário	Matrícula	Cargo	Data
Cristiana Nicomedio da Silva	3712	Professor	03/05/2020
Elaine de Oliveira Ferreira	3726	Apoio Administrativo Educacional	13/05/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 110/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por até 02 anos Licença para Trato de Interesses Particulares a Sra. CRISTIANE KELI DE MORAES BONFIM, portadora do CPF n.º 648.992.762-49, ocupante do cargo de Professor, registrada sob a matrícula 2519, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 30/05/2020 até 29/05/2022; de acordo com a Lei Complementar 019/2005, Cap. V, Sessão I e Subseção VIII.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 109/2020

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER progressão funcional aos servidores municipais de acordo com a Escolaridade e Tempo de Serviço em conformidade com o Plano de Cargos Carreiras e Salários:

Funcionário	Matrícula	Classe Anterior	Classe Atual
Andréia Marisa Pagel	3217	A-II	B-II
Gleiciane Orben da Silva	3178	A-II	B-II
Humberto Ribeiro de Santana	2052	B-IV	C-IV
Jesuína Maria Aquino Sulzbach	1987	B-IV	B-V
Leocádia Gomes Padilha	1985	C-IV	C-V

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N°108/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Gisele Auxiliadora P. Silva de Faria	2029	2008/2013 2014/2019	21/04/2020 21/05/201	20/05/2020 19/06/2020
Marli dos Santos Oliveira	2131	2009/2015	22/05/2020	20/07/2020
Taís de Souza Gélio Shuster	450	2007/2012	12/05/2020	10/06/2020
Denise Schütz Freitas	1491	2011/2016	06/05/2020	04/07/2020
Silvana Maria Guedes	600	2008/2013	20/05/2020	18/07/2020
Loreci Fernandes	438	2012/2017	01/04/2020	30/04/2020
Agostinho Castanha	15	2010/2015	14/04/2020	13/04/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N°107/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Licença Maternidade, prevista no artigo 115 da Lei Complementar 019/2005, pelo prazo de 120 dias, às servidoras abaixo relacionadas:

Funcionário	Matrícula	Início	Fim
Jesuína M. de Aquino Sulzbach	1987	06/05/2020	02/09/2020
Ligeane Rocha dos Santos	2562	06/05/2020	02/09/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 106/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. LICENCIAR os servidores abaixo relacionados para Tratamento de Saúde, previsto no artigo 109 da Lei Complementar 019/2005.

Funcionário	Matrícula	Início	Fim
Alice Lohmann	1805	01/05/2020	31/05/2020
Ana Paula Bervian	3670	04/05/2020	06/05/2020
Ana Paula Dantas Lima	3465	13/05/202020/ 05/2020	19/05/202026/ 05/2020
Angelita Riedel Behling	3630	15/05/2020	15/05/2020
Candida Aparecida Batista Ramos	427	04/05/2020	01/08/2020
Carmem Luiza Benites	2200	08/05/202016/ 05/2020	15/05/202016/ 05/2020
Edmilson silva nascimento	3739	01/05/2020	30/05/2020
Elenice Cerino de Miranda	1622	08/05/2020	15/05/2020
Eliane Dantas de Lima	1623	14/05/2020	05/06/2020
Gislaine Gonçalves da Silva Barros	2199	01/05/2020	30/05/2020
Hélio Germano Muller	2413	18/05/2020	26/05/2020
Leonice Barbosa Fonseca	377	01/03/2020 01/05/2020	30/04/2020 20/10/2020
Ligeane Rocha dos Santos	2562	05/05/2020	05/05/2020
Luciane Pilz Pavan	3383	18/05/2020	18/05/2020
Luis Carlos dos Santos Silva	2837	08/05/2020	15/05/2020
Marci Matilde Prante de Sousa	2534	11/05/2020	06/11/2020
Marino Luiz Sulzbach	19	06/05/2020	03/08/2020
Marisete Taborda Percoski	2529	10/05/2020	10/05/2020
Paula Patrícia de Oliveira	3375	14/05/2020 18/05/2020	15/05/2020 19/05/2020
Roseli Lima Silva dos Santos	2526	11/05/2020	09/06/2020
Solange Marcos dos Santos	3547	12/05/2020	10/07/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Maio de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020 PROCESSO 54/2020.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público que DECLARA DESERTA a LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 30/2020, forma de julgamento**: Menor preço por item,**com a finalidade de selecionar propostas para: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADO DO TIPO TRANSPORTE ESCOLAR, PARA LINHAS NO DISTRITO DE NOVA UNIÃO QUE SOFRERAM ALTERAÇÕES DE QUILOMETRAGEM DEVIDO AS ESTRADAS E MORADIA DOS ALUNOS PARA O ANO LETIVO DE 2020".** A abertura desta licitação ocorreu no dia **29 de abril de 2020**, onde não compareceram interessados em participar do certame. A **PRIMEIRA REABERTURA** desta licitação ocorreu no dia **12 de maio de 2020**, onde não compareceu empresa interessada em participar do certame. A **SEGUNDA REABERTURA** desta licitação ocorreu no dia **01 de junho de 2020**, onde também não comparecerão empresas interessadas em participar do certame**.** Cotriguaçu-MT, 02 de junho de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port075-2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2020

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Processo Nº.: 79/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2020

No dia 1 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 37.465.309/0001-67, com sede administrativa localizada na AVENIDA 20 DE DEZEMBRO, 725, bairro CENTRO, CEP nº. 78330-000, nesta cidade de Cotriguaçu/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JAIR KLASNER, inscrito no CPF sob o nº. 862.690.381-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 42/2020, Processo Licitatório nº. 79/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) "REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO HORA/MAQUINA DE MOTONIVELADORA, ESCAVADEIRA HIDRAULICA, CAMINHÃO PIPA PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS QUE SERÃO DESENVOLVIDOS NAS ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NO MUNICÍPIO E DISTRITOS DE COTRIGUAÇU" Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10141	ALFONSO ROBERTO DALMAGRO	1, 2
13057	CRISTIANI VILLA DOS SANTOS 00944798101	3
12584	GEOVA ALECRIM DA SILVA 92305083149	4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALFONSO ROBERTO DALMAGRO	09.233.598/0001-33	ALFONSO ROBERTO DALMAGRO	018.312.709-94
CRISTIANI VILLA DOS SANTOS 00944798101	34.930.747/0001-60	JAMIRO PEREIRA SIQUEIRA	883.904.541-49
GEOVA ALECRIM DA SILVA 92305083149	27.718.431/0001-44	GEOVA ALECRIM DA SILVA	923.050.831-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
"REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO HORA/MAQUINA DE MOTONIVELADORA, ESCAVADEIRA HIDRAULICA, CAMINHÃO PIPA PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS QUE SERÃO DESENVOLVIDOS NAS ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NO MUNICÍPIO E DISTRITOS DE COTRIGUAÇU"
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Por Item - Menor Preço, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10141 - ALFONSO ROBERTO DALMAGRO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS - DO TIPO PATROLA (MOTONIVELADORA), COM TRANSPORTE, OPERADOR, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	HS		500,000	320,0000	160.000,00

Fornecedor: 10141 - ALFONSO ROBERTO DALMAGRO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS - DO TIPO ESCAVADEIRA COM CAPACIDADE OPERACIONAL MÍNIMA DE 14.000KG, DEVENDO SER RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO: COMBUSTÍVEL, OPERADOR, REPOSIÇÃO DE PEÇAS CASO NECESSÁRIO E LOCOMOÇÃO DO MAQUINÁRIO.	HS		200,000	290,0000	58.000,00

Fornecedor: 12584 - GEOVA ALECRIM DA SILVA 92305083149

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO- DO TIPO LOCAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO PIPA COM CAPACIDADE OPERACIONAL DE NO MINIMO 10(DEZ) TONELADAS COM QUANTIDADE DE HORAS ESTIMADAS EM 300 (TREZENTAS) HORAS POR MÊS E POR UM PERIODO ESTIMADO DE 6(SEIS) MESES, COM DIARIO DE BORDO CONSTANDO HORARIOS DE INICIO E TÉRMINO DO SERVIÇO, NO PERIODO DE SECA, SENDO QUE AS DESPESAS COM ABASTECIMENTO DO TANQUE COM ÁGUA, LOCAL DE RECOLHIMENTO DA ÁGUA, MOTORISTA, COMBUSTIVEL, MECANICA EM GERAL, ELETRICA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E PNEUS, INCLUSIVE CONSERTOS CORRENDO POR CONTA DO LOCATARIO. SERVIÇO SERA REALIZADO NO DESTRITO DE OURO VERDE DOS PIONEIROS (AGROVILA).	HS		1.200,000	52,0000	62.400,00

Fornecedor: 13057 - CRISTIANI VILLA DOS SANTOS 00944798101

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO- DO TIPO LOCAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO PIPA COM CAPACIDADE OPERACIONAL DE NO MINIMO 10(DEZ) TONELADAS COM QUANTIDADE DE HORAS ESTIMADAS EM 500 (QUINHENTAS) HORAS POR MÊS E POR UM PERIODO ESTIMADO DE 6(SEIS) MESES, COM DIARIO DE BORDO CONSTANDO HORARIOS E QUILOMETRAGEM DE INICIO E TÉRMINO DO SERVIÇO, NO PERIODO DE SECA, SENDO QUE AS DESPESAS COM ABASTECIMENTO DO TANQUE COM ÁGUA, LOCAL DE RECOLHIMENTO DA ÁGUA, MOTORISTA, COMBUSTIVEL, MECANICA EM GERAL, ELETRICA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E PNEUS, INCLUSIVE CONSERTOS CORRENDO POR CONTA DO LOCATARIO. (CENTRO)	HS		2.000,000	58,6600	117.320,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 7 (sete) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cotriguaçu para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Cotriguaçu,1 de Junho de 2020.

JAIR KLASNER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ALFONSO ROBERTO DALMAGRO CNPJ: 09.233.598/0001-33 _____

CRISTIANI VILLA DOS SANTOS 00944798101 CNPJ: 34.930.747/0001-60 _____

GEOVA ALECRIM DA SILVA 92305083149 CNPJ: 27.718.431/0001-44 _____

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 42/2020 PROCESSO 79/2020

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 42/2020 objeto**:"REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO HORA/MAQUINA DE MOTONIVELADORA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO PIPA PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS QUE SERÃO DESENVOLVIDOS NAS ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NO MUNICÍPIO E DISTRITOS DE COTRIGUAÇU".** Obteve os seguintes resultados**:**

A empresa: ALFONSO ROBERTO DALMAGRO CNPJ: 09.233.598/0001-33, foi vencedora da licitação do item: 1 e 2. Com o valor global de R$218.000,00.

A empresa: CRISTIANI VILLA DOS SANTOS CNPJ: 34.930.747/0001-60, foi vencedora da licitação do item: 3. Com o valor global de R$ 117.320,00.

A empresa: GEOVA ALECRIM DA SILVA CNPJ: 27.718.431/0001-44, foi vencedora da licitação do item: 4. Com o valor global de R$ 62.400,00.

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 79/2020

b) Licitação Nrº: 42/2020

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 01/06/2020

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro neste município. Cotriguaçu-MT 02 de junho de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port075-2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO DO RECURSO DE HABILITAÇÃO E AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA Nº 003/2020/PMC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SMHARF, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria SMGE nº 1.122/2019 de 02 de outubro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, **o RESULTADO DA ANÁLISE DO RECURSO DE HABILITAÇÃO,** referente à **CONCORRÊNCIA Nº 003/2020/PMC,** processo administrativo nº 094.209/2019, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES PADRÃO DE QUARTOS E/OU BANHEIROS, EM UNIDADES HABITACIONAIS NOS BAIRROS ALTOS DA SERRA II E DR. FÁBIO II, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS**.

LICITANTES	RESULTADO
CONSTRUTORA E LIMPADORA 1001 EIRELI	HABILITADA
KDF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME	HABILITADA
KAIABY CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME	INABILITADA

Bem como convocamos, as empresas **HABILITADAS,** para Sessão de Abertura dos envelopes de Proposta de Preços, no dia **05/06/2020 às 09h00min**, na Sala de Licitações localizada no 5º andar da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – CPL/DELC/SMGe – **SOMENTE** pelo e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br.

Cuiabá, 02 de junho de 2020.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

GABINETE
COVID-19: PORTARIA Nº. 07/2020/SMECEL

Dispõe sobre Nomeação de Comissão para dar continuidades à elaboração e distribuição de Atividades Complementares aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Curvelândia – MT durante a suspensão das aulas presenciais por motivo da pandemia do Covid-19.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA - MT no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO a Portaria n°06/2020/SMECEL que dispõe sobre elaboração e distribuição de atividades complementares aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Curvelândia – MT durante a suspensão das aulas por motivo da pandemia do Covid-19.

CONSIDERANDO o Decreto n°061, de 28 de maio de 2020, que dispõe sobre os critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas às atividades escolares, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus em todo o território do Município de Curvelândia Mato Grosso.

CONSIDERANDO a Portaria n°168, de 01 de junho de 2020, que Concede Licença Prêmio aos servidores do quadro do magistério e dos demais servidores lotados nas Unidades Municipais de Educação da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os membros abaixo relacionados para compor a Comissão para dar continuidade a elaboração de Atividades Pedagógicas “Não Presencial” a serem ofertadas aos alunos da Rede Municipal de Ensino em conformidade com a Portaria 06/2020/SMECEL, ficando assim composta:

I- REPRESENTANTES DA ESCOLA MUNICIPAL TIA IRACEMA

ANDREIA DE AGUIAR ALVES- **Diretora**

VILMA CHAVES GUERRERO- **Coordenadora Pedagógica**

ZILDA GOMES DOS REIS- **Professora Pedagogia**

LUCIANA FRANCISCA DE SENA**- Professora Pedagogia**

II- REPRESENTANTES DA ESCOLA MUNICIPAL CARLOS MASSON NETTO

ALDEMIR PEDRO FERNANDES- **Diretor**

MARILENE EUGENIA DA SILVA FERREIRA- **Coordenadora Pedagógica**

ANA PAULA DE CARVALHO MONEZ- **Professora História**

ANTÔNIA APARECIDA DANTAS DA SILVA- **Professora Ciências**

Art. 2º - A Comissão designada terá a função de ajudar na elaboração das atividades não presenciais em suas Unidades Escolares, cumprindo o que está proposto na Portaria n°06/2020/SMECEL.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curvelândia – MT; 02 de junho 2020.

EVANDRO ROBERSON TEIXEIRA

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Portaria nº. 241/2018

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei Federal n° 10.520/2001 e art. 43, VI, da Lei Federal n° 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação do Pregoeiro e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve, **HOMOLOGAR** o processo licitatório nº 013/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 005/2019, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para serem utilizados no preparo da merenda escolar para os alunos das escolas municipais da rede pública de ensino deste município, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para futura contratação das empresas: SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 10.688.030/0001-96, para os itens: 22 R$ 3,80; 45 R$ 3,80; 48 R$ 2,35; 50 R$ 1,95; 52 R$ 6,80; 55 R$ 3,10; 56 R$ 6,82; 59 R$ 13,80; 63 R$ 4,00; 68 R$ 3,89; 69 R$ 3,72; 81 R$ 2,70; 82 R$ 2,45; 84 R$ 4,22; 93 R$ 15,45; 96 R$ 15,90; 97 R$ 15,55; 99 R$ 15,90; 101 R$ 25,50; 104 R$ 1,33; K. M. FERRARI & CIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 15.363.074/0001-60, para os itens: 03 R$ 3,89; 04 R$ 2,35; 05 R$ 6,99; 06 R$ 4,60; 07 R$ 4,67; 08 R$ 4,03; 10 R$ 8,65; 13 R$ 4,10; 14 R$ 14,99; 15 R$ 6,09; 19 R$ 4,25; 21 R$ 6,15; 27 R$ 4,10; 28 R$ 5,95; 30 R$ 4,20; 32 R$ 4,98; 33 R$ 5,95; 34 R$ 17,67; 35 R$ 1,80; 36 R$ 16,90; 37 R$ 25,99; 38 R$ 23,60; 39 R$ 13,60; 41 R$ 9,01; 43 R$ 3,10; 46 R$ 5,70; 47 R$ 8,15; 49 R$ 4,28; 53 R$ 6,43; 54 R$ 4,92; 57 R$ 6,50; 60 R$ 7,35; 61 R$ 2,10; 65 R$ 5,00; 66 R$ 11,50; 76 R$ 3,90; 78 R$ 3,70; 80 R$ 4,70; 83 R$ 22,30; 85 R$ 6,50; 86 R$ 5,80; 88 R$ 10,99; 89 R$ 18,40; 90 R$ 3,70; 94 R$ 15,40; 95 R$ 15,40; 98 R$ 14,12; 108 R$ 4,50; JEAN CARLOS ULIANA-ME, inscrita no CNPJ: 36.234.647/0001-25, para os itens: 01 R$ 4,40; 02 R$ 2,75; 16 R$ 5,10; 17 R$ 2,70; 18 R$ 3,50; 20 R$ 3,50; 24 R$ 4,80; 25 R$ 3,50; 40 R$ 4,50; 42 R$ 4,90; 62 R$ 2,80; 70 R$ 3,40; 71 R$ 5,25; 72 R$ 3,80; 73 R$ 2,20; 79 R$ 2,00; 92 R$ 7,00; 102 R$ 5,00; 103 R$ 3,10; 106 R$ 5,70; 107 R$ 9,65; perfazendo o valor total do pregão em R$ 233.910,90 (duzentos e trinta e três mil e novecentos e dez reais e noventa centavos), os demais itens foram desertos ou fracassados.

Curvelândia/MT, 01 de junho de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº 067 DE 01 DE JUNHO DE 2020

“Dispõe sobre afastamentos aos profissionais vinculados às Secretarias Municipal de Saúde, e dá outras providências”.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 74, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDOque o DECRETO MUNICIPAL Nº 024 DE 18 DE MARÇO DE 2020, no artigo 6º, IV, tratou do afastamento dos servidores – profissionais da saúde, tendo sido prorrogado pelos os Decretos Municipais posteriores, e ante a exigência de estabelecer a situação.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suspensas as concessões de afastamentos dos servidores públicos - profissionais vinculados às Secretarias Municipal de Saúde.

Parágrafo único – As disposições contidas no *caput* desse artigo, poderão ser revistas em casos excepcionais, desde que justificado pelo servidor e deferido pelo o secretário municipal de saúde, bem como não traga prejuízos à prestação do serviço público.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. E tem validade pelo o período em que perdurar a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 01 de junho de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 022/2020

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: MA A MARQUES - ME

CNPJ: 21.492.486/0001-00

OBJETO: Aquisição de Cesto Aéreo isolado e acoplado e demais acessórios para atender os serviços de manutenção da iluminação pública do Município de Curvelândia - MT.

VALOR: R$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 19/05/2021.

DATA DE ASSINATURA: 20/05/2020.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. FÁBIO JOSÉ GONZAGA, Procurador.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 023/2020

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: TORINO COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 02.416.362/0001-93

OBJETO: Aquisição de 01 (um) Caminhão tipo ¾ para atender a demanda da Secretaria de Obras do Município de Curvelândia - MT.

VALOR: R$ 189.000,00 (Cento e Oitenta e Nove Mil Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 27/05/2021.

DATA DE ASSINATURA: 28/05/2020.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. DOUGLAS ALBERTO LUZ BARROS, Procurador.

GABINETE
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº 068 DE 02 DE JUNHO DE 2020

Altera o **Decreto Municipal Nº 054 de 18 de maio de 2020**- *"Dispõe sobre os critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas às atividades privadas (atividades religiosas de qualquer natureza e clubes sociais e estúdios de atividades físicas privadas e congêneres), para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território do Município de Curvelândia Mato Grosso".*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 74, da Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A.

Art. 1º. Altera o Decreto Municipal Nº 054 de 18 de maio de 2020, no que se refere ao Termo de Responsabilidade do ANEXO II - estúdios de atividades físicas privadas e congêneres.

Art. 2º. Esses estabelecimentos ficam condicionados a nova assinatura do Termo de Compromisso do Anexo II.

Art. 3º. Demais disposições do Decreto Municipal Nº 054 de 18 de maio de 2020 permanecem inalteradas.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. E tem validade por tempo indeterminado, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 02 de junho de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO II -ESTÚDIOS DE ATIVIDADES FÍSICAS PRIVADAS E CONGÊNERES**.**

TERMO RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO

_____
_____

Localizada na Av/Rua _____, nº____, Bairro_____, na Cidade de _____-____, inscrito(a) no CNPJ sob o n° _____, representado(a) pelo(a) Senhor(a) _____, brasileiro(a), portador(a) da carteira de identidade n° _____ e do CPF n° _____, residente e domiciliado(a) no cidade de _____ - ____, telefone _____.

E de outro lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.647/0001-20, com sede na Rua São Bernardo, nº. 523, Centro, Curvelândia/MT, neste ato neste ato representado pelo o Prefeito Municipal que abaixo subscreve.

O estabelecimento acima mencionado declara assumir toda a responsabilidade e compromisso sobre as medidas de prevenção e combate à infecção por coronavírus nas dependências do seu estabelecimento e ou entidade religiosa. E nos termos do Decreto Municipal Nº 054 de 18 de maio de 2020 e **Decreto Municipal Nº 068 de 02 de junho de 2020.**

Compete a Fiscalização da Prefeitura Municipal realizar a fiscalização *in loco* periodicamente.

O referido estabelecimento, assume a toda a responsabilidade no sentido de aplicar todas as medidas de assepsia as pessoas que adentrarem no seu estabelecimento, ficam obrigados a realizar o Plano de Atuação e Prevenção à Disseminação do COVID-19 por cada um dos estabelecimentos desse segmento, bem como informar por escrito a Prefeitura Municipal o horário das atividades a serem realizadas.

Os estúdios de atividades físicas privadas e congêneres poderão retornar o funcionamento a partir do dia 20 de maio de 2020, com observância obrigatória como das seguintes exigências:

I . manter um distanciamento mínimo de 02 (dois) metros entre os equipamentos;

II. os equipamentos devem ser higienizados com álcool gel ou álcool líquido 70º INPM antes e depois do uso de cada cliente;

III. disponibilizar álcool em gel, líquido 70º INPM ou outros produtos para desinfecção das mãos e calçados dos proprietários, colaboradores, treinadores e dos clientes;

IV. ampliar a frequência de limpeza de pisos, corrimãos, superfícies, maçanetas e banheiros, bem como reforçar as medidas de higienização dos ambientes internos e externos do estabelecimento, utilizando-se de água sanitária ou cloro para desinfecção dos ambientes;

V. os locais terão de ficar arejados e com boa ventilação;

VI. os atendimentos devem ser agendados previamente de forma a evitar a aglomeração;

VII. posicionar kits de limpeza em pontos estratégicos das áreas de musculação e peso livre, contendo toalhas de papel e produto específico de higienização para que os clientes, caso queiram ou tenham necessidade, possam usar nos equipamentos de treino, como colchonetes, halteres, máquinas, equipamentos e outros;

VIII. no mesmo local, deve haver orientação para descarte imediato das toalhas de papel;

IX. uso obrigatório de máscaras, mesmo que artesanal, por proprietários, colaboradores, treinadores e clientes, bem como de todos que estiverem no estabelecimento;

X. para atividades coletivas, deverão respeitar o número máximo de 4 (quatro) pessoas/alunos, espaçadas uma das outras de 2 (dois) metros no mínimo, sem qualquer contato físico, e realizadas preferencialmente em local aberto e com maior circulação de ar no estabelecimento;

XI. ampliar a higienização prevista neste artigo aos bebedouros, recomendando aos clientes o uso de garrafas próprias;

XII. não permitir em hipótese alguma o compartilhamento de equipamentos antes de ser devidamente higienizado;

XIII. a obrigatoriedade da abertura de todas as janelas e portas do estabelecimento, contribuindo para renovação do ar, mesmo que possua ambiente refrigerado;

XIV. a obrigatoriedade de construção de Plano de Atuação e Prevenção à Disseminação do COVID-19 por cada um dos estabelecimentos desse segmento.

E por fim, seguindo orientações médicas deve-se ser os seguintes critérios:

I. Duração máxima de uma hora de ocupação para cada turma, com intervalo de uma hora e trinta minutos entre as turmas;

II. Higienização dos aparelhos antes e depois dos exercícios efetuados, por parte dos funcionários da academia;

III. Isolamento de unidades de aparelhos de exercício com capacidade para duas pessoas, garantindo o distanciamento entre os alunos;

IV. Isolamento de aparelhos de linha cardiovascular, como esteiras e elípticos, pois estudos apontam que o indivíduo que faz caminhada ou corrida, se portador assintomático do SARS-CoV-2, pode espalhar o vírus por uma área maior. O isolamento consiste em colocar fitas resistentes e fitas zebradas.

V. Janelas e portas devem permanecer abertas durante a ocupação das turmas, assegurando a ventilação do salão;

VI. Impedir treinos em duplas ou grupos, além de treino revezado no mesmo aparelho por dois ou mais alunos;

VII. Cada aluno levar sua garrafa com água e toalha de rosto, para secagem de transpiração.

VIII. Aparelhos duplos devem ocorrer o isolamento no que consiste em colocar fitas resistentes e fitas zebradas.

IX- ao total de 08 (oito) pessoas como capacidade máxima de alunos em mesmo período.

Estão de acordo, e assumem o compromisso e responsabilidade.

Curvelândia/MT, ____ de _____ de 2020.

Empresa:_____

_____

CNPJ nº:_____ SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Nome do responsável: _____ Prefeito Municipal

CPF nº_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 092/2020

PORTARIA Nº. 092/2020. DENISE-MT, 01 DE JUNHO DE 2020.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSE PARTICULAR DE 02 (DOIS) ANOS, A SERVIDORA PÚBLICA "LATIF ELEN VASCONCELOS PEREIRA", E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

A SENHORA **ELIANE LINS DA SILVA**, PrefeitA Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

R E S O L V E:

Art. 1º - **DETERMINAR,** o **CANCELAMENTO** da PORTARIA N.º 148/2018 de 25/Setembro/2018**,** que concede **LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO**, da servidora pública municipal a Sra. **"LATIF ELEN VASCONCELOS PEREIRA",** POSSE: 01/09/2015**,** matrícula n.º 1145, portadora do RG nº 2288080-1 - SSP/MT e CPF nº 050.187.881-51,lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, exercendo o cargo de **FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, com base nos fundamentos do Parágrafo 1º, do Artigo 76 da Lei n.º 149/94, de 01 de janeiro de 1994, do Estatuto do Servidor Público, desta Municipalidade, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 01 (primeiro) dias do mês de Junho do Ano de 2020.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 093/2020

PORTARIA Nº 093/2020. DENISE/MT, 01 DE JUNHO de 2020.

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS Aos SERVIDORes PÚBLICos MUNICIPAis, conforME PROGRAMAÇÃOE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SENHORA **ELIANE LINS DA SILVA**, PrefeitA Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do Título III, Capítulo III, Art. 65, da ***LEI MUNICIPAL Nº. 149/94,***de 17.03.94, **FÉRIAS**, conforme programação abaixo.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 01/06/2020 A 30/06/2020.			
CÓD.	**FUNCIONÁRIO (A)**	**FUNÇÃO**	**PERÍODO AQUISITIVO**
404	Idelma Gonçalves de Figueiredo	Auxiliar de Laboratório/ Farmácia	02/05/2018 a 2019
749	Raphaela Perim Mendes	Enfermeira	01/02/2018 a 2019

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 01/06/2020 A 30/06/2020.			
CÓD.	**FUNCIONÁRIO (A)**	**FUNÇÃO**	**PERÍODO AQUISITIVO**
349	Ademilson Pereira dos Santos	Vigilante	02/05/2018 a 2019
1159	Thiago André Pereira Gonçalves	Vigilante	03/09/2018 a 2019

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 01/06/2020 A 30/06/2020.			
CÓD.	**FUNCIONÁRIO (A)**	**FUNÇÃO**	**PERÍODO AQUISITIVO**
1152	Jair Alves Batista	Motorista	03/09/2018 a 2019

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 01/06/2020 A 30/06/2020, SENDO 1/3 (UM TERÇO) DAS FÉRIAS CONVERTIDOS EM ABONO PECUNIÁRIO, A PARTIR DE 21/06/2020.			
CÓD.	FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
1178	Laura Cristina Dias da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	03/02/2019 a 2020.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 01/06/2020 A 30/06/2020, SENDO 1/3 (UM TERÇO) DAS FÉRIAS CONVERTIDOS EM ABONO PECUNIÁRIO, A PARTIR DE 01/06/2020.			
CÓD.	FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
158	Viviane Oliveira de Azevedo Gonçalves Cordeiro	Chefe de Divisão	02/03/2019 a 2020

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 01/06/2020 A 30/06/2020, SENDO AS FÉRIAS CONVERTIDOS EM ABONO PECUNIÁRIO.			
CÓD.	FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
1281	Jucelha Oliveira Jacinto	Secretária Municipal de Finanças	05/02/2019 a 2020

Art. 2º - Os encargos decorrentes da aplicação do art. 53 da Lei supracitada serão devidos e pagos aos servidores junto da remuneração do mês corrente

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 01 (primeiro) dias do mês de Junho do ano de 2020.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL DE DENISE

AÇÃO SOCIAL
ATA Nº. 01/2020

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, reuniram-se no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, os membros do Comitê Gestor Municipal do Pró Família em reunião ordinária para tratar sobre a validação dos relatórios finais das quarenta e quatro famílias que serão desligadas do programa devido ao prazo de permanência. Após apresentação dos nomes e relatórios das quarenta e quatro famílias os presentes analisaram que muitas famílias não superaram a situação de vulnerabilidade que as fizeram entrar no programa, tendo vários fatores que contribuíram para isso como: falta de oferta de cursos profissionalizantes os quais seriam ofertados pelo estado, por parte do município foram ofertados oficinas, as quais não atenderam as necessidades de todos os beneficiários porém, visto que há um período máximo de dois anos de permanência no mesmo, faz-se necessário que haja esse desligamento, sendo as seguintes famílias: Aclécia Pereira da Costa, Adão Tavares da Mota, Adriana Borges da Silva, Adriana Ferreira da Costa, Alessandra Balieiro Pinheiro, Aline Menezes de Souza, Cicera Cristina Mariano Laves, Cristiane Nascimento de Oliveira, Edivane Fausto da Silva, Edna Pereira de Souza, Edna Rosa dos Campos Figueiredo, Elaindy do Nascimento Oliveira, Elizangela de Jesus, Erica Eliane Farias, Flaviana Francieli Santos de Souza, Graciela de Souza Santos, Ines Coelho da Silva, Juscilene Aparecida da Silva, Leidian Francisca da Lapa, Loiziane Aparecida dos Santos, Luana Pereira da Silva, Maria Aparecida de Sousa, Maria Aparecida Pereira da Silva, Maria Creuza Prates, Maria José Costa Souza, Maria José Paulino dos Santos, Maria Lucia da luz Sena, Maria Morgane da Conceição da Silva, Maria Roberto da Silva Souza, Maria Sebastiana Silva Fonseca da Silva, Marivania Pereira da Silva, Neci Pereira da Silva, Osmair de Morais Delgado, Paulo Sena Ferreira de Araujo, Renilda Alves da Silva, Rita de Cassia Bernardo Sena, Simone da Silva, Simone Rocha da Silva, Solange Peres Rubio, Sonia Rodrigues da Silva, Tatiane da Silva Gomes, Vania Nogueira, Vera Lucia dos Santos, Wene Suellen Duarte de Arruda. Sem mais nada a tratar eu Viviane Pereira da Silva assino a presente ata que será lida e assinada por mim e os presentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 043/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT

VALOR: **R$** 186.000,00 (CENTO E OITENTA E SEIS MIL REAIS)

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: SILVIA DAYANA MARISCAL CARRIZALES

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 29 DE MAIO DE 2020.

LICITAÇÃO
COVID-19: TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2020

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 024/2020, e autorizo a contratação direta da empresa **CARBON PLANT REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrito no **CNPJ n° 34.149.734/0001-59,** objetivando **AQUISIÇÃO DE PRODUTO A BASE DE ÁCIDO PERACÉTICO E PEROXIDO DE HIDROGÊNIO PARA REALIZAÇÃO DE DESINFECÇÃO NO AMBIENTE E VIAS PUBLICAS NO ENFRENTAMENTO NO COMBATE AO COVID-19,** no valor de **R$ 32.500,00 (Trinta e Dois Mil e Quinhentos reais).** A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso IV do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Diamantino-MT, 02 de Junho de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03.648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020, do tipo “Menor Preço Global”, tendo como objetivo TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA FRANCISCO FERREIRA MENDES NO BAIRRO DA PONTE NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, que se deu no dia 22/05/2020, onde se sagrou vencedora da licitação a empresa WELLOX CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 30.515.116/0001-24, com o valor de R$ 635.779,63 (seiscentos e trinta e cinco mil setecentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 02 de Junho de 2020.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648. 540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2287, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica pelo Prefeito Municipal, Sr. Eduardo Capistrano, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, nº 570, Centro, neste Município, resolve:

Considerando que a Ata de Registro de Preços nº 116/2019, firmado entre este Poder executivo Municipal e a Empresa **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA E CIA LTDA - ME.**

Considerando que o objeto do instrumento acima referido é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.**

Considerando que na clausula quinta reza o seguinte texto:

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO. O fornecimento dos produtos/equipamentos ou serviços será efetuado nos locais indicados pela Secretaria competente após dada Ordem de Fornecimento/serviços ou empenho. Parágrafo Primeiro - O prazo de entrega será de 05 (cinco) dias, após aprovação do orçamento e da emissão da Autorização de Fornecimento/ Ordem de serviço.

Considerando que a entrega dos produtos solicitados através da NAD nº 2363.12.1/2020, encaminhada a vossa empresa e até o momento não foi entregue em sua quantidade total.

Considerando que a entrega dos produtos da NAD citada deveriam ser entregues em até 05 (cinco) dias, após a aprovação do orçamento e da emissão da autorização de fornecimento ou ordem de serviço, portanto já se encontra em atraso a alguns dias, prejudicando desta forma o bom andamento dos trabalhos da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Diamantino/MT.

Considerando que a Ata de Registro de Preços impõe diversas obrigações formais à empresa contratada e ora NOTIFICADA, dentre as quais já destacamos.

Diante disto, fica por meio da presente **NOTIFICADA** a empresa **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA E CIA LTDA - ME** inscrita no CNPJ nº 12.995. 729/0001-24, para que, entregue os produtos solicitados o mais rápido possível, não ultrapassando o prazo de 05 (cinco) dias, e caso não seja atendido dentro deste prazo, poderá o Município de Diamantino, **CANCELAR O REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR** e aplicar as sanções previstas na Ata e no processo licitatório, diante dos fatos apontados na presente **NOTIFICAÇÃO.**

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurado prazo de 05 (cinco) dias, para ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA.

Diamantino-MT, 01 de Junho de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO Nº 006/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO TIPO CALÇAMENTO E GUIAS (MEIO FIO) EM DIVERSAS RUAS NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO DE EXECUÇÃO: 210 (DUZENTOS E DEZ) DIAS.

CONTRATADO: ML SOLUÇÕES EM SANEAMENTO EIRELI - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 26 DE MAIO DE 2020.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 118-2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS.

CONTRATADO: LUCAS VIANA ARRUDA SANTOS ANJOS GEOLOGIA - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE JUNHO DE 2020.

GABINETE
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PAT Nº 0096/2020

Identificação do Sujeito Passivo
Nome: GILMA DUARTE Endereço: Rua Almirante Batista das Neves, s/nº - Centro Cidade: Diamantino CEP 78.400-000 U.F: MT CNPJ/CPF nº 360.822.875-68 Celular: e-mail:

I- SINTESE DO PEDIDO

A contribuinte protocolo requerimento com pedido revisão de lançamento do ISSQN sobre mão de obra construção civil para a contribuinte KENY KARLA RODRIGUES DE FREITAS, CPF nº 044.751.536-54, fundamenta o pedido pela inexistência de fato gerador e ausência da construção.

Eis os fatos de relevância.

II- FUNDAMENTO E DECIDO.

O pedido objetiva o cancelamento de lançamento de ISSQN sob o número 593103/2017, no valor de R$ 729,02, e lançamento nº 593105/2017 no valor de 1.110,27.

Norma geral de ISSQN, esta inserida na Lei Complementar 116/2006, que assim traduz:

Art. 1o O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

Na mesma Lei, determina que o Contribuinte seja o prestador do serviço. A Lei Complementar Municipal 039/2017 que disciplina o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN do Município de Diamantino.

Art. 7º - Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - quando a base de cálculo for o preço do serviço, o momento da prestação;

Art. 10 - A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é o preço do serviço

Art. 25 - Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

§ 1º - Considera-se prestador do serviço o profissional autônomo ou a empresa que exerce, em caráter permanente ou eventual, quaisquer das atividades referidas na lista de serviços.

Art. 26 - São solidariamente responsáveis com o prestador do serviço:

I - o proprietário do estabelecimento ou veículo de aluguel a frete ou de transporte coletivo no território do Município;

II - o proprietário da obra;

Vejamos que Lei ao definir o fato gerador sempre o tem como o preço do serviços, ainda o contribuinte é definido em Lei complementar.

No caso em concreto, temos que o requerente comprova que a contribuinte KENIA KARLA RODRIGUES DE FREITAS, bem como pó laudo de constatação elaborado pelo Fiscal de Tributos, e laudo técnico nº 015/2019 que no protocolo nº 2302/2017, o projeto de construção não foi aprovado, desta forma inexiste o alvará de construção, bem como inexiste fato gerador do ISSQN.

Antes ao exposto, DEFIRO o pedido o cancelamento do cancelamento de lançamento de ISSQN sob o número 593103/2017, no valor de R$ 729,02, e lançamento nº 593105/2017 no valor de 1.110,27 referente a taxa de alvará de construção.

Solicito a Procuradoria Jurídica, a extinção da execução fiscal, em nome de KENIA KARLA RODRIGUES DE FREITAS.

Dê ciência ao contribuinte e publica-se na forma da Lei.

AUTORIDADE JULGADORA DE 1ª INSTANCIA ADMINISTRATIVA	
Nome JOSE CLAUDINEI ESPINOLA	Cargo SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Data 02.06.2020	Assinatura

Ciência do Sujeito Passivo
Declara-me ciente desta decisão administrativa, do qual recebi uma via. Nome: CPF Data: Assinatura

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 036/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT

VALOR: **R$** 186.000,00 (CENTO E OITENTA E SEIS MIL REAIS)

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: MARQUES DE PAULA E GOMES COSTA LTDA-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 29 DE MAIO DE 2020.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 041/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT

VALOR: **R$** 186.000,00 (CENTO E OITENTA E SEIS MIL REAIS)

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: IDENAY VALDES MOLINA ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 29 DE MAIO DE 2020.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 035/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT

VALOR: **R$** 186.000,00 (CENTO E OITENTA E SEIS MIL REAIS)

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: OLIVEIRA MENDONÇA & CIA LTDA-EPP

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 29 DE MAIO DE 2020.

GABINETE
DECISÃO ADMINISTRATIVA – PAT Nº 0114/2020

Identificação do Sujeito Passivo
Nome: GILBERTO CARDOSO DOS SANTOS Endereço: Rua Almirante Batista das Neves, s/n- Centro Cidade: Diamantino CEP 78.400-000 U.F: MT CNPJ/CPF nº 805.996.484-49 Celular: 65.99965.4747 e-mail:

I- RELATORIO

O contribuinte acima identificado, nos termos da legislação requer revisão de lançamento de ISSQN e IPTU, nos termos do art. 149 do CTN, com fundamento de ausência de fato geradores do ISSQN e IPTU.

Estes são os fatos de maior relevância.

II – FUNDAMENTO E DECIDO.

A constituição federal no Art. 156 concedeu competência os municípios, para instituição do ISSQN; e IPTU.

Pela Lei Complementar 039/2017 e 040/2017, que regulamenta o ISSQN e IPTU.

Estes tributos, no caso o ISSQN o fator gerador é prestação de serviços, quanto ao IPTU tem sobre a posse, propriedade ou ocupação de terreno urbano.

Temos então que o fato gerador é uma situação definida em Lei, que ocorrendo esta situação de fato, nasce para o contribuinte a obrigação tributário.

É o artigo 116 do CTN que define que, salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

a) tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

b) tratando-se da situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

Visto isso, o contribuinte comprova a quitação do ISSQN via conciliação/mediação em Juízo em data de 29.05.2014l, quanto ao lançamento do IPTU em relação aos lotes sob código 758120 e 759119, ambos com 300 m2, foram adquirido em 03.12.2016 da Vaz Solar Diamantino empreendimentos SPE Ltda.

Ocorre que em data de 25 de abril de 2018, as partes envolvidas no ato negocial de compra e venda, resolveram rescindir o contrato de compra e venda, que de fato o fizeram nos termos instrumento particular de rescisão de proposta de compra e venda.

Consta no extrato de débitos em aberto, IPTU não quitado dos anos de 2018, 2019 e 2020.

Assim sendo, em obediência a legalidade quanto ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador ter o contribuinte, em 1º de janeiro de cada ano, a propriedade, a posse e o domínio útil de imóveis, edificados ou não, localizados na zona urbana do Município.

Logo, pelo documento expresso de manifestação da vontade das partes em data de 25.04.2018, assiste parcialmente razão ao requerente.

Pelos fundamentos acima exposto, assiste razão ao contribuinte, pela qual o pedido de cancelamento dos lançamentos é procedente parcialmente, **DEFIRO** o pedido e determino cancelamento dos lançamentos do IPTU de 2019 a 2020, com transferência de contribuinte e débitos do CPF 805.996. 484-49 para o CNPJ 25.091.685/0001-50.

Finalizar o procedimento somente após a quitação do IPTU de 2018.

Encaminho cópia deste PAT a Procuradoria Jurídica Municipal, solicitando a extinção da execução fiscal em relação aos débitos ora cancelados.

Dê ciência ao contribuinte e publica-se na forma da Lei.

AUTORIDADE JULGADORA DE 1ª INSTANCIA ADMINISTRATIVA	
Nome JOSE CLAUDINEI ESPINOLA	Cargo SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Data 02.06.2020	Assinatura

Ciência do Sujeito Passivo
Declara-me ciente desta decisão administrativa, do qual recebi uma via. Nome: CPF Data: Assinatura

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 046-2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA ATENDER A PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT

VALOR TOTAL: R$ 16.875,00 (DEZESSEIS MIL OITOCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 31/12/2020.

CONTRATADO: MRV1 MOVEIS E MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 26 DE MAIO DE 2020.

LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 044-2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALAR (ÁLCOOL 70% EM GEL E ETÍLICO) PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT

VALOR TOTAL: R$ 4.960,50 (QUATRO MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

PRAZO DO CONTRATO: 60 (SESSENTA) DIAS

CONTRATADO: E. ABRAAO BERGO COMERCIO DE MEDICAMENTOS

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 22 DE MAIO DE 2020.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 039/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT

VALOR: R$ 186.000,00 (CENTO E OITENTA E SEIS MIL REAIS)

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: EDNALDO FRANCA DE OLIVEIRA-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 29 DE MAIO DE 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 011/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 011/2020

Órgão: Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças e Planejamento, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social e Habitação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo e Departamento de Água e Esgoto

Identificação: Pregão Presencial nº 011/2020

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis, de forma parcelada,conforme condições e especificações, constante no edita**l e seus anexos.**

Data: 17/06/2020

Horário: credenciamento às 08h00min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

Local: Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), no Departamento de Licitações, através de meios digitais (pen drive, e-mail etc). Quaisquer informações pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 02 junho de 2020.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 121/2020 DE 27 DE MAIO DE 2020.

PORTARIA Nº 121/2020 DE 27 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A MARINEIDE APARECIDA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Fisioterapeuta, no período aquisitivo de **17/02/2019 a 17/02/2020.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **MARINEIDE APARECIDA DA SILVA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **01/06/2020 a 30/06/2020.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 27 de maio de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2020

Órgão: Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo

Identificação: Pregão Presencial nº 012/2020

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de ADUELAS/GALERIAS DE CONCRETO ARMADO E TUBOS DE CONCRETO ARMADO (MANILHAS)**,** de forma parcelada,para atender a demanda da Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

Data: 18/06/2020

Horário: credenciamento às 08h00min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

Local: Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), no Departamento de Licitações, através de meios digitais (pen drive, e-mail etc). Quaisquer informações pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 02 junho de 2020.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 119/2020 DE 26 DE MAIO DE 2020. DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A IRACI DE OLIVEIRA SOARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE D

PORTARIA Nº 119/2020 DE 26 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A IRACI DE OLIVEIRA SOARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **23/03/2019 a 23/03/2020.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **IRACI DE OLIVEIRA SOARES.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **26/05/2020 a 24/06/2020.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 26 de maio de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A IRACI DE OLIVEIRA SOARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **23/03/2019 a 23/03/2020.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **IRACI DE OLIVEIRA SOARES.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **26/05/2020 a 24/06/2020.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 26 de maio de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
DECRETO N.º 043/2020 DE 28 DE MAIO DE 2020.

DECRETO N.º 043/2020 DE 28 DE MAIO DE 2020.

EXONERA DO CARGO DE GERENTE DE REGULAÇÃO A SENHORITA KEDMA LIS TEIXEIRA DO CARMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

D E C R E T A:

artigo 1º - Fica exonerada do cargo de **Gerente de Regulação** a Senhorita **KEDMA LIS TEIXEIRA DO CARMO.**

artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 28 de maio de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
DECRETO Nº 044/2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DECRETO Nº 044/2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA A SENHORITA KEDMA LIS TEIXEIRA DO CARMO PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.603/2019 de 22 de maio de 2019:

D E C R E T A:

artigo 1º - Nomear para exercer o Cargo de **Gerente de Cultura** a Senhorita **KEDMA LIS TEIXEIRA DO CARMO**.

artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

artigo 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de junho de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 118/2020 DE 21 DE MAIO DE 2020.

PORTARIA Nº 118/2020 DE 21 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A MARIA APARECIDA RODRIGUES MENDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **01/03/2019 a 01/03/2020.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **MARIA APARECIDA RODRIGUES MENDES.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **25/05/2020 a 23/06/2020.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 21 de maio de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 122/2020 DE 27 DE MAIO DE 2020.

PORTARIA Nº 122/2020 DE 27 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A CLARICE GOMES OLIVEIRA COELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Obras, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **19/08/2018 a 19/08/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **CLARICE GOMES OLIVEIRA COELHO.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **01/06/2020 a 30/06/2020.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 27 de maio de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 120/2020 DE 27 DE MAIO DE 2020

PORTARIA Nº 120/2020 DE 27 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A GILENO ALVARES DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Técnico Operacional, no período aquisitivo de **04/04/2019 a 04/04/2020.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **GILENO ALVARES DOS SANTOS.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **28/05/2020 a 26/06/2020.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 27 de maio de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

LEI Nº. 952, DE 02 DE JUNHO DE 2020

LEI Nº. 952, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

(Projeto de Lei nº 025 de 27 de Maio de 2020, de Autoria do Executivo)

SANCIONADO E PUBLICADO EM 02/06/2020

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 01/06/2020, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito especial no orçamento vigente de até R$ 286.500,00 (duzentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais), criando a dotação mencionada abaixo:

09 SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS

002 SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS E UNIDADES

26.782.0016.10060 AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS.

4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

0.1.24.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)

SUBTOTAL 286.500,00

TOTAL 286.500,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes de Previsão de Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso 0.1.24.000000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL), conforme preceitua o artigo 43, II da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º - Fica o poder executivo autorizado a realizar as atualizações nos anexos do PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) vigentes, sejam por inclusão ou alteração de Programas e Ações.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 02 de junho de 2020.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 305/2020

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NÍVEL A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Parecer Jurídico n° 34/2020, emitido em 01 de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **JOCIMAR BOTINI**,brasileiro (a), nascido (a) em 02/06/1982, portador (a) do RG 001252539 SSP/ MS e do CPF: 009.265.341-30 Servidor (a) Público (a) EFETIVO no cargo de **VIGILANTE** lotado (a) na SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS a **Elevação de Nível** para enquadramento no nível 03.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos para o dia 01/06/2020.

Gaúcha do Norte-MT, 02 de junho de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 306/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a servidor (a) **SIMONE SICHELERO**,brasileiro (a), nascido (a) em 27/08/1983, portador (a) do RG 6076561271 SJTC/RS e do CPF: 010.852.751-40 Servidor (a) Público (a) EFETIVO no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE gozo de 2 (dois) dias de licença prêmio no período de 04/06/2020 a 05/06/2020, com data prevista para retorno em 08/06/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 02 de junho de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

CONTRATO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA N. º 001/2020

CONTRATO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA N. º 001/2020 "Contato que entre si celebram o Município de Gaúcha do Norte/MT. e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia - CISMA, para fins que se especifica." O Município de Gaúcha do Norte Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, inscrito no C.N.P. J / MF sob o nº 01.614.539/0001-01 com sede administrativa a Rua Pará esquina com a Rua Brasília, 229 Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Voney Rodrigues Goulart, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador do CPF nº 402.603.301-59 e RG nº 2477543 SSP/GO, residente e domiciliado sito a Rua Mato Grosso, S/N QD: 130 – LT: 6 Centro, nesta cidade de Gaúcha do Norte, neste ato denominado de convenente, e de outro lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde de Médio Araguaia – CISMA entidade pública, inscrita no CGC sob nº 02.427.361/0001-44, com sede administrativa na Rua 16 nº 150 – centro II ,cidade de Água Boa- MT, representado pelo seu Presidente, Sr. Mauro Rosa da Silva, brasileiro, casado, pecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 201.964 - SSP/GO e inscrito no CPF sob nº 333.126.801-15, residente e domiciliado na Rua 14 nº 458, Centro II, na cidade de Água Boa - MT, designado neste ato como sendo Conveniado, resolvem celebrar o presente Termo de convênio de Cooperação Técnica e Financeira sob a égide da lei municipal nº 203 de 27 de outubro de 1997, e no que couber, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, Lei nº

11.107, de 06 de abril de 2005, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas: Clausula Primeira Do Objeto: O presente convênio tem por objetivo o repasse financeiro pelo município, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia - CISMA, para organização e operacionalização do CISMA na manutenção e prestação de serviços considerados como essências de saúde nos atendimentos ambulatorial, hospitalar e de serviços de apoio diagnóstico e terapêuticos de natureza especializados as populações do conjunto de municípios que compõem o Consórcio. Clausula Segunda Dos Recursos: O valor do presente convênio é de R$ 239.400,00 (duzentos e trinta e nove mil e quatrocentos reais), e serão repassados ao conveniado, obedecido o seguinte cronograma de desembolso: I – Doze parcelas iguais de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais). Referente a repasse do Município. 1ª parcela de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 31/01/2020. 2ª parcela de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 20/02/2020. 2 3ª parcela de R$ 19. 950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 20/03/2020. 4ª parcela de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 20/04/2020. 5ª parcela de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 20/05/ 2020. 6ª parcela de 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 20/06/2020. 7ª parcela de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 20/07/2020. 8ª parcela de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 20/08/2020. 9ª parcela de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 20/09/2020. 10ª parcela de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 20/10/2020. 11ª parcela de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 20/11/2020. 12ª parcela de R$ 19.950,00 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) com vencimento dia 20/12/2020. II – Caso o Município venha exceder em seus atendimentos, o valor Fixo Mensal, o mesmo repassará ao Consorcio Intermunicipal de Saúde, a diferença, após apresentação das planilhas de atendimentos e valores, respectivamente. III – O Consorcio Intermunicipal de Saúde, deverá apresentar a planilha ate o dia 15 do mês subsequente, com todos os dados pertinentes ao Município. IV – Será feito o rateio de todas as despesas excedentes do exercício. V – Haverá reuniões trimestrais para revisão dos repasses fixos dos municípios apresentados através de planilhas pelo Consórcio, avaliados e aprovados pelos Membros do Conselho Diretor. Clausula Terceira Da Dotação Orçamentária: Os recursos necessários a execução do presente convênio correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 07 - Secretaria Municipal de Saúde 07.02.00 – Fundo Municipal de Saúde 10.301.075.2.03000 – Manutenção com Fundo Municipal de Saúde 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Clausula Quarta Dos Repasses: 3 Os repasses dos recursos provenientes da fonte citada na clausula segunda, serão efetuados pelo tesouro municipal diretamente ao conveniado, nos termos do que consta o item 3.2, inciso II., obedecido o que estatui o inciso VI do convênio nº 003/ 2014, assinado entre os municípios envolvidos e a Secretaria de Estado da Saúde. Sub-Clausula Primeira: Fica estabelecido que os repasses serão efetuados pela rede bancaria diretamente para a conta corrente nº 16. 192-6 Agencia nº 1317-X no Banco do Brasil em nome do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia, com o vencimento das parcelas conforme cronograma de desembolso. Parágrafo Único: Fica estabelecido que os valores dos repasses só poderão sofrer reajustes conforme estatísticas levantadas mensalmente dos serviços prestados a este Município, caso, esta venha exceder o valor base deste contrato. Clausula Quinta Do Fundamento Legal: Vincula-se o presente convênio as disposições contidas na Legislação Federal competente que regem os contratos administrativos em especial a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 383/99, de 06 de abril de 1999 e Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005. Clausula Sexta Das Obrigações Contratuais: I - Do Município: a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio; b) Efetuar os repasses dos recursos para o conveniado, nos prazos estipulados na clausula Quarta, sob pena do presente instrumento ser levado a protesto. c) Aprovar a representação de contas apresentadas no final de cada exercício financeiro; d) Adotar e garantir as medidas necessárias a efetiva execução deste convênio; e) Fornecer autorização para a secretaria de estado de saúde repassar os recursos para o Consórcio, de conformidade como estabelecida clausula quarta deste instrumento, cujos valores serão debitados da conta mensal do SAI/SUS a que o convênio seja titular. f) Repassar ao CISMA os valores referente ao PAICI (PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE). II - Do Conveniado: 4 a) Abrir conta corrente bancária especial, denominada de contracorrente convênio Município/CISMA, cuja movimentação serra obrigatório com emissão de cheques nominais; b) Aplicar os recursos recebidos do município dentro do prazo estabelecido neste convênio; c) Suspensão do atendimento caso ocorra inadimplência do repasse por 30 dias. d) Observar as normas e condições da legislação trabalhista vigente, bem como os encargos sociais decorrentes como contratação do pessoal; e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas que decorrerem com a contratação do pessoal; f) Devolver ao tesouro municipal os saldos bancários não utilizados no final de cada exercício; g) Prestar contas ao município através de balancete financeiro (elaborado de conformidade com Lei 4.320 e suas disposições), o qual deverá ser aprovado em ata pelo conselho diretor e avaliados pelo conselho fiscal em reunião juntamente com os demais municípios consorciados. h) Encaminhar a Tribunal de Contas do Estado mensalmente os balancetes financeiros, deixando uma cópia para futuras apreciações dos municípios consorciados. Clausula Sétima Da Sustação Dos Repasses: I - O Município poderá sustar os repasses nos seguintes casos: a) Por inadimplência da conveniado em qualquer das cláusulas deste convênio. b) Não comprovação dos gastos e/ou da não prestação de contas dos recursos recebidos; c) Razões de interesse público. Clausula Oitava Do Prazo: O prazo de validade do presente convênio é de 12 (doze) meses, encerrando em 31/12/2020. Clausula Nona Das Duvidas e dos Casos Omissos: As duvidas e os casos omissos que se originarem durante a execução do presente convênio, serão dirimidos pelas partes significativas podendo constituir termo aditivo a este convênio. Clausula Décima Da Rescisão Contratual: No caso de o conveniado não cumprir com as obrigações assumidas no presente convênio, serão considerada inadimplente e implicara na suspensão imediata deste, ficando o município desobrigado de qualquer compromisso assumido pelo mesmo, sendo 5 providenciado imediato bloqueio dos recursos, conseqüente anulação deste, e impedimento para assinatura de qualquer outro convênio com recursos do município até integral cumprimento das obrigações aqui pactuadas. Clausula Décima Primeira Da Reversão: No caso de rescisão ou denuncia do presente convênio, depois de liquidados os débitos provenientes de encargos assumidos, o saldo em dinheiro será revertido ao município. Clausula Décima Segunda Do Foro: Fica eleito o foro da comarca de Água Boa - MT, para dirimir as dúvidas oriundas do presente convênio, que não forem solucionadas amigável e administravelmente, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e acordados assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e valor e para todos os efeitos legais. Gaúcha do Norte - MT, 02 de janeiro de 2020. Voney Rodrigues Goulart Mauro Rosa da Silva Prefeito Presidente do CISMA Testemunhas: Nome: Nome: RG nº RG nº CPF nº CPF nº Assinatura: Assinatura:

ERRATA DA PORTARIA MUNICIPAL N° 300/2020

Onde se lê:

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) MARIA HELENA FERREIRA COELHO, brasileiro (a) nascido (a) em 18/05/1980, portador (a) do RG 13249150 SSP/MT e do CPF: 950.332.621-49 Servidor (a) CONTRATADO no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,lotado (a) navSECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO, FÉRIAS referente ao período aquisitivo 2019/2020, onde serão gozados 15 (quinze) dias no intervalo de 05/06/2020 a 19/06/2020, com data prevista para retorno em 22/06/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 29 de maio 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

Leia-se :

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **MARIA HELENA FERREIRA COELHO,** brasileiro (a) nascido (a) em 18/05/1980, portador (a) do RG 13249150 SSP/MT e do CPF: 950.332.621-49 Servidor (a) CONTRATADO no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,lotado (a) naSECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo 2019/2020, onde serão gozados 15 (quinze) dias no intervalo de 08/06/2020 a 22/06/2020, com data prevista para retorno em 23/06/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 29 de maio 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

LEI Nº. 953, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI Nº. 953, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

(Projeto de Lei nº 026 de 27 de maio de 2020, de Autoria do Executivo)

SANCIONADO E PUBLICADO EM 02/06/2020

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 01/06/2020, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito especial no orçamento vigente de até R$ 124.037,39 (cento e vinte e quatro mil, trinta e sete reais e trinta e nove centavos), criando a dotação mencionada abaixo:

ÓRGÃO	**12**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
UNIDADE	7	DEPARTAMENTO DE CULTURA
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUTENÇÃO ENCARGO COM DEPT DE CULTURA
ELEMENTO DE DESPESA	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
FONTE DE RECURSO	0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS
VALOR		36.815,34

ÓRGÃO	**12**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
UNIDADE	7	DEPARTAMENTO DE CULTURA
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUTENÇÃO ENCARGO COM DEPT DE CULTURA
ELEMENTO DE DESPESA	3.1.91.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
FONTE DE RECURSO	0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS
VALOR		3.265,38

ÓRGÃO	**12**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
UNIDADE	7	DEPARTAMENTO DE CULTURA
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUTENÇÃO ENCARGO COM A BIBLIOTECA
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO	0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS
VALOR		10.000,00

ÓRGÃO	**12**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
UNIDADE	2	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUT. E ENCARGOS COM DEP. DE ESPORTE E LAZER
ELEMENTO DE DESPESA	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
FONTE DE RECURSO	0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS
VALOR		63.856,34

ÓRGÃO	**12**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
UNIDADE	2	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUT. E ENCARGOS COM DEP. DE ESPORTE E LAZER
ELEMENTO DE DESPESA	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
FONTE DE RECURSO	0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS
VALOR		4.000,00

ÓRGÃO	**12**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
UNIDADE	2	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUT. E ENCARGOS COM DEP. DE ESPORTE E LAZER
ELEMENTO DE DESPESA	3.1.91.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
FONTE DE RECURSO	0.1.00.000000	RECURSOS ORDINÁRIOS
VALOR		6.100,33
VALOR TOTAL		**124.037,39**

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes anulações, conforme preceitua o artigo 43, III da Lei Federal nº 4.320/1964.

ÓRGÃO	**12**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
UNIDADE	7	DEPARTAMENTO DE CULTURA
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUTENÇÃO ENCARGO COM DEPT DE CULTURA
ELEMENTO DE DESPESA	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
FONTE DE RECURSO	0.1.01.000000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO
VALOR		36.815,34

ÓRGÃO	**12**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
UNIDADE	7	DEPARTAMENTO DE CULTURA
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUTENÇÃO ENCARGO COM DEPT DE CULTURA
ELEMENTO DE DESPESA	3.1.91.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
FONTE DE RECURSO	0.1.01.000000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO
VALOR		3.265,38

ÓRGÃO	12	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE	7	DEPARTAMENTO DE CULTURA
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUTENÇÃO ENCARGO COM A BIBLIOTECA
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO	0.1.01.000000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO
VALOR		10.000,00

ÓRGÃO	12	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE	2	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUT. E ENCARGOS COM DEP. DE ESPORTE E LAZER
ELEMENTO DE DESPESA	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL
FONTE DE RECURSO	0.1.01.000000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO
VALOR		63.856,34

ÓRGÃO	12	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE	2	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUT. E ENCARGOS COM DEP. DE ESPORTE E LAZER
ELEMENTO DE DESPESA	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
FONTE DE RECURSO	0.1.01.000000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO
VALOR		4.000,00

ÓRGÃO	12	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE	2	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	13.392.004.820.073	MANUT. E ENCARGOS COM DEP. DE ESPORTE E LAZER
ELEMENTO DE DESPESA	3.1.91.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
FONTE DE RECURSO	0.1.01.000000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO
VALOR		6.100,33
VALOR TOTAL		**124.037,39**

Art. 3º - Fica o poder executivo autorizado a realizar as atualizações nos anexos do PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) vigentes, sejam por inclusão ou alteração de Programas e Ações.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 02 de junho de 2020.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 069/2020

Contrato nº. 289/2019

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: Edilan Mendonça Quirino

CPF: 061.108.751-04

Objeto: Contratado (a) no cargo de Gari

Legalidade: 863/2018

Vigência: 31/12/2019 a 20/12/2020

Valor Mensal: R$ 1.492,76

Data da rescisão: 01/06/2020

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

RREO 2º BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.966.700,00	17.966.700,00	2.864.258,29	15,94	5.355.225,18	29,81	12.611.474,82
RECEITAS CORRENTES	17.439.500,00	17.439.500,00	2.864.258,29	16,42	5.355.225,18	30,71	12.084.274,82
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.551.700,00	1.551.700,00	103.107,20	6,64	256.455,69	16,53	1.295.244,31
Impostos	1.223.200,00	1.223.200,00	90.394,52	7,39	234.803,29	19,20	988.396,71
Taxas	328.500,00	328.500,00	12.712,68	3,87	21.652,40	6,59	306.847,60
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	601.400,00	601.400,00	4.997,04	0,83	17.831,36	2,96	583.568,64
Contribuições Sociais	517.000,00	517.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	517.000,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	84.400,00	84.400,00	4.997,04	5,92	17.831,36	21,13	66.568,64
RECEITA PATRIMONIAL	55.700,00	55.700,00	1.914,32	3,44	5.456,32	9,80	50.243,68
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	55.700,00	55.700,00	1.914,32	3,44	5.456,32	9,80	50.243,68
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	191.200,00	191.200,00	28.229,49	14,76	63.044,69	32,97	128.155,31
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.200,00	11.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.200,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	180.000,00	180.000,00	28.229,49	15,68	63.044,69	35,02	116.955,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.036.400,00	15.036.400,00	2.707.245,50	18,00	4.993.672,38	33,21	10.042.727,62
Transferências da União e de suas Entidades	8.660.300,00	8.660.300,00	1.430.340,13	16,52	2.795.207,02	32,28	5.865.092,98
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.936.600,00	4.936.600,00	1.054.963,97	21,37	1.755.137,11	35,55	3.181.462,89
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.437.500,00	1.437.500,00	221.941,40	15,44	443.161,92	30,83	994.338,08
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	166,33	8,32	1.833,67
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.100,00	3.100,00	18.764,74	605,31	18.764,74	605,31	-15.664,74
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	597,94	0,00	597,94	0,00	-597,94
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.000,00	3.000,00	18.166,80	605,56	18.166,80	605,56	-15.166,80
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
RECEITAS DE CAPITAL	527.200,00	527.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	527.200,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	527.200,00	527.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	527.200,00
Transferências da União e de suas Entidades	527.200,00	527.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	527.200,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	779.500,00	779.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779.500,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.746.200,00	18.746.200,00	2.864.258,29	15,28	5.355.225,18	28,57	13.390.974,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	18.746.200,00	18.746.200,00	2.864.258,29	15,28	5.355.225,18	28,57	13.390.974,82
DÉFICIT (VI)					137.867,63		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	18.746.200,00	18.746.200,00	2.864.258,29	15,28	5.493.092,81	29,30	13.390.974,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	543.782,82			543.782,82		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		543.782,82			543.782,82		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A ABR (f)		BIMESTRE	JAN A ABR (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.958.600,00	18.396.481,27	2.505.709,45	7.095.231,85	11.301.249,42	2.631.233,50	5.129.511,83	13.266.969,44	4.461.174,60	0,00
DESPESAS CORRENTES	16.028.100,00	16.493.084,76	2.325.009,76	6.601.944,25	9.891.140,51	2.617.490,09	5.080.143,60	11.412.941,16	4.416.711,37	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.296.350,00	8.162.670,00	1.259.324,20	2.618.423,17	5.544.246,83	1.266.344,64	2.583.718,57	5.578.951,43	2.435.202,88	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.731.750,00	8.330.414,76	1.065.685,56	3.983.521,08	4.346.893,68	1.351.145,45	2.496.425,03	5.833.989,73	1.981.508,49	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.210.500,00	1.233.341,96	180.699,69	493.287,60	740.054,36	13.743,41	49.368,23	1.183.973,73	44.463,23	0,00
INVESTIMENTOS	1.184.500,00	1.206.341,96	180.699,69	466.287,60	740.054,36	9.275,14	40.458,55	1.165.883,41	35.553,55	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	26.000,00	27.000,00	0,00	27.000,00	0,00	4.468,27	8.909,68	18.090,32	8.909,68	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	720.000,00	670.054,55			670.054,55			670.054,55		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	787.600,00	923.501,55	126.568,26	363.580,98	559.920,57	126.568,26	363.580,98	559.920,57	288.330,60	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.746.200,00	19.319.982,82	2.632.277,71	7.458.812,83	11.861.169,99	2.757.801,76	5.493.092,81	13.826.890,01	4.749.505,20	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	18.746.200,00	19.319.982,82	2.632.277,71	7.458.812,83	11.861.169,99	2.757.801,76	5.493.092,81	13.826.890,01	4.749.505,20	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	18.746.200,00	19.319.982,82	2.632.277,71	7.458.812,83		2.757.801,76	5.493.092,81		4.749.505,20	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	779.500,00	779.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779.500,00
RECEITAS CORRENTES	779.500,00	779.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779.500,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	779.500,00	779.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779.500,00
Contribuições Sociais	779.500,00	779.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779.500,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A ABR		BIMESTRE	JAN A ABR			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	787.600,00	923.501,55	126.568,26	363.580,98	559.920,57	126.568,26	363.580,98	559.920,57	288.330,60	0,00
DESPESAS CORRENTES	787.600,00	923.501,55	126.568,26	363.580,98	559.920,57	126.568,26	363.580,98	559.920,57	288.330,60	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	787.600,00	923.501,55	126.568,26	363.580,98	559.920,57	126.568,26	363.580,98	559.920,57	288.330,60	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.958.600,00	18.396.481,27	2.505.709,45	7.095.231,85	95,13	11.301.249,42	2.631.233,50	5.129.511,83	93,38	13.266.969,44	0,00
Legislativa	790.000,00	790.000,00	43.751,54	220.152,84	2,95	569.847,16	53.587,61	156.099,43	2,84	633.900,57	0,00
Ação Legislativa	776.000,00	776.000,00	43.751,54	220.152,84	2,95	555.847,16	53.587,61	156.099,43	2,84	619.900,57	0,00
Tecnologia da Informação	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00
Comunicação Social	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00
Administração	4.182.600,00	4.363.371,00	682.560,91	1.992.775,31	26,72	2.370.595,69	701.097,11	1.460.011,94	26,58	2.903.359,06	0,00
Administração Geral	4.152.600,00	4.330.939,00	680.678,91	1.962.377,31	26,31	2.368.561,69	692.930,11	1.448.393,94	26,37	2.882.545,06	0,00
Formação de Recursos Humanos	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Comunicação Social	20.000,00	30.432,00	1.882,00	30.398,00	0,41	34,00	8.167,00	11.618,00	0,21	18.814,00	0,00
Assistência Social	1.258.000,00	1.316.832,02	224.319,14	493.309,40	6,61	823.522,62	244.473,49	438.912,37	7,99	877.919,65	0,00
Assistência Comunitária	1.258.000,00	1.316.832,02	224.319,14	493.309,40	6,61	823.522,62	244.473,49	438.912,37	7,99	877.919,65	0,00
Previdência Social	673.000,00	673.000,00	0,00	0,00	0,00	673.000,00	0,00	0,00	0,00	673.000,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	673.000,00	673.000,00	0,00	0,00	0,00	673.000,00	0,00	0,00	0,00	673.000,00	0,00
Saúde	3.617.000,00	3.733.062,23	647.592,86	1.614.304,68	21,64	2.118.757,55	679.484,77	1.279.621,09	23,30	2.453.441,14	0,00
Administração Geral	130.000,00	132.542,65	13.387,15	37.138,64	0,50	95.404,01	16.306,12	32.595,48	0,59	99.947,17	0,00
Atenção Básica	2.878.000,00	2.948.850,88	511.853,51	1.273.181,71	17,07	1.675.669,17	556.669,49	1.067.773,59	19,44	1.881.077,29	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	378.000,00	422.386,50	76.817,03	232.659,13	3,12	189.727,37	59.330,95	107.927,02	1,96	314.459,48	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	149.000,00	166.232,20	32.206,32	49.105,05	0,66	117.127,15	33.849,36	49.104,85	0,89	117.127,35	0,00
Vigilância Sanitária	14.000,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	68.000,00	55.550,00	13.328,85	22.220,15	0,30	33.329,85	13.328,85	22.220,15	0,40	33.329,85	0,00
Trabalho	180.500,00	180.500,00	0,00	160.500,00	2,15	20.000,00	23.290,09	59.039,04	1,07	121.460,96	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	180.500,00	180.500,00	0,00	160.500,00	2,15	20.000,00	23.290,09	59.039,04	1,07	121.460,96	0,00
Educação	3.222.500,00	3.258.399,09	428.875,24	1.101.216,07	14,76	2.157.183,02	482.086,60	964.477,17	17,56	2.293.921,92	0,00
Ensino Fundamental	2.546.500,00	2.586.334,09	308.792,48	825.617,22	11,07	1.760.716,87	353.243,73	707.676,94	12,88	1.878.657,15	0,00
Ensino Médio	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Educação Infantil	651.000,00	657.065,00	120.082,76	275.598,85	3,69	381.466,15	128.842,87	256.800,23	4,67	400.264,77	0,00
Educação Especial	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Cultura	348.000,00	342.950,00	211,48	4.911,48	0,07	338.038,52	211,48	4.911,48	0,09	338.038,52	0,00
Difusão Cultural	348.000,00	342.950,00	211,48	4.911,48	0,07	338.038,52	211,48	4.911,48	0,09	338.038,52	0,00
Urbanismo	304.000,00	607.234,92	225.761,18	482.119,73	6,46	125.115,19	111.895,90	124.875,90	2,27	482.359,02	0,00
Infra-Estrutura Urbana	304.000,00	607.234,92	225.761,18	482.119,73	6,46	125.115,19	111.895,90	124.875,90	2,27	482.359,02	0,00
Habitação	50.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
Habitação Urbana	50.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
Saneamento	626.000,00	372.200,00	21.142,71	216.666,26	2,90	155.533,74	57.081,90	122.068,90	2,22	250.131,10	0,00
Saneamento Básico Urbano	626.000,00	372.200,00	21.142,71	216.666,26	2,90	155.533,74	57.081,90	122.068,90	2,22	250.131,10	0,00
Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Agricultura	406.000,00	377.000,00	52.448,61	228.814,71	3,07	148.185,29	72.933,40	150.164,50	2,73	226.835,50	0,00
Administração Geral	276.000,00	269.000,00	52.448,61	120.814,71	1,62	148.185,29	54.933,40	114.164,50	2,08	154.835,50	0,00
Promoção da Produção Animal	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	120.000,00	108.000,00	0,00	108.000,00	1,45	0,00	18.000,00	36.000,00	0,66	72.000,00	0,00
Comércio e Serviços	29.000,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00
Administração Geral	29.000,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00
Energia	95.000,00	108.795,51	10.688,70	52.202,02	0,70	56.593,49	14.274,53	33.548,10	0,61	75.247,41	0,00
Energia Elétrica	95.000,00	108.795,51	10.688,70	52.202,02	0,70	56.593,49	14.274,53	33.548,10	0,61	75.247,41	0,00
Transporte	1.295.000,00	1.435.581,95	160.247,19	489.439,71	6,56	946.142,24	181.472,44	309.238,41	5,63	1.126.343,54	0,00
Serviços Urbanos	567.000,00	610.669,60	144.030,15	239.116,08	3,21	371.553,52	144.443,80	238.992,28	4,35	371.677,32	0,00
Transporte Rodoviário	728.000,00	824.912,35	16.217,04	250.323,63	3,36	574.588,72	37.028,64	70.246,13	1,28	754.666,22	0,00
Desporto e Lazer	147.000,00	105.000,00	8.109,89	38.819,64	0,52	66.180,36	9.344,18	26.543,50	0,48	78.456,50	0,00
Desporto Comunitário	132.000,00	102.500,00	8.109,89	38.819,64	0,52	63.680,36	9.344,18	26.543,50	0,48	75.956,50	0,00
Lazer	15.000,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
Reserva de Contingência	720.000,00	670.054,55	0,00	0,00	0,00	670.054,55	0,00	0,00	0,00	670.054,55	0,00
Reserva de Contingência	720.000,00	670.054,55	0,00	0,00	0,00	670.054,55	0,00	0,00	0,00	670.054,55	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	787.600,00	923.501,55	126.568,26	363.580,98	4,87	559.920,57	126.568,26	363.580,98	6,62	559.920,57	0,00
Legislativa	41.000,00	41.000,00	3.330,88	9.946,88	0,13	31.053,12	3.330,88	9.946,88	0,18	31.053,12	0,00
Ação Legislativa	41.000,00	41.000,00	3.330,88	9.946,88	0,13	31.053,12	3.330,88	9.946,88	0,18	31.053,12	0,00
Administração	277.100,00	337.850,00	41.873,28	127.580,82	1,71	210.269,18	41.873,28	127.580,82	2,32	210.269,18	0,00
Administração Geral	277.100,00	337.850,00	41.873,28	127.580,82	1,71	210.269,18	41.873,28	127.580,82	2,32	210.269,18	0,00
Assistência Social	52.500,00	56.299,29	7.812,66	22.635,11	0,30	33.664,18	7.812,66	22.635,11	0,41	33.664,18	0,00
Assistência Comunitária	52.500,00	56.299,29	7.812,66	22.635,11	0,30	33.664,18	7.812,66	22.635,11	0,41	33.664,18	0,00
Saúde	182.000,00	211.363,14	30.185,58	87.482,09	1,17	123.881,05	30.185,58	87.482,09	1,59	123.881,05	0,00
Administração Geral	9.000,00	4.457,35	0,00	0,00	0,00	4.457,35	0,00	0,00	0,00	4.457,35	0,00
Atenção Básica	161.000,00	193.355,79	29.109,74	84.318,33	1,13	109.037,46	29.109,74	84.318,33	1,53	109.037,46	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.000,00	9.550,00	1.075,84	3.163,76	0,04	6.386,24	1.075,84	3.163,76	0,06	6.386,24	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Vigilância Sanitária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Educação	214.000,00	251.075,32	39.659,78	104.608,75	1,40	146.466,57	39.659,78	104.608,75	1,90	146.466,57	0,00
Ensino Fundamental	167.000,00	193.025,32	30.511,12	79.490,66	1,07	113.534,66	30.511,12	79.490,66	1,45	113.534,66	0,00
Educação Infantil	47.000,00	58.050,00	9.148,66	25.118,09	0,34	32.931,91	9.148,66	25.118,09	0,46	32.931,91	0,00
Saneamento	9.000,00	11.563,80	2.121,70	5.594,80	0,08	5.969,00	2.121,70	5.594,80	0,10	5.969,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	9.000,00	11.563,80	2.121,70	5.594,80	0,08	5.969,00	2.121,70	5.594,80	0,10	5.969,00	0,00
Agricultura	6.000,00	8.170,00	1.584,38	4.552,53	0,06	3.617,47	1.584,38	4.552,53	0,08	3.617,47	0,00
Administração Geral	6.000,00	8.170,00	1.584,38	4.552,53	0,06	3.617,47	1.584,38	4.552,53	0,08	3.617,47	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Comércio e Serviços	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	5.000,00	6.180,00	0,00	1.180,00	0,02	5.000,00	0,00	1.180,00	0,02	5.000,00	0,00
Desporto Comunitário	5.000,00	6.180,00	0,00	1.180,00	0,02	5.000,00	0,00	1.180,00	0,02	5.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.746.200,00	19.319.982,82	2.632.277,71	7.458.812,83	100,00	11.861.169,99	2.757.801,76	5.493.092,81	100,00	13.826.890,01	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAI/2019 A ABR/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.479.449,33	1.257.847,60	1.915.962,24	1.269.992,84	1.106.099,55	1.383.882,33	1.786.811,29	3.066.308,47	1.379.924,38	1.538.502,06	1.622.764,29	1.585.841,81	19.393.386,19	19.851.700,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34.812,62	74.571,15	45.482,40	45.994,32	52.482,70	39.439,46	276.683,09	93.365,06	99.415,46	53.933,03	55.903,49	47.203,71	919.286,49	1.551.700,00
IPTU	301,99	1.754,77	964,60	442,69	2.699,84	6.073,91	12.229,95	16.467,54	1.009,04	1.467,86	2.705,27	843,53	46.960,99	118.000,00
ISS	10.350,69	17.638,40	13.707,26	17.480,42	12.831,50	14.784,56	15.591,01	17.755,39	44.567,91	18.519,97	10.941,61	13.091,73	207.260,45	423.000,00
ITBI	5.306,63	24.902,10	12.000,00	10.689,40	5.216,25	10.513,79	210.278,44	1.654,82	24.000,00	3.240,00	11.264,54	4.000,00	323.065,97	243.000,00
IRRF	17.933,91	27.510,39	17.145,57	16.012,34	28.781,98	5.706,56	33.121,99	48.941,80	27.683,19	23.669,32	23.288,43	24.147,08	293.942,56	238.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	919,40	2.765,49	1.664,97	1.369,47	2.953,13	2.360,64	5.461,70	8.545,51	2.155,32	7.035,88	7.703,64	5.121,37	48.056,52	529.700,00
Contribuições	7.143,96	7.086,42	6.876,76	7.652,07	0,00	5.788,39	15.047,64	510.580,64	6.031,12	6.803,20	4.997,04	0,00	578.007,24	601.400,00
Receita Patrimonial	5.155,47	4.009,66	4.711,71	3.810,87	3.434,32	4.368,21	3.710,99	2.739,43	2.420,55	1.121,45	1.119,93	794,39	37.396,98	55.700,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.155,47	4.009,66	4.711,71	3.810,87	3.434,32	4.368,21	3.710,99	2.739,43	2.420,55	1.121,45	1.119,93	794,39	37.396,98	55.700,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	12.616,42	13.068,78	11.938,24	9.660,63	12.016,58	14.141,40	15.956,00	16.736,20	14.736,74	20.078,46	16.645,91	11.583,58	169.178,94	191.200,00
Transferências Correntes	1.286.688,71	1.119.197,59	1.846.953,13	1.202.874,95	1.038.165,95	1.320.144,87	1.475.413,57	2.442.887,14	1.257.320,51	1.456.565,92	1.525.931,12	1.525.662,19	17.497.805,65	17.448.600,00
Cota Parte do FPM	693.437,17	546.218,93	746.952,35	545.224,28	485.330,02	446.809,32	606.384,17	1.033.784,91	606.292,89	876.066,17	512.260,15	502.128,33	7.600.888,69	8.260.000,00
Cota Parte do ICMS	264.110,23	224.484,93	334.400,64	289.777,40	263.519,53	367.033,15	311.918,00	483.459,14	306.480,58	276.045,44	412.200,63	260.358,94	3.793.788,61	3.900.000,00
Cota Parte do IPVA	28.970,17	33.489,02	26.309,34	9.917,85	8.871,50	5.663,24	1.556,31	1.168,06	22.274,25	22.172,54	19.557,35	14.286,65	194.236,28	271.000,00
Cota Parte do ITR	3.415,36	1.909,03	1.704,98	1.661,75	17.269,72	134.865,04	33.148,09	19.283,09	17.961,96	13.331,61	3.287,52	1.254,36	249.092,51	280.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	97.343,40	81.314,70	101.690,23	92.779,91	82.788,67	115.205,81	100.106,46	146.620,36	107.790,54	113.429,98	132.185,13	89.756,27	1.261.011,46	1.437.500,00
Outras Transferências Correntes	199.412,38	231.780,98	635.895,59	263.513,76	180.386,51	250.568,31	422.300,54	758.571,58	196.520,29	155.520,18	446.440,34	657.877,64	4.398.788,10	3.290.100,00
Outras Receitas Correntes	133.032,15	39.914,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.166,80	597,94	191.710,89	3.100,00
DEDUÇÕES (II)	197.606,87	160.893,60	161.887,98	168.991,26	152.888,04	192.174,60	190.284,80	748.652,36	190.455,04	237.004,51	189.059,23	155.288,58	2.745.186,87	2.929.300,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	503.378,49	0,00	0,00	0,00	0,00	503.378,49	517.000,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	197.606,87	160.893,60	161.887,98	168.991,26	152.888,04	192.174,60	190.284,80	245.273,87	190.455,04	237.004,51	189.059,23	155.288,58	2.241.808,38	2.412.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	1.281.842,46	1.096.954,00	1.754.074,26	1.101.001,58	953.211,51	1.191.707,73	1.596.526,49	2.317.656,11	1.189.469,34	1.301.497,55	1.433.705,06	1.430.553,23	16.648.199,32	16.922.400,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.281.842,46	1.096.954,00	1.754.074,26	1.101.001,58	953.211,51	1.191.707,73	1.596.526,49	2.317.656,11	1.189.469,34	1.301.497,55	1.433.705,06	1.430.553,23	16.648.199,32	16.922.400,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	1.281.842,46	1.096.954,00	1.754.074,26	1.101.001,58	953.211,51	1.191.707,73	1.596.526,49	2.317.656,11	1.189.469,34	1.301.497,55	1.433.705,06	1.430.553,23	16.648.199,32	16.922.400,00

GLORIA-PREVI FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GLÓRIA DOESTE/MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: 2º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2020

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (I)	1.296.700,00	1.296.700,00	492.472,28	0,00
Receitas de Contribuições dos Segurados	517.000,00	517.000,00	198.556,18	0,00
Civil	517.000,00	517.000,00	198.556,18	0,00
Ativo	517.000,00	517.000,00	198.556,18	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	779.500,00	779.500,00	293.916,10	0,00
Civil	779.500,00	779.500,00	293.916,10	0,00
Ativo	779.500,00	779.500,00	293.916,10	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	100,00	100,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	100,00	100,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	100,00	100,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100,00	100,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	1.296.700,00	1.296.700,00	492.472,28	0,00

(Continua)

GLORIA-PREVI FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GLÓRIA DOESTE/MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 2º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2020

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
ADMINISTRAÇÃO (IV)	213.700,00	213.700,00	48.047,24	0,00	30.781,66	0,00
Despesas Correntes	209.200,00	209.200,00	48.047,24	0,00	30.781,66	0,00
rateio pela participação em consorcio público	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
obrigações patronais	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
contribuições patronais	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
rateio pela participação em consorcio público	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
diárias - civil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
material de consumo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
outros serviços de terceiros - pessoa física	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	200.000,00	200.000,00	48.047,24	0,00	30.781,66	0,00
despesas de exercícios anteriores	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
indenizações e restituições	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
rateio pela participação em consorcio público	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
equipamentos e material permanente	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	673.000,00	673.000,00	609.000,00	0,00	178.098,64	0,00
Benefícios - Civil	670.000,00	670.000,00	609.000,00	0,00	178.098,64	0,00
Aposentadorias	460.000,00	460.000,00	402.000,00	0,00	122.160,72	0,00
aposentadorias, reserva remunerada e reformas	400.000,00	400.000,00	350.000,00	0,00	104.833,52	0,00
pensões	60.000,00	60.000,00	52.000,00	0,00	17.327,20	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	210.000,00	210.000,00	207.000,00	0,00	55.937,92	0,00
outros benefícios previdenciários do servidor ou d	210.000,00	210.000,00	207.000,00	0,00	55.937,92	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
compensações ao rgps	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	886.700,00	886.700,00	657.047,24	0,00	208.880,30	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	410.000,00	410.000,00	-164.574,96	0,00	283.591,98	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	410.000,00

GLORIA-PREVI FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GLÓRIA DOESTE/MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 2º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2020

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2020	2019
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	632.448,33	323.694,63
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES	3.144.123,67	3.120.409,99
OUTROS BENS E DIREITOS	92.706,34	156.968,74

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00

GLORIA-PREVI FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GLÓRIA DOESTE/MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 2º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2020

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

GLORIA-PREVI FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GLÓRIA DOESTE/MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 2º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2020

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Abr/2020
RECEITAS CORRENTES (I)	17.439.500,00	5.355.225,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.551.700,00	256.455,69
IPTU	118.000,00	6.025,70
ISS	423.000,00	87.121,22
ITBI	243.000,00	42.504,54
IRRF	238.000,00	98.788,02
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	529.700,00	22.016,21
Contribuições	601.400,00	17.831,36
Receita Patrimonial	55.700,00	5.456,32
Aplicações Financeiras (II)	55.700,00	5.456,32
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	15.036.400,00	4.993.672,38
Cota Parte do FPM	6.740.000,00	1.997.398,15
Cota Parte do ICMS	3.120.000,00	1.005.452,51
Cota Parte do IPVA	216.800,00	62.632,97
Cota Parte do ITR	224.000,00	28.668,38
Transferências da LC 87/1996	8.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	1.437.500,00	443.161,92
Outras Transferências Correntes	3.290.100,00	1.456.358,45
Demais Receitas Correntes	194.300,00	81.809,43
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	194.300,00	81.809,43
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	17.383.800,00	5.349.768,86
RECEITAS DE CAPITAL (V)	527.200,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	527.200,00	0,00
Convênios	200.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	327.200,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	527.200,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	17.911.000,00	5.349.768,86

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	16.493.084,76	6.601.944,25	5.080.143,60	4.416.711,37	92.927,65	18.117,29	18.117,29
Pessoal e Encargos Sociais	8.162.670,00	2.618.423,17	2.583.718,57	2.435.202,88	8.804,70	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.330.414,76	3.983.521,08	2.496.425,03	1.981.508,49	84.122,95	18.117,29	18.117,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	16.493.084,76	6.601.944,25	5.080.143,60	4.416.711,37	92.927,65	18.117,29	18.117,29
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.233.341,96	493.287,60	49.368,23	44.463,23	850.835,46	157.994,46	157.994,46
Investimentos	1.206.341,96	466.287,60	40.458,55	35.553,55	850.835,46	157.994,46	157.994,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	27.000,00	27.000,00	8.909,68	8.909,68	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	1.206.341,96	466.287,60	40.458,55	35.553,55	850.835,46	157.994,46	157.994,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	670.054,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	18.369.481,27	7.068.231,85	5.120.602,15	4.452.264,92	943.763,11	176.111,75	176.111,75
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							-222.370,92

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-29.700,00

JUROS NOMINAIS	Jan a Abr/2020
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-222.370,92

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2019 (a)	Jan a Abr/2020 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	1.147.351,28	205.008,17
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Abr/2020
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	942.343,11
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	-942.343,11
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	-942.343,11

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	529.985,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	529.985,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2019 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2019 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	412.228,78	735.932,31	943.763,11	0,00	204.397,98	391.704,88	176.201,75	176.111,75	176.111,75	0,00	391.794,88	596.192,86
02	PODER EXECUTIVO	412.228,78	735.932,31	943.763,11	0,00	204.397,98	391.704,88	176.201,75	176.111,75	176.111,75	0,00	391.794,88	596.192,86
0202	GABINETE DO PREFEITO	0,00	117,00	117,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0203	SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRACAO	368.771,78	65.407,45	279.783,45	0,00	154.395,78	0,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	154.395,78
0204	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	0,00	7.956,14	7.955,24	0,00	0,90	249.967,93	159.602,36	159.602,36	159.602,36	0,00	249.967,93	249.968,83
0205	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS	3.000,00	638.650,79	635.832,99	0,00	5.817,80	126.913,41	4.099,39	4.009,39	4.009,39	0,00	127.003,41	132.821,21
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	20.570,00	16.843,51	0,00	3.726,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.726,49
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	40.457,00	3.230,93	3.230,92	0,00	40.457,01	14.823,54	0,00	0,00	0,00	0,00	14.823,54	55.280,55
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	6.347,28	4.760,97	0,00	1.586,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.586,31
02	PODER EXECUTIVO	0,00	6.347,28	4.760,97	0,00	1.586,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.586,31
	TOTAL (III) = (I + II)	412.228,78	742.279,59	948.524,08	0,00	205.984,29	391.704,88	176.201,75	176.111,75	176.111,75	0,00	391.794,88	597.779,17

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A ABR	(c) =(b/a)x100 (%)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.022.000,00	1.022.000,00	234.439,48	22,94
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	118.000,00	118.000,00	6.025,70	5,11
1.1.1- IPTU	70.000,00	70.000,00	122,26	0,17
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	48.000,00	48.000,00	5.903,44	12,30
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	243.000,00	243.000,00	42.504,54	17,49
1.2.1- ITBI	240.000,00	240.000,00	42.504,54	17,71
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	423.000,00	423.000,00	87.121,22	20,60
1.3.1- ISS	415.000,00	415.000,00	85.477,79	20,60
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	8.000,00	8.000,00	1.643,43	20,54
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	238.000,00	238.000,00	98.788,02	41,51
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.721.000,00	12.721.000,00	3.865.959,37	30,39
2.1- Cota-Parte FPM	8.260.000,00	8.260.000,00	2.496.747,54	30,23
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.600.000,00	7.600.000,00	2.496.747,54	32,85
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.900.000,00	3.900.000,00	1.255.085,59	32,18
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	280.000,00	280.000,00	35.835,45	12,80
2.6- Cota-Parte IPVA	271.000,00	271.000,00	78.290,79	28,89
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.743.000,00	13.743.000,00	4.100.398,85	29,84

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A ABR	(c) =(b/a)x100 (%)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	224.000,00	224.000,00	56.504,10	25,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	130.000,00	130.000,00	34.348,57	26,42
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	36.000,00	36.000,00	12.550,00	34,86
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	27.000,00	27.000,00	8.964,36	33,20
5.5- Outras Transferências do FNDE	30.000,00	30.000,00	641,17	2,14
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.000,00	5.000,00	124,02	2,48
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	124,02	2,48
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	31.500,00	31.500,00	1.181,38	3,75
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	260.500,00	260.500,00	57.809,50	22,19

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A ABR (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.412.200,00	2.412.200,00	771.807,36	32,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.520.000,00	1.520.000,00	499.349,39	32,85
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	780.000,00	780.000,00	249.633,08	32,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	56.000,00	56.000,00	7.167,07	12,80
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	54.200,00	54.200,00	15.657,82	28,89
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.437.500,00	1.437.500,00	443.161,92	30,83
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.437.500,00	1.437.500,00	443.161,92	30,83
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-974.700,00	-974.700,00	-328.645,44	33,72

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A ABR (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A ABR (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.102.000,00	1.102.000,00	497.152,58	45,11	439.741,42	39,90	0,00
13.1- Com Educação Infantil	219.000,00	217.600,00	120.991,80	55,60	120.991,80	55,60	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	883.000,00	884.400,00	376.160,78	42,53	318.749,62	36,04	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	595.500,00	595.500,00	69.013,98	11,59	62.390,78	10,48	0,00
14.1- Com Educação Infantil	189.000,00	190.465,00	13.209,26	6,94	6.744,26	3,54	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	406.500,00	405.035,00	55.804,72	13,78	55.646,52	13,74	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.697.500,00	1.697.500,00	566.166,56	33,35	502.132,20	29,58	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	502.132,20
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	99,23
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	14,08
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	-13,31

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	21.897,40
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A ABR (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A ABR (g)	% (h)=(g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	698.000,00	704.065,00	289.666,94	41,14	270.868,32	38,47	0,00
22.1 - Creche	654.000,00	660.065,00	289.666,94	43,88	270.868,32	41,04	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	404.000,00	404.065,00	134.201,06	33,21	127.736,06	31,61	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	250.000,00	256.000,00	155.465,88	60,73	143.132,26	55,91	0,00
22.2 - Pré-escola	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.218.500,00	2.212.435,00	805.133,53	36,39	687.526,05	31,08	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.289.500,00	1.289.435,00	431.965,50	33,50	374.396,14	29,04	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	929.000,00	923.000,00	373.168,03	40,43	313.129,91	33,93	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.916.500,00	2.916.500,00	1.094.800,47	37,54	958.394,37	32,86	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-328.645,44
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	46.551,72
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)	-282.093,72
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))	1.240.488,09
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	30,25

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A ABR (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A ABR (g)	% (h)=(g/d)x100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	10.000,00	12.992,00	2.992,00	23,03	2.992,00	23,03	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	821.000,00	821.000,00	169.287,80	20,62	168.866,25	20,57	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	310.000,00	352.907,09	70.607,03	20,01	70.571,98	20,00	0,00
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41))	1.141.000,00	1.186.899,09	242.886,83	20,46	242.430,23	20,43	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	4.057.500,00	4.103.399,09	1.337.687,30	32,60	1.200.824,60	29,26	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM '2020' (j)
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	77,33	0,00
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,90	0,00
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	76,43	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	23.954,22	3.276,33
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	443.161,92	34.348,57
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	425.244,00	30.306,59
47.1 (-) Orçamento do Exercício	421.423,74	30.306,59
47.2 (-) Restos a Pagar	3.820,26	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	41.872,14	7.318,31
50- (+) AJUSTES	0,00	0,00
50.1 (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	41.872,14	7.318,31

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A ABR (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A ABR (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.233.341,96	493.287,60	740.054,36
Investimentos	1.206.341,96	466.287,60	740.054,36
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	27.000,00	27.000,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.233.341,96	493.287,60	740.054,36
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	1.233.341,96 <(d - a)>	493.287,60 <(e - b)>	740.054,36 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a Abril

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	2019 (h)	2020 (i)=(Ib-(IIe+IIf))	SALDO ATUAL (j)=(IIIh+IIIi)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.022.000,00	1.022.000,00	234.439,48	22,94
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	118.000,00	118.000,00	6.025,70	5,11
IPTU	70.000,00	70.000,00	122,26	0,17
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	48.000,00	48.000,00	5.903,44	12,30
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	243.000,00	243.000,00	42.504,54	17,49
ITBI	240.000,00	240.000,00	42.504,54	17,71
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	423.000,00	423.000,00	87.121,22	20,60
ISS	415.000,00	415.000,00	85.477,79	20,60
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	8.000,00	8.000,00	1.643,43	20,54
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	238.000,00	238.000,00	98.788,02	41,51
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.061.000,00	12.061.000,00	3.865.959,37	32,05
Cota-Parte FPM	7.600.000,00	7.600.000,00	2.496.747,54	32,85
Cota-Parte ITR	280.000,00	280.000,00	35.835,45	12,80
Cota-Parte IPVA	271.000,00	271.000,00	78.290,79	28,89
Cota-Parte ICMS	3.900.000,00	3.900.000,00	1.255.085,59	32,18
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	13.083.000,00	13.083.000,00	4.100.398,85	31,34

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.265.000,00	2.262.143,80	899.528,61	39,76	804.967,34	35,58	733.194,03	32,41	0,00
Despesas Correntes	2.240.000,00	2.255.904,80	893.289,61	39,60	798.728,34	35,41	730.405,03	32,38	0,00
Despesas de Capital	25.000,00	6.239,00	6.239,00	100,00	6.239,00	100,00	2.789,00	44,70	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	230.000,00	263.124,00	136.720,55	51,96	42.495,94	16,15	37.212,48	14,14	0,00
Despesas Correntes	218.000,00	257.638,54	136.235,15	52,88	42.374,59	16,45	37.091,13	14,40	0,00
Despesas de Capital	12.000,00	5.485,46	485,40	8,85	121,35	2,21	121,35	2,21	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	113.000,00	106.732,20	11.319,29	10,61	11.319,09	10,61	10.024,29	9,39	0,00
Despesas Correntes	108.000,00	106.732,20	11.319,29	10,61	11.319,09	10,61	10.024,29	9,39	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	3.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	28.000,00	25.000,00	4.269,93	17,08	4.269,93	17,08	1.703,16	6,81	0,00
Despesas Correntes	25.000,00	25.000,00	4.269,93	17,08	4.269,93	17,08	1.703,16	6,81	0,00
Despesas de Capital	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	127.000,00	107.000,00	25.031,49	23,39	20.488,33	19,15	19.126,22	17,87	0,00
Despesas Correntes	117.000,00	107.000,00	25.031,49	23,39	20.488,33	19,15	19.126,22	17,87	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	2.766.000,00	2.766.000,00	1.076.869,87	38,93	883.540,63	31,94	801.260,18	28,97	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	1.076.869,87	883.540,63	801.260,18
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	1.076.869,87	883.540,63	801.260,18
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	615.059,83	0,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	268.480,80	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	0,00	21,55	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (h)	
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (c)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2016 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.024.400,00	1.024.400,00	644.758,34	62,94
Proveniente da União	903.000,00	903.000,00	597.649,31	66,18
Proveniente dos Estados	121.400,00	121.400,00	47.109,03	38,80
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	13.600,00	13.600,00	253,49	1,86
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.038.000,00	1.038.000,00	645.011,83	62,14

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	774.000,00	798.132,40	417.615,64	52,32	306.768,79	38,44	272.855,87	34,19	0,00
Despesas Correntes	593.000,00	606.238,40	409.921,64	67,62	299.074,79	49,33	265.161,87	43,74	0,00
Despesas de Capital	181.000,00	191.894,00	7.694,00	4,01	7.694,00	4,01	7.694,00	4,01	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	156.000,00	167.262,50	97.552,34	58,32	67.044,84	40,08	53.088,22	31,74	0,00
Despesas Correntes	136.000,00	151.262,50	97.552,34	64,49	67.044,84	44,32	53.088,22	35,10	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	37.000,00	60.500,00	37.785,76	62,46	37.785,76	62,46	17.636,71	29,15	0,00
Despesas Correntes	37.000,00	60.500,00	37.785,76	62,46	37.785,76	62,46	17.636,71	29,15	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	12.000,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	10.000,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	42.000,00	32.550,00	17.950,22	55,15	17.950,22	55,15	15.711,85	48,27	0,00
Despesas Correntes	40.000,00	31.550,00	17.950,22	56,89	17.950,22	56,89	15.711,85	49,80	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	12.000,00	30.000,00	12.107,15	40,36	12.107,15	40,36	6.090,00	20,30	0,00
Despesas Correntes	12.000,00	30.000,00	12.107,15	40,36	12.107,15	40,36	6.090,00	20,30	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.033.000,00	1.094.944,90	583.011,11	53,25	441.656,76	40,34	365.382,65	33,37	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.039.000,00	3.060.276,20	1.317.144,25	43,04	1.111.736,13	36,33	1.006.049,90	32,87	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	386.000,00	430.386,50	234.272,89	54,43	109.540,78	25,45	90.300,70	20,98	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	150.000,00	167.232,20	49.105,05	29,36	49.104,85	29,36	27.661,00	16,54	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	15.000,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	70.000,00	57.550,00	22.220,15	38,61	22.220,15	38,61	17.415,01	30,26	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	139.000,00	137.000,00	37.138,64	27,11	32.595,48	23,79	25.216,22	18,41	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	3.799.000,00	3.860.944,90	1.659.880,98	42,99	1.325.197,39	34,32	1.166.642,83	30,22	0,00
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes)	1.033.000,00	1.094.944,90	583.011,11	53,25	441.656,76	40,34	365.382,65	33,37	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	2.766.000,00	2.766.000,00	1.076.869,87	38,93	883.540,63	31,94	801.260,18	28,97	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2020		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	JAN A ABR (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO(I) = (I.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO DEPEND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.400], PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	18.746.200,00
Previsão Atualizada	18.746.200,00
Receitas Realizadas	5.355.225,18
Déficit Orçamentário	137.867,63
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	543.782,82

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	18.746.200,00
Créditos Adicionais	573.782,82
Dotação Atualizada	19.319.982,82
Despesas Empenhadas	7.458.812,83
Despesas Liquidadas	5.493.092,81
Despesas Pagas	4.749.505,20
Superávit Orçamentário	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	7.458.812,83
Despesas Liquidadas	5.493.092,81

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	16.648.199,32
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	16.648.199,32
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	16.648.199,32

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	-222.370,92	0,00
Resultado Primário - Acima da Linha	-29.700,00	-222.370,92	748,72

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.154.508,37	0,00	948.524,08	205.984,29
Poder Executivo	1.154.508,37	0,00	948.524,08	205.984,29
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	567.906,63	0,00	176.111,75	391.794,88
Poder Executivo	567.906,63	0,00	176.111,75	391.794,88
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.722.415,00	0,00	1.124.635,83	597.779,17

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 of 2 PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.240.488,09	25,00	30,25
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundame	439.741,42	60,00	99,23
Complementação da União ao FUNDEB	46.551,72	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	493.287,60	740.054,36

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	883.540,63	15,00	21,55

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

PORTARIA N.º 070 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE – MT"

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO,** Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I - **CONCEDER** férias aos servidores relacionados abaixo conforme o Artigo 2º desta portaria de acordo com a Lei n.º 017 de 01 de abril de 2002, que rege o Estatuto e o Regime Jurídicos dos Servidores Públicos do Município de Glória D' Oeste.

Artigo II – Aos servidores abaixo relacionados foi concedida férias a partir de 01/06/2020 á 30/06/2020 sendo convertido 10 dias em abono pecuniário, correspondente ao período conforme consta:

Registro/ Matricula	SERVIDOR	Referente ao Período	
824	Jaqueliny de Almeida Silva	02/07/2018	01/07/2019

Artigo III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 01 DE JUNHO DE 2020.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

PORTARIA N.º 069 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE – MT"

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO,** Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I - **CONCEDER** férias aos servidores relacionados abaixo conforme o Artigo 2º desta portaria de acordo com a Lei n.º 017 de 01 de abril de 2002, que rege o Estatuto e o Regime Jurídicos dos Servidores Públicos do Município de Glória D' Oeste.

Artigo II – Aos servidores abaixo relacionados foi concedida férias a partir de 01/06/2020 á 30/06/2020, correspondente ao período conforme consta:

Registro/ Matricula	SERVIDOR	Referente ao Período	
853	Aderico Barbosa	05/07/2018	04/07/2019
1035	Adejunior Cristianismo Lourenço	19/12/2018	18/12/2019
182	Everaldo Nunes da Silva	19/06/2018	18/06/2019
821	Deoclecio dos Santos Junior	02/07/2018	01/07/2019
1015	João Afonso Jamariqueli	25/07/2018	24/07/2019
995	Kedman de Carvalho	25/07/2018	24/07/2019
996	Luciano Nanci Carnielo	25/07/2018	24/07/2019
834	Lucivaine Gonçalves Ferreira	02/07/2018	01/07/2019

Artigo III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 01 DE JUNHO DE 2020.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 056/2019

A Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, através de sua Pregoeira Oficial, vem por meio deste comunicar aos interessados o CANCELAMENTO PARCIAL da Ata de Registro de Preços nº 056/2019, referente ao Pregão Presencial nº 067/2019, cujo objeto é o "**Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, copa e cozinha visando atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT",** tendo como vencedora a empresa **MERCADÃO DA LIMPEZA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ: 14.689.405/0001-93.

O Cancelamento do item, se faz em virtude de pedido de Desistência da empresa contratada.

Maiores informações a respeito do cancelamento poderão ser obtidas no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Itanhangá– MT.

Itanhangá – MT, 02 de junho de 2020.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 03/2020 - CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 03/2020

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2016

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Concurso Público Municipal nº. 001/2016 realizado em 12 de junho de 2016 CONVOCA os candidatos aprovados para preenchimento das vagas disponibilizadas em face de necessidade, conforme a relação nominal constante abaixo:

CARGO				
GUARDA DE PATRIMONIO 40H - EDUCAÇÃO				
NOME	NASCIMENTO	Nº. RG	N° INSC.	CLAS.
ARLEI ALVES DE JESUS	27/04/1974	841741 SSP/MT	0000000286	04º

O candidato deverá se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Avenida Santa Catarina, Centro, 314, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, munidos dos documentos que refere o Anexo I, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público.

A nomeação, posse e exercício dar-se-ão, após parecer favorável a admissão do Controle Interno.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação do candidato para o respectivo cargo.

ITANHANGÁ - MT, 02 DE JUNHO DE 2020.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ANEXO I

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos (dependente comprovante);

5. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

6. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

7. Título de eleitor;

8. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

9. CTPS (Carteira de Trabalho);

10. Certificado de Alistamento Militar;

11. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

12. CPF dos dependentes;

13. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

14. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo;

15. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

16. 01 (uma) FOTO 3X4 (atual, colorida);

17. Qualificação Cadastral E-Social Dados Corretos.

18. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

19. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Federal conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

20. Certidão de Quitação Eleitoral da Justiça Eleitoral Tribunal Superior Eleitoral;

21. Certidão Negativa do Poder Judiciário Justiça Militar da União de Ações Criminais (masculino);

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM;

23. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública (anexo II);

24. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda ano calendário – 2018 (anexo III);

25. Declaração para IRFF e salário família (anexo IV);

26. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público (anexo V);

"É recomendado ao candidato convocado que primeiramente apresente a documentação solicitada nos itens 1 a 25 e após a confirmação destes documentos pelo Departamento Recursos Humanos, realize os demais exames descritos nos itens 26 e 27, salientando que os mesmos devem ser entregues dentro do prazo estipulado neste edital (30 dias)."

27. Exame médico Admissional, conforme Decreto 39/2016 e exames complementares somente para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas, Guarda de Patrimônio 40 horas, Auxiliar de Serviços Gerais 30 horas – EDUCAÇÃO e Guarda de Patrimônio 40 horas EDUCAÇÃO, seguindo as orientações do Anexo I, Decreto 39/2016, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados.

28. Avaliação Psicológica, IFP - Inventario Fatorial de Personalidade ou BFP - Bateria Fatorial de Personalidade, feito por um profissional da área de psicologia para todos os cargos desde que o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados.

ANEXO II

DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2020.

_____

Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

a. ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011. b. ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior) Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	**VALOR (R$)**

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente. Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2020.

_____

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR				
Nome:				
Matricula:	Lotação:			
Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo				
CPF:	RG:			
Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____ _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____ UF: Telefone comercial: _____Telefone residencial: _____				
Nome do Dependente	Sexo	Código do Dependente	Data de Nascimento	É portador de necessidade especial ou estudante
Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Data: _____/_____/_____ _____ Assinatura				
CÓDIGO DE DEPENDENTES: C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe				

Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI) Inclusão na folha de pagamento de _____/_____.
Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO para o fim específico de ingresso **no Cargo de _____,n**a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo publico.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2020.

_____

Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 007/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA – ME– CNPJ: 20.936.958/0001-04

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo acrescentar serviços ao objeto contratual, conforme previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 007/2017.

DATA DE ASSINATURA: 01/06/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2020

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina n° 314, centro, Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 016/2020**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que tem por objeto a **"Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria pedagógica, capacitação continuada e implantação de instrumental de planejamento para gestores e professores, acompanhamento dos professores em sala de aula com alunos, implantação do sistema municipal de avaliação online com correção, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá-MT".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **17 de junho de 2020, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 02 de junho de 2020.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2020

CONCORRÊNCIA Nº 001/2020

A Prefeitura Municipal de Itiquira, sediada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro, através do Presidente da Comissão de Licitação, Bruno Henrique Nascimento, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** obteve o seguinte resultado: **M T VELASCO SERVIÇOS**, inscrita no **CNPJ** sob nº **10.792.866/0001-36**,a qual sagrou-se vencedora com a proposta no valor de R$ 251.642,34 (duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

Itiquira/MT, 02 de junho de 2020.

Bruno Henrique Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2020

PREGÃO PRESENCIAL 004/2020

O **MUNICÍPIO DE ITIQUIRA**, com sede administrativa situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311, centro em Itiquira Mato Grosso, através deste pregoeiro o qual subscreve, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS,** do tipo menor preço por item foi **REVOGADA.**

Itiquira/MT, em 02 de junho de 2020.

Aloizio Magno Fischer Lopes Junior

Pregoeiro Designado

PROCURADORIA JURIDICA
COVID-19: DECRETO Nº 058, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"Altera o Decreto nº 45, de 27 de abril de 2020, e dá outras providencias".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO o Parecer Técnico emitido pela Vigilância Epidemiológica quanto a possibilidade de abertura de novos estabelecimentos na localidade de Itiquira sede e o Distrito de Ouro Branco do Sul.

CONSIDERANDO as deliberações realizadas pelo Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus em reunião realizada no dia 30/05/2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 4º do Decreto nº 45, de 27 de abril de 2020, que passará a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 4º. *No que tange as medidas temporárias restritivas às atividades privadas, enquanto vigente este decreto, fica vedado o funcionamento de:*

I - Casas de shows;

II - Festas;

III - Academias;

IV - Ginásios esportivos e campos de futebol;

V - Transporte Coletivo Intermunicipal;

VI -Comércio Ambulante, principalmente o praticado por viajantes (mascate).

VII - Outros eventos e atividades que demandem aglomeração ou reunião de pessoas.

§ 1º *Os bares, restaurantes e similares deverão ter suas atividades restritas a modalidade delivery com pedido realizados via telefone ou outro meio de comunicação remoto, sendo expressamente proibido a atendimento de pessoas nas dependências do estabelecimento.*

§ 2º *As atividades não vedadas, deverão respeitar as medidas mínimas de prevenção estipuladas pelos órgãos de saúde e principalmente as condicionantes contidas no art. 21 do Decreto Municipal nº 34, especialmente a apresentação e aprovação de plano de prevenção à Covid-19 que atenda às recomendações do Parecer Técnico emitido pela Vigilância Epidemiológica quanto ao perigo de contágio na abertura de novos estabelecimentos comerciais na localidade de Itiquira sede e o Distrito de Ouro Branco do Sul.*

§ 3º *As atividades que não demandem a aglomeração física de pessoas e que possam ser realizadas por meio eletrônico ou virtual, não são afetadas por essa restrição."*

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se toda disposição em contrário.

Paço Municipal Rosa Pereira Campos, Gabinete do Prefeito, Itiquira aos 02 de junho de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PORTARIA Nº. 139/2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA Nº. 139/2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do Cargo Comissionado não cumulativo, a partir do dia 01 de Junho de 2020, conforme segue:

- RONIEVON MIRANDA DA SILVA – Secretario Municipal de Governo.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 01 de Junho de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

DECRETO Nº 3.555 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DECRETO Nº 3.555 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

"REGULAMENTA A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NO AMBITO MUNICIPAL EM RAZÃO DA PANDEMIA DO COVID-19 "

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Federal nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-nCov);

CONSIDERANDO A Portaria Federal nº 356, de 11 de março de 2020, que Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO O Código de Vigilância Sanitário do Município; Disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), especialmente os artigos 6º, I, e V; 39 V; 51, IV, §1º, I, II, III, bem como o art.36, III, da Lei Federal nº 12.529/2011, que versa sobre as "Infrações da Ordem Econômica",

CONSIDERANDO as edições de Decretos Estaduais com normas de prevenção sanitárias e prorrogação de medidas sanitárias, inclusive na continuidade da suspensão das aulas âmbito da Educação.

CONSIDERANDO a necessidade de CONSOLIDAÇÃO, readequação e prorrogações com atualizações pertinentes dos Decretos Municipais n° 3. 525 de 17/03/2020, 3.526 de 20/03/2020, 3.527 de 22/03/2020, 3.529 de 23/03/2020, 3.530 de 31/03/2020, 3.531 de 31/03/2020, 3.535 de 07/04/ 2020, 3.536 de 13/04/2020, 3.538 de 23/04/2020, 3.540 de 24/04/2020, 3. 544 de 30/04/2020 e 3.553 de 25/05/2020, bem como pelas atuais informações dos últimos boletins epidemiológicos com confirmação de casos positivos de COVID19, além de suspeitos, isolados e curados, necessitando-se, ainda o equilíbrio entre as medidas sanitárias e econômicas;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas as atividades escolares presenciais da rede pública municipal no período de **01/06/2020 a 31/07/2020.**

Art. 2 º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT – EM 01 JUNHO DE 2020.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria nº. 02/ 2018

ANA PAULA BARBOSA BUENO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria nº. 085/2019

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 002/2020

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT torna pública a Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2020 tendo por objeto: "Contratação de empresa especializada no fornecimento de Energia Elétrica para manutenção e funcionamento das atividades de todos os Órgãos ligados ao Poder Executivo do Município de Jaciara-MT", onde foi vencedora a empresa ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, CNPJ: 03.467.321/0001-99, ao valor mensal de R$ 27.000.000,00 (Vinte e sete milhões de reais), com vigência de 120 (cento e vinte) meses, em conformidade aos termos dos artigos nº 57, Inciso II e 25, incisos I e II, parágrafo 1º, da Lei 8666/93. Jaciara/MT, 27/06/2020.

ROBELSON HUGNEI DE F. GALINDO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA Nº. 138/2020 DE 28 DE MAIO DE 2020

PORTARIA Nº. 138/2020 DE 28 DE MAIO DE 2020

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora voluntária abaixo relacionada, para exercer a função, a partir do dia 01 de Maio de 2020, conforme segue:

- THAÍS DE MOURA – ATENDENTE DA AGENCIA COMUNITARIA DOS CORREIOS EM DISTRITO DE CELMA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, a partir da data acima citada revogada as disposições em contrario.

Jaciara-MT, 28 de Maio de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

EDITAL N° 03/2020/SMAS

EDITAL N° 03/2020/SMAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA MATO GROSSO **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD,** no uso de suas atribuições legais, INFORMA que a candidatos (as) constantes no quadro em anexo, que foram aprovados (as) no Processo Seletivo Simplificado para Contrato Temporário da Prefeitura Municipal de Jaciara – MT nº 001/2020, destinado ao preenchimento de vaga de visitador do Programa Criança Feliz, não compareceram à Secretaria Municipal de Assistência Social de Jaciara - MT, conforme determinado no edital de convocação, portanto subentende-se que as próprias não possuem interesse no cargo que foram selecionadas:

Jaciara/MT, 27 de maio de 2020.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania – Portaria nº. 011/2018

ANEXO I - LISTA DE CANDIDATAS DESISTENTES

NOMES DAS CANDIDATAS	SITUAÇAO
Raquel Nascimento de Sá	Desistente
Gisely Souza Santos	Desistente

PORTARIA Nº. 140/2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº. 140/2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art.1º. – EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do Cargo Comissionado, a partir de 01 de Junho de 2020, conforme segue:

- **PAULO RICARDO FRANCO EMIDIO DA SILVA** – Assessor Especial – Relações Governamentais.

Art.2º. – NOMEAR, o servidor abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, a partir de 01 de Junho de 2020, conforme segue:

- **PAULO RICARDO FRANCO EMIDIO DA SILVA** – Secretário Municipal de Governo.

Art.3º. – Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 01 de Junho de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

NA EDIÇÃO Nº 3.480 - ANO XIV, DO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO DIA 18 DE MAIO DE 2020, PÁGINA 245.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020. TERMO DE RATIFICAÇÃO.

ONDE SE LÊ: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020. TERMO DE RATIFICAÇÃO

LEIA-SE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2020. TERMO DE RATIFICAÇÃO

Jangada/MT, 02 de Junho de 2020.

Edérzio de Jesus Mendes

Prefeito do Município de Jangada/MT

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2018 / ADITIVO DE PRAZO E VALOR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES PARA GESTÃO EDUCACIONAL, ASSESSORIA & CONSULTORIA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE JANGADA-MT.

PRAZO: 09/04/2020 A 09/04/2021

VALOR: R$ 11.689,08 (ONZE MIL SEISCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E OITO CENTAVOS)

CONTRATADO: PELEGRINO E CIA LTDA

CONTATANTE: EDERZIO DE JESUS MENDES

JANGADA/MT, 09 DE ABRIL DE 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ATA DE CREDENCIAMENTO

ATA DO CREDENCIAMENTO DE MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEIS 003/2020

PROCESSO ADIMINISTRATIVO Nº. 1.270/2020

Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2020, às 08:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria 01/2020, para abertura dos envelopes de documentação referente ao Processo Licitatório de Credenciamento nº. 003/2020 para CREDENCIAMENTO de Microempreendedores Individuais – MEI'S para prestação de serviços de **Carpintaria em geral, Coveiro, Serviços de Alvenaria e correlacionados, transporte municipal e correlacionados, poda de arvores/gramas, manutenção e correlacionados, serviços de preparação de terrenos,, coletar resíduos sólidos nas vias publicas e rurais em lixeiras e demais locais, guardar zelar pela integridade do patrimônio publico noturno, guardar zelar pela integridade do patrimônio publico diurno, manutenção do gramado de campos esportivos e correlacionados, transportar alunos da rede de ensino desta municipalidade, realizar atividades relacionadas a limpeza e correlacionados.** Estiveram presentes no ato da abertura do certame somente os membros da Comissão, os documentos dos interessados foram entregues no setor de protocolo central da Prefeitura, e entregues pelo setor de protocolo no setor de licitação, onde não compareceram nenhum interessados na abertura do certame.

CREDENCIAMENTO

Foram vistados pela Comissão de Licitação o lacre dos envelopes dos interessados.

Após abertura do envelope de habilitação, foram analisados os documentos de habilitação, onde os micro empreendedores individuais estão aptos a participarem do Certame Licitatório, por apresentar toda a documentação solicitada no Edital.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Os micro empreendedores individuais que foram credenciados, são os seguintes:

	1. CREDENCIADO	2. CNPJ	3.SERVIÇO DO INTERESSADO	4.VALOR EM HORA	LIMITE/ HORA	TOTAL DE HORAS	VALOR
01	ERICO JOSE DA SILVA	36.390. 637/ 0001-89	SERVIÇOS DE TRANSPORTE MUNICIPAL E CORRELACIONADOS	7,75	1200	2400	18. 600,00
02	ANTONIO PEDRO DE ALMEIDA	31.505. 933/ 0001-64	GUARDAR/ZELAR PELA INTEGRIDADE DO PATRIMONIO DA UNIDADE EM QUE ESTIVER LOTADO/NOTURNO	8,49	1400	1400	11. 886,00
03	EUDES MENDES VARGAS	33.264. 331/ 0001-98	SERVIÇOS DE TRANSPORTES MUNICIPAIS E CORRELACIONADOS	7,75	1200	2400	18. 600,00
04	DIVINO ELECIO DA SILVA	31.505. 518/ 0001-00	TRANSPORTAR ALUNOS DA REDE DE ENSINO DESTA MUNICIPALIDADE	7,67	1200	4800	36. 816,00
05	EDILTON FERREIRA DE PAULA	33.660. 352/ 0001-22	TRANSPORTAR ALUNOS DA REDE DE ENSINO DESTA MUNICIPALIDADE	7,67	1200	4800	36. 816,00
06	AGMALDO ROSA DE ARUAJO	27.759. 907/ 0001-95	SERVIÇOS DE ALVENARIA E CORRELACIONADOS	10,25	1200	1200	12. 300,00
07	VALDEVINO RIBEIRO DA SILVA	31.460. 862/ 0001-20	GUARDAR/ZELAR PELA INTEGRIDADE DO PATRIMONIO	6,50	1400	8400	54. 600,00
08	WANDERSON JUNIOR RODRIGUES ARCIA	33.278. 428/ 0001-50	SERVIÇOS RELACIONADOS A CARPINTARIA EM GERAL	6,50	1200	6000	39. 000,00
09	NELSON VIEIRA DE SOUZA	33.369. 989/ 0001-64	COLETAR RESIDUOS NAS VIAS PUBLICAS	6,50	1200	2400	15. 600,00
10	LUIZ PEREIRA DE SOUSA	33.455. 918/ 0001-84	COVEIRO/SERVIÇOS CORRELACIONADOS	6,50	1200	1200	7.800,00
11	LUAN CRYSTIAN FERREIRA DE ARAUJO	36.342. 299/ 000100	GUARDAR/ZELAR PELA INTEGRIDADE DO PATRIMONIO	6,50	1400	8400	56. 400,00
12	JOSE AUGUSTO FAGUNDES	33.309. 141/ 0001-40	GUARDAR/ZELAR PELA INTEGRIDADE DO PATRIMONIO	6,50	1400	8400	56. 400,00
13	ABERONI FIRME DE OLIVEIRA	36.514. 379/ 0001-03	TRANSPORTAR ALUNOS DA REDE DE ENSINO	7,67	1200	4800	36. 816,00
14	ANTONIOJULIO DE LEMES	36.326. 515/ 0001-23	MANUTENÇÃO DO GRAMADO DE CAMPO ESPORTIVOS	6,50	1000	1000	6500,00
15	JULIANO GOMES DE ARAUJO	36.341. 047/ 0001-66	GUARDAR/ZELAR PELA INTEGRIDADE DO PATRIMONIO	6,50	1400	8400	56. 400,00
16	CLEITON RODRIGO ANDRADE CAMPOS	33.341. 425/ 0001-13	COLETAR R5ESIDUOS NAS VIAS PUBLICAS	6,50	1200	2400	15. 600,00
17	JOAO JUSTINO DE SOUZA	36.325. 037/ 0001-37	GUARDAR/ZELAR PELA INTEGRIDADE DO PATRIMONIO	**6,50**	**1400**	**8400**	**54.60,00**
18	LUCIANA APARECIDA ANDRADE	36.640. 980/ 0001-34	LIMPEZA E CORRELACIONADOS	**6,50**	**1400**	**2800**	**18.200,00**
19	MONTE ZUMA BARRAS BORBA	31.504. 955/ 0001-00	TRANSPORTAR ALUNOS DA REDE DE ENSINO	**7,67**	**1200**	**4800**	**36.816,00**
20	JOAO JUSTO DE ALMEIDA	33.261. 885/ 0001-31	SERVIÇOS RELACIONADOS A CARPINTARIA EM GERAL	**6,50**	**1200**	**6000**	**39.000,00**
21	VALDEIR CORDEIRO	33.309. 239/ 0001-05	TRANSPORTAR ALUNOS DA REDE DE ENSINO	**7,67**	**1200**	**4800**	**36.816,00**
22	GERLADO MARTINS DE OLIVEIRA	33.357. 085/ 0001-19	SERVIÇOS RELACIONADOS A CARPINTARIA EM GERAL	**6,50**	**1200**	**6000**	**39.000,00**
23	JOSE CHAVES	33.313. 166/ 0001-17	PODA ARVORES/GRAMAS MANUTENÇÃO E CORRELACIONADOS	**6,50**	**1200**	**2400**	**15600,00**
24	JOSE LUIZ GONÇALVES DE ABREU	33.279. 325/ 0001-04	SERVIÇOS RELACIONADOS A CARPINTARIA EM GERAL LOTADO NA SECRETARIA DE OBRAS	**6,50**	**1200**	**6000**	**39. 000,00**
25	OZENIR ALVES DE OLIVEIRA	31.504. 408/ 0001-24	LIMPEZA E CORRELACIONADOS	**6,50**	**1400**	**2800**	**18200,00**
26	TALLYS RUAN FERREIRA DE ARAUJO	36.339. 341/ 0001-33	GUARDAR/ZELAR PELA INTEGRIDADE DO PATRIMONIO	**6,50**	**1400**	**8400**	**56. 400,00**

Encerrada a fase de processamento e adjudicação do Credenciamento o Presidente, determinou que fosse lavrada a presente ATA que após lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão. Determinando a publicação imediata do resultado para que se de ao principio da publicidade.

MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA

Presidente da CPL

CREMILSON RODRIGUES

Secretário

VALTER JUNIOR LOPES DE SOUZA

Membro

LEI Nº 860/2020

LEI ORDINÁRIA Nº. 860 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA QUE O MUNICÍPIO DE JAURU REALIZE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI ORDINÁRIA Nº. 635/2015 SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Para o atendimento de excepcional interesse público, nos termos no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal e da Lei ordinária municipal nº. 635/2015 e alterações posteriores fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover contratações por tempo determinado para os cargos, conforme anexo I.

Artigo 2º - As contratações autorizadas por esta Lei serão precedidas de processo seletivo simplificado, com análise de currículo e entrevista.

Parágrafo Único. A duração de validade do teste seletivo será de 3 (três) meses de vigência, podendo ser prorrogado.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jauru - MT, 02 de Junho de 2020.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES	CH	Nº. VAGAS	VENC. BASE R$	LOCAL TRABALHO
ASSISTENTE SOCIAL	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL	Prestar serviços de natureza social aos munícipes, pesquisando e levantando informações de natureza material, econômica, pessoal, psíquica, emocional ou de outra ordem, com o objetivo de prevenir, interferir, propor e implementar ações com vistas à busca de soluções que assegurem a reversão dos desajustes ou a sua minimização. Atender, ouvir, aconselhar e orientar as pessoas afetadas em seu equilíbrio emocional, familiar ou social, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial da conduta e do comportamento humano. Analisar casos, situações e problemas, emitir laudos e acompanhar a sua evolução, mantendo dossiês específicos em arquivos na sua área. Aplicar técnicas e procedimentos de serviço social, estimulando a participação e o envolvimento consciente dos envolvidos em atividades recreativas, culturais e educativas, a fim de proporcionar por parte deles, uma reflexão que consiga recuperar a sua auto-estima, despertar suas capacidades e potenciais e acelerar o progresso individual e coletivo além de conseguir, gradativamente, o seu ajustamento ao meio ambiente. Executar outras atividades afins à sua unidade funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.	40 Horas	01	Nível Superior R$ 3.761,82	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA	Ensino Médio Completo	Visitar periodicamente estabelecimentos de comércio. Fiscalizar condições de higiene em estabelecimentos comerciais e industriais. Orientar e determinar ações para pronta solução de irregularidades; providenciar a retirada de produtos que apresentam condições impróprias ao consumo. Vistoriar boxes e bancas de vendas de produtos alimentícios. Emitir autos de infração/intimação de acordo com as irregularidades encontradas. Prestar apoio técnico às Unidades de Saúde. Atender as solicitações e denúncias quanto às ações de vigilância sanitária. Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das demandas e necessidades internas e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.	44 horas	12	Nível Médio R$ 1.869,62	Secretaria de Saúde

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1506/2020

Objeto: Aquisição de Patrulha Mecanizada, para atendimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural, conforme numero de Convenio nº. 889706/2019/MAPA, conforme Anexo I deste Edital.

Realização: Por meio do site www.licitanet.com.br

Data de Inicio para o recebimento das propostas: das 09:00 horas do dia 04/06/2020 até as 17:00 horas do dia 16/06/2020 (horário de Brasília)

Data e horário de inicio da sessão: Dia 17/06/2020 as 09:00 horas

Data e horário de inicio da disputa: Dia 17/06/2020 as 09:30 horas

Edital Completo: Afixado no endereço Rua do Comércio, Nº 480, Centro, Jauru/MT. CEP: 78.255-000 – Fone: 65 3244-1849, e na Internet, site www.jauru.mt.gov.br e **site www.licitanet.com.br.**

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93.

Jauru/MT, 02 de junho de 2020.

Anderson Pavini

Pregoeiro

EXTRATO DE PORTARIAS MÊS MAIO 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE PORTARIAS DO MÊS DE MAIO 2020.

PORTARIA Nº 107 DE 04 MAIO DE 2020

CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Nome	Período	Gozo
ANA MARIA PEREIRA LEITE	2018/2019	22/04/2020 a 21/05/2020
LECIO ALBINO MOTA	2017/2018	15/05/2020 a 13/06/2020
JOÃO BARBOSA DOS SANTOS	2017/2018	22/04/2020 a 21/05/2020
MARIA FERREIRA DE SOUZA	2018/2019	14/04/2020 a 13/05/2020
RONILTON GLYCERIO RIBEIRO	2017/2018	04/05/2020 a 02/06/2020

PORTARIA Nº 111 DE 04 MAIO DE 2020

Art. 1º. CONCEDER, conforme atestado concedido pela Dr. RENATO CÉSAR SILVA ELOY - CRM/MT 2296, LICENÇA MATERNIDADE, de 120 (cento e vinte) dias, a servidora BEATRIZ CORREA PALACIO, a contar de 26/04/2020 a 23/08/2020, tendo em vista as normas de direito previdenciário. Art. 2º. Estender a licença de que dispõe o artigo anterior por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 24/08/2020 a 22/10/2020, tendo por fundamento o Art. 147 da Lei Complementar nº 045/2006, com relação dada pelo Art.1º da Lei Complementar nº 057/2009.

PORTARIA Nº 116 DE 06 MAIO DE 2020

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. LUIS MARCOS V. TURDERA - CRM/MT 5673, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 17/04/2020, a servidora RITA COELHO DE BARROS, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de setembro de 2010.**

PORTARIA Nº 117 DE 06 MAIO DE 2020

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. **ALEXANDRE AUGUSTO S. CAMARGO**– CRM-MT 3737, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** a partir do dia 04/05/2020, a servidora **MARIA JOSE JUSTO DA SILVA,** em conformidade com o art**. 145 a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.**

PORTARIA Nº 119 DE 08 MAIO DE 2020

CONCEDER, aos servidores abaixo relacionados, a conversão em espécie remunerada de 90 dias de Licença Prêmio, em conformidade com o art. 20 da Lei Complementar nº 073/2011 de 02 de maio 2011.

Nome	Período
CRISTALINO FERREIRA LEOPOLDINO	2009-2014
EDSON CANDIDO DA SILVA	2014-2019
ELIANE VIEIRA DA SILVA	2012-2017
MAURICIO MARCIANO DA SILVA	2012-2017

PORTARIA Nº 120 DE 11 MAIO DE 2020

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. **NILTON ALVARO AMORIM MAZUY**– CRM-MT 5599, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** a partir do dia 08/05/2020, a servidora **SHIRLEY APARECIDA DE OLIVEIRA,** em conformidade com o art. 145 a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

PORTARIA Nº 122 DE 12 MAIO DE 2020

Art. 1º. CONCEDER, conforme atestado concedido pela Dr**a**. DALVA VIEIRA BONFIM - CRM/MT 4064, LICENÇA MATERNIDADE, de 120 (cento e vinte) dias, a servidora LUCELENA MARIA RESENDE, a contar de 23/04/2020 à 20/08/2020, tendo em vista as normas de direito previdenciário. Art. 2º. Estender a licença de que dispõe o artigo anterior por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 21/08/2020 à 19/10/2019, tendo por fundamento o Art. 147 da Lei Complementar nº 045/2006, com relação dada pelo Art.1º da Lei Complementar nº 057/2009.

PORTARIA Nº 127 DE 21 MAIO DE 2020

Art. 1º. CONCEDER, conforme atestado concedido pela Dr. FRANCISCO LUSTOSA FIGUEIREDO - CRM/MT 1324, LICENÇA MATERNIDADE, de 120 (cento e vinte) dias, a servidora ELISANE MARIA DOS SANTOS, a contar de 01/05/2020 à 28/08/2020, tendo em vista as normas de direito previdenciário. Art. 2º. Estender a licença de que dispõe o artigo anterior por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 29/08/2020 à 27/10/2019, tendo por fundamento o Art. 147 da Lei Complementar nº 045/2006, com relação dada pelo Art.1º da Lei Complementar nº 057/2009.

PORTARIA Nº 128 DE 21 MAIO DE 2020

CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, sendo 20 (vinte) dias de férias a serem gozadas e 10 (dez) dias de férias a ser transformada em pecúnia, em conformidade ao art. 126 a Lei Complementar n.º 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
EDIMAR RODRIGUES DA SILVA	2018/2019	18/05/2020 a 06/06/2020

NIVALDA VITALINO DOS SANTOS	2016/2017	01/05/2020 a 20/05/2020

PORTARIA Nº 130 DE 25 MAIO DE 2020

CONCEDER, ao servidor abaixo relacionado, a conversão em espécie remunerada de 30 dias de Licença Prêmio, em conformidade com o art. 20 da Lei Complementar nº 073/2011 de 02 de maio 2011.

Nome	Período
ANDERSON PAVINI	2014-219

PORTARIA Nº 131 DE 26 MAIO DE 2020

CONCEDER, 40 (quarenta) dias de férias regulamentares, ao servidor abaixo relacionado, sendo 20 (vinte) dias de férias a serem gozadas e 20 (dez) dias de férias a ser transformada em pecúnia, em conformidade ao art. 126 a Lei Complementar n.º 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
ADÃO APARECIDO DE ALMEIDA	2018/2019	10/04/2020 a 19/04/2020
ADÃO APARECIDO DE ALMEIDA	2019/2020	20/04/2020 a 29/04/2020

PORTARIA Nº 132 DE 27 MAIO DE 2020

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 23 de abril de 2020, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, a Servidora MARIA DE FATIMA PEREIRA LEITE, brasileira, Servidora Pública Municipal. Outrossim, informo que segundo relato da servidora mencionada acima, ela já usufruiu 15 (quinze) dias do período de férias, ficando, todavia, sem o recebimento das devidas verbas.

PORTARIA Nº. 133 DE 29 DE MAIO DE 2020.

"EFETUAR O ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONFORME ESTABELECIDO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 117, DE 01 DE MARÇO DE 2016 – PLANOS DE CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Considerando a Lei Complementar 117, de 01 de março de 2016, que reestrutura o Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Jauru-MT, com exceção dos servidores públicos municipais do quadro da Secretaria Municipal de Educação abrangidos por outro Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, qual seja, Lei Complementar nº. 068/2010.

Artigo 1º. Efetuar o enquadramento dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, por tempo de serviço prestado ao município e por obtenção de titulação, de acordo com os ditames legais estabelecidos na Lei Complementar nº. 117, de 01 de março de 2016, - Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, e Lei Complementar nº. 068/2010, conforme tabela a seguir, bem como as alterações introduzidas pela lei complementar nº. 132/2018:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	ENQUADRAMENTO	
		CLASSE	NÍVEL
MARIA DE FATIMA PEREIRA LEITE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	D	VIII
MARCIA TENORIO SAMPAIO	TECNICA EM ENFERMAGEM	C	V
SOLANGE DA SILVA MOREIRA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	D	VIII

Artigo. 2º. Os efeitos financeiros do enquadramento mencionado no artigo anterior, com efeito retroativo a competência de maio/2.020. **Artigo 4º.** Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

PORTARIA 137/2020

PORTARIA Nº 137/2020 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A POSSE DO SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E PROVAS E TÍTULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

CONSIDERANDO, a aprovação do candidato classificado no Concurso Público de Provas e Provas e Títulos, realizado no dia 29 de setembro de 2019, conforme Edital de Concurso Público nº. 001/2019, e nomeado conforme Decreto nº. 054/2020, de 24 de abril de 2020 e cumpridas às exigências e formalidades legais em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1º - Dar posse aos servidores públicos abaixo relacionados, para o respectivos cargos e padrão, para o qual foi nomeado, conforme Decreto nº. 054/2020, datado de 24/04/2020:

	CARGO: ANALISTA DE LICITAÇÃO	NIVEL	GRAU
1	MATHEUS RODRIGUES PETERSEN	01	I

	CARGO: GESTORA DE RECURSOS HUMANOS	NIVEL	GRAU
1	ELIZABETE VIEIRA DE MORAES	01	I

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru-MT, 01 de junho de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 011/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1524/2020

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 011/2020 Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº. 067 de 01 de Dezembro 2009 e Decreto Muni-

cipal nº. 058/2009 de 03 de Novembro 2009, subsidiariamente pela Lei 8. 666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Contratação, de empresa para fornecimento parcelado de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel comum, Diesel S10 e Etanol), conforme especificações do anexo I, que faz parte integrante do Edital.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA: 16/06/2020 HORARIO 08h00m

Local: Paço Municipal "José Peres" Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

Pregoeiro – Anderson Pavini

Telefone: (65) 3244-1849 (setor de Licitação)

www.jauru.mt.gov.br

E-mail: licitacao@jauru.mt.gov.br

LEI Nº 861/2020

LEI ORDINÁRIA Nº 861 DE 02 DE JUNHO 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2020 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2020, Crédito Adicional Especial na Câmara Municipal de Jauru no valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos), na seguinte Dotação Orçamentárias:

Órgão: 01- Câmara Municipal de Jauru

Unidade: 01 – Câmara Municipal de Jauru

10.031.0001.1.186 – Reforma do Prédio do Legislativo Municipal

4.4.90.51– Obras e Instalações ..... R$ 28.500,00

Fonte: 0**.1.00** – 110-000 – Recursos Próprios

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, da Lei Federal 4.320/64. **(Anulação).**

Órgão: 01- Câmara Municipal de Jauru

Unidade: 01 – Câmara Municipal de Jauru

10.031.0001.1.186 – Reforma do Prédio do Legislativo Municipal

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 20.500,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... ..R$ 8.000,00

Fonte: 0**.1.00** – 110-000 – Recursos Próprios

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos instrumentos de planejamento, (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência publica junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de dotação de que trata o art. 1º até o limite de 20% do seu valor total.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jauru - MT, 02 de Junho de 2020.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO N.º 033/2020 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 002/2020, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 002/2020, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 033/2020, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 29.05.2020, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. **Objeto: Registro de Preços para Futuro e Eventual Fornecimento de Combustíveis (Gasolina Comum, Etanol, Óleo Diesel e Óleo Diesel S-10) para atender às necessidades da Administração Municipal**, sagrou-se vencedora a empresa: **AUTO POSTO ARINOS LTDA**, inscrita no CPNJ sob o n.º 05.798.923/0001-54, localizada à Avenida Rio de Janeiro, 968W, Centro, CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, sendo vencedora para os itens 02; 03; 04; 05 e 06, com valor global de R$ 2. 219.867,20 (dois milhões duzentos e dezenove mil oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), e a empresa: **AUTO POSTO BANDEIRANTES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, inscrita no CPNJ sob o n.º 22.620.102/0001-42, localizada à Avenida José Alves Bezerra, 1338, Residencial Bandeirantes, CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, sendo vencedora para os itens 01 com valor global de R$ 38.305,00 (trinta e oito mil e trezentos e cinco reais).

Juara –MT, 02 de junho de 2020.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Niterói, 81, centro, Juara - MT, inscrita no CNPJ 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito o Sr. Carlos Amadeu Sirena, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.181.389-3 SSP/PR e do CPF nº 578.160.189-91**,** vem através deste comunicar o **CANCELAMENTO** da licitação Pregão Presencial n.º 030/2020, cujo acolhimento de envelopes e abertura de sessão ocorreu na data do dia 04 de junho de 2020 ás 08h30 – Horário Local, tendo como objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transportes de Pacientes e Acompanhantes no Trecho Juara/MT / Cuiabá/MT / Juara/MT, emAtendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, atendendo a solicitação conforme oficio de nº 0678/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Juara-MT, em 02 de junho de 2020.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO LEI MUNICIPAL Nº 2.850/2020

Lei Municipal n° 2.850, de 2 de junho de 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Juara, a fazer a transposição e transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, constantes em seus respectivos Fundos de Saúde, provenientes de repasses do Ministério da Saúde, na Lei Municipal nº 2.817

de 14 de janeiro de 2020 - que dispõe sobre o orçamento para o exercício de 2020.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, a abertura credito suplementar no valor de R$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais) sobre a transposição e transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, constantes em seus respectivos Fundo de Saúde, provenientes de repasses do Ministério da Saúde junto a Lei Municipal nº 2.817 de 14 de janeiro de 2020 - que dispõe sobre o orçamento para o exercício de 2020, nos termos da Lei Complementar nº 172 de 15 de abril de 2020 que dispõe sobre transposição e transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.

Paragrafo único.Para esta finalidade, a realocação de recursos financeiros ficam incluídos no orçamento vigente de 2020 a atividade e os elementos de despesas através de abertura de credito suplementar a seguir:

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10	Saúde
Sub Função: 301	Atenção Básica
Programa: 0004	Melhorar o Serviço Público
Ação: 1.023	Aquis. Movs., Máqs., Equip. Perm. p/ Depto Ambulatorial
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente..... R$ 185.000,00

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10	Saúde
Sub Função: 301	Atenção Básica
Programa: 0004	Melhorar o Serviço Público
Ação: 1.027	Aquis. Movs., Máqs., Equip. Perm. p/ Div. Saúde Coletiva/ ESF
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente..... R$ 59.000,00

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10	Saúde
Sub Função: 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 0004	Melhorar o Serviço Público
Ação: 1.046	Aquisição de Veículos (Conselho de Saúde e Outros)
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente..... R$ 187.000,00

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10	Saúde
Sub Função: 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 0004	Melhorar o Serviço Público
Ação: 1.022	Aquis. Movs., Máqs., Equip. Perm. p/Depto Hospitalar
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente..... R$ 99.000,00

Art. 2º A despesa decorrente do crédito suplementar de que trata o artigo 1º correão por Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício 2019, Fontes 146 - Transferência Fundo a Fundo de Recurso do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Custeio e 147 - Transferência Fundo a Fundo de Recurso do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimentos, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Fica autorizado à inclusão desta despesa nos instrumento de planejamento exigido pela Lei Complementar 101/2000, na Lei Municipal nº 2. 775, de 24 de setembro de 2019, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, Lei Municipal nº 2.679, de 29 de dezembro de 2017, que trata do Plano Plurianual, período de 2018 a 2021 e suas alterações, e Lei Municipal nº 2.817, de 14 de janeiro de 2020, que trata da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 2 de junho de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.849/2020

Lei Municipal n° 2.849, de 2 de junho de 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Juara, a abrir credito suplementar na Lei Municipal nº 2.817 de 14 de janeiro de 2020 - que dispõe sobre o orçamento para o exercício de 2020.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir crédito suplementar junto a Lei Municipal nº 2.817, de 14 de janeiro de 2020, no valor de R$ 299.008,00 (duzentos e noventa e nove mil e oito reais), na dotação abaixo discriminada.

09.101	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302. 0004	Melhorar o Serviço Público
10.302. 0004. 1142	Obras – CER Tipo II – Centro Especializado de Reabilitação
44.90.51. 00	Obras e Instalações .... R$ 299.008,00
Fonte	147 - Transferência Fundo a Fundo de Recurso do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimentos

Art. 2º A despesa decorrente do crédito suplementar de que trata o artigo 1º correão por Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício 2019, Fonte 147 - Transferência Fundo a Fundo de Recurso do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimentos**,** nos termos do artigo 43, § 1º inciso I e § 2º da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Fica autorizado à inclusão desta despesa nos instrumento de planejamento exigido pela Lei Complementar 101/2000, na Lei Municipal nº 2. 775, de 24 de setembro de 2019, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, Lei Municipal nº 2.679, de 29 de dezembro de 2017, que trata do Plano Plurianual, período de 2018 a 2021 e suas alterações, e Lei Municipal nº 2.817, de 14 de janeiro de 2020, que trata da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 2 de junho de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

Oficio nº 068/2020/Licitação/PMJURUENA

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 075/2019A empresa **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**, devida-

mente inscrita no CNPJ sob o nº 24.418.133/0001-00, protocolou junto à Prefeitura Municipal de Juruena – MT, requerimento de Reajuste no valor dos itens dos quais foi sagrada vencedora no Pregão Presencial 019/2019, Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Medicamentos e Insumos e Equipamentos para Atender as demandas das Unidades Vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital, pelo período de 12 meses.

Em que pese em processos administrativos não haja severidade quanto ao formalismo, para que o recurso seja recebido e analisado pela Administração, deverá haver a observância de requisitos mínimos como a identificação correta da empresa e o modo correto de encaminhamento, bem como ao formalismo inerente ao processo administrativo, sendo os mesmos observados do referido Requerimento.

Após análise da assessoria Jurídica deste município, tem-se o seguinte parecer:

A empresa Detentora do referido Pregão, sagrou-se vencedora do Item:

01 – METRONIDAZOL CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5MG/ML CX COM 50 FRASCO

02 – AGUA DESTILADA – ESTERIL 10 ML. CX COM 200 FRASCO

14 – GLICOSE + CLORETO DE SODIO CX COM 24 FRASCO

27 – SOLUÇÃO DE RINGER SIMPLES CX COM 24 FRASCO

96 – ALCOOL ETILICO A 70% FRASCO COM 1 LITRO

104 – CATETER INTRAVENOSO RADIOPACO ESTERIAL 16 G CX COM 100 UNIDADES

O Tribunal de Contas da União, em sessão plenária realizada no dia 12 de junho de 2013, proferiu o entendimento de que: *"o desequilíbrio econômico financeiro do contrato não pode ser constatado a partir da variação de preços de apenas um serviço ou insumo, devendo resultar de um exame global da variação de todos os itens da avença" (Acórdão nº 1466/2013 – Plenário).*

O Sistema de Registro de Preços adotado no Pregão Presencial 019/2019*, visa justamente o Registro do valor o objeto licitado por um período de 12 meses, e conforme previsão Editalícia em seu item 9.1.*

" Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços";

O valor praticado pode sofrer variações no período de vigência da Ata de Registro de Preços, onde alguns itens podem sofrer reajustes para valores maiores enquanto outros podem sofrer reajustes para valores menores, devido a inúmeras razões.

Conforme o instrumento convocatório, sobre o valor registrado deve incidir alguns cálculos, conforme segue:

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

No tocante ao Requerimento postulado pela empresa **I MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME** *a assessoria jurídica do município de* Juruena entende que conforme Notas Fiscais anexada confirma o desequilíbrio *econômico financeiro, principalmente devido a que a empresa Licitante ofertou valores globais por* ITEM*, adequando o valor unitário de cada item a seu critério.*

O Parecer da assessoria jurídica foi acatado pelo Pregoeiro e Equipe de apoio, entendendo de igual forma ***PROCEDENTE*** **O AUMENTO,** *o pedido postulado pela empresa* **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME***, CONFORME SEGUE:*

PRODUTO	VALOR ANTIGO	REAJUSTE PORC.	VALOR ATUAL
01 – METRONIDAZOL CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5MG/ML CX COM 50 FRASCOS	R$ 134,13	137,30%	R$ 318,28
02 – AGUA DESTILADA – ESTERIL 10 ML. CX COM 200 FRASCO	R$ 31,85	52,82%	R$ 48,67
14 – GLICOSE + CLORETO DE SODIO CX COM 24 FRASCO	R$ 82,24	18,95%	R$ 97,82
27 – SOLUÇÃO DE RINGER SIMPLES CX COM 24 FRASCO	R$ 83,52	18,75%	R$ 99,18
96 – ALCOOL ETILICO A 70% FRASCO COM 1 LITRO	R$ 3,68	10,00%	R$ 4,05
104 – CATETER INTRAVENOSO RADIOPACO ESTERIAL 16 G CX COM 100 UNIDADES	R$ 60,28	11,36%	R$ 67,13

Desta forma, a empresa Detentora da Ata de Registro de Preços deverá nos enviar um aceite de reequilíbrio, e *deverá seguir com o fornecimento dos produtos ofertados, conforme solicitação da Secretaria, sob pena de sanções previstas no instrumento Convocatório, bem como na Lei de Licitações de n 8.666/1993.*

Nada mais havendo, lavrou-se a presente que vai assinada pelos membros abaixo identificado.

Juruena, 01 de junho de 2020.

Sandra Josy Lopes de Souza

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 102/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP, que será realizada no dia 17/06/2020, às 09:00 horas, (horário de Brasília) no portal www.bll.org.br, conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico SRP nº 014/2020, Processo Administrativo nº 049/2020. Informamos que o Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1346.

Objeto da Licitação:Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículo tipo Motocicleta, para atender as necessidades do DAEJUR – Departamento de Água e Esgoto de Juruena, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência anexo no Edital.

Entrega das Propostas: A partir de 03/06/2020 no portal: www.bll.org.br .

Juruena - MT, 02 de Junho de 2020.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

Oficio nº 069/2020/Licitação/PMJURUENA

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 075/2019A empresa **GOLDENPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.472.278/0001-64, protocolou junto à Prefeitura Municipal de Juruena – MT, requerimento de Reajuste no valor dos itens dos quais foi sagrada vencedora no Pregão Presencial 019/2019, Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Medicamentos e Insumos e Equipamentos para Atender as demandas das Unidades Vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município, conforme especifica-

ções e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital, pelo período de 12 meses.

Em que pese em processos administrativos não haja severidade quanto ao formalismo, para que o recurso seja recebido e analisado pela Administração, deverá haver a observância de requisitos mínimos como a identificação correta da empresa e o modo correto de encaminhamento, bem como ao formalismo inerente ao processo administrativo, sendo os mesmos observados do referido Requerimento.

Após análise da assessoria Jurídica deste município, tem-se o seguinte parecer:

A empresa Detentora do referido Pregão, sagrou-se vencedora do Item:

131 – LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO , TAMANHO EXTRA PEQUENO (PP)

O Tribunal de Contas da União, em sessão plenária realizada no dia 12 de junho de 2013, proferiu o entendimento de que: *"o desequilíbrio econômico financeiro do contrato não pode ser constatado a partir da variação de preços de apenas um serviço ou insumo, devendo resultar de um exame global da variação de todos os itens da avença" (Acórdão nº 1466/2013 – Plenário).*

O Sistema de Registro de Preços adotado no Pregão Presencial 019/2019*, visa justamente o Registro do valor o objeto licitado por um período de 12 meses, e conforme previsão Editalícia em seu item 9.1.*

" Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços";

O valor praticado pode sofrer variações no período de vigência da Ata de Registro de Preços, onde alguns itens podem sofrer reajustes para valores maiores enquanto outros podem sofrer reajustes para valores menores, devido a inúmeras razões.

Conforme o instrumento convocatório, sobre o valor registrado deve incidir alguns cálculos, conforme segue:

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

No tocante ao Requerimento postulado pela empresa **GOLDENPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** *a assessoria jurídica do município de* Juruena entende que conforme Notas Fiscais anexada confirma o desequilíbrio *econômico financeiro, principalmente devido a que a empresa Licitante ofertou valores globais por* ITEM*, adequando o valor unitário de cada item a seu critério.*

O Parecer da assessoria jurídica foi acatado pelo Pregoeiro e Equipe de apoio, entendendo de igual forma ***PROCEDENTE*** **O AUMENTO,** *o pedido postulado pela empresa* **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME***, CONFORME SEGUE:*

PRODUTO	VALOR ANTIGO	VALOR ATUAL
131 – LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO , TAMANHO EXTRA PEQUENO (PP)	R$ 17,10	R$ 26,00

Desta forma, a empresa Detentora da Ata de Registro de Preços deverá nos enviar um aceite de reequilíbrio, e *deverá seguir com o fornecimento dos produtos ofertados, conforme solicitação da Secretaria, sob pena de sanções previstas no instrumento Convocatório, bem como na Lei de Licitações de n 8.666/1993.*

Nada mais havendo, lavrou-se a presente que vai assinada pelos membros abaixo identificado.

Juruena, 01 de junho de 2020.

Sandra Josy Lopes de Souza

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e José Margreiter - ME

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Referente Prestação De Serviços Em Recapagem e Vulcanização de Pneus, Para Atender Demanda Das Secretarias Do Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 147.630,00 (Cento Quarenta Sete Mil, Seiscentos Trinta Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e José Margreiter - ME – CNPJ: 10.991.187/0001-96

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e F. Vachileski e Cia Ltda

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Referente Prestação De Serviços Em Recapagem e Vulcanização de Pneus, Para Atender Demanda Das Secretarias Do Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 208.550,00 (Duzentos Oito Mil, Quinhentos Cinquenta Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e F. Vachileski e Cia Ltda – CNPJ: 93.388.031/0008-19

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Agro Truk's Renovadora De Pneus Ltda

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Referente Prestação De Serviços Em Recapagem e Vulcanização de Pneus, Para Atender Demanda Das Secretarias Do Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 231.060,00 (Duzentos Trinta Hum Mil, Sessenta Centavos)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Agro Truk's Renovadora De Pneus – CNPJ: 06.312.945/0001-25

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020.

AVISO DE RESULTADO do Pregão Presencial Nº 00000011/2020. O Município de torna público o resultado do Julgamento da licitação supramencionada, julgada no dia 14 de Maio 2020, com inicio às 07:30, tendo como objeto registro de preços para futura e eventual contratação de empresa referente prestação de serviços em recapagem em vulcanização de pneus, para atender demanda das secretarias do município de juscimeira/mt das quais foram vencedoras as empresas: Itens 39198, 39201, 39204, 39206, 39209, 39216, 39217, 39225, **AGRO TRUK'S RENOBADORA DE**

PNEUS LTDA inscrita no CNPJ sob o número 06.312.945/0001-25 no valor de **R$ 231.060,00**; Itens 39207, 39212, 39214, 39219, 39221, 39223, 39224, 39226, 39227, 39229, 39230, 39231, 39233,

39234, 39235, 39236, 39237, 39238, 39243, **FENIX COMERCIO DE PNEUS LTDA - EPP** inscrita

no CNPJ sob o número 17.592.063/0001-87 no valor de **R$ 220.250,00**; Itens 39195, 39196, 39197, 39202, 39215, 39218, 39239, 39240, 39241, 39242, **JOSE MARGREITER - ME** inscrita no CNPJ

sob o número 10.991.187/0001-96 no valor de **R$ 147.630,00**; Itens 39203, 39208, 39211, 39220, 39222, **F.VACHILESKI E CIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o número 93.388.031/0008-19 no valor de **R$ 208.550,00**; Itens 39199, 39200, 39205, 39210, 39213, 39228, 39232, **PNEUS VIA NOBRE**

LTDA inscrita no CNPJ sob o número 01.976.860/0048-91 no valor de **R$ 150.290,00**. JUSCIMEIRA - MT, 1 de Junho de 2020.

MAIKO WILSON CUNHA DE ALMEIDA

PREGOEIRO

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Pneus Via Nobre Ltda

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Referente Prestação De Serviços Em Recapagem e Vulcanização de Pneus, Para Atender Demanda Das Secretarias Do Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 150.290,00 (Cento Cinquenta Mil, Duzentos Noventa Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Pneus Via Nobre Ltda – CNPJ: 01.976.860/0048-91

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Fenix Comercio De Pneus Ltda - EPP

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Referente Prestação De Serviços Em Recapagem e Vulcanização de Pneus, Para Atender Demanda Das Secretarias Do Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 220.250,00 (Duzentos Vinte Mil, Duzentos Cinquenta Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Fenix Comercio De Pneus Ltda - EPP – CNPJ: 17.592.063/0001-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO Nº 08/2020

A Prefeitura Municipal de Lambari D´Oeste – MT, em 02 de junho de 2020, através de seu Pregoeiro oficial, em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" Nº 08/2020, tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE HOSPEDAGEM E REFEIÇÕES DO TIPO POR QUILO, SELF-SERVICE, PRATO PRONTO E MARMITEX DE FORMA PARCELADA, CONFORME ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LAMABARI D´OESTE-MT,** conforme anexo do edital, a empresa ELIETE TARGA GOMES, inscrita no CNPJ n.º 06.195.173/0001-99, sediada na Avenida Boa Vista, n.º 3045, Centro, Lambari D'Oeste-MT, CEP 78.278-000, sagrou-se vencedora dos itens (do 1 ao 8), totalizando o valor de R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), preço final.

Lambari D´Oeste-MT, 02 de junho de 2020.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 024/2020 - RELAÇÃO DOS MEMBROS DO FUNDEB 2020

DECRETO Nº 024/2020

de 02 de junho de 2020

"ALTERA O DECRETO N°023/2020 QUE NOMEIA E REESTRUTURA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB PARA O EXERCICIO 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, ALTERANDO O CARGO DE VICE-PRESIDENTE".

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do **FUNDEB** do município de Luciara-MT - titulares e suplentes – indicados pelas respectivas classes representativas, nos termos da Legislação Municipal, como se segue:

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Titular: Rozângela Pereira Dary

CPF: 568.494.601-10

Suplente: Marília Irineu Cunha

CPF: 894.010.261-49

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: José Sérgio Bizerra Arruda

CPF: 884.328.661-72

Suplente: Hanna Karolline Sousa de Oliveira

CPF: 056.168.031-03

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Titular: Ana Lúcia Pereira Rodrigues

CPF: 919.844.671-15

Titular: Gleidiane Ferreira da Cruz

CPF: 021.594.611.13

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Titular: Claudilene Nascimento Pereira

CPF: 778.330.071-53

Titular: Luciana Silva dos Santos

CPF: 977.408.961-87

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS BÁSICAS.

Titular: Rosemy Serpa Luz

CPF: 003.406.491-51

Suplente: Arlete Ferreira da Cruz Martins

CPF: 785.109.531-04

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNO DA EDUCAÇÃO BASICA

Titular: Andréia Sousa Kauffmann

CPF: 755.009.731-34

Suplente: Geisna Silva Braga

CPF: 001.128.231-22

Titular: Gardenha Lima de Souza

CPF: 014.058.721-79

Suplente: Thauana Barbosa Correia

CPF: 023.810.172-08

REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Titular: Milena Sousa Silva

CPF: 082.376.261-09

Suplente: Francisco Júnior Gama Lima

CPF: 569.019.501-44

REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDÁRIAS

Titular: Raquel Alves Menezes

CPF: 060.932.291-57

Suplente: Said Gama Souza

CPF: 703.290.691-52

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Deive Diane Ferreira Seixas Alves

CPF: 027.874.881-37

Titular: Rosana da Silva Teixeira de Melo

CPF: 020.385.761-57

Art. 2º - A Comissão do Conselho Municipal do FUNDEB, para o exercício de 2020, fica composta da seguinte forma:

1. Presidente: Rosemy Serpa Luz

2. Vice Presidente: Ana Lúcia Pereira Rodrigues

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 02 de Junho de 2020.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2020

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no Art. 25, Inciso I da Lei Federal 8.666/93, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO a favor da empresa ARMCO STACO S.A. INDÚSTRIA METALÚRGICA, inscrita no CNPJ sob o nº 72.343.882/0001-07, objetivando a Contratação de empresa especializada para fornecimento de tubo metálico corrugado para substituição de bueiro no município de Marcelândia/MT, conforme demonstrado no projeto arquitetônico, planilhas orçamentárias e memoriais descritivos apresentados pelo departamento de engenharia desta municipalidade, perfazendo o valor total da contratação em **R$ 12.904,00 (doze mil, novecentos e quatro reais).** Tal contratação justifica-se em virtude da citada empresa ter patente dos produtos e carta de exclusividade fornecida pela Confederação Nacional da Indústria – CNI atestando que a empresa é a única fabricante e fornecedora exclusiva do produto no Brasil, o que torna inviável a abertura de um processo licitatório e impossibilita a competitividade.

Marcelândia/MT, 02 de junho de 2020

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

P U B L I Q U E – S E

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de tubo metálico corrugado para substituição de bueiro no município de Marcelândia/MT, conforme Inexigibilidade nº 003/2020.

CONTRATADA: ARMCO STACO S.A. INDUSTRIA METALURGICA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

VALOR: R$ 12.904,00 (doze mil, novecentos e quatro reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 14/08/2020

DATA ASSINATURA: 02/06/2020

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
COVID-19: AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020

O Sr. **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que, após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93 e alterações, a **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 005/2020,** a favor da contratação da empresa **CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 13.470.384/0001-58, objetivando a **aquisição de equipamentos de proteção individual para os profissionais da Saúde que estão trabalhando nas ações de enfrentamento a pandemia de COVID-19 de interesse da Secretaria de Saúde do Município de Marcelândia/MT,** no valor de 12.689,30 (doze mil, seiscentos e oitenta e reais e trinta centavos).

Marcelândia/MT, 02 de junho de 2020.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2019

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem **ADITAR** o valor mencionado na Cláusula terceira do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 021/2019, que tem como o objeto o seguinte: **Contratação de empresa especializada para a execução da obra de reforma da unidade de atenção especializada em saúde (Hospital Maria Zélia) no município de Marcelândia-MT – Contrato de Repasse nº 863761/2017- M. Saúde – Caixa.**

CONTRATADA: SIM ENGENHARIA EIRELI.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

VALOR DA ADIÇÃO: R$ 66.064,55 (sessenta e seis mil, sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA ASSINATURA: 02/06/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DECRETO Nº 3.276, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

"ESTABELECE NOVAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, COM RESTRIÇÕES ÀS ATIVIDADES PRIVADAS PARA PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito de Matupá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas por Lei, e;

CONSIDERANDO, o aumento no número de casos de pessoas diagnosticas com Covid-19 no Município de Matupá;

CONSIDERANDO, a reunião do Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus com análise da situação envolvendo o Município de Matupá.

DECRETA:

Art. 1° Este Decreto estabelece novas medidas por prazo determinado de prevenção e enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Matupá.

Art. 2º Até 30/06/2020 fica proibido a aglomeração de pessoas em áreas públicas, em especial, o complexo turístico dos lagos e praças públicas, podendo apenas a frequência para fazer caminhada ou corrida usando máscara e de forma individual.

Art. 3º Até 15/06/2020 ficam fechadas as feiras livres.

Art. 4º Até 30/06/2020 os estabelecimentos do tipo restaurantes, bares, lanchonetes, trailers, sorveterias, conveniências e estabelecimentos congêneres podem trabalhar com atendimento no local do estabelecimento até as 21:00 horas.

Parágrafo único. Excluem-se da restrição de horário os estabelecimentos localizados às margens da rodovia BR 163.

Art. 5º Aplicam-se as demais medidas vigentes para os casos que não contrarie o presente decreto, em especial, referentes ao uso de máscaras, distanciamento mínimo de 1,5 metros entre as pessoas nas áreas internas e externas dos estabelecimentos a fim de evitar contado e aglomerações, referentes a limpeza, higienização e disponibilização aos frequentadores de local para lavar as mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%.

Art. 6º As pessoas jurídicas que não cumprirem com as determinações exaradas nos decretos com medidas de prevenção e enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Matupá, serão aplicadas penalidades nos termos do Código Sanitário Municipal – Lei Complementar nº 28/2005:

I – interdição do estabelecimento por 30 dias com a suspensão da licença municipal de funcionamento e localização;

II – multa nos valores do artigo 219 do Código Sanitário Municipal, nos valores de R$ 351,00 para infração leve, R$ 819,00 para infração grave e R$ 1.872,00 para infração gravíssima.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL
COVID-19: AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 029/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 18 de junho de 2020 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MÁSCARA DE TECIDO PARA PROTEÇÃO E TAPETE SANITIZANTE PEDILÚVIO PARA PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID 19) EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE MATUPÁ". Maiores informações através do Edital nº. 053/2020, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00-min às 11h00min. Matupá – MT, 02 de junho de 2020.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2020 – Tipo de Licitação: MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ENQUADRADAS COMO **ME – Micro Empresa (incluindo EI – Empreendedor Individual) e EPP – Empresa de Pequeno Porte** para aquisição de SERVIÇOS DE LAVAGEM A JATO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Credenciamento, recebimento das propostas escritas e início da sessão: **19 de junho de 2020 às 8 horas.** LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Sala do Departamento de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste – MT na Rua Antonio Tavares n. 3310. Aquisição do edital pelo site: https://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/pg.phparea=LICITACOES. Informações fone: (0*65) 3241.1012/3090/5152. PREGOEIRO: **LUISMAR DA SILVA MARTINS**. Portaria 143/2018. M. D' Oeste, 03/06/2020.

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2020 – Tipo de Licitação: MAIOR DESCONTO POR LOTE. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE POSTO DE MOLAS/SUSPENSÃO (COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, SE NECESSÁRIO) PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**. Credenciamento, recebimento das propostas escritas e início da sessão: **17 de junho de 2020 às 8 horas.** LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Sala do Departamento de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste – MT na Rua Antonio Tavares n. 3310. Aquisição do edital pelo site: https://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/pg.php?area=LICITACOES. Informações fone: (0*65) 3241.1012/3090/5152. PREGOEIRA: Célia Regina de Mattos Prado. Portaria 143/2018. M. D' Oeste, 03/06/2020.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 220 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DEFINE PRAZO PARA ASSINATURA DE TERMO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 6º DO DECRETO Nº 3734 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, tendo em vista a necessidade do cumprimento do que trata o decreto nº. 3734/2020 que ***"Dispõe sobre a prorrogação das atividades educacionais no âmbito do município de*** **Mirassol D´Oeste***, MT, e dá outras providências.",*

R E S O L V E

Art. 1º - Fica definida a data limite de 05 de junho do corrente ano, como data limite para assinatura do Termo de Concordância de que trata o Parágrafo Único do Artigo 6º do Decreto 3.734/2020.

Art.2º - A não assinatura do referido Termo até a data definida ensejará em rescisão unilateral do contrato.

Art. 3º - As unidades educacionais deverão encaminhar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura, a nominata acompanhada de cópia do referidos termos até o dia 08 do corrente mês e ano.

Art. 4º - A presente Portaria entra e vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 02 de junho de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 16/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E AVIAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, sendo vencedoras as empresas abaixo, conforme itens e valores constantes da relação anexa: APPOLARI INFORMATICA LTDA - ME o item 1, com o valor de R$ 227,50 (duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos); o item 2, com o valor de R$ 228,50 (duzentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos); o item 3, com o valor de R$ 308,00 (trezentos e oito reais); o item 8, com o valor de R$ 589,20 (quinhentos e oitenta e nove reais e vinte centavos); o item 9, com o valor de R$ 379,80 (trezentos e setenta e nove reais e oitenta centavos); o item 13, com o valor de R$ 24,00 (vinte e quatro reais); o item 16, com o valor de R$ 158,40 (cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos); o item 20, com o valor de R$ 60,00 (sessenta reais); o item 21, com o valor de R$ 80,00 (oitenta reais); o item 23, com o valor de R$ 130,00 (cento e trinta reais); o item 24, com o valor de R$ 116,90 (cento e dezesseis reais e noventa centavos); o item 25, com o valor de R$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais); o item 31, com o valor de R$ 60,00 (sessenta reais); o item 32, com o valor de R$ 979,20 (novecentos e setenta e nove reais e vinte centavos); o item 35, com o valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais); o item 36, com o valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais); o item 38, com o valor de R$ 120,00 (cento e vinte reais); o item 40, com o valor de R$ 47,60 (quarenta e sete reais e sessenta centavos); o item 42, com o valor de R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais); o item 44, com o valor de R$ 2.187,00 (dois mil, cento e oitenta e sete reais); o item 46, com o valor de R$ 2.627,50 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos); o item 48, com o valor de R$ 3.956,00 (três mil, novecentos e cinquenta e seis reais); o item 50, com o valor de R$ 300,00 (trezentos reais); o item 52, com o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais); o item 54, com o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais); o item 56, com o valor de R$ 1.646,00 (um mil, seiscentos e quarenta e seis reais); o item 58, com o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais); o item 60, com o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais); o item 62, com o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais); o item 64, com o valor de R$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais); o item 66, com o valor de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais); o item 68, com o valor de R$ 822,25 (oitocentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos). Perfazendo o valor total de R$ 88.392,85 (oitenta e oito mil, trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos). CONTATOS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA-EPP o item 4, com o valor de R$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais); o item 5, com o valor de R$ 28,00 (vinte e oito reais); o item 6, com o valor de R$ 199,50 (cento e noventa e nove reais e cinquenta centavos); o item 7, com o valor de R$ 297,50 (duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos); o item 10, com o valor de R$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais); o item 11, com o valor de R$ 2.596,50 (dois mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos); o item 12, com o valor de R$ 3.940,00 (três mil, novecentos e quarenta reais); o item 15, com o valor de R$ 190,05 (cento e noventa reais e cinco centavos); o item 17, com o valor de R$ 390,00 (trezentos e noventa reais); o item 18, com o valor de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais); o item 22, com o valor de R$ 66,00 (sessenta e seis reais); o item 26, com o valor de R$ 343,00 (trezentos e quarenta e três reais); o item 27, com o valor de R$ 392,00 (trezentos e noventa e dois reais); o item 28, com o valor de R$ 343,00 (trezentos e quarenta e três reais); o item 29, com o valor de R$ 343,00 (trezentos e quarenta e três reais); o item 30, com o valor de R$ 343,00 (trezentos e quarenta e três reais); o item 33, com o valor de R$ 289,30 (duzentos e oitenta e nove reais e trinta centavos); o item 34, com o valor de R$ 1.417,00 (um mil, quatrocentos e dezessete reais); o item 37, com o valor de R$ 119,60 (cento e dezenove reais e sessenta centavos); o item 39, com o valor de R$ 199,90 (cento e noventa e nove reais e noventa centavos); o item 41, com o valor de R$ 239,60 (duzentos e trinta e nove reais e sessenta centavos); o item 43, com o valor de R$ 298,00 (duzentos e noventa e oito reais); o item 45, com o valor de R$ 498,96 (quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos); o item 47, com o valor de R$ 15.760,00 (quinze mil, setecentos e sessenta reais); o item 49, com o valor de R$ 447,00 (quatrocentos e quarenta e sete reais); o item 51, com o valor de R$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais); o item 53, com o valor de R$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais); o item 55, com o valor de R$ 2.998,50 (dois mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos); o item 57, com o valor de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais); o item 59, com o valor de R$ 298,00 (duzentos e noventa e oito reais); o item 61, com o valor de R$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais); o item 63, com o valor de R$ 119,20 (cento e dezenove reais e vinte centavos); o item 65, com o valor de R$ 312,00 (trezentos e doze reais); o item 67, com o valor de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais); o item 19, com o valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Perfazendo o valor total de R$ 41.740,61 (quarenta e um mil, setecentos e quarenta reais e sessenta e um centavos). O item 14 foi DESERTO. Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 130.133,46 (cento e trinta mil, cento e trinta e três reais e quarenta e seis centavos). **HOMOLOGADO** em 01/06/2020. Mara Aparecida Amarante - Portaria 143/2018. M. D' Oeste, 01/06/2020.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 221 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela fiscalização dos serviços de REFORMA DO CENTRO EDUCACIONAL VEREADOR EDSON ATHIER ALMEIDA TAMANDARÉ, conforme Contrato 025/2020.

MARCUS VINICIUS GRANADO PERPINELLI

Engº. Civil CREA-MT 037359 - Matricula nº 27533.

RG: 1932626-2 SSP/MT CPF: 038.442.511-97

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 02 de junho de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 222 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela fiscalização dos serviços de imprimação de base de pavimentação com emulsão C-M30 e construção de pavimento com tratamento superficial duplo com banho diluído e capa selante, conforme Contrato 026/2020.

MARCUS VINICIUS GRANADO PERPINELLI

Engº. Civil CREA-MT 037359 - Matricula nº 27533.

RG: 1932626-2 SSP/MT CPF: 038.442.511-97

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 02 de junho de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
DECRETO Nº 3733 , DE 26 DE MAIO DE 2020

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2020

DECRETO Nº 3733 , DE 26 DE maio DE 2020

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2020, respeitados os limites impostos pela Lei nº 1573 de 18/12/2019 (Lei Orçamentária Anual - 2020).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1573 de 18 de dezembro de 2019 que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Fica remanejado os valores de elemento de despesa para outro elemento de despesa até o nível de modalidade de aplicação que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2019, nos termos do anexo a este decreto.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1573, de 18 de dezembro de 2019) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Os serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal providenciarão os registros relativos ao cumprimento dos termos deste Decreto.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 26 de maio de 2020

_____
EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
Prefeito Municipal

ANEXO

LOCAL:	06	SECRETARIA DE SAUDE
	02	EXECUTIVO
Programa:	0028	ATENCAO BASICA A SAUDE

ACRÉSCIMOS

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
417	10.301.0028.2036.0000 3.3.90.46.00	0028 AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO		14.667,00

DECRETO Nº 3733 , DE 26 DE maio DE 2020

LOCAL:	07	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
	02	EXECUTIVO
Programa:	0018	GERENCIAMENTO DO TRANSITO

ACRÉSCIMOS

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
544	26.782.0018.2048.0000 3.3.90.39.00	0018 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		96,85
	TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES			14.763,85

LOCAL:	06	SECRETARIA DE SAUDE
	02	EXECUTIVO
Programa:	0028	ATENCAO BASICA A SAUDE

REDUÇÕES

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
418	10.301.0028.2036.0000 3.3.90.93.00	0028 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		-14.667,00

LOCAL:	07	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
	02	EXECUTIVO
Programa:	0018	GERENCIAMENTO DO TRANSITO

REDUÇÕES

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
542	26.782.0018.2048.0000 3.3.90.30.00	0018 MATERIAL DE CONSUMO		-96,85
	TOTAL DAS ANULAÇÕES			-14.763,85

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 024/2020 –Tipo de Licitação: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E SERVIÇOS DE RECAGEM/VULCANIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE TODA A FROTA VEICULAR, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS. Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de

preços: **18/06/2020 às 09h. (horário de Brasilia).** Local: www.licitanet.com.br**. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (0**65) 3241.1012/5152. PREGOEIRO: JUSCELINO DA SILVA ALMEIDA - Portaria 143/2018. M. D'Oeste, 02/06/2020.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº.177/2020

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora **Glória Andisa de Almeida**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora Glória Andisa de Almeida, portadora do RG nº. 1422179-9 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 981.052.801-91, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir do dia 01/06/2020, referente ao período aquisitivo 2013/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 01/06/2020 de 2020, revogando as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 29 de maio de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 67/2020

Dispõe sobre a prorrogação de prazo da Portaria nº 003/2020, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei,

Considerando as dificuldades de realização das oitivas necessárias à condução do processo, objeto da Portaria nº 003/2020, que se estabelece por ocasião da Pandemia do COVID- 19.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo da Portaria nº 003/2020 para o dia 29 de maio de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de março de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº.176/2020

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora **Elina Delfina Pereira Silva**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora Elina Delfina Pereira Silva, portadora do RG nº. 1.447.773-4 SEJSP/MT, inscrita no CPF nº. 900.887.941-72, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir do dia 01/06/2020, referente ao período aquisitivo 2013/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 01/06/2020 de 2020, revogando as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 29 de maio de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº. 758-2020, 28 DE MAIO DE 2020, POR CONTER ERRO MATERIAL DE DIGITAÇÃO

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES,** Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear abaixo as pessoas relacionadas como Conselheiros Titulares e Suplentes para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO,** dando cumprimento à Constituição Federal de 1988, Lei 9.394/96 – LDB (Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação), Lei Orgânica Municipal Art. 172 e Lei Complementar Municipal nº 027/05 de 09/11/2005, Titulo IV, Secessão II, Arts. 15 à 34, e Decreto Municipal nº 006/04/2006;

I) Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação representando, necessariamente, pelo Secretário Municipal de Educação, dentre os educadores com experiência na educação básica do magistério público:

Suplentes: Benedito Antônio de Almeida Neto substituir por Cibelle Flaviana Silva

VII) Dois representantes da Assessoria Pedagógica do Município

Titular: Maccionilio Marques Lemes sendo substituído por Renato Rodrigues dos Santos

IX) Dois representantes do Poder Legislativo

Suplente: Vagnir Barbosa Batista sendo substituído por Geovania Neris Soares

§ 1° - O processo de indicação e escolha dos representantes que irão compor o Conselho Municipal de Educação se dará em Assembleia por eleição, indicação de seus pares ou segmentos;

§ 2° - Cada titular terá um suplente, nomeado da mesma forma que aquele, tendo direito de participar das discussões e de votar, só na ausência do Titular;

Art. 2° - O Conselho Municipal de Educação de Nortelândia-MT, é um órgão Colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Educação, que tem por finalidade orientar, coordenar, acompanhar, fiscalizar, participar, deliberar, mobilizar e assessorar a política municipal de Educação.

Art. 3° - O CME tem por objetivo fundamental assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes, planejamento e gestão da Educação do Município, concorrendo para levar a qualidade dos serviços educacionais, contribuindo para a democratização da gestão educacional no município e atuar na defesa intransigente do direito de todos à educação de qualidade.

Art. 4° - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação terá sua validade legal de acordo com a portaria anterior (Portaria 628-2019).

PARÁGRAFO ÚNICO. Excepcionalmente, após o término do primeiro mandato só deverão ser reconduzidos cinquenta por cento dos Conselheiros.

Art. 5° - As funções dos Conselheiros serão consideradas de relevante interesse social e o seu exercício terá prioridade sobre o de qualquer cargo público municipal de que sejam titulares os seus membros, sendo exercida sem ônus para os cofres públicos.

PARÁGRAFO ÚNICO. As funções estão previstas na Lei Municipal de Criação e Decreto Municipal de Instituição do Conselho Municipal da Educação.

Art. 6º - O Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Vice-Secretário, Tesoureiro, Vice Tesoureiro do Conselho Municipal de Educação, escolhidos dentre os Conselheiros nomeados, serão eleitos por um período de dois anos, permitida uma reeleição;

Art. 7º. O Conselho Municipal de Educação funcionará em Sessão do Plenário e em reunião de Comissões Permanentes na forma regimental.

Art. 8º - As decisões do Conselho Municipal de Educação serão tomadas em forma de Resoluções, que deverão ser homologadas pelo Secretário Municipal de Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Além das Resoluções, o Conselho poderá adotar instruções, indicações e outros atos, previsto em seu Regimento Interno, a serem observados pelos órgãos e instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino, com a devida homologação pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 9º - A presente Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 DE MAIO DE 2020.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

JEANE QUINTEIRO UCHOA

SECRETÁRIA MUNIICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
RESOLUÇÃO N° 003/2020 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO N° 003/2020

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e com base no colegiado em reunião de caráter extraordinário no dia vinte nove de Maio do ano de dois mil e vinte.

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei n° 188/2011 de 22 de Setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Plano Anual de Gestão 2020.

Art.2° - Aprovar Sispacto 2020.

Nortelândia, 29 de Maio de 2020.

Eltron da Silva Carvalho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO PRESENCIAL 007/2020

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL 007/2020.

RECORRENTE: ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS

CNPJ: 27.331.614/0001-02

RECORRIDO: ADRIANO DOS REIS EIRELI

CNPJ: 26.766.947/0001-00

Trata-se de pregão eletrônico 007/2020, para aquisição de filtros, óleos, baterias e demais equipamentos para manutenção de veículos, conforme estabelecido no termo de referência do Anexo I.

A sessão pública de abertura do Pregão ocorreu nos dias 12 e 13 de maio de 2020 e, após análise da proposta e documentação de habilitação, a empresa ADRIANO DOS REIS EIRELI, ora recorrida, foi declarada vencedora em diversos itens do certame. Aberto o prazo para intenção de recurso a licitante ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS, recorrente, manifestou intenção de interpor recurso contra alguns itens da recorrida, alegando serem, produtos de segunda linha, indo de encontro ao disposto no termo de referência do edital do pregão presencial 007/2020.

I.DA TEMPESTIVIDADE

Ainda durante a sessão pública, foi dado ciência aos interessados, dos prazos estabelecidos para apresentação das razões do recurso e contrarrazões, conforme disposto na Ata de Sessão. A empresa ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS enviou, tempestivamente, os memoriais das razões do Recurso Administrativo.

II. DO PEDIDO DA RECORRENTE

2.1 Alega, resumidamente, e após requer que:

a) Os itens 29214, 31463, 30967, 29212, 29213, 30904, 32306, 31809, apresentados pelo recorrido vão de encontro ao exigido pelo Termo de Referência, frustrando assim, a condição imposta de produtos de primeira linha.

b) Requer a desclassificação dos referidos itens do certame.

III. DAS CONTRA-RAZÕES

A empresa ADRIANO DOS REIS EIRELI não apresentou Contrarrazões do recurso.

IV. DA ANÁLISE DO RECURSO

Ao darmos prosseguimento à análise do pleito, informo, inicialmente, que na análise do presente recurso, não foram juntados, à peça recursal, pelo RECORRENTE, de documentos ou indicação de critérios objetivos usados para apontar a qualidade, ou falta dela, dos itens ora em comento.

Passa-se agora, à análise do mérito recursal apresentado pela recorrente, temos que o cerne da questão é a desclassificação dos referidos produtos ofertados pela empresa recorrida, por não atenderem as descrições exigidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, inviabilizando sua aquisição pelo ente demandante.

Vejamos o que diz referido subitem: (...) Anexo I (...) **REQUISITO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS** – SERÃO ACEITOS SOMENTE PRODUTOS DE PRIMEIRA LINHA, SUJEITANDO-SE A DESQUALIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE QUALIDADE INFERIOR.

O recorrente alega que alguns itens contidos na proposta do recorrido desatendem o disposto no Termo de referência, uma vez que não são produtos de primeira linha. Contudo, o recorrente não apresentou nenhum documento comprovando o alegado, impossibilitando assim, o provimento do presente recurso.

V. DA DECISÃO

Desta forma, recebo o recurso interposto, dele conheço porque tempestivo, para no mérito **nega-lhe provimento**, consubstanciado na análise dos termos e fundamentos ora expostos.

Por não restar dúvida quanto à regularidade da sessão pública realizada, observadas todas as formalidades dos princípios da isonomia, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo, mantenho a decisão em declarar a empresa ADRIANO DOS REIS EIRELI vencedor dos itens ora recorridos.

Em atenção ao art. §4o, do art. 109 da Lei 8.666/93, encaminham-se os autos à decisão da autoridade superior.

Nortelândia-MT, 26 de Maio de 2020.

Rafhael Denner Berigo do Nascimento

Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020

A PREFEITURA DE NORTELÂNDIA-MT, através de seu Presidente da Comissão de Licitação, torna público aos interessados que o Processo Licitatório nº 012/2020 – Pregão Presencial nº 009/2020, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo com o objeto: **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, URNAS FUNERÁRIAS E EMBALSAMENTO** PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NORTELÂNDIA, em conformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, foi declarado **DESERTO**, tendo em vista que não apareceram empresas interessadas em participar no referido certame, quando da Sessão Pública do pregão.

Nortelândia-MT, 02 de Junho de 2020.

RAFHAEL DENNER BERIGO DO NASCIMENTO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 194/2020

Portaria nº 194/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **LOCENIL SAVIO DA COSTA**, brasileiro, RG: 0983801-5 SSP/MT, CPF: 594.270. 511-91,residente na Avenida Júlio Campos em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da Ata de Registro de Preço **nº 039/2020** - Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – aquisição de insumos médico-hospitalar para garantir o atendimento dos usuários nas unidades de saúde do município proveniente dos procedimentos gerados nos atendimentos de urgência, emergência e internações do Hospital Municipal e das demais unidades e serviços relacionados á saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 038/2019, anexo do edital de Pregão Eletronico nº 024/2019 – Empresas MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICO E PESQUISA LTDA EPP, a partir de 24/03/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 193/2020

Portaria nº 193/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **LOCENIL SAVIO DA COSTA**, brasileiro, RG: 0983801-5 SSP/MT, CPF: 594.270. 511-91,residente na Avenida Júlio Campos em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da Ata de Registro de Preço **nº 038/2020** - Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – aquisição de insumos médico-hospitalar para garantir o atendimento dos usuários nas unidades de saúde do município proveniente dos procedimentos gerados nos atendimentos de urgência, emergência e internações do Hospital Municipal e das demais unidades e serviços relacionados á saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 038/2019, anexo do edital de Pregão Eletronico nº 024/2019 – Empresas CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, a partir de 24/03/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO N.º 000163/2020-1 - NA PUBLICAÇÃO DO JORNAL DA AMM, NO DIA08/05/2020 – ANO XV Nº. 3.474 - DISPENSA N.º 035/2020.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO N.º 000163/2020-1 - na publicação do Jornal da AMM, no dia08/05/2020 – ANO XV Nº. 3.474 - DISPENSA N.º 035/2020.

ONDE SE LE:

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Ficha**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
08	**Próprio**	**02277 – Manutenção De Vias Publicas**	**395**	**33.90.39.00**	**100**	**15.000,00**
TOTAL 15.000,000						

LEIA-SE

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Ficha**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
08	**Próprio**	**02277 – Manutenção De Vias Publicas**	**410**	**33.90.39.00**	**100**	**15.000,00**
TOTAL 15.000,000						

Nossa Senhora do Livramento, 02 de Junho de 2020.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA 004/2020

INSTRUÇÃO NORMATIVA 004/2020

Dispõe sobre as normas a serem adotadas pelas instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino Nossa Senhora do Livramento- MT, enquanto perdurar as orientações sanitárias sobre a situação de pandemia pelo COVID-19 (Coronavírus) e reorganização do calendário escolar.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavirus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias.

Considerando que a LDBEN 9394/96 no Art.23 § 2º, prevê a competência do respectivo Sistema de Ensino para a definição do Calendário Escolar, adequando- as peculiaridades locais. Sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, inclusive por questões climáticas e econômicas, garantindo a obrigatoriedade do cumprimento do Art. 24, inciso I.

Considerando que, no dia 11 de março de 2020, a organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo COVID-19.

Considerando a Portaria nº 188/ GM/MS de 04 de fevereiro de 2020 que declara Emergência em saúde pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo COVID-19

Considerando a autonomia dos Sistemas de Ensino para deliberarem quanto a questões operacionais relativas ao calendário anual das instituições escolares, desde que assegurada a carga horaria mínima de 800(oitocentas) horas, distribuídas em 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar, pelo estudante da Educação Básica e suas modalidades, conforme o Art.24 da LDBEN 9.394/96.

Considerando que a Pandemia Provocada pelo COVID-19, neste período, mobiliza o órgão normativa para regulamentar, de forma excepcional e temporária, as atividades letivas.

RESOLVE:

Art. 1º Adotar as providencias necessárias e suficientes para assegurar cumprimento dos dispositivos da LDBEN 9.394/96, em termos de parâmetro organizativos das atividades escolares e execução de seus currículos e programar em especial o artigo 24 (cumprimento dos 200 dias de efetivo trabalho escolar bem como da carga horaria mínima anual de 800 horas na Educação Básica).

Art. 2° - As Instituições do Sistema Municipal de Ensino de Nossa Senhora do Livramento – MT, a critério de suas Mantenedoras, de forma excepcional, por conta da pandemia do COVID-19, ficam autorizadas a reorganizarem seus calendários escolares, durante esse período de isolamento social, podendo propor, para além da reposição de aulas de forma presencial, a mediação didático-pedagógica à distância nos processos de ensino e aprendizagem com a utilização de meios e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para desenvolver atividades educativas remotas extraescolares para os estudantes devidamente matriculados.

Art. 3º Em sua reorganização as escolas precisam

I. Assegurar medidas que amenizem as perdas dos estudantes devido a suspensão de atividades presencias nas instituições de ensino, a fim de garantir as aprendizagens previstas nos projetos Pedagógicos. II. Garantir que seja adequado as peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e de saúde sem, com isso reduzir o número de horas letivas previstas em Lei ou seja sem redução das oitocentas horas de atividade escolar obrigatória. Conforme previsto no §2º do art.23 da LDBEN 9.394/96.

Art.4º - Excepcionalmente, enquanto permanecer as medidas de prevenção ao COVID- 19, as instituições escolares que dispuserem de recursos da tecnologias de informação e comunicação, poderão ofertar material de estudos e atividades escolares a serem realizadas e consideradas como aulas não presenciais que devem ser pensada de forma a atender a carga horária diária correspondente e prevista para período, registrando –se a frequência dos alunos de acordo com o desenvolvimento das atividades propostas as quais devem ser registradas e arquivadas comprovando-se assim as atividades escolares realizadas fora da instituição escolar.

Art.5º- Conforme o parecer do CNE/CP Nº 5/2020 que traz orientações para as secretarias e escolas para encaminhamentos de atividades considerando as desigualdades estruturais da educação do país traz em seu texto várias sugestões de flexibilidades de carga horaria da educação.

Art.6°- Em sua reorganização pedagógicas as escolas precisam:

I. Possibilitar o contato com os pais ou responsáveis pelas atividades, mais efetivo com o uso de internet, celular ou mesmo de orientações de acesso síncrono ou assíncrono, sempre que possível. A escola, por sua vez, poderá definir a oferta do instrumento de resposta e feedback, caso julgue necessário. Essa possibilidade pode se configurar como algo viável e possível mesmo para a zona rural. II. Envio de material de suporte pedagógico organizado pelas escolas para as famílias ou responsáveis, considerando os cuidados necessários para evitar grandes aglomerações quando a entrega for feita na própria escola III. **Educação Infantil** para crianças das creches **(0 a 3 anos),** as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para auxiliar pais ou responsáveis que não têm fluência na leitura, sugere-se que as escolas ofereçam aos cuidadores algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas nas atividades e garantir a qualidade da leitura. IV. Crianças da pré-escola **(4 e 5 anos),** as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e algumas atividades em meios digitais quando for possível. A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos, desenhos, atividades apostiladas segundo conteúdo dos planejamentos anuais e o BNCC, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolvam com as crianças. V. **Ensino Fundamental Anos iniciais,** a sugestão e que seja feita apostilas seguindo o planejamento anual e de acordo com a realidade de cada turma,lista de atividades e exercícios, sequências didáticas, trilhas de aprendizagem por fluxo de complexidade relacionadas às habilidades e aos objetos de aprendizagem; sugere-se que seja feita a orientações às famílias e acompanhamento dos estudantes por meio de acompanhamento via celular ou pessoalmente sempre que possível. VI. **Ensino Fundamental Anos Finais,** elaboração de apostilas com conceitos e ati-

vidades construídas em consonância com as habilidades e competências preconizadas por cada área de conhecimento na BNCC, realização de atividades on-line de acordo com a disponibilidade tecnológica, estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outros, utilização de mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) distribuição de vídeos educativos, de curta duração, por meio de plataformas digitais para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais. VII. Os docentes devem recomendar aos pais ou responsáveis dos estudantes quanto à organização da rotina de estudos, no período do programa especial de aulas não presenciais, e realizar as devidas orientações aos estudantes quanto ao compromisso, e ao acesso às atividades, bem como o cumprimento da rotina de estudos proposta. VIII. Os docentes devem elaborar atividades pedagógicas quinzenais, conforme o planejamento de aulas, pautadas no Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino, em consonância ao Documento de Referência Curricular de Nossa Senhora do Livramento – MT (DRC/NSL). IX. As atividades pedagógicas a serem realizadas e consideradas como aulas não presenciais, em caráter de substituição às aulas presenciais, devem ser pensadas de forma a atender a carga horária diária correspondente e prevista para o período. X. É fundamental planejar atividades pedagógicas que fortaleçam as competências leitoras, a linguagem escrita, matemática, bem como as demais competências gerais e específicas, contidas em cada componente curricular, ou campos de experiências. As atividades pedagógicas elaboradas devem ser atrativas, de forma a incentivar as crianças, e ou adolescentes aos estudos XI. Para os estudantes do Ensino Fundamental devem ser enviadas por dia, atividades pedagógicas relacionadas a dois componentes curriculares, onde ao final da semana os estudantes concluem as atividades de todos os componentes estabelecidos na Matriz Curricular XII. Todas as atividades impressas devem ser encaminhadas com as devidas higienizações, por parte dos profissionais da educação, bem como, os pais ou responsáveis, também devem tomar os devidos cuidados na devolutiva dessas atividades, seguindo todas as recomendações da Secretaria Municipal de Nossa Senhora do Livramento, e também do Ministério da Saúde.

Parágrafo Único: A Gestão Escolar das unidades deverão ser reunir com o colegiado para a definição de metodologias e elaboração dos materiais pedagógicos assim como estratégias de atendimento durante esse período. As unidades Escolares deverão se reunir com CDCE, para conhecimento e deliberação do documento.

Art. 7º- ao final deste período de suspensão das aulas a reorganização do calendário escolar deverá assegurar formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados à BNCC.

I. As atividades de acolhimento devem, na medida do possível, envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido bem como a organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas, entre outros; II. Realizar avaliação diagnóstica de cada criança por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem e habilidades que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais e construir um programa de recuperação, caso necessário, para que todas as crianças possam desenvolver, de forma plena, o que é esperado de cada uma ao fim de seu respectivo ano letivo. III. Organizar programas de revisão de atividades realizadas antes do período de suspensão das aulas, bem como de eventuais atividades pedagógicas realizadas de forma não presencial; IV. Garantir a sistematização e registro de todas as atividades pedagógicas não presenciais, durante o tempo de confinamento, para fins de comprovação e autorização de composição de carga horária por meio das entidades competentes; V. Garantir critérios e mecanismos de avaliação ao final do ano letivo de 2020, considerando os objetivos de aprendizagem efetivamente cumpridos pelas escolas e redes de ensino, de modo a evitar o aumento da reprovação e do abandono escolar. VI. Assegurar a segurança sanitária das escolas, reorganizar o espaço físico do ambiente escolar e oferecer orientações permanentes aos alunos quanto aos cuidados a serem tomados nos contatos físicos com os colegas de acordo com o disposto pelas autoridades sanitárias; decreto 462/2020 MT

Art.8º. A equipe da Secretaria de Educação, mediante a Coordenadoria Pedagógica irá dar o suporte necessário para as Unidades em suas particularidades e necessidades.

Art. 9º - Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir desta data.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE.

Nossa Senhora do Livramento, 04 de maio de 2020.

Profº Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Secretária Municipal de Educação e Esporte

RREO 2 BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.658.000,00	45.658.000,00	6.617.678,82	14,49	12.892.596,32	28,24	32.765.403,68
RECEITAS CORRENTES	43.096.000,00	43.096.000,00	6.471.428,82	15,02	12.733.204,53	29,55	30.362.795,47
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.175.000,00	3.175.000,00	444.290,78	13,99	755.151,04	23,78	2.419.848,96
Impostos	2.233.000,00	2.233.000,00	334.919,34	15,00	537.478,03	24,07	1.695.521,97
Taxas	942.000,00	942.000,00	109.371,44	11,61	217.673,01	23,11	724.326,99
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.333.000,00	1.333.000,00	209.498,29	15,72	464.354,04	34,84	868.645,96
Contribuições Sociais	833.000,00	833.000,00	168.918,97	20,28	332.076,77	39,87	500.923,23
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	500.000,00	500.000,00	40.579,32	8,12	132.277,27	26,46	367.722,73
RECEITA PATRIMONIAL	2.210.000,00	2.210.000,00	256.855,19	11,62	515.139,20	23,31	1.694.860,80
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	2.210.000,00	2.210.000,00	256.855,19	11,62	515.139,20	23,31	1.694.860,80
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	560.000,00	560.000,00	73.360,27	13,10	141.732,41	25,31	418.267,59
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	560.000,00	560.000,00	73.360,27	13,10	141.732,41	25,31	418.267,59
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.246.000,00	35.246.000,00	5.396.244,64	15,31	10.673.612,69	30,28	24.572.387,31
Transferências da União e de suas Entidades	17.180.000,00	17.180.000,00	2.408.541,36	14,02	5.047.708,19	29,38	12.132.291,81
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.566.000,00	9.566.000,00	1.628.583,69	17,02	2.899.184,60	30,31	6.666.815,40
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	8.500.000,00	8.500.000,00	1.359.119,59	15,99	2.726.719,90	32,08	5.773.280,10
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	572.000,00	572.000,00	91.179,65	15,94	183.215,15	32,03	388.784,85
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	1.611,95	0,00	4.079,75	0,00	-4.079,75
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	571.000,00	571.000,00	89.567,70	15,69	179.135,40	31,37	391.864,60

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	2.562.000,00	2.562.000,00	146.250,00	5,71	159.391,79	6,22	2.402.608,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	587.000,00	587.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	587.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	587.000,00	587.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	587.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.975.000,00	1.975.000,00	146.250,00	7,41	159.391,79	8,07	1.815.608,21
Transferências da União e de suas Entidades	1.875.000,00	1.875.000,00	146.250,00	7,80	159.391,79	8,50	1.715.608,21
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.300.000,00	1.300.000,00	243.328,98	18,72	477.173,56	36,71	822.826,44
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	46.958.000,00	46.958.000,00	6.861.007,80	14,61	13.369.769,88	28,47	33.588.230,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	46.958.000,00	46.958.000,00	6.861.007,80	14,61	13.369.769,88	28,47	33.588.230,12
DÉFICIT (VI)					2.603.081,02		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	46.958.000,00	46.958.000,00	6.861.007,80	14,61	15.972.850,90	34,02	30.985.149,10
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	44.771.200,00	44.771.200,00	8.690.165,35	15.315.809,90	29.455.390,10	5.401.639,15	9.824.018,03	34.947.181,97	9.271.941,25	0,00
DESPESAS CORRENTES	40.196.200,00	40.095.900,00	8.363.855,35	14.628.704,72	25.467.195,28	5.349.270,16	9.738.248,85	30.357.651,15	9.226.600,07	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.843.000,00	21.719.000,00	3.084.779,82	5.960.475,96	15.758.524,04	3.085.219,82	6.020.433,19	15.698.566,81	5.789.179,54	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.253.200,00	18.276.900,00	5.279.075,53	8.668.228,76	9.608.671,24	2.264.050,34	3.717.815,66	14.559.084,34	3.437.420,53	
DESPESAS DE CAPITAL	4.505.000,00	4.605.300,00	326.310,00	687.105,18	3.918.194,82	52.368,99	85.769,18	4.519.530,82	45.341,18	0,00
INVESTIMENTOS	4.503.000,00	4.603.300,00	326.310,00	687.105,18	3.916.194,82	52.368,99	85.769,18	4.517.530,82	45.341,18	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000,00	70.000,00			70.000,00			70.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.186.800,00	2.186.800,00	283.126,87	657.041,00	1.529.759,00	283.126,87	657.041,00	1.529.759,00	551.073,99	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	46.958.000,00	46.958.000,00	8.973.292,22	15.972.850,90	30.985.149,10	5.684.766,02	10.481.059,03	36.476.940,97	9.823.015,24	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	46.958.000,00	46.958.000,00	8.973.292,22	15.972.850,90	30.985.149,10	5.684.766,02	10.481.059,03	36.476.940,97	9.823.015,24	0,00
SUPERÁVIT (XIII)							2.331.095,10		3.056.755,05	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	46.958.000,00	46.958.000,00	8.973.292,22	15.972.850,90		5.684.766,02	12.812.154,13		12.879.770,29	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.300.000,00	1.300.000,00	243.328,98	18,72	477.173,56	36,71	822.826,44
RECEITAS CORRENTES	1.300.000,00	1.300.000,00	243.328,98	18,72	477.173,56	36,71	822.826,44
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.300.000,00	1.300.000,00	243.328,98	18,72	477.173,56	36,71	822.826,44
Contribuições Sociais	1.300.000,00	1.300.000,00	243.328,98	18,72	477.173,56	36,71	822.826,44
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.186.800,00	2.186.800,00	283.126,87	657.041,00	1.529.759,00	283.126,87	657.041,00	1.529.759,00	551.073,99	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.186.800,00	2.186.800,00	283.126,87	657.041,00	1.529.759,00	283.126,87	657.041,00	1.529.759,00	551.073,99	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.546.000,00	1.546.000,00	238.343,02	477.905,60	1.068.094,40	238.343,02	477.905,60	1.068.094,40	371.938,59	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	640.800,00	640.800,00	44.783,85	179.135,40	461.664,60	44.783,85	179.135,40	461.664,60	179.135,40	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	44.771.200,00	44.771.200,00	8.690.165,35	15.315.805,90	95,89	29.455.394,10	5.401.639,15	9.815.270,33	93,73	34.955.929,67	0,00
Legislativa	1.335.000,00	1.335.000,00	242.605,14	432.511,40	2,71	902.488,60	242.605,14	432.511,40	4,13	902.488,60	0,00
Ação Legislativa	1.335.000,00	1.335.000,00	242.605,14	432.511,40	2,71	902.488,60	242.605,14	432.511,40	4,13	902.488,60	
Controle Externo						0,00				0,00	
FU01 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU01 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária						0,00				0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário						0,00				0,00	
FU02 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU02 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Essencial à Justiça	290.000,00	290.000,00	44.852,82	93.976,18	0,59	196.023,82	44.852,82	93.976,18	0,90	196.023,82	0,00
Defesa da Ordem Jurídica						0,00				0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial						0,00				0,00	
FU03 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU03 - Demais Subfunções	290.000,00	290.000,00	44.852,82	93.976,18	0,59	196.023,82	44.852,82	93.976,18	0,90	196.023,82	
Administração	8.121.000,00	8.191.000,00	1.274.624,41	2.445.198,28	15,31	5.745.801,72	1.124.881,02	2.046.354,98	19,54	6.144.645,02	0,00
Planejamento e Orçamento						0,00				0,00	
FU04 - Administração Geral	7.959.000,00	8.019.000,00	1.234.457,40	2.385.772,83	14,94	5.633.227,17	1.105.234,36	2.007.449,88	19,17	6.011.550,12	
Administração Financeira						0,00				0,00	
Controle Interno	138.000,00	138.000,00	19.646,66	38.905,10	0,24	99.094,90	19.646,66	38.905,10	0,37	99.094,90	
Normatização e Fiscalização						0,00				0,00	
Tecnologia da Informação						0,00				0,00	
Ordenamento Territorial						0,00				0,00	
Formação de Recursos Humanos						0,00				0,00	
Administração de Receitas						0,00				0,00	
Administração de Concessões						0,00				0,00	
Comunicação Social						0,00				0,00	
FU04 - Demais Subfunções	24.000,00	34.000,00	20.520,35	20.520,35	0,13	13.479,65	0,00	0,00	0,00	34.000,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea						0,00				0,00	
Defesa Naval						0,00				0,00	
Defesa Terrestre						0,00				0,00	
FU05 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU05 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento						0,00				0,00	
Defesa Civil						0,00				0,00	
Informação e Inteligência						0,00				0,00	
FU06 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU06 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas						0,00				0,00	
Cooperação Internacional						0,00				0,00	
FU07 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU07 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Assistência Social	1.621.000,00	1.621.000,00	324.255,65	697.672,52	4,37	923.327,48	225.801,50	414.022,10	3,95	1.206.977,90	0,00
Assistência ao Idoso						0,00				0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência						0,00				0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	112.000,00	112.000,00	12.644,50	32.006,37	0,20	79.993,63	12.644,50	32.006,37	0,31	79.993,63	
Assistência Comunitária	482.000,00	490.500,00	153.566,38	167.354,47	1,05	323.145,53	37.889,18	49.623,58	0,47	440.876,42	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	970.000,00	961.500,00	158.044,77	498.311,68	3,12	463.188,32	175.267,82	332.392,15	3,17	629.107,85	
FU08 - Demais Subfunções	57.000,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00	57.000,00	
Previdência Social	4.722.000,00	4.722.000,00	249.973,46	569.652,01	3,57	4.152.347,99	256.146,78	541.218,73	5,17	4.180.781,27	0,00
Previdência Básica						0,00				0,00	
Previdência do Regime Estatutário	4.722.000,00	4.722.000,00	249.973,46	569.652,01	3,57	4.152.347,99	256.146,78	541.218,73	5,17	4.180.781,27	
Previdência Complementar						0,00				0,00	
Previdência Especial						0,00				0,00	
FU09 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU09 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Saúde	7.824.000,00	7.825.000,00	1.285.631,50	2.767.895,66	17,33	5.057.104,34	1.049.223,36	1.975.234,01	18,86	5.849.765,99	0,00
Atenção Básica	3.624.000,00	3.790.500,00	793.810,51	1.376.888,87	8,62	2.413.611,13	613.052,09	1.046.230,23	9,99	2.744.269,77	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.500.000,00	2.376.000,00	289.214,93	705.575,96	4,42	1.670.424,04	292.848,85	654.035,99	6,25	1.721.964,01	
Suporte Profilático e Terapêutico	422.000,00	342.000,00	19.618,10	32.906,20	0,21	309.093,80	16.760,94	30.049,04	0,29	311.950,96	
Vigilância Sanitária	44.000,00	74.000,00	16.165,84	33.505,63	0,21	40.494,37	16.165,84	33.505,63	0,32	40.494,37	
Vigilância Epidemiológica	252.000,00	252.000,00	32.437,70	64.660,02	0,40	187.339,98	32.437,70	64.660,02	0,62	187.339,98	
Alimentação e Nutrição						0,00				0,00	
FU10 - Administração Geral	982.000,00	990.500,00	134.384,42	554.358,98	3,47	436.141,02	77.957,94	146.753,10	1,40	843.746,90	
FU10 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador						0,00				0,00	
Relações de Trabalho						0,00				0,00	
Empregabilidade						0,00				0,00	
Fomento ao Trabalho						0,00				0,00	
FU11 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU11 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Educação	14.555.000,00	14.555.000,00	4.589.529,24	6.559.474,74	41,07	7.995.525,26	1.803.200,02	3.093.154,19	29,54	11.461.845,81	0,00
Ensino Fundamental	11.918.000,00	11.868.000,00	4.207.750,51	5.850.185,56	36,63	6.017.814,44	1.481.562,62	2.472.584,44	23,61	9.395.415,56	
Ensino Médio						0,00				0,00	
Ensino Profissional						0,00				0,00	
Ensino Superior						0,00				0,00	
Educação Infantil	2.511.000,00	2.566.000,00	379.043,46	706.553,91	4,42	1.859.446,09	321.296,20	620.228,55	5,92	1.945.771,45	
Educação de Jovens e Adultos	126.000,00	121.000,00	2.735,27	2.735,27	0,02	118.264,73	341,20	341,20	0,00	120.658,80	
Educação Especial						0,00				0,00	
Educação Básica						0,00				0,00	
FU12 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU12 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Cultura	593.000,00	592.000,00	37.516,38	155.342,16	0,97	436.657,84	95.990,06	140.427,84	1,34	451.572,16	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico						0,00				0,00	
Difusão Cultural	593.000,00	592.000,00	37.516,38	155.342,16	0,97	436.657,84	95.990,06	140.427,84	1,34	451.572,16	
FU13 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU13 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Direitos da Cidadania	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Custódia e Reintegração Social						0,00				0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos						0,00				0,00	
Assistência aos Povos Indígenas						0,00				0,00	
FU14 - Administração Geral	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
FU14 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Urbanismo	577.000,00	577.000,00	0,00	0,00	0,00	577.000,00	0,00	0,00	0,00	577.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	577.000,00	577.000,00	0,00	0,00	0,00	577.000,00	0,00	0,00	0,00	577.000,00	
Serviços Urbanos						0,00				0,00	
Transportes Coletivos Urbanos						0,00				0,00	
FU15 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU15 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural						0,00				0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana						0,00				0,00	
FU16 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU16 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Saneamento	1.084.000,00	1.084.000,00	156.801,68	387.507,54	2,43	696.492,46	160.110,38	291.907,54	2,79	792.092,46	0,00
Saneamento Básico Rural						0,00				0,00	
Saneamento Básico Urbano	1.079.000,00	1.079.000,00	156.801,68	387.507,54	2,43	691.492,46	160.110,38	291.907,54	2,79	787.092,46	
FU17 - Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
FU17 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental						0,00				0,00	
Controle Ambiental						0,00				0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas						0,00				0,00	
Recursos Hídricos						0,00				0,00	
Meteorologia						0,00				0,00	
FU18 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU18 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico						0,00				0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia						0,00				0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico						0,00				0,00	
FU19 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU19 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Agricultura	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
Abastecimento						0,00				0,00	
Extensão Rural						0,00				0,00	
Irrigação						0,00				0,00	
Promoção da Produção Agropecuária						0,00				0,00	
Defesa Agropecuária						0,00				0,00	
FU20 - Administração Geral	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	
FU20 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária						0,00				0,00	
Colonização						0,00				0,00	
FU21 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU21 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial						0,00				0,00	
Produção Industrial						0,00				0,00	
Mineração						0,00				0,00	
Propriedade Industrial						0,00				0,00	
Normalização e Qualidade						0,00				0,00	
FU22 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU22 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial						0,00				0,00	
Comercialização						0,00				0,00	
Comércio Exterior						0,00				0,00	
Serviços Financeiros						0,00				0,00	
Turismo						0,00				0,00	
FU23 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU23 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais						0,00				0,00	
Telecomunicações						0,00				0,00	
FU24 - Administração Geral						0,00				0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia						0,00				0,00	
Energia Elétrica						0,00				0,00	
Combustíveis Minerais						0,00				0,00	
Biocombustíveis						0,00				0,00	
FU25 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU25 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Transporte	2.805.000,00	2.735.000,00	389.690,66	1.020.928,87	6,39	1.714.071,13	328.590,16	625.263,32	5,97	2.109.736,68	0,00
Transporte Aéreo						0,00				0,00	
Transporte Rodoviário	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
Transporte Ferroviário						0,00				0,00	
Transporte Hidroviário						0,00				0,00	
Transportes Especiais						0,00				0,00	
FU26 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU26 - Demais Subfunções	2.785.000,00	2.715.000,00	389.690,66	1.020.928,87	6,39	1.694.071,13	328.590,16	625.263,32	5,97	2.089.736,68	
Desporto e Lazer	203.200,00	203.200,00	31.333,61	34.453,93	0,22	168.746,07	6.887,11	10.007,43	0,10	193.192,57	0,00
Desporto de Rendimento						0,00				0,00	
Desporto Comunitário	173.200,00	173.200,00	31.333,61	34.453,93	0,22	138.746,07	6.887,11	10.007,43	0,10	163.192,57	
Lazer	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
FU27 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU27 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Encargos Especiais	911.000,00	911.000,00	63.350,80	151.192,61	0,95	759.807,39	63.350,80	151.192,61	1,44	759.807,39	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna						0,00				0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa						0,00				0,00	
Serviço da Dívida Interna	361.000,00	361.000,00	0,00	0,00	0,00	361.000,00	0,00	0,00	0,00	361.000,00	
Serviço da Dívida Externa						0,00				0,00	
Transferências						0,00				0,00	
Outros Encargos Especiais	550.000,00	550.000,00	63.350,80	151.192,61	0,95	398.807,39	63.350,80	151.192,61	1,44	398.807,39	
Transferências para a Educação Básica						0,00				0,00	
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência	70.000,00	70.000,00				70.000,00				70.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.186.800,00	2.186.800,00	283.126,87	657.041,00	4,11	1.529.759,00	283.126,87	657.041,00	6,27	1.529.759,00	
TOTAL (III) = (I + II)	46.958.000,00	46.958.000,00	8.973.292,22	15.972.846,90	100,00	30.985.153,10	5.684.766,02	10.472.311,33	100,00	36.485.688,67	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.186.800,00	2.186.800,00	283.126,87	657.041,00	4,11	1.529.759,00	283.126,87	657.041,00	6,27	1.529.759,00	0,00
Legislativa	15.000,00	15.000,00	0,00	8.747,70	0,05	6.252,30	0,00	8.747,70	0,08	6.252,30	0,00
Ação Legislativa	15.000,00	15.000,00	0,00	8.747,70	0,05	6.252,30	0,00	8.747,70	0,08	6.252,30	
Controle Externo						0,00				0,00	
FU01 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU01 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária						0,00				0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário						0,00				0,00	
FU02 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU02 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Essencial à Justiça	18.000,00	18.000,00	2.141,05	4.881,51	0,03	13.118,49	2.141,05	4.881,51	0,05	13.118,49	0,00
Defesa da Ordem Jurídica						0,00				0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial						0,00				0,00	
FU03 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU03 - Demais Subfunções	18.000,00	18.000,00	2.141,05	4.881,51	0,03	13.118,49	2.141,05	4.881,51	0,05	13.118,49	
Administração	293.400,00	293.400,00	40.884,48	98.655,55	0,62	194.744,45	40.884,48	98.655,55	0,94	194.744,45	0,00
Planejamento e Orçamento						0,00				0,00	
FU04 - Administração Geral	276.400,00	276.400,00	38.635,57	93.403,97	0,58	182.996,03	38.635,57	93.403,97	0,89	182.996,03	
Administração Financeira						0,00				0,00	
Controle Interno	17.000,00	17.000,00	2.248,91	5.251,58	0,03	11.748,42	2.248,91	5.251,58	0,05	11.748,42	
Normatização e Fiscalização						0,00				0,00	
Tecnologia da Informação						0,00				0,00	
Ordenamento Territorial						0,00				0,00	
Formação de Recursos Humanos						0,00				0,00	
Administração de Receitas						0,00				0,00	
Administração de Concessões						0,00				0,00	
Comunicação Social						0,00				0,00	
FU04 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea						0,00				0,00	
Defesa Naval						0,00				0,00	
Defesa Terrestre						0,00				0,00	
FU05 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU05 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento						0,00				0,00	
Defesa Civil						0,00				0,00	
Informação e Inteligência						0,00				0,00	
FU06 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU06 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas						0,00				0,00	
Cooperação Internacional						0,00				0,00	
FU07 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU07 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Assistência Social	66.000,00	66.000,00	8.462,01	19.266,42	0,12	46.733,58	8.462,01	19.266,42	0,18	46.733,58	0,00
Assistência ao Idoso						0,00				0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência						0,00				0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente						0,00				0,00	
Assistência Comunitária						0,00				0,00	
FU08 - Administração Geral	66.000,00	66.000,00	8.462,01	19.266,42	0,12	46.733,58	8.462,01	19.266,42	0,18	46.733,58	
FU08 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Previdência Social	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00
Previdência Básica						0,00				0,00	
Previdência do Regime Estatutário	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	
Previdência Complementar						0,00				0,00	
Previdência Especial						0,00				0,00	
FU09 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU09 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Saúde	461.200,00	460.200,00	60.504,02	135.464,38	0,85	324.735,62	60.504,02	135.464,38	1,29	324.735,62	0,00
Atenção Básica	109.000,00	109.000,00	16.229,15	32.714,62	0,20	76.285,38	16.229,15	32.714,62	0,31	76.285,38	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	256.000,00	255.000,00	34.019,18	85.009,82	0,53	169.990,18	34.019,18	85.009,82	0,81	169.990,18	
Suporte Profilático e Terapêutico	5.000,00	5.000,00	0,00	261,82	0,00	4.738,18	0,00	261,82	0,00	4.738,18	
Vigilância Sanitária	4.000,00	4.000,00	1.475,58	2.739,51	0,02	1.260,49	1.475,58	2.739,51	0,03	1.260,49	
Vigilância Epidemiológica	37.000,00	37.000,00	5.284,92	8.702,36	0,05	28.297,64	5.284,92	8.702,36	0,08	28.297,64	
Alimentação e Nutrição						0,00				0,00	
FU10 - Administração Geral	50.200,00	50.200,00	3.495,19	6.036,25	0,04	44.163,75	3.495,19	6.036,25	0,06	44.163,75	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador						0,00				0,00	
Relações de Trabalho						0,00				0,00	
Empregabilidade						0,00				0,00	
Fomento ao Trabalho						0,00				0,00	
FU11 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU11 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Educação	1.219.200,00	1.219.200,00	159.414,71	370.438,43	2,32	848.761,57	159.414,71	370.438,43	3,54	848.761,57	0,00
Ensino Fundamental	848.200,00	848.200,00	120.741,42	294.538,43	1,84	553.661,57	120.741,42	294.538,43	2,81	553.661,57	
Ensino Médio						0,00				0,00	
Ensino Profissional						0,00				0,00	
Ensino Superior						0,00				0,00	
Educação Infantil	371.000,00	371.000,00	38.673,29	75.900,00	0,48	295.100,00	38.673,29	75.900,00	0,72	295.100,00	
Educação de Jovens e Adultos						0,00				0,00	
Educação Especial						0,00				0,00	
Educação Básica						0,00				0,00	
FU12 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU12 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Cultura	3.000,00	4.000,00	727,64	1.307,37	0,01	2.692,63	727,64	1.307,37	0,01	2.692,63	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico						0,00				0,00	
Difusão Cultural	3.000,00	4.000,00	727,64	1.307,37	0,01	2.692,63	727,64	1.307,37	0,01	2.692,63	
FU13 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU13 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social						0,00				0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos						0,00				0,00	
Assistência aos Povos Indígenas						0,00				0,00	
FU14 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU14 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana						0,00				0,00	
Serviços Urbanos						0,00				0,00	
Transportes Coletivos Urbanos						0,00				0,00	
FU15 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU15 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural						0,00				0,00	
Habitação Urbana						0,00				0,00	
FU16 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU16 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Saneamento	12.000,00	12.000,00	1.234,96	2.074,37	0,01	9.925,63	1.234,96	2.074,37	0,02	9.925,63	0,00
Saneamento Básico Rural						0,00				0,00	
Saneamento Básico Urbano	12.000,00	12.000,00	1.234,96	2.074,37	0,01	9.925,63	1.234,96	2.074,37	0,02	9.925,63	
FU17 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU17 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental						0,00				0,00	
Controle Ambiental						0,00				0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas						0,00				0,00	
Recursos Hídricos						0,00				0,00	
Meteorologia						0,00				0,00	
FU18 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU18 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico						0,00				0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia						0,00				0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico						0,00				0,00	
FU19 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU19 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento						0,00				0,00	
Extensão Rural						0,00				0,00	
Irrigação						0,00				0,00	
Promoção da Produção Agropecuária						0,00				0,00	
Defesa Agropecuária						0,00				0,00	
FU20 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU20 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária						0,00				0,00	
Colonização						0,00				0,00	
FU21 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU21 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial						0,00				0,00	
Produção Industrial						0,00				0,00	
Mineração						0,00				0,00	
Propriedade Industrial						0,00				0,00	
Normalização e Qualidade						0,00				0,00	
FU22 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU22 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial						0,00				0,00	
Comercialização						0,00				0,00	
Comércio Exterior						0,00				0,00	
Serviços Financeiros						0,00				0,00	
Turismo						0,00				0,00	
FU23 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU23 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais						0,00				0,00	
Telecomunicações						0,00				0,00	
FU24 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU24 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia						0,00				0,00	
Energia Elétrica						0,00				0,00	
Combustíveis Minerais						0,00				0,00	
Biocombustíveis						0,00				0,00	
FU25 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU25 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Transporte	87.000,00	87.000,00	9.758,00	16.205,27	0,10	70.794,73	9.758,00	16.205,27	0,15	70.794,73	0,00
Transporte Aéreo						0,00				0,00	
Transporte Rodoviário						0,00				0,00	
Transporte Ferroviário						0,00				0,00	
Transporte Hidroviário						0,00				0,00	
Transportes Especiais						0,00				0,00	
FU26 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU26 - Demais Subfunções	87.000,00	87.000,00	9.758,00	16.205,27	0,10	70.794,73	9.758,00	16.205,27	0,15	70.794,73	
Desporto e Lazer	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento						0,00				0,00	
Desporto Comunitário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Lazer						0,00				0,00	
FU27 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU27 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna						0,00				0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa						0,00				0,00	
Serviço da Dívida Interna						0,00				0,00	
Serviço da Dívida Externa						0,00				0,00	
Transferências						0,00				0,00	
Outros Encargos Especiais						0,00				0,00	
Transferências para a Educação Básica						0,00				0,00	
FU28 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Reserva de Contingência						0,00				0,00	

Documento gerado em 01/06/2020 09:14:42

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PORTARIA Nº 296/2020

Portaria nº 296/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, **VALERIA VANESSA PROFIRIA DA SILVA**, brasileira, RG: 2094346-6 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,residente em Nossa Senhora do Livramento - MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 059/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 294/2020

Portaria nº 294/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 059/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CON-

CORRÊNCIA**, Empresa MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 286/2020

Portaria nº 286/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 058/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa L. BARRETO KATAYAMA EIRELI, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 280/2020

Portaria nº 280/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, **VALERIA VANESSA PROFIRIA DA SILVA**, brasileira, RG: 2094346-6 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,residente em Nossa Senhora do Livramento - MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 057/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa G MANOEL DA SILVA - ME, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 278/2020

Portaria nº 278/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 057/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa G MANOEL DA SILVA - ME, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 272/2020

Portaria nº 272/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, **VALERIA VANESSA PROFIRIA DA SILVA**, brasileira, RG: 2094346-6 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,residente em Nossa Senhora do Livramento - MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 056/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 270/2020

Portaria nº 270/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 056/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 295/2020

Portaria nº 295/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. **José Carlos da Silva**, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622.599.621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 059/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 293/2020

Portaria nº 293/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde a Srª. **Edenilze Maciel**, brasileira, RG: 882135 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,rua Conego Peixoto em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 059/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 292/2020

Portaria nº 292/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento Srº. **JOSÉ LUIS DA SILVA LEITE**, brasileiro, RG: 25121464 SJSP/MT, CPF: 054.543.001-10,residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 059/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 291/2020

Portaria nº 291/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora Municipal Srª. **JACKELINE MENDES DA SILVA,** brasileira, RG: 25660624 SSP/MT, CPF: 068.369.201-18,residente na Rua Feliciano José da Silva, casa 312 Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 059/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 290/2020

Portaria nº 290/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712.301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 059/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 289/2020

Portaria nº 289/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador da Secretaria Municipal de Obras, **GERSON DE FREITAS**, brasileiro, RG:5886657 SSP/MT, CPF: 002.683.046-96, residente na Av.Coronel Botelho Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 059/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287/2020

Portaria nº 287/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. **José Carlos da Silva**, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622.599.621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 058/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa L. BARRETO KATAYAMA EIRELI, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 285/2020

Portaria nº 285/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde a Srª. **Edenilze Maciel**, brasileira, RG: 882135 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,rua Conego Peixoto em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 058/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa L. BARRETO KATAYAMA EIRELI, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 284/2020

Portaria nº 284/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento Srº. **JOSÉ LUIS DA SILVA LEITE**, brasileiro, RG: 25121464 SJSP/MT, CPF: 054.543.001-10,residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 058/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa L. BARRETO KATAYAMA EIRELI, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 283/2020

Portaria nº 283/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora Municipal Srª. **JACKELINE MENDES DA SILVA,** brasileira, RG: 25660624 SSP/MT, CPF: 068.369.201-18,residente na Rua Feliciano José da Silva, casa 312 Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 058/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa L. BARRETO KATAYAMA EIRELI, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 282/2020

Portaria nº 282/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712.301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 058/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa L. BARRETO KATAYAMA EIRELI, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 281/2020

Portaria nº 281/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador da Secretaria Municipal de Obras, **GERSON DE FREITAS**, brasileiro, RG:5886657 SSP/MT, CPF: 002.683.046-96, residente na Av.Coronel Botelho Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 058/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa L. BARRETO KATAYAMA EIRELI, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 279/2020

Portaria nº 279/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. **José Carlos da Silva**, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622. 599.621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 057/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa G MANOEL DA SILVA - ME, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 277/2020

Portaria nº 277/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde a Srª. **Edenilze Maciel**, brasileira, RG: 882135 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,rua Conego Peixoto em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 057/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa G MANOEL DA SILVA - ME, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 275/2020

Portaria nº 275/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora Municipal Srª. **JACKELINE MENDES DA SILVA,** brasileira, RG: 25660624 SSP/MT, CPF: 068.369.201-18,residente na Rua Feliciano José da Silva, casa 312 Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 057/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa G MANOEL DA SILVA - ME, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 274/2020

Portaria nº 274/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712. 301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 057/ 2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa G MANOEL DA SILVA - ME, a partir de 16/ 05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 273/2020

Portaria nº 273/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador da Secretaria Municipal de Obras, **GERSON DE FREITAS**, brasileiro, RG:5886657 SSP/MT, CPF: 002.683.046-96, residente na Av.Coronel Botelho Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 057/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa G MANOEL DA SILVA - ME, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 271/2020

Portaria nº 271/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. **José Carlos da Silva**, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622. 599.621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 056/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 269/2020

Portaria nº 269/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde a Srª. **Edenilze Maciel**, brasileira, RG: 882135 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,rua Conego Peixoto em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 056/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 268/2020

Portaria nº 268/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento Srº. **JOSÉ LUIS DA SILVA LEITE**, brasileiro, RG: 25121464 SJSP/MT, CPF: 054.543.001-10,residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 056/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 267/2020

Portaria nº 267/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora Municipal Srª. **JACKELINE MENDES DA SILVA,** brasileira, RG: 25660624 SSP/MT, CPF: 068.369.201-18,residente na Rua Feliciano José da Silva, casa 312 Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 056/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 266/2020

Portaria nº 266/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712.301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 056/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 265/2020

Portaria nº 265/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador da Secretaria Municipal de Obras, **GERSON DE FREITAS**, brasileiro, RG:5886657 SSP/MT, CPF: 002.683.046-96, residente na Av.Coronel Botelho Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 056/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 264/2020

Portaria nº 264/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, **VALERIA VANESSA PROFIRIA DA SILVA**, brasileira, RG: 2094346-6 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,residente em Nossa Senhora do Livramento - MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 055/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa D. M SILVA – EPP, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 263/2020

Portaria nº 263/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. **José Carlos da Silva**, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622. 599.621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 055/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa D.M SILVA – EPP, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 262/2020

Portaria nº 262/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Srº. **André Luís de Morais e Silva**, brasileiro, RG: 17755522 SSP/MT, CPF: 022.559.401-32, residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 055/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa D.M SILVA – EPP, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 263/2020

Portaria nº 263/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. **José Carlos da Silva**, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622. 599.621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 055/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa D.M SILVA – EPP, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 261/2020

Portaria nº 261/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde a Srª. **Edenilze Maciel**, brasileira, RG: 882135 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,rua Conego Peixoto em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 055/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA**, Empresa D.M SILVA – EPP, a partir de 16/05/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 260/2020

Portaria nº 260/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento Srº. **JOSÉ LUIS DA SILVA LEITE**, brasileiro, RG: 25121464 SJSP/MT, CPF: 054.543.001-10,residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 055/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa D.M SILVA – EPP, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 259/2020

Portaria nº 259/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora Municipal Srª. **JACKELINE MENDES DA SILVA,** brasileira, RG: 25660624 SSP/MT, CPF: 068.369.201-18,residente na Rua Feliciano José da Silva, casa 312 Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 055/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa D.M SILVA – EPP, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 258/2020

Portaria nº 258/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712.301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 055/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa D.M SILVA – EPP, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 257/2020

Portaria nº 257/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador da Secretaria Municipal de Obras, **GERSON DE FREITAS**, brasileiro, RG:5886657 SSP/MT, CPF: 002.683.046-96, residente na Av.Coronel Botelho Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 055/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa D. M SILVA – EPP, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 257/2020

Portaria nº 257/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador da Secretaria Municipal de Obras, **GERSON DE FREITAS**, brasileiro, RG:5886657 SSP/MT, CPF: 002.683.046-96, residente na Av.Coronel Botelho Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 055/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa D. M SILVA – EPP, a partir de 16/05/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 18 de Maio de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 256/2020

Portaria nº 256/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **STEFANNE CAROLYNNE PEREIRA SILVA**, brasileira, RG: 17605833 SSP/MT, CPF: 085.313.716-19, residente na Rua Poconé Centro Várzea Grande-MT**, como fiscal do objeto da Ata de Registro de Preço nº 054/2020, Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – , aquisição de materiais odontológicos visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 045/2019, anexo do edital de Pregão Eletrônico nº 025/2019 processo administrativo nº 00425/2020– PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, a partir de 24/03/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208/2020

Portaria nº 208/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **STEFANNE CAROLYNNE PEREIRA SILVA**, brasileira, RG: 17605833 SSP/MT, CPF: 085.313.716-19, residente na Rua Poconé Centro Várzea Grande-MT**, como fiscal do objeto da Ata de Registro de Preço nº 053/2020, Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – , aquisição de materiais odontológicos visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 045/2019, anexo do edital de Pregão Eletrônico nº 025/2019 processo administrativo nº 00425/2020– MAXIMO INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP, a partir de 24/03/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 207/2020

Portaria nº 207/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **STEFANNE CAROLYNNE PEREIRA SILVA**, brasileira, RG: 17605833 SSP/MT, CPF: 085.313.716-19, residente na Rua Poconé Centro Várzea Grande-MT**, como fiscal do objeto da Ata de Registro de Preço nº 052/2020, Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – , aquisição de materiais odontológicos visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 045/2019, anexo do edital de Pregão Eletrônico nº 025/2019 processo administrativo nº 00425/2020– DENTAL BH BRA-**

SIL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR EIRELI, a partir de 24/03/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 206/2020

Portaria nº 206/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **STEFANNE CAROLYNNE PEREIRA SILVA**, brasileira, RG: 17605833 SSP/MT, CPF: 085.313.716-19, residente na Rua Poconé Centro Várzea Grande-MT**, como fiscal do objeto da Ata de Registro de Preço nº 051/2020, Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – , aquisição de materiais odontológicos visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 045/2019, anexo do edital de Pregão Eletrônico nº 025/2019 processo administrativo nº 00425/2020– FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, a partir de 24/03/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 205/2020

Portaria nº 205/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **STEFANNE CAROLYNNE PEREIRA SILVA**, brasileira, RG: 17605833 SSP/MT, CPF: 085.313.716-19, residente na Rua Poconé Centro Várzea Grande-MT**, como fiscal do objeto da Ata de Registro de Preço nº 050/2020, Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – , aquisição de materiais odontológicos visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 045/2019, anexo do edital de Pregão Eletrônico nº 025/2019 processo administrativo nº 00425/2020– Empresas ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELLI EPP, a partir de 24/03/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 204/2020

Portaria nº 204/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **STEFANNE CAROLYNNE PEREIRA SILVA**, brasileira, RG: 17605833 SSP/MT, CPF: 085.313.716-19, residente na Rua Poconé Centro Várzea Grande-MT**, como fiscal do objeto da Ata de Registro de Preço nº 049/2020, Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – , aquisição de materiais odontológicos visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 045/2019, anexo do edital de Pregão Eletrônico nº 025/2019 processo administrativo nº 00425/2020– Empresas DENTAL OESTE EIRELI EPP, a partir de 24/03/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 203/2020

Portaria nº 203/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **STEFANNE CAROLYNNE PEREIRA SILVA**, brasileira, RG: 17605833 SSP/MT, CPF: 085.313.716-19, residente na Rua Poconé Centro Várzea Grande-MT**, como fiscal do objeto da Ata de Registro de Preço nº 048/2020, Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – , aquisição de materiais odontológicos visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 045/2019, anexo do edital de Pregão Eletrônico nº 025/2019 processo administrativo nº 00425/2020– Empresas CASSIFLEX LTDA , a partir de 24/03/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 202/2020

Portaria nº 202/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que

lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **STEFANNE CAROLYNNE PEREIRA SILVA**, brasileira, RG: 17605833 SSP/MT, CPF: 085.313.716-19, residente na Rua Poconé Centro Várzea Grande-MT**, como fiscal do objeto da Ata de Registro de Preço nº 047/2020, Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – , aquisição de materiais odontológicos visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 045/2019, anexo do edital de Pregão Eletrônico nº 025/2019 processo administrativo nº 00425/2020– Empresas ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, a partir de 24/03/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 201/2020

Portaria nº 201/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **LOCENIL SAVIO DA COSTA**, brasileiro, RG: 0983801-5 SSP/MT, CPF: 594.270. 511-91,residente na Avenida Júlio Campos em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da Ata de Registro de Preço **nº 046/2020** - Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – aquisição de insumos médico-hospitalar para garantir o atendimento dos usuários nas unidades de saúde do município proveniente dos procedimentos gerados nos atendimentos de urgência, emergência e internações do Hospital Municipal e das demais unidades e serviços relacionados á saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 038/2019, anexo do edital de Pregão Eletronico nº 024/2019 – Empresas TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, a partir de 24/03/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 200/2020

Portaria nº 200/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **LOCENIL SAVIO DA COSTA**, brasileiro, RG: 0983801-5 SSP/MT, CPF: 594.270. 511-91,residente na Avenida Júlio Campos em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da Ata de Registro de Preço **nº 045/2020** - Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – aquisição de insumos médico-hospitalar para garantir o atendimento dos usuários nas unidades de saúde do município proveniente dos procedimentos gerados nos atendimentos de urgência, emergência e internações do Hospital Municipal e das demais unidades e serviços relacionados á saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 038/2019, anexo do edital de Pregão Eletronico nº 024/2019 – Empresas NUTRICENTER PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA ME, a partir de 24/03/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 199/2020

Portaria nº 199/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **LOCENIL SAVIO DA COSTA**, brasileiro, RG: 0983801-5 SSP/MT, CPF: 594.270. 511-91,residente na Avenida Júlio Campos em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da Ata de Registro de Preço **nº 044/2020** - Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – aquisição de insumos médico-hospitalar para garantir o atendimento dos usuários nas unidades de saúde do município proveniente dos procedimentos gerados nos atendimentos de urgência, emergência e internações do Hospital Municipal e das demais unidades e serviços relacionados á saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 038/2019, anexo do edital de Pregão Eletronico nº 024/2019 – Empresas MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, a partir de 24/03/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 198/2020

Portaria nº 198/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **LOCENIL SAVIO DA COSTA**, brasileiro, RG: 0983801-5 SSP/MT, CPF: 594.270. 511-91,residente na Avenida Júlio Campos em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da Ata de Registro de Preço **nº 043/2020** - Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços vi-

sando FUTURA E EVENTUAL – aquisição de insumos médico-hospitalar para garantir o atendimento dos usuários nas unidades de saúde do município proveniente dos procedimentos gerados nos atendimentos de urgência, emergência e internações do Hospital Municipal e das demais unidades e serviços relacionados á saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 038/2019, anexo do edital de Pregão Eletronico nº 024/2019 – Empresas MACRO LIFE IMPORTADORA DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI, a partir de 24/03/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 197/2020

Portaria nº 197/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **LOCENIL SAVIO DA COSTA**, brasileiro, RG: 0983801-5 SSP/MT, CPF: 594.270.511-91,residente na Avenida Júlio Campos em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da Ata de Registro de Preço **nº 042/2020** - Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – aquisição de insumos médico-hospitalar para garantir o atendimento dos usuários nas unidades de saúde do município proveniente dos procedimentos gerados nos atendimentos de urgência, emergência e internações do Hospital Municipal e das demais unidades e serviços relacionados á saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 038/2019, anexo do edital de Pregão Eletronico nº 024/2019 – Empresas EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, a partir de 24/03/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 196/2020

Portaria nº 196/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **LOCENIL SAVIO DA COSTA**, brasileiro, RG: 0983801-5 SSP/MT, CPF: 594.270.511-91,residente na Avenida Júlio Campos em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da Ata de Registro de Preço **nº 041/2020** - Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – aquisição de insumos médico-hospitalar para garantir o atendimento dos usuários nas unidades de saúde do município proveniente dos procedimentos gerados nos atendimentos de urgência, emergência e internações do Hospital Municipal e das demais unidades e serviços relacionados á saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 038/2019, anexo do edital de Pregão Eletronico nº 024/2019 – Empresas SÃO BERNARDO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI,, a partir de 24/03/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 195/2020

Portaria nº 195/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **LOCENIL SAVIO DA COSTA**, brasileiro, RG: 0983801-5 SSP/MT, CPF: 594.270.511-91,residente na Avenida Júlio Campos em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da Ata de Registro de Preço **nº 040/2020** - Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando FUTURA E EVENTUAL – aquisição de insumos médico-hospitalar para garantir o atendimento dos usuários nas unidades de saúde do município proveniente dos procedimentos gerados nos atendimentos de urgência, emergência e internações do Hospital Municipal e das demais unidades e serviços relacionados á saúde, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 038/2019, anexo do edital de Pregão Eletronico nº 024/2019 – Empresas PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, a partir de 24/03/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 105 2019

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 105 2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES (MSD), CONSTRUÇÃO DE RECIPIENTE PARA RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT ATRAVÉS DO CONVÊNIO CV Nº 1351/17, CONVÊNIO SICONV Nº 855541/2017 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2868/2019-1 PREGÃO ELETRONICO 011/2019.

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2868/2019-1 PREGÃO ELETRONICO 011/2019**.

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 00638/2020 de aditivação de prazo ao contrato nº 105/2019 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pelo setor de convenio no Processo Administrativo nº 00638/2020 de aditivo de prazo ao contrato 105/2019 referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES (MSD), CONSTRUÇÃO DE RECIPIENTE PARA RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT ATRAVÉS DO CONVÊNIO CV Nº 1351/17, CONVÊNIO SICONV Nº 855541/2017 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2868/2019-1 PREGÃO ELETRONICO 011/2019**, com **Empresa C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.936.115/0001-05, com sede a Rua Paraiso 599, Quadra 04 area A3, Bairro Praerinho, CEP: 78070-650, município Cuiabá/MT firmam o presente termo aditivo de valor.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGENCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 02 (dois) meses a partir do termino da Vigência do contrato original a partir de 05/06/2020

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. e 65, I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 224/2020.

CLÁUSULA QUARTA– DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 105/2019 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 20 de Maio de 2020

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Empresa C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ sob o nº 14.936.115/0001-05,

Representada pela Srª Sonia Salete Cardosos Ribeiro Gonçalves,

RG: nº 2278367-9SSP/MT e CPF nº 427.669.159-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA 001/2020 AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DAS METAS FISCAIS RGF-1º QUADRIMESTRE 2020

A Audiência Pública teve início às 16:40 horas, no dia 27 de maio de 2020, e foi transmitida ao vivo pela primeira vez através da página oficial Facebook da prefeitura municipal de nova bandeirantes no link https://pt-br.facebook.com/prefeituranovabandeirantesmt, com fundamento no Decreto Municipal nº 109 de 22 de maio de 2020, que regulamentou a apresentação das audiências públicas online em caráter excepcional e temporário, tendo em vista o atual cenário causado pela pandemia gerada pelo Corona vírus (covid-19), onde foi declarada situação de emergência pela Organização Mundial de Saúde e pelo Governo Federal na forma da Lei Federal nº 13. 979, de 6 de fevereiro de 2020, e que dessa forma não foi recomendado que ocorressem audiências públicas presencias para as prestações de contas, devendo assim, encontrar outra alternativa. Dessa forma, adotou-se a tecnologia de videoconferência e gravação digital com espaço para debates, dúvidas e sugestões online, em caráter excepcional e temporário, para a realização das audiências públicas do Município de Nova Bandeirantes – MT. A audiência pública foi convocada pelo poder Executivo por meio do Departamento de Contabilidade com a finalidade de apresentar a Avaliação de Cumprimentos das Metas Fiscais, nos termos do artigo 48º, parágrafo único, da LRF nº 101/2000; do 1º Quadrimestre de 2020 da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. A fala inicial se deu pelo Sr. Rodrigo Luiz Benassi, Assessor Contábil, cumprimentando a todos, apresentando o objetivo da audiência pública sendo uma das formas de participação e de controle popular na Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito. É um instrumento que leva a uma decisão política ou legal **com legitimidade e transparência dos atos praticados na Administração. Os municípios podem optaram para informar o Relatório de Gestão Fiscal e Publica-los Semestralmente ou Quadrimestralmente. Nova Bandeirantes – MT por ser um município com menos de 50 mil habitantes optou por apresentar a avaliação quadrimestralmente. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é o principal instrumento regulador das contas públicas no Brasil, estabelecendo metas, limites e condições para gestão das Receitas e das Despesas e obrigando os Governantes a assumirem compromissos com a arrecadação e gastos públicos.** A LRF contém os Relatórios de Gestão Fiscal, sendo: RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária; **RGF – Relatório de Gestão Fiscal**. **As informações contidas nesses documentos, além de determinar parâmetros e metas para a administração pública, permitem avaliar com profundidade a gestão fiscal do Executivo e do Legislativo. A LRF regulamenta o artigo 163 da CF/88. A LC nº 101/2000 – LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. A LRF se apoia em quatro eixos;** PLANEJAMENTO, TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIDADE, CONTROLE E AVALIAÇÃO. Após explanar os objetivos baseados nos artigos das leis, o mesmo informou os relatórios estarão todos disponíveis no site da prefeitura, após deu-se o início da Apresentação e Avaliação dos Resultados de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2020: **RREO** - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADO ATÉ O 6º Bimestre/2019. Dados do **Acompanhamentos das Metas de Receita Corrente Liquida com a Receita Corrente Prevista no valor de Receita Prevista de R$ 43.893.000,00, Receitas Arrecadadas R$ 12.674.159,11**, tendo um percentual sobre a Receita Prevista 28,88%. Apuração de Superavit ou Deficit Sobre a Receita Geral: Receitas Arrecadadas R$ 12.842.199,11, Despesas Orçamentárias R$ 12.678.183,53, Despesas Legislativo R$ 545.070,58 um Total de Despesas Realizadas R$ 13.223.254,11 tendo um Superávit/Déficit -R$ 381. 055,00. Apuração de Superavit ou Deficit Sobre o Caixa Disponível, disponibilidade financeira no valor de R$ 5.407.658,09, com despesas processadas a pagar R$ 2.378.917,08 com Superávit/Déficit 3.028.741,01. Declaramos que sob as penas da lei, que o Município de Nova Bandeirantes-MT, até o 1º Quadrimestre/2020, atendeu ao disposto na **Emenda Constitucional nº29/2000**, aplicando nas Despesas com ações e serviços de saúde o percentual de **23,65%** da Receitas de impostos e Transferências Corrente, sendo assim foi cumprido o disposto no artigo 7º da Lei Complementar n.141/2012, que prevê para o exercício o gasto mínimo de 15% (EC Nº 29/2000 CF/88). Na educação o Município, até o 1º Quadrimestre/2020, atendeu o percentual de **29,29%** sobre as Receitas de impostos e Transferências Constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Desta forma foi cumprido o artigo 212 da CF/88 dentro do exercício de 2019, da aplicação minima de **25% (art. 212 CF/1988). O FUNDEBteve**

uma receita arrecadada de R$ 2.478.949,57, Dedução 20% R$ -1.480. 323,40, Repasse FUNDEB liquido R$ 998.626,17, Despesas FUNDEB/ 2020 60% R$ 1.465.107,49 Despesas FUNDEB 40% R$ 867.987,74, totalizando uma Despesa de FUNDEB de **R$ 2.333.095,23. Tendo um Gasto com o Pessoal Civil de Receita Corrente Liquida R$ 12.674.043,30**, Despesas Com Pessoal R$ 6.402.127,24, aplicado 50,51%, **cumprimento assim com o art. 19 da LRF**.Foram apresentados também os índices de Receitas Tributárias, Transferências Correntes Liquida, a Evolução das Receitas e Despesas, Despesa por Categoria Econômica, do 1º Quadrimestre. Vale salientar que segue em anexo a esta ata todos os dados apresentados nessa audiência pública. Sendo assim na oportunidade de aprovação do mesmo a Audiência se deu por encerrado as , nada mais havendo para o momento, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Liliane Sandes de Lima, Gestora Municipal de Convênios. O conteúdo dessa audiência será disponibilizadas na Página Oficial do Município, www.novabandeirantes.mt.gov.br, bem como em demais Meios Digitais Oficiais do Município.

DEPTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO 030/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

Ao 2º(segundo) dia do mês de junho do ano de 2020, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º 62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos, brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGAO PRESENCIAL Nº 012/2020, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em 02/06/2020, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CANOS COM MEDIDAS E ESPESSURAS ESPECIFICAS, E CONEXÕES PARA AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA TRATADA, PARA ATENDER O SETOR CEARÁ E O VIVEIRO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT, de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor J. C DOS SANTOS PINHEIRO EIRELI CNPJ: 36.211.135/0001-43Endereço: AV. LUDOVICO DA RIVA NETO Nº: 1570Bairro: Centro Cidade: ALTA FLORESTA-MT CEP: 78.580-000Representante Legal: JORGE DOS SANTOS PINHEIRO CPF: 878.725.442-53Email: gabifguevara@gmail.com Telefone: 9 9226-2425 ou3521-5874Banco: SICREDI NORTE Agencia: 8021-7 Conta Corrente: 66767-8

ITEM DESCRIÇÃO UNID. QUANT. MARCA VALORUNITARIO VALORTOTAL 1 PBA TUBO CL 12 DE 110 MM JEI TUBO 370 TUBOZAN R$ 234,00 R$ 86.580,00 2 PBA TUBO CL 12 DE 60 MM JEI TUBO 300 TUBOZAN R$ 61,00 R$ 18.300,00 3 PEAD ADPT 20 MM X3/4 UN 200 TUBOZAN R$ 3,20 R$ 640,00 4 COLAR TOMADA DN 110X3/4X UN 25 TUBOZAN R$ 15,80 R$ 395,00 5 COLAR TOMADA DN 60 X 3/4X UN 60 TUBOZAN R$ 6,20 R$ 372,00 6 PBA CURVA 90º DE 110 M UN 6 TUBOZAN R$ 88,35 R$ 530,10 7 PBA RED 110X 60 MM UN 3 TUBOZAN R$ 24,00 R$ 72,00 8 ROSC CAP 3/4 UN 200 TUBOZAN R$ 1,20 R$ 240,00 9 FITA VEDA ROSCA 18 X 25 MTS UN 70 TUOZAN R$ 4,25 R$ 297,50 10 ESG TUBO 200 BR 1 TUBOZAN R$ 892,50 R$ 892,50 11 PBA REGISTRO GAV PBA REGISTRO GAV 110 MM UN 1 TUBOZAN R$ 885,00 R$ 885,00 12 PBA REGISTRO GAV PBA REGISTRO GAV 60 MM UN 2 TUBOZAN R$ 525,00 R$ 1.050,00 13 PBA ANEL BORRACHA DE 60 MM UN 60 TUBOZAN R$ 1,07 R$ 64,20 14 PBA ANEL BORRACHA DE 110 MM UN 8 TUBOZAN R$ 2,80 R$ 22,40 R$ 110.340,70

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 07(sete) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I;b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital.d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município;g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão nº 012/2020.

5.3. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Bandeirantes-MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega;

5.4. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis, sem ônus aos cofres municipais.

5.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.6. Os produtos que serão entregues, deverão rigorosamente ser de primeira linha, ter padrão de qualidade reconhecido pelo mercado nacional e estarem de acordo com os padrões e normas brasileiras vigentes, se não cumpridas serão devolvidas no ato da entrega, com sujeita a multa de 5% do valor total do contrato.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 012/2020).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 156/2020, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento;b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfei-

ta execução deste Contrato;c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78.565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais.

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTEUnidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO Função: 17 - SANEAMENTO Subfunção: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida Projeto/Atividade: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO DE SANEAMENTO 270 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

12.2. No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios - AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 012/2020, seus anexos e as propostas das classificadas.III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes - MT, 02 de junho de 2020.

_____VALDIR PEREIRA DOS SANTOSPREFEITO MUNICIPALCONTRATANTE

_____J. DOS SANTOS PINHEIRO EIRELICNPJ: 36.211.135/0001-43CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____ Nome: Bruna Neiverth Nome: Viviane Sandes Bruno CPF: 050.597.081-36 CPF: 060.281.821-41

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO –PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, torna público para conhecimento dos interessados que foi retificado o valor global do processo Administrativo nº030/2020.

Onde se lê: Horário da licitação

Pregão Presencial 012/2020

O município de Nova Bandeirantes estado de mato grosso através da pregoeira oficial, torna público o valor global da licitação

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
J. DOS SANTOS PINHEIRO EIRELI	36.211.135/0001-43	**110.318,00**

Leia-se: Horário da licitação

O município de Nova Bandeirantes estado de mato grosso através da pregoeira oficial, torna público o valor global da licitação

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
J. DOS SANTOS PINHEIRO EIRELI	36.211.135/0001-43	**110.340,70**

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 156/2020

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

GLAUCIA APARECIDA SAMPAIO, Agente Administrativo, portador do CPF 095.599.428-40, matricula 3393.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução da **Ata de Registro de Preços Nº 017/2020**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e os fornecedores: **J. DOS SANTOS PINHEIRO EIRELI**, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CANOS COM MEDIDAS E ESPESSURAS ESPECIFICAS, E CONEXÕES PARA AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA TRATADA, PARA ATENDER O SETOR CEARÁ E O VIVEIRO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

ELIANE GOMES DA SILVA DA COSTA, Agente Administrativo, portador do CPF 013.881.471-65, matricula 4989.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 02 de junho de 2020.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

Suplente

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DECRETO N. º 044/2020, 14 DE MAIO DE 2020.

"**NOMEIA OS MEMBROS DOS CONSELHOS CURADOR E FISCAL DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NOVA BRASILANDIA- PREVBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA-MT, MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Considerando que foram cumpridos todos os tramites do processo eleitoral para escolha dos Membros dos Conselhos Curador e Fiscal, conforme Decreto nº 026/2018 de 02 de Maio de 2018.

Considerando que o foram tomadas as devidas providencias nas publicações e divulgação do processo eleitoral,

Considerando que estiveram abertas inscrições para candidatos interessados em concorrer ao pleito durante o período regimental,

Considerando que ao final do prazo das inscrições não houveram nenhuma inscrição, e por este motivo não foi realizado eleições para os Conselhos Curador e Fiscal.

Considerando que as exigências da Lei nº 512 de 30 de Julho de 2018, foram todas cumpridas e que os Editais e Regulamentos foram todos publicados e divulgados,

Considerando ainda que todos os Membros do Conselho Curador cumprem com os requisitos do Edital de Convocação nos Artigos 9º e 10º.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados como membros do Conselho Curador, para mandato de 02 (dois) anos conforme o cargo para o qual foram designados segundo a Lei Municipal nº 512 de 30 de Julho de 2013.

Jocivani Cristina Pinheiro de Sá - Presidente

Vandeilson Batista da Silva - Suplente

Rosimeire Cruz da Silva - Titular

Sirlei Angélica da Costa lima – Suplente

Ana Cristina Soares - Titular

Lidiane Fogaça Neves - Suplente

Lindalva Paula Marques - Titular

Nilza Luzia Bezerra - Suplente

Art. 2º Ficam nomeados como membros do Conselho Fiscal por mandato de 02(dois) anos, conforme o cargo para o qual foram designados segundo a Lei Municipal nº 512 de 30 de Julho de 2013:

Jeolli Cerutti Amorin - Presidente

Hemilson de Paula - Suplente

Zilda Marques dos Reis - Suplente

Helio Borges - Titular

Juliana Ritta Souza Bassetto – Titular

Art. 3º Os servidores acima nomeados serão regidos pela Lei Municipal nº 512 de 30 de Julho de 2013 e seus respectivos Regimentos Internos.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, 14 de Maio de 2020.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DECRETO N. º 044/2020, 14 DE MAIO DE 2020.

"**NOMEIA OS MEMBROS DOS CONSELHOS CURADOR E FISCAL DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NOVA BRASILANDIA- PREVBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA-MT, MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Considerando que foram cumpridos todos os tramites do processo eleitoral para escolha dos Membros dos Conselhos Curador e Fiscal, conforme Decreto nº 039/2020 de 05 de Maio de 2020.

Considerando que o foram tomadas as devidas providencias nas publicações e divulgação do processo eleitoral,

Considerando que estiveram abertas inscrições para candidatos interessados em concorrer ao pleito durante o período regimental,

Considerando que ao final do prazo das inscrições não houveram nenhuma inscrição, e por este motivo não foi realizado eleições para os Conselhos Curador e Fiscal.

Considerando que as exigências da Lei nº 512 de 30 de Julho de 2018, foram todas cumpridas e que os Editais e Regulamentos foram todos publicados e divulgados,

Considerando ainda que todos os Membros do Conselho Curador cumprem com os requisitos do Edital de Convocação nos Artigos 9º e 10º.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados como membros do Conselho Curador, para mandato de 02 (dois) anos conforme o cargo para o qual foram designados segundo a Lei Municipal nº 512 de 30 de Julho de 2013.

Jocivani Cristina Pinheiro de Sá - Presidente

Vandeilson Batista da Silva - Suplente

Rosimeire Cruz da Silva - Titular

Sirlei Angélica da Costa lima – Suplente

Ana Cristina Soares - Titular

Lidiane Fogaça Neves - Suplente

Lindalva Paula Marques - Titular

Nilza Luzia Bezerra - Suplente

Art. 2º Ficam nomeados como membros do Conselho Fiscal por mandato de 02(dois) anos, conforme o cargo para o qual foram designados segundo a Lei Municipal nº 512 de 30 de Julho de 2013:

Jeolli Cerutti Amorin - Presidente

Hemilson de Paula - Suplente

Zilda Marques dos Reis - Suplente

Helio Borges - Titular

Juliana Ritta Souza Bassetto – Titular

Art. 3º Os servidores acima nomeados serão regidos pela Lei Municipal nº 512 de 30 de Julho de 2013 e seus respectivos Regimentos Internos.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, 14 de Maio de 2020.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 013/2020

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 013/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**TITANIUM ENGENHARIA EIRELI**

CNPJ:20.103.907/0001-93

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de vigência do Contrato Original por mais 30 (trinta) dias**,** vigorando a partir de 28 de maio de 2020 a 27 de junho de 2020.

ASSINATURA**: 27 de maio de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO **Nº. 054/2020**

MODALIDADE: **CONVITE Nº.006/2020**

TIPO: **MENOR PREÇO GLOBAL**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público aos interessados que o **Convite N°. 006/2020**, do tipo **" MENOR PREÇO GLOBAL"**, cujo o **Objeto:**Constitui objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SÓLIDOS DE VIAS, MANUTENÇÃO COM PEQUENOS REPAROS EM VIAS PÚBLICAS, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ÁREAS VERDES, PRAÇAS, PARQUES, TERRENOS ABANDONADOS, E OUTRAS INSTALAÇÕES, TERRENOS OU EDIFICAÇÕES DE PROPRIEDADE E DE RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, Conforme Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**, cuja abertura ocorreu no dia 28 de maio de 2020, as 09:00 horas, sagrou – se vencedora a empresa; **V.C. GONÇALVES - ME**, inscrita no **CNPJ: Nº. 29.183.140/0001-24**, o valor Global de **R$ 161.000,00** (Cento e Sessenta Um Mil Reais**).**

Nova Brasilândia – MT, 02 de junho de 2020.

_____

ANA CRISTINA SOARES

Presidente da Comissão (CPL)

Portaria nº. 005/2020

EXTRATO DO CONTRATO N°056/2020

EXTRATO DO CONTRATO N°056/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ – CISVARC**

CNPJ nº: 36.833.348/0001-07

OBJETO: Contrato a consecução das ações previstas na Lei Municipal n. 783/2019, sancionada em 25 de setembro de 2019, que ratifica o protocolo de intenções e autoriza a participação do CONSORCIADO no Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá, e as despesas autorizadas na Lei Orçamentaria Anual nº 790/2019, sancionada em 05 de dezembro de 2019.

VALOR**R$ 90.404,16 (noventa mil, quatrocentos e quatro reais e dezesseis centavos)**

ASSINATURA**: 28 de maio de 2020.**

VIGENCIA:**01 de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
TERMO DE ADESÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Nova Guarita- MT, através de seu prefeito municipal, senhor José Lair Zamoner, torna público que através do processo n° 276/2020 aderiu como "carona" a Ata de Registro de Preço n° 011/2020, decorrente do Pregão Eletrônico n° 009/2020, realizado pela Prefeitura Municipal de Itiquira - MT.

Tal adesão ocorre considerando a anuência das partes interessadas devidamente formalizada e demais documentos comprobatórios constantes no processo supracitado, além de obedecer aos princípios da legislação em vigor, sendo que o fornecimento obedecerá às mesmas condições e exigências contidas no Edital do Órgão Gerenciador.

As características pertinentes ao objeto desta adesão serão discriminadas abaixo:

Veículo caminhão, novo, zero km, tipo truck, tração 6x4, motor a diesel, potência de 275 CV, tanque de combustível com capacidade de 275 litros, direção hidráulica, equipado com caçamba basculante de 12 m³, homologação do INMETRO e demais itens de segurança exigidos por lei. Com assistência técnica autorizada no Estado de Mato Grosso. Garantia mínima de 12 meses.

Nova Guarita - MT, 02 de Junho de 2020.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 156/2020

PORTARIA Nº 156/2020

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe ao** servidor concursado abaixo relacionado com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 1.º, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010:

Matrícula	Servidores	Elevação de Classe
2171	LUCIANO RODRIGUES DA SILVA	*B*
2172	CARLOS CESAR DE MORAES	*B*
2176	JOSE ALVES FERREIRA	*B*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 29 dia do mês de Maio de 2020.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 159/2020

PORTARIA Nº 159/2020

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe** a servidora concursada abaixo relacionado com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 44, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 019/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Elevação de Classe
1485	ELIANE ALMEIDA DA SILVA FREITAS	*D*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, ao 01 dia do mês de Junho de 2020.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ERRATA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 26/2020

ERRATA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 26/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda - Estado de MATO GROSSO, através do Pregoeiro, torna público aos interessados a **ERRATA** da publicação do aviso do Processo Licitatório nº 061/2020 – Pregão Presencial SRP nº 026/2020, cujo o objeto é **Contratação de empresa para a construção da unidade receptora de resíduos sólidos para atender a demanda de resíduos de Nova Lacerda. Conforme Planilha e Projeto Anexo.** que, por equívoco na digitação,que foi acrescentado parte da redação do item abaixo:

Onde se lê: 12.4.4.2 Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico Profissional, em nome do Engenheiro Civil, passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com o objeto desta licitação, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico do CREA, em nome do(s) profissional(ais) comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da licitante, comprovando a execução de obras ou serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto licitado, entendendo-se para tanto a execução de serviços de manutenção predial.

Leia se: 12.4.4.2 Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico Profissional, em nome do Engenheiro Civil, passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico do CREA, em nome do(s) profissional(ais) comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da licitante, comprovando a execução de obras ou serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto licitado, entendendo-se para tanto a execução de serviços de manutenção predial.

Nova Lacerda- MT 02 de Junho de 2020.

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 158/2020

PORTARIA Nº 158/2020

Nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2016, para investidura em Cargo Público da Municipalidade.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 do dia 15/12/2005 e demais legislações pertinentes e,

Considerando a realização do Concurso Público para preenchimento dos cargos em provimento efetivo desta Prefeitura estabelecida no Edital 001/2016 de 10/02/2016,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto 983/2016 de 01/04/2016,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento,

Considerando o Edital de Convocação 001/2020 de 16/03/2020, e,

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º **- Nomear**, a partir desta data **(01/06/2020**), em **Caráter Efetivo** ao candidato **PABLO FRANCISCO XAVIER DOS REIS,** portador da Cédula de Identidade RG nº 00000623675 SESDC/RO e CPF. 005.262.142-10, para o cargo de **ANALISTA TRIBUTÁRIO – CLASSE A.**

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, em 01 de junho de 2020.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 157/2020

PORTARIA Nº 157/2020

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005, 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder Férias** aos servidores abaixo relacionados com respectivos períodos de férias vencidas e gozo de férias**,** de acordo com os Artigo 118, Parágrafo Único da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005 e Artigos 76 ao 79 da Lei Complementar 019/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidor	Período de Férias Vencidas	Período de gozo
2290	ADRIANA CRISTINA BISPO	01/01/2018 A 31/12/2018	01/06/2020 a 30/06/2020
2172	CARLOS CERAS DE MORAES	01/06/2018 A 31/05/2019	01/06/2020 a 30/06/2020
2172	CARLOS CESAR DE MORAES	01/06/2018 A 31/05/2018	01/06/2020 a 30/06/2020
2464	EMILIO GIMENEZ MARTINEZ	10/07/2018 A 09/07/2019	01/06/2020 a 30/06/2020
2533	JOEL MOREIRA DOS SANTOS	01/04/2019 A 31/03/2020	01/06/2020 a 30/06/2020
1446	JOSE MARTINS DOS SANTOS	14/03/2019 A 13/03/2020	01/06/2020 a 30/06/2020
2274	JOZIMAR PEREIRA DA SILVA	15/09/2018 A 14/09/2019	01/06/2020 a 30/06/2020
2226	MARCIA FERNANDES DOS SANTOS	22/02/2019 A 21/02/2020	01/06/2020 a 30/06/2020
2155	MARCILENE PEREIRA OLIVEIRA	04/05/2019 A 03/05/2020	01/06/2020 a 30/06/2020
1021	MARIA MADALENA DOS SANTOS SOUZA	18/08/2018 A 17/08/2019	01/06/2020 a 30/06/2020
917	MARLI MOREIRA PARREIRA	25/01/2018 A 24/01/2018	01/06/2020 a 30/06/2020
2148	VERIA OLIVEIRA VINDILINO	10/04/2019 A 09/04/2020	01/06/2020 a 30/06/2020
1014	VILMA DA SILVA	02/09/2018 A 01/09/2019	01/06/2020 a 30/06/2020

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 01 dias do mês de junho de 2020.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 155/2020

PORTARIA Nº 155/2020

Nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2019, para investidura em Cargo Público da Municipalidade.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 do dia 15/12/2005 e demais legislações pertinentes e,

Considerando a realização do Concurso Público para preenchimento dos cargos em provimento efetivo desta Prefeitura estabelecida no Edital 001/2019 de 17/12/2019,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto 1.462/2020 de 10/01/2020,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento,

Considerando o Edital de Convocação 010/2020 de 16/03/2020, e,

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

***Art. 1º* - Nomear**, a partir desta data **(01/06/2020**), em **Caráter Efetivo** a candidata **MARIA NERI FRETIAS**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2141501-3 SSP/MT e CPF. 035.013.301-89, residente e domiciliada no Sitio Mariano s/nº, zona rural, Nova Lacerda, Mato Grosso, para o cargo de **AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – *CLASSE A*.**

***Art. 2º* -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, em 29 de maio de 2020.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 161/2020

PORTARIA Nº 161/2020

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009,

Resolve:

Art. 1º -Designar a partir de (01/06/2020 **a servidora BIANCA DE LIMA AQUINO LIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 2323918-2 SSP/MT e CPF. 035.962.851-60 efetiva no cargo de **AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA** sob portaria 060/2015 de 31/03/2015 para responder pelo cargo em comissão de **GERENTE DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO.**

Art. 2º - **ACUMULANDO** a função de **VISTORIADORA** da Agência Municipal de Trânsito.

***Art. 3º* -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, ao 01 dia do mês de Junho de 2020.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS Nº 036/2020

CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS Nº 036/2020 – ASS- 02/06/2020 –Vcto – 31/12/2020 - Vlr- R$ 203.603,90 – Contratada (o): **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI –** OBJ: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, NA RUA MARECHAL RONDON, NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 02 DE JUNHO DE 2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

ASSESSORA JURIDICA
LEI Nº 1.040, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47, IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar por operação de crédito no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) nos termos do artigo 43, § 1º inciso IV da Lei Federal 4.320/64, para reforço da dotação consignada no orçamento vigente, Lei Municipal 1028 de 12 de dezembro de 2019, no âmbito da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos a seguir discriminado:

06 – Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos

001 – Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos

15 – Urbanismo

451 – Infra-Estrutura Urbana

0019 – Programa de Infra-Estrutura

1.038 – Pavimentação Asfáltica

44.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações R$ 800.000,00 (fonte 190)

Art. 2º - Fica autorizada a inclusão da receita de Operação de Crédito Interna na Lei Orçamentária vigente, Lei Municipal 1028 de 12 de dezembro de 2019, na rubrica 21.12.00.11.00.00.00 no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) – fonte 190.

Art. 3º - Fica igualmente autorizado à atualização na Lei Municipal nº 1.007 de 12 de Julho de 2019 LDO 2020 e Lei Municipal nº 929 de 13 de Dezembro de 2017 – PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias decorrentes do artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Fica autorizada a inclusão da fonte 190 – Operações de Crédito Internas na Lei Orçamentária vigente, Lei Municipal 1028 de 12 de dezembro de 2019, na dotação orçamentaria constante no art. 1º desta Lei e rubrica de receita constante no art. 2º desta Lei

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 02 de junho de 2020.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 158/2020

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA DE PARTICULAR PARA SERVIDORES. "*

JOAO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – LICENÇA PARTICULAR,

MAT	NOME	CPF
2431	VALDECI DALL AGNOL FAGUNDES DA SILVA	907.067.221.91
679	CATARINA RALLA NETO BIACO	814.157.021.87

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir desta data 01 de Junho de 2020 , até deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Junho de 2020.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 157/2020

"*DISPÕE SOBRE EXONERAR DO CARGO EFETIVO DE FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA A SRA. **MARIANE FERREIRA SILVA SPITZ**."*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR A PEDIDO do Cargo Efetivo a Sra**. MARIANE FERREIRA SILVA SPITZ p**ortadora do RG Nº. 15986969 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 029.721.731.39, do cargo de *FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Junho de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Junho de 2020.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ - MT, torna público que requereu da **SMMA/NOVA MARINGÁ**, a **Licença de Instalação,** para atividade de Pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais nas ruas **Alexandra**-158,40 metros (Inicial: 13º02'25,37"S / 57º05'36,63"O; Final: 13º02'25,47"S / 57º05'31,20"O), **Magda**-158,40 metros (Inicial: 13º02'23,15"S / 57º05'33,63"O; Final: 13º02'23,17"S / 57º05'31,19"O), **Joice**-102,14 metros (Inicial: 13º02'28,88"S / 57º05'36,64"O; Final: 13º02'25,65"S / 57º05'33,64"O) e **Fabiana**-173,92 metros (Inicial: 13º02'27,08"S / 57º05'36,83"O; Final: 13º02'21,08"S / 57º05'36,83"O), localizado no município de Nova Maringá-MT.

RECURSOS HUMANOS
REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ - MT, torna público que requereu da **SMMA/NOVA MARINGÁ**, a **Licença Prévia,** para atividade de Pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais nas ruas **Alexandra**-158,40 metros (Inicial: 13º02'25,37"S / 57º05'36,63"O; Final: 13º02'25,47"S / 57º05'31,20"O), **Magda**-158,40 metros (Inicial: 13º02'23,15"S / 57º05'33,63"O; Final: 13º02'23,17"S / 57º05'31,19"O), **Joice**-102,14 metros (Inicial: 13º02'28,88"S / 57º05'36,64"O; Final: 13º02'25,65"S / 57º05'33,64"O) e **Fabiana**-173,92 metros (Inicial: 13º02'27,08"S / 57º05'36,83"O; Final: 13º02'21,08"S / 57º05'36,83"O), localizado no município de Nova Maringá-MT.

ASSESSORA JURIDICA
LEI Nº 1.039, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá – MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Ficam incluídas na Lei nº 929 de 13 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021, as ações e metas previstas para o exercício de 2021, conforme anexo I desta Lei.

Art. 2º - Fica alterada a Lei nº 929 de 13 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021, referentes as ações e metas previstas para o exercício de 2021, conforme anexo II desta Lei.

Art. 3º - As metas físicas e financeiras das ações alteradas passam a vigorar no Plano Plurianual referente ao exercício de 2021 com os valores constantes do anexo II desta Lei.

Art. 4º - Ficam mantidos os demais Programas, projetos e Atividades, artigos e anexos constantes da Lei Municipal nº 929/2017.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 02 de junho de 2020.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 155/2020

"*DISPÕE SOBRE NOMEAR DE CARGO EFETIVO DE SECRETARIO ADMINISTRATIVO SRA.GESSIKA FRANCIELLE MARTINS PEREIRA"*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Efetivo a Sra.***GESSIKA FRANCIELLE MARTINS PEREIRA***portadora do RG Nº. 870781 SSP/RO, inscrito no CPF sob o n.º 014.111.692-71, no cargo de SECRETARIO ADMINISTRATIVO, do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Junho de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Junho de 2020.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 156/2020

"*DISPÕE SOBRE NOMEAR DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DIVISAO DE SAUDE SRA.CLAUDIA BEATRICE PEIXOTO DA SILVA"*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Efetivo a Sra.***CLAUDIA BEATRICE PEIXOTO DA SILVA***portadora do RG Nº. 7458169 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 502.827.431.20, no cargo de CHEFE DE DIVISAO DE SAUDE, do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Junho de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Junho de 2020.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 113/2020

De 01 de junho de 2020

SÚMULA: FICA CONCEDIDO AO SERVIDOR PUBLICO EFETIVO, SR ESMERALDO COELHO DE PAULA, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o art. 84 e seguintes da Lei Municipal nº 335/2007, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 01 de junho de 2020;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade ao servidor público efetivo ESMERALDO COELHO DE PAULA, cargo de motorista, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 01 de junho de 2020, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 01 de junho de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1062/2020.

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO AMOR FRATERNAL, LOCALIZADA NA CIDADE DE ALTA FLORESTA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais a sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração e/ou congênere, com a ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO AMOR FRATERNAL, inscrita no CNPJ nº 31.264.825/0001-47, localizada na Rua E-01, nº 26, Setor E, Alta Floresta - MT, CEP: 78580-000, objetivando oferecer hospedagem e refeição para os pacientes do Município de Nova Monte Verde que realizarão exames e/ou consultas no Município de Alta Floresta/MT.

Parágrafo único - Os serviços mencionados no *"caput"* deste artigo compreendem almoço, jantar e pernoite com café da manhã.

Art. 2º - O Termo de Colaboração e/ou congênere a ser formalizado deverá discriminar obrigatoriamente todas as obrigações a que estarão sujeitas as partes envolvidas.

Art. 3º - O valor total a ser repassado à ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO AMOR FRATERNAL, será de R$ 22.131,36 (vinte e dois mil, cento e trinta e um reais e trinta e seis centavos) em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R$1.844,28 (um mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária que possuem previsão na Lei Orçamentária em vigor:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - SAÚDE
Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0032 - ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE COM QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º - O prazo de vigência do referido termo será de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, podendo, na existência de interesse público ser prorrogado, por igual período, por meio de Termo Aditivo.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 02 de junho de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2020

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE - TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2020

Processo Administrativo 2376/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 074/2020/PMNMV/GAB de 01 de Junho de 2020, comunica aos interessados que será realizada abertura e julgamento da licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2020,** do Tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** no dia **18/06/2020, às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, nº. 51, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é a ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DE SAÚDE E INSTALAÇÃO DOS APARELHOS DE GINÁSTICA, JUNTO Á USF DOMINGOS GONÇALVES DE SOUZA, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, CONFORME PROJETO EM ANEXO.***

Esta licitação será regida pela Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis de normas legais e regulamentos pertinentes, além da Lei Federal nº. 13.979/2020, da Medida Provisória nº. 926/2020, do Decreto Estadual nº. 432/2020, do Decreto Municipal nº. 44/2020 e da Nota Técnica Conjunta SEGEPRES/SEGECEX nº. 1/2020 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no seguinte caminho: **Publicações - Editais - Pasta 2020 - Campo Geral**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 02 de Junho de 2020.

EDUARDO ODAIR DARUI

Presidente da CPL

Decreto 074/2020

PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 114/2020

De 02 de junho de 2020.

SÚMULA: "DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, SEM PREJUIZO DOS VENCIMENTOS, EM FACE DO SERVIDOR FABIANO BARROS LOPES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao contido no artigo 221 do Estatuto do Servidor Público de Nova Monte Verde;

CONSIDERANDO a informação da prática de suposta infração cometida pelo servidor no exercício da função conforme pedido de providências apresentada pela Secretaria de Administração ao Executivo Municipal, que passara a instruir o procedimento hora instaurado;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento adequado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício do cargo, conforme artigo 219 do Estatuto do Servidor Público de Nova Monte Verde;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar responsabilidade do Servidor, pela suposta infração praticada no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão preventiva sem prejuízo dos vencimentos de servidor submetido a Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo 218, do Estatuto do Servidor Público do Município de Nova Monte Verde;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar ao Servidor o direito constitucional à ampla defesa, ao contraditório, e, ao devido processo legal.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual responsabilidade do Servidor FABIANO BARROS LOPES, Assistente de Controle Administrativo, lotado no Secretaria de Administração, por suposta infração praticada no exercício de suas atribuições;

ARTIGO 2º - Atribuir sigilo no PAD ora instaurado, restringindo seu conhecimento às partes, seus responsáveis legais, ao Procurador, e, ao Ministério Público, como parte ou como *custus legis*.

ARTIGO 3º - Nomear o Servidor José Joaquim Vieira Filho, Membro da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, para presidir os trabalhos do PAD.

ARTIGO 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 02 de junho de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 070/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado avenida mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA:**CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA** inscrita no CNPJ: 07.847.837/0001-10, situada na Avenida Anápolis, S/Nº, quadra 29 – A, Lote 06, Bairro: Vila Brasília, em Aparecida de Goiânia – GO, neste ato representado pelo senhor Sidney de Castro Pereira, brasileiro, casado, empresário, inscrita no CPF: 383.337.831-04 e portador da carteira de identidade RG 6.295.700 SSP/GO, residente na Rua Juscelino Fonseca Ribeiro, quadra 01, lote 13, Bairro Santo Hilário II , na cidade de Goiânia - GO CEP 74.780-825.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Administração:

06.060.0.2.10.304.002.1231.2.3.3.90.30.00000146000000

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA CNPJ: 07.847.837/0001-10	**R$ 58.605,00** (cinquenta e oito mil seiscentos e cinco reais).

VALOR GLOBAL: **R$ 58.605,00** (cinquenta e oito mil seiscentos e cinco reais).

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MASCARAS DESCARTAVEIS (CONFORME PROPOSTA- TERMO DE REFERENCIA) DESTINADAS AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 02/06/2020 até 02/12/2020**.**

NOVA OLÍMPIA/MT, 02 de junho de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 009/2020

PORTARIA Nº 009/2020

Dispõe sobre medidas de combate ao contágio do Covid-19, Corona Vírus, no âmbito da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR EDSON NOEL DA SILVA, no uso das atribuições que lhes são legalmente conferidas, com fulcro no disposto no Regimento Interno e Lei Orgânica,

RESOLVE:

CONSIDERANDO o aparecimento de casos do Vírus Covid-19 comprovados no Município e principalmente em pessoas de relações próximas da entidade, ainda o receio de aumento de casos e a necessidade de manter

de forma zelosa a saúde de cada um dos colaboradores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT;

CONSIDERANDO a necessidade de reforçar as ações de combate no Município com vista a bloquear a proliferação do Covid-19, de forma a minimizar a sua atuação e para manter a integridade e a sustentabilidade do sistema de saúde do Município durante a pandemia;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída na Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT entre os seus servidores, sistema misto de jornada de trabalho na forma presencial, de teletrabalho e de sobreaviso, de maneira que um servidor trabalhará de forma presencial no seu departamento durante uma semana, e os demais serão dispensados desse departamento no período mencionado para trabalhar de forma telemática e de sobreaviso de suas residências, fazendo enviar os trabalhos prontos para a sede para providências necessárias.

Art. 2º Os servidores dispensados de sua jornada durante uma semana deverão permanecer nesse período da jornada diária de trabalho no horário de expediente da entidade em suas residências e de sobreaviso com celulares ativos para receber designações de trabalhos, bem como devem aqueles em serviços permanecer no seu local de trabalho.

Art. 3º Fica vedada entre os servidores presenciais a aglomeração em única sala, devendo cada qual se manter em sua sala.

Art. 4º Será objeto de desconto em folha de pagamento a ausência de servidor que deixar de comparecer nos dias de sua jornada de trabalho, bem como sua ausência por mais de 15 (quinze) minutos nas dependências da entidade.

Art. 6º O expediente da entidade será interno com as portas fechadas, e o atendimento ao cidadão será no hall de entrada quando este acionar campainha do lado externo, caso em que havendo a necessidade de adentrar à recepção, após a devida higienização e uso de máscara, será permitida a entrada de apenas 01 (uma) pessoa por vez, e no caso de haver mais de uma, as demais deverão aguardar no hall de entrada de forma a manter a distância mínima de 1,5 m uma da outra.

Art. 7º esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, 02 de junho de 2020.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

Registrado nesta Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado

por afixação em lugar de costume, na data supra.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário Geral

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 011/2020

PORTARIA Nº 011/2020

Dispõe sobre suspensão pelo prazo de 10 (dez) dias a vigência das Resoluções nºs 003 e 004/2020 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR EDSON NOEL DA SILVA, no uso das atribuições que lhes são legalmente conferidas, com fulcro no disposto no Regimento Interno e Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER pelo prazo de 10 (dez) dias o início da vigência da Resolução nº 003/2020 que trata da concessão do RGA aos Servidores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, referente ao período de maio de 2019 a abril de 2020 conforme acumulado do IPCA neste período, bem como, da Resolução nº 004/2020 que trata da concessão do RGA aos Vereadores de Nova Olímpia-MT, referente ao período de maio de 2019 a abril de 2020 conforme acumulado do IPCA neste período, com a finalidade de manter suspenso os efeitos destas normativas, até que haja consulta jurídica efetivada junto à UCMAT, AMM e ao TCE/MT acerca da legalidade da concessão do RGA aos servidores públicos e aos vereadores, após a publicação da Lei Complementar n. 173/2020 em 28/05/2020 que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências, como a proibição de concessão de reajuste de remuneração membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, prevista no inciso I do artigo 8º.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, 02 de junho de 2020.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

Registrado nesta Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado

por afixação em lugar de costume, na data supra.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário Geral

LICITAÇÃO
EXTRATO ADITAMENTO

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO N. º 018/2020 PROCESSO ADM Nº 67/2020

REF: Ao contrato 041-2018, Pregão Presencial nº 025/2018/PMNO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N.º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELLI- ME, CNPJ: 17.286.917/0001-05, com sede a rua das Dálias nº 324, Bairro Jardim Cuiabá, na cidade de Cuiabá/MT, tendo como representante legal Sr. Ewelson Gomes da Silva**,** brasileiro, portador da cédula de identidade nº 1033884-5 SJ/MT, e inscrito no CPF sob nº 843.372.141-000 CEP:78. 058-078.

MOTIVO: TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO, AO CONTRATO 041/ 2018/PMNO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, E A EMPRESA, FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELLI- ME, FUNDAMENTADO ART.55 INCISO III C/C ART. 58 §2º.

VALOR GLOBAL: ***R$ 90.000,00*** *(noventa e um mil reais)* divididos em *12(doze)* parcelas iguais de ***R$ 7.500,00*** *(sete mil quinhentos reais).*

VIGENCIA: 06/06/2020 ATE 06/06/2021.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA: 06.06002.10.301.0019.2130 - 3.3.90.39. 00.00 - 011400000 – Desenvolver e operacionalizar as atividades das UBS`S- Outros Serviços de terceiros Pessoa jurídica.

OBJETO: Serviço de Consultoria na Gestão da Atenção Básica em Saúde, gerenciamento financeiro do bloco de atenção básica, financiamento do sus, planejamento das ações de atenção básica, verificação dos instrumentos de planejamento, projetos e programas MS na atenção básica, protocolos assistenciais, treinamento da utilização

dos blocos de financiamentos, organização dos recursos humanos em saúde, padronização de materiais nas unidades básicas de saúde captação de recursos, licitações em saúde, monitoramento, controle e avaliação do SISPACTO do município de Nova Olímpia – MT..

Nova Olímpia, 02 de junho de 2020.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 010/2020

PORTARIA Nº 010/2020

Dispõe sobre a suspensão de empréstimo de espaço público da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, como Plenário, Sala de Reuniões e outros durante a pandemia do Covid-19, Corona Vírus, como forma de evitar contágio dessa doença e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR EDSON NOEL DA SILVA, no uso das atribuições que lhes são legalmente conferidas, com fulcro no disposto no Regimento Interno e Lei Orgânica,

RESOLVE:

CONSIDERANDO a sempre boa relação entre poderes, sociedade e associações e a necessidade de algumas dessas entidades quanto a realização de palestras, cursos e outras ações, que eram supridas pelo empréstimo do auditório e sala de reuniões da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT;

CONSIDERANDO a necessidade de distanciamento entre indivíduos a fim de auxiliar no combate a pandemia do corona vírus, Covid-19 que começa a manifestar no Município;

CONSIDERANDO a relevância da consciência num momento tão cauteloso no mundo, em que cada cidadão deve fazer a sua parte, porque a saúde do próximo interessa a todos;

Art. 1º Fica suspenso até o fim da pandemia ou a edição de nova portaria o empréstimo de espaço público da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, como Plenário, Sala de Reuniões e outros durante a pandemia do Covid-19, Corona Vírus, como forma de evitar contágio.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, 02 de junho de 2020.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

Registrado nesta Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ADITIVO CTR 039/2017

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 039/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT

CONTRATADA: **FERNANDO PEREIRA DA ROCHA EPP**

OBJETIVO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o valor da contratação, bem como prorrogar o prazo de vigência contratual, previstos nas Cláusulas Primeira e Segunda, respectivamente, do Contrato nº 039/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS PELO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT.

VIGÊNCIA: 29/05/202020 até 31/07/2020

VALOR: R$: 42.823,20

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 037/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 037/2020

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/001-18.

PARTE: LS LOCACAO E TERRAPLENAGEM EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º**32.259.531/0001-90**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA DE MOTONIVELADORA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – MT.

VIGÊNCIA: 01/06/2020 até 30/08/2020.

VALOR: **R$: 47.790,00**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA. **LIRIO LUIZ SCHMITT:**-Contratada.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DISPENSA Nº 022/2020

ERRATA DISPENSA Nº. 022/2020

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITACAO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA TRIBUTÁRIA ESPECIFICAMENTE PARA O AUMENTO SOBRE O ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL), DESTE MUNICÍPIO E SERVIÇO DE ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO, COTA 25% A VIGORAR EM 2021.

Publicação efetuada no dia 01/06/2020 no Diário AMM nº 3490 Página 265

ONDE SE LÊ: VALOR GLOBAL: **R$ 8.604,00 (Oito mil seiscentos e quatro reais)**

LEIA-SE: VALOR GLOBAL: **R$ 48.250,00 (Quarenta e oito mil duzentos e cinquenta reais)**

NOVA SANTA HELENA – MT, 01 de Junho de 2020

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA 023/2020

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 023/2020

OBJETO: **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS PARA O MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT.**

VALOR GLOBAL: R$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos I, da Lei Federal nº 8.666/93

EMPRESA CONTRATADA: **ADAIR GOMES DE MENEZES ME**

CNPJ: 10.931.759/0001-41

HOMOLOGO e ADJUDICO.

Nova Santa Helena – MT, 02 de Junho de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 038/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 038/2020

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/001-18.

PARTE: ANTONIO DIRSON HERMES EIRELI, devidamente inscrito no CNPJ: 14.744.570/0001-09

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA TRIBUTÁRIA ESPECIFICAMENTE PARA O AUMENTO SOBRE O ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL), DESTE MUNICÍPIO E SERVIÇO DE ASSESSORIA TRIBUTÁRIA PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO, COTA 25% A VIGORAR EM 2021

VIGÊNCIA: 01/06/2020 até 31/12/2020.

VALOR: **R$:** 48.250,00

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA. **ANTONIO DIRSON HERMES:**-Contratada.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 001/2020

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 001/2020

OBJETO**: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE KIT BIOMETRICO PARA O SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL DESTINADO A CONFECCAO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE, VISANDO ATENDIMENTO AO POSTO DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, I da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: AKIYAMA S/A – INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SISTEMAS - CNPJ: 02.688.100/0004-20

VALOR GLOBAL: R$ 15.495,94 (quinze mil quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 03 (três) meses.

HOMOLOGO.

Nova Santa Helena – MT, 02 de Junho de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 539/2020

PORTARIA N.º 539/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Eva Rodrigues Barros**, Auxiliar de Escritório, Matrícula Funcional 87, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 1/5/2019 a 30/4/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 2/7/2020 a 31/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 561/2020

PORTARIA N.º 561/2020

Dispõe sobre a declaração de vacância de cargo, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, com fulcro no art. 51, inciso V, da Lei Municipal n.º 1.752/2013 – *Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Declarar a vacância de 01 (uma) vaga do cargo de **Auxiliar de Educação Infantil**, do Quadro Geral de Servidores do Município, em decorrência da titular **Danilo Francisco da Silva**, Matrícula Funcional 3782, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para tomar posse em outro cargo público inacumulável, junto ao município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 2 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 560/2020

PORTARIA N.º 560/2020

Dispõe sobre a transferência de servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013 que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT*, e alterações posteriores; **resolve**:

Art. 1º Transferir o(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo(a) ***Adelina Bueno de Assis***, Atendente, Matrícula Funcional 3646, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/11/2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 559/2020

PORTARIA N.º 559/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria José Rodrigues de Jesus**, Professora, Matrícula Funcional 3349, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 1/8/2018 a 31/7/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/7/2020 a 30/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.201, DE 2 DE JUNHO DE 2020

LEI MUNICIPAL N.º 2.201/2020

Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.170/2019 que dispõe sobre a concessão de desconto sobre o cálculo final do IPTU, ITU e chácaras para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal n.º 2.170, de 11 de dezembro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto sobre o cálculo final do ***IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano***, ***ITU – Imposto Territorial Urbano*** e ***chácaras*** do exercício de 2020, conforme discriminado abaixo:

I – desconto de 35% (trinta e cinco por cento) para pagamento até o dia 30/7/2020;

II – desconto de 20% (vinte por cento) para pagamento até o dia 30/9/2020."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 2 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.200, DE 2 DE JUNHO DE 2020.

LEI MUNICIPAL N.º 2.200, DE 2 DE JUNHO DE 2020.

Concede recomposição salarial aos Servidores Públicos Municipais Efetivos, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Concede 4,30% (quatro vírgula trinta por cento) de recomposição salarial sobre os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais Efetivos, retroativo a 1º de abril de 2020, conforme Anexo I - Tabela XIV e Anexo II – Tabela XV que integram a presente Lei.

§ 1º O percentual de que trata o *caput* deste artigo, refere-se a recomposição salarial dos servidores públicos municipais com a aplicação de índice não superior ao acumulado do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – 2019, em conformidade com o inciso VIII do art. 8º da Lei Complementar n.º 173/2020.

§ 2º O percentual de recomposição salarial de que trata o *caput* deste artigo, também será devido aos aposentados e pensionistas, vinculados ao Fundo Municipal de Previdência Social – PREVINX, em conformidade com o disposto no art. 57 da Lei Municipal n.º 1.189/2006.

§ 3º Nos termos do § 2º do art. 36 da Lei Municipal n.º 1.601/2011, concede o percentual de recomposição salarial de que trata este artigo aos Conselheiros Tutelares.

§ 4º Excluem-se da recomposição salarial de que trata este artigo, os profissionais da Educação Básica do Município e os Agentes de Combates às Endemias (ACE) e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), ativos e inativos, respectivamente.

Art. 2º Os professores municipais ficam excluídos da data base fixada através do disposto no art. 274 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 2 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

Lei Municipal 2.200/2020

Anexo – I

TABELA XIV - GERAL - RGA 2020								
Nível	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E	Classe F	Classe G	Classe H	Classe I
1	1.213,43	1.572,53	2.267,91	3.192,84	4.342,27	6.045,70	6.893,10	9.322,68
2	1.249,83	1.619,70	2.335,95	3.288,62	4.472,55	6.227,08	7.099,90	9.602,36
3	1.287,32	1.668,29	2.406,02	3.387,28	4.606,71	6.413,89	7.312,90	9.890,43
4	1.325,94	1.718,35	2.478,20	3.488,91	4.744,92	6.606,30	7.532,29	10.187,15
5	1.365,72	1.769,90	2.552,55	3.593,57	4.887,26	6.804,49	7.758,25	10.486,17
6	1.406,69	1.823,01	2.629,14	3.701,38	5.033,89	7.008,63	7.991,00	10.807,54
7	1.448,89	1.877,68	2.707,99	3.812,42	5.184,89	7.218,89	8.230,73	11.131,77
8	1.492,36	1.934,02	2.789,25	3.926,79	5.340,44	7.435,46	8.477,66	11.465,73
9	1.537,12	1.992,04	2.872,92	4.044,60	5.500,65	7.658,51	8.731,98	11.809,69
10	1.583,24	2.051,81	2.959,11	4.165,94	5.665,68	7.888,27	8.993,93	12.163,99
11	1.630,74	2.113,35	3.047,88	4.290,92	5.835,64	8.124,92	9.263,76	12.528,90
12	1.679,66	2.176,75	3.139,32	4.419,64	6.010,72	8.368,67	9.541,67	12.904,78

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

Lei Municipal 2.200/2020

Anexo - II

TABELA XV - SAÚDE - RGA											
Nível	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E	Classe F	Classe G	Classe I	Classe J	Classe k	Classe L
1	1.153,47	1.254,64	1.330,93	1.767,36	2.661,86	3.549,15	5.817,07	7.275,78	9.612,16	14.551,49	19.224,32
2	1.188,07	1.292,28	1.370,86	1.820,39	2.741,71	3.655,63	5.991,58	7.494,05	9.900,52	14.988,04	19.801,05
3	1.223,72	1.331,04	1.411,98	1.875,00	2.823,96	3.765,30	6.171,33	7.718,88	10.197,54	15.437,68	20.395,08
4	1.260,43	1.370,98	1.454,35	1.931,25	2.908,68	3.878,26	6.356,47	7.950,44	10.503,47	15.900,81	21.006,94
5	1.298,25	1.412,11	1.497,98	1.989,18	2.995,94	3.994,60	6.547,16	8.188,95	10.818,57	16.377,84	21.637,14
6	1.337,19	1.454,48	1.542,92	2.048,85	3.085,82	4.114,44	6.743,58	8.434,62	11.143,13	16.869,17	22.286,25
7	1.377,31	1.498,11	1.589,20	2.110,32	3.178,40	4.237,88	6.945,88	8.687,66	11.477,42	17.375,24	22.954,84
8	1.418,63	1.543,05	1.636,88	2.173,63	3.273,74	4.365,02	7.154,26	8.948,29	11.821,74	17.896,50	23.643,49
9	1.461,18	1.589,34	1.685,98	2.238,84	3.371,96	4.495,96	7.368,89	9.216,73	12.176,39	18.433,40	24.352,79
10	1.505,02	1.637,02	1.736,56	2.306,01	3.473,12	4.630,85	7.589,95	9.493,24	12.541,69	18.986,40	25.083,38
11	1.550,17	1.686,13	1.788,67	2.375,19	3.577,31	4.769,77	7.817,65	9.778,03	12.917,94	19.555,99	25.835,88
12	1.596,67	1.736,72	1.842,33	2.446,44	3.684,63	4.912,86	8.052,18	10.071,38	13.305,48	20.142,68	26.610,95

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 558/2020

PORTARIA N.º 558/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Leandra Lima Coelho**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3523, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25/4/2011 a 24/4/2016.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 3/6/2020 a 2/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 557/2020

PORTARIA N.º 557/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Amarilda Aparecida de Souza**, Enfermeira, Matrícula Funcional 1724, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 2/1/2013 a 1/1/2018.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 8/6/2020 a 7/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 556/2020

PORTARIA N.º 556/2020

Dispõe sobre a concessão de ***licença prêmio por assiduidade*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ivania Diva Mattos Pinheiro**, Professora, Matrícula Funcional 1389, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 3/4/2014 a 2/4/2019.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/6/2020 a 29/8/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 555/2020

PORTARIA N.º 555/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Moises Correia de Oliveira**, Apoio Administrativo Educacional – Transporte Escolar, Matrícula Funcional 3668, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 3/7/2018 a 2/7/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 6/7/2020 a 4/8/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 554/2020

PORTARIA N.º 554/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Liliana Nobre Ximenes**, Técnico Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 4021, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 23/7/2019 a 22/7/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 23/7/2020 a 21/8/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 553/2020

PORTARIA N.º 553/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Dorival Barros de Carvalho**, Técnico Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 3696, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 3/7/2019 a 2/7/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 20/7/2020 a 18/8/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 552/2020

PORTARIA N.º 552/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Vanderlene Maria de Oliveira**, Professora, Matrícula Funcional 1178, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 1/2/2019 a 31/1/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/6/2020 a 30/6/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 551/2020

PORTARIA N.º 551/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Uelson Gomes de Oliveira**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 1425, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 23/4/2018 a 22/4/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 10/7/2020 a 8/8/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 550/2020

PORTARIA N.º 550/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Messias Ribeiro dos Santos**, Professora, Matrícula Funcional 3109, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 1/4/2019 a 31/3/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/7/2020 a 30/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

ORDEM DE SERVIÇO – CONTRATO 12/2020

O Município de Nova Xavantina, MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CPPJ 15.024.045.0001-73, com sede administrativa na Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, setor Xavantina, em Nova Xavantina, MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal João Batista Vaz da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 282.509.151-00 e no RG 1392532 SSPGO, residente e domiciliado na Rua Santarém, nº 250, Centro, em Nova Xavantina, MT, solicita a empresa **CONSTRUTORA CONSTRUVALE EIRELLI ME**, inscrita no CNPJ nº 07. 762.401.0001-28, a iniciar de imediato a construção de duas salas de aula na Escola Municipal JR, conforme planilhas e demais anexos do edital de Tomada de Preços nº 003/2020.

Nova Xavantina, MT, 02 de junho de 2020.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 549/2020

PORTARIA N.º 549/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Francisca de Sousa**, Atendente, Matrícula Funcional 795, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/4/2019 a 14/4/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 6/7/2020 a 4/8/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 548/2020

PORTARIA N.º 548/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavanti-*

na – MT, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Josiane Araújo Ribeiro da Silva**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4265, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 5/6/2019 a 4/6/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 18/6/2020 a 17/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 529/2020

PORTARIA N.º 529/2020

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 7.178/2016, que Dispõe sobre a nomeação de Welton Magnone Oliveira dos Santos, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* **resolve**:

Art. 1º O art. 1º da Portaria n.º 7.178, de 4 de janeiro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Nomear servidor público municipal ***Welton Magnone Oliveira dos Santos***, Auditor Público Interno, Matrícula Funcional 3536**,** para exercer a função gratificada de Auditoria e Controladoria Geral, junto a Secretaria de Gabinete do Prefeito.

§ 1ºNos termos do art. 96, da Lei Municipal n.º 1.901/2015, o servidor público municipal de que trata o *caput* deste artigo, fará jus a uma gratificação de 20% (vinte por cento) do valor do vencimento.

§ 2º O servidor de que trata o *caput* deste artigo, nos termos do art. 98 da Lei Municipal n.º 1.901/2015,será responsável também pelo Controle Interno do Fundo Municipal de Previdência Social – PREVINX."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 26 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2.020

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2.020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÕES DE ATOS DE EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS, EDITAIS, AVISOS, RESULTADOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÕES E OUTROS ATOS EXIGIDOS POR LEI, JUNTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, às 9h00min (horário de Brasília) do dia 19 de junho de 2.020, no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e através do endereço eletrônico: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e /ou site: https://novaxavantina.mt.gov.br/licitacoes/pregao-...

Nova Xavantina – MT, 2 de junho de 2.020.

WALMIR ARRUDA COSTA Pregoeiro Oficial.

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 547/2020

PORTARIA N.º 547/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marcella de Paiva Rocha**, Odontóloga, Matrícula Funcional 3365, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 10/9/2018 a 9/9/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/6/2020 a 15/6/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 528/2020

PORTARIA N.º 528/2020

Dispõe sobre a nomeação de Ivete Pereira, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

Considerando o o disposto na Portaria nº 232, de 9 de outubro de 2019 que *estabelece atribuição, forma de ingresso e parâmetros atinentes aos Coordenadores de Polo UAB e regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, e Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017 e pela Portaria CAPES nº 139 de 13 de julho de 2017*; **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Ivete Pereira,*** para exercer a função de Chefe da *Direção da Universidade Aberta do Brasil – UAB*, junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Parágrafo único. A nomeação de que trata o *caput* deste artigo, será "NÃO BOLSISTA", tudo dentro dos moldes da Portaria nº 232, de 9 de outubro de 2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 8.142/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 26 de maio de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 546/2020

PORTARIA N.º 546/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ana Paula Alves da Silva**, Auxiliar de Saúde Bucal, Matrícula Funcional 4117, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 7/6/2019 a 6/6/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 8/6/2020 a 7/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 530/2020

PORTARIA N.º 530/2020

Dispõe sobre a readaptação de servido(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com *Laudo de Inspeção de Saúde*, do médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, de 17 de fevereiro de 2020, readaptar dentro da própria função, o(a) servidor(a) público(a) municipal efetiva **Valdelice Pereira Barros** – Atendente, Matrícula Funcional 3391, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 18/5/2020 A 15/8/2020.

Parágrafo único. A servidora de que trata o *caput* deste artigo, deverá no período de readaptação dentro da própria função, evitar contato com produtos de limpeza.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 28 de maio de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 545/2020

PORTARIA N.º 545/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **José Ironaldo Araújo Pinto**, Bioquímico, Matrícula Funcional 3419, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2018 a 2/11/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 3/6/2020 a 2/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 544/2020

PORTARIA N.º 544/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Lilian da Rocha**, Enfermeira, Matrícula Funcional 3889, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/4/2018 a 14/4/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 5/7/2020 a 3/8/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 543/2020

PORTARIA N.º 543/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Rosa Maria Pereira de Araújo**, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 1974, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/1/2013 a 2/1/2018.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 4/6/2020 a 3/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 531/2020

PORTARIA N.º 531/2020

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para Avaliação de Imóvel, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; resolve:

Art. 1º Nomear **Comissão para Avaliação** do imóvel locado sob o n.º 02 da quadra 009, Inscrição Municipal 001.26.009.02.001, localizado na Avenida Brasil Central, 270, setor Xavantina, nesta cidade, de propriedade de **Juscelino da Rocha Reis**, inscrito no CPF sob o n.º 334.055.491-91, composta pelos seguintes membros: ***Hérick Bruno Mattos Santos***, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258, ***Valdivino Antonio da Costa***, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 22 e ***Gustavo Wilker Pazetto***, Corretor de Imóveis – CRECI-MT 7316, que sob a presidência do primeiro, terá prazo de 10 (dez) dias, para apresentar ao Prefeito Municipal Laudo de Avaliação circunstanciado contendo as seguintes informações:

I – Benfeitorias acabadas e inacabadas existentes no imóvel;

II – Valor do imóvel em moeda corrente neste País;

III – Situação fiscal do imóvel;

IV – Outras informações que julgar pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 29 de maio de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 532/2020

PORTARIA N.º 532/2020

*Dispõe sobre a demissão de **Lionária Ribeiro da Silva** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências* e suas alterações posteriores, em conformidade com demais legislação que trata da matéria;

- Considerando a análise do conjunto probatório do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 046/2018**, em desfavor da servidora pública municipal *Lionária Ribeiro da Silva*, Professora;

- Considerando o disposto no Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, que *in verbis*: *"... esta Comissão compreende que pelo fato de haver maior quantidade de agravantes em detrimento das atenuantes, tal circunstância reforça e consolida a aplicação de demissão, sendo esta sanção que se impõe. Desse modo, pelos fatos e fundamentos legais expostos, **opinamos pela DEMISSÃO**."*; **resolve**:

Art. 1º Demitir a bem do serviço público a servidora pública municipal ***Lionária Ribeiro da Silva***,servidora pública municipal Professora, Matrícula Funcional 4280*,* lotado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a sua nomeação constante da Portaria n.º 9.365/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 533/2020

PORTARIA N.º 533/2020

*Dispõe sobre a exoneração de **Victor Hugo Monteiro Braga,** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, com fulcro no art. 51, inciso V, da Lei Municipal n.º 1.752/2013 – *Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

Considerando o pedido de exoneração formulado por Victor Hugo Monteiro Braga, Médico, datado de 20 de agosto de 2.013;

Considerando que para todos os efeitos legais, o servidor em referência foi desligado, a pedido, do Quadro de Servidores do Município, em 20 de agosto de 2.013;

Considerando que por um equívoco não foi confeccionada a Portaria de exoneração do servidor em referência; **resolve**:

Art. 1º A pedido, exonerar a servidora pública municipal ***VICTOR HUGO MONTEIRO BRAGA***, Matricula Funcional n.º 1694, Médico, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de agosto de 2013, data do pedido de exoneração.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 534/2020

PORTARIA N.º 534/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **João Rodrigues dos Santos**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 186, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 1/2/2019 a 31/1/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 15/6/2020 a 14/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 535/2020

PORTARIA N.º 535/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Luismar Bernardes da Silva**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4370, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 8/4/2018 a 8/4/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/7/2020 a 30/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 536/2020

PORTARIA N.º 536/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Edbert Moreira Júnior**, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 3956, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 12/1/2019 a 13/1/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 22/7/2020 a 31/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 537/2020

PORTARIA N.º 537/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Suzete Madair Rosa Miranda**, Agente Administrativa, Matrícula Funcional 3618, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Agricultura Familiar, referente ao período aquisitivo de 1/4/2019 a 31/3/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 27/7/2020 a 25/8/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 542/2020

PORTARIA N.º 542/2020

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio por assiduidade e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de licença prêmio por assiduidade a(o) servidor(a) público(a) municipal **Francisca Ferreira da Silva Maracaipe**, Atendente, Matrícula Funcional 1085, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 7/3/2015 a 6/3/2020.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 10/6/2020 a 9/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
NOTIFICAÇÃO N.º 055/2020

NOTIFICAÇÃO N.º 055/2020

O Município de Nova Xavantina – MT**, através da Vigilância Sanitária, de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 2.135, de 15 de março de 2019 que** Disciplina a obrigatoriedade de limpeza de terrenos e imóveis urbanos e suas alterações posteriores, combinado com o preconizado no art. 2º da Lei Municipal n.º 2.141, de 22 de abril de 2019 que Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.135/2019, e demais legislação que trata da matéria, em vistoria in loco ao imóvel abaixo discriminado, constatou O NÃO CUMPRIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 030/2020**, conforme fotos em anexo. Portanto será lançada multa no valor 30 (trinta) UPF-NX, que corresponde a R$ 1.008,60 (hum mil e oito reais e sessenta centavos) no cadastro do imóvel. A Secretaria de Infraestrutura será notificada a proceder à limpeza do imóvel, com ônus para o proprietário:**

Proprietário: SEBASTIÃO FIRMINO DE OLIVEIRA		
CPF/CNPJ: 041.705.806-30	**Telefone:**	
Endereço do Imóvel:		
Rua/Av AVENIDA MATO GROSSO		**Bairro:** PARQUE DOS BURITIS
Lote: 14	**Quadra:** A	**Setor:** 28

Cientificamos que a constatação posterior de nova infringência a legislação, independente de autuação ou notificação, ensejará aplicação da multa em dobro e será efetuada a limpeza pela Secretaria Municipal de Infraestrutura nos termos da legislação.

Nova Xavantina – MT, às _____horas, do dia _____ de _____ de 2020.

Assinatura do autuado(a):	
Assinatura do(a) servidor(a) autuante:	Assinatura do(a) servidor(a) autuante:
Testemunha 1:	CPF:

SECRETARIA DE GABINETE
NOTIFICAÇÃO N.º 052/2020

NOTIFICAÇÃO N.º 052/2020

O Município de Nova Xavantina – MT**, através da Vigilância Sanitária, de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 2.135, de 15 de março de 2019 que** Disciplina a obrigatoriedade de limpeza de terrenos e imóveis urbanos e suas alterações posteriores, combinado com o preconizado no art. 2º da Lei Municipal n.º 2.141, de 22 de abril de 2019 que Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.135/2019, e demais legislação que trata da matéria, em vistoria in loco ao imóvel abaixo discriminado, constatou O NÃO CUMPRIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 080/2020**, conforme fotos em anexo. Portanto será lançada multa no valor 30 (trinta) UPF-NX, que corresponde a R$ 1.008,60 (hum mil e oito reais e sessenta centavos) no cadastro do imóvel. A Secretaria de Infraestrutura será notificada a proceder à limpeza do imóvel, com ônus para o proprietário:**

Proprietário: CARLOS ANDRE CANDIDO DE OLIVEIRA		
CPF/CNPJ: 005.362.711-35	**Telefone:**	
Endereço do Imóvel:		
Rua/Av RUA. SÃO FELIX DO ARAGUAIA		**Bairro:** TONETTO
Lote: 06	**Quadra:** 115	**Setor:** 09

Cientificamos que a constatação posterior de nova infringência a legislação, independente de autuação ou notificação, ensejará aplicação da multa em dobro e será efetuada a limpeza pela Secretaria Municipal de Infraestrutura nos termos da legislação.

Nova Xavantina – MT, às _____horas, do dia _____ de _____ de 2020.

Assinatura do autuado(a):	
Assinatura do(a) servidor(a) autuante:	Assinatura do(a) servidor(a) autuante:
Testemunha 1:	CPF:

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 541/2020

PORTARIA N.º 541/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Francisca Ferreira da Silva Maracaipe**, Atendente, Matrícula Funcional 1085, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 8/3/2019 a 7/3/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 10/7/2020 a 8/8/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
NOTIFICAÇÃO N.º 053/2020

NOTIFICAÇÃO N.º 053/2020

O Município de Nova Xavantina – MT**, através da Vigilância Sanitária, de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 2.135, de 15 de março de 2019 que** Disciplina a obrigatoriedade de limpeza de terrenos e imóveis

urbanos e suas alterações posteriores, combinado com o preconizado no art. 2º da Lei Municipal n.º 2.141, de 22 de abril de 2019 que Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.135/2019, e demais legislação que trata da matéria, em vistoria in loco ao imóvel abaixo discriminado, constatou O NÃO CUMPRIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 084/2020**, conforme fotos em anexo. Portanto será lançada multa no valor 30 (trinta) UPF-NX, que corresponde a R$ 1.008,60 (hum mil e oito reais e sessenta centavos) no cadastro do imóvel. A Secretaria de Infraestrutura será notificada a proceder à limpeza do imóvel, com ônus para o proprietário:**

Proprietário: SANDRA RETSINA DUMHIWE		
CPF/CNPJ: 006.051.221-05	**Telefone:**	
Endereço do Imóvel:		
Rua/Av RUA. FORMOSA		**Bairro:** TONETTO
Lote: 11	**Quadra:** 114	**Setor:** 09

Cientificamos que a constatação posterior de nova infringência a legislação, independente de autuação ou notificação, ensejará aplicação da multa em dobro e será efetuada a limpeza pela Secretaria Municipal de Infraestrutura nos termos da legislação.

Nova Xavantina – MT, às _____horas, do dia _____ de _____ de 2020.

Assinatura do autuado(a):	
Assinatura do(a) servidor(a) autuante:	Assinatura do(a) servidor(a) autuante:
Testemunha 1:	CPF:

SECRETARIA DE GABINETE
NOTIFICAÇÃO N.º 051/2020

NOTIFICAÇÃO N.º 051/2020

O Município de Nova Xavantina – MT**, através da Vigilância Sanitária, de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 2.135, de 15 de março de 2019 que** Disciplina a obrigatoriedade de limpeza de terrenos e imóveis urbanos e suas alterações posteriores, combinado com o preconizado no art. 2º da Lei Municipal n.º 2.141, de 22 de abril de 2019 que Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.135/2019, e demais legislação que trata da matéria, em vistoria in loco ao imóvel abaixo discriminado, constatou O NÃO CUMPRIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 071/2020**, conforme fotos em anexo. Portanto será lançada multa no valor 30 (trinta) UPF-NX, que corresponde a R$ 1.008,60 (hum mil e oito e sessenta centavos) no cadastro do imóvel. A Secretaria de Infraestrutura será notificada a proceder à limpeza do imóvel, com ônus para o proprietário:**

Proprietário: JOSE FERREIRA PIZA		
CPF/CNPJ: 060.344.626-49	**Telefone:**	
Endereço do Imóvel:		
Rua/Av COUTO MAGALHÃES		**Bairro:** CENTRO
Lote: 01	**Quadra:** 123	**Setor:** 01

Cientificamos que a constatação posterior de nova infringência a legislação, independente de autuação ou notificação, ensejará aplicação da multa em dobro e será efetuada a limpeza pela Secretaria Municipal de Infraestrutura nos termos da legislação.

Nova Xavantina – MT, às _____horas, do dia _____ de _____ de 2020.

Assinatura do autuado(a):	
Assinatura do(a) servidor(a) autuante:	Assinatura do(a) servidor(a) autuante:
Testemunha 1:	CPF:

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 538/2020

PORTARIA N.º 538/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Cádia Ângela Berti**, Assistente Social, Matrícula Funcional 3420, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 9/11/2018 a 8/11/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 20/7/2020 a 3/8/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
NOTIFICAÇÃO N.º 056/2020

NOTIFICAÇÃO N.º 056/2020

O Município de Nova Xavantina – MT**, através da Vigilância Sanitária, de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 2.135, de 15 de março de 2019 que** Disciplina a obrigatoriedade de limpeza de terrenos e imóveis urbanos e suas alterações posteriores, combinado com o preconizado no art. 2º da Lei Municipal n.º 2.141, de 22 de abril de 2019 que Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.135/2019, e demais legislação que trata da matéria, em vistoria in loco ao imóvel abaixo discriminado, constatou O NÃO CUMPRIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 029/2020**, conforme fotos em anexo. Portanto será lançada multa no valor 30 (trinta) UPF-NX, que corresponde a R$ 1.008,60 (hum mil e oito reais e sessenta centavos) no cadastro do imóvel. A Secretaria de Infraestrutura será notificada a proceder à limpeza do imóvel, com ônus para o proprietário:**

Proprietário: SEBASTIÃO FIRMINO DE OLIVEIRA		
CPF/CNPJ: 041.705.806-30	**Telefone:**	
Endereço do Imóvel:		
Rua/Av AVENIDA ARAPONGAS		**Bairro:** PARQUE DOS BURITIS
Lote: 05	**Quadra:** A	**Setor:** 28

Cientificamos que a constatação posterior de nova infringência a legislação, independente de autuação ou notificação, ensejará aplicação da multa em dobro e será efetuada a limpeza pela Secretaria Municipal de Infraestrutura nos termos da legislação.

Nova Xavantina – MT, às _____horas, do dia _____ de _____ de 2020.

Assinatura do autuado(a):	
Assinatura do(a) servidor(a) autuante:	Assinatura do(a) servidor(a) autuante:
Testemunha 1:	CPF:

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 540/2020

PORTARIA N.º 540/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Fabrícia Pinto Galindo**, Psicóloga, Matrícula Funcional 3692, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 3/7/2019 a 3/7/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 6/7/2020 a 4/8/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de junho de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PORTARIA Nº 121/2020

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor **MANUEL FRANCELINO DA SILVA NETO,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 15828999 SSP/MT e do CPF: nº 912.817.331-72, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** no cargo **MOTORISTA ,** referente ao período de **2019/2020** a partir de 02/06/2020 Á 16/06/2020, retorno dia 17/06/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 02 de Junho de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITACAO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 001/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT E A EMPRESA VANDER DE OLIVEIRA GOMES - MEI, PARA CONSTRUÇÃO DA CASA DE VELORIO.

Pelo presente termo aditivo regido pela Lei Federal n.º 8.666/93 de 21/06/93 e as Alterações Posteriores, o **Município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa à Rua Augusto de Souza, 171, Centro, nesta cidade, inscrita no **CNPJ sob o número 03.238.888/0001-93**, representado neste pelo atual Prefeito Municipal, Sr. **José Nilton de Brito**, brasileiro, viúvo,pecuarista, portador da Carteira de Identidade/RG n.° 910304 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 761.796.991.00, residente no município de Novo Horizonte do Norte - MT, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **Vander de Oliveira Gomes - MEI**, inscrita no **CNPJ: 17.701.318/0001-00,** localizada a Rua Dom Vital Chitolina, n.º 419, Bairro Centro na cidade de Novo horizonte do Norte - MT – CEP: 78.570-000, neste ato representada pelo seu sócio proprietário o Sr. **Vander de Oliveira Gomes,** portador da **RG: 1646565-2 SSP/MT** e **CPF: 023.764.681-16**, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo aditivo do contrato nos termos do Edital de Tomada de Preços n.º 007/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo tem por objeto o ajuste nos itens **7.0, 11.0, 13.0, 14.0, 15.0, 17.0, 18.0 e 19.00**, conforme planilha em anexo, referente as alterações ou adequações impostas ao projeto inicial visando a melhoria das instalação e conclusão da obra, bem como a exclusão de itens cujas aquisições/serviços foram dispensadas pelo departamento de engenharia **sem reflexo financeiro.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

O departamento de engenharia do município e a empresa que executa o serviço identificaram inconsistência no projeto e planilha orçamentaria na contratação de mão de obra para construção da casa de velório, após levantamento verificou se a necessidade de realizar ajustes visando melhorias e viabilidade de conclusão da referida obra sem custos adicionais.

CLÁSULA TERCEIRA – DO VALOR

Sem alteração dos valores inicialmente contratados para execução total dos serviços, a preço global no valor de **R$ 81.993,85 (oitenta e um mil novecentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos).** O presente aditivo tem acréscimo e supressão (compensação) no valor de **R$ 16.827,98 (dezesseis mil oitocentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos),** correspondendo a 20,52% (vinte virgula cinquenta e dois por cento).

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGENCIA DO CONTRATO

O prazo de execução inicial de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do recebimento da “ORDEM DE SERVIÇOS”, para execução dos serviços manterá inalterado uma vez que os ajustes não refletem no prazo de execução.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo de vigência seguira o do contrato até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas e condições do contrato se manterão inalteradas.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos - MT a que está judicialmente vinculado, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor.

Novo Horizonte do Norte - MT, 28 de maio de 2020.

JOSÉ NILTON DE BRITO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VANDER DE OLIVEIRA GOMES - MEI

Vander de Oliveira Gomes

Sócio Proprietário

CONTRATADA

DARCI RENE GONÇALVES MONTEIRO

Fiscal de Contrato

Portaria n.º 061/2020

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT n.º 18.438

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PUBLICA 002/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO 005/2020

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT, através de seu Presidente nomeado pela Portaria n° 239/2019, de acordo com a Lei n° 8.666/93 e Lei Municipal 1.273/2019, torna público que fará realizar licitação na modalidade Concorrência. **Objeto: Alienação de bem imóvel com edificação comercial, situado na Rua Domício de Góes, lote 06 da quadra 37, matricula nº 6.553 do Cartório de Registro de Imóveis, 1º Oficio Comarca de Porto dos Gaúchos/MT, no município de Novo Horizonte do Norte/MT,** conforme especificações e condições do Edital e seus anexos. Início da sessão: **Dia 03/07/2020,** ás **08h00min, horário local, na sala de licitações desta prefeitura**. Os interessados a adquirir cópia do edital, deverão solicitar informações no fone (66) 3559-1137 ou endereços de email licitanovohorizontedonorte@gmail.com, disponível também no site oficial deste município, www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte - MT, 02 de junho de 2020.

JULIANO GAMBA

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 158/2020 - NOMEAÇÃO PREGOEIRA LUCIANA

PORTARIA Nº 158/2020.

De 01 de junho de 2020

"***Dispõe sobre nomeação de servidor para cargo de comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR a Sra. **LUCIANA DA SILVA BETARELO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1927631-1 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 040.390.361-07, para o cargo de **PREGOEIRA**, de provimento em comissão, símbolo DAS I, lotado na Secretaria Municipal de Administração e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 01 de junho de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033/2020

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: durante os dias **04 de Junho a 17 de Junho de 2020**, período integral do expediente, sendo que excepcionalmente, no dia 17 de Junho de 2020, as propostas poderão ser encaminhadas até às 08h00, horário de Brasília. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 08h00. Inicio da sessão da disputa: às 09h00 (Brasília) do dia 17 de Junho de 2020. Objeto da licitação na modalidade pregão eletrônico: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e seus anexos. **LOCAL DA DISPUTA**: Site da Licitanet - Licitações On-line www.licitanet.com.br. **RETIRADA DO EDITAL:** site: www.novosantoantonio.mt.gov.br. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas deverão providenciar o cadastro no Licitanet - Licitações On-line, conforme edital de chamamento. **CONTATO:** (0**66)3548-1140 ou e-mail: licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br .

Novo Santo Antônio-MT, 03 de Junho de 2020.

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº: 35/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 010/2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº: 35/2020

Dispensa de Licitação nº: 010/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES DO TIPO MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA INSTALAÇÃO DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DETRAN DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 012/2017.

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso o **SENHOR ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativos de Dispensa de Licitação **n° 010/2020**, **RATIFICA** a declaração de Dispensa de Licitação para a Contratação de empresa para *AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES DO TIPO MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA INSTALAÇÃO DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DETRAN DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 012/2017.*

Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 010/2020

FAVORECIDA: **SUBLYME DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS EIRELLI**

CNPJ: **22.579.608/0001-55**

VALOR TOTAL: **R$** ***6.077,42 (seis mil e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos).***

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Novo Santo Antônio-MT 03 de Junho de 2020

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1923/2020

LEI Nº 1923/2020

"INCLUI NA LEI Nº 1778/2019 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2.020, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 08 - Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

Unidade: 003 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Função: 08 - Assistência Social.

Sub Função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0016 – Proteção Social Básica.

Projeto/Atividade: 2117 – Manutenção e Execução de Ações Socioassistenciais e Estruturação de Rede do SUAS – Cofinanciamento de Ações Socioassistenciais.

Elemento de Despes.:

3190.04.00.00...Contratação por tempo Determinado.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 20. 400,00

3190.13.00.00...Obrigações Patronais – INSS.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 4. 488,00

3390.30.00.00...Material de Consumo.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 25. 000,00

3390.32.00.00...Material de Distribuição Gratuita.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 35. 000,00

3390.33.00.00...Passagem e Despesas com Locomoção.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 5. 000,00

3390.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 10. 000,00

4490.52.00.00...Equipamento e Material Permanente.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 15. 000,00

Total.....R$ 114.888,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Exercício Financeiro Corrente e na fonte de Convenio Conforme Portaria nº 369 de 29 de abril de 2020 do Ministério da Cidadania, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS. .....R$ 110. 400,00

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.....R$ 4. 488,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 114.888,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1917/2020.

LEI Nº 1917/2020.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR EM RELAÇÃO AO CONTRATO DE Nº 061/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a cancelar os restos a pagar em relação ao Contrato de nº 061/2018, entre as partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT E A MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA - ME,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.666.823/0001-25.

ARTIGO 2º- Os restos a pagar que foram empenhados (Empenho n. 7509/2018) no valor de R$ 229.497.99 (duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos) e (Empenho n. 7508/2018) no valor de R$ 62.580,15 (sessenta e dois mil quinhentos e oitenta reais e quinze centavos), totalizando o valor de R$ 292.078,14 (duzentos e noventa e dois mil setenta e oito reais e quatorze centavos) devem ser cancelados devido a Rescisão Contratual.

ARTIGO 3º- Todo e qualquer pagamento que vier a ser reclamado, devidamente inscrito em Restos a Pagar em relação ao Contrato de nº 061/2018, ora cancelado, se legais e reais, poderá ser atendido a conta de dotação destinado as despesas de anos anteriores.

ARTIGO 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ARTIGO 5º- Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1921/2020

LEI Nº 1921/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 08 - Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

Unidade: 003 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Função: 08 - Assistência Social.

Sub Função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0015 – Proteção Social Especial.

Projeto/Atividade: 2118 – Manutenção e Execução de Ações Socioassistenciais e Estruturação de Rede do SUAS – Equipamento de Proteção Individual – EPI e Alimentos.

Elemento de Despesa:

3390.30.00.00...Material de Consumo.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 11. 385,00

3390.32.00.00...Material de Distribuição Gratuita.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 35. 535,00

Total.....R$ 46.920,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Exercício Financeiro Corrente e na fonte de Convenio Conforme Portaria nº 369 de 29 de abril de 2020 do Ministério da Cidadania, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS. .....R$ 46. 920,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 46.920,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sr. **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao Decreto nº 1763 de 28 de maio de 2020, CONVOCA a comunidade de Paranatinga para assistir a LIVE que, trata-se de Audiência Pública que se realizara no dia 05 de junho de 2020, às 11:00 horas, **transmitida pelo Site Oficial da Prefeitura Municipal de Paranatinga, Youtube e Facebook**, para tratar de assuntos sobre a Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, Prestação de Contas de Apresentação e Avaliação das Metas Fiscais relativo ao **01 (primeiro) quadrimestre do ano de 2020**.

Paranatinga, 02 de junho de 2020.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1920/2020

LEI Nº 1920/2020

"INCLUI NA LEI Nº 1778/2019 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2.020, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 08 - Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

Unidade: 003 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Função: 08 - Assistência Social.

Sub Função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0015 – Proteção Social Especial.

Projeto/Atividade: 2118 – Manutenção e Execução de Ações Socioassistenciais e Estruturação de Rede do SUAS – Equipamento de Proteção Individual – EPI e Alimentos.

Elemento de Despesa:

3390.30.00.00...Material de Consumo.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 11. 385,00

3390.32.00.00...Material de Distribuição Gratuita.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 35. 535,00

Total.....R$ 46.920,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arreca-

dação do Exercício Financeiro Corrente e na fonte de Convenio Conforme Portaria nº 369 de 29 de abril de 2020 do Ministério da Cidadania, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS. .....R$ 46. 920,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 46.920,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1924/2020

LEI Nº 1924/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 08 - Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

Unidade: 003 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Função: 08 - Assistência Social.

Sub Função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0016 – Proteção Social Básica.

Projeto/Atividade: 2117 – Manutenção e Execução de Ações Socioassistenciais e Estruturação de Rede do SUAS – Cofinanciamento de Ações Socioassistenciais.

Elemento de Despes.:

3190.04.00.00...Contratação por tempo Determinado.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 20. 400,00

3190.13.00.00...Obrigações Patronais – INSS.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 4. 488,00

3390.30.00.00...Material de Consumo.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 25. 000,00

3390.32.00.00...Material de Distribuição Gratuita.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 35. 000,00

3390.33.00.00...Passagem e Despesas com Locomoção.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 5. 000,00

3390.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 10. 000,00

4490.52.00.00...Equipamento e Material Permanente.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 15. 000,00

Total.....R$ 114.888,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Exercício Financeiro Corrente e na fonte de Convenio Conforme Portaria nº 369 de 29 de abril de 2020 do Ministério da Cidadania, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS. .....R$ 110. 400,00

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.....R$ 4. 488,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 114.888,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1922/2020

LEI Nº 1922/2020

“INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018-2021, LEI Nº 1508/2017, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 08 - Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

Unidade: 003 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Função: 08 - Assistência Social.

Sub Função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0016 – Proteção Social Básica.

Projeto/Atividade: 2117 – Manutenção e Execução de Ações Socioassistenciais e Estruturação de Rede do SUAS – Cofinanciamento de Ações Socioassistenciais.

Elemento de Despes.:

3190.04.00.00...Contratação por tempo Determinado.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 20. 400,00

3190.13.00.00...Obrigações Patronais – INSS.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 4. 488,00

3390.30.00.00...Material de Consumo.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 25. 000,00

3390.32.00.00...Material de Distribuição Gratuita.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 35. 000,00

3390.33.00.00...Passagem e Despesas com Locomoção.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 5. 000,00

3390.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 10. 000,00

4490.52.00.00...Equipamento e Material Permanente.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 15. 000,00

Total.....R$ 114.888,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Exercício Financeiro Corrente e na fonte de Convenio Conforme Portaria nº 369 de 29 de abril de 2020 do Ministério da Cidadania, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS. .....R$ 110. 400,00

Fonte.: 0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.....R$ 4. 488,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 114.888,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1916/2020

LEI Nº 1916/2020

“INSTITUI A COBRANÇA DE TAXA DE SERVIÇOS SOBRE ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI;

Art. 1° Fica a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Industria e Comercio, Turismo e Regularização Fundiária - SEMATUR, autorizada a cobrar pelos serviços de análise, inspeção e vistoria, para fins de licenciamento, dos estabelecimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, observados os parâmetros definidos nos Anexos I a VII desta lei, compreendidos pelas seguintes licenças:

I – Licença prévia;

II – Licença de instalação;

III – Licença de Operação;

IV – Licença Simplificada.

Parágrafo único A arrecadação advinda dos serviços cobrados por esta lei constituirá Receita do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, que reverter-se-á em ações, programas, projetos, atividades e equipamentos necessários à execução da Política Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2° É sujeito passivo de recolhimento desta taxa todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo único da Resolução CONSEMA nº 85/2014 ou outra que sucedê-la.

Art. 3° A Taxa é devida por atividade licenciável pelo município no ato de protocolo do devido processo administrativo de licenciamento ambiental municipal e os seus valores são os fixados nos Anexos II, III e V desta Lei, sendo que o anexo V é especifico para atividades Agrossilvipastoril.

Art. 4º A SEMATUR estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor e os seguintes limites:

I – Licença Prévia: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 4 (quatro) anos;

II – Licença de Instalação: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 5 (cinco) anos;

III – Licença de Operação: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

IV – Licença Simplificada: máximo de 3 (três) anos.

Art. 5º Fica isenta do pagamento de taxa de licenciamento ambiental:

I - a implantação de obras públicas municipais e unidades de saúde da rede pública ou filantrópicas.

§1º Poderão ser dispensados da cobrança das taxas de que trata esta Lei, a critério da SEMATUR, em procedimento administrativo próprio, com vistas e parecer opinativo do Conselho Municipal de Meio Ambiente e com ratificação do Secretário Municipal do Meio Ambiente:

I - Associações e Cooperativas de Produtores da Agricultura Familiar, sediadas no Município de Paranatinga;

II – **Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);**

III -Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R$ 20.000,00;

IV - pedidos de vistoria ou certidões, declarações, laudos ou pareceres, exclusivamente a pessoas físicas, para garantia de direitos, desde que comprovada situação de hipossuficiência.

§2º Para aqueles que se enquadram no inciso II, necessário apresentar comprovante inscrição no Cadastro Único ou declaração de beneficiário emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

§2º Para aqueles que se enquadram no inciso III, necessário apresentar Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física, bem como extrato bancário e/ou comprovante de renda que demonstre/ateste o limite estipulado, ou ainda comprovante inscrição no Cadastro Único.

Art. 6º Fica assegurado o desconto de 30% (trinta por cento) sobre as taxas de renovação de licença de operação – RLO, dos empreendimentos que atenda, a pelo menos, um dos requisitos abaixo:

1) utilizem resíduos para reciclagem;

2) utilizem resíduos para geração de energia;

3) reaproveitem a água utilizada;

4) disponham de certificação por órgão credenciado em qualidade ambiental, nos termos do regulamento;

5) implementem plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

6) sejam de responsabilidade direta de Prefeituras, órgãos do Governo Estadual, órgãos do Governo Federal, Organização não Governamental - ONG e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

§ 1º Os descontos não serão cumulativos.

§ 2º A comprovação da existência dos itens de que trata o *caput* será feita na ocasião das vistorias.

§ 3º O empreendedor é responsável pela manutenção do item pelo qual recebeu o benefício no decorrer do funcionamento de sua atividade. A constatação do não funcionamento de qualquer dos itens pelo qual foi beneficiado ensejará e missão compulsória de boleto com os valores referentes ao benefício sem prejuízo das sanções penais e administrativas pelo fornecimento de informações não comprováveis.

Art. 7º Nas hipóteses em que o prazo de validade na Licença de Operação (LO) seja igual com o superior a 03 (três) anos o empreendedor deverá recolher anualmente, 25% do valor, em Unidade Padrão Fiscal do Município – UPFM/ PTGA da referida licença a título de pagamento dos serviços de fiscalização e monitoramento.

Art. 8º A taxa de Licenciamento Ambiental terá por base de cálculo o valor da Unidade Padrão Fiscal do Município – UPFM/ PTGA, e demais critérios e parâmetros definidos nos anexos da presente norma (Resolução CONSEMA 85/2014) e será convertida pelo padrão monetário vigente a época da ocorrência do fato gerador.

Parágrafo único: A Taxa Ambiental Municipal terá como base de cálculo, conforme o caso:

I - o porte do empreendimento;

II - o potencial poluidor do empreendimento ou atividade;

III - a área total da atividade objeto de análise ou vistoria;

IV – número de funcionários atuante na atividade.

§ 1º Os critérios e valores para o cálculo da Taxa Ambiental Municipal estão estabelecidos no Anexo I desta Lei.

Art. 9º Preliminarmente, para a emissão da Taxa Ambiental serão considerados:

I - no caso de licenças e autorizações ambientais, o custo do serviço de análise dos estudos e projetos exigidos em cada caso; o custo da vistoria e a emissão do documento de licença;

II - no caso de Certidões e Declarações, o custo da vistoria técnica, se houver e o valor da emissão do documento;

III - no caso de vistorias ambientais para fins diversos, o custo da vistoria, nos termos do Anexo I desta Lei e a elaboração do Laudo ou Parecer técnico;

IV - No caso de protocolo de projetos, estudos, laudos, para fins diversos do Licenciamento Ambiental, o custo do serviço da análise técnica estabelecido para cada estudo, projeto ou laudo e o custo da realização de vistoria *in loco*, se houver.

1º Os valores estabelecidos neste artigo serão devidos no ato do protocolo do pedido do serviço ambiental pelo interessado e sem o pagamento dos mesmos, o processo não será iniciado.

§ 2º No caso de ser necessária, a avaliação de projetos complementares, reanálise de projetos ou estudo e/ou vistorias complementares, será devido o pagamento de taxa complementar, de acordo com planilha de serviços elaborada pelo técnico responsável, no ato de emissão da Licença, sendo que esta ficará condicionada ao pagamento da taxa complementar.

§ 3º Os valores correspondentes a cada serviço especificado neste artigo estão discriminados na tabela anexa e serão corrigidos anualmente de acordo com o IPCA-IBGE, com posterior publicação em diário oficial através de decreto a fim de dispor publicidade.

Art. 10º **Fica instituído taxa fixa concernentes as atividades cujo esta obtiver até 300m² de área construída**, observando artigo anterior:

I – Licença prévia: 45 UPFM/ PTGA**;**

II – Licença de Instalação: 80 UPFM/PTGA**;**

III – Licença de Operação: 68 UPFM/PTGA**;**

IV- Licença Simplificada: 68 UPFM/PTGA**;**

Art. 11º O disposto nesta Lei Complementar não gera direito de restituição em relação a tributos regularmente pagos ou lançados em momento anterior à sua publicação.

Art.12º **Fica instituído a cobrança do valor de 1/2** UPFM/PTGA por quilômetro percorrido de distância da sede do município sobre a taxa já pré-fixada para análise do processo de licenciamento ambiental.

Art. 13º **Caso, durante a análise dos documentos apresentados, fique demonstrado que as informações para enquadramento, prestadas pelo requerente, na forma do caput deste artigo, são falsas ou imprecisas, será corrigido o lançamento de ofício.**

§1º Havendo diferença da Taxa de Licenciamento Ambiental, o contribuinte será notificado para imediato recolhimento;

§2º O processo administrativo de licenciamento ficará suspenso até o efetivo recolhimento da diferença de taxa apurada na forma do parágrafo anterior.

§3º No caso do agente fiscalizador verificar a inserção de informação falsa, esta ensejará na aplicação de multa no valor correspondente a duas vezes o valor da taxa.

Art. 14º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada disposições em contrário, em especial a Lei municipal n. 1434/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADE SEGUNDO O PORTE

(CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Porte do Empreendimento	Parâmetros de Avaliação			
	Área Construída (m2)	Investimento total (em UPF/MT)	Número de Empregados	Transportadoras (Número de veículos).
Mínimo	De 300 a 500 e pequenos produtores	Até 1.000	De 5 a 10	3 a 5
Pequeno	De 501 a 2.000	De 1.001 até 4.750	De 11 a 30	6 a 10
Médio	De 2.001 a 10.000	De 4.751 até 18.975	De 31 a 200	11 a 50
Grande	De 10.001 a 40.000	De 18.976 até 47.435	De 201 a 1.000	De 51 a 100
Excepcional	Acima de 40.001	Acima de 47.435	Acima de 1.000	Acima de 100

* O empreendimento será classificado em função do parâmetro de avaliação que estabeleça o maior porte.

ANEXO II

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA (UPF-PTGA)

(CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Porte do Empreendimento	Mínimo			Pequeno			Médio			Grande			Excepcional		
Nível de Poluição e/ou Degradação	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	57	95	133	375	564	844	1688	2436	2812	3560	4216	5622	7985	5622	9369
Licença de Instalação (LI)	91	226	337	564	844	1126	3374	5246	6184	6934	9369	13116	5622	11243	14991
Licença de Operação (LO) e Licença Simplificada (LS)	68	113	226	282	349	750	1499	164	188	393	459	614	410	614	1024

* Legenda: B = baixo, M = Médio e A = Alto.

* Para efeitos desta lei, os Anexos I e II serão aplicados aos empreendimentos que não constam das classificações específicas, definidas nos Anexos III e VII.

ANEXO III CLASSIFICAÇÕES ESPECÍFICAS

Deverão ser aplicadas as seguintes fórmulas para o cálculo do valor da prestação de serviços de licenciamento e autorizações, independente do potencial poluidor, para atividades classificadas como:

a) Extração de Minerais;

b) Obras Civis e Infraestrutura;

a) Extração de Minerais:
a.1 - Jazidas de empréstimo para obras civis públicas. O cálculo do preço para análise do pedido de licenças, em cada uma de suas fases, será feito de acordo com a área requerida (DNPM). O preço da licença será calculado pela seguinte fórmula:
Pr (UPF) = 0,6 x {1523 + (0,5 x Areq)}
* Pr = preço das licenças em UPF-PTGA;
* Areq = área utilizada pela exploração.
b) Obras Civis e Infraestrutura:
b. 1 – Condomínios residenciais e comerciais, e conjuntos habitacionais. Pr (UPF) = 0,6 x {1827 + (At + Nº unid)/3}
* Pr = preço das licenças em UPF - PTGA;
* At = área total do terreno em hectare;
* Nº unid = número de unidades (apartamentos, salas comerciais ou casas).

b.2 - Loteamentos para fins residenciais, comerciais, rurais e sítios de lazer. Pr = 0,6 x {1462 + (0,5 x At)}

* Pr = preço das licenças em UPF-PTGA;

* At = área total a ser loteada em hectare.

b.3 – Construção, restauração e manutenção de estradas municipais e drenagem de águas pluviais: Pr (UPF) = 0,6 x (1827 + Ex + Adesm)
* Pr = preço das licenças em UPF-PTGA;

* Ex = extensão (km);

* Adesm = área a ser desmatada (hectare).

b.4 - Canalização de cursos d'água em área urbana. Pr (UPF) = 0, x (1827 + Ex)
* Pr = preço das licenças em UPFMT;

* Ex = extensão em (km).

REGRA GERAL

Para efeito de cálculo das licenças, multiplica-se ao valor calculado pelo o fator de correção de 1,0 para Licença Prévia - LP, de 1,50 para Licença de Instalação - LI e de 1,25 para Licença de Operação – LO e Licença Simplificada – LS.

ANEXO IV

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIL

1 - Os empreendimentos e atividades agrossilvipastoril, modificadoras do meio ambiente são enquadradas em seis classes que conjugam o porte e o potencial poluidor ou degradador do meio ambiente (1,2,3,4,5 e 6), conforme a Tabela A-1 abaixo:

		Potencial poluidor/degradador		
		B	M	A
Porte do Empreendimento	P	1	1	3
	M	2	3	5
	G	4	5	6

Tabela A-1: Determinação da classe do empreendimento a partir do potencial poluidor da atividade e do porte.

2 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado baixo (B), médio (M) ou alto (A), em função das características intrínsecas da atividade, conforme a listagem do Anexo Único da Resolução CONSEMA nº 85/2014, ou outra que vier a substitui-la.

3 - O porte da atividade, por sua vez, é considerado pequeno (P), médio (M) ou Grande (G), conforme os limites fixados na listagem Agrossilvipastoril do ANEXO VI.

4 – Para a atividade Agrossilvipastoril que não tiver sido relacionada no Anexo VI, para fins da definição de porte e preço das licenças ambientais, deverá ser enquadrada conforme critérios definidos nos Anexos I e II.

ANEXO V

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA DE ATIVIDADE AGROSSILVIPASTORIL (UPF-MT)

TIPO/CLASSE	1	2	3	4	5	6
LICENÇA PRÉVIA - LP	622	684	1152	1512	2124	3636
LICENÇA INSTALAÇÃO - LI	512	540	936	1188	1620	2664
LICENÇA OPERAÇÃO - LO	540	612	1044	1296	1800	3204

ANEXO VI

PORTE DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS

1 – Cultivo de mudas em viveiros florestais. Porte:

Número de mudas < 3.000.000 mudas/ano: Pequeno

3.000.000 < Número de mudas < 5.000.000 mudas/ano: Médio

Número de mudas > 5.000.000 mudas/ano: Grande

2 – Criação de aves para corte (regime de confinamento). Porte:

Número de cabeças < 50.000 cabeças: Pequeno

50.000 < Número de cabeças < 100.000 cabeça: Médio

Número de cabeças > 100.000 cabeças: Grande

3 – Granja para produção de ovos (regime de confinamento). Porte:

Número de matrizes < 50.000 matrizes: Pequeno

50.000 < Número de matrizes< 100.000 matrizes: Médio

Número de matrizes > 100.000 matrizes: Grande

4 – Incubatório de aves (regime de confinamento). Porte:

Capacidade Mensal de Incubação < 1.500.000: Pequeno

1.500.000 < Capacidade Mensal de Incubação < 3.000.000: Médio

Capacidade Mensal de Incubação > 3.000.000: Grande

5 – Suinocultura - ciclo completo (regime de confinamento). Porte:

Número de matrizes < 200: Pequeno

200 < Número de matrizes < 600 matrizes: Médio

Número de matrizes > 600: Grande

6 - Suinocultura – terminação (regime de confinamento). Porte:

Número de cabeças < 200: Pequeno

200 < Número de cabeças < 600 cabeças: Médio

Número de cabeças > 600: Grande

7 - Suinocultura - unidade de produção de leitões (regime de confinamento). Porte:

Número de matrizes < 200: Pequeno

200 < Número de matrizes < 600 matrizes: Médio

Número de matrizes > 600: Grande

8 - Criação de equinos, muares, ovinos, caprinos, bovinos e búfalos (regime de confinamento) Porte:

Número de cabeças < 1.000: Pequeno

1.000 < Número de cabeças < 2.000 cabeças: Médio

Número de cabeças > 2.000: Grande

9 - Piscicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesque-pague. Porte:

Área Inundada < 5,0 ha: Pequeno

5,0ha < Área Inundada < 50,0 ha: Médio

Área Inundada > 50,0 ha: Grande

10 – Piscicultura em tanque rede. Porte:

Volume Útil < 1.000m³: Pequeno

1.000 < Volume Útil < 5.000m³: Médio

Volume Útil > 5.000m³: Grande

11 – Atividade de Silvicultura. Porte:

Área útil < 500 ha: Pequeno

500 < área útil < 1.500 ha: Médio

Área útil > 1.500 ha: Grande

12 – Cultivo de mudas em viveiros florestais. Porte:

1.500.000 < Número de mudas <3.000.000 mudas/ano: Pequeno

3.000.000 < Número de mudas < 5.000.000 mudas/ano: Médio

Número de mudas > 5.000.000 mudas/ano: Grande

13 – Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação. Porte:

Produção Nominal < 5.000 t/mês: Pequeno

5.000 < Produção Nominal < 50.000 t/mês: Médio

Produção Nominal > 50.000 t/mês: Grande

14 - Armazenagem de grãos ou sementes. Porte:

Capacidade de Armazenagem < 150.000 t: Pequeno

150.000 < Capacidade de Armazenagem < 200.000 t: Médio

Capacidade de Armazenagem > 200.000 t: Grande

15 – Reservatórios artificiais para múltiplos usos (menos para piscicultura) fora de APP. Porte:

Área Inundada < 50 ha: Pequeno

50 < Área Inundada < 500 ha : Médio

Área Inundada > 500 ha : Grande

16 - Comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins. Porte:

Área útil < 1.000 m² : Pequeno

1.000 < Área útil < 10.000 m²: Médio

Área útil >10.000 m²: Grande

ANEXO VII

EMISSÃO DE CERTIDÕES E 2º VIA DE DOCUMENTOS.

Serviço	Valor
Emissão de certidões diversas, inclusive de uso e ocupação do solo	18 UPF/PTGA.
Declaração de dispensa de licenciamento	18 UPF/PTGA.
Alteração Cadastral	18 UPF/PTGA.
Expedição de segunda via de licenças	18 UPF/PTGA.

OUVIDORIA MUNICIPAL
COVID-19: LEI Nº 1918/2020.

LEI Nº 1918/2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO ESPECÍFICO COM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE DO SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU

E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a celebrar CONVÊNIO específico com o CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE DO SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT - CNPJ nº 05.238.413/0001-22, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, para contratação de plantões de profissionais de nível superior e médio na área da saúde, plantões médicos e apoio administrativo, a fim de promover a manutenção ininterrupta do fornecimento de serviços essenciais de saúde do Município de Paranatinga-MT, no tocante ao enfrentamento da Pandemia do COVID 19.

ARTIGO 2º - O valor total do presente convênio é de 251.795,02 (duzentos e cinquenta e um mil reais e setecentos e noventa e cinco reais e dois centavos) destinados ao atendimento do objeto disposto no art. 1º.

ARTIGO 3º - O presente Convênio terá vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser renovado por igual período.

ARTIGO 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária anual vigente.

ARTIGO 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO TERMO ADITIVO DE VALOR Nº 04 AO CONTRATO Nº 60/2017

Onde se lê:

Aditivo nº 04 ao Contrato 60/2017 – **LOCATÁRIA**: Prefeitura Municipal de Paranatinga **LOCADOR**: empresa **DIONESIO PEREIRA DO LAGO CPF 110.201.641-15.** Objeto: Locação de Imóvel localizado na Rua Monteiro Lobato, nº 337, Região Central, Paranatinga – MT, Medindo Aproximadamente 160m2 de área construída, para funcionamento da Farmácia Básica, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **JUSTIFICATIVA JURÍDICA** deste modo, dispõe este departamento, em respoldo aos fundamentos legais supracitados, a possibilidade de realizar termo aditivo contratual para a apuração e pagamento de reajuste por índice oficial do IPCA-IBGE no percentual de 10.60% do qual disponho o valor atualizado global de R$: 26.545,22 (vinte e seis mil e quinhentos e quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos). Departamento de Licitações e Contratos.

Leia se:

Aditivo nº 04 ao Contrato 60/2017 – **LOCATÁRIA**: Prefeitura Municipal de Paranatinga **LOCADOR**: empresa **DIONESIO PEREIRA DO LAGO CPF 110.201.641-15.** Objeto: Locação de Imóvel localizado na Rua Monteiro Lobato, nº 337, Região Central, Paranatinga – MT, Medindo Aproximadamente 160m2 de área construída, para funcionamento da Farmácia Básica, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **JUSTIFICATIVA JURÍDICA** deste modo, dispõe este departamento, em respaldo aos fundamentos legais supracitados, a possibilidade de realizar termo aditivo contratual para a apuração e pagamento de reajuste por índice oficial do IPCA-IBGE no percentual de 10.60% do qual disponho o valor atualizado global de R$: 26.544,00 (vinte e seis mil e quinhentos e quarenta e quatro reais). Departamento de Licitações e Contratos, em 02 de junho de 2020.

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1919/2020

LEI Nº 1919/2020

"INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018-2021, LEI Nº 1508/2017, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 08 - Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

Unidade: 003 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Função: 08 - Assistência Social.

Sub Função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0015 – Proteção Social Especial.

Projeto/Atividade: 2118 – Manutenção e Execução de Ações Socioassistenciais e Estruturação de Rede do SUAS – Equipamento de Proteção Individual – EPI e Alimentos.

Elemento de Despesa:

3390.30.00.00...Material de Consumo.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 11. 385,00

3390.32.00.00...Material de Distribuição Gratuita.

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS.....R$ 35. 535,00

Total.....R$ 46.920,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do Exercício Financeiro Corrente e na fonte de Convenio Conforme Portaria nº 369 de 29 de abril de 2020 do Ministério da Cidadania, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.29.000000 Transf. Rec. Fundo Nac. de Assist. Social – FNAS. .....R$ 46. 920,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 46.920,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 17/ 2020

O **Prefeito Municipal** de Paranatinga – MT, Senhor **Josimar Marques Barbosa**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93 e justificativas que consta nos autos, torna público para conhecimento dos interessados a **REVOGAÇÃO** do Processo Licitatório de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2020**, regido pela lei 10. 520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8. 666/93. Objeto: Constitui Objeto da Presente licitaçãoo Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios (Doces Festivos) para a comemoração ao dia da Páscoa nas Escolas e Creches Municipais**, atendendo à solicitação do Departamento de Cultura de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Justificativa da revogação devido a paralização das aulas pelo motivo da pandemia do Covid-19, onde a data prevista para a entrega dos produtos era para o período da páscoa.6 Em 02 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

COVID-19: AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2020

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através de sua Comissão de Licitação, Instituída pela Portaria n° 318/2020 de 23 de Abril de 2.020, com base no art. 24, IV da lei 8.666/93, torna público a **DISPENSA** de licitação cujo Objeto: **"Aquisição de Insumos para atender as necessidades da Atenção Básica de Saúde e do Hospital Municipal "Luciana Martins Amorim", em conformidade com a Lei nº 13.379, de 06 de Fevereiro de 2020, destinados ao enfrentamento do coronavírus – COVID - 19"**, em favor da Empresa **C. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 26.457.348/0001-04**, no **Valor Total de R$ 25.729,40 (Vinte e cinco mil setecentos e vinte e nove reais e quarenta centavos).** Assim sendo atendidos os dispostos supracitados, apresentamos a presente Justificativa para ratificação.

Pedra Preta – MT, 02 de Junho de 2020.

_____

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

PRESIDENTE CPL

PORTARIA Nº 401/2020 - FÉRIAS REGULARES EDER GARCIA DURAN

02 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **09/07/2018 à 09/07/2019.**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor EDER GARCIA DURAN, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Motorista, a serem usufruídas no período de **01/06/2020 à 30/06/2020**.

ART.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 402/2020 - FÉRIAS REGULARES JANAINA DAS NEVES PINHEIRO

02 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento de requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **05/06/2018 à 05/06/2019.**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora JANAINA DAS NEVES PINHEIRO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Continua/Merendeira, a serem usufruídas no período de **02/06/2020 à 01/07/2020**.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/06/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

DECRETO Nº 104/2020 - PROGRESSÃO FUNCIONAL

02 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre concessão de Progressão Funcional Horizontal, conforme Lei Municipal nº 1.167/2020 de 18 de março de 2020 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO *a* Lei Municipal nº 1.167/2020: Seção III - Da Movimentação na Carreira

Art. 7º. A Progressão Horizontal se dará através da passagem, mediante requerimento do servidor, de uma classe para outra imediatamente posterior, dentro da carreira correspondente, em virtude de nova titulação educacional, devidamente comprovada com a apresentação de Diploma, Certificado ou Atestado de Conclusão.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional Horizontal a servidora:

Nº	Mat.	Nome	Admissão	Cargo	Classe nível atual	Classe nível a progredir
1	5360	Isadora Teixeira Martins	01/02/2017	Fisioterapeuta 30h	A/03	B/03

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 403/2020 - FÉRIAS REGULARES VALDOMIRA ALMEIDA AMARAL DOS SANTOS

02 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento de requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **01/02/2017 à 01/02/2018.**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora VALDOMIRA ALMEIDA AMARAL DOS SANTOS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, a serem usufruídas no período de **04/06/2020 à 03/07/2020**.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

DECRETO Nº 103/2020 - PROGRESSÃO FUNCIONAL

02 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre concessão de Progressão Funcional Horizontal, conforme Lei Municipal nº 1.167/2020 de 18 de março de 2020 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO *a* Lei Municipal nº 1.167/2020: Seção III - Da Movimentação na Carreira

Art. 7º. A Progressão Horizontal se dará através da passagem, mediante requerimento do servidor, de uma classe para outra imediatamente posterior, dentro da carreira correspondente, em virtude de nova titulação educacional, devidamente comprovada com a apresentação de Diploma, Certificado ou Atestado de Conclusão.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional Horizontal a servidora:

Nº	Mat.	Nome	Admissão	Cargo	Classe nível atual	Classe nível a progredir
1	1553	Edcleuma da Silva Machado	03/05/2002	Bioquímico/Farmacêutico	A/18	B/18

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22/05/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

COVID-19: TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA Nº 024/2020

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2020.**

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **Dispensa n.º 024/2020,** a escolha das propostas mais vantajosas para a **"Aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Farmácia Básica Municipal, em conformidade com a Lei nº 13.379, de 06 de Fevereiro de 2020, destinados ao enfrentamento do Coronavírus – COVID – 19". Conforme especificações do Processo de DISPENSA nº 024/2020**.

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão social: **OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELLI - ME**, inscrita no **CNPJ: 22.228.679/0001-03.**

Valor da Proposta:

Item	Qtd	Unidade	Cód.	Descrição	Vlr. Unit.	Valor Total
01	150	FRASC	63820	SIMETICONA 75MG/ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,98	147,00
02	5000	COMPRI	63830	SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,08	400,00
03	5000	COMPRI	63785	NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,11	550,00
04	10000	COMPRI	63729	HIDROCLOROTIAZIDA 25 , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,03	300,00
05	2000	COMPRI	63821	SINVASTATINA 20MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,11	220,00
06	5000	COMPRI	63425	CAPTOPRIL 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,04	200,00
07	5000	COMPRI	63402	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,14	700,00
08	15000	COMPRI	57926	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG C/ NO MAXIMO 1.000 COMPRIMIDO	0,04	600,00
09	3000	COMPRI	63421	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG , COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,35	1.050,00
10	200	FRASC	63795	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 FRASCO, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	1,08	216,00
11	1000	COMPRI	66077	METOPROLOL, SUCCINATO 50MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	1,88	1.880,00
12	1500	COMPRI	41888	ACIDO VALPROICO (VALPROATO DE SÓDIO) 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM NO MAXIMO 1000 COMPRIMIDOS ,EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,48	720,00
13	3000	COMPRI	66045	CEFALEXINA 500 MG CÁPSULA , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,51	1.530,00
14	500	COMPRI	63769	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,15	75,00
15	10000	COMPRI	68176	DIPIRONA SODICA 500 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MINIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA OU SECUNDÁRIA	0,38	3.800,00
16	100	BISNA	66046	CETOCONAZOL 20MG/G ,CREME TÓPICO, BISNAGA 30G, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	3,75	375,00

17	50	FRASC	63423	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL- GOTAS EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	1,43	71,50
18	500	COMPRI	33674	SECNIDAZOL 1.000MG, COMPRIMIDO, , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,63	315,00
19	50	FR100	43317	OLEO MINERAL, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 100ML, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 60 FRASCOS, EM EMBALAGEM PRIMARIA OU SECUNDARIA	2,93	146,50
20	2000	COMPRI	63670	DIGOXINA 0,25MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,09	180,00
21	1000	COMPRI	66057	GLIMEPIRIDA 4MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	1,20	1.200,00
22	5000	COMPRI	66088	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,35	1.750,00
23	5000	COMPRI	63792	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,09	450,00
24	3000	COMPRI	63406	AMOXICILINA 500 MG COMPRIMIDO , EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 1.000 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	0,20	600,00
				Total		**17.476,00**

Valor Total de R$ 17.476,00 (Dezessete mil quatrocentos e setenta e seis reais).

Proceda - se a contratação da empresa**: OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELLI - ME**, inscrita no **CNPJ: 22.228.679/0001-03.**

Pedra Preta - MT, 02 de Junho de 2020.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

PORTARIA Nº 404/2020 - LICENÇA PRÊMIO TEREZINHA ALVES TEIXEIRA

02 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **01/04/2013 à 01/04/2018.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO a servidora TEREZINHA ALVES TEIXEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Contínua/Merendeira, a ser usufruída no período de 08**/06/2020 à 05/09/2020.**

ART. 2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 400/2020 - FÉRIAS REGULARES JOSE PENARIOL FILHO

02 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **18/02/2019 à 18/02/2020.**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor JOSE PENARIOL FILHO, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Motorista, a serem usufruídas no período de **01/06/2020 à 30/06/2020**.

ART.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

DECRETO Nº 105/2020 - PROGRESSÃO FUNCIONAL

02 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre concessão de Progressão Funcional Horizontal, conforme Lei Municipal nº 855/2015 de 09 de junho de 2015 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 855/2015: Seção I - Da Progressão Horizontal

Art. 32º A Progressão Horizontal dos Profissionais da Administração Municipal dar-se-á de uma classe para outra imediatamente superior à que o servidor ocupa, na mesma série de classes do cargo, mediante comprovação da habilitação educacional, observado o cumprimento do intervalo mínimo de

01 (ano) ano de uma Classe para outra, com exceção dos servidores públicos efetivos e estáveis que na data do enquadramento já integravam o quadro da administração.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional Horizontal ao servidor:

Nº	Matricula	Nome	Admissão	Cargo	Classe nível atual	Classe nível a progredir
1	1520	Cícero Cordeiro dos Anjos	18/02/2002	Motorista	D/18	E/18

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 405/2020 - AFASTAMENTO KLEBIS MARCIANO ROCHA DOS SANTOS

02 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre Afastamento de membro da Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação – PME, nomeado pela Portaria nº 529/2017 de 06 de outubro de 2017, e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Memorando nº 209/2020/SME,

CONSIDERANDO o cumprimento do que dispõe a Legislação Eleitoral pertinente,

RESOLVE:

ART. 1º Conceder Afastamento temporário ao Sr KLEBIS MARCIANO ROCHA DOS SANTOS, de suas atividades junto a Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação – PME**.**

ART. 2ºO prazo para duração do afastamento será de acordo com Art. 1º, inciso II da Lei Complementar nº 64/1990.

ART. 3ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

COVID-19: AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2020

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através de sua Comissão de Licitação, Instituída pela Portaria n° 318/2020 de 23 de Abril de 2.020, com base no art. 24, IV da lei 8.666/93, torna público a **DISPENSA** de licitação cujo Objeto: **"Aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Farmácia Básica Municipal, em conformidade com a Lei nº 13. 379, de 06 de Fevereiro de 2020, destinados ao enfrentamento do Coronavírus – COVID – 19"**, em favor da Empresa **OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELLI - ME**, inscrita no **CNPJ: 22.228.679/0001-03**, no **Valor Total de R$ 17.476,00 (Dezessete mil quatrocentos e setenta e seis reais).** Assim sendo atendidos os dispostos supracitados, apresentamos a presente Justificativa para ratificação.

Pedra Preta – MT, 02 de Junho de 2020.

_____

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

PRESIDENTE CPL

COVID-19: TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA Nº 028/2020

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2020.**

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **Dispensa n.º 028/2020,** a escolha das propostas mais vantajosas para a **""Aquisição de Insumos para atender as necessidades da Atenção Básica de Saúde e do Hospital Municipal "Luciana Martins Amorim", em conformidade com a Lei nº 13.379, de 06 de Fevereiro de 2020, destinados ao enfrentamento do coronavírus – COVID - 19". Conforme especificações do Processo de DISPENSA nº 028/2020**.

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão social: **C. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 26.457.348/0001-04.**

Valor da Proposta:

Item	Qtd	Unidade	Cód.	Descrição	Vlr. Unit.	Vlr. Total

01	3000	UND	38296	AGULHA 13 X 4,5 - AGULHA HIPODERMICA, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLASTICO LUER, PROTETOR PLASTICO, ESTERIL, DESCARTAVEL. ATOXICA E ESTERELIZADA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	0,12	360,00
02	3000	UND	39277	AGULHA 25 X 8 - AGULHA HIPODÉRMICA, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. ATÓXICA E ESTERILIZADA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	0,12	360,00
03	3000	UND	39244	AGULHA 40 X 12 - AGULHA HIPODÉRMICA, COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL, TRIFACETADO, COM CAPA PROTETORA EM FORMATO CILINDRICO. CÂNULA EM AÇO INOX, CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROS ATÓXICOS. ATÓXICA E ESTERILIZADA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	0,12	360,00
04	150	LTS	65762	ALCOOL LIQUIDO, ÁLCOOL ETÍLICO A 70% EM PESO, INDICAÇÃO: DESINFECÇÃO HOSPITALAR DE SUPERFÍCIES FIXAS, EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER TODAS AS LEGISLAÇÕES VIGENTES PERTINENTES. EMBALAGEM DE 01 LITRO.	8,25	1.237,50
05	3	UND	65778	CÂNULA DE GUEDEL, Nº 0. PVC, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	6,00	18,00
06	3	UND	65779	CÂNULA DE GUEDEL, Nº 1. PVC, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	6,00	18,00
07	3	UND	65780	CÂNULA DE GUEDEL, Nº 2. PVC, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	6,00	18,00
08	3	UND	65781	CÂNULA DE GUEDEL, Nº 3. PVC, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	6,00	18,00
09	3	UND	65782	CÂNULA DE GUEDEL, Nº 4. PVC, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	6,00	18,00
10	3	UND	65783	CÂNULA DE GUEDEL, Nº 5. PVC, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	6,00	18,00
11	3	UND	65784	CÂNULA DE GUEDEL, Nº 6. PVC, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	6,00	18,00
12	30	UND	49394	CATETER INTRAVENOSO -PARA ACESSO VENOSO CENTRAL (TIPO INTRACATH OU SIMILAR),16 G X 12", DESCARTAVEL, EM VIALON ESTÉRIL, RADIOPACO, PROTEGIDO POR BAINHA PLASTICA, COM MANDRIL GUIA FLEXÍVEL, CALIBRE DO CATETER 16G, COMPRIMENTO 30,5 CM; AGULHA LONGA DE PAREDES FINAS, COM BISEL TRIFACETADO, INDICADOR DE BISEL	0,98	29,40
13	300	UND	65791	CATETER INTRAVENOSO, NÚMERO: 20 G,POLIURETANO,PERIFÉRICO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, DESCARTAVEL, ESTERIL, RADIOPACO,AGULHA AÇO INOX, BISEL, TRI FACETA.	0,98	294,00
14	1000	UND	65793	CATETER INTRAVENOSO, NÚMERO: 24 G,POLIURETANO,PERIFÉRICO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, DESCARTAVEL, ESTERIL, RADIOPACO,AGULHA AÇO INOX, BISEL, TRI FACETA.	0,99	990,00
15	200	UND	41859	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO (BOLSA COLETORA) COLETOR DE URINA PARA ADULTOS COM SISTEMA FECHADO. POSSUI BOLSA COLETORA (CAPACIDADE DE 2000 ML), TRANSPARENTE NA FRENTE E OPACA NO VERSO, COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO, PINÇA-CORTA FLUXO, PRENDEDOR, EXTENSOR COM 1,20 COMPRIMENTO, MEMBRANA EM LÁTEX AUTO-CICATRIZANTE, ALÇA DE SUSTENTAÇÃO AO LEITO, TUBO DE ESVAZIAMENTO, COM CONECTOR UNIVERSAL E COM TAMPA PROTETORA, USO ÚNICO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO.	5,25	1.050,00
16	5	UND	65831	DRENO TORÁCICO, Nº 30, CONSTITUÍDO POR TUBO CILÍNDRICO, CONFECCIONADO EM PVC DE ALTA RESISTÊNCIA E FLEXIBILIDADE, TRANSPARENTE, COM SUPERFÍCIE LISA ANTIALÉRGICA E ANTIADERENTE. POSSUIR FILAMENTO RADIOPACO POR TODA SUA EXTENSÃO, PONTA ARREDONDADA ATRAUMÁTICA E PERFURADO COM ORIFÍCIOS CIRCULARES EM SUA EXTREMIDADE DISTAL. DISPÕE DE UM CONECTOR UNIVERSAL AJUSTÁVEL, QUE PODE SER UTILIZADO COMO OPCIONAL NA CONEXÃO COM O SISTEMA DE DRENAGEM. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRIAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DA ANVISA.	6,00	30,00
17	5	UND	65832	DRENO TORÁCICO, Nº 32, CONSTITUÍDO POR TUBO CILÍNDRICO, CONFECCIONADO EM PVC DE ALTA RESISTÊNCIA E FLEXIBILIDADE, TRANSPARENTE, COM SUPERFÍCIE LISA ANTIALÉRGICA E ANTIADERENTE. POSSUIR FILAMENTO RADIOPACO POR TODA SUA EXTENSÃO, PONTA ARREDONDADA ATRAUMÁTICA E PERFURADO COM ORIFÍCIOS CIRCULARES EM SUA EXTREMIDADE DISTAL. DISPÕE DE UM CONECTOR UNIVERSAL AJUSTÁVEL, QUE PODE SER UTILIZADO COMO OPCIONAL NA CONEXÃO COM O SISTEMA DE DRENAGEM. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRIAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DA ANVISA.	6,00	30,00
18	5	UND	65833	DRENO TORÁCICO, Nº 34, CONSTITUÍDO POR TUBO CILÍNDRICO, CONFECCIONADO EM PVC DE ALTA RESISTÊNCIA E FLEXIBILIDADE, TRANSPARENTE, COM SUPERFÍCIE LISA ANTIALÉRGICA E ANTIADERENTE. POSSUIR FILAMENTO RADIOPACO POR TODA SUA EXTENSÃO, PONTA ARREDONDADA ATRAUMÁTICA E PERFURADO COM ORIFÍCIOS CIRCULARES EM SUA EXTREMIDADE DISTAL. DISPÕE DE UM CONECTOR UNIVERSAL AJUSTÁVEL, QUE PODE SER UTILIZADO COMO OPCIONAL NA CONEXÃO COM O SISTEMA DE DRENAGEM. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRIAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DA ANVISA.	6,00	30,00
19	5	UND	65834	DRENO TORÁCICO, Nº 36, CONSTITUÍDO POR TUBO CILÍNDRICO, CONFECCIONADO EM PVC DE ALTA RESISTÊNCIA E FLEXIBILIDADE, TRANSPARENTE, COM SUPERFÍCIE LISA ANTIALÉRGICA E ANTIADERENTE. POSSUIR FILAMENTO RADIOPACO POR TODA SUA EXTENSÃO, PONTA ARREDONDADA ATRAUMÁTICA E PERFURADO COM ORIFÍCIOS CIRCULARES EM SUA EXTREMIDADE DISTAL. DISPÕE DE UM CONECTOR UNIVERSAL AJUSTÁVEL, QUE PODE SER UTILIZADO COMO OPCIONAL NA CONEXÃO COM O SISTEMA DE DRENAGEM. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRIAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DA ANVISA.	6,00	30,00
20	1000	UND	65839	ELETRODO MÉDICO, PARA MONITORIZAÇÃO CARDÍACA ADULTO, DESCARTÁVEL, COM GEL SÓLIDO, ATÓXICO E HIPOALERGÊNICO.	0,38	380,00
21	300	UND	65840	ELETRODO MÉDICO, PARA MONITORIZAÇÃO CARDÍACA INFANTIL, DESCARTÁVEL, COM GEL SÓLIDO, ATÓXICO E HIPOALERGÊNICO.	0,38	114,00
22	2500	UND	65842	EQUIPO MACROGOTAS, EQUIPO SIMPLES, DE USO ÚNICO (DESCARTÁVEL), ESTÉRIL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1,80 M, CONSTITUÍDO POR PONTA PERFURANTE TRIFACETADA TIPO UNIVERSAL, COM ENTRADA DE AR COM FILTRO E FILTRO DE PARTÍCULAS, CÂMARA GOTEJADORA FLEXÍVEL MACROGOTAS, TUBO EM PVC TRANSLÚCIDO, INJETOR LATERAL AUTOCICATRIZANTE EM Y, PINÇA CORTA FLUXO (TIPO ROLETE) E CONECTOR LUER LOCK, COM CAPAS PROTETORAS NAS EXTREMIDADES, UTILIZADO PARA INFUSÃO DE LÍQUIDOS INJETÁVEIS EM VIA ENDOVENOSA.	1,50	3.750,00
23	400	UND	65845	EQUIPO MICROGOTAS, DESCARTÁVEL, PVC CRISTAL, FLEXÍVEL INJETOR LATERAL, PROTETOR DA PONTA PERFURANTE: MANTÉM A ESTERILIDADE DA PONTA PERFURANTE E DO INTERIOR DO EQUIPO. CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL: EM MATERIAL ATÓXICO. PERMITE A VISUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO E DO PROCESSO DE GOTEJAMENTO. FILTRO DE PARTÍCULA PARA ASSEGURAR QUE TODA SOLUÇÃO ADMITIDA NA CÂMARA DE GOTEJAMENTO SEJA FILTRADO. REGULADOR DE FLUXO (CLAMP E ROLETE): PERMITE CONTROLE PRECISO DO GOTEJAMENTO, SENDO CAPAZ DE SUPORTAR USO CONTÍNUO SEM DANIFICAR O TUBO. INJETOR LATERAL: ACESSÓRIO COM MEMBRANA AUTO CICATRIZANTE QUE PERMITE MÚLTIPLAS INJEÇÕES DE MEDICAÇÃO. TUBO FLEXÍVEL: CONFECCIONADO EM PVC FLEXÍVEL, ATÓXICO E TRANSPARENTE. ESTERILIZAÇÃO: A GÁS ÓXIDO DE ETILENO – ETO.	1,50	600,00
24	100	UND	65848	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL - DISPOSITIVO PARA ADMINISTRAÇÃO DE INFUSÃO DE SOLUÇÕES ENTERAIS. CONECTA O RECIPIENTE DE SOLUÇÕES (FRASCO OU BOLSA) À SONDA DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL - PERFURADOR PARA CONEXÃO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, PINÇA ROLETE COM EXCELENTE CONTROLE DE GOTEJAMENTO, CONEXÃO LUER SLIP OU ESCALONADO, ESPECÍFICO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, PREVENINDO RISCOS NA UTILIZAÇÃO. COR AZUL (ESPECIFICA PARA PRODUTOS DE NUTRIÇÃO ENTERAL), ESTÉRIL, ATÓXICO, APIROGÊNICO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: COMPOSIÇÃO BÁSICA: LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SO-	1,50	150,00

				LUÇÃO; CÂMARA FLEXÍVEL PARA VISUALIZAÇÃO GOTEJAMENTO; ENTENSÃO EM PVC AZUL (EVITA CONEXÃO ACIDENTAL COM ACESSO VENOSO); CONTROLADOR DE FLUXO (GOTEJAMENTO) TIPO PINÇA ROLETE; CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E DATA DE VALIDADE. ESTERELIZADO POR RADIAÇÃO GAMA.		
25	5	CAIXA	59950	FILME PARA RAIO X MANUAL 24 X 30; PELÍCULAS FOTOGRÁFICAS PARA REGISTRO DE IMAGENS PARA DIAGNÓSTICO MÉDICO, PRÓPRIAS PARA USO EM RADIOLOGIA GERAL. ESTES FILMES POSSUEM UM ÓTIMO CONTRASTE, ALTA SENSIBILIDADE, EXCELENTES TONS DE CINZA E SÃO APTOS AO PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO DE RÁPIDO ACESSO, 60 SEGUNDOS DE SECO A SECO. CX COM 100 UNIDADES.	216,00	1.080,00
26	5	CAIXA	59945	FILME PARA RAIO X MANUAL 30 X 40; PELÍCULAS FOTOGRÁFICAS PARA REGISTRO DE IMAGENS PARA DIAGNÓSTICO MÉDICO, PRÓPRIAS PARA USO EM RADIOLOGIA GERAL. ESTES FILMES POSSUEM UM ÓTIMO CONTRASTE, ALTA SENSIBILIDADE, EXCELENTES TONS DE CINZA E SÃO APTOS AO PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO DE RÁPIDO ACESSO, 60 SEGUNDOS DE SECO A SECO. CX COM 100 UNIDADES.	360,00	1.800,00
27	5	CAIXA	59951	FILME PARA RAIO X MANUAL 35 X 35; PELÍCULAS FOTOGRÁFICAS PARA REGISTRO DE IMAGENS PARA DIAGNÓSTICO MÉDICO, PRÓPRIAS PARA USO EM RADIOLOGIA GERAL. ESTES FILMES POSSUEM UM ÓTIMO CONTRASTE, ALTA SENSIBILIDADE, EXCELENTES TONS DE CINZA E SÃO APTOS AO PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO DE RÁPIDO ACESSO, 60 SEGUNDOS DE SECO A SECO. CX COM 100 UNIDADES	375,00	1.875,00
28	5	CAIXA	59952	FILME PARA RAIO X MANUAL 35 X 43; PELÍCULAS FOTOGRÁFICAS PARA REGISTRO DE IMAGENS PARA DIAGNÓSTICO MÉDICO, PRÓPRIAS PARA USO EM RADIOLOGIA GERAL. ESTES FILMES POSSUEM UM ÓTIMO CONTRASTE, ALTA SENSIBILIDADE, EXCELENTES TONS DE CINZA E SÃO APTOS AO PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO DE RÁPIDO ACESSO, 60 SEGUNDOS DE SECO A SECO. CX COM 100 UNIDADES	420,20	2.101,00
29	3	CX24	65866	FIO MONONYLON, 3.0, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 03 CM, TAMANHO APROXIMADO: 45 CM, ESTÉRIL. EMBALAGEM COM 24 UNIDADES.	37,50	112,50
30	3	CX24	65875	FIO MONONYLON, 3.0, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,5 CM, TAMANHO APROXIMADO: 45 CM, ESTÉRIL. EMBALAGEM COM 24 UNIDADES.	37,50	112,50
31	3	CX24	65867	FIO MONONYLON, 4.0, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 03 CM, TAMANHO APROXIMADO: 45 CM, ESTÉRIL. EMBALAGEM COM 24 UNIDADES.	37,50	112,50
32	50	UND	40970	FITA MICROPORE, BRANCA, 50 MM X 10 M, HIPOALERGÊNICA, INDICADA PRICIPALMENTE PARA PELES SENSÍVEIS E FRÁGEIS. POROSA, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE PERMITE A PELE RESPIRAR LIVREMENTE. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	4,50	225,00
33	50	UND	33917	FITA PARA AUTOCLAVE, 19MMX30M, BOA ADESÃO, DORSO EM PAPEL CREPADO, COM INDICADOR TÉRMICO.	3,30	165,00
34	2	GALAO	59954	FIXADOR LÍQUIDO AUTOMÁTICO PARA RAIO X, PARA PREPARO DE 38 LITROS; SOLUÇÃO ÁCIDA, CORROSIVA, NÃO INFLAMÁVEL, COMPOSTO POR: ACETATO DE SÓDIO, TIOSSULFATO DE ARMÔNIO, ÁCIDO BÓRICO, ÁCIDO ACÉTICO, SULFITO DE SÓDIO. GALÃO DE 20 LITROS.	270,00	540,00
35	20	UND	65907	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM ACRÍLICO, COM LENTES TRANSPARENTES, POSSUIR PELÍCULA ANTI-EMBAÇANTE, ESTERILIZÁVEL, FABRICADO EM POLICARBONATO DE ALTO IMPACTO. TAMANHO ÚNICO.	15,00	300,00
36	2	UND	54893	REANIMADOR MANUAL BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA INFANTIL COM RESERVATÓRIO. BALÃO EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL INFANTIL:1000 ML; MÁSCARA FACIAL EM SILICONE; VÁLVULA SUPERIOR E INFERIOR; RESERVATÓRIO EM SILICONE.	525,00	1.050,00
37	5	UND	54892	REANIMADOR MANUAL. BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA ADULTO COM RESERVATÓRIO. BALÃO EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL ADULTO: 1600 ML; MÁSCARA FACIAL EM SILICONE; VÁLVULA SUPERIOR E INFERIOR; RESERVATÓRIO EM SILICONE.	525,00	2.625,00
38	2	GAL38	65929	REVELADOR LÍQUIDO AUTOMÁTICO PARA RAIOS-X, PARA PREPARO DE 38 LITROS; SOLUÇÃO ÁCIDA, CORROSIVA, NÃO INFLAMÁVEL; COMPONENTES:ACETATO DE SÓDIO; TIOSSULFATO DE ARMÔNIO; ÁCIDO BÓRICO; ÁCIDO ACÉTICO; SULFITO DE SÓDIO. GALÃO DE 20 LITROS.	480,00	960,00
39	2500	UND	36599	SERINGA DESCARTÁVEL, 10 ML, SEM AGULHA. POLIPROPILENO, TRANSPARENTE, BICO SIMPLES, ÊMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	0,38	950,00
40	3000	UND	65935	SERINGA DESCARTÁVEL, 3 ML, SEM AGULHA. POLIPROPILENO, TRANSPARENTE, BICO SIMPLES, ÊMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	0,27	810,00
41	3000	UND	36598	SERINGA DESCARTÁVEL, 5 ML, SEM AGULHA. POLIPROPILENO, TRANSPARENTE, BICO SIMPLES, ÊMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	0,30	900,00
42	50	UND	54264	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 18, PVC FLEXÍVEL, LEVINE LONGA, COM ORIFÍCIO NA EXTREMIDADE DISTAL, ATÓXICA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SILICONIZADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	1,80	90,00
				Total		**25.729,40**

Valor Total de R$ 25.729,40 (Vinte e cinco mil setecentos e vinte e nove reais e quarenta centavos).

Proceda - se a contratação da empresa**: C. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 26.457.348/0001-04.**

Pedra Preta - MT, 02 de Junho de 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

PORTARIA Nº 399/2020 - FÉRIAS REGULARES YONES RAMIRES DA SILVA

02 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento de requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **23/12/2019 à 23/12/2020.**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora YONES RAMIRES DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professora, a serem usufruídas no período de **01/06/2020 à 30/06/2020**.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

DECRETO Nº 102/2020 - NOMEAÇÃO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2016

DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a *NOMEAÇÃO* de Candidato Aprovado no CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2016, para admissão ao Serviço Público Municipal, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público 001/2016 através do Decreto nº. 045/2016 de 29 de abril de 2016;

CONSIDERANDO o estabelecido na Lei Municipal n.º 075/98;

CONSIDERANDO a existência de vaga nos órgãos da Administração Municipal;

DECRETA:

ART. 1º Nomear os abaixo relacionados para exercerem os respectivos cargos, cuja posse deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do presente Decreto:

Enfermeira - Sede

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
0043560	WENDY MOURA KOLLN	78,00	12º

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Conforme prevê o parágrafo 1º do Artigo 14 da Lei Municipal no 075/1998, o prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, se requerido pelo interessado, mediante justificativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A presente nomeação será tornada sem efeito se a posse do servidor não ocorrer nos prazos fixados no caput e parágrafo 1º deste Artigo.

ART. 2ºO servidor hora nomeado devera entrar em exercício no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da posse.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo estabelecido no caput deste artigo.

ART. 3ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29/05/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2020 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2020

02 DE JUNHO DE 2020

Dispões sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 0255/2020/ GESTAO DO SUS;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2020 realizada por meio do Decreto nº 025/2020, de autoria do Executivo Municipal, Publicado no diário oficial da AMM na data de 10/02/2020, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO – SEDE			
Inscrição	NOME	LOTAÇÃO	JUSTIFICATIVA
13180	Luzyreine Caroline Gomes de Abreu	Farmácia Básica / Hospital	Em substituição a Edcleuma da Silva Machado qué pediu afastamento. Convocado 3º lugar e desistiu.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

HERNANE CARNEIRO GOMES

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 028/2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizado alteração no Edital de Licitação do **Pregão Eletrônico - SRP 028/2020**, cujo objeto é **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSILIOS DE COPA E COZINHA ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Para acesso ao Edital Complementar 001/2020 o**s interessados deverão baixar no site www.peixotodeazevedo.mt.gov.br** ou no site www.bll.org.br. Maiores informações no Setor de Licitações de segunda a sexta–feira, no horário das 12h às 17h ou pelo fone (66) 3575-5100. Em atendimento ao disposto no Artigo 21 § 4º da Lei 8666/93 fica reaberto o prazo inicialmente estabelecido, ficando marcada nova sessão pública para às **09h00min (horário de Brasília) do dia 17 de junho de 2020.** Acolhimento das propostas eletrônicas: até às 18h do dia 16/06/2020 através do site www.bll.org.br

Peixoto de Azevedo 02 de junho de 2020.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

LEI MUNICIPAL Nº 1.084/2020

LEI MUNICIPAL Nº 1.084, DE 29 DE MAIO DE 2020.

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO EXERCÍCIO DE 2020, NA FORMA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares, mediante transposições e transferências, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, entre as secretarias e unidades orçamentárias, do saldo das dotações, dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa, à conta de quaisquer recursos discriminados nos incisos e parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4. 320/64, de 17 de Março de 1.964, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada para 2020, perfazendo o valor de R$ 16.438. 750,00 (Dezesseis Milhões, Quatrocentos e Trinta e Oito Mil, Setecentos e Cinquenta Reais), e a realizar as operações a que se refere o Art. 167 da Constituição Federal;

II - Abrir créditos suplementares, entre as mesmas dotações orçamentárias, mediante apenas o remanejamento entre as FONTES DE RECURSOS, à conta de quaisquer recursos discriminados nos incisos e parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa fixada, perfazendo o valor de R$ 4.108.687,50 (quatro milhões, cento e nove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

III - Abrir créditos adicionais suplementares, ao seu orçamento até o limite de 10% do excesso de arrecadação apurado por fontes de recursos constantes nas normas que regulam o APLIC – Auditoria Pública Informatizada de Contas do TCE-MT.

IV - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total, da dotação consignada sob a denominação de Reserva de Contingência, orçada em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como reforço de dotações existentes, conforme prevê o inciso III, do Art. 5º da Lei Complementar 101/00, de 04 de maio de 2.000;

Art. 2º - ***Fica revogada*** *a partir da publicação desta lei o disposto nos art 10º e 11º da Lei Municipal nº 1.073 de 18 de novembro de 2019, que dispõe sobre Lei Orçamentaria do Município de Peixoto de Azevedo para 2020*

Art. 3º -Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias de Maio de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 81/2020

LEI COMPLEMENTAR Nº 81, DE 29 DE MAIO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE RECOMPOSIÇÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido recomposição geral anual dos salários, vencimentos ou subsídios, no percentual de 2,46% (dois vírgula quarenta e seis por cento) a todos os servidores municipais ativos e inativos do Poder Executivo Municipal de Peixoto de Azevedo - MT.

Art. 2º - Fica concedido recomposição geral dos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento) correspondente a parte da recomposição geral anual complementar dos anos 2013, 2014 e 2016, aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, ativos e inativos inseridos na Lei Complementar nº 19/2012.

Art. 3º - Os efeitos financeiros da presente Lei serão retroativos a 1º de maio do ano corrente.

Art. 4º - As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º -Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias de Maio de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

COVID-19: DECRETO Nº 041/2020

DECRETO Nº 041, DE 29 DE MAIO DE 2020.

"PRORROGAM OS PRAZOS CONTIDOS NOS DECRETOS Nº 35/2020 E 36/2020, DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando *a necessidade de continuidade das ações que vem sendo implementadas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade.*

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam prorrogados, até 15 de junho de 2020, todos os prazos contidos nos Decretos nº 35/2020 e 36/2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo Estado de Mato Grosso, aos 29 dias de Maio de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.085/2020

LEI MUNICIPAL Nº 1.085, DE 29 DE MAIO DE 2020.

"Institui verba de natureza indenizatória aos Conselheiros Tutelares do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º. Fica instituída verba de natureza indenizatória aos ocupantes do cargo de Conselho Tutelar do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º. A verba instituída no artigo anterior será paga mensalmente aos conselheiros em exercício nas atividades do cargo, de forma compensatória e indenizatória pelo ressarcimento de despesas suportadas relacionadas as suas atividades, tais como atendimentos a visitas domiciliares e diligências.

Art.3º. Os valores pagos mensalmente a título de verba indenizatória serão de R$ 500,00 (quinhentos reais).

Art.4º. A verba instituída de que trata esta Lei será paga até o dia 05 (cinco) de cada mês em curso, aos conselheiros que estejam em efetivo exercício do cargo e não cobrirá gastos de terceiros, bem como não incorporará na remuneração do servidor.

Art.5º. A prestação de contas se dará com apresentação de relatório até o quinto dia útil do mês subsequente ao recebimento da verba, com justificativa das despesas, sendo de exclusiva responsabilidade do conselheiro beneficiário o conteúdo e veracidade.

Art. 6º. A percepção da verba de que trata esta lei, veda a concessão de diárias, aos Conselheiros Tutelares, mesmo que no exercício de suas funções, quando se deslocarem dentro do Município e cidades com distância inferior a 200Km.

Parágrafo Único: Nas viagens às cidades que distarem do Município a partir de 200km serão concedidas diárias, passagens e/ou meio de transporte, nos termos da Lei de diária aplicável aos servidores públicos.

Art.7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania e terão como fonte de recursos a dotação orçamentária vigente, com a rubrica de "indenizações trabalhistas", nos termos do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art.8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, com efeitos a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias de Maio de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.086/2020

LEI MUNICIPAL Nº 1.086, DE 29 DE MAIO DE 2020.

"Dispõe sobre denominação do Complexo Esportivo da Vila Olímpica de Francisco de Assis Tenório, situada na Rua Thiago Magalhaes em Peixoto de Azevedo/MT."

ACÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - ESTADO DE MATO GROSSO, Aprovou e o Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Fica denominado de Francisco de Assis Tenório, o Espaço do Complexo Esportivo da Vila Olímpica, situada na Rua Thiago Magalhaes em Peixoto de Azevedo/MT.

Art. 2º - A Administração Municipal providenciará placa de identificação a ser afixada no local.

Art. 3o - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias de Maio de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 82/2020

LEI COMPLEMENTAR Nº 82, DE 29 DE MAIO DE 2020.

"ALTERA O §2º DO ARTIGO 6º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 16, DE 11 DE MAIO DE 2.011 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º - Fica alterado o § 2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, qual passará ter a seguinte redação:

"§ 2º - A ocupação das funções de confiança de dedicação exclusiva, sendo a de Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico estabelecidas no artigo 6º desta Lei, é privativa de servidor de carreira, atendidos os requisitos estabelecidos para a sua designação, através de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal.

I - Não poderão ocupar as funções os profissionais que:

a) Tenham sido suspensos, dispensados/destituídos ou exonerados do cargo comissionado ou função gratificada em decorrência de processo administrativo disciplinar;

b) Estejam respondendo a processo administrativo disciplinar;

c) Estejam respondendo a processo de sindicância administrativa;

d) Estejam sob licenças contínuas;

e) Estejam inadimplente junto ao Município, SMEC e Tribunal de Contas do Estado, entendida como tal a pendência de procedimento investigativo de sindicância ou congênere em relação à prestação de contas;

f) Tenham 05 (cinco) faltas ou mais injustificadas nos dois anos que antecederam a eleição;

g) Não sejam habilitados em nível de licenciatura plena.

II - A comunidade escolar indicará ao Prefeito Municipal, de maneira não vinculante, os servidores para a ocupação das funções previstas neste parágrafo;

III - As indicações deverão acontecer mediante prévio escrutínio não vinculante, entre os profissionais que preencherem os requisitos legais;

IV - A regulamentação do procedimento de indicação deverá ser feito por meio de Portaria. "

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias de Maio de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2020 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, por intermédio de seu PREGOEIRO OFICIAL, designado pela Portaria Municipal nº 505 de 08 de abril de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizado alteração no Edital de Licitação Pregão Eletrônico - SRP nº 028/2020, com base no que dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 006, de 12/02/2010, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

2. DO OBJETO

2.1. Fica alterada a descrição do lote 200 no Item 06 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS do Termo de Referência (ANEXO I) passando ao seguinte texto:

6 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS:

SEQ	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT. REFERENCIA	VLR TOTAL REFERENCIA
200	308799	PAPEL TOALHA - INTERFOLHAS COM 02 OU 03 DOBRAS. BRANCO. FARDO COM MINIMO DE 1000 FOLHAS DE ALTA QUALIDADE, ABSORCAO E RESISTENCIA. MEDIDAS MINIMAS 19X21CM OU 20X21CM.	FARDO	3.588	24,48	87.834,24

2.2. Fica alterada a descrição do lote 200 no Modelo Proposta de Preços (ANEXO II) passando ao seguinte texto:

SEQ	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL
200	308799	PAPEL TOALHA - INTERFOLHAS COM 02 OU 03 DOBRAS. BRANCO. FARDO COM MINIMO DE 1000 FOLHAS DE ALTA QUALIDADE, ABSORCAO E RESISTENCIA. MEDIDAS MINIMAS 19X21CM OU 20X21CM.	FARDO	3.588			

3. DATA, HORA E LOCAL DA SESSÃO DE ABERTURA:

3.1. Em atendimento ao disposto no Artigo 21 § 4º. Da Lei 8666/93 fica reaberto o prazo inicialmente estabelecido, marcando o início da Sessão para o dia **17/06/2020** - Horário: **09h00min** (horário de Brasília). Acolhimento das propostas eletrônicas: até às 18h do dia 16/06/2020 através do site www.bll.org.br.

4. DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas as demais disposições originárias.

Peixoto de Azevedo MT, 02 de junho de 2020.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 053/2020

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE VENCIMENTO DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica prorrogado o vencimento do Alvará de Localização e Funcionamento e de Vigilância Sanitária do **Exercício Financeiro de 2020, para o dia 30 de junho de 2020**.

§ Único - O descumprimento deste decreto implicará em sanções previstas na lei.

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Poconé-MT, 01 de junho de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 52 DE 27 DE MAIO DE 2020

SUSPENDE A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DURANTE O PERÍODO DE CALAMIDADE PÚBLICA, RECONHECIDA EM VIRTUDE DA PANDEMIA DO COVID-19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a existência de pandemia do coronavírus (COVID-19), nos termos declarados pela Organização Mundial da Saúde – OMS;

CONSIDERANDO a alta escalabilidade viral do coronavírus COVID -19;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID -19), com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério da Saúde nº 454, de 20 de março de 2020, que declara, em todo território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID -19);

CONSIDERANDO que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2020, nos termos do Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 06, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública reconhecida pelo Governo do Estado de mato Grosso, por meio do Decreto nº 420/2020, de 23 de março de 2020, e Decreto nº 424/2020 de 25 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto nº 039 de 24 de abril de 2020, que consolida medidas temporárias para prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus – Covid 19, no âmbito do Município de Poconé-MT, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Orientação Técnica nº 04/2020 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso TCE/MT;

CONSIDERANDO que ao Município cabe a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos à saúde pública, buscando evitar a disseminação da doença em seu território.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suspensa a realização de audiências públicas no âmbito do Poder Executivo Municipal, enquanto perdurar o estado de Calamidade Pública reconhecido pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

§ 1º - O conteúdo da matéria que seria tratada nas respectivas audiências públicas deverá ser disponibilizado integralmente no site da Prefeitura Municipal de Poconé incluindo relatórios, anexos, demonstrativos, cronogramas, etc., devendo ser dado amplo acesso à população.

§ 2º - Os projetos de Lei de Diretrizes Orçamentarias e do Orçamento Anual, bem como Avaliação das Metas Fiscais Quadrimestrais, deverão ser disponibilizados integralmente no site da Prefeitura Municipal de Pocon incluindo-se todos os anexos e demonstrativos, bem como todo e qualquer material que seria utilizado na realização da respectiva audiência pública, e posteriormente remetidos ao Poder Legislativo para conhecimento e providencias.

§ 3º - No local em que disponibilizado o material e os projetos de lei indicados nos parágrafos anteriores, deverá também ser indicado o meio de contato e nome do servidor e e-mail do responsável para responder eventuais questionamentos.

§ 4º - As audiências públicas presenciais, neste momento substituídas pelo meio de comunicação eletrônico, funcionam como instrumentos de consulta e participação popular, sem caráter deliberativo, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 04 de maio de 2000, Lei da Transparência nº 131 de 27 de maio de 2009 e Lei de Acesso à Informação nº 12. 527 de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé – MT, em 27 de Maio de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (Tatá Amaral)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00002, DE 28 DE MAIO DE 2020

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
TARCIZIO CARLOS SIQUEIRA DE CAMARGO	028.030.978-34	9129/00003/2020

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: ACY NUNES DE SIQUEIRA Matrícula: 00002978
Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS Assinatura:

Data de afixação:28/05/2020

Data de desafixação:12/06/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2020

Tipo: Menor Preço Item

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, torna-se público aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO n° 022/2020**, tendo como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS VISANDO ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA-MT**, cuja a abertura ocorreu as oito horas (horário de Brasília), do dia 02 de Junho de 2020.

Sagrou-se vencedora da presente licitação as seguintes Empresas:

1 – GRÁFICA MULTICOR LTDA - inscrita no CNPJ nº 14.931.018/0001-11, situada na Rua Bandeirantes nº 263- Centro, na cidade de Barra do Garças/MT, com valor total de **R$ 132.613,70 (Cento e trinta e dois mil e seiscentos e treze reais e setenta centavos).**

2- GRÁFICA IVAN LTDA - inscrita no CNPJ nº 33.048.638/0001-51, situada na Rua Raimundo Melo, nº 283 – Setor Campinas, na cidade de Barra do Garças/MT, com valor total de **R$ 106.150,00 (Cento e seis mil e cento e cinquenta reais).**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, 02 de Junho de 2020.

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 01/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **LECY MARIA DOMINGOS NOLASCO**

CARGO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ **4.610,36 (quatro mil seiscentos e dez reais e trinta e seis centavos)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 02/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **MARIA SILVANY OLIVEIRA DE MENEZES**

CARGO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ **4.610,36 (quatro mil seiscentos e dez reais e trinta e seis centavos)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 03/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **VALDETE DE JESUS OLIVEIRA**

CARGO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ **4.610,36 (quatro mil seiscentos e dez reais e trinta e seis centavos)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 04/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **EUNILDE FERREIRA DA SILVA**

CARGO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ **4.610,36 (quatro mil seiscentos e dez reais e trinta e seis centavos)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 05/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **ELIZABETH FLAVIO RODRIGUES**

CARGO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ **4.610,36 (quatro mil seiscentos e dez reais e trinta e seis centavos)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 006/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **AUREA DE SOUSA DA SILVA**

CARGO: ENFERMEIRA

VALOR: R$ **8.801,52 (OITO MIL,OITOCENTOS E UM REAIS E CINQUENTA DOIS CENTAVOS)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 07/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **LEIDIMAR FELIZARDO DE OLIVEIRA**

CARGO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ **4.610,36 (quatro mil seiscentos e dez reais e trinta e seis centavos)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 008/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **LUCIANA MARTINS DE SOUSA**

CARGO: ENFERMEIRA

VALOR: R$ **8.801,52 (OITO MIL,OITOCENTOS E UM REAIS E CINQUENTA DOIS CENTAVOS)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 09/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **RAILA GOULART MARTINS**

CARGO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ **4.610,36 (quatro mil seiscentos e dez reais e trinta e seis centavos)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 010/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **VALDIRENE SILVESTRE DE ALMEIDA**

CARGO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ **4.610,36 (quatro mil seiscentos e dez reais e trinta e seis centavos)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 011/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **CELIA PEREIRA DA SILVA**

CARGO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ **4.610,36 (quatro mil seiscentos e dez reais e trinta e seis centavos)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 012/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **LEIDIANE FELIZARDO DE OLIVEIRA**

CARGO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ **4.610,36 (quatro mil seiscentos e dez reais e trinta e seis centavos)**

DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

VIGENCIA:03/05/2020 à 03/09/2020

RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

Julgamento dos Envelopes nº 02 - "Proposta de Preço" - Processo nº 013/2020 - Obra Tomada de Preços nº 001/2019 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSERVAÇÃO ASFÁLTICA COM APLICAÇÃO DE MICRO REVESTIMENTO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE PONTE BRANCA - MT, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO AO EDITAL CORRESPONDENTE, PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 549-2019 DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA.

A Comissão Permanente de Licitação torna público que em sessão realizada no dia 26/05/2020 referente à Licitação descrita acima, após ter verificado o cumprimento de todas as exigências do edital, resolveu declarar como vencedora do certame a empresa: ACL CONSTRUTORA EIRELI – CNPJ: 27.711.219/0001-55, única participante do certame, a qual apresentou proposta no valor global de R$ R$ 898.450,00 (Oitocentos e Noventa e Oito Mil; Quatrocentos e Cinquenta Reais).

Ponte Branca - MT, 02 de Junho de 2020.

Glimara Nogueira Gonçalves

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº15/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2020

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no inciso II e X do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer Jurídico, AUTORIZA a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO DA PISTA DO AEROPORTO DA CIDADE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE.**

Favorecido: VIACOLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA CNPJ: 13.220.766/0001-23 Valor: 17.010,00 (Dezessete Mil e Dez Reais)

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Porto Alegre do Norte – MT, 02 de Junho de 2020.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

PORTARIA N° 127/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA n° 127/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO.

O Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 52, da Lei Complementar 017/2003 de 15 de Dezembro de 2003, Art. 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir de 01 de **JUNHO** de **2020**, 30 dias de férias aos servidores abaixo relacionados.

ERIVALDO PEREIRA DOS SANTOS – matrícula 88-7, período aquisitivo 01/01/2019 A 31/12/2019;

LAUDELINO AGUILAR – matricula 92-5, período aquisitivo 26/07/2013 A 25/07/2014;

MARIA BERNADETE DA SIVA – matricula 11395, período aquisitivo 13/03/2018 A 12/03/2019;

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 131/2020, 01 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA n° 131/2020, 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO PARA SERVIDORA EFETIVA.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder** 20 dias de férias, a partir de **01/JUNHO/2020** e converter 10 dias em abono pecuniário ao (a) servidor (a) **ELAINE CRISTINA MARTINS,** matrícula 91-5, registro nº 368 referente ao período aquisitivo de 09/06/2016 A 08/06/2017.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 132/2020, 01 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA n° 132/2020, 01 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO de Cargo Comissionado de CONTADOR do Município de Porto Esperidião-MT.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar 018/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **NOMEAR,** a partir **(01/JUNHO/2020)**, para o cargo em Comissão de **CONTADOR** do Município de Porto Esperidião-MT, o senhor, **JEOVANE MONTEIRO DE SOUZA**, portador do RG nº. 2165098-5 - SSP/MT e do CPF nº 044.067.651-74.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito na referência DAS-CO, constante do anexo II-B, da Lei Complementar n.º 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 130/2020, 01 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA n° 130/2020, 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORA EFETIVA DO MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder** 30 dias de férias, a partir de 11/MAIO/2020 ao (a) servidor (a) **FRANCISCA DE FATIMA DA SILVA,** matrícula 66-4, registro nº 82 referente ao período aquisitivo de 10/03/2017 A 09/03/2018.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a data de 11 de maio de 2020.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, de 02 de Junho de 2020.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
ERICA VANESSA XAVIER DE ALMEIDA	269.365.028-30	9875/00003/2020

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: Luiz Henrique Rauber

Matrícula: 00011274

Cargo: Fiscal de Tributos

Assinatura:

Data de afixação:02/06/2020

Data de desafixação:17/06/2020

PORTARIA N° 129/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA n° 129/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA EFETIVA .

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir de 01/JUNHO/2020, ao (a) servidor (a), senhor (a) **SUELI APARECIDA DEUSDARA PINHEIRO**, matricula 489-1, **Licença prêmio** que deve ser gozada nos meses de JUNHO, JULHO e AGOSTO de 2020, referente ao período aquisitivo de 02/03/2014 A 01/03/2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 128/2020, 01 DE JUNHO DE 2020.

PORTARIA n° 128/2020, 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO PARA SERVIDORA EFETIVA.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder** 20 dias de férias, a partir de 01/JUNHO/2020 e converter 10 dias em abono pecuniário ao (a) servidor (a) **ROSA DA SILVA CEBALHO,** matrícula 67-8, registro nº 57 referente ao período aquisitivo de 04/02/2016 A 03/02/2017.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PREVI-PORTO- PORTARIA N. º 019/2020 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM FAVOR DA SRA. ZILMA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO"

PORTARIA N. º 019/2020 "Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor da Sra. Zilma Conceição de Araújo"

O Diretor Executivo do **PREVI-PORTO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 144, §1º, inciso "I", da Lei Complementar n. º 016/2003, de 15 de dezembro de 2003, Art. 12, inciso I, alínea "a", combinado com art. 14, da Lei Municipal n.º 020/2005, de 14 de junho de 2005.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por invalidez** em favor da **Sra. Zilma Conceição de Araújo**, portadora do RG n.º 453.115 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 362.004.501-10 e Título Eleitoral de n.º 019206251899, Zona "018", Seção "0158", efetiva no cargo de Professora de Pedagogia, Classe "B", Nível "I", lotada na Secretaria Municipal de Educação, contando com um total de **5.118 dias, ou seja, 14 (quatorze) anos e 08 (oito) dias**, de tempo de contribuição, com **proventos calculados pela integralidade da média das 80 maiores remunerações e sem direito a paridade**, conforme o processo do PREVI-PORTO n.**º 017/2019.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de dezembro de 2019, revoga-se neste ato a portaria n. º 030/2019.

Registre, publique e cumpra-se.

Porto Esperidião - MT, 1º de junho de 2020.**JOSE RENATO MARTINS Diretor Executivo** HOMOLOGO**: Martins Dias de Oliveira Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 076/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA DILVA CIRILO DE FRANÇA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/01/2000 a 02/01/2005**, a servidora **DILVA CIRILO DE FRANÇA** portadora da CI/RG nº.790503 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0014, admitida em 02/01/1995**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 071/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ADEVAIR MADALENA PONCE).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/01/1995 a 02/01/2000**, a servidora **ADEVAIR MADALENA PONCE**, portadora da CI/RG nº. 790506 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0001, admitida em 02/01/1995**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 072/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ADEVAIR MADALENA PONCE).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto

de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **18/02/2007 a 18/02/2012**, a servidora **ANA PAULA FERREIRA RAMOS SILVA** portadora da CI/RG nº. 1311185-0 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0124, admitida em 18/02/2002**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 073/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ANDREIA DE AGUIAR CAMPOS MORETTI).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/03/2007 a 02/03/2012**, a servidora **ANDREIA DE AGUIAR CAMPOS MORETTI** portadora da CI/RG nº. 302570305 SSP/SP**, registrada** sob a matricula nº. 0569, admitida em 02/03/2007**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 074/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CRISTINA OLIVEIRA NEVES).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **09/08/2006 a 09/08/2011**, a servidora **CRISTINA OLIVEIRA NEVES** portadora da CI/RG nº.1.311.891-9 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0520, admitida em 09/08/2006**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO / PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório

Pregão Presencial nº 008/2020

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para a futura e eventual aquisição de **VEÍCULOS MISTOS DE CARGA LEVE E PASSAGEIRO** visando atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT.

O Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, tendo em vista o que consta no processo licitatório nº. 008/2020, LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para a futura e eventual aquisição de **VEÍCULOS MISTOS DE CARGA LEVE E PASSAGEIRO** visando atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, e considerando a legitimidade do procedimento licitatório de que trata os autos, e especialmente o resultado do referido pregão presencial, proferido pelo Pregoeiro e Equipe de apoio nomeados pela Portaria nº 017/2020, considerando o parecer Jurídico proferido pela Procuradoria Geral do Município e de conformidade com Lei 10.520/2002 e com o disposto no Artigo 43, Inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, a presente Licitação, adjudicando seu objeto, a Empresa **TATIANA CAPITANIO VEÍCULOS - ME, inscrita no CNPJ nº 09.103.941/**

0001-25, com o valor total em **R$ 292.140,00** (duzentos e noventa e dois mil cento e quarenta reais)

Porto Estrela/MT, 02 de junho de 2020.

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 075/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA DEBORA CATIA CAYRES CORSINO).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **22/02/2007 a 22/02/2012**, a servidora **DEBORA CATIA CAYRES CORSINO** portadora da CI/RG nº.0736889-5 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0167, admitida em 22/02/2002**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 077/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR DOMINGOS FERREIRA DA SILVA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/01/1995 a 02/01/2000**, ao servidor **DOMINGOS FERREIRA DA SILVA** portador da CI/RG nº.614.312 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº. 0015, admitido em 02/01/1995**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 078/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA FATIMA ALVES CAMPOS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **30/06/2002 a 30/06/2007**, a servidora **FATIMA ALVES CAMPOS** portadora da CI/RG nº.12532479 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0060, admitida em 30/06/1997**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 079/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ITAMAR ALMEIDA DA SILVA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **30/06/2002 a 30/06/2007**, ao servidor **ITAMAR ALMEIDA DA SILVA** portador da CI/RG nº.736.828 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº. 0062, admitido em 30/06/1997**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 080/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA IVANETE MAGALHÃES COSTA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **29/12/2013 a 29/12/2018**, a servidora **IVANETE MAGALHÃES COSTA** portadora da CI/RG nº.0736849-6 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0663, admitida em 29/12/2008,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 081/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA JACIRA MARIA DOS SANTOS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **18/02/2002 a 18/02/2007**, a servidora **JACIRA MARIA DOS SANTOS** portadora da CI/RG nº.578427 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0128, admitida em 18/02/2002,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 082/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA LIGIA FERMIANO MARIN).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **15/05/2007 A 15/05/2012**, a servidora **LIGIA FERMIANO MARIN** portadora da CI/RG nº.18237851 SSP/SP**, registrada** sob a matricula nº. 0183, admitida em 15/05/2007,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 083/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA LURDEVINA DE PAIVA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/01/2010 A 02/01/2015**, a servidora **LURDEVINA DE PAIVA** portadora da CI/RG nº.948552 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0028, admitida em 02/01/1995,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 084/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA APARECIDA MIRANDA

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **18/02/2002 A 18/02/2007**, a servidora **MARIA APARECIDA MIRANDA** portadora da CI/RG nº.736882 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0126, admitida em 18/02/2002,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 085/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA IVANILZA MAGALHÃES COSTA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **30/06/2002 A 30/06/2007**, a servidora **MARIA IVANILZA MAGALHÃES COSTA** portadora da CI/RG nº.11737620 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0065, admitida em 30/06/1997,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 086/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA MADALENA DA SILVA CONCEIÇÃO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/01/2005 A 02/01/2010**, a servidora **MARIA MADALENA DA SILVA CONCEIÇÃO** portadora da CI/RG nº. 727762 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0051, admitida em 02/01/1995,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 087/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA NILZETE FERREIRA DO ROSÁRIO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **18/02/2007 A 18/02/2012**, a servidora **NILZETE FERREIRA DO ROSÁRIO** portadora da CI/RG nº. 12920452 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0129, admitida em 18/02/2002,,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 088/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA SILLEI DA SILVA ALMEIDA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **18/02/2002 A 18/02/2007**, a servidora **SILLEI DA SILVA ALEMIDA** portadora da CI/RG nº. 13653024 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0127, admitida em 18/02/2002,,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 089/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA SIRLEY ALMEIDA SENE)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/01/2010 A 02/01/2015**, a servidora **SIRLEY ALMEIDA SENE** portadora da CI/RG nº. 10972858 SJ/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0041, admitida em 02/01/1995,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 090/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA VILMA APARECIDA F. DOS SANTOS)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **29/12/2008 A 29/12/2013**, a servidora **VILMA APARECIDA F. DOS SANTOS** portadora da CI/RG nº. 106075012-3 SSP/SP**, registrada** sob a matricula nº. 0664, admitida em 29/12/2008,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 091/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA APARECIDA DO ROSÁRIO FERREIRA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **05/05/2013 A 05/05/2018**, a servidora **APARECIDA DO ROSÁRIO FERREIRA** portadora da CI/RG nº. 1.365.261-3 SSP/SP**, registrada** sob a matricula nº. 0649, admitida em 05/05/2008,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 092/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CLARICE FERREIRA DA SILVA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **01/03/2012 A 01/03/2017**, a servidora **CLARICE FERREIRA DA SILVA** portadora da CI/RG nº. 337979754284 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0571, admitida em 01/03/2007,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 093/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CREIDE FARIA LOPES)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **30/06/2012 A 30/06/2017**, a servidora **CREIDE FARIA LOPES** portadora da CI/RG nº. 1264869-8 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0056, admitida em 01/07/1997,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 094/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA DALVALINA DE SOUZA CAMARGO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **04/03/2011 A 04/03/2016**, a servidora **DALVALINA DE SOUZA CAMARGO** portadora da CI/RG nº. 833847 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0159, admitida em 04/03/2002,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 095/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ELVIS APARECIDO AMARO DA SILVA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/04/2012 A 02/04/2017**, ao servidor **ELVIS APARECIDO AMARO DA SILVA** portador da CI/RG nº. 14626567-06 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº. 0825, admitido em 02/04/2012,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Motorista, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 096/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR EURICO DE SOUZA ALMEIDA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **28/03/2006 A 28/03/2011**, ao servidor **EURICO DE SOUZA ALEMIDA** portador da CI/RG nº. 000971766 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº.0199, admitido em 28/03/2003,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Motorista, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 097/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JUCENIO DE SENE)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **01/06/1998 A 01/06/2008**, ao servidor **JUCENIO DE SENE** portador da CI/RG nº. 736.805 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº. 0088, admitido em 01/06/1998,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Motorista, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 098/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR JUCILENE COSTA DE ARRUDA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença

Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/04/2012 A 02/04/2017**, a servidora **JUCILENE COSTA DE ARRUDA** portadora da CI/RG nº. 1854703-6 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº.0822, admitido em 02/04/2012,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 099/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR LUCIANO APARECIDO PAPA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **30/06/2007 A 30/06/2012**, ao servidor **LUCIANO APARECIDO PAPA** portador da CI/RG nº. 915785 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº.0077, admitido em 30/06/1997,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Motorista, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 100/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA APARECIDA VELOZO DE PAULA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **01/02/1995 A 01/02/2000**, a servidora **MARIA APARECIDA VELOZO DE PAULA** portadora da CI/RG nº. 551898 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0031, admitida em 01/02/1995,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 101/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA DIVINA DA COSTA RAMOS)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **17/06/2013 A 17/06/2018**, a servidora **MARIA DIVINA DA COSTA RAMOS** portadora da CI/RG nº. 15593657 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0892, admitida em 17/06/2013,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 102/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA MARCIA E SILVA ALMEIDA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **20/03/2012 A 20/03/2017**, a servidora **MARIA MARCIA E SILVA ALMEIDA** portadora da CI/RG nº. 913.900 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0567, admitida em 20/03/2007,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 103/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA SANTINA CORREA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **12/03/2007 A 12/03/2012**, a servidora **MARIA SANTINA CORREA** portadora da CI/RG nº. 12.920.355 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0576, admitida em 12/03/2007,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 104/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PAULO SERGIO DE CAMARGO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **30/06/1997 A 30/06/2007**, ao servidor **PAULO SERGIO DE CAMARGO** portador da CI/RG nº.498148 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº. 0069, admitido em 30/06/1997,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 105/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PETROLINA DIAS DE CARVALHO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **13/03/2007 A 13/03/2012**, a servidora **PETROLINA DIAS DE CARVALHO** portadora da CI/RG nº. 18547281 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0570, admitida em 13/03/2007,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 106/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ROBSON DE FARIA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/03/2008 A 02/03/2013**, ao servidor **ROBSON DE FARIA** portador da CI/RG nº. 841.874 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº. 0079, admitido em 02/03/1998,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Motorista, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 107/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ROSIMEIRE BENEDITA DE ASSUNÇÃO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **12/03/2012 A 12/03/2017**, a servidora **ROSIMEIRE BENEDITA DE ASSUNÇÃO** portadora da CI/RG nº. 15541797 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0574, admitida em 12/03/2007,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 108/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA VIVIANE FARIA LEMES)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/04/2012 A 02/04/2017**, a servidora **VIVIANE FARIA LEMES** portadora da CI/RG nº. 1.853.475-9 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0825, admitida em 02/04/2012,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 109/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR SERGIO FRANCISCO VIEIRA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto

de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **14/02/2006 A 14/02/2011**, ao servidor **SERGIO FRANCISCO VIEIRA** portador da CI/RG nº. 11862890 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº. 0112, admitido em 14/02/2002,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Motorista, com usufruto no período de **01/06/2020 a 30/06/2020,** podendo ser prorrogado para mais 60 dias.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Junho de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 017/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.

CONTRATADA: E. C. ZOCANTE & CIA LTDA - ME

OBJETO: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 006/2020 RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL 004/2020 DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT COM OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, SUPORTE TECNICO ESPECIALIZADO NO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

VALOR GLOBAL: R$ 115.000, 00 (cento e quinze mil reais);

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

DATA: 26 DE MAIO DE 2020.

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.052, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N.º 2.052/2020 Poxoréu/MT, 02 de junho de 2020.

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo municipal para abrir crédito adicional especial por anulação de dotação, com a finalidade de apoiar financeiramente reforma na Concha Acústica, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, incisos IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado abrir, no corrente exercício, um crédito adicional especial por anulação de dotação no valor de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Art. 2.º O crédito citado no artigo 1.º, será aberto na seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Função: 13 - Cultura

Sub função: 392 - Difusão Cultural

Programa: 0046 - Difusão Cultural

Projeto: 2129 - Apoio Financeiro para Sindicato Rural

Elemento da despesa: 3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais

Valor: R$ 43.000,00

Art. 3.º Para cobertura do crédito citado no art. 2.º, serão utilizados os recursos do cancelamento das dotações abaixo:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Projeto: 2121 - Implantação de artes visuais, artes cênicas e economia criativa

Elemento da despesa: 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo

Valor: R$ 13.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Projeto: 2121 - Implantação de artes visuais, artes cênicas e economia criativa

Elemento da despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Valor: R$ 10.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Projeto: 2016 - Realização de Eventos Turísticos

Elemento da despesa: 3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Valor: R$ 10.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Projeto: 2122 - Estruturação e execução de atividades turísticas

Elemento da despesa: 3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Valor: R$ 10.000,00

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam – se as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu – MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 02/06/2020 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.051, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N.º 2.051/2020 Poxoréu/MT, 02 de junho de 2020.

Autoriza o Poder Executivo a apoiar financeiramente reforma na Concha Acústica, situada no parque de eventos do Sindicato Rural de Poxoréu/MT, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, incisos IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar, mediante transferência direta à conta bancária do Sindicato Rural de Poxoréu/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.880.676/0001-17, o valor de R$ 43. 000,00 (quarenta e três mil reais), visando apoiar reforma a ser realizada na Concha Acústica *Abraço da Viola*.

Art. 2.º O valor mencionado no artigo anterior será livremente utilizado pelo Sindicato Rural de Poxoréu/MT no objeto acima mencionado, a quem cabe a contratação e pagamento dos produtos e/ou serviços necessários.

Parágrafo único. O beneficiário terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei para prestar contas ao Município de Poxoréu/MT, juntando cópias dos comprovantes, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos que demonstrem a aplicação do dinheiro público repassado no objeto a que fora destinado.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu – MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 02/06/2020 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2020

PREGÃO PRESENCIAL 022/2020

REGISTRO DE PREÇOS N.º 021/2020

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 018/2018, de 25 de maio de 2018 e Decreto n° Municipal 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de preço para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ATENDER A DEMANDA DE TAPA BURACOS DE VIAS URBANAS NESSE MUNICÍPIO,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 18/06/2020, A PARTIR DAS 07h30min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da **proposta eletrônica** para elaboração da proposta de preçodisponívelnomesmo site acima mencionado.

Considerando as medidas de proteção através das *recomendações, orientações e determinações pela* Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020, *para reduzir avanço do Covide-19*:

TODAS as licitantes que participarão do referente certame deverão *usar máscaras e uso de canetas pessoal sem compartilhamento das mesma*

Poxoréu-MT, 02 de junho 2020.

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 12 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 294.812,67 (duzentos e noventa e quatro mil oitocentos e doze reais e sessenta e sete centavos).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI-EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 12 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 259.107,10 (duzentos e cinquenta e nove mil, cento e sete reais e dez centavos).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: GOLED INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 12 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 22.337,00 (vinte e dois mil, trezentos e trinta e sete reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 12 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 72.131,00 (setenta e dois mil, cento e trinta e um reais).

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.050, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N.º 2.050/2020 Poxoréu/MT, 02 de junho de 2020.

Dispõe sobre a alteração da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores ativos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Poxoréu, bem como dos aposentados e pensionistas vinculados ao POXORÉU-PREVI, em conformidade com a Emenda Constitucional n.º 103, de 2019.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, embasado, ainda, no que dispõe a Emenda Constitucional n.º 103, de 2019, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1.º O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Poxoréu/MT, reestruturado pela Lei Municipal n.º 1.489/2012, fica alterado, por meio desta Lei, conforme previsão da Emenda Constitucional n.º 103, de 2019.

Art. 2.º Ficam alterados os incisos I, II e III do art. 56 da Lei Municipal n.º 1.489/2012 que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 56. *[...]*

I – *De uma contribuição ordinária mensal dos segurados ativos para custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Poxoréu, que corresponderá a 14% (quatorze por cento), atendendo ao disposto nos arts. 9.º, § 4.º e 11 da Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019.*

II – *De uma contribuição ordinária mensal dos segurados aposentados e pensionistas para custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Poxoréu, que corresponderá a 14% (quatorze por cento) sobre o montante que supere R$ 3.000,00 (três mil reais), atendendo ao disposto nos arts. 9.º, § 4.º e 11 da Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019.*

III – *De uma contribuição ordinária mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, que corresponderá a 14% (quatorze por cento), atendendo ao disposto no § 4.º do artigo 9.º da Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019.*

IV – *Até a realização de novo estudo atuarial manter-se-á somada à contribuição instituída pelo inciso II deste artigo a alíquota de custo especial de 8% (oito por cento) também a cargo do Município.*

Art. 2.º Fica revogado o inciso IV do artigo 56 da Lei Municipal n.º 1.489/2012.

Art. 3.º O § 2.º do artigo 56 da Lei Municipal n.º 1.489/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2.º *O valor isento de contribuição previdenciária previsto no inciso II, do caput deste artigo será reajustado, a partir da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional n.º 103/2019, na mesma data e com o mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.*

Art. 4.º Revoga o § 4.º do artigo 56 da Lei Municipal n.º 1.489/2012.

Art. 5.º Os benefícios temporários: auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário-família e salário-maternidade, serão pagos pelo tesouro do ente municipal, ficando a cargo do Regime Próprio de Previdência Social, somente as aposentadorias e as pensões, em conformidade com os §§ 2.º e 3.º do artigo 9.º da Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019.

Art. 6.º Fica homologado, através desta Lei, o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial realizado em agosto de 2019, o qual consta em anexo.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 02/06/2020 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	ALÍQUOTA
2019	9,28%
2020	9,92%
2021	10,55%
2022	11,19%
2023	12,01%
2024	12,83%
2025	16,08%
2026	19,34%
2027	22,59%
2028	25,85%
2029	29,10%
2030	32,36%
2031	35,61%
2032	38,86%
2033	42,12%
2034	45,37%
2035	48,63%
2036	51,88%
2037	55,14%
2038	58,39%
2039	61,64%
2040	64,90%
2041	68,15%
2042	71,41%
2043	74,66%
2044	77,92%
2045	81,17%
2046	84,42%

2047	**87,68%**

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: PRIMATEC TELECOM LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA ACESSO À INTERNET BANDA LARGA VIA FIBRA ÓPTICA GPON - FTTX, 24 HORAS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE COMODATO

DATA DA ASSINATURA: 15 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 27.023,75 (Vinte e sete mil, vinte e três reais e setenta e cinco centavos);

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: KM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 25 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 103.880,00 (cento e três mil oitocentos e oitenta reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: FRIOLAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRÔNICOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 25 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 23.850,00 (vinte e três mil oitocentos e cinquenta reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: AM MOREIRA GONÇALVES EIRELI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 25 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 42.950,00 (quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta reais)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 25 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 042/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: TENDAS ALUBAN LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 25 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 59.950,00 (cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: LF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 25 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 4.580,00 (quatro mil quinhentos e oitenta reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: ÉRICA DE FÁTIMA GENTIL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU

DATA DA ASSINATURA: 25 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 74.060,00 (setenta e quatro mil e sessenta reais);

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 015/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.

CONTRATADA: PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI – ME

OBJETO: FINALIZAÇÃO DA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) DO MUNICÍPIO DE POXORÉU.

VALOR GLOBAL: R$ 745.362,94 (setecentos e quarenta e cinco mil e trezentos e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 04 (QUATRO) MESES

DATA: 26 DE MAIO DE 2020.

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS, DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL E PARA OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS PARA O ANO DE 2020

DATA DA ASSINATURA: 13 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 76.980,00 (setenta e seis mil novecentos e oitenta reais).

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 012/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.

CONTRATADA: LAR DO MENINO JESUS

OBJETO: LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO DA CRECHE JOSÉ ALTAMIRO PAIM, EQUIPADA COM MÓVEIS E UTENSÍLIOS.

VALOR GLOBAL: R$ 94.032,00 (Noventa e quatro mil e trinta e dois reais)

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

DATA: 05 DE MAIO DE 2020.

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, INJETÁVEIS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DATA DA ASSINATURA: 11 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 2.133.384,00 (dois milhões cento e trinta e três mil e trezentos e oitenta e quatro reais)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, INJETÁVEIS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DATA DA ASSINATURA: 11 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 851.458,00 (oitocentos e cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais)

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: VAMOS COMÉRCIO DE MÁQUINAS LINHA AMARELA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MOTONIVELADORA NOVA

DATA DA ASSINATURA: 18 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 735.000,00 (Setecentos e trinta e cinco mil reais);

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: LUZ & CENA PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELLI -ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM E LUZ, LOCAÇÃO DE PALCO, LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED'S, LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS DE PLÁSTICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE POXORÉU, PARA REALIZAÇÃO DE DIVERSOS EVENTOS DO MUNICÍPIO.

DATA DA ASSINATURA: 19 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 91.770,00(noventa e um mil e setecentos e setenta reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 037/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: CLIMAR LOCAÇÕES EIRELLI-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM E LUZ, LOCAÇÃO DE PALCO, LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED'S, LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS DE PLÁSTICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE POXORÉU, PARA REALIZAÇÃO DE DIVERSOS EVENTOS DO MUNICIPIO

DATA DA ASSINATURA: 19 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 43.200,00(quarenta e três mil e duzentos reais).

WILLIAN XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020

REGISTRO DE PREÇO N° 020/2020

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal n° 018/2018 de 25/05/2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de preço para **AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) CAMINHÕES USADO EQUIPADO COM PRENSA 01(UM) TIPO TRUCK E 01(UM) TIPO TOCO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 16/06/2020, A PARTIR DAS 07h30min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da **proposta eletrônica** para elaboração da proposta de preçodisponívelnomesmo site acima mencionado.

Considerando as medidas de proteção através das *recomendações, orientações e determinações pela* Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020, *para reduzir avanço do Covide-19*:

TODAS as licitantes que participarão do referente certame deverão *usar máscaras e uso de canetas pessoal sem compartilhamento das mesma*

Poxoréu-MT, 02 de junho 2020.

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE DA CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.053, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

LEI N.º 2.053/2020 Poxoréu/MT, 02 de junho de 2020.

Dispõe sobre inclusão no PPA 2018/2021, na LDO 2020 e na LOA 2020, do Projeto mencionado nesta Lei e dá outras providências.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1.º Fica incluída no PPA 2018/2021, na LDO 2020 e na LOA 2020, a seguinte atividade:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Função: 13 - Cultura

Sub função: 392 - Difusão Cultural

Programa: 0046 - Difusão Cultural

Projeto: 2129 - Apoio Financeiro para Sindicato Rural

Elemento da despesa: 3.3.50.43.00.00- Subvenções Sociais

Valor: R$ 43.000,00

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 02/06/2020 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: PRIMATEC TELECOM LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA ACESSO À INTERNET BANDA LARGA VIA FIBRA ÓPTICA GPON - FTTX, 24 HORAS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE COMODATO

DATA DA ASSINATURA: 15 DE MAIO DE 2020.

VALIDADE: 06 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 6.412,00 (Seis mil e quatrocentos e doze reais);

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-Mt, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-Mt, torna público que realizará no dia **16/06/2020 às 10:00 horas,** Pregão Presencial para **Contratação de Empresa Especializada em execução contábil com responsabilidade técnica de um contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e 02 (dois) técnicos administrativos para atuar no Município de Reserva do Cabaçal – MT no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2020, para cobertura de férias e licença prêmio do contador concursado nesta municipalidade.** Os interessados poderão adquirir o Edital completo diretamente no Setor de Licitação do Município, localizado na Avenida Mato Grosso, nº 229, Centro, na Cidade de Reserva do Cabaçal-Mt.

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal/MT, 01 de junho de 2020

VONISSON GOMES DOS SANTOS

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

DECRETO Nº 1.872/2020 APROVA O DESMEMBRAMENTO DA ÀREA DE 264,10 M2, DA MATRICULA – 9.599 DO S.R.I. CANARANA - MT

DECRETO Nº 1.872/2020

APROVA O DESMEMBRAMENTO DA ÀREA DE 264,10 m2, DA MATRICULA –, 9.599 DO S.R.I. CANARANA - MT

LUZIA NUNES BRANDAO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento do Lote 04 da Quadra 93, situada no Loteamento Urbano Ribeirão Cascalheira I, com a área total de 563,00 m² (quinhentos e sessenta e três metros quadrados), pertencente à **NARA BARROS JARDIM,** brasileira, divorciada, maior, residente e domiciliados na cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador de cédula de identidade RG n° 14374730 SSP MT inscrita no CPF/MF sob n° 721.822.531-49, **SANDINO BARROS JARDIM,** brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, depois da vigência da lei 6.515/77 com ALINE MOREIRA BRITO, portador da cédula de identidade RG n° 6039744 SSP MT, inscrito no CPF/MF sob n° 024.126.-82; e **IGOR JARDIM BARROS**, solteiro, portador da cédula de identidade RG n° 2043372-7 SSP MT inscrito no CPF/MF sob o n° 040.868.541-71, dentro dos seguintes limites e confrontações:

:

LOTE 04 DA QUADRA 93, com área de 563,00 m²:FRENTE:15,15 metros com Rua São Paulo; LADO DIREITO: 39,15 metros com lote 05; LADO ESQUERDO: 36,62 metros com lote 03; e FUNDOS: 13,44 metros com Rua Tocantins.

APÓS O DESMEMBRAMENTO O IMÓVEL FICARÁ ASSIM CONSTITUIDO:

Art. 2º - Lote 04-A da Quadra 93, situada no Loteamento Urbano Ribeirão Cascalheira I, com a área total de 264,10 m² (duzentos e sessenta e quatro virgula dez metros quadrados), pertencente **NARA BARROS JARDIM,** brasileira, divorciada, maior, residente e domiciliados na cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador de cédula de identidade RG n° 14374730 SSP MT inscrita no CPF/MF sob n° 721.822.531-49, **SANDINO BARROS JARDIM, brasileiro, casado em regime de com**unhão parcial de bens, depois da vigência da lei 6.515/77 com ALINE MOREIRA BRITO, portador da cédula de identidade RG n° 6039744 SSP MT, inscrito no CPF/MF sob n° 024.126.-82; e **IGOR JARDIM BARROS**, solteiro, portador da cédula de identidade RG n° 2043372-7 SSP MT inscrito no CPF/MF sob o n° 040.868.541-71, dentro dos seguintes limites e confrontações:

:

LOTE 04-A DA QUADRA 93, com área de 264,10m²:FRENTE:13,44 metros com Rua Tocantins; LADO DIREITO: 19,20 metros com lote 03; LADO ESQUERDO: 19,00 metros com lote 05; e FUNDOS: 14,27 metros com lote 04.

ÁREA REMANESCENTE FICARÁ ASSIM CONSTITUIDO:

Art. 3º Lote 04 da Quadra 93, situada no Loteamento Urbano Ribeirão Cascalheira I, com a área total de 298,90 m² (duzentos e noventa e oito virgula noventa metros quadrados), pertencente à **NARA BARROS JARDIM,** brasileira, divorciada, maior, residente e domiciliados na cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador de cédula de identidade RG n° 14374730 SSP MT inscrita no CPF/MF sob n° 721.822.531-49, **SANDINO BARROS JARDIM, brasileiro, casado em regime de com**unhão parcial de bens, depois da vigência da lei 6.515/77 com ALINE MOREIRA BRITO, portador da cédula de identidade RG n° 6039744 SSP MT, inscrito no CPF/MF sob n° 024.126.-82; e **IGOR JARDIM BARROS**, solteiro, portador da cédula de identidade RG n° 2043372-7 SSP MT inscrito no CPF/MF sob o n° 040.868.541-71, dentro dos seguintes limites e confrontações:

:

LOTE 04 DA QUADRA 93, com área de 298,90 m²:FRENTE:15,15 metros com Rua São Paulo; LADO DIREITO: 20,15 metros com lote 05; LADO ESQUERDO: 20,42 metros com lote 03; e FUNDOS: 14,27 metros com lote 04-A.

Art. 4º - Tudo conforme Mapa e Memorial Descritivo de autoria do Engenheiro Civil, Valdenezio Xavier da Silva, com registro no sistema CONFEA/CREAMT nº6968/D.

Art. 8º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

31 de março de 2020

_____

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

DECRETO SUPLEMENTAR N. 1853/2020 JANEIRO DE 2020

DECRETO SUPLEMENTAR N. 1853/2020 JANEIRO DE 2020

Abre crédito adicional de natureza suplementar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o permissivo da Lei Orçamentaria para 2020.

D E C R E T A:

Art. 1. - Fica aberto ao Orçamento para 2020, créditos adicionais de natureza suplementar no valor total de R$ 303.272,29, (trezentos e três mil e duzentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos), nas seguintes dotações

06.03.10.301.0079.20025.3.3.90.39. Total Suplementação

303.272,29 303.272,29

Art. 2. - Para fazer face à abertura de crédito figurado no artigo anterior, fica indicado como recurso a anulação parcial/total de dotações, conforme disposto no art. 43, Parágrafo 1°, inciso III, da Lei 4.320/64, conforme abaixo especificado:

06.03.10.301.0079.20025.3.1.90.04. 06.03.10.301.0079.20025.3.3.90.30. 06.03.10.301.0079.20025.3.3.90.36. Total Redução

70.000,00 133.272,29 100.000,00 303.272,29

b) o excesso de arrecadação previsto para o presente exercício financeiro, conforme disposto no art. 43 paragrafo 1°, Inciso II, da Lei 4.320/64.

c) o superavit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, conforme disposto no art. 43 paragrafo 1°, Inciso II, da Lei 4.320/64.

Art. 3. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO Nº.01 /2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO Nº.01 /2020

Objeto: Adesão à ata de registro de preços n. 70/2019 Prefeitura Municipal de Água Boa/MT, que tem por objeto Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Casa de Apoio em Goiânia - GO.

Valor Global: R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

FAVORECIDO: M. C. COELHO ARAÚJO EIRELI - ME

Rua 16 A, n.º 475, Quadra 17 A, Lt 17, Setor Aeroporto – GOIÂNIA-GO.

Fundamento Legal: Decreto 7.892/2013, Decreto nº 1212/2011 “Pregão”, Leis n. 8.666/93 e n.10.520/2002.

Justificativa: anexa nos autos do processo de Adesão n.º 01/2020.

Publique-se conforme o disposto na Lei Orgânica do Município para eficácia do ato.

Ribeirão Cascalheira, 04 de maio de 2020.

SETOR DE LICITAÇÃO
ERRATA II DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 02 2020

ERRATA II DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020

PROCESSO Nº 31 2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNÍCIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT, devidamente designado pela portaria 032/2020, no uso de suas atribuições, em decorrência do Edital acima especificado e, tendo por objeto o procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 02/2020, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, Regime Empreitada por Preço Global, Contratação de Empresa Especializada para a execução dos serviços de OBRA DE PAVIMENTAÇÃO asfáltica e drenagem em diversas ruas nesta cidade., conforme memorial descritivo, planilhas e projetos em anexos, nos termos do convênio nº 827317/2016 e lei 849/2020 sobre autorização para abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de convênios, em conformidade com as especificações contidas no Edital: Tomada de Preços nº 02/2020 e seus anexos, torna público e oficializa a presente “ERRATA II” de Edital, conforme a seguir:

1- DO PREÂMBULO

Onde se lê: DA SESSÃO PÚBLICA: DIA: 22/06/2020

Leia-se: DA SESSÃO PÚBLICA: DIA: 12/06/2020

2- DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Onde se lê: 28.12.1 No caso de a empresa licitante ou a responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Estado de Minas Gerais, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

Leia-se: 28.12.1 No caso de a empresa licitante ou a responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Estado de Mato Grosso, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

3-DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Onde se lê: 28.13.1 Quanto à capacitação técnico-profissional: apresentação de Certidão de Acervo Técnico –CAT, expedita pelo CREA da região pertinente, em nome dos responsáveis técnicos e/ou dos membros da equipe técnica que se resposabilizarão pelos trabalhos, elencados no subitem abaixo, relativa à execução de serviço de engenharia , compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo os serviços de Construção de Academia de Saúde .

Leia-se: 28.13.1 Quanto à capacitação técnico-profissional: apresentação de Certidão de Acervo Técnico –CAT, expedita pelo CREA da região pertinente, em nome dos responsáveis técnicos e/ou dos membros da equipe técnica que se resposabilizarão pelos trabalhos, elencados no subitem abaixo, relativa à execução de serviço de engenharia , compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo os serviços de Pavimentação Asfáltica em TSD e drenagem profunda .

4- DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Onde se lê: 28.13.2 Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, registrado no CREA, nos termos do artigo 57 da Resolução CONFEA nº 1.025/09, fornecido por pessoa jurídica ou física de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra, em edifícios públicos ou privados comerciais, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo os serviços de contrução civil.

Leia-se: 28.13.2 vetado

Ficam RATIFICADAS todas as demais cláusulas da referida Tomada de Preços nº 02/2020.

Ribeirão Cascalheira-MT, 02 de junho de 2020

_____

_____

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DECRETO Nº 1896 /2020 APROVA O DESMEMBRAMENTO DA ÀREA DE 144,00 M2, DA MATRICULA –, 245 DO S.R.I. RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

DECRETO Nº 1896 /2020

APROVA O DESMEMBRAMENTO DA ÀREA DE 144,00 m2, DA MATRICULA –, 245 DO S.R.I. RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

LUZIA NUNES BRANDAO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento do Lote 12 da Quadra 50, situada no Loteamento Urbano Alvorada, com a área total de 288,00 m² (duzentos e oitenta e oito metros quadrados), pertencente à **FRANCIELE GENOVEVA KUSS,** brasileira, solteira, maior, residente e domiciliados na cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador de cédula de identidade RG n° 4.383.210 SSP SC inscrita no CPF/MF sob n° 040.641.539-01, dentro dos seguintes limites e confrontações:

:

LOTE 12 DA QUADRA 50, com área de 288,00 m²:FRENTE:12,00 metros com Avenida Mutirão; LADO DIREITO: 24,00 metros com lote 13; LADO ESQUERDO: 24,00 metros com lote 11; e FUNDOS: 12,00 metros com lote 12,-A.

APÓS O DESMEMBRAMENTO O IMÓVEL FICARÁ ASSIM CONSTITUIDO:

Art. 2º - Lote 12-B da Quadra 50, situada no Loteamento Urbano Alvorada, com a área total de 144,00 m² (cento e quarenta e quatro metros quadrados), pertencente à **FRANCIELE GENOVEVA KUSS,** brasileira, solteira, maior, residente e domiciliados na cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador de cédula de identidade RG n° 4.383.210 SSP SC inscrita no CPF/MF sob n° 040.641.539-01, dentro dos seguintes limites e confrontações:

:

LOTE 12-B DA QUADRA 50, com área de 144,00 m²:FRENTE:6,00 metros com Avenida Mutirão; LADO DIREITO: 24,00 metros com lote 13; LADO ESQUERDO: 24,00 metros com lote 12; e FUNDOS: 6,00 metros com lote 12,-A.

ÁREA REMANESCENTE FICARÁ ASSIM CONSTITUIDO:

Art. Lote 12 da Quadra 50, situada no Loteamento Urbano Alvorada, com a área total de 144,00 m² (cento e quarenta e quatro metros quadrados), pertencente à **FRANCIELE GENOVEVA KUSS,** brasileira, solteira, maior, residente e domiciliados na cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador de cédula de identidade RG n° 4.383.210 SSP SC inscrita no CPF/MF sob n° 040.641.539-01, dentro dos seguintes limites e confrontações:

:

LOTE 12 DA QUADRA 50, com área de 144,00 m²:FRENTE:6,00 metros com Avenida Mutirão; LADO DIREITO: 24,00 metros com lote 12-B; LADO ESQUERDO: 24,00 metros com lote 11; e FUNDOS: 6,00 metros com lote 12,-A.

Art. 4º - Tudo conforme Mapa e Memorial Descritivo de autoria do Engenheiro Civil, Valdenezio Xavier da Silva, com registro no sistema CONFEA/CREAMT nº6968/D.

Art. 8º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

11 de maio de 2020

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 1895/2020 APROVA O DESMEMBRAMENTO DE 03 ÁREAS DE 144 M2 DA MATRICULA – 4.658 DO S.R.I. RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

DECRETO Nº 1895/2020

APROVA O DESMEMBRAMENTO DE 03 ÁREAS DE 144 m2 DA MATRICULA – 4.658 DO S.R.I. RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

LUZIA NUNES BRANDAO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento do Lote 11 da Quadra 50, situada no Loteamento Urbano Alvorada, com a área total de 563,50 m² (quinhentos e sessenta e três virgula cinquenta metros quadrados), pertencente à **FRANCIELE GENOVEVA KUSS,** brasileira, solteira, maior, residente e domiciliados na cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador de cédula de identidade RG n° 4.383.210 SSP SC inscrita no CPF/MF sob n° 040.641.539-01, dentro dos seguintes limites e confrontações:

:

LOTE 11 DA QUADRA 50, com área de 563,50 m²:ESQUINA**: 7,**07 metros com Avenida Mutirão e Rua São Paulo; FRENTE:19,00 metros com Avenida Mutirão; LADO DIREITO: 24,00 metros com lote 12; LADO ESQUERDO: 19,00 metros com Rua São Paulo; e FUNDOS: 24,00 metros com lote 10.

APÓS O DESMEMBRAMENTO O IMÓVEL FICARÁ ASSIM CONSTITUIDO:

Art. 2º - Lote 11-A da Quadra 50, situada no Loteamento Urbano Alvorada, com a área total de 144,00 m² (cento e quarenta e quatro metros quadrados), pertencente à **FRANCIELE GENOVEVA KUSS,** brasileira, solteira, maior, residente e domiciliados na cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador de cédula de identidade RG n° 4.383.210 SSP SC inscrita no CPF/MF sob n° 040.641.539-01, dentro dos seguintes limites e confrontações:

:

LOTE 11-A DA QUADRA 50, com área de 144,00 m²: FRENTE:6,00 metros com Avenida Mutirão; LADO DIREITO: 24,00 metros com lote 11-B; LADO ESQUERDO: 24,00 metros com lote 11; e FUNDOS: 6,00 metros com lote 10.

Art. 3º - Lote 11-B da Quadra 50, situada no Loteamento Urbano Alvorada, com a área total de 144,00 m² (cento e quarenta e quatro metros quadrados), pertencente à **FRANCIELE GENOVEVA KUSS,** brasileira, solteira, maior, residente e domiciliados na cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador de cédula de identidade RG n° 4.383.210 SSP SC inscrita no CPF/MF sob n° 040.641.539-01, dentro dos seguintes limites e confrontações:

:

LOTE 11-B DA QUADRA 50, com área de 144,00 m²: **FRENTE**:6,00 metros com Avenida Mutirão; LADO DIREITO: 24,00 metros com lote 11-C; LADO ESQUERDO: 24,00 metros com lote 11-A; e FUNDOS: 6,00 metros com lote 10.

Art. 4º - Lote 11-C da Quadra 50, situada no Loteamento Urbano Alvorada, com a área total de 144,00 m² (cento e quarenta e quatro metros quadrados), pertencente à **FRANCIELE GENOVEVA KUSS,** brasileira, solteira, maior, residente e domiciliados na cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador de cédula de identidade RG n° 4.383.210 SSP SC inscrita no

CPF/MF sob n° 040.641.539-01, dentro dos seguintes limites e confrontações:

:

LOTE 11-C DA QUADRA 50, com área de 144,00 m²: FRENTE:6,00 metros com Avenida Mutirão; LADO DIREITO: 24,00 metros com lote 12; LADO ESQUERDO: 24,00 metros com lote 11-B; e FUNDOS: 6,00 metros com lote 10

ÁREA REMANESCENTE FICARÁ ASSIM CONSTITUIDO:

Art. do Lote 11 da Quadra 50, situada no Loteamento Urbano Alvorada, com a área total de 131,50 m² (centro e trinta e um virgula cinquenta metros quadrados), pertencente à **FRANCIELE GENOVEVA KUSS,** brasileira, solteira, maior, residente e domiciliados na cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, portador de cédula de identidade RG n° 4.383.210 SSP SC inscrita no CPF/MF sob n° 040.641.539-01, dentro dos seguintes limites e confrontações:

:

LOTE 11 DA QUADRA 50, com área de 131,50 m²:ESQUINA**: 7,**07 metros com Avenida Mutirão e Rua São Paulo; FRENTE:19,00 metros com Rua São Paulo; LADO DIREITO: 1,00 metros com Avenida Mutirão; LADO ESQUERDO: 6,00 metros com lote 10; e FUNDOS: 24,00 metros com lote 11-A.

Art. 4º - Tudo conforme Mapa e Memorial Descritivo de autoria do Engenheiro Civil, Valdenezio Xavier da Silva, com registro no sistema CONFEA/CREAMT nº6968/D.

Art. 8º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

11 de maio de 2020

_____

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 1906/2020 DATA: 01 DE JUNHO DE 2020 "ALTERA O DECRETO N° 1900/2020 DE 23 DE MAIO DE 2020 QUE DISPÕE SOBRE O TOQUE DE RECOLHER

DECRETO Nº 1906/2020

DATA: 01 DE JUNHO DE 2020

"ALTERA O DECRETO N° 1900/2020 DE 23 DE MAIO DE 2020 QUE DISPÕE SOBRE O TOQUE DE RECOLHER MEDIDAS TEMPORÁRIAS RESTRITIVAS PARA PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT"

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na lei orgânica do município e,

DECRETA:

Art.1º. Fica alterado o Art. 1º. do Decreto 1900/2020, de 23 de maio de 2020, conforme segue:

"Art. 1º. Fica prorrogado o TOQUE DE RECOLHER **até o dia 15 de junho de 2020** das **22:00 horas até as 05:00 horas** do dia seguinte, para recolhimento domiciliar em todo território Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT, exceto quando necessário para acesso ao serviços essenciais ou sua prestação, comprovando a necessidade ou urgência".

Art. 2º. Esse decreto não revoga o Decreto nº 1900/2020, o qual permanece em vigor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 01 DE JUNHO DE 2020.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 059/2017

QUARTO TERMO ADITIVO ao contrato de Locação de Sistemas nº 059/2017, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e a empresa RLZ Informática Ltda, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15. 943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895. 161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e a Empresa RLZ Informática Ltda, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 65.596.744/0001-66, estabelecida à Rua Santos Dumont, nº 86, Bairro Vila Ercília, São José do Rio Preto – SP, representada neste ato por Robson Rodrigues Pego, brasileiro, portador do RG n.º 07368 CTPS – MT e do CPF n.º 968.862.931-68, residente à Rua Couto Magalhães, s/nº, Centro, Ribeirãozinho–MT, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo aditivo ao contrato 059/2017 nos termos do Processo Licitatório nº 020/2017, Pregão Presencial nº. 006/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo e valor para execução de Serviços do Contrato originário nº 059/2017

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução de serviços para fornecimento de licenciamento de Software de Sistema Integrado de Gestão Pública, desenvolvido para trabalhar em ambiente multiusuário em plataforma Windows com módulos W E B (Internet), serviços técnicos especializados para as diversas secretarias da Administração Direta Municipal, inclusive com a prestação dos serviços de Instalação, configuração, Conversão da Base de Dados e Treinamento dos servidores públicos, e Manutenção mensal, sendo acrescido de mais 07 (sete) meses. O prazo de vigência do referido contrato começa a contar a partir do dia 01 de março de 2020, vencendo no dia 30 de setembro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 –Fica acrescido o valor de R$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), divididos em 07 (sete) parcelas iguais no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais).

CLAUSULA QUARTA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 – A prorrogação promovida por este Termo Aditivo de deve aos seguintes fatores;

4.1.1 – A Administração de sentiu na obrigação de promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que trata se de serviços qualificados indispensáveis para que os setores da administração pública, além de ser economicamente viável para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ AS DESPESAS

5.1 - As despesas decorrentes dos serviços licitados correrão por conta da Secretaria Municipal de Finanças a obedecer a seguinte dotação orçamentárias:

04.001.2014.33.90.39.00.00 (104) - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 21 de fevereiro de 2020.

Ronivon Parreira das Neves **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**
RLZ Informática Ltda **CNPJ N.º 65.596.744/0001-66** **CONTRATADA**

Testemunhas:

Maria Auxiliadora C. Souza **CPF: 834.559.571-53**	**Rayane Peixoto da Silva** **CPF: 042.291.361-88**

Elayne Bento Parreira

Assessora Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
3º ADITIVO PRAZO AO CONTRATO N.º 035/2019-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e RONDOMAQ MOTTERLE EIRELLI, CNPJ nº 08.983.460-0001-99.

Objeto: Obras de Reparação e Recuperação de Vias Urbanas Pavimentadas

Assunto: prorrogação do prazo.

Licitação: TP n. 005/2020

proc. Adm. Nº 128/2019-SEMOSP

Fundamentação: Cláusula oitava contrato nº 035/2019-PMR c/c artigo 57, a Lei n.º 8.666/93.

Prazo: (03) três meses 7/06/2020 até 6/09/2020

Ass.: 02/06/2020

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 003/2020

Proc. adm. nº 041/2020-SEMOSP, DE 27/03/2020

TP Nº 001/2020

Contrato Adm. nº 007/2020-PGM-PMR

2º aditivo, de 19/05/2020 (acréscimo)

OBJETO: *ADITIVO DE ACRÉSCIMO* percentual 18,0336277 %, NO VALOR R$ 114.949,03 *AO CONTRATO N. 035/2020*

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, com sede na Avenida Joana Alves de Oliveira, s/n, na Cidade de Rondolândia/MT neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, fundamentando-se na licitação Tomada de Preços n° 005/2019 e em cumprimento ao contrato n° 35/2019-PGM, autoriza a empresa **RONDOMAQ MOTTERLE EIRELI,** *CNPJ* n.º 08.983.460/0001-99,com sede na Rua Jaime Freire, s/n, Centro, Rondolândia/MT, Cep: 78.338-000, representada pelo seu gerente proprietário representada pelo seu gerente proprietário **Clea Susane Motterle**, CPF nº 906.729.841-72, CI/RG nº 14778904 – SSP/MT, a iniciar as obras do aditivo de acréscimo, em estrita observância às orientações e exigências das peças técnicas integrantes.

PRAZO: (20) VINTE DIAS.

Rondolândia/MT, 19 de maio de 2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

RONDOMAQ MOTTERLE EIRELI

Clea Susane Motterle

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
2º ADITIVO ACRÉSCIMO AO CONTRATO N.º 035/2019-PGM/PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e RONDOMAQ MOTTERLE EIRELLI, CNPJ nº 08.983.460-0001-99.

Objeto: Obras de Reparação e Recuperação de Vias Urbanas Pavimentadas

Assunto: acréscimo de serviços, conforme peças técnicos de engenharia, no percentual 18,0336277%.

Licitação: TP n. 005/2020

proc. Adm. Nº 128/2019-SEMOSP

Fundamentação: Cláusula oitava, II, §2º, contrato nº 035/2019-PMR c/c artigo 65, I, “b” Lei n.º 8.666/93.

Valor: R$ 114.949,03

Prazo: (20) vinte dias – OS n° 003/2020

Ass.: 19/05/2020.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 002/2020

Proc. adm. nº 018/2020-SEMFAZ-SEGAT, DE 6/02/2020

PE Nº 007/2020-PMR

Contrato Adm. nº 010/2020-PGM-PMR

OBJETO: SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO URBANO.

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, com sede na Avenida Joana Alves de Oliveira, s/n, na Cidade de Rondolândia/MT neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, fundamentando-se na licitação Pregão eletrônico n° 007/2020 e em cumprimento ao contrato n° 010/2020-PGM-PMR, autoriza a empresa **GF-ENGENHARIA LTDA**, CNPJ:26.949.434/001-26, a iniciar no prazo de (10) dez dias da data desta OS a execução serviçosobjeto do contrato acima indicado.

PRAZO: (6) SEIS MESES.

Rondolândia/MT, 29 de Maio de 2020.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GF-ENGENHARIA LTDA

Contratado

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 010/2020-PGM/PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e GF-ENGENHARIA LTDA, CNPJ:26. 949.434/001-26

Objeto PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO URNANO

Assunto: contrato matriz.

Licitação: PE n. 007/2020

proc. Adm. Nº 18/25020-SEMFAZ

Valor global: **R$ 75.880,00**

Fonte recursos/dotação: 11.01.2.121.3.390.39.05.00.00.00.00. 000393 - Empenho n. 1108/2020

Fundamentação: art. 54 e seguintes da lei nº 8.666/93.

Prazo: 12 MESES

Ass.: 29/05/2020

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 001/2020

Proc. adm. nº 041/2020-SEMOSP, DE 27/03/2020

TP Nº 001/2020

Contrato Adm. nº 007/2020-PGM-PMR

OBJETO: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICAS, COM MEIO FIO, SARJETAS E DRENAGEM E Fornecimento de Materiais e Mão de Obra de Vias Urbanas do Município de Rondolândia/MT, em regime de empreitada por preço global.

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, com sede na Avenida Joana Alves de Oliveira, s/n, na Cidade de Rondolândia/MT neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, fundamentando-se na licitação Tomada de Preços n° 001/2020 e em cumprimento ao contrato n° 007/2020-PGM-PMR, autoriza a empresa **JOSIAS BRAZ DOS SANTOS EIRELLI (BH EMPREENDIMENTOS E REPRESENTAÇÕES),** CNPJ n.º 31.111.264/001-46,com sede na Rua Paraná, 1427, Bairro Jardim Esperança, Cidade de Jarú, Estado de Rondônia, Cep: 76.890-000, representada pelo seu gerente proprietário **Josias Braz dos Santos,** CPF nº 386.061.862-87, a iniciar no prazo de (10) dez dias da data desta OS a execução serviçosobjeto do contrato acima indicado,em estrita observância às orientações e exigências técnicas, projeto básico, arquitetônicos e memoriais descritivos integrantes do Edital TP nº 001/2020.

PRAZO: (6) SEIS MESES.

Rondolândia/MT, 19 de Maio de 2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

JOSIAS BRAZ DOS SANTOS EIRELLI

Josias Braz dos Santos

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 007/2020-PGM/PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e **JOSIAS BRAZ DOS SANTOS EIRELLI (BH EMPREENDIMENTOS E REPRESENTAÇÕES),** CNPJ n.º 31.111. 264/001-46.

Objeto: **Serviços de Engenharia Especializada, com Fornecimento de Materiais e Mão de Obra destinados a Execução de Pavimentação poliédrica em Vias Urbanas do Município de Rondolândia/MT, em regime de empreitada por preço global**

Assunto: contrato matriz.

Licitação: TP n. 001/2020

proc. Adm. Nº 41/2020-SEMOSP

Valor global: **R$ 657.520,41**

Fonte recursos/dotação: 06. 01. 2.180. 44.90.51.99. 000264 - Empenho n. 985/2020

Fundamentação: art. 54 e seguintes da lei nº 8.666/93.

Prazo: 6 MESES

Ass.: 19/05/2020

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 012/2020-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e RODA BRASIL, REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 15.332.890/0001-08

Objeto: FORNECIMENTO DE (UM) VEICULO DA MARCA FIAT, MODELO DUCATO MINIBUS EXTRALONGA, COR BRANCA, TIPO VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, ANO-MODELO 2019/2020, TURBO DIESEL, PARA NO MINIMO 16 LUGARES, SENDO (15) PASSAGEIROS E (1) MOTORISTA, NOVO, ZERO KM E DEMAIS CARACTERISTICAS TECNICAS E CONDIÇÕES PREVISTAS NO TRMO DE REFERENCIA

Assunto: contrato matriz.

Licitação: PE n. 010/2020

proc. Adm. Nº 008/2020-SEMEC

Valor global: **R$ 178.000,000**

Fonte recursos/dotação: 04.01.12.122.0110.2.128.4.4.90.52.48.00.00.00. 1000-00064-ne 1108/2020

Fundamentação: art. 54 e seguintes da lei nº 8.666/93.

Prazo: 12 MESES

Ass.: 27/05/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 57/2020

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 18 (dezoito) de junho de 2020, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA COR AMPARO, NA RUA JOSÉ DE ASIS, 1640, BAIRRO NOSSA SENHORA DO AMPARO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO A ESTE EDITAL",**

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 02 de junho de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 41/2020

O MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT., por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, realizará a licitação em epígrafepara **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de uso médico hospitalar destinados ao atendimento de pessoas ostomizadas atendidas junto ao CER – Centro Especializado em Reabilitação Nilmo Júnior,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico **www.rondonopolis.mt.gov.br**, menu: **Empresa**opção: **Licitações**, bem como no sítio: **https://bllcompras.com**, ou no endereço: Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, Rondonópolis-MT, CEP: 78.740-022, Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT, Secretaria de Administração, Departamento de Compras, horário das 12h00min às 18h00min, telefone para contato (66) 3411-5737, **Abertura das Propostas: 18/06/2020 às 09h30min (horário de Brasília)** em sessão pública no endereço eletrônico: **https://bllcompras.com**, nos termos do Edital e seus anexos. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico.

Rondonópolis-MT., 02 de junho de 2.020.

Adriana Portela de Oliveira

Pregoeira

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 53/2020"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 53/2020, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) BASES DE RESERVATÓRIOS TIPO TAÇA COM CAPACIDADE DE 15.000 (QUINZE MIL) LITROS E SUA BASE, BEM COMO LICENÇA AMBIENTAL E SUA OUTORGA NAS COMUNIDADES RURAIS DOM OSORIO, SELVA DE PEDRA, CIDADE DE PEDRA, OLGA BENÁRIO, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO A ESTE EDITAL**, que após a análise detalhada da documentação e propostas apresentadas pelas empresas participantes, foi considerada HABILITADA, CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, a empresa: **GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA, no valor total da obra de R$ 322.167,08 (Trezentos e vinte e dois mil cento e sessenta e sete reais e oito centavos).**

Rondonópolis-MT, 02 de junho de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente de Comissão de Licitação

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 71/2019"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 71/2019, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: INSTALAÇÃO DE REDE DO SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, LOCALIZADO NA ALDEIA TADARIMANA NESTE MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E PECUÁRIA, ANEXO AO EDITAL**, que após a análise detalhada da documentação e propostas apresentada pelas empresas participantes, foi considerada HABILITADA, CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, a empresa: **ANANDA DOS SANTOS ALMEIDA - ME, no valor total da obra de R$ 5.627,67 (Cinco mil seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).**

Rondonópolis-MT, 02 de junho de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente de Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DA EMPRESA G.L

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE:	**Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT**
NOTIFICADA:	**G. L. COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-EPP, inscrita no C. N.P.J o n.º 26.795.021/0001-34.**
ENDEREÇO:	**Avenida Tiradentes n 13, Quadra 07, Chapéu do Sol, Várzea Grande/MT.**
CONTRATO:	**Contrato n° 100/2017 - Tomada de Preços nº 001/2017**
OBJETO:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SINALIZAÇÃO VIARIA E PASSEIO PÚBLICO PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE /MT**

Ilmo Senhor(a),

Ao tempo em que lhe cumprimento, sirvo do presente para notificá-lo nos termos que abaixo segue:

CONSIDERANDO, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (*artigo, 37, caput, da CF/88);*

CONSIDERANDO, que os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado**.** (*artigo 54, caput, da lei nº 8666/93*);

CONSIDERANDO, pela inexecução na Obra de Pavimentação do Bairro Nossa Senhora Aparecida e a paralisação injustificada das obras descritas no Contrato Administrativo nº 100/2017;

CONSIDERANDO que segundo previsão contratual as penas para o caso descrito podem variar desde a advertência da empresa CONTRATADA por conta de paralisação injustificada até a declaração de inidoneidade e/ ou proibição de contratação com o Poder Publico.

CONSIDERANDO a possibilidade de vir a sofrer prejuízos e, inclusive ter que responder por omissões juntos aos órgãos competentes;

CONSIDERANDO o dever/poder desta municipalidade para exigir o cumprimento das cláusulas contratuais;

CONSIDERANDO, que o Município de Rosário Oeste/MT, presa pela observância do princípio da eficiência que tem partes com as normas de 'boa administração', indicando que a Administração Pública, em todos os seus setores, deve concretizar atividade administrativa predisposta à extração do maior número possível de efeitos positivos ao administrado. Deve sopesar relação de custo-benefício, buscar a otimização de recursos, em suma, tem por obrigação dotar da maior eficácia possível todas as ações do Estado". (*Curso de direito constitucional*, São Paulo: Saraiva, 1998, p. 235).

Venho por meio desta **NOTIFICAR** a empresa **G. L. COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-EPP, inscrita no C.N.P.J o n.º 26.795.021/0001-34**, em virtude da inexecução na Obra de Pavimentação e paralisação na prestação dos serviços previstos no contrato administrativo 100/2017 sem

justa causa, e sem nenhum comunicado formal ao órgão contratante. Desta forma fica devidamente notificada para que os reinicie os serviços descritos no contrato 100/2017 no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de rescisão contratual unilateral aplicação das penalidades legais previstas contratualmente.

Rosário Oeste/MT, 28 de maio de 2020.

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de Rosário Oeste/MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DA EMPRESA BTX

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE:	**Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT**
NOTIFICADA:	**BTX ENGENHARIA - EPP C.N.P.J sob o n. 26.117.657/0001-27**
ENDEREÇO:	**ROD MT 251 S/N, CHAPADA DOS GUIMARAES, Distrito Água Fria, Cep. Nº 78.195-000**
CONTRATO:	**Contrato n° 002/2018 - Concorrência nº 001/2018**
OBJETO:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA EM VIAS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, CONSTITUÍDO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS NOS TRECHOS DA RUA BELA VISTA E DA RUA CEL. ARTHUR BORGES; PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS TRECHOS DA RUA CÂNDIDO MARIANO E RUA IW9; E DRENAGEM PROFUNDA NO TRECHO DA AV. HUMBERTO CASTELO BRANCO, PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT.**

Ilmo. Senhor (a),

Ao tempo em que lhe cumprimento, sirvo do presente para notificá-lo nos termos que abaixo segue:

CONSIDERANDO, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (*artigo, 37, caput, da CF/88);*

CONSIDERANDO, que os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado**.** (*artigo 54, caput, da lei nº 8666/93*);

CONSIDERANDO que segundo previsão contratual as penas para o caso descrito podem variar desde a advertência da empresa CONTRATADA por conta de paralisação injustificada até a declaração de inidoneidade e/ou proibição de contratação com o Poder Público.

CONSIDERANDO a possibilidade de vir a sofrer prejuízos e, inclusive ter que responder por omissões juntos aos órgãos competentes;

CONSIDERANDO o dever/poder desta municipalidade para exigir o cumprimento das cláusulas contratuais;

CONSIDERANDO, que o Município de Rosário Oeste/MT, presa pela observância do princípio da eficiência que tem partes com as normas de 'boa administração', indicando que a Administração Pública, em todos os seus setores, deve concretizar atividade administrativa predisposta à extração do maior número possível de efeitos positivos ao administrado. Deve sopesar relação de custo-benefício, buscar a otimização de recursos, em suma, tem por obrigação dotar da maior eficácia possível todas as ações do Estado". (*Curso de direito constitucional*, São Paulo: Saraiva, 1998, p. 235).

Venho por meio desta **NOTIFICAR** Vossa Excelência que no prazo de 10 (dez) dias úteis, providencie durante a realização da obra de saneamento básico realizada no Bairro Santa Izabel, que o local de realização da empreitada seja devidamente sinalizado, se possível com suportes fluorescentes para alertar os motoristas e transeuntes sobre o perigo de acidente, para o fim de evitá-lo, e de que as sinalizações seja feita na execução das obras de modo de prevenir acidentes durante a execução dos serviços, evitando prejuízos aos munícipes e ao Município.

Na certeza de que o pedido será atendido, no prazo estipulado o mais urgente possível.

Rosário Oeste/MT, 27 de maio de 2020.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2020

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Pregão Presencial n° 010/2020

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de tubos e postes de concreto para atender o município de Santa Cruz do Xingu-MT. Modalidade Pregão n° 010/2020, na forma Presencial, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 18 de Junho de 2020. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: https://sic.tce.mt.gov.br/123/assunto/listaSubItem...

Santa Cruz do Xingu – MT, 02 de Junho de 2020. **Palanna Oliveira Bezerra –** Pregoeira

RECURSOS HUMANOS
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº 053/2020

DECRETO MUNICIPAL Nº 053/2020

SANTA CRUZ DO XINGU/MT, 02 DE JUNHO DE 2020.

"ESTABELECE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU, NOVAS MEDIDAS PARA PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO E ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS - COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal De Santa Cruz Do Xingu, Estado de Mato Grosso, Marcos de Sá Fernandes da Silva, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde que estamos vivendo uma pandemia do novo coronavírus chamado de Sars-Cov-2;

CONSIDERANDO que o paciente desta municipalidade em isolamento testou negativo para o COVID-19;

CONSIDERANDO o Plano de Contingência do novo coronavírus (COVID-19) da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO as determinações expressas no Decreto Estadual n.º 432, de 31 de março de 2020, do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública a fim de evitar a disseminação do vírus COVID – 19 (novo coronavírus) no Município de Santa Cruz do Xingu MT,

CONSIDERERANDO a *Notificação Recomendatória nº 04/2020*, do Ministério Publico de Mato Grosso, comarca de Vila Rica/MT.

D E C R E T A:

Art. 1º - Este Decreto consolida as medidas excepcionais, de caráter temporário, restritivas às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus. **O Poder Executivo Municipal adotará as**

seguintes medidas adicionais para contenção do Novo Coronavírus, COVID-19, bem como, mitigar seus efeitos na sociedade em geral:

I- Bloqueios serão montados em vias públicas, principalmente na entrada da cidade a fim de restringir a circulação de pessoas e veículos, sendo permitido apenas a autorização de pessoas com justificativa plausível (profissionais de saúde, pessoas que trabalham em outro município, transporte de cargas, e autoridades); II- Será vedada à circulação por locais ou espaços públicos, tais como ruas, praças, salvo, por atividades consideradas essenciais, tais como ir ao mercado comprar alimentos ou itens de primeira necessidade;

III- O tráfego de veículos particulares só será permitido em casos devidamente justificados, mas, para garantir o funcionamento das atividades essenciais, bem como, funcionamento da economia local, estadual e nacional, transporte de cargas, viaturas a serviço de órgãos públicos de segurança ou saúde são livres para circulação. **IV-** Pessoas comprovadamente infectadas ou com suspeita de contágio pelo Novo Coronavírus COVID 19, deverão permanecer em confinamento obrigatório em suas residências, unidade hospitalar ou em outro lugar determinado pelas autoridades de saúde, respondendo inclusive cível e criminalmente pelo descumprimento das normas de isolamento. **V-** Recomenda-se as empresas de Transporte Inte-Municipal, a redução de 50 % da sua capacidade normal e quantidade de dias, a fins de evitar aglomeração e a propagação do virus.

Art. 2º - Fica estipulado toque de recolher, de segunda-feira a domingo, a partir das 21h00min até as 05h00min do dia seguinte;

Art. 3º - Enquanto vigente este decreto, fica vedado as seguintes atividades:

I. parques e praças com aglomeração de mais de 05 (cinco) pessoas;

II. reuniões em residências com mais de 05 (cinco) pessoas que não resida no local;

III. academias;

IV. ginásios esportivos e campos de futebol;

V. realização de missas, cultos e celebrações religiosas;

VI. realização de feiras;

VII. outros eventos e atividades que demandem aglomeração e ou festas/ confraternização (com numero superior a 05 pessoas)

Art. 4º - **A prática de pesca desportiva e amadora para turistas no município de Santa Cruz do Xingu, está suspensa, por tempo indeterminando. Podendo ser liberada em novo decreto caso haja alguma redução nos indicadores de casos confirmados da Secretaria Estadual de Estado de Saúde de MT.**

1º - O descumprimento ACARRETARA EM MULTA DE 50UPF POR PESSOA, para o proprietário ou responsável pelo pesqueiro ou similar.

Art. 5º - Enquanto vigente este decreto, fica autorizado à realização de velório, com no maximo 20 (vinte) pessoas, desde que o óbito não esteja relacionado à contaminação pelo COVID – 19.

I. Na ocasião de falecimento de paciente diagnosticado com coronavirus, o enterro deverá ser imediato e com caixão lacrado.

Art. 6º - Fica autorizado o funcionamento das atividades e serviços a seguir delineados, devendo ser observado às seguintes restrições:

I. Supermercadistas de pequeno, médio e grande porte, atacadista e pequeno varejo alimentício, desde que respeitado o limite maximo de 05 (cinco) clientes dentro do estabelecimento por vez, poderá funcionar de segunda a sexta em expediente normal, e no sábado somente até as 12h00mim. Ficando proibido o funcionamento no período entre sábado as 12h00min até segunda as 05h00min;

II. Restaurantes localizados em áreas urbanas e rurais, para retirada no local ou na modalidade delivery (entrega a domicilio);

III. Padarias e lanchonetes, para retirada no local ou na modalidade delivery (entrega a domicilio);

IV. Bares e distribuidoras de bebidas para retirada no local ou na modalidade delivery (entrega a domicilio).

V. Açougues, para retirada no local ou na modalidade delivery (entrega a domicilio);

VI. Distribuidoras de gás de cozinha, para retirada no local ou na modalidade delivery (entrega a domicilio);

VII. Agências bancárias e loterias, observando o protocolo de segurança a fim de evitar a aglomeração de pessoas na área interna e externa do estabelecimento desde que respeitado o limite maximo de 03 (três) clientes dentro do estabelecimento por vez;

VIII. Hospitais, clínicas e serviços de assistência à saúde humana e de animais desde que respeitado o limite maximo de 03 (três) clientes dentro do estabelecimento por vez;

IX. Assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade através de agendamento por senha, devendo, no entanto ser observando o protocolo de segurança a fim de evitar a aglomeração de pessoas tanto na área interna como externa;

X. Farmácias e drogarias desde que respeitado o limite maximo de 03 (três) clientes dentro do estabelecimento por vez;

XI. Comércio de alimentos e medicamentos destinados a animais, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XII. Estabelecimentos que comercializem peças automotivas, materiais elétricos e de construção, preferencialmente atendendo delivery, observados os casos de emergências, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XIII. Produção, distribuição e comercialização de combustíveis e de derivados, inclusive postos de combustíveis , com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XIV. Prestadores de serviços de manutenção, ar condicionado, rede elétrica com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XV. Oficinas mecânicas, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XVI. Tlecomunicação e internet, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XVII. Serviços postais, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XVIII. Captação, tratamento e distribuição de água;

XIX. Captação de lixo;

XX. Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;

XXI. Iluminação pública;

XXII. Serviços agropecuários, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXIII. Serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados “data Center” para suporte de outras atividades previstas neste Decreto, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXIV. Serviços de manutenção, de reparos ou de consertos de veículos, de pneumáticos e de outros equipamentos essenciais ao transporte, à segurança e à saúde, desde que respeitado o limite maximo de 03 (três) clientes dentro do estabelecimento por vez;

XXV. Produção, distribuição e comercialização de equipamentos, de peças e acessórios para refrigeração, como os serviços de manutenção de

refrigeração, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXVI. Lojas de departamento, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXVII. Funcionar, mediante agendamento, os salões de beleza, salões de cabeleireiro, barbearias, esmaltarias e afins e clínicas de estética, devendo estes estabelecimentos respeitar o distanciamento mínimo de um metro e meio entre os clientes. Os profissionais terão que utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), além de seguir outras normas sanitárias, não podendo aglomerar mais que 01 (um) cliente a espera de atendimento;

XXVIII. Hotéis e pousadas, devendo ser adotadas medidas para evitar a aglomeração de pessoas.

Parágrafo único: As atividades listadas nos incisos I, II, III e IV deste artigo deverão manter controle de acesso para evitar aglomerações de pessoas, ficando expressamente vedado o consumo de produtos no local do estabelecimento. Em caso de descumprimento das orientações estipuladas nos incisos anteriores, será aplicada multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 7º - Recomenda-se aos comerciantes e prestadores de serviços em geral o fornecimento, em locais estratégicos, de álcool em gel ou álcool líquido 70% aos clientes e, a utilização de máscaras pelos funcionários e clientes dos respectivos estabelecimentos.

Art. 8º - O funcionamento das atividades privadas de que trata os artigos 4º e 5º devem observar obrigatoriamente o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, sendo de responsabilidade do comerciante manter a fila dentro das regras, devendo ainda seguir as demais normas sanitárias de prevenção à disseminação do coronavírus, salvo regulamentação específica de saúde e medicina do trabalho em contrário.

Art. 9º - Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas nos art. 4º e 5º devem adotar todas as medidas de assepsia para prevenção de disseminação do coronavírus, de acordo com as normas sanitárias vigentes.

I. Compete a todos os órgãos de vigilância sanitária promover fiscalização prioritária sobre as medidas de que trata o caput deste artigo.

II. Compete à Polícia Militar dar apoio operacional exclusivamente para o cumprimento deste decreto.

Art. 10º - Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas nos artigos 4º e 5º ficam proibidos de praticarem valores abusivos, principalmente sobre mercadorias essenciais à higienização pessoal e ambiental em relação ao corona vírus.

Art. 11 - Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas nos artigos 4º e 5º, que não tiver expressa limitação de clientes nos dispositivos, ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes para impedir aglomerações, ficando permitido apenas 03 (três) clientes por vez dentro dos estabelecimentos autorizados a abrirem as portas, exceto os supermercados onde a quantidade permitida é de 05 (cinco) clientes dentro do estabelecimento.

Art. 12 - Em caso de descumprimento das normas sanitárias e consumeristas dispostas neste decreto, serão aplicadas as penalidades administrativas cabíveis, conforme legislação vigente, sem prejuízo da apuração de ilícitos cíveis e criminais eventualmente praticados pela pessoa física ou jurídica fiscalizadas, e por seus representantes legais.

I. A Polícias Militar, por meio do presente, passa a ter poder de Polícia Administrativa Municipal, a fim de apoiar os órgãos sanitários para o cumprimento do disposto neste artigo, podendo aplicar diretamente as penalidades cabíveis, inclusive lavrar boletim de ocorrência que servirá como auto de infração administrativa, em âmbito estadual, no patamar de R$ 5. 000,00 (cinco mil reais).

II. Os boletins de ocorrência serão encaminhados ao fórum desta comarca para elaboração de certidão de divida ativa, inclusão na dívida ativa e protesto, sem prejuízo da interdição temporária do estabelecimento infrator.

Art.13 - Fica adotada a medida não farmacológica de isolamento domiciliar para pessoas com idade de 60 (sessenta) anos, diabéticos, hipertensos, com insuficiência renal crônica, com doença respiratória crônica, com doença cardiovascular, com câncer, com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico, gestantes e lactantes.

I. O servidor público que se encontre afastado do trabalho por ser da zona de risco e não cumprir a quarentena poderá ter o ponto cortado mediante provas apresentadas (fotos ou vídeos) e responderá processo administrativo.

Art. 14 - Fica vedado por tempo indeterminado à comercialização de produtos por vendedores ambulantes sem estabelecimento fixo no município.

Art.15 - Fica terminantemente proibido eventos, encontros, reuniões com aglomerações de pessoas em residências sob pena de responsabilização administrativa e criminal do proprietário ou locatário da casa.

Art. 16 - Fica proibida a venda e comercialização de qualquer tipo de bebida alcoólica no Município de Santa Cruz do Xingu-MT, das 12h00min de sábado ate as 05h00min de segunda feira seguinte;

Art. 17 - As atividades escolares da rede pública municipal, bem como o transporte escolar, por tempo indeterminado, a título de antecipação do recesso previstas no calendário escolar de Santa Cruz do Xingu MT, para julho de 2020, podendo, ainda, a Secretaria Municipal de Educação regulamentar em outras datas a reposição para cumprimento do calendário escolar, e obediência a legislação pertinente, serão regulamentadas em ato do Secretário Municipal de Educação.

Art. 18 - Fica expressamente proibido a colocação de mesas e cadeiras para uso de clientes/consumidores, para fins de consumo de bebidas e alimentos em geral, nas dependências de bares, restaurantes, supermercados, padarias lanchonetes, casas noturna, e distribuidoras de bebidas. Em caso de descumprimento das orientações estipuladas, será aplicada multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 19 - Atendimento presencial ao público na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu.

Art. 20 - Eventuais reclamações, sugestões e questionamentos deverão ser encaminhados ao protocolo geral da prefeitura municipal de Santa Cruz do Xingu-MT com destinação ao Comitê de Enfrentamento ao Coronavirus (COD-19). visa@santacruzdoxingu.mt.gov.br

Art. 21 – Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública:

I - Adotem todos os meios necessários para o cumprimento das determinações constantes deste Decreto; e

II - Conscientizem seus funcionários quanto aos riscos do coronavírus e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, de retorno de viagem ou que tenham contato ou convívio direto com casos confirmados, prováveis ou suspeitos.

Art. 22º - Computam ainda como medidas preventivas para reduzir a capacidade de contágio do novo coronavírus:

I - Etiqueta respiratória;

II - Higienização com água e sabão ou álcool gel 70% frequente nas mãos;

III -Identificação e isolamento respiratório dos acometidos pela COVID-19;

IV - Uso de EPIs pelos profissionais da saúde, sem qualquer exceção;

V - Realização de triagem rápidas nas unidades de saúde para reduzir o tempo de espera e conseqüente possibilidade de transmissão;

VI -Manter os ambientes bem ventilados;

VII -Controle de visitas em hospital;

VIII -Suspensão de atividades que envolvam grupos da terceira idade;

Art. 23º - A unidade hospitalar, de atendimento, clínicas público ou particular que confirmarem a doença coronavírus (COVID-19), deverão imediatamente informar a Secretaria de Saúde.

Art. 24º - Os processos referentes aos assuntos relacionados ao enfrentamento do coronavírus de que trata este Decreto tramitarão em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades do município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Art. 25º - Para a operacionalização da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, deverá ser observada a regulamentação do Ministério da Saúde, realizada por meio da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020.

Parágrafo único. As exceções à operacionalização prevista na norma de que trata o caput deste artigo deverá ser avaliada e autorizada pelo Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT.

Art. 26º - O Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19, poderá determinar outras medidas preventivas que entenderem pertinentes e necessárias de acordo com especial situação vivenciada.

Art. 27º - Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação arbitrária de preços, sem justa causa, principalmente dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, sujeitando os infratores ás penalidades previstas na legislação específica.

Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario em especial o Decreto Municipal nº 039/2020, de 27 de Abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal

Santa Cruz do Xingu/MT em 02 de Junho de 2020.

.....

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2020

Extrato da Ata de Registro de Preços 009/2020

Processo Licitatório nº 014/2020,Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 007/2020, Objeto: o registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível, gás de cozinha, óleos lubrificantes/hidráulicos e aditivos para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu –MT.

Empresa detentora:J C MOREIRA DA SILVA CIA LTDA CNPJ: 01.501.665/0003-03

Item	Cód.	Cód. TCE	Descrição do Material	Marca	Unid.	Quant	R$ Unit.	R$ Total
1	28844	149108-3	**Combustível - gasolina, classificação comum, utilização automotivo, de acordo com a legislação vigente da ANP**	Ipiranga	LT	58600	4,66	273.076,00
2	28845	149109-1	**Combustível - óleo diesel, classificação comum, utilização automotivo, de acordo com a legislação vigente da ANP**	Ipiranga	LT	108500	3,25	352.625,00
3	34939	408225-7	Oleo hidráulico 68, balde de 20 litros	Lubrax	BAL	60	131,00	7.860,00
4	34935	375464-2	Óleo lubrificante - óleo mineral 15w40 API ci4, para motores diesel eletrônicos turbo, aplicação para motores a diesel, bombona de 20,(marcas aceitáveis: texaco, lubrax, castrol, shel ou equivalentes)	Lubrax	UND	140	232,00	32.480,00
5	34932	121905-7	Óleo lubrificante - tipo lubrificante, sintético, para motor, SAE/40, para motor diesel, galão de 20 lt	Jocle	UND	10	170,00	1.700,00
6	34933	55569-0	Óleo lubrificante - lubrificante, para diferencial, SAE 90, em recipiente apropriado, galão de 20 lt	Lubrax	UND	6	223,00	1.338,00
7	27258	238610-0	Substancia ou composto p/ limpeza - líquido de limpeza interna de radiador automotivo	Radiex	UND	50	15,00	750,00
Total: Seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e vinte e nove reais								669.829,00

NOME:J C MOREIRA DA SILVA & CIA LTDA
CNPJ: 01.501.665/0003-03
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 133596362
ENDEREÇO: AVENIDA DOS IMIGRANTES S,N, CENTRO, SANTA CRUZ DO XINGU-MT
TELEFONE: (66) 3554-2528 (66) 98429-1711
E-MAIL: financeiro@postodojanio.com.br
PROPRIETÁRIO: JANIO CARLOS MOREIRA DA SILVA, R.G. n° 2318903-2 DGPC/GO, CPF n° 370.428.311-87

Santa Cruz do Xingu-MT, 01 de Junho de 2020.

Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2020

Extrato da Ata de Registro de Preços 010/2020

Processo Licitatório nº 014/2020,Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 007/2020, Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível, gás de cozinha, óleos lubrificantes/hidráulicos e aditivos para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu –MT.

Empresa detentora:POSTO BEGE II LTDA**,** CNPJ: 07.248.318/0001-35

Item	Cód.	Cód. TCE	Descrição do Material	Marca	Unid.	Quant	R$ Unit.	R$ Total

1	34929	0006794	Botijao para gás – carga de gás GLP acondicionado em cilindro P45 retornável com controle de segurança testado,aprovado e lacrado para garantia de peso certo e qualidade.	Nacionalgas	UND	100	469,00	46.900,00
2	27260	375312-3	Desmineralizador arla 32, galão de 20 litros	Lubrax	UND	100	49,00	4.900,00
3	28674	11881-8	Gás liquefeito de petróleo - para cozinha, acondicionado em recipiente com capacidade para 13 kg, apresentado no estado liquido	Nacionalgas	UND	336	109,00	36.624,00
4	28846	399877-0	**Óleo combustível - diesel, S-10**	Petrobras	LT	82000	3,44	282.080,00
Total:Trezentos e setenta mil, quinhentos e quatro reais								370.504,00

NOME:POSTO BEGE II LTDA,
CNPJ: 07.248.318/0001-35
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13.306.841-2
ENDEREÇO: RUA 15, S/N LOTE 01 QUADRA 35, CENTRO, SANTA CRUZ DO XINGU-MT
TELEFONE:(66) 3554-1016
E-MAIL: geftany@grupobege.com.br
REPRESENTANTE LEGAL:GEFTANY CALISTA DA SILVA, R.G. n° 160792-6 SSP/GO, CPF n° 347.871.001-49

Santa Cruz do Xingu-MT, 01 de Junho de 2020.

Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2020

Extrato da Ata de Registro de Preços 008/2020

Processo Licitatório nº 014/2020,Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 007/2020, Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível, gás de cozinha, óleos lubrificantes/hidráulicos e aditivos para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu –MT.

Empresa detentora ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA ME, CNPJ: 27.331.614/0001-02

Item	Cód.	Cód. TCE	Descrição do Material	Marca	Unid.	Quant	R$ Unit.	R$ Total
1	34905	328180-9	Aditivo orgânico automotivos - para radiador, para veículos.	Radnaq	LT	60	17,00	1.020,00
2	27253	254169-6	Fluido de freio automotivo, frasco 500 ml	Radnaq	UND	164	14,00	2.296,00
3	34940	183067-8	Graxa - grafitada, cremosa, com viscosidade própria de graxa, para lubrificação de rolamentos, balde de 20 kg	Incol	UND	22	340,00	7.480,00
4	27254	406781-9	**Óleo lubrificante - lubrificante para motor 2 tempos, embalagem com 500ml**	Lubrax	UND	100	7,50	750,00
5	34941	375471-5	Óleo para transmissão oh 49tdx – atf	Radnaq	LT	400	19,00	7.600,00
6	34927	00016906	Óleo - lubrificante, 5W30 sintético, para motores automotivos a diesel (especial	Texsa	LT	200	29,00	5.800,00
7	34859	155134-5	Óleo lubrificante, motor a gasolina, 4 tempos, 15w50 (motocicleta)	Texsa	LT	120	14,00	1.680,00
8	34936	97851-5	Óleo lubrificante - lubrificante, para diferencial, 85 W140, para veículo diesel, galão de 20 lt	Multlub	UND	20	248,00	4.960,00
9	34943	390577-2	Óleo - lubrificante, para motores automotivos, 5w30,alcool ougasolina, sintético, (especial)	Texsa	LT	340	25,00	8.500,00
10	34942	409013-6	Óleo para máquinas pesadas, sistema de transmissão – 10 W 30, bombona de 20 lt.	Mlutlub	UND	30	290,00	8.700,00
Total: Quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e seis mil reais								48.786,00

NOME:ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA ME,
CNPJ: 27.331.614/0001-02
INSCRIÇÃO ESTADUAL:13.683.832-4
ENDEREÇO:RUA SANTO ANGELO, Nº 225, BAIRRO NOVA CANARANA CEP:78640-000, CANARANA-MT
TELEFONE:(66) 3478-3237
E-MAIL: sarathautomotivo@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL:ISAC SARATH DE ALMEIDA, R.G. n°1033026-7 SSP/MT, inscrito no CPF n° 627.666.191-00

Santa Cruz do Xingu-MT, 01 de Junho de 2020.

Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2020

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO, a fim de atender as Diversas Secretarias Municipais

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 024/2020, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 02/06/2020, sagrou-se vencedora as empresas, conforme segue:

3503	05.870.717/0001-08	STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA-				
Itens						
Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11557	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	TCL - TAC-09CSA	UNIDADE	30,0000	1.490,0000	44.700,0000
222840	AR CONDICIONADO SPLIT 36.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	ELGIN - PTFI36B2ID/ OUFE36B2NA	UNIDADE	10,0000	5.760,0000	57.600,0000
229417	AR CONDICIONADO SPLIT 60.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	ELGIN - PTFI60B2ID/ OUFE60B3NA	UNIDADE	4,0000	7.440,0000	29.760,0000
				Total Fornecedor:		132.060,00

3503	05.870.717/0001-08	STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA-				
Itens						
Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11557	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	TCL - TAC-09CSA	UNIDADE	30,0000	1.490,0000	44.700,0000
222840	AR CONDICIONADO SPLIT 36.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	ELGIN - PTFI36B2ID/ OUFE36B2NA	UNIDADE	10,0000	5.760,0000	57.600,0000
229417	AR CONDICIONADO SPLIT 60.000 BTUS - COM CERTIFICAÇÃO A DO PROCEL/INMETRO	ELGIN - PTFI60B2ID/ OUFE60B3NA	UNIDADE	4,0000	7.440,0000	29.760,0000
				Total Fornecedor:		132.060,00
				Total Geral:		351.200,00

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 02 de junho de 2020.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2020

Interessado: WAGNER SOARES DE LIMA

Por este edital, o **Município de santa rita do trivelato**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 42.055.960/0001-17, **com sede administrativa na Av. Flávio Luiz, nº 2. 201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, CEP: 78453-000, NOTIFICA o Sr. WAGNER SOARES DE LIMA, brasileiro, inscrito no CPF nº 021. 027.081-01, lotado no cargo de Pedreiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, acerca da decisão administrativa prolatada em 25 de maio de 2020 no Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2020, pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, Sr. Egon Hoepers, que, acolheu o relatório final da Comissão Disciplinar nomeada pela Portaria nº 0127, de 16 de março de 2020, e decidiu pela aplicação da pena de demissão por abandono de cargo em desfavor do Sr. WAGNER SOARES DE LIMA, nos termos do inciso II do art. 178 da Lei Complementar Municipal nº 064/2015, de 09 de abril de 2015.**

Fica o notificado ciente de que poderá interpor recurso administrativo contra a decisão administrativa no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação deste Edital, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 064/2015, de 09 de abril de 2015.

O recurso administrativo deverá ser protocolizado perante o Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, situado na Avenida Flávio Luiz, nº 2201, Centro, na cidade de Santa Rita do Trivelato – MT, CEP: 78.453-000.

Santa Rita do Trivelato, MT, 02 de junho de 2020.

LUCIANO POLETTO

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 003/2019 PRAZO E VALOR

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO,** Estado de Mato Grosso, devidamente inscrita no CNPJ sob **nº 04.253.983/0001-29**, situada na Avenida Flavio Luiz, 2060, Centro na cidade de Santa Rita do Trivelato**/MT,**neste ato representada pelo seu presidente Sr **Wanderson Pereira Dias,** portador da Cédula de Identidade **RG nº 1.792.692-0** SSP/MT e inscrito (a) no CPF/MF sob o **n.º 016.157.191-30**, doravante denominada a **empresa PENTAGONO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA,** situada na Rua das Primaveras, nº 129, Segundo Andar, Sala 04, Centro, Nova Mutum/MT, neste ato representado por seu sócio **PAULO HENRIQUE JUCHEM,** brasileiro, portador do RG nº 19358725 SSP/MT, e inscrito no CPF nº 030.517.771-02, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**,conforme as cláusulas e condições abaixo avençadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

Em consonância com a cláusula quinta, do Contrato de Prestação e Serviços nº **003/2019**, por meio deste termo aditivo dá-se a prorrogação de sua vigência para 03 de junho de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01.001.031.001.2001.33.90.39.00.00.00- Outro Serviço de Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR

Permanece **inalterado** o valor a ser adimplido a empresa mensalmente, qual seja**, R$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).** O valor Global perfaz, **R$ 8.160,00 (oito mil e cento e sessenta reais).**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato originário permanecerão inalteradas.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, comprometendo-se, na presença de duas testemunhas, a cumprirem na integras as cláusulas avançadas.

Santa Rita do Trivelato/MT, 03 de junho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CONTRATANTE

WANDERSON PEREIRA DIAS

PAULO HENRIQUE JUCHEM

PENTAGONO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA

CNPJ 19.697.300/0001-08

CONTRATADO

COMPRAS E LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – MT.

PREGÃO PRESENCIAL 018/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO

DE ADESÃO N° 004/2020

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – MT.

Da:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Para:

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: **SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO DE ADESÃO**

Senhor Prefeito,

Venho, através deste, primeiramente cumprimenta-lo cordialmente, bem como solicitar autorização para abertura de Processo Administrativo visando a **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – MT**, cujo objeto: AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS, cujo fornecedor registrado é a empresa **ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA.**

(doc. anexo).

Para fins probatórios da vantagem em efetivar a adesão, esta Secretaria realizou orçamentos junto aos fornecedores, para comparar os valores praticados em mercado. Em anexo, os orçamentos que comprovam todo o alegado.

Na oportunidade, informo que a necessidade da Adesão é para a quantidade e especificação mencionadas abaixo:

ITEM	Item /Especificações	Quant.	Valor Unitário	Valor total
06	CONTROLE E EMISSÃO DA NFS-E (CORE) – SERVIÇO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO PARA O SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRONICA	**12 MÊSES**	**R$ 1.600,00**	**R$ 19.200,00**

Desta forma, importante o processo de Adesão, buscando suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, no que diz respeito à necessidade da administração, permitindo o bom gerenciamento dos serviços e a economicidade na contratação, através de aquisições que sejam sempre as mais vantajosas para o Poder Público.

Sendo para o momento, ficamos no aguardo.

Santa Rita do Trivelato - MT, 2020.

MARLENE CORREIA CARNELOCCI

Secretária Municipal de Finanças

INSERIR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INCLUIR ORÇAMENTOS

Do:

GABINETE DO PREFEITO

Para:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: **AUTORIZAÇÃO PARA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Prezado Secretário,

Em decorrência da solicitação da Secretária Municipal de Finanças, para se realizar a **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – MT**, bem como pelo fato que entendo ser de

necessidade essencial para a administração, permitindo o bom gerenciamento dos serviços e a economicidade através da aquisição que seja sempre a mais vantajosa para o Poder Público.

Na oportunidade, determino que se consulte o Departamento de Contabilidade do Município, sobre a existência de Dotação Orçamentária apropriada no Orçamento Municipal do corrente exercício para a cobertura das despesas, bem como parecer jurídico sobre a possibilidade a referida contratação de via Adesão. Havendo previsão orçamentária e dotação e parecer favorável, **AUTORIZO** que seja providenciado o Processo Administrativo de **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – MT.**

Santa Rita do Trivelato - MT, 2020.

EGON HOEPERS
Prefeito Municipal

Da:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Para:

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Assunto: SOLICITA VERIFICAÇÃO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO

Senhor Contador,

Solicito verificação de dotação orçamentária, no orçamento vigente, no valor de **R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais),** objetivando a AQUISIÇÃO DE SOFTWARE para atender a Secretaria Municipal de Finanças.

Santa Rita do Trivelato - MT, em 2020.

LUCIANO POLETTO

Secretário Municipal de Administração

Da: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Para: PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

Assunto:PARECER JURÍDICO SOBRE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prezado Senhor,

Solicito a Vossa Senhoria, que seja elaborado parecer jurídico acerca da possibilidade de realizar a AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, mediante **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – MT.**

Santa Rita do Trivelato - MT, 28 de Maio de 2020.

LUCIANO POLETTO

Secretário Municipal de Administração

CERTIDÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARECER JURÍDICO

AO:

Secretário Municipal de Administração Nesta.

Assunto: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

Objeto de licitação: AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA - MT

Em conformidade com o que determina a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 065/2017, todos eles acompanhados de suas alterações posteriores, passo a emitir o seguinte Parecer Jurídico:

Antes de tudo, importante destacar que esta análise restringe-se aos aspectos legais, sem adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, tampouco no juízo de oportunidade e conveniência da contratação/aquisição pretendida.

A adesão à Ata de Registro de Preços por terceiros foi instituída pelo Decreto nº 3.931/01, conforme previsão do *caput* e § 3º, do art. 8º:

Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

(…)

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Cumpre salientar que o Decreto n° 3.931/01 foi inteiramente revogado pelo Decreto n° 7.892/2013 (art. 29, I), sendo este o dispositivo legal que passou a regulamentar o Sistema de Registro de Preços.

O Decreto n° 7.892/2013, em seu art. 22, estabelece:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

No mesmo sentido, visando a normatização em âmbito municipal, o Município de Santa Rita do Trivelato – MT editou o Decreto nº 065/2017, que em seu art. 8º, dispõe:

Art. 8° - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

A conjugação dessas disposições autoriza um órgão ou uma entidade da Administração, que não tenha participado da licitação, firmar contratos com base na Ata de Registro de Preços.

O tema é bastante polêmico, sendo comumente criticado por parte da doutrina e por alguns órgãos de controle, em razão de sua instituição ter ocorrido por decreto, sem amparo legal[1].

De acordo com essas manifestações, a contratação por adesão à Ata de Registro de Preços não atende o dever de licitar imposto pelo art. 37, inc. XXI, da Constituição da República, pois não é precedida de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, com base no disposto nos arts. 24 ou 25, da Lei nº 8.666/93.

A par dessa discussão, o TCU se posiciona pela legalidade do procedimento e admite que as entidades sob sua jurisdição utilizem o carona. Nesse sentido, o TCU teve a oportunidade de analisar a figura do carona, admitindo a sua regularidade como procedimento em tese[2]. É importante lembrar ao ensejo que essa Corte, além de ser o paradigma federal de controle externo, ainda possui a missão de delinear a jurisprudência sobre a aplicação da Lei de Licitações Contratos.

Esse delineamento é também um corolário natural do fato de que compete a União legislar privativamente sobre esse tema[3] e a esse Tribunal assegurar uma razoável uniformidade de entendimentos da esfera de controle[4].

Em tempo, em análise, solicita-se que sejam providenciadas as seguintes análises e providências: **a)** se existe vantagem que decorre da adesão à Ata de Registro de Preços esta comprovada nos autos; **b)** efetuar prévia consulta ao Órgão Gerenciador, tendo este autorizado à adesão; **c)** efetuar consulta ao licitante vencedor, o qual manifestou interesse em fornecer, **d)** os serviços pretendidos não excede o quantitativo do registro.

Portanto, em havendo o cumprimento das exigências indispensáveis para que este Municipio possa aderir à ata de registro, opinamos pela possibilidade da adesão.

Por derradeito, de suma importância esclarecer que o processo chegou até essa Procuradoria Jurídica com todos os valores de contratação e valores de desembolso estabelecidos pela Secretaria Municipal de Administração. Assim sendo, reservo-me do direito de não adentrar ao mérito no que diz respeito ao balizamento de preços, visto que este é de total e inteira responsabilidade da Secretaria interessada na contratação. Apenas alertamos que deverão selecionar o orçamento que melhor atenda o interesse público, devidamente justificado nos autos. Além do mais, indispensável que os processos de aquisição/contratação sejam instruídos com balizamento de preços obedecendo estritamente à determinação exarada na Resolução de Consulta n° 20/2016, do TCE/MT.

Desta forma, entendemos ser possível a contratação dos serviços em referência através da ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Santa Rita do Trivelato – MT, __ de maio de 2020.

_____

Procurador Jurídico do Município

OFÍCIO SOLICITAÇÃO – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A PREFEITURA

OFÍCIO SOLICITAÇÃO – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EMPRESA

- INCLUIR RESPOSTAS DOS OFÍCIOS

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Ao:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

Nesta.

DETERMINO e **AUTORIZO** abertura de Processo Administrativo visando a **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – MT**.

Atenciosamente,

Santa Rita do Trivelato - MT,02 DE JUNHO 2020.

EGON HOEPERS
Prefeito Municipal

ANEXAR A DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA

a) Cédula de Identidade ou documento oficial com foto, autenticada, de todos os sócios da empresa; b) Ato constitutivo, contrato social em vigor; c) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, ou alvará de Licença para Funcionamento, relativo ao domicilio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, em plena vigência. d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); e) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicilio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado; f) Certidão Negativa de Tributos Federais, unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida

Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; g) Certidão de Regularidade Tributos Municipais, relativo ao domicilio ou sede da licitante; h) Certidão de Regularidade junto à Fazenda Estadual, relativo a débitos estaduais, fornecida pela Secretaria de Fazenda Estadual, para fins de participação em licitações públicas, e a Certidão quanto a Dívida Ativa Estadual, fornecida pela Procuradoria Geral do Estado; i) Certidão Negativa de Débito (CND-FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fornecida pela Justiça do Trabalho.

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – MT,** cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA – CNPJ: 26.804.377/0003-59

Av. Natalino João Brescansin, n 499 – Sorriso/MT

ITENS, QUANTITATIVOS E VALORES CONTRATADOS:

ITEM	Item /Especificações	Quant.	Valor Unitário	Valor total
06	CONTROLE E EMISSÃO DA NFS-E (CORE) – SERVIÇO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO PARA O SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRONICA	**12 MÊSES**	**R$ 1. 600,00**	**R$ 19. 200,00**

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 JUNHO de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO N°018/2020

MINUTA DO CONTRATO Nº /2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE** SANTA RITA DO TRIVELATO **- MT** E A EMPRESA ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA.

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, de um lado o **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, **inscrita no CNPJ sob o n.º 04.205.596/0001-17**, com sede Paço Municipal Av. Flávio Luiz, s/nº2.201, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **EGON HOEPERS**, brasileiro, casado, Ordenador de Despesas, portador da Cédula de Identidade RG nº 501.603 SSP/MT e do CPF nº 100. 605.709-97, residente e domiciliado, nesta cidade de Santa Rita do Trivelato/MT, doravante denominado **"CONTRATANTE"**, e do outro lado a empresa , **ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o n.º26.804.377/0003-59**, e Inscrição Estadual isento estabelecida a AV. Natalino João Brescansin, n.º 499, Bairro Centro, cidade de Sorriso/MT, neste ato representada pelo Sr. **AURISMAR ZONATO**, portador do CIRG n.º **8.231.302 SSP/SP** e CIC n.º **725.141.088-53** doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, tendo em vista o contido no Processo de Licitação de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020,** ajustam e celebram o presente contrato, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação por prazo determinado de empresa especializada em software de gestão pública integrada para fornecimento de licenças de uso (locação) com acesso ilimitado de usuários, Controle e Emissão de NFS-e, isso com pleno atendimento à Lei N° 4.320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT, conforme as condições e especificações técnicas mínimas constantes neste Edital e seus Anexos, para atendimento a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, conforme planilhas abaixo e proposta do Pregão Presencial nº 018/2020:

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MÉDIA	TOTAL
1	238089	CONTROLE DE EMISSÃO DA NFS-E (CORE) - SERVIÇO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO PRA O SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRONICA ATRAVÉS DE CERTIFICADO DIGITAL, DO TIPO A3 EM MIDIA DE CARTÃO SMARTCARD, EMITIDO POR AUTORIDADE CERTIFICADORA VINCULADA ICP - BRASIL, COM VALIDADE DE 03 (TRÊS) ANOS, CRIPTOGRAFIA DE 128 BITS.	MÊSES	12	R$ 1. 600,00	R$ 19. 200,00

1.2. Fica a CONTRATANTE ciente que os programas, objeto deste contrato são de propriedade única e exclusiva da CONTRATADA, ficando proibido qualquer desenvolvimento dos programas ou eventual sublocação dos mesmos por parte da CONTRATANTE, sendo os direitos da CONTRATANTE restritos ao uso de tais programas. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1. Conforme proposta apresentada e adjudicada, o valor global do contrato é de R$ 19.200,00 (Dezenove mil e duzentos reais). 2.2. O valor do contrato ajustado entre as partes será liquidável da seguinte forma: a) Licença de uso e manutenção operacional e provimento de data center: pagamento em parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela no 30º (trigésimo) dia da instalação dos softwares e as demais sucessivamente sempre de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias. 2.3. Os pagamentos só serão efetuados mediante apresentação da documentação fiscal, devidamente atestada pela administração. 2.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo que o prazo para pagamento fluirá após a reapresentação das notas fiscais/faturas. 2.5. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento. 2.6. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 2.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. A presente contratação se dá em regime de prestação de serviços sem vínculo empregatício, por regime de preço global.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. Os Serviços contratados deverão ser executados pelo período de 12 (doze) meses, com inicio dos trabalhos a partir da assinatura do contrato. 4.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços de conversão, migração, implantação e customização de banco de dados e treinamento de usuários, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, com prazo máximo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos. 4.3. Os serviços do objeto serão instalados no prédio da Prefeitura Municipal e respectivos departamentos. **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1. O presente contrato terá vigência a partir do dia de sua assinatura até o dia de de , podendo ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE nos termos da legislação pertinentes à licitações e contratos públicos, bem como poderá ser prorrogado por termo aditivo, nas hipóteses previstas no artigo 57 §1º da Lei Federal nº 8.666/93, mediante prévia justificativa.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. O Contrato poderá ser alterado e revistos seus preços de acordo com o estabelecido no Artigo 65 e seus parágrafos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes deste instrumento, correrão por conta da classificação e dotações orçamentárias abaixo especificadas, e consignadas no Orçamento Programa previsto para o corrente exercício, na seguinte Rubrica:

– Secretaria Municipal de Finanças Dotação: 0090 – 04.001.04.123.0022.2006-33.90.40.00.00.00 Fonte: 0.1.00.00.00.00 Recursos Ordinários CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços contratados rigorosamente de acordo com as disposições previstas neste contrato, obedecendo integralmente às normas técnicas vigentes ou fornecidas pelo município, e ainda:

a) manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; b) executar os serviços de acordo com o prazo e condições avençados no presente contrato. c) implantar versões atualizadas dos programas, corrigirem erros, defeitos ou falhas que os softwares possam apresentar; d) colocar seus consultores técnicos internos e externos a disposição da CONTRATANTE, quando necessário, para prestar acompanhamento técnico nas áreas dos serviços contratados; e) manter na execução dos serviços, o pessoal profissional e qualificado, bem como o equipamento necessário, podendo, porém a fiscalização da Prefeitura exigir em ambos os casos e a qualquer momento, o aumento, substituição ou redução dos mesmos, de acordo com as necessidades detectadas; f) prestar atendimento por telefone e acesso remoto; g) prestar atendimento “in loco” quando solicitado, devendo ser enviado à Entidade, cronograma referente a tal atendimento. h) após a entrega definitiva das soluções informatizadas, os profissionais da contratada deverão efetuar os treinamentos dos servidores da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT que estarão diretamente ligadas à operacionalização e as rotinas de cada software/sistema, responsabilizando-se por todas as despesas de transporte, alimentação, diárias, hospedagens dos instrutores do treinamento. i) oferecer suporte de Helpdesk, através de comunicação telefônica com serviço 0800, serviços de mensagens instantâneas, software de comunicação falada, escrita, áudio e vídeo via Internet/web, serviço de publicação de dúvidas mais frequentes, fóruns de discussão, serviço de FTP (transmissão remota de arquivos), comunicação remota, inclusive com acesso aos bancos de dados, para esclarecimento de dúvidas operacionais, envolvendo procedimentos, processamentos, cálculos, emissão de relatórios, parametrização dos aplicativos, erros de programas, erros de banco de dados; j) disponibilizar portal na internet/web de acesso da entidade, onde poderão ser solicitados os atendimentos de manutenção e consultoria técnica, bem como a solicitação de melhorias nos softwares licitados. k) havendo ausência ou impedimento de algum profissional a empresa deverá substituí-lo imediatamente por outro igualmente qualificado e habilitado tecnicamente através de comprovação documental a ser apresentada e com a aprovação da contratante; l) responsabilizar-se pelo pagamento dos vencimentos dos seus funcionários, bem como, pelo cumprimento de todas as obrigações legais de qualquer natureza para com os mesmos, notadamente àquelas referentes às leis trabalhistas, ficando, dessa forma, expressamente excluída a responsabilidade da CONTRATANTE, sobre o direito aos quais fazem jus esses trabalhadores em razão dos serviços prestados; m) responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causarem aos terceiros em virtude da execução dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores; n) responsabilizar-se por todo e qualquer ato e omissão praticados pelos seus empregados no desempenho de seus serviços, contra a administração, seus servidores e/ou terceiros, bem assim no que concerne aos danos a que vier causar a CONTRATANTE; o) assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução dos serviços objeto deste contrato; p) disponibilizar estrutura de datacenter com capacidade de processamento (links, servidores, no-breaks e fonte alternativa de energia) próprio ou contratado, na qual efetuar-se-á a manutenção de informações da Prefeitura de Santa Rita do Trivelato/MT. O funcionamento do datacenter deverá ser garantido por tecnologia de virtualização e/ou redundância, de forma a garantir a máxima disponibilidade funcional. Servidor de banco de dados, servidor de aplicativos e servidor de firewall, deverão ser dimensionados para atendimento satisfatório da demanda objeto deste termo de referência, com programas básicos e demais recursos necessários ao provimento, instalado, configurado e em condições de uso. A plataforma de hardware do datacenter da Proponente, deve atender a demanda gerada pela utilização do objeto do presente termo de referência, comprometendo-se a contratada a efetuar o(s) eventual(is) upgrade(s) necessários ao bom funcionamento do projeto. q) efetuar as modificações decorrentes de imposição legal a serem inseridas nos softwares, sem ônus para a CONTRATANTE, de modo que a implementação ocorra a tempo de ser atendida a determinação contida na lei, decreto ou regulamento pertinente; r) permitir e facilitar a inspeção pela fiscalização, auditoria dos órgãos responsáveis, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços; s) guardar absoluto sigilo sob todas as informações recebidas da CONTRATANTE, tal qual como daquelas por si levantadas aos quais não poderão ser utilizadas para finalidades outras que não a do cumprimento do contrato. t) responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura. u) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; v) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega; w) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. x) aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato; **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. O CONTRATANTE se responsabilizará em:

a) oferecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar o objeto contratado. b) efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados neste contrato. c) designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do contrato, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93. d) notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção. e) fiscalizar livremente a execução, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução das mesmas. f) oferecer um ambiente operacional adequado e de acordo com as especificações da Contratada, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma. g) possuir estrutura de rede e configuração adequada do servidor, a fim de evitar problemas de performance dos softwares. h) manter o processo de gerenciamento, atualização e backup da base de dados. i) acompanhar a entrega, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, a entrega dos serviços fora das especificações deste contrato. 9.2 A CONTRATANTE compromete-se a usar os softwares somente dentro das normas e condições estabelecidas neste contrato e durante a vigência do mesmo. 9.3 Obriga-se a CONTRATANTE a não entregar os softwares nem permitir seu uso por terceiros, resguardando, da mesma forma, manuais, instruções e outros materiais licenciados, mantendo- os no uso restrito de seus agentes e prepostos, sendo-lhe vedado copiar, alterar, ceder, sublicenciar, vender, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir, total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, onerosas ou gratuitas, provisórias ou permanentes, os softwares objetos do presente contrato. De igual forma lhe é vedado modificar as características dos programas, módulos de programas ou rotinas dos softwares, ampliá-los, alterá-los de qualquer forma, sem a prévia, expressa, específica e autorizada anuência da CONTRATADA, sendo certo que quaisquer alterações, a qualquer tempo, por interesse da CONTRATANTE, só poderá ser operada pela CONTRATADA ou pessoa expressamente autorizada pela mesma. **CLÁUSULA DÉCIMA – LIMITAÇÕES DE SERVIÇOS:**

10.1. Os serviços previstos no presente contrato, não incluem reparos de problemas causados por: a) Condições ambientais de instalação ou falhas causadas pela ocorrência de defeito na climatização ou condições elétricas inadequadas. b) Vírus de computador e/ou assemelhados. c) Acidentes, desastres naturais, incêndios ou inundações, negligência, mau uso, imperícia, atos de guerra, motins, greves e outros acontecimentos que possam causar danos nos programas, bem como, transporte inadequado de equipamentos. d) Uso indevido dos programas licenciados, problemas na configuração de rede, uso de rede incompatível, uso indevido de utilitário ou de computador. 10.2. A contratada fornecerá serviços somente para a versão corrente contratada e instalada. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REVISÃO DE PREÇOS**

11.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado. 11.2. À CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular a administração requerimento para a revisão dos preços contratados, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela. 11.3. Os preços praticados poderão sofrer alterações obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei n° 8.666/93. 11.4. O preço contratado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens contratados, cabendo a CONTRATANTE negociar junto aos fornecedores. 11.5. A cada pedido de revisão de preço deverá à CONTRATADA comprovar e justificar as alterações havidas à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço. 11.6. No caso da CONTRATADA serem revendedor ou representante comercial deverão demonstrar de maneira clara, a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com Notas Fiscais de Fábrica/Indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de Custos). 11.7. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o CONTRATANTE adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias. 11.8. O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Contratada serão mantidos durante toda a vigência do contrato. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste contrato. 11.9. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a contratada, mediante correspondência, redução do preço contratado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado. 11.10. Não serão reconhecidos e nem analisados pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos no pedido. 11.11. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços inexequíveis (mergulho) propostos durante a licitação. Solicitações dessa natureza serão apenas analisadas, porém indeferidas pela Administração. 11.12. Para todos os efeitos, contar-se-á o prazo para concessão de reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro, a partir do dia em que a contratada manifestar-se perante a Administração. Sob nenhum pretexto haverá reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro retroativo. Não haverá reajuste/ reequilíbrio econômico automático, devendo, por conseguinte, haver o requerimento da empresa. 11.13. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste contrato. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS**

12.1. Fica atribuída a CONTRATADA em caso de não cumprimento com as suas obrigações assumidas ou preceitos legais através do presente instrumento as seguintes penalidades: a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor da contratação; b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), sobre o valor da contratação, aplicado sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso. 12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial da entrega dos serviços, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93: a) Advertência por escrito; b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos. d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei

n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002; 12.3. Se a CONTRATADA não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura; 12.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a CONTRATADA da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura. 12.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis. 12.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo; 12.7. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2. letras “c” e “d”, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO** 13.1. Pelo regime Jurídico dos Contratos Administrativos, instituído no Art. 58, Inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e seus complementos, ficam conferidos à CONTRATANTE prerrogativas para a rescisão unilateral do presente instrumento, independente de Notificação ou Interpelação Judicial, pelos seguintes motivos:

a)- no caso de dolo, simulação ou fraude na entrega dos serviços;

b)- inobservância das normas, leis e diretrizes que regem a presente contratação;

c)- o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, regulamentos ou prazos;

d)- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, regulamentos ou prazos; e)- a lentidão de seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega dos serviços nos prazos estipulados;

f)- razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas

g)- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução do presente contrato;

h)- por iniciativa das partes, mediante notificação por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias, desde que todos os compromissos assumidos estejam cumpridos até tal data.

13.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, previstos no Art. 77, da Lei Federal 8.666/93, e assume integral responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão por sua culpa acarretar, além do pagamento da multa contratual estabelecida neste termo. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

14.1. A CONTRATANTE, exercerá o acompanhamento da execução do contrato, designando formalmente, para esse fim, um representante, como Fiscal do Contrato, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas da parte contratada, cabendo-lhe o recebimento e “atesto” dos serviços e o encaminhamento do(s) recibo(s) para pagamento na forma estabelecida neste contrato. 14.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas, pela CONTRATANTE, no livro de ocorrências, constituindo tais registros, documentos legais. 14.3. Fica designado através da Portaria da Licitação nº / , os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe.

SERVIDOR	NOME	MATRÍCULA
TITULAR		
SUPLENTE		

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PROCESSO

15.1. O presente contrato é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 029/2019, oriunda do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 021/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

16.1. O objeto do presente contrato não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Este contrato obedecerá às determinações da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8883/94 e demais disposições aplicáveis quando couber. 17.2. A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para exercer suas atividades comerciais, se responsabilizando integralmente por esta informação. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS CERTIDÕES**

18.1 - Foram apresentadas as certidões obrigatórias exigidas por Lei conforme abaixo:

CERTIDÃO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE	Nº DA CERTIDÃO
FGTS			
INSS			

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Mutum - MT, por mais privilegiado que outro possa ser. 19.2. E por estarem justos e contratados, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Santa Rita do Trivelato/MT, junho de 2020.

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Testemunha Testemunha

CPF CPF

[1] Nesse sentido se forma a orientação do prof. Joel de Menezes Niebuhr. (NIEBUHR, Joel de Menezes. Carona em ata de registro de preços – Atentado veemente aos princípios de Direito Administrativo. Revista Zênite de Licitações e Contratos – ILC. Curitiba: Zênite, n. 143, p. 13, jan. 2006, seção Doutrina/Parecer/Comentários.).

[2] O TCU considerou regular a utilização de Sistema de Registro de Preços para a contratação de operadora de planos de saúde, impondo a condição de o edital vedar a utilização da ata de

registro de preços por órgãos/entidades não-participantes. Embora não apresentando restrições à tese de adesão de não participantes – caronas – nesse caso específico, entendeu não haver possibilidade de aferir se o preço vencedor será mais vantajoso ou compatível com a faixa etária do quadro de pessoal do "carona", pois o valor original da contratação é vinculado às peculiaridades das faixas etárias do pessoal do órgão gerenciador. TCU - Plenário. Processo TC n.º 004.709/2005-3. Acórdão 668/2005

[3] Art. 22, inc. XXVII, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 19 de 4 de junho de 1998.

[4] Nesse sentido dispõe a súmula 222 do Tribunal de Contas da União: "As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

COMPRAS E LICITAÇÃO
QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 053/2019

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 053/2019, REFERENTE À AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ARES CONDICIONANDOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA ALEXANDRO MARQUES DA SILVA 70231455160 – ME – CNPJ: 27624.682/0001-60.

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS,** no exercício de seu mandato, e, de outro lado, a empresa **ALEXANDRO MARQUES DA SILVA 70231455160 – ME – CNPJ: 27624.682/0001-60 com sede na cidade de Santa Rita do Trivelato MT**, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, bem como aplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas constantes das Leis 8.666/93 e suas alterações, e das demais normas legais aplicáveis, firmam o presente Termo de Apostilamento, obedecidas as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a transferência do saldo entre as secretarias e dotações orçamentárias para o empenho das despesas relativas ao Contrato n° 053/2019, previstas na Cláusula Sexta. 1.2. Saldo secretaria de ESPORTE:

231. 376	**CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECARGA DE GAS R22 100%, PARA AR CONDICIONADO ACIMA DE 9.000 ATE 12.000 BTU'S**					
	11/001 - 00000001	000256/2018			19,0000	4.180,0000
	19,0000	4. 180,0000	0,0000	0,0000	19,0000	0,0000

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas relativas ao Contrato passaram a ser empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, e com os respectivos saldos:

2.2. Saldo transferido para secretaria de GABINETE:

231. 376	**CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECARGA DE GAS R22 100%, PARA AR CONDICIONADO ACIMA DE 9.000 ATE 12.000 BTU'S**					
	02/001 - 00000001	000256/ 2018			4,000	660,00
	1,0000	660,00	0,0000	0,0000	1,000	0,0000

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo de Apostilamento está amparado pelo artigo art. 65, §8º, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores.

Assinam o presente instrumento as partes envolvidas no processo originário, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03/02/2020.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

EGON HOEPERS

CONTRATANTE

ALEXANDRO MARQUES DA SILVA

EMPRESA CONTRATADA

Testemunhas:

Pierre Francis Haubricht Maria Cilene Pereira

CPF: 014.981.911-00 CPF: 655.749.661-15

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 053/2019

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 053/2019, REFERENTE À AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ARES CONDICIONANDOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA ALEXANDRO MARQUES DA SILVA 70231455160 – ME – CNPJ: 27624.682/0001-60.

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS,** no exercício de seu mandato, e, de outro lado, a empresa **ALEXANDRO MARQUES DA SILVA 70231455160 – ME – CNPJ: 27624.682/0001-60 com sede na cidade de Santa Rita do Trivelato MT**, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, bem como aplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas constantes das Leis 8.666/93 e suas alterações, e das demais normas legais aplicáveis, firmam o presente Termo de Apostilamento, obedecidas as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a transferência do saldo entre as secretarias e dotações orçamentárias para o empenho das despesas relativas ao Contrato n° 053/2019, previstas na Cláusula Sexta. 1.2. Saldo secretaria de ESPORTE:

231.378	**CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECARGA DE GAS R22 100%, PARA AR CONDICIONADO ACIMA DE 18.000 ATE 24.000 BTU'S**					
	11/001 - 00000001	000256/2018			20,0000	5.000,0000
	20,0000	5.000,0000	0,0000	0,0000	20,0000	0,0000

231.383	**CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECARGA DE GAS R410 100%, PARA AR CONDICIONADO ACIMA DE 9.000 ATE 12.000 BTU'S**					
	11/001 - 00000001	000256/2018			21,0000	6.720,0000
	21,0000	6.720,0000	0,0000	0,0000	21,0000	0,0000

1.3. Saldo secretaria de Administração:

231.403	**CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESMONTAR EVAPORADORA E CONDENSADORA, COM SUBSTITUICAO DE PECAS DESGASTADAS, FORNECIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA AR CONDICIONADO ATE 9.000 BTU'S**					
	03/001 - 00000001	000256/2018			9,0000	1.350,0000
	9,0000	1.350,0000	0,0000	0,0000	9,0000	0,0000

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas relativas ao Contrato passaram a ser empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, e com os respectivos saldos:

2.2. Saldo transferido para secretaria de Educação:

231.378	**CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECARGA DE GAS R22 100%, PARA AR CONDICIONADO ACIMA DE 18.000 ATE 24.000 BTU'S**					
	11/001 - 00000001	000256/2018			4	1.000,00
	4,0000	250,00	0,0000	0,0000	1	

231.383	**CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECARGA DE GAS R410 100%, PARA AR CONDICIONADO ACIMA DE 9.000 ATE 12.000 BTU'S**					
	07/002 - 00000003	000256/2018			2,00	640,00
	1	320,00	0,0000	0,0000	1,00	

231.403	**CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESMONTAR EVAPORADORA E CONDENSADORA, COM SUBSTITUICAO DE PECAS DESGASTADAS, FORNECIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA AR CONDICIONADO ATE 9.000 BTU'S**					
	07/002 - 00000003	000256/2018			3,0000	450,0000
	1,0000	150,00	0,0000	0,0000	1,0000	0,0000

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo de Apostilamento está amparado pelo artigo art. 65, §8º, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores.

Assinam o presente instrumento as partes envolvidas no processo originário, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03/02/2020.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

EGON HOEPERS

CONTRATANTE

ALEXANDRO MARQUES DA SILVA

EMPRESA CONTRATADA

Testemunhas:

Pierre Francis Haubricht Maria Cilene Pereira

CPF: 014.981.911-00 CPF: 655.749.661-15

COMPRAS E LICITAÇÃO
QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 053/2019

QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 053/2019, REFERENTE À AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ARES CONDICIONANDOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA ALEXANDRO MARQUES DA SILVA 70231455160 – ME – CNPJ: 27624.682/0001-60.

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS,** no exercício de seu mandato, e, de outro lado, a empresa **ALEXANDRO MARQUES DA SILVA 70231455160 – ME – CNPJ: 27624.682/0001-60 com sede na cidade de Santa Rita do Trivelato MT**, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, bem como aplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas constantes das Leis 8.666/93 e suas alterações, e das demais normas legais aplicáveis, firmam o presente Termo de Apostilamento, obedecidas as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a transferência do saldo entre as secretarias e dotações orçamentárias para o empenho das despesas relativas ao Contrato n° 053/2019, previstas na Cláusula Sexta. 1.2. Saldo secretaria de ADMINISTRAÇÃO:

231.403	**CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESMONTAR EVAPORADORA E CONDENSADORA, COM SUBSTITUICAO DE PECAS DESGASTADAS, FORNECIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA AR CONDICIONADO ATE 9.000 BTU'S**						
	03/001 - 00000001	000256/2018			9,0000	1.350,0000	
	9,0000	1.350,0000	0,0000	0,0000	9,0000	0,0000	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas relativas ao Contrato passaram a ser empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, e com os respectivos saldos:

2.2. Saldo transferido para secretaria de GABINETE:

231.403	**CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESMONTAR EVAPORADORA E CONDENSADORA, COM SUBSTITUICAO DE PECAS DESGASTADAS, FORNECIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA AR CONDICIONADO ATE 9.000 BTU'S**						
	05/001 - 00000001	000256/2018			3,0000	450,00	
	3,0000	150,00	0,0000	0,0000	3,0000	0,0000	

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo de Apostilamento está amparado pelo artigo art. 65, §8º, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores.

Assinam o presente instrumento as partes envolvidas no processo originário, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Rita do Trivelato – MT, 20/02/2020.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

EGON HOEPERS

CONTRATANTE

ALEXANDRO MARQUES DA SILVA

EMPRESA CONTRATADA

Testemunhas:

Pierre Francis Haubricht Maria Cilene Pereira

CPF: 014.981.911-00 CPF: 655.749.661-15

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0256/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ANTONIO EMILIANO NEVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** "licença prêmio" ao servidor **ANTONIO EMILIANO NEVES,** portador do RG nº. 523683 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.685.691-72**,lotado na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de Motorista,** com sua vigência de 01/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 JUNHO DE 2020.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

A Prefeitura Municipal de Santo Afonso, CNPJ nº **37.464.161/0001-46,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a Pavimentação asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais em diversas Ruas da Gleba União Distrito do município de Santo Afonso/MT.

SETOR DE LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2020

EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO 002/2020

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por seu gestor Municipal, Sr. Joabe Almeida dos Santos, torna público aos interessados o **extrato da dispensa de licitação de n° 002/2020** em conformidade com a lei de licitações 8.666 de 21 Junho de 1993 e seus modificações, bem como Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, (Covide 19). A presente dispensa de licitação prescinde em **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FAVORECIDA: BR DANTAI DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA** , **CNPJ: 10.761.735/0001-91**. Tem o presente termo de dispensa o valor global de **R$- 7.857,79 (Sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos).**

Santo Afonso – MT, 29 de Maio de 2020.

Joabe Almeida dos Santos - Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE AÇÃO ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO TAVARES DA SILVA

Níveis de Educação: Ensino Fundamental – I e II Ciclo

Modalidade: Educação Remota

Período: Mês de Maio de 2020 – 20 dias Letivos

APRESENTAÇÃO

A situação atual na qual estamos vivendo parece irreal. De repente todo o mundo toma outra configuração em consequência de uma pandemia e emerge a necessidade de reconfigurar o cotidiano. O Brasil e o mundo, com inúmeros esforços, trabalham para conter o aumento de pessoas com a Covid-19. Muitas são as medidas para evitar a disseminação do vírus, como o distanciamento social e a quarentena. Tais medidas têm impactado a vida da população em diversos setores, inclusive na educação.Com estas medidas adotadas, escolas públicas e privadas de todo o país tiveram que suspender as aulas.

A Escola Municipal Sebastião Tavares da Silva, atendendo as normatizações da Organização Mundial de Saúde e amparada pelas legislações Federais, estaduais e municipais no dia 20 de março de 2020 suspendeu temporariamente as aulas presenciais, a priori até o dia 30 de abril de 2020 e posteriormente por tempo indeterminado na tentativa de minimizar o contágio pelo vírus entre profissionais da educação e alunos, com possíveis proliferações as famílias, especialmente aos idosos e\ou pessoas com quadros de morbidades. É essencial ressaltar e agradecer a Deus porque até a presente data não há nem um caso suspeito no município rogando que assim permaneça até o fim desta trágica catástrofe.

Conforme orientados pela Secretaria Municipal de Educação de Santo Afonso, em cumprimento as normatizações dos órgãos superiores emerge a regulamentação para desenvolver planos de aulas remotos visando preservar o cômputo de 800 horas anuais. No mês de maio a referida instituição iniciou com as aulas remotas, mas preocupada se esta modalidade temporária de ensino proporcionará o cumprimento no disposto do artigo 205 da Constituição Federal que rege: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

O desafio é grande, as reflexões constantes, pois o momento configura a introdução de propostas diferenciadas para gestores, professores, pais e alunos. Novas ideias têm que ser fomentadas e praticizadas por todos os atores de uma comunidade escolar, pois formas de ensino e aprendizagem deverá acontecer sem a presença física do aluno e professor no espaço físico da escola, ou ambientes afins. As residências passam a serem os espaços pedagógicos da atualidade, planos e aulas ganham uma nova dimensão, o ensino a distância e o uso de ferramentas muitas vezes não dominadas

pelos educadores e familiares tem que tornar realidade. No cenário de incertezas sabemos que é o momento ideal para colocarem-se em práticas novas ideias e fomentar as aprendizagens ativas, visando o ensino de qualidade para todos.

É neste cenário que esta instituição de ensino apresenta o plano Pedagógico para o mês de maio de 2020, na esperança que logo tudo voltará à normalidade, com a consciência de que o distanciamento social é uma forma de amor onde eu cuido de você e você cuida de mim, para ao retornamos para a escola todos nos encontrarmos e termos vivido um episódio mundial da história, que uniu nações, raças e classes sociais em torno de um mesmo ideal: o fim da Pandemia da Covid-19.

Plano de Ação Pedagógica para o mês de maio I e II Ciclo do Ensino Fundamental

I Ano

1º ano do Ensino Fundamental

Plano de aprendizagem mês de maio: linguagens			
PORTUGUÊS			
CAMPOS DE ATUAÇÃO	**PRATICAS DE LINGUAGEM**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Escrita (compartilhada e autônoma)	Correspondência fonema-grafema	(EF01LP02) Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética – usando letras/grafemas que representem fonemas.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Conhecimento do alfabeto do português do Brasil	(EF01LP04) Distinguir as letras do alfabeto de outros sinais gráficos.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Construção do sistema alfabético	(EF01LP05) Reconhecer o sistema de escrita alfabética como representação dos sons da fala.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	(EF01LP06) Segmentar oralmente palavras em sílabas.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	(EF01LP08) Relacionar elementos sonoros (sílabas, fonemas, partes de palavras) com sua representação escrita.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	(EF01LP09) Comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças entre sons de sílabas iniciais, mediais e finais.
CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA	Oralidade	Planejamento de texto oral Exposição oral	(EF01LP23) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, entrevistas, curiosidades, dentre outros gêneros do campo investigativo, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Oralidade	Oralidade pública/ Intercâmbio conversacional em sala de aula	(EF15LP09) Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor e usando a palavra com tom de voz audível, boa articulação e ritmo adequado.

Plano de aprendizagem mês de maio: linguagens		
ARTES		
Artes visuais	Materialidades	(EF15AR04) Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.
Dança	Contextos e práticas	(EF15AR08) Experimentar e apreciar formas distintas de manifestações da dança presentes em diferentes contextos, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório corporal. **(EF15AR08.1MT) Experimentar e apreciar formas distintas de dança em Mato Grosso, articulando Educação Física e Arte (danças regionais).**
Educação Física		
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	(EF12EF02) Explicar, por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral e escrita), as brincadeiras e os jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e valorizando a importância desses jogos e brincadeiras para suas culturas de origem.
Danças	Danças do contexto comunitário e regional	(EF12EF11) Experimentar e fruir diferentes danças do contexto comunitário e regional (rodas cantadas, brincadeiras rítmicas e expressivas), e recriá-las, respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal.
ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS: CIÊNCIAS		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Matéria e energia	Características dos materiais	(EF01CI01) Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente.
Vida e evolução	Corpo humano Respeito à diversidade	(EF01CI02) Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções.
Vida e evolução	Corpo humano Respeito à diversidade	(EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde.
ÁREA DE CONHECIMENTO: MATEMÁTICA		
UNIDADES TEMÁTICAS	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO
Números	EF01MA01) Utilizar números naturais como indicador de quantidade ou de ordem em diferentes situações cotidianas e reconhecer situações em que os números não indicam contagem nem ordem, mas sim código de identificação.	Contagem de rotina Contagem ascendente e descendente Reconhecimento de números no contexto diário: indicação de quantidades, indicação de ordem ou indicação de código para a organização de informações

Números	(EF01MA03) Estimar e comparar quantidades de objetos de dois conjuntos (em torno de 20 elementos), por estimativa e/ou por correspondência (um a um, dois a dois) para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”.	Quantificação de elementos de uma coleção: estimativas, contagem um a um, pareamento ou outros agrupamentos e comparação
Números	(EF01MA06) Construir fatos básicos da adição e utilizá-los em procedimentos de cálculo para resolver problemas.	Construção de fatos básicos da adição
Grandezas e medidas	(EF01MA17) Reconhecer e relacionar períodos do dia, dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, quando necessário.	Medidas de tempo: unidades de medida de tempo, suas relações e o uso do calendário
Grandezas e medidas	(EF01MA18) Produzir a escrita de uma data, apresentando o dia, o mês e o ano, e indicar o dia da semana de uma data, consultando calendários.	Medidas de tempo: unidades de medida de tempo, suas relações e o uso do calendário
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS		
GEOGRAFIA		
TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Mundo do trabalho	**Diferentes tipos de trabalho existentes no seu dia a dia**	**(EF01GE07) Descrever atividades de trabalho relacionadas com o dia a dia da sua comunidade.**
Formas de representação e pensamento	Pontos de referência	(EF01GE08) Criar mapas mentais e desenhos com base em itinerários, contos literários, histórias inventadas e brincadeiras.
HISTÓRIA		
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As fases da vida e a ideia de temporalidade (passado, presente, futuro)	(EF01HI01) Identificar aspectos do seu crescimento por meio do registro das lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade.
Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo	A vida em família: diferentes configurações e vínculos	(EF01HI06) Conhecer as histórias da família e da escola e identificar o papel desempenhado por diferentes sujeitos em diferentes espaços.
EDUCAÇÃO RELIGIOSA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Identidades e alteridades	O eu, o outro e o nós	(EF01ER01) Identificar e acolher as semelhanças e diferenças entre o eu, o outro e o nós.
Identidades e alteridades	O eu, o outro e o nós	(EF01ER02) Reconhecer que o seu nome e o das demais pessoas os identificam e os diferenciam.

2º ano do Ensino Fundamental

Plano de aprendizagem mês de maio: linguagens			
PORTUGUÊS			
CAMPOS DE ATUAÇÃO	**PRATICAS DE LINGUAGEM**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Decodificação/ Fluência a de leitura	(EF12LP01) Ler palavras novas com precisão na decodificação, no caso de palavras de uso frequente, ler globalmente, por memorização. .
CAMPO DA VIDA PÚBLICA	Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Forma de composição do texto	(EF12LP16) Identificar e reproduzir, em anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil (orais e escritos, digitais ou impressos), a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive o uso de imagens.
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO	Oralidade	Contagem de histórias	(EF15LP19) Recontar oralmente, com e sem apoio de imagem, textos literários lidos pelo professor.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Formação de leitor	(EF12LP02) Buscar, selecionar e ler, com a mediação do professor (leitura compartilhada), textos que circulam em meios impressos ou digitais, de acordo com as necessidades e interesses.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Estratégia de leitura	(EF15LP03) Localizar informações explícitas em textos.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Estratégia de leitura	(EF15LP02) Estabelecer expectativas em relação ao texto que vai ler (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função social do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre as condições de produção e recepção desse texto, o gênero, o suporte e o universo temático, bem como sobre saliências textuais, recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.), confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos, checando a adequação das hipóteses realizadas.
CAMPO DA VIDA COTIDIANA	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Compreensão em leitura	(EF12LP04) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor ou já com certa autonomia, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas, instruções de montagem (digitais ou impressos), dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade.
CAMPO DA VIDA PÚBLICA	Escrita (compartilhada e autônoma)	Escrita compartilhada	(EF12LP12) Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, slogans, anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil, dentre outros gêneros do campo publicitário, considerando a situação comunicativa e o tema/ assunto/finalidade do texto.
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO	Análise linguística/se-	Formas de composição de textos poéticos	(EF12LP19) Reconhecer, em textos versificados, rimas, sonoridades, jogos de palavras, palavras, expressões, comparações, relacionando-as com sensações e associações.

	miótica (Alfabetização)		
CAMPO DA VIDA COTIDIANA	Oralidade	Produção de texto oral	(EF12LP06) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, recados, avisos, convites, receitas, instruções de montagem, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
CAMPO DA VIDA PÚBLICA	Oralidade	Produção de texto oral	(EF12LP13) Planejar, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, slogans e peça de campanha de conscientização destinada ao público infantil que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.

Artes		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Artes visuais	Contextos e práticas	(EF15AR01) Identificar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertorio imaginário.
Artes visuais	Elementos da linguagem	(EF15AR02) Explorar e reconhecer elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, cor, espaço, movimento etc.).
ARTES VISUAIS	Matrizes estéticas e culturais	(EF15AR03) Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais. **(EF15AR03.1MT) Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes na Plástica de Mato Grosso.**
Artes visuais	Materialidades	(EF15AR04) Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.
Artes visuais	Processos de criação	(EF15AR05) Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo, explorando diferentes espaços da escola e da comunidade.
Artes visuais	Sistemas da linguagem	(EF15AR07) Reconhecer algumas categorias do sistema das artes visuais (museus, galerias, instituições, artistas, artesãos, curadores etc.). **(EF15AR07.1MT) Reconhecer categorias do sistema das artes visuais de Mato Grosso.**
EDUCAÇÃO FÍSICA		
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	(EF12EF04) Colaborar na proposição e na produção de alternativas para a prática, em outros momentos e espaços, de brincadeiras e jogos e demais práticas corporais tematizadas na escola, produzindo textos (orais, escritos, audiovisuais) para divulgá-las na escola e na comunidade.
Esportes	Esportes de marca	(EF12EF05) Experimentar e fruir, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo, a prática de esportes de marca e de precisão, identificando os elementos comuns a esses esportes.
Ginásticas	Ginástica geral	(EF35EF07) Experimentar e fruir, de forma coletiva, combinações de diferentes elementos da ginástica geral (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais), propondo coreografias com diferentes temas do cotidiano.
Danças	Danças do Brasil e do mundo	(EF35EF11) Formular e utilizar estratégias para a execução de elementos constitutivos das danças populares do Brasil e do mundo, e das danças de matriz indígena e africana.
Ginásticas	Ginástica geral	(EF12EF07) Experimentar, fruir e identificar diferentes elementos básicos da ginástica (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais) e da ginástica geral, de forma individual e em pequenos grupos, adotando procedimentos de segurança.
Área Ciências da natureza: Ciências		
Vida e evolução	Seres vivos no ambiente Planta	(EF02CI04) Descrever características de plantas e animais (tamanho, forma, cor, fase da vida, local onde se desenvolvem etc.) que fazem parte de seu cotidiano e relacioná-las ao ambiente em que eles vivem. **(EF02CI04.1MT) Descrever características de plantas e animais presentes em Mato Grosso.**
Vida e evolução	Seres vivos no ambiente Planta	(EF02CI06) Identificar as principais partes de uma planta (raiz, caule, folhas, flores e frutos) e a função desempenhada por cada uma delas, e analisar as relações entre as plantas, o ambiente e os demais seres vivos.
Vida e evolução	Seres vivos no ambiente Planta	(EF02CI05) Investigar a importância da água e da luz para a manutenção da vida de plantas em geral. **(EF02CI05.1MT) Identificar a relação que a comunidade estabelece com a água, prezando pela sua manutenção, sustentabilidade.**
Terra e Universo	Movimento aparente do Sol no céu O Sol como fonte de luz e calor	(EF02CI07) Descrever as posições do Sol em diversos horários do dia e associá-las ao tamanho da sombra projetada.
Terra e Universo	Movimento aparente do Sol no céu O Sol como fonte de luz e calor	(EF02CI08) Comparar o efeito da radiação solar (aquecimento e reflexão) em diferentes tipos de superfície (água, areia, solo, superfícies escura, clara e metálica etc.). **(EF02CI07.1MT) Identificar os efeitos da radiação solar para o corpo humano, principalmente em Mato Grosso.**
ÁREA DA MATEMATICA		
Números	Leitura, escrita, comparação e ordenação de números de até três ordens pela compreensão de características do sistema de numeração decimal (valor posicional e papel do zero) Leitura, escrita, comparação e ordenação de números de até três ordens pela compreensão de características do sistema de numeração decimal (valor posicional e papel do zero) Construção de fatos fundamentais da adição e da subtração	(EF02MA01) Comparar e ordenar números naturais (até a ordem de centenas) pela compreensão de características do sistema de numeração decimal (valor posicional e função do zero).
		(EF02MA03) Comparar quantidades de objetos de dois conjuntos, por estimativa e/ou por correspondência (um a um, dois a dois, entre outros), para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”, indicando, quando for o caso, quantos a mais e quantos a menos.
		(EF02MA05) Construir fatos básicos da adição e subtração e utilizá-los no cálculo mental ou escrito.

Geometria	Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar)	(EF02MA06) Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até três ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, utilizando estratégias pessoais ou convencionais.
	Figuras geométricas planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo): reconhecimento e características	(EF02MA15) Reconhecer, comparar e nomear figuras planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo), por meio de características comuns, em desenhos apresentados em diferentes disposições ou em sólidos geométricos .
Grandezas e medidas	Medidas de tempo: intervalo de tempo, uso do calendário, leitura de horas em relógios digitais e ordenação de datas	(EF02MA18) Indicar a duração de intervalos de tempo entre duas datas, como dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, para planejamentos e organização de agenda.
Probabilidade e estatística	Coleta, classificação e representação de dados em tabelas simples e de dupla entrada e em gráficos de colunas	(EF02MA22) Comparar informações de pesquisas apresentadas por meio de tabelas de dupla entrada e em gráficos de colunas simples ou barras, para melhor compreender aspectos da realidade próxima.
ÁLGEBRA	Construção de sequências repetitivas e de sequências recursivas Identificação de regularidade de sequências e determinação de elementos ausentes na sequência Problemas envolvendo adição de parcelas iguais (multiplicação)	(EF02MA09) Construir sequências de números naturais em ordem crescente ou decrescente a partir de um número qualquer, utilizando uma regularidade estabelecida. (EF02MA10) Descrever um padrão (ou regularidade) de sequências repetitivas e de sequências recursivas, por meio de palavras, símbolos ou desenhos.. (EF02MA07) Resolver e elaborar problemas de multiplicação (por 2, 3, 4 e 5) com a ideia de adição de parcelas iguais por meio de estratégias e formas de registro pessoais, utilizando ou não suporte de imagens e/ou material manipulável
GEOMETRIA	Esboço de roteiros e de plantas simples	(EF02MA13) Esboçar roteiros a ser seguidos ou plantas de ambientes familiares, assinalando entradas, saídas e alguns pontos de referência.
GRANDEZAS E MEDIDAS	Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas e equivalência de valores	(EF02MA20) Estabelecer a equivalência de valores entre moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações cotidianas. .
PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA	Análise da ideia de aleatório em situações do cotidiano	(EF02MA21) Classificar resultados de eventos cotidianos aleatórios como “pouco prováveis”, “muito prováveis”, “improváveis” e “impossíveis”.
	Coleta, classificação e representação de dados em tabelas simples e de dupla entrada e em gráficos de colunas	(EF02MA23) Realizar pesquisa em universo de até 30 elementos, escolhendo até três variáveis categóricas de seu interesse, organizando os dados coletados em listas, tabelas e gráficos de colunas simples.
Álgebra	Problemas envolvendo significados de dobro, metade, triplos e terça parte	(EF02MA08) Resolver e elaborar problemas envolvendo dobro, metade, triplo e terça parte, com o suporte de imagens ou material manipulável, utilizando estratégias pessoais.
Área de Ciências humanas: HISTORIA GEOGRAFIA E ENSINO RELIGIOSO		
HISTÓRIA		
A comunidade e seus registros	A noção do “Eu” e do “Outro”: comunidade, convivências e interações entre pessoas	(EF02HI01) Reconhecer espaços de sociabilidade e identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentesco.
A comunidade e seus registros	A noção do “Eu” e do “Outro”: comunidade, convivências e interações entre pessoas	(EF02HI02) Identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades.
A comunidade e seus registros	A noção do “Eu” e do “Outro”: comunidade, convivências e interações entre pessoas	(EF02HI02) Identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades.
A comunidade e seus registros	A noção do “Eu” e do “Outro”: registros de experiências pessoais e da comunidade no tempo e no espaço	(EF02HI04) Selecionar e compreender o significado de objetos e documentos pessoais como fontes de memórias e histórias nos âmbitos pessoal, familiar, escolar e comunitário.
A comunidade e seus registros	Formas de registrar e narrar histórias (marcos de memória materiais e imateriais)	(EF02HI05) Selecionar objetos e documentos pessoais e de grupos próximos ao seu convívio e compreender sua função, seu uso e seu significado.
A comunidade e seus registros	O tempo como medida	(EF02HI06) Identificar e organizar, temporalmente, fatos da vida cotidiana, usando noções relacionadas ao tempo (antes, durante, ao mesmo tempo e depois).
As formas de registrar as experiências da comunidade	As fontes: relatos orais, objetos, imagens (pinturas, fotografias, vídeos), músicas, escrita, tecnologias digitais de informação e comunicação e inscrições nas paredes, ruas e espaços sociais	(EF02HI08) Compilar histórias da família e/ou da comunidade registradas em diferentes fontes.
As formas de registrar as experiências da comunidade	As fontes: relatos orais, objetos, imagens (pinturas, fotografias, vídeos), músicas, escrita, tecnologias digitais de informação e comunicação e inscrições nas paredes, ruas e espaços sociais.	(EF02HI09) Identificar objetos e documentos pessoais que remetam à própria experiência no âmbito da família e/ou da comunidade, discutindo as razões pelas quais alguns objetos são preservados e outros são descartados.
Geografia		
O sujeito e seu lugar no mundo	Convivência e interações entre pessoas na comunidade	(EF02GE01) Descrever a história das migrações no bairro ou comunidade em que vive.
O sujeito e seu lugar no mundo	Convivência e interações entre pessoas na comunidade	(EF02GE02) Comparar costumes e tradições de diferentes populações inseridas no bairro ou comunidade em que vive, reconhecendo a importância do respeito às diferenças.
Conexões e escalas	Experiências da comunidade no tempo e no espaço	(EF02GE04) Reconhecer semelhanças e diferenças nos hábitos, nas relações com a natureza e no modo de viver de pessoas em diferentes lugares.
Formas de representação e pensamento espacial	Localização, orientação e representação espacial	(EF02GE09) Identificar objetos e lugares de vivência (escola e moradia) em imagens aéreas e mapas (visão vertical) e fotografias (visão oblíqua).
Conexões e escalas	Mudanças e permanências	(EF02GE05) Analisar mudanças e permanências, comparando imagens de um mesmo lugar em diferentes tempos.
Formas de representação e pensamento espacial	Localização, orientação e representação espacial	(EF02GE10) Aplicar princípios de localização e posição de objetos (referenciais espaciais, como frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) por meio de representações espaciais da sala de aula e da escola.
Formas de representação e pensamento espacial	Localização, orientação e representação espacial	(EF02GE08) Identificar e elaborar diferentes formas de representação (desenhos, mapas mentais, maquetes) para representar componentes da paisagem dos lugares de vivência.
Formas de representação e pensamento espacial	Localização, orientação e representação espacial	(EF02GE10) Aplicar princípios de localização e posição de objetos (referenciais espaciais, como frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) por meio de representações espaciais da sala de aula e da escola.

3º ano do Ensino Fundamental

Plano de aprendizagem mês de maio: linguagens
PORTUGUÊS

CAMPOS DE ATUAÇÃO	PRATICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Análise linguística/ semiótica (Ortografização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	(EF03LP02) Ler e escrever corretamente palavras com sílabas CV, V, CVC, CCV, VC, VV, CVV, identificando que existem vogais em todas as sílabas.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Análise linguística/ semiótica (Ortografização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	(EF03LP03) Ler e escrever corretamente palavras com os dígrafos lh, nh, ch.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Análise linguística/ semiótica (Ortografização)	Segmentação de palavras/Classificação de palavras por número de sílabas	(EF03LP05) Identificar o número de sílabas de palavras, classificando-as em monossílabas, dissílabas, trissílabas e polissílabas.

PLANO DE APRENDIZAGEM MÊS DE MAIO: LINGUAGENS		
ARTES		
UNIDADES TEMATICA	**OBJETOS DE CONHECIMENTOS**	**HABILIDADES**
Artes visuais	Materialidades	(EF15AR04) Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.
Artes visuais	Processos de criação	(EF15AR05) Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo, explorando diferentes espaços da escola e da comunidade.
Artes integradas	Matrizes estéticas e culturais	(EF15AR24) Caracterizar e experimentar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e culturais.
Educação Física		
UNIDADES TEMATICA	**OBJETOS DE CONHECIMENTOS**	**HABILIDADES**
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos populares d Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana o Brasil e do mundo	(EF35EF04) Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.
ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS: CIÊNCIAS		
UNIDADES TEMATICA	**OBJETOS DE CONHECIMENTOS**	**HABILIDADES**
Vida e evolução	Características e desenvolvimento dos animais	(EF03CI04) Identificar características sobre o modo de vida (o que comem, como se reproduzem, como se deslocam etc.) dos animais mais comuns no ambiente próximo.
Vida e evolução	Características e desenvolvimento dos animais	(EF03CI05) Descrever e comunicar as alterações que ocorrem desde o nascimento em animais de diferentes meios terrestres ou aquáticos, inclusive o homem.
Terra e universo	Características da Terra Observação do céu Usos do solo	(EF03CI08) Observar, identificar e registrar os períodos diários (dia e/ou noite) em que o Sol, demais estrelas, Lua e planetas estão visíveis no céu.
ÁREA DE MATEMÁTICA		
UNIDADES TEMÁTICAS	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO
Números	(EF03MA01) Ler, escrever e comparar números naturais de até a ordem de unidade de milhar, estabelecendo relações entre os registros numéricos e em língua materna.	Leitura, escrita, comparação e ordenação de números naturais de quatro ordens
Números	(EF03MA05) Utilizar diferentes procedimentos de cálculo mental e escrito para resolver problemas significativos envolvendo adição e subtração com números naturais.	Procedimentos de cálculo (mental e escrito) com números naturais: adição e subtração
Números	(EF03MA06) Resolver e elaborar problemas de adição e subtração com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar quantidades, utilizando diferentes estratégias de cálculo exato ou aproximado, incluindo cálculo mental.	Problemas envolvendo significados da adição e da subtração: juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar quantidades
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS: GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ENSINO RELIGIOSO		
GEOGRAFIA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Mundo do trabalho	Matéria-prima e indústria	(EF03GE05) Identificar alimentos, minerais e outros produtos cultivados e extraídos da natureza, comparando as atividades de trabalho em diferentes lugares
Formas de representação e pensamento espacial	Representações cartográficas	(EF03GE06) Identificar e interpretar imagens bidimensionais e tridimensionais em diferentes tipos de representação cartográfica.
HISTÓRIA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
O lugar em que vive	A produção dos marcos da memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.)	(EF03HI05) Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados
O lugar em que vive	A produção dos marcos da memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.)	(EF03HI06) Identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes
ENSINO RELIGIOSO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Identidades e alteridades	Espaços e territórios religiosos	(EF03ER01) Identificar e respeitar os diferentes espaços e territórios religiosos de diferentes tradições e movimentos religiosos.

4º ano do Ensino Fundamental

Plano de aprendizagem mês de maio: linguagens			
PORTUGUÊS			
CAMPOS DE ATUAÇÃO	**PRATICAS DE LINGUAGEM**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Formação do leitor literário	(EF15LP15) Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita	(EF35LP07) Utilizar, ao produzir um texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais, tais como ortografia, regras básicas de concordância nominal e verbal, pontuação (ponto final, ponto de exclamação, ponto de interrogação, vírgulas em enumerações) e pontuação do discurso direto, quando for o caso.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Construção do sistema alfabético/ Estabelecimento de relações anafóricas na referenciação e construção da coesão	(EF35LP08) Utilizar, ao produzir um texto, recursos de referenciação (por substituição lexical ou por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos), vocabulário apropriado ao gênero, recursos de coesão pronominal (pronomes anafóricos) e articuladores de relações de sentido (tempo, causa, oposição, conclusão, comparação), com nível suficiente de informatividade.
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Apreciação estética/Estilo	(EF35LP23) Apreciar poemas e outros textos versificados, observando rimas, aliterações e diferentes modos de divisão dos versos, estrofes e refrãos e seu efeito de sentido.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	(EF04LP02) Ler e escrever, corretamente, palavras com sílabas VV e CVV em casos nos quais a combinação VV (ditongo) é reduzida na língua oral (ai, ei, ou).

PLANO DE APRENDIZAGEM MÊS DE MAIO: LINGUAGENS		
ARTES		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	HABILIDADES
Artes visuais	Materialidades	(EF15AR04) Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.
Artes visuais	Processos de criação	(EF15AR05) Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo, explorando diferentes espaços da escola e da comunidade.
Artes integradas	Matrizes estéticas e culturais	(EF15AR24) Caracterizar e experimentar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e culturais.
Educação Física		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	HABILIDADES
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana	(EF35EF04) Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.
ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS: CIÊNCIAS		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	HABILIDADES
Vida e evolução	Cadeias alimentares simples Microrganismos	(EF04CI08) Propor, a partir do conhecimento das formas de transmissão de alguns microrganismos (vírus, bactérias e protozoários), atitudes e medidas adequadas para prevenção de doenças a eles associadas.
ÁREA DE MATEMÁTICA		
UNIDADES TEMÁTICAS	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO
Números	(EF04MA03) Resolver e elaborar problemas com números naturais envolvendo adição e subtração, utilizando estratégias diversas, como cálculo, cálculo mental e algoritmos, além de fazer estimativas do resultado.	Propriedades das operações para o desenvolvimento de diferentes estratégias de cálculo com números naturais
Números	(EF04MA04) Utilizar as relações entre adição e subtração, bem como entre multiplicação e divisão, para ampliar as estratégias de cálculo.	Propriedades das operações para o desenvolvimento de diferentes estratégias de cálculo com números naturais
Probabilidade e estatística	(EF04MA27) Analisar dados apresentados em tabelas simples ou de dupla entrada e em gráficos de colunas ou pictóricos, com base em informações das diferentes áreas do conhecimento, e produzir texto com a síntese de sua análise.	Leitura, interpretação e representação de dados em tabelas de dupla entrada, gráficos de colunas simples e agrupadas, gráficos de barras e colunas e gráficos pictóricos
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS: GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ENSINO RELIGIOSO		
GEOGRAFIA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	HABILIDADES
Conexões e escalas	Relação campo e cidade	(EF04GE04) Reconhecer especificidades e analisar a interdependência do campo e da cidade, considerando fluxos econômicos, de informações, de ideias e de pessoas.
Mundo do trabalho	Trabalho no campo e na cidade	(EF04GE07) Comparar as características do trabalho no campo e na cidade.
HISTÓRIA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	HABILIDADES

Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos	A ação das pessoas, grupos sociais e comunidades no tempo e no espaço: nomadismo, agricultura, escrita, navegações, indústria, entre outras	(EF04HI01) Reconhecer a história como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo.
Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos	O passado e o presente: a noção de permanência e as lentas transformações sociais e culturais	(EF04HI03) Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente.
ENSINO RELIGIOSO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	HABILIDADES
Manifestações religiosas	Ritos religiosos	(EF04ER01) Identificar ritos presentes no cotidiano pessoal, familiar, escolar e comunitário.
Crenças religiosas e filosofias de vida	Ideia(s) de divindade(s)	(EF04ER07) Reconhecer e respeitar as ideias de divindades de diferentes manifestações e tradições religiosas.

5º ano do Ensino Fundamental

Plano de aprendizagem mês de maio: linguagens			
PORTUGUÊS			
CAMPOS DE ATUAÇÃO	**PRATICAS DE LINGUAGEM**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO / Reconstrução das condições de produção e recepção de textos	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Reconstrução das condições de produção e recepção de textos	(EF15LP01) Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade, a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Estratégia de leitura	(EF15LP03) Localizar informações explícitas em textos.
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Formação do leitor literário	(EF15LP15) Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Formação do leitor literário	(EF35LP21) Ler e compreender, de forma autônoma, textos literários de diferentes gêneros e extensões, inclusive aqueles sem ilustrações, estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores.
CAMPO DA VIDA COTIDIANA	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Compreensão em leitura	(EF05LP09) Ler e compreender, com autonomia, textos instrucionais de regras de jogo, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.
CAMPO DA VIDA COTIDIANA	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Compreensão em leitura	(EF05LP10) Ler e compreender, com autonomia, anedotas, piadas e cartuns, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.
CAMPO DA VIDA COTIDIANA	Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Escrita colaborativa	(EF05LP11) Registrar, com autonomia, anedotas, piadas e cartuns, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.

PLANO DE APRENDIZAGEM MÊS DE MAIO: LINGUAGENS		
ARTES		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Artes visuais	Matrizes estéticas e culturais	(EF15AR03) Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais. **(EF15AR03.1MT) Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes na Plástica de Mato Grosso.**
Dança	Contextos e práticas	(EF15AR08) Experimentar e apreciar formas distintas de manifestações da dança presentes em diferentes contextos, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório corporal. (EF15AR08.1MT) Experimentar e apreciar formas distintas de dança em Mato Grosso, articulando Educação Física e Arte (danças regionais).
Artes integradas	Matrizes estéticas e culturais	(EF15AR24) Caracterizar e experimentar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e culturais.
Educação Física		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**

Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana	(EF35EF01) Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural.
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana	(EF35EF02) Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a participação segura de todos os alunos em brincadeiras e jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana.
ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS: CIÊNCIAS		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Matéria e energia	Propriedades físicas dos materiais Ciclo hidrológico Consumo consciente Reciclagem	(EF05CI03) Selecionar argumentos que justifiquem a importância da cobertura vegetal para a manutenção do ciclo da água, a conservação dos solos, dos cursos de água e da qualidade do ar atmosférico.
Matéria e energia	Propriedades físicas dos materiais Ciclo hidrológico Consumo consciente Reciclagem	(EF05CI05) Construir propostas coletivas para um consumo mais consciente e criar soluções tecnológicas para o descarte adequado e a reutilização ou reciclagem de materiais consumidos na escola e/ou na vida cotidiana.
ÁREA DE MATEMÁTICA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Números	(EF05MA01) Ler, escrever e ordenar números naturais até a ordem das centenas de milhar com compreensão das principais características do sistema de numeração decimal.	Sistema de numeração decimal: leitura, escrita e ordenação de números naturais (de até seis ordens) EF05MA01 - Ler, escrever e ordenar números naturais até a ordem das centenas de bilhão explorando – os em cálculos envolvendo a adição e a subtração, com compreensão das principais características do sistema de numeração decimal.
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS: GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ENSINO RELIGIOSO		
GEOGRAFIA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
sujeito e seu lugar no mundo	Dinâmica populacional	(EF05GE01) Descrever e analisar dinâmicas populacionais na Unidade da Federação em que vive, estabelecendo relações entre migrações e condições de infraestrutura
Conexões e escalas	Território, redes e urbanização	(EF05GE03) Identificar as formas e funções das cidades e analisar as mudanças sociais, econômicas e ambientais provocadas pelo seu crescimento.
Formas de representação e pensamento espacial	Mapas e imagens de satélite	(EF05GE08) Analisar transformações de paisagens nas cidades, comparando sequência de fotografias, fotografias aéreas e imagens de satélite de épocas diferentes.
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Gestão pública da qualidade de vida	(EF05GE12) Identificar órgãos do poder público e canais de participação social responsáveis por buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida (em áreas como meio ambiente, mobilidade, moradia e direito à cidade) e discutir as propostas implementadas por esses órgãos que afetam a comunidade em que vive.
HISTÓRIA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social	Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas	(EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.
Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social	Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas	(EF05HI05) Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica.
ENSINO RELIGIOSO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Crenças religiosas e filosofias de vida	Narrativas religiosas	(EF05ER01) Identificar e respeitar acontecimentos sagrados de diferentes culturas e tradições religiosas como recurso para preservar a memória.
Crenças religiosas e filosofias de vida	Mitos nas tradições religiosas	(EF05ER02) Identificar mitos de criação em diferentes culturas e tradições religiosas.

6º ano do Ensino Fundamental

Plano de aprendizagem mês de maio: linguagens		
PORTUGUÊS		
PRATICAS DE LINGUAGEM	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**

Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Reconstrução das condições de produção e recepção de textos	(EF15LP01) Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade, a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Estratégia de leitura	(EF15LP03) Localizar informações explícitas em textos.
Leitura	Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos; Caracterização do campo jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital.	(EF06LP02) Estabelecer relação entre os diferentes gêneros jornalísticos, compreendendo a centralidade da notícia.
Análise linguística/ semiótica	Morfossintaxe	(EF06LP04) Analisar a função e as flexões de substantivos e adjetivos e de verbos nos modos Indicativo, Subjuntivo e Imperativo: afirmativo e negativo.
Análise linguística/ semiótica	Morfossintaxe	(EF06LP05) Identificar os efeitos de sentido dos modos verbais, considerando o gênero textual e a intenção comunicativa.
Análise linguística/ semiótica	Fono-ortografia	(EF67LP32) Escrever palavras com correção ortográfica, obedecendo as convenções da língua escrita.
Apreciação e réplica Relação entre gêneros e mídias	Apreciação e réplica Relação entre gêneros e mídias	(EF69LP02) Analisar e comparar peças publicitárias variadas (cartazes, folhetos, outdoor, anúncios e propagandas em diferentes mídias, spots, jingle, vídeos etc.), de forma a perceber a articulação entre elas em campanhas, as especificidades das várias semioses e mídias, a adequação dessas peças ao público-alvo, aos objetivos do anunciante e/ou da campanha e à construção composicional e estilo dos gêneros em questão, como forma de ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.
Leitura	Estratégia de leitura: apreender os sentidos globais do texto	(EF69LP03) Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem, em entrevistas os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, memes, charge, a crítica, ironia ou humor presente.

PLANO DE APRENDIZAGEM MÊS DE MAIO: LINGUAGENS		
ARTES		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
PARA TODAS AS MODALIDADES: - ARTES VISUAIS; - DANÇA; - MÚSICA; - ARTES CÊNICAS; - ARTES INTEGRADAS	Os Objetivos da disciplina de Arte	(EF69AR00.4MT) Desenvolver o pensamento artístico e a percepção estética, caracterizando um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana, por meio da sensibilidade, da percepção e da imaginação no domínio do conhecimento artístico, necessário para compreender a arte como meio de humanização da realidade.
ARTES VISUAIS	Materialidades	(EF69AR05) Experimentar e analisar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia, performance etc.); (EF69AR05.1MT) Conhecer e utilizar as formas de expressão, manifestação e produção artística da pintura, escultura, cinema, artes no cyber cultura, arte pública colagem, fotografia, vídeo produção no contexto de Mato Grosso.
DANÇA	Elementos da linguagem	(EF69AR10) Explorar elementos constitutivos do movimento cotidiano e do movimento dançado, abordando, criticamente, o desenvolvimento das formas da dança em sua história tradicional e contemporânea; **(EF69AR10.1MT) Reconhecer as danças regionais como manifestação cultural que retrata o cotidiano e identidade mato-grossense em suas diversidades.**
DANÇA	Elementos da linguagem	**(EF69AR10.1MT) Reconhecer as danças regionais como manifestação cultural que retrata o cotidiano e identidade mato-grossense em suas diversidades.**
MÚSICA	Contexto e práticas	**(EF69AR19.1MT) Analisar a música regional, sua produção, e formas de apresentações, em relação ao contexto histórico-cultural de tempos passados e presente.**
ARTES INTEGRADAS	Patrimônio cultural	**(EF69AR34) Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.**
LÍNGUA INGLESA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Estudo do léxico	Construção de repertório lexical.	**(EF06LI16) Construir repertório relativo às expressões usadas para o convívio social e o uso da língua inglesa em sala de aula.**
A língua inglesa no cotidiano da sociedade brasileira/comunidade	Presença da língua inglesa no cotidiano.	**(EF06LI25.1MT) Identificar, por uma perspectiva crítica, a presença da língua inglesa na sociedade brasileira/comunidade (palavras, expressões, suportes e esferas de circulação e consumo) e seu significado, a partir de experiências do seu cotidiano.**
Educação Física		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
DANÇA	Danças urbanas	EF69EF12.1MT) Analisar as características (ritmos, gestos, coreografias e músicas) das danças de salão, regionais, folclóricas e circulares bem como suas transformações históricas e os grupos de origem.

DANÇA	Danças regionais e folclóricas do Brasil	**(EF69EF12.2MT) Analisar e diferenciar os tipos de dança, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a elas por diferentes grupos sociais, bem como suas transformações históricas e os grupos de origem.**
ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS: CIÊNCIAS		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
Conexões e escalas	Relação campo e cidade	(F04GE04) Reconhecer especificidades e analisar a interdependência do campo e da cidade, considerando fluxos econômicos, de informações, de ideias e de pessoas.
Conexões e escalas	Unidades político-administrativas do Brasil	(EF04GE05) Distinguir unidades político-administrativas oficiais nacionais (Distrito, Município, Unidade da Federação e grande região), suas fronteiras e sua hierarquia, localizando seus lugares de vivência.
Conexões e escalas	Territórios étnico-culturais	(EF04GE06) Identificar e descrever territórios étnico-culturais existentes no Brasil, tais como terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo a legitimidade da demarcação desses territórios.
ÁREA DE MATEMÁTICA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
NÚMEROS	Sistema de numeração decimal: características, leitura, escrita e comparação de números naturais e de números racionais representados na forma decimal	(EF06MA01) Comparar, ordenar, ler e escrever números naturais e números racionais cuja representação decimal é finita, fazendo uso da reta numérica.
NÚMEROS	Sistema de numeração decimal: características, leitura, escrita e comparação de números naturais e de números racionais representados na forma decimal	(EF06MA02) Reconhecer o sistema de numeração decimal, como o que prevaleceu no mundo ocidental, e destacar semelhanças e diferenças com outros sistemas, de modo a sistematizar suas principais características (base, valor posicional e função do zero), utilizando, inclusive, a composição e decomposição de números naturais e números racionais em sua representação decimal.
NÚMEROS	Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação) com números naturais Divisão euclidiana	(EF06MA03) resolver e elaborar problemas que envolvam cálculos (mentais ou escritos, exatos ou aproximados) com números naturais, por meio de estratégias variadas, com compreensão dos processos neles envolvidos com e sem uso de calculadora.
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS: GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ENSINO RELIGIOSO		
GEOGRAFIA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
O sujeito e seu lugar no mundo	(EF06GE01) comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos. **(EF06GE01.1MT) Aplicar conceitos básicos da geografia como: paisagem, lugar, espaço geográfico, região e território.**	Identidade sociocultural. **Fronteiras e Identidade sociocultural mato-grossenses.** **Relações sociais e socioespaciais para a produção da sociedade.**
Mundo do trabalho	(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades. **(EF06GE07.1MT) Conhecer o processo de uso e ocupação do território de Mato Grosso e as implicações das ações antrópicas em seu lugar de vivencia.**	Transformação das paisagens naturais e antrópicas. **Natureza e sociedade, a formação do espaço geográfico mato-grossense.** **Exploração do trabalho infantil em Mato Grosso.**
HISTÓRIA		
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**
História: tempo, espaço e formas de registros	A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias. **A periodização do processo histórico do Estado de Mato Grosso.**	(EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).
História: tempo, espaço e formas de registros	Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico.	(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.

METODOLOGIA A disseminação do COVID-19 acelerou abruptamente a educação remota, devido à necessidade de distanciamento e isolamento social. A EMPG "Sebastião Tavares da Silva", mesmo questionando como será a aprendizagem dos estudantes, por ser uma escola que oferece o ensino fundamental I, primeiro e segundo ciclo, onde muitos dos alunos ainda estão na fase de alfabetização necessitando de acompanhamento proximal do professor e introdução de atividades diferenciadas, em cumprimento as orientações dos órgãos superiores buscou alternativas para oferecer o ensino remoto. Após a equipe gestora e docentes refletirem sobre as melhores estratégias a serem tomadas neste momento ímpar em que estamos vivendo e analisando a situação atual da escola referente aos meios tecnológicos e a realidade de todos os estudantes concluiu-se que o melhor para a realidade da escola será o ensino apostilado. A escola não se disponibiliza de uma plataforma educacional digital para transmissão de aulas on line, bem como necessita de formação profissional para que professores possam dominar satisfatoriamente tais ferramentas, além de um sinal de internet de melhor qualidade e sobre a ótica do estudante é sabido que um número considerável não se dispõe de internet em casa principalmente os da zona rural e\ou equipamentos tecnológicos para estudo. Confrontando as realidades e impossibilitado de oferecer ensino presencial à metodologia da unidade escolar utilizada determinará uma nova abordagem para ensinar em casa os alunos com atividades apostiladas preparadas pelos professores semanalmente com acompanhamento pedagógico, considerando os diferenciados níveis de aprendizagens de cada grupo de aluno da turma, com a expectativa de diminuir a exclusão social. Cada professor elaborou um planejamento pedagógico para o mês de maio, de acordo com o currículo escolar e o planejamento anual da turma que está embasado na BNCC contendo: Unidades temáticas, Objeto de conhecimento e habilidade. A metodologia e avaliação será a mesma para todos as turmas da escola. Assim procederá nos meses subsequentes após avaliar como foi a aceitação do material pelos alunos e família. As apostilas preparadas pelos professores e acompanhamento da supervisão escolar são compostas por atividades para uma semana, considerado a matriz curricular escolar para que todas as áreas do conhecimento sejam contempladas. As apresentações dos

conteúdos procuram ser de forma clara e simples para facilitar o entendimento e consequentemente o acompanhamento familiar. Além disso, os professores e professoras buscarão manter contato através da internet, com suporte através de grupos de whats app e ou individual também orientação aos alunos por vídeos e áudios explicativos para mediação e facilitação da aprendizagem. Neste processo de ensino remoto os pais terão um papel fundamental de monitorar, acompanhar, auxiliar e observar o desenvolvimento das atividades e por se tratar do ensino fundamental I, manter diálogo com a escola observar se os filhos estão realizando as atividades apostiladas contando com direção dos professores. Esse material ficará disponível na escola onde os pais da zona urbana farão a retirada a cada quinta feira de cada semana, com a primeira apostila a ser entregue no dia 07 de maio de 2020 e devolução das atividades na semana subsequente e aos alunos da zona rural os motoristas do transporte escolar levarão e recolherão in loco nas residências dos alunos. Cada apostila semanal validará 5 dias de aulas. Essa forma metodológica será desenvolvida durante o período de distanciamento social até permitir à volta as aulas presenciais ou contra ordem das estâncias superiores.

AVALIAÇÃO

Mediante as novas experiências educacionais com aulas presenciais suspensas vivenciadas neste período de pandemia e com a iniciação dos estudos remotos, sem contar com experiências anteriores o processo avaliativo também é um desafio.

O acompanhamento do docente nas atividades remotas fica fragmentado, pois não participa do contexto que está sendo desenvolvidas as atividades, portanto impossibilita ter clareza de como as mesmas vem sendo realizadas, como o acompanhamento da família vem acontecendo, quais as facilidades e dificuldades que emerge na hora do estudo em casa.

Na busca de um norte a comunicação do professor com família e com o aluno será fundamental, portanto cada professor criou um grupo de whats App para manter o contato com alunos e família, mas para isto depende da família querer fazer esta conexão e por experiência é sabido que muitos não dão o retorno necessário apesar do professor estar em constate comunicação, mas será uma ferramenta de avaliação. A equipe gestora também está alinhada e todos atuando de maneira coesa. Por isso, manter-se conectados aos meios de comunicação é garantia de um ou mais canais abertos para tirar dúvidas.

Outra forma de avaliação será através das apostilas de atividades que serão devolvidas pelos estudantes, onde dará base para replanejamento e recuperação paralela.

O importante é que neste desafio da educação remota buscará sempre incluir todos os alunos, preservando a inclusão, apesar de saber que muitas lacunas ficarão abertas e só ao retorno da normalidade as arestas terão mais oportunidades de serem aparadas através de avaliação continua.

Créditos

O corpo docente da escola representado por todos os professores que atuam em todas as turmas do I e II ciclo, supervisora escolar e orientador escolar são os autores do documento, com acompanhamento da equipe gestora e tendo como princípio o Currículo da escola, efetivado nos planejamentos anuais, em acordo a Base Nacional Comum Curricular.

Marta Del Mazzo Loapes

Gestora Escolar

Maria Nilda Vieira de Faria Neiva Supervisora Escolar

Esse Plano de Ação, entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Maio de 2020.

Santo Afonso, 02 de Junho de 2020

ADMINISTRAÇÃO
ELABORAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO: CEI IRMÃ LUIZA CASSIOLATO, MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO -MT

Equipe	Ações	Metodologias	Resultados Esperados
Coordenação/ direção	Apresentar para todos os funcionários do CEI a proposta de trabalho a ser desenvolvida no decorrer da suspensão das aulas presenciais;	Interação e participação de todos os profissionais da apresentação de cronograma de trabalho visando o êxito dos objetivos propostos, vindo de encontro aos asseios predeterminados;	Construção do planejamento de trabalho das aulas off-line remotas.
Coordenação	Acompanhamento das atividades em momentos definidos a partir das necessidades que forem sendo apresentadas enquanto durar as aulas off-line remotas. Levantar as necessidades formativas buscando atender as especificidades observadas;	Levantamento da realidade das crianças baseados em avaliações internas, externas e diagnóstico das fragilidades no processo ensino e aprendizagem; Monitorar a realização das atividades apresentadas e realização das intervenções necessárias.	Realização Efetivação das atividades, interação das crianças/famílias nos grupos de WhatApp e retorno das atividades impressas realizadas em casa referentes ao desenvolvimento das atividades.

PLANO DE AÇÕES DE AULAS OFFLINE REMOTAS:

Com base nas orientações do conselho nacional de educação, serão planejadas atividades para serem desenvolvidas em casa com auxílio da família

. Para isso, considerem: a competência, a ação e o cronograma de realização.

QUEM REALIZA	O QUE REALIZA	QUANDO REALIZA	COMO REALIZA
GESTÃO **Diretora**: Adenilda Alves Nascimento	Comunicado, para retorno dos profissionais da educação, amparado pela portaria de convocação do retorno dos mesmos.	27 de abril de 2020	Esclarecer sobre o retorno dos profissionais e cuidados sobre o covid -19 a serem tomados
Coordenadora: Edriana Ana Tavares Scarpatt	Leitura das recomendações do MEC e Conselho Nacional de Educação-CNE. O ideal é que se pense em ações em um intervalo de 07 dias, assim, a organização semanal facilitará com que ações sejam mais facilmente realizadas.	04 de maio de 2020	Definir uma metodologia, mantendo o distanciamento de isolamento social, para realizar as ações de implementação do plano de aulas off-line remotas, acompanhar e avaliar sua implantação.

Coordenação Professores e Auxiliares	Planejamento Semanal do Plano de aula, produzir e adequar recursos materiais para orientar os familiares no auxílio e realização das atividades com as crianças É também responsável pelo arquivamento das atividades realizadas e devolvidas.	Todos os dias; De segunda a quarta-feira O ideal é que essas equipes tenham uma atividade semanal para que possam manter a rotina de estudos, acompanhamento e avaliação.	Planejar e selecionar atividades semanais, no CEI, ou ainda, se houver necessidade, planejar em casa as atividades, evitando aglomerações. Ex: Montar um roteiro com sugestões de atividades onde serão atualizadas semanalmente com arquivos impressos e disponibilizados, bem como recursos materiais para serem enviados às famílias/crianças tanto para aquelas que não tem acesso às mídias, de WhatsApp, quanto para aquelas que têm acesso. Além disso, para auxiliar os responsáveis dos pequenos, e assim, estimular o desenvolvimento intelectual com estratégias simples e também com as ferramentas que a família tem em mãos, o professor disponibilizará nos grupos de WhatsApp de pais e responsáveis de cada turma, vídeo aulas explicativas das atividades a serem realizadas em casa, explicando cada atividade e assim, interagindo de forma virtual com as crianças.
Secretária escolar	Responsável pela documentação	Todos os dias	Acompanhar e orientar a escola no quanto a documentação referente à crianças e funcionários.
Manutenção e infraestrutura	Essa equipe é responsável pela limpeza e higienização do ambiente escolar.	Todos os dias	Escala entre as mesmas nos dias e horários, evitando assim, aglomerações.
Nutrição	Equipe responsável pela higienização da cozinha e preparar o café.	Todos os dias	Escala entre as mesmas, evitando assim, aglomerações.
Conselho Municipal de Educação	Essa equipe deve acompanhar e regulamentar os documentos de regulamentação e eficácia das aulas off-line à luz da BNCC, do DRC/MT e CNE.	O ideal é que essa equipe acompanhe o processo de implementação e desenvolvimento das atividades a fim de realizar todas as ações legais e orientações necessárias para a adequação cuja necessidade.	Ter conhecimento profundo sobre a BNCC e o DRC/MT para que a partir de então se possa definir atividades e cronogramas necessários para o cumprimento das atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento dos Conselhos Municipais de Educação em suas respectivas redes de ensino.

Esse Plano de Ação, entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Maio de 2020.

Santo Afonso, 02 de Junho de 2020

SETOR DE LICITAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO 001/2020

EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO 001/2020

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por seu gestor Municipal, Sr. Joabe Almeida dos Santos, torna público aos interessados o **extrato da dispensa de licitação de n° 001/2020** em conformidade com a lei de licitações 8.666 de 21 Junho de 1993 e seus modificações, bem como Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, (Covide 19). A presente dispensa de licitação prescinde em **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FAVORECIDA:** S3M COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME, **CNPJ:** 14.805.780/0001-51. Tem o presente termo de dispensa o valor global de **R$- 36. 503,21 (trinta e seis mil, quinhentos e três reais e vinte e um centavos).**

Santo Afonso – MT, 29 de Maio de 2020.

Joabe Almeida dos Santos - Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 001/2020 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO JUNTAMENTE COM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre as normas a serem adotadas pelas instituições pertencentes ao Rede Municipal de Ensino de Santo Afonso - MT, enquanto perdurar as orientações sanitárias sobre a situação de pandemia pelo COVID-19 (Coronavírus) e reorganização do calendário escolar.A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE Santo Afonso - MT , no uso de suas atribuições e regimentais, previstas na Lei. n°002/2007, que instituto A Secretaria Municipal de Educação de Santo Afonso – MT e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID -19, e:

CONSIDERANDO que no dia 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo COVID 19;

CONSIDERANDO a Portaria n° 001/2020, de 13/03/2020, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Brasil – UNCME Nacional, que estabelece orientações gerais e critérios para ações, com referência ao acompanhamento do combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n° 407, de 16/03/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID 19) a serem adotadas pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n° 4.667, de 17/03/2020 que dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Santo Afonso - MT, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (COVID 19), institui o comitê de enfrentamento ao Novo Coronavírus, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n° 432, de 31/03/2020, consolida,estabelece, e fixa critérios para aplicação de medidas farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus em todo território de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a Medida Provisória n° 934, de 01/04/2020 que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n° 13.979, de 6/02/2020;

CONSIDERANDO por analogia, o Parecer 019/2009 - CNE, que tratou da reorganização do calendário escolar em tempo de calamidade pública, motivado pelo H1N1,onde ocorreu paralisação das atividades escolares;

CONSIDERANDO o Decreto Lei n° 1.044, de 21/10/1969 que dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções que indica; e legislações vinculadas Lei n° 6.2020, de 1975, lei n° 6.503 de 1977, Lei n° 7.692 de 1988;

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil, de05/10/1988 e suas alterações, que em seu artigo 205 define que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”;

CONSIDERANDO a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO a Lei n° 9.394/1996, de 20/12/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e suas alterações;

CONSIDERANDO Decreto n° 9.057, de 25/05/2017 que regulamenta o art. 80 da Lei n° 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e suas alterações;

CONSIDERANDO a Resolução n° 5, de 17/12/2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP n° 2 de 22/12/2017 que instituiu e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica;

RESOLVE

Art. 1 °- Todas as Instituições da Rede Municipal de Educação de Santo Afonso - MT devem seguir e estar vigilantes às determinações, orientações e recomendações dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, em especial da Organização Mundial da Saúde(OMS), ratificadas pelo Ministério da Saúde do Brasil, para evitar a proliferação do COVID-19.

Art. 2° - Às Instituições de Ensino da Rede Municipal de Educação de Santo Afonso não haverá atividades escolares presenciais ficando suspensas por tempo indeterminado.

Art. 3° - As Instituições da Rede Municipal de Educação de Santo Afonso - MT, a critério de suas Mantenedoras, de forma excepcional, por conta da pandemia do COVID-19, ficam autorizadas a reorganizarem seus calendários escolares, podendo propor, para além da reposição de aulas de forma presencial, a mediação didático-pedagógica à distância nos processos de ensino e aprendizagem com a utilização de meios e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para desenvolver atividades educativas remotas extra escolares para os estudantes devidamente matriculados.

Art. 4°- As Mantenedoras, com a colaboração das suas Instituições de Ensino,deverão utilizar os recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e devem submeter à apreciação do Conselho Municipal de Educação as “Diretrizes Pedagógicas para o Programa Especial de Aulas Não Presenciais” que garantam a todos os estudantes condições isonômicas, a fim de assegurar o padrão de qualidade universal da educação, mesmo que para alguns estudantes a oferta seja de forma diferenciada pelo fato de não terem acesso às ferramentas digitais necessárias para o desenvolvimento das atividades de aprendizagens escolares.

§ 1° - As Mantenedoras das Instituições de Ensino necessitam de suporte tecnológico e metodológico, além de ofertar formação adequada aos docentes para implementar aulas por educação remota, em caráter excepcional, e que possam ter o apoio de profissionais da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) durante o processo de desenvolvimento das ações pedagógicas.

§ 2° - Considerando a relevância das atividades formativas para a implementação do Documento de Referência Curricular de Santo Afonso-MT (DRC/SA), e a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes, durante o período de quarentena é recomendado que as formações continuadas para educadores, previstas para o ano de 2020,sejam realizadas na modalidade de Educação à Distância (EaD).

§ 3° - As atividades pedagógicas a serem realizadas e consideradas como aulas não presenciais, em caráter de substituição às aulas presenciais, devem ser pensadas de forma a atender a carga horária diária correspondente e prevista para o período.

§ 4° - Todas as atividades escolares previamente planejadas pelos docentes, de acordo com os objetos de conhecimentos, ou campos de experiências, devem ser registradas e arquivadas, em meio físico ou digital, comprovando que foram realizadas pelos estudantes.

§ 5° - As Instituições de Ensino podem utilizar portais e sites educacionais gratuitos, que visem contribuir com as aprendizagens relacionadas ao currículo escolar para a Educação Infantil, e também para o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais (1º ao 6º ano).

§ 6°- As Instituições de Ensino devem providenciar atividades de aprendizagens impressas para ofertar aos estudantes bem como é recomendado o contato, via internet (site, portal, whatsapp e outros meios tecnológicos que dispõem) para continuarem informando e orientando os pais ou responsáveis, e seus estudantes sobre os cuidados na prevenção de proliferação do Corona vírus(COVID-19), em uniformidade com o que for preconizado pelos órgãos de vigilância sanitária de modo a garantir as mesmas condições de aprendizagem dos demais estudantes,comprovadas com registros de entregas.

§ 7° - A freqüência dos estudantes, de acordo com o desenvolvimento das atividades pedagógicas propostas, deve ter registro sistemático e ser arquivada, em meio físico ou digital, comprovando que as atividades foram realizadas;

§ 8° - As Instituições de Ensino devem orientar os docentes quanto às estratégias para a manutenção do contato com os estudantes, pais ou responsáveis, por intermédio de aplicativos de mensagens instantâneas, ou outros dispositivos de comunicação.

§ 9° - Os docentes devem recomendar aos pais ou responsáveis dos estudantes quanto à organização da rotina de estudos, no período do programa especial de aulas não presenciais, e realizar as devidas orientações aos estudantes quanto ao compromisso, e ao desenvolvimento às atividades, bem como o cumprimento da rotina de estudos proposta.

Art. 5° - A realização das aulas não presenciais, durante o período do programa especial de aulas não presenciais, por prevenção e combate ao COVID-19, devem seguir os seguintes critérios:

I - Os docentes devem elaborar atividades pedagógicas semanais,conforme o planejamento de aulas, pautadas no Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino a qual , em consonância ao Documento de Referência Curricular Estadual.

II - É fundamental planejar atividades pedagógicas que fortaleçam as competências leitoras, a linguagem escrita, matemática, bem como as demais competências gerais e específicas, contidas em cada componente curricular, ou campos de experiências, além de contemplar o atendimento da Educação Especial.

III - As atividades pedagógicas elaboradas devem ser atrativas, de forma a incentivar as crianças, e ou adolescentes aos estudos.

IV - Podem ser inseridos vídeos, ou links para complementar as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas pelos estudantes.

V - Para os estudantes da Educação Infantil, as atividades devem ser enviadas juntamente com orientações pedagógicas aos pais ou responsáveis, podendo ser por meio de vídeos de aulas gravadas pelos docentes, com o intuito de proporcionar momentos interativos, para que as orientações possam fortalecer a realização das atividades pelas crianças, e o conhecimento relacionado ao campo de experiência. Esta orientação é uma forma de aproximar as famílias, uni-las ao conhecimento ao concluírem as atividades que estão propostas, de acordo com os campos de conhecimentos estabelecidos na Matriz Curricular.

VI - Para os estudantes do Ensino Fundamental devem ser enviadas atividade para ser realizadas diariamente, atividades pedagógicas relacionadas a dois componentes curriculares, onde ao final da semana os estudantes concluem as atividades de todos os componentes estabelecidos na Matriz Curricular.

VII - As atividades de aprendizagens devem ser armazenadas em ferramentas digitais (Google Drive e/ou Portal Educacional), para garantir acesso ao Coordenador Pedagógico, Docentes, e Equipes envolvidas, além de assegurar o registro, em arquivos, das atividades desenvolvidas com os estudantes;

VIII - A Gestão Escolar e a Coordenação Pedagógica devem assegurar o contato via mídias digitais sociais entre os docentes e os estudantes (criação de grupos de Whatsapp, pelo celular institucional, ou dos docentes, sendo um grupo por turma).

IX - As atividades de aprendizagens devem ser disponibilizadas aos estudantes via por meio de materiais impressos, ou ferramentas digitais (Whatsapp e/ou email), quando se fizer necessário.

X - Todas as atividades impressas devem ser encaminhadas com as devidas higienizações, por parte dos profissionais da educação, bem como, os pais ou responsáveis, também devem tomar os devidos cuidados na devolutiva dessas atividades,seguindo todas as recomendações da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Afonso, e também do Ministério da Saúde.

XI - Os docentes devem acompanhar as atividades realizadas pelos estudantes e dar feedbacks necessários (utilizar-se do grupo de Whatsapp da turma para incentivar os estudos e tirar dúvidas).

Art. 6 °- Os profissionais efetivos e contratados, atuando nas Instituições de Ensino, orientados pelas mantenedoras, devem se envolver e colaborar no desenvolvimento das Diretrizes Pedagógicas para o Programa Especial de Aulas não Presenciais.

Art. 7°- O Conselho Municipal de Educação nesse período de excepcionalidade deve acompanhar as ações das Mantenedoras e suas Instituições de Ensino para que considerem os dispositivos do art. 205, incisos VII do art. 206 da CF -1988, e reafirmado no inciso IX do artigo 3° da Lei n°9394/96 LDBEN; art.1° da MP n° 934/2020; § 4° do art. 32 da Lein° 9394/96 LDBEN; inciso I do art. 8° e inciso I do art. 9° do Decreto 9.057/2017; art. 9° da Resolução nº 5/2009; Decreto Lei n° 1.044/1969 e legislações vinculadas.

Art. 8° – As Mantenedoras e suas Instituições de Ensino, assim que o período restritivo para prevenção dos riscos de disseminação do Corona vírus diminuir no Município de Santo Afonso-MT, e que possibilite o retorno às aulas presenciais, devem definir coletivamente, de maneira democrática, as formas de reposição dos dias e horas letivas previstas em leis específicas.

Art. 9°- No processo de reorganização dos calendários escolares, na impossibilidade do cumprimento mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do art 1°da Medida Provisória n° 934/2020, e respeitando-se os parâmetros e os limites legais estabelecidos, e considerando as possíveis novas regulamentações, excepcionalmente, pode-se:

II - Alterar a programação, e utilizar outras estratégias, se necessárias,de reorganização do calendário escolar, tais como: ampliação da jornada diária, atividades no contraturno, o período de recesso escolar e/ ou férias, feriados, reuniões docentes, datas comemorativas, sábados, e demais alternativas que garantam o cumprimento da carga horária mínima.

III - Estender o Calendário Escolar de 2020 para o próximo ano civil,caso seja necessário.

IV - Controlar a freqüência pela instituição de educação pré-escolar,exigida a freqüência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas (Art. 31, Inciso IV da LDBEN, incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).V - Controlar a freqüência que fica a cargo da escola de ensino fundamental, conforme disposto no seu regimento, e nas normas do respectivo Sistema de Ensino exigida a freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para aprovação (Art. 24, Inciso VI da LDBEN).

VI - Em caráter excepcional, dispensar as instituições da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que, cumprida a carga horária mínima anual de 800 horas, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental (MP n° 934,de 01/04/2020).

Art. 10 - A reorganização do calendário letivo das Instituições do Sistema Municipal de Ensino deve ser aprovada por normativas próprias, e os calendários necessitam ser protocolados junto ao Conselho Municipal de Educação para acompanhamento e fiscalização de seu cumprimento.

Art. 13 – Ficam validadas todas as ações pedagógicas realizadas pelas Instituições de Ensino, no período de suspensão das aulas presenciais, a partir do dia 04/05/2020 ,desde que devidamente justificadas, registradas e comprovadas.

Parágrafo único: A carga horária referente ao período, de 23/03/2020 até 03/04/2020, será ofertada por meio de atividades extraclasses, com o uso das tecnologias, ou materiais impressos, concomitante às aulas presenciais.

Art. 14 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 – Revogam-se todas as disposições em contrário

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 062/2020

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea “b” e inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor **Rosani Andrade Silva ,** Farmacêutica, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 019/2020, tendo como objeto: **“CONTRATAÇÃO, EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Art. 2º - A servidora ora designada por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará a fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 01 DE JUNHO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 063/2020

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor **Srº. Osvaldo Ferreira Rodrigues,** Fiscal em Vigilância Sanitária, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 020/2020, tendo como objeto: **"CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE"..**

Art. 2º - O servidor ora designado por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 01 DE JUNHO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - PSS Nº 01/2019 - 23ª CONVOCAÇÃO DE APROVADOS/ CLASSIFICADOS - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 32 AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 32 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

Dispõe sobre a **23ª convocação** de candidatos aprovados e/ou classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2019 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, **considerando:**

I - o atendimento aos princípios constitucionais, em especial à Legalidade, à Impessoalidade e à Publicidade;

II - o interesse público e a necessidade da Administração;

III - a divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, via do Edital Complementar nº 9, de 24 de janeiro de 2020;

IV - a publicação do Edital Complementar nº 9 no Diário Oficial Municipal em 27/01/2020, Edição 3.405 – ANO XV – Páginas 416-437, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

V - o disposto no Decreto Municipal nº 7, de 28 de janeiro de 2020, que **homologou** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 1/2019; e

VI - a publicação do Decreto nº 7/2020 no Diário Oficial Municipal em 29/01/2020, Edição 3.407 – ANO XV – Página 569, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR para apresentação da documentação e assinatura do contrato temporário, os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2019, na forma do **Anexo I**.

Art. 2º Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, na Avenida Araguaia, nº 248 - Bairro Centro, na Sede do Município, **até o dia 10 de junho de 2020**, no horário oficial de Brasília, das 14h30min às 17h30min.

§ 1º Nos termos do *caput* deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no item 11 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, que estão transcritos no **Anexo II** deste Edital.

§ 2º O não cumprimento das exigências estipuladas no *caput* e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à contratação e de qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, conforme Edital de Abertura.

§ 3º O candidato que estiver incluído no disposto ***nos itens 10.4 e 10.5 do Edital de Abertura, introduzidos pelo Edital Complementar nº 02, perderá o direito à contratação.***

Art. 3º As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, do Decreto nº 7/2020 de Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019 e da legislação municipal aplicável.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 2 de junho de 2020.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

==========

==========

ANEXO I AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 32 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2019

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	LOCAL (LOTAÇÃO)	CLASSIFICAÇÃO
IZABEL RODRIGUES DE MELO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE – SEDE – Conforme necessidade da Secretaria	1ª
ELAINE SANTOS SILVA	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE – SEDE – Conforme necessidade da Secretaria	2ª

==========

==========

ANEXO II AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 32 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2019

DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

Ø Por ocasião da contratação, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos e requisitos, sob pena de exclusão do presente Processo Seletivo Simplificado:

§ Cumprir todas as determinações do presente Edital;

§ Não ter sido aposentado por invalidez ou aposentado compulsoriamente com mais de 70 anos de idade;

§ Não ser servidor investido em cargo comissionado, exceto se optar pela exoneração;

§ Ter, no ato da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos, com exceção do Agente Operacional que é de 21 (vinte e um) anos, conforme Art. 138 da Lei 9.503/1997 (CTB);

§ Original de documento oficial de identificação com fotografia;

§ Original do Cadastro Pessoa Física (CPF);

§ Original de Título de Eleitor;

§ Original do comprovante de votação na última eleição, podendo ser substituído por Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no site www.tse.jus.br ou no Cartório Eleitoral;

§ Original do Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);

§ Original de Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento;

§ Original de Certidão de Nascimento e outros documentos (RG, CPF) dos **filhos menores de 14 anos ou maiores, se dependentes**;

§ Original do RG, CPF, Título de Eleitor e Certidão da Nascimento/Casamento do **cônjuge ou convivente**;

§ Original do Cartão PIS/PASEP;

§ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

§ Original da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em vigor, na categoria “D”, para a função de Agente Operacional (Motorista de Transporte Escolar), ou a categoria mínima para outros condutores, conforme CTB;

§ Original de Diploma ou Certificado, que comprove o nível de escolaridade exigido para a função;

§ Original do Histórico Escolar correspondente ao Diploma ou Certificado exigido para a função;

§ Documentos do Conselho de Classe, no caso de profissões regulamentadas, apresentando:

v Original da Carteira Profissional de Registro no Conselho da respectiva categoria; e

v Certidão de Regularidade expedida pelo respectivo Conselho.

§ Declaração acerca da acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública, sendo:

v Declaração de NÃO ACUMULAÇÃO de cargo/função/emprego público, na forma do **ANEXO XI**; ou

v Declaração de ACUMULAÇÃO de até dois cargos/funções/empregos públicos, nos termos e condições de acumulação amparada pela Constituição Federal (legalmente acumuláveis e com compatibilidade de horário), na forma do **ANEXO XII**;

§ Declaração de bens e valores, na forma do **ANEXO XIII**;

§ Comprovante de residência, sendo válidas faturas de consumo de Cartão de Crédito, Água, Telefone, Energia Elétrica ou outro documento expedido por instituição pública;

§ Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), na forma do **ANEXO X**;

§ Laudo Médico para Portador de Deficiência, na forma do **ANEXO IX,** apenas para os aprovados/classificados como Portadores de Necessidades Especiais, que declararam esta situação na Ficha de Inscrição;

§ Documento que comprove conta corrente ou poupança, preferencialmente no Banco do Brasil;

Ø A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental resultará na eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da Lei.

==========

==========

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE; PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020.

A Prefeitura Municipal de São Jose do Povo - MT, através da Presidente do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que **SE PRORROGA** o Processo de Licitação–, **PREGÃO PRESENCIAL nº 17/2020.**

MOTIVO: Não Compareceu Nenhuma empresa Interessada.

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA QUE SERÁ COLOCADO NO CAMPO SOCIETY DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO E ASSENTAMENTO MARCIO PEREIRA, conforme especificado no Termo de Referência em Anexo I.

Nova data de abertura:

A abertura dos envelopes de propostas e de habilitação ocorrerá na data de **16/06/2020** (**Terça Feira**) às **13h30min** horas (horário local). No prédio da Prefeitura sala de licitação.

24.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário da pregoeira. (Pagina 23)

São José do Povo-MT, 02 de Junho de 2020.

Maria Irandi Duarte

.Presidente

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
REGIMENTO INTERNO CMAS- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Regimento Interno

Conselho Municipal de Assistência Social de São José do Povo - CMAS

Capitulo I

Do Conselho Municipal de Assistência Social

Seção I

Da Natureza e Finalidade

Art.1º - O Conselho Municipal de Assistência Social de São José do Povo-MT, órgão de deliberação colegiada instituída pela Lei Municipal Nº 044, de 11 de março de 2005 de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria de Assistência Social, reger-se-á por este regimento interno, por suas Resoluções e pelas Leis que lhe forem aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Conselho Municipal de Assistência Social de São José do Povo-MT, neste Regimento Interno será designado de CMAS.

Seção II

Das Competências

Art.2º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Definir as prioridades da Política de Assistência Social no âmbito do município;

II - Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de

Assistência Social, bem como definir, controlar e avaliar sua elaboração e execução;

III - Aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

III - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços de assistência social prestados no município entidades pública.

IV - Elaborar e aprovar o regimento interno;

V - Publicar suas resoluções e demais atos administrativos no órgão oficial de divulgação dos atos municipais;

VI - Convocar, ordinariamente, a cada 2 (dois) anos, por maioria de membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência no Município e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

VII - Manter convenção com os Conselhos de Assistência Social do Estado, União e outros municípios, bem como organismos nacionais e internacionais que atraem a área da Assistência Social, propondo convênios de mutua cooperação na forma da lei;

VIII - Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social.

Da Organização

Seção I

Composição

Art.3º - O CMAS é composto por:

I – Colegiado;

II- Secretaria Executiva.

Art. 4º - O colegiado do CMAS é composto por 16 (dez) membros titulares e respectivos suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal e Sociedade Civil respectivamente, cujos nomes são encaminhados a Secretaria Municipal de Assistência Social.

I - ESFERA DO GOVERNO:

? 08 (oito) representantes das secretarias municipais que fazem a intersetorialidade com a política de assistência social;

II - DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL

? 08 (oito) representantes das entidades e organizações de assistência social, representantes dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, representantes de usuários atendidos nos programas, projetos, serviços e benefícios dos Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

III- Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa escolhida pelas entidades e terá mandato de 02(dois) anos permitida uma única recondução por igual período;

Art.5º - A sociedade civil e o poder público poderão, a qualquer tempo, realizar a substituição de seus respectivos representantes, mediante comunicação formal, por escrito, dirigida à presidência do CMAS..

Seção II

Diretoria

Art.6º - O Presidente e o Vice-Presidente do CMAS serão escolhidos dentre os seus membros, observado o critério da alternância entre OG e ONG, a cada período de mandato de 02 (dois) ano.

Art.7º - Ao presidente do CMAS incumbe:

I - cumprir e zelar pela efetivação das decisões da Plenária do CMAS;

II - representar judicial e extrajudicialmente o conselho;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

IV - submeter a pauta à aprovação da plenária;

V - submeter, à apreciação da Plenária, a programação orçamentária e a execução físicofinanceira do Conselho;

VI - submeter à apreciação da plenária e/ou da mesa diretora, os convites para representar o CMAS em eventos externos, oficializando a representação;

VII - divulgar assuntos deliberados pelo Conselho;

VIII - decidir sobre as questões de ordem;

Art.8º - Ao vice-presidente incumbe:

I - substituir o presidente em suas ausências, e, em caso da vacância, até que se faça um novo processo de escolha;

II - auxiliar o presidente no cumprimento de suas atribuições;

III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela plenária.

Art.9º - São atribuições do (a) Secretário (a) Executivo (a):

I - Secretariar as plenárias do conselho;

II - Responsabilizar-se pelas atas da plenária;

III- Organizar e zelar pelos registros das reuniões e demais documentos do conselho e tornálos acessíveis aos conselheiros e à sociedade.

IV – Publicizar as decisões do CMAS através de Diário Oficial ou congênere;

V - Prestar, na plenária, as informações que lhe forem solicitadas pelo presidente ou pelos conselheiros;

VI - Receber e dar ciência sobre a situação dos processos que tramitam no CMAS;

VII - Prestar atendimento ao público, instruindo pedidos de inscrição junto ao Conselho, informando movimentação e trâmites de processos e/ou expedientes dirigidos ao mesmo;

VIII – Promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do CMAS.

Capitulo III

Seção I

Do Funcionamento

Art.10º - O conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, por convocação de seu Presidente ou, extraordinariamente, mediante convocação.

§ 1º - O plenário do Conselho instalar-se-á e deliberará com a presença de metade mais um de seus membros titulares ou suplentes.

§ 2º - Os pontos de pauta não apreciados serão remetidos à reunião subsequente.

Art.13º - As reuniões serão públicas, salvo quando tratar de matéria sujeita a sigilo.

Art.14º - Os trabalhos do Conselho terão a seguinte sequência:

I - Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

II - Aprovação da ordem do dia;

III - Apresentação, discussão e votação das matérias;

IV - Comunicação breve e franqueamento da palavra;

V - Encerramento.

Capitulo IV

Dos Conselheiros

Art.11º - Compete aos conselheiros:

I - Participar do plenário e das comissões ou grupos de trabalho para os quais forem designados, manifestando-se respeito de matérias em discussão;

II - Requerer a votação de matérias em discussão;

III - Propor a criação de comissões ou grupos de trabalho e indicar nomes para as mesmas;

IV - Deliberar sobre as propostas, pareceres e recomendações emitidos pelas comissões ou grupo de trabalho;

V - Requisitar a Secretaria e aos demais membros do Conselho todas as informações que julgarem pertinentes para o desempenho de suas funções.

VI - Participar de eventos de capacitação e aperfeiçoamento na área de assistência social;

VII - Participar das conferências nacional, estadual, regional e municipal da Assistência, quando delegados.

VIII - Propor alterações no Regimento do CMAS;

IX - Votar e ser votado para cargos do Conselho.

Capitulo V

Das Disposições Gerais

Art.12º - O Conselheiro perderá o mandato se faltar a 03 (três) plenárias consecutivas ou a 06 (seis) alternados salvo quando justificado por escrito e aprovado pelo Plenário.

Art.13º - Por ocasião da posse no CMAS serão convocados conselheiros titulares e suplentes.

Art.14º - Quando da realização da Conferência Municipal serão convocados os conselheiros titulares e seus suplentes, para participarem como delegados.

Art.15º - Este Regimento Interno será submetido à revisão quando a plenária achar necessário, passando a vigorar após a data de sua publicação.

Art.16º - O presente Regimento entra em vigor a partir da data da publicação.

São José do Povo, 23 de Abril de 2020.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CMAS ANO 2020

HORÁRIO 14: hs

JANEIRO 08/01/2020

FEVEREIRO 12/02/2020

MARÇO 12/03/2020

ABRIL 16/04/2020

MAIO 14/05/2020

JUNHO 17/06/2020

JULHO 15/07/2020

AGOSTO 13/08/2020

SETEMBRO 16/092020

OUTUBRO 15/10/2020

NOVEMBRO 16/11/2020

DEZEMBRO 10/12/2020 **Regimento Interno**

Conselho Municipal de Assistência Social de São José do Povo - CMAS

Capitulo I

Do Conselho Municipal de Assistência Social

Seção I

Da Natureza e Finalidade

Art.1º - O Conselho Municipal de Assistência Social de São José do Povo-MT, órgão de deliberação colegiada instituída pela Lei Municipal Nº 044, de 11 de março de 2005 de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria de Assistência Social, reger-se-á por este regimento interno, por suas Resoluções e pelas Leis que lhe forem aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Conselho Municipal de Assistência Social de São José do Povo-MT, neste Regimento Interno será designado de CMAS.

Seção II

Das Competências

Art.2º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Definir as prioridades da Política de Assistência Social no âmbito do município;

II - Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de

Assistência Social, bem como definir, controlar e avaliar sua elaboração e execução;

III - Aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

III - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços de assistência social prestados no município entidades pública.

IV - Elaborar e aprovar o regimento interno;

V - Publicar suas resoluções e demais atos administrativos no órgão oficial de divulgação dos atos municipais;

VI - Convocar, ordinariamente, a cada 2 (dois) anos, por maioria de membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência no Município e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

VII - Manter convenção com os Conselhos de Assistência Social do Estado, União e outros municípios, bem como organismos nacionais e internacionais que atraem a área da Assistência Social, propondo convênios de mutua cooperação na forma da lei;

VIII - Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social.

Da Organização

Seção I

Composição

Art.3º - O CMAS é composto por:

I – Colegiado;

II- Secretaria Executiva.

Art. 4º - O colegiado do CMAS é composto por 16 (dez) membros titulares e respectivos suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal e Sociedade Civil respectivamente, cujos nomes são encaminhados a Secretaria Municipal de Assistência Social.

I - ESFERA DO GOVERNO:

? 08 (oito) representantes das secretarias municipais que fazem a intersetorialidade com a política de assistência social;

II - DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL

? 08 (oito) representantes das entidades e organizações de assistência social, representantes dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, representantes de usuários atendidos nos programas, projetos, serviços e benefícios dos Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

III- Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa escolhida pelas entidades e terá mandato de 02(dois) anos permitida uma única recondução por igual período;

Art.5º - A sociedade civil e o poder público poderão, a qualquer tempo, realizar a substituição de seus respectivos representantes, mediante comunicação formal, por escrito, dirigida à presidência do CMAS..

Seção II

Diretoria

Art.6º - O Presidente e o Vice-Presidente do CMAS serão escolhidos dentre os seus membros, observado o critério da alternância entre OG e ONG, a cada período de mandato de 02 (dois) ano.

Art.7º - Ao presidente do CMAS incumbe:

I - cumprir e zelar pela efetivação das decisões da Plenária do CMAS;

II - representar judicial e extrajudicialmente o conselho;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

IV - submeter a pauta à aprovação da plenária;

V - submeter, à apreciação da Plenária, a programação orçamentária e a execução físicofinanceira do Conselho;

VI - submeter à apreciação da plenária e/ou da mesa diretora, os convites para representar o CMAS em eventos externos, oficializando a representação;

VII - divulgar assuntos deliberados pelo Conselho;

VIII - decidir sobre as questões de ordem;

Art.8º - Ao vice-presidente incumbe:

I - substituir o presidente em suas ausências, e, em caso da vacância, até que se faça um novo processo de escolha;

II - auxiliar o presidente no cumprimento de suas atribuições;

III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela plenária.

Art.9º - São atribuições do (a) Secretário (a) Executivo (a):

I - Secretariar as plenárias do conselho;

II - Responsabilizar-se pelas atas da plenária;

III- Organizar e zelar pelos registros das reuniões e demais documentos do conselho e tornálos acessíveis aos conselheiros e à sociedade.

IV – Publicizar as decisões do CMAS através de Diário Oficial ou congênere;

V - Prestar, na plenária, as informações que lhe forem solicitadas pelo presidente ou pelos conselheiros;

VI - Receber e dar ciência sobre a situação dos processos que tramitam no CMAS;

VII - Prestar atendimento ao público, instruindo pedidos de inscrição junto ao Conselho, informando movimentação e trâmites de processos e/ou expedientes dirigidos ao mesmo;

VIII – Promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do CMAS.

Capitulo III

Seção I

Do Funcionamento

Art.10º - O conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, por convocação de seu Presidente ou, extraordinariamente, mediante convocação.

§ 1º - O plenário do Conselho instalar-se-á e deliberará com a presença de metade mais um de seus membros titulares ou suplentes.

§ 2º - Os pontos de pauta não apreciados serão remetidos à reunião subsequente.

Art.13º - As reuniões serão públicas, salvo quando tratar de matéria sujeita a sigilo.

Art.14º - Os trabalhos do Conselho terão a seguinte sequência:

I - Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

II - Aprovação da ordem do dia;

III - Apresentação, discussão e votação das matérias;

IV - Comunicação breve e franqueamento da palavra;

V - Encerramento.

Capitulo IV

Dos Conselheiros

Art.11º - Compete aos conselheiros:

I - Participar do plenário e das comissões ou grupos de trabalho para os quais forem designados, manifestando-se respeito de matérias em discussão;

II - Requerer a votação de matérias em discussão;

III - Propor a criação de comissões ou grupos de trabalho e indicar nomes para as mesmas;

IV - Deliberar sobre as propostas, pareceres e recomendações emitidos pelas comissões ou grupo de trabalho;

V - Requisitar a Secretaria e aos demais membros do Conselho todas as informações que julgarem pertinentes para o desempenho de suas funções.

VI - Participar de eventos de capacitação e aperfeiçoamento na área de assistência social;

VII - Participar das conferências nacional, estadual, regional e municipal da Assistência, quando delegados.

VIII - Propor alterações no Regimento do CMAS;

IX - Votar e ser votado para cargos do Conselho.

Capitulo V

Das Disposições Gerais

Art.12º - O Conselheiro perderá o mandato se faltar a 03 (três) plenárias consecutivas ou a 06 (seis) alternados salvo quando justificado por escrito e aprovado pelo Plenário.

Art.13º - Por ocasião da posse no CMAS serão convocados conselheiros titulares e suplentes.

Art.14º - Quando da realização da Conferência Municipal serão convocados os conselheiros titulares e seus suplentes, para participarem como delegados.

Art.15º - Este Regimento Interno será submetido à revisão quando a plenária achar necessário, passando a vigorar após a data de sua publicação.

Art.16º - O presente Regimento entra em vigor a partir da data da publicação.

São José do Povo, 23 de Abril de 2020.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CMAS ANO 2020

HORÁRIO 14: hs

JANEIRO 08/01/2020

FEVEREIRO 12/02/2020

MARÇO 12/03/2020

ABRIL 16/04/2020

MAIO 14/05/2020

JUNHO 17/06/2020

JULHO 15/07/2020

AGOSTO 13/08/2020

SETEMBRO 16/092020

OUTUBRO 15/10/2020

NOVEMBRO 16/11/2020

DEZEMBRO 10/12/2020

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome do conselho: Conselho Municipal de Assistência Social

Data da Vigência: 31/07/2019 a 31/07/2021

Nome do Presidente: Sidnéia Caetano dos Santos

Secretaria Executiva: Ivanilda Ferreira de Souza

E-mail: nucleodeconselhossjp@hotmail.com

Telefone: 66 3494 1006

Dia, hora e local das Reuniões: segunda semana de cada mês não temos dia certo dessa semana no Salão do CRAS as 14:00hs.

O CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social é um órgão deliberativo, de caráter permanente, de composição paritária (Sociedade Civil e Governo), vinculado diretamente ao Gestor da Política de Assistência Social, Sra. Alessandra Alves dos Reis, instituído pela Lei Municipal Nº 044, de 11 de março de 2005.

Sidnéia Caetano dos Santos

Presidente do CMAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1ª RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2020.

A comissão de licitação da prefeitura de São Jose do Povo-MT, nomeada pela portaria nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, no uso de suas atribuições, torna publico ao interessados a retificação da impugnação ao pregão 20/2020 apresentada pela empresa A.M. DE ABREU EIRELI.

ONDE SE LÊ

8.2 Habilitação Jurídica (Art. 28 da Lei Federal n. 8.666/93)

a) - cédula de identidade dos sócios (copia autenticada em cartório competente);

b) - registro comercial, no caso de empresa individual;

c) - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c.1) – Caso a empresa apresentar o registro comercial, no caso de empresa individual, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no credenciamento do representante, fica facultada a apresentação do mesmo no envelope de Habilitação.

8.3 Regularidade Fiscal (Art. 29 da Lei Federal n. 8.666/93)

a) - **prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC ou CNPJ/MF);**

b) - **prova de que a empresa esta em plena atividade, relativo ao domicilio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, que devera ser comprovado através do Alvara de Funcionamento da empresa.**

c) – **prova de regularidade para com a Fazenda Federal, ou outra equivalente, na forma da lei, que devera ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;**

d) – **prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicilio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, que devera ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;**

e) – **prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicilio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, que devera ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;**

f) - **prova de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, que devera ser comprovado através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa emitida pela Caixa Econômica Federal;**

g) - **prova de regularidade relativa a Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, que devera ser comprovado através de Certidão Negativa de Débitos – INSS, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou outra equivalente;**

h) - **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;**

i) **Certidão Negativa de Falência ou concordata.**

j) **Balanço patrimonial do último exercício social**.

LEIA-SE

8.2 Habilitação Jurídica (Art. 28 da Lei Federal n. 8.666/93)

a) - cédula de identidade dos sócios (copia autenticada em cartório competente);

b) - registro comercial, no caso de empresa individual;

c) - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c.1) – Caso a empresa apresentar o registro comercial, no caso de empresa individual, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no credenciamento do representante, fica facultada a apresentação do mesmo no envelope de Habilitação.

8.3 Regularidade Fiscal (Art. 29 da Lei Federal n. 8.666/93)

a) - **prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC ou CNPJ/MF);**

b) - **prova de que a empresa esta em plena atividade, relativo ao domicilio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, que devera ser comprovado através do Alvara de Funcionamento da empresa.**

c) – **prova de regularidade para com a Fazenda Federal, ou outra equivalente, na forma da lei, que devera ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;**

d) – **prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicilio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, que devera**

ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;

e) – **prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicilio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, que devera ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;**

f) - **prova de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, que devera ser comprovado através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa emitida pela Caixa Econômica Federal;**

g) - **prova de regularidade relativa a Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, que devera ser comprovado através de Certidão Negativa de Débitos – INSS, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou outra equivalente;**

h) - **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;**

i) **Certidão Negativa de Falência ou concordata.**

j) **Balanço patrimonial do último exercício social**.

l) Registro ou inscrição da empresa no CREA, válido;

m) Prova de registro ou responsável técnico no CREA , válido;

n) Certidões de Acervo Técnico-CAT;

o) Certidão Negativa de Falência . Recuperação Judicial e Recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica .

COMUNICO aos interessados que devido essa retificação a Comissão achou por bem prorrogar a abertura do Pregão. Comunico que não foi inalteradas as demais disposição do edital, somente o que se refere a habilitação.

Nova data de abertura; 19 de Junho 2020 as 13:30 horas

Informações: 66 34941137 e-mail licitacao2019sjp@gmail.com

Edital e Anexos: colocado à disposição dos interessados portal transparência www.saojosedopovo.mt.gov.br

SÃO JOSE DO POVO-MT, 02 de junho de 2020.

MARIA IRANDI DUARTE

Presidente Comissão de Licitação.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 33/2020 - DE 2 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a Prorrogação do Processo de Sindicância Nº002/2020, e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Prorrogar por igual periodo (30 dias) a contar da publicação desta, o prazo para conclusão dos trabalhos referente ao Processo de Sindicânte Nº002/2020 em relação ao fato ocorrido no dia 04/04/2020 envolvendo o veículo (Ambulância Doblo) dessa Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando as disposições ao contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 02 de Junho de 2020

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES - ADMINISTRAÇÃO / OUVIDORIA
PORTARIA 13/2020

PORTARIA Nº 13/ 2020 De 25 de Maio de 2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº 05/2020 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT.

A Presidente da Câmara Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Srª. CORACINA J. CARVALHO SPANHOLI, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º Fica através desta nomeada a Sr.ª **Adelaine Rodrigues da Silva**, como Fiscal do Contrato nº 05/2020, da Câmara Municipal de São José do Xingu/MT, Estado de Mato Grosso:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM, 25 DE MAIO de 2020.

CORACINA J. CARVALHO SPANHOLI

Presidente da Câmara Municipal de

São José do Xingu- MT

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EM, 25 DE MAIO DE 2020.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 127/2020

PORTARIA Nº 127/2020

DE 01 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012**,** baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio a servidora SAMARA MARIA NOLETO SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Técnica em Enfermagem, no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 01/06/2020 a 30/08/2020, totalizando 90 dias, Conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 01 de junho de 2020

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

OUVIDORIA
PORTARIA Nº 003, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre designação de servidor e dá outras providências.

O Sr. CLAUDINEY ALVES RIBEIRO, Diretor Geral do Departamento Autônomo de Água e Esgoto, de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso III, do Artigo 16 da Lei Complementar nº 054/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR JURÍDICO, o servidor PAULO HENRIQUE PIVOTTI JUNQUEIRA, portador do RG nº 1324904-5 SSP/MT e do CPF nº 989.795.821-53, fazendo jus aos vencimentos apenas do cargo de Procurador do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de maio do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA. PUBLICADA. CUMPRA-SE.

São José dos Quatro Marcos-MT, em 02 de junho de 2020.

CLAUDINEY ALVES RIBEIRO

Diretor Geral-DAAE

PREVIQUAM
PORTARIA Nº 041/2020 PREVIQUAM

PORTARIA N.º __041_/2020. "Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor do Sr. Agustinho Pazeto"

O Diretor Executivo do PREVIQUAM, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/03, de 19 de dezembro de 2003, Art. 208, inciso "I", da Lei Complementar n.º 005/03, de 19 de dezembro de 2003, Art. 12, inciso "I", c/c com art. 14 da Lei Municipal n. º 006/05, de 01 de junho de 2005.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por invalidez** em favor do **Sr. Agustinho Pazeto**, portador do RG. n. º 1396181 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n. º 202679081-72 e Título Eleitoral de n.º 003538031864, Zona "052", Seção "0170", efetivo no cargo de **Mecânico, nível "11", classe "H",** contando com um total de **8.031 dias, ou seja, 22 (vinte e dois) anos e 01 (um) dia,** de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Obras, com **proventos calculados pela integralidade da média das 80 maiores remunerações e sem direito a paridade**, conforme processo PREVIQUAM n.º 32/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18 de setembro de 2018, revoga-se neste ato a portaria n.º 60/2018.

Registre, publique e cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos - MT, 02 de junho de 2020.

Miguel Souza de Andrade Junior Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

Ronaldo Floreano Dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 206 DE 21 DE MAIO DE 2020

DISPÕE SOBRE DESTITUIÇÃO DE SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - Destituir do cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO, o servidor DEJAIR AZAMBUJA MARTINS, não sendo mais responsável pelo DIRETOR *DE TRANSITO, SEGURANÇA E TRANSPORTE* uma vez que o departamento foi extinto pela Lei Complementar nº 055 de 07 de maio de 2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de maio do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 21 DE MAIO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

OUVIDORIA
PORTARIA Nº 005, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre designação de servidor e dá outras providências.

O Sr. CLAUDINEY ALVES RIBEIRO, Diretor Geral do Departamento Autônomo de Água e Esgoto, de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso III, do Artigo 16 da Lei Complementar nº 054/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para exercer a função de PREGOEIRO, o servidor EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, portador do RG nº 2411861-3 SSP/MT e do CPF nº 045.132.041-76, fazendo jus aos vencimentos apenas do cargo de Chefe do Departamento de Licitação do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de maio do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA. PUBLICADA. CUMPRA-SE.

São José dos Quatro Marcos-MT, em 02 de junho de 2020.

CLAUDINEY ALVES RIBEIRO

Diretor Geral-DAAE

OUVIDORIA
PORTARIA Nº 004, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre designação de servidor e dá outras providências.

O Sr. CLAUDINEY ALVES RIBEIRO, Diretor Geral do Departamento Autônomo de Água e Esgoto, de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso III, do Artigo 16 da Lei Complementar nº 054/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para exercer a função de TESOUREIRO, o servidor DOUGLAS SAMPAIO PEREIRA, portador do RG nº 1959257-4 SSP/MT e do CPF nº 033.133.531-00, fazendo jus aos vencimentos apenas do cargo de Tesoureiro do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de maio do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA. PUBLICADA. CUMPRA-SE.

São José dos Quatro Marcos-MT, em 02 de junho de 2020.

CLAUDINEY ALVES RIBEIRO

Diretor Geral-DAAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA-MT

Contratada:PAULO ROCHA DO SANTOS EIRELI

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE TAPA BURACO, EM RUAS E AVENIDAS DESTE MUNICIPIO".

Prazo: 90 (noventa) dias.

VALOR GLOBAL: R$ 325.046,67 (trezentos e vinte e cinco mil e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

ASSINATURA: 02 de junho de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2020.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2020.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada - MT torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão na forma Presencial SRP n° 006/2020, para o **REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A LOCAÇÃO DE CAMINHAO PIPA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT.** A Sessão de Abertura será realizada no dia **15 de Junho de 2020, às 09h00min (horário oficial de Brasília - DF)**. Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal diretamente na sala da C.P.L. no horário de 08h00min às 12h00min ou pelo telefone (66) 3473-1008 e também pelo e-mail – **licita.serranova@hotmail.com**.

Em Serra Nova Dourada - MT, em 02 de Junho de 2020.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 021/2020.

P.M.S.N.D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 007/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Pregão Presencial n.º 015/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2019, ORIUNDO DA LICITAÇÃO – Pregão Presencial n.º 015/2019, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE FORNECIMENTO E GERENCIAMENTO DE SOFTWARE COM SISTEMA DE LEITURA DE HIDRÔMETRO COM EMISSÃO DE FATURAS SIMULTÂNEAS PARA ATENDER O SETOR DE ÁGUA E ESGOTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme o Termo de Referência do Anexo I do Edital, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT E A EMPRESA COGESAN – COMPANHIA GERENCIADORA DE SANEAMENTO EIRELI – ME inscrito no CNPJ Sob n° 22.580.606/0001-86.

PREÂMBULO

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

DA FINALIDADE E FUNDAMENTO LEGAL

O município de TABAPORÃ – MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 37.464.997/0001-40, situada na Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979, representada pelo seu Prefeito Municipal o senhor SIRINEU MOLETA, brasileiro, solteiro, portador do RG nº MG-12.223.800 SSP/MG e CPF nº 505.657.109-15, residente na Rua José Carlos Moreira, s/nº, Centro no município de Tabaporã – MT, de ora em diante denominada CONTRATANTE.

COGESAN – COMPANHIA GERENCIADORA DE SANEAMENTO EIRELI – ME inscrito no CNPJ Sob n° 22.580.606/0001-86, com sede administrativa na Rua Oscar Kunio Kawakami, n° 246-N, Centro, CEP 78.563-000, Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, representada pelo senhor Bruno Wagner Zago, brasileiro, maior, , portador do RG nº. 10400583 SJ/MT e CPF nº. 021.475.981-43, residente e domiciliadono Município de Tangara da Serra, Estado de Mato Grosso, doravante denominado de CONTRATADO.

DA FINALIDADE

O presente termo aditivo também tem como finalidade e Prorrogar a vigência do CONTRATO 007/2019, por mais 12 (Doze) Meses, com inicio em 03/06/2020 e término em até 03 de Junho de 2021 conforme este termo aditivo e os termos do Art. 57 da Lei 8666/93.

O presente termo aditivo também tem como finalidade o reajuste de preços dos ITENS 01 e 02 do Contrato nº 007/2019, aumentando o valor dos ITENS em 4.48%, passando o Valor Unitario do Item 01 de R$ 1.250,00 (Um mil duzentos e cinquenta reais) para R$ 1.306,00 (Um mil trezentos e seis reais), e o ITEM 01 de R$: 650,00 (Seiscentos e cinquenta reais) para R$: 679,12 (Seiscentos e setenta e nove reais e doze centavos).

O valor global para a execução do contrato de R$: 22.800,00 (Vinte e dois mil e oitocentos reais) passa a ser um valor global de R$: 23.821,44 (Vinte e três mil oitocentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo tem por fundamento legal os dispostos nos artigo 65, incisos I e II, da lei nº 8.666/93 bem como o que dispõe as Clausulas sexta do Contrato 007/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste termo aditivo, a alteração da CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E FINALIDADE, Sub item 2.1, com a adição de 4.48 % - R$ 1.021,44 (um mil e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos) ao valor global do Contrato n° 007/2019 e da CLAUSULA DECIMA – prorrogando a vigência do contrato por mais 12 (Doze) Meses conforme artigo 57, inciso II da Lei n. ° 8.666/93.

CLAÚSULA SEGUNDA

DO OBJETO E FINALIDADE, passa a ter a seguinte redação:

Constitui o objeto deste termo aditivo, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE FORNECIMENTO E GERENCIAMENTO DE SOFTWARE COM SISTEMA DE LEITURA DE HIDRÔMETRO COM EMISSÃO DE FATURAS SIMULTÂNEAS PARA ATENDER O SETOR DE ÁGUA E ESGOTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO

DE TABAPORÃ – MT, conforme o Termo de Referência do Anexo I do Edital, bem como na Cláusula segunda do Contrato n° 007/2019.

CLAUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, passa a ter a seguinte redação:

Os valores referentes os serviços a ser prestados, serão pagos mensalmente conforme proposta apresentada pela CONTRATADA, acostada ao Procedimento Administrativo na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2019, conforme segue:

LOTE 01

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Item Código Int. Código TCE Quant. Descrição Valor Unitário Valor Total

01 98633 214594-4 12 Meses Software para Gerenciamento do Departamento de Água e Esgoto. R$: 1.306,00 R$: 15.672,00

02 98634 00014654 12

Meses Software para leitura de hidrômetros com emissão faturas simultâneas+coletor+impressora+bobinas R$: 679,12 R$: 8.149,44

Totalizando o valor Global de R$ 23.821,44 (Vinte e três mil oitocentos e vinte e um reais e quarenta e e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste processo administrativo correrão por conta da – LOA/2020, dotações orçamentárias como segue abaixo:

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Obras

Unidade Orçamentária: 003 – Coordenadoria de Saneamento Básico

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512– Saneamento Básico Urbano

Programa: 0015 Promover a Qualidade de vida

Projeto Atividade: 2099- Manutenção com saneamento básico

Elemento de Despesas: 33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica

FONTE:---------- 100 – Recurso Próprio

CLAUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Clausulas e Artigos do Contrato em Referência, não alteradas por esse instrumento, permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, Ratificadas.

CLAUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Tabaporã/MT, para dirimir questões oriundas deste Termo Aditivo não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. É parte integrante deste Termo Aditivo independente de transcrição: o Edital do Pregão Presencial n.º 015/2019, e a proposta da CONTRATADA.

6.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter as condições de habilitação, especialmente, no que diz respeito à seguridade social, durante toda a vigência do Contrato.

6.3. E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (Três) vias de igual teor e forma, impressas em um só lado, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas para que produza todos os seus efeitos legais.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei no 8.666/93.

Tabaporã - MT, 03 de Junho de 2020.

Município de Tabaporã/MT

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE COGESAN – COMPANHIA GERENCIADORA DE SANEAMENTO EIRELI – ME

CNPJ Sob n° 22.580.606/0001-86

Bruno Wagner Zago

Representante

CONTRATADO

Edileusa Maria Lolato

CPF Sob n° 034.079.511-59

Testemunha Marilucia Aparecida Martins dos Santos

CPF Sob n° 535.802.491-34

Testemunha

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA Nº. 296/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 01/06/2020*, com término em 30/06/2020*, *referente ao período aquisitivo de 02/06/2017 à 01/06/2018,* a senhora **FABIANA CARVALHO FERREIRA,** servidora efetiva, admitido em 02/06/2006, nocargo de **TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – AGENTE ADMINISTRATIVO,** com matricula no RH nº. 748, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/06/2020, revogando se as disposições em contrário.

.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Junho de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA Nº. 297/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 01/06/2020*, com término em 30/06/2020*, *referente ao período aquisitivo de 07/06/2018 à 06/06/2019,* a senhora **NEIVA FARTO DE CARVALHO,** servidora efetiva, admitido em 07/06/2006, nocargo de **TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – AGENTE ADMINISTRATIVO,** com matricula no RH nº. 772, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/06/2020, revogando se as disposições em contrário.

.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Junho de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA Nº. 298/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 01/06/2020*, com término em 30/06/2020*, *referente ao período aquisitivo de 08/01/2019 à 07/01/2020,* a senhora **MÁRCIA REGINA BAESSO BRIXNER,** servidora comissionada, admitido em 08/01/2018, nocargo de **OUVIDORA,** com matricula no RH nº. 1784 **lotado na Secretaria Municipal de** Administração e Planejamento desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/06/2020, revogando se as disposições em contrario.

.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Junho de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.075/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de **02/06/2020** a senhora ***RENATA LUCIA RONDON LEITE,***do cargo de **Chefe da USC/Unidade de Serviços Conveniados, Projeto de Assentamento Mercedes Benz I e II,** com matricula no RH nº. 1973, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 1.090/2017 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 02 de Junho de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.023/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº.018/2020

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/000-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000 fone (66) 3557-1248, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 002/2020 de 10/01/2020, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - *EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME – EPP – CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2018,*** do tipo **Menor Preço por item,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **AQUISIÇÃO MERENDA ESCOLAR, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT,** de acordo com o *ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA*.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06, LC 147/14 E A LEI MUNICIPAL N° 1.117/2018.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- 18/06/2020

Horário:---------- Das 07h30minh ÀS 08h00-minh (Horário Local/MT)

Local:---------- Rua Tancredo Neves, nº. 1059, Centro, CEP – 78.563-000

DO JULGAMENTO

Data:---------- 18/06/2020

Horário:---------- 08h00min Horas (horário local/MT)

Local:---------- Rua Tancredo Neves, nº. 1059, Centro, CEP – 78.563-000

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço acima citado, pelo telefone 66 3557 1248, pelo site http://www.tabaporatransparente.com.br/ ou pelo e-mail licitação@tabapora.mt.gov.br* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã/MT, 02 de Junho de 2020.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria n° 002/2020

PORTARIA Nº. 299/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DA LICENÇA MATERNIDADE, a partir do dia 05/05/2020 a senhora ***LUCIENE OLIMPIO TORRES*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1826, no cargo de **AGENTE DE SAUDE I – AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS**, **lotada na Secretaria Municipal** de Saúde desta Prefeitura, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 77 e com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a data do retorno de 05/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 03 de Junho de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.074/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, na data de **02/06/2020,** o senhor **RICARDO PEREIRA LIMA,**servidor Comissionado nocargo de **CHEFE DA USC/UNIDADE DE SERVIÇOS CONVENIADOS, SEDE TABAPORÃ,** com matricula no RH nº. 1980, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 1.090/2017 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 02 de Junho de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 003 /2020/CMAS

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO DE AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS - COVID19.

O Conselho Municipal da Assistência Social de Tabaporã MT, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 721/2009 e conforme aprovado na reunião plenária Extraordinária de 08 de Abril de 2020;

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, da Assistência Social;

Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de ação **de** Execução de ações Socioassistenciais - COVID19**. Conforme a ata de provação 092/2020.**

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tabaporã-MT; 02 de Junho de 2020.

Jeferson Camargo Cordeiro

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº. 300/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** os Senhores abaixo relacionados, para que acompanhe e fiscalize o contrato administrativo discriminado:

I – Titular: ANDREIA HATSCHBACH DE FREITAS, servidora Efetiva, nocargo de Técnico Administrativo Educacional, admitido em 02/06/2006, com matricula no RH nº. 749; **Suplente**: **MARIA SUELY MAGALHAES GOMES,** servidora efetiva, admitida em 06/02/2002, nocargo de Professora**,** com matricula no RH nº 86; ambas lotadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

Artigo 2º. - Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização do contrato abaixo descrito:

CONTRATO	DATA	CONTRATADO	OBJETO
35/2020	25/03/2020	CALABRIA MHG CONSTRUTORA EIRELI EPP	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A COSNTRUÇÃO ASFALTICA EM TSD, SINALIZAÇÃO VIARIA, NO NÚCLEO URBANO DO LOTEAMENTO NOVA FRONTEIRA NO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT.

Artigo 3º. – O prazo do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 25/03/2020 até 24/03/2021, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos.

Artigo 4º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 03 de Junho de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAR

LEI MUNICIPAL N.º 1226 , DE 26 DE MAIO DE 2020.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convenio com o Conselho de Desenvolvimento de Americana do Norte - CODEAN, e dá outras providencias.

O Sr. SIRINEU MOLETA, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convenio com o Conselho de Desenvolvimento de Americana do Norte - CODEAN, inscrita no CNPJ sob n.º 07.257.938/0001-30, com sede a Avenida Um (01), Cidade de Tabaporã/MT, no valor de R$ 48.487,48 (quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos) no exercício de 2020, com a finalidade para auxiliar na manutenção da Agencia de Correio Comunitária, Posto da Policia Militar, Posto de Saúde e Coleta de Lixo da zona urbana desta cidade.

Parágrafo Único – Em contrapartida ao repasse mencionado no Art. 1º fica o Conselho de Desenvolvimento de Americana do Norte-CODEAN compromissada de fornecer um empregado para atendimento da clientela da

Agencia de Correio Comunitária e uma zeladora para Posto da Policia Militar e Posto de Saúde desta cidade.

Art. 2º - A forma e as condições do repasse serão estabelecidas no Termo de Convenio, que será firmado entre as partes.

Art. 3º - Para pagamento da despesa referida no Art. 1º, será utilizada verba constante no Orçamento Financeiro do exercício na dotação abaixo especificada, suplementada, se necessário.

- 02.001.04.122.0002.2002.3390.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 26 de Maio de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.077/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - NOMEAR, a partir de 03/06/2020, a Senhora **RENATA LUCIA RONDON LEITE,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº 47.823.883-6 SSP/SP, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe do CAE/ Centro De Atendimento Empresarial ao Micro Empreendedor Individual,** lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 37, Inciso V da Lei Municipal nº. 1.090/2017 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Junho de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.076/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - NOMEAR, a partir de 03/06/2020, o Senhor **RICARDO PEREIRA LIMA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 2112479-5 SEJSP/MT, para ocupar o cargo em comissão de **Coordenador de Manutenção de Estradas,** na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 35, Inciso II da Lei Municipal nº. 1.090/2017 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Junho de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 299/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DA LICENÇA MATERNIDADE, a partir do dia 05/05/2020 a senhora ***LUCIENE OLIMPIO TORRES*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1826, no cargo de **AGENTE DE SAUDE I – AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS**, **lotada na Secretaria Municipal** de Saúde desta Prefeitura, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 77 e com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a data do retorno de 05/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 03 de Junho de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SEMMEA
EDITAL DE DEFERIMENTO DA LICENÇA AMBIENTAL

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, em consonância com o artigo 103 da Lei Orgânica do Município de Tangará da Serra/MT, torna públicas as seguintes licenças ambientais emitidas.

Processo	N.º da Licença	Nome/Razão Social	Atividade Licenciada
40920/2019	LP n.º 001/SEMMEA/2020 LI n.º 001/SEMMEA/2020 LO n.º 001/SEMMEA/2020	SPEED AUTO CENTER LTDA	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
14701/2019	LP n.º 002/SEMMEA/2020 LI n.º 002/SEMMEA/2020 LO n.º 002/SEMMEA/2020	TIRENTULHO LIMPEZA E TRANSPORTE LTDA – ME	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS PARA REMOÇÃO DE ENTULHOS
17193/2019	LP n.º 003/SEMMEA/2020 LI n.º 003/SEMMEA/2020 LO n.º 003/SEMMEA/2020	PASSAMANI E CASTILHO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS S/C LTDA – ME	CLÍNICA ODONTOLÓGICA
10499/2019	LP n.º 004/SEMMEA/2020 LI n.º 004/SEMMEA/2020	DÉBORA NUNES DE LIMA	CLÍNICA ODONTOLÓGICA

	LO n.º 004/SEMMEA/2020		
9441/2019	LP n.º 005/SEMMEA/2020 LI n.º 006/SEMMEA/2020 LO n.º 006/SEMMEA/2020	ODONTOLIFE – CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA - ME	CLÍNICA ODONTOLÓGICA
30134/2018	LI n.º 005/SEMMEA/2020 LO n.º 005/SEMMEA/2020	PEREIRA BARBOSA & BARBOSA LTDA - ME	DEPÓSITO DE RESÍDUOS DE ENTULHO E DE CONSTRUÇÃO CIVIL
6944/2019	LP n.º 006/SEMMEA/2020 LI n.º 007/SEMMEA/2020 LO n.º 007/SEMMEA/2020	TUHANNI MAYARA GOUVEIA (Odonto Mais)	CLÍNICA ODONTOLÓGICA
17754/2019	LP n.º 007/SEMMEA/2020 LI n.º 008/SEMMEA/2020 LO n.º 008/SEMMEA/2020	ELIZETE APARECIDA OLIANE GIROTO	CLÍNICA ODONTOLÓGICA
32798/2019	LP n.º 008/SEMMEA/2020 LI n.º 009/SEMMEA/2020 LO n.º 010/SEMMEA/2020	JOSÉ FRANCISCO BEZERRA COMÉRCIO - ME	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TAPEÇARIA
40104/2019	LO n.º 009/SEMMEA/2020	CENTRAL HIDRÁULICA COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI – EPP	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
33526/2019	LP n.º 009/SEMMEA/2020 LI n.º 010/SEMMEA/2020	TELXIUS TORRES BRASIL LTDA	TORRE DE TELEFONIA MÓVEL
27992/2018	LP n.º 010/SEMMEA/2020 LI n.º 011/SEMMEA/2020 LO n.º 012/SEMMEA/2020	O AZEVEDO MENDES - ME	LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS PARA REMOÇÃO DE ENTULHOS
30595/2019	LO n.º 011/SEMMEA/2020	BRUNO CORREA RASCHEJA	PREPARAÇÃO DE CARNE, BANHA E PRODUTOS DE SALSICHARIA NÃO ASSOCIADOS AO ABATE (Coleta e preparação de sub-produtos do abate)

Tangará da Serra – MT, 02 de junho de 2020

Vanderson Krampe

Secretário Municipal do Meio Ambiente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020.

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 028/2020: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, EXPURGO E LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE,** conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital e seus anexos, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 02.06.2020. Márcia Dourado Ferreira. Pregoeira Oficial - Portaria nº 558/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.562/2020

SÚMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de dotações para atender Construção de Galerias e Bueiros no Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências".

VALTER KUHN, *Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado incluir no PPA 2020/2021, aprovado pela Lei Municipal nº 1.503/2019 e LDO/2020, aprovada pela Lei Municipal nº 1504/2019, bem como abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento programa LOA/2020, aprovado pela Lei Municipal nº 1.524/2019, o valor de R$ 957.000,00(novecentos e cinquenta e sete mil reais), nas seguintes Funcionais Programáticas:

05 Secretaria Mun. de Infraestrutura

002 Departamento de Infraestrutura e Transporte

26 Transporte

782 Transporte Rodoviário

0006 Caminhos Sustentáveis

1101 Construção e Reconstrução de Bueiros e Pontes de Concreto

4490-51 – Obras e Instalações

Código Geral: 05.002.26.780.0006.1.101.4.490-51 – R$ 957.000,00

Meta Física Global do Projeto R$ 957.000,00 – Costruções de Galerias e Bueiros

Meta Financeira: Fonte Recursos 0.1.24.0000 Transf. de Convênios Outros R$ 957.000,00.

Art. 2º - O valor do Crédito Suplementar ora autorizado tem fulcro no artigo em conformidade a Lei Federal nº 4.320/64, artigo 43, §1º, Inciso III, e será anulado em R$ 957.000,00 (novecentos e cinquenta e sete mil reais), nas seguintes funcionais programáticas:

02.001.04.122.0016.1.051.4.4.90.52-00 (768) R$ 49.500,00

02.002.04.124.0014.2.060.4.4.90.52-00 (776) R$ 3.000,00

03.001.04.122.0003.2.166.4.4.90.52-00 (844) R$ 8.000,00

04.001.12.361.0010.1.062.4.4.90.51-00 (869) R$ 19.500,00

04.001.12.365.0010.1.064.4.4.90.52-00 (919) R$ 50.000,00

04.001.12.361.0010.1.064.4.4.90.51-00 (872) R$ 29.500,00

04.001.12.122.0010.1.108.4.4.90.51-00 (856) R$ 7.000,00

04.001.12.122.0010.1.108.4.4.90.52-00 (857) R$ 7.000,00

04.003.12.361.0010.1.066.4.4.90.52-00 (943) R$ 49.000,00

04.006.13.392.0012.1.049.4.4.90.51-00 (993) R$ 9.000,00

04.006.13.392.0012.1.050.4.4.90.51-00 (996) R$ 9.000,00

04.006.13.392.0012.1.060.4.4.90.52-00 (997) R$ 9.000,00

04.006.13.392.0012.2.098.4.4.90.52-00 (1006) R$ 4.500,00

04.006.13.392.0012.2.153.4.4.90.52-00 (1014) R$ 4.500,00

04.007.27.812.0011.1.045.4.4.90.51-00 (1021) R$ 14.500,00

04.007.27.812.0011.1.059.4.4.90.52-00 (1022) R$ 9.000,00

04.007.27.812.0011.1.071.4.4.90.51-00 (1025) R$ 9.000,00

04.007.27.812.0011.2.097.4.4.90.51-00 (1035) R$ 15.000,00

04.007.27.812.0011.2.097.4.4.90.52-00 (1036) R$ 4.500,00

05.001.15.451.0008.1.053.4.4.90.52-00 (1037) R$ 40.000,00

05.003.15.451.0008.1.047.4.4.90.51-00 (1079) R$ 9.000,00

05.004.17.512.0013.1.102.4.4.90.51-00 (1113) R$499.000,00

05.004.17.512.0013.1.111.4.4.90.51-00 (1115) R$ 52.500,00

06.001.20.606.0005.1.054.4.4.90.52-00 (1129) R$ 9.000,00

06.002.18.542.0013.1.021.4.4.90.51-00 (1168) R$ 5.000,00

06.002.18.542.0013.1.021.4.4.90.52-00 (1169) R$ 5.000,00

06.002.18.543.0013.1.070.4.4.90.51-00 (1175) R$ 4.000,00

08.002.08.244.0009.2.103.4.4.90.52-00 (1343) R$ 4.000,00

09.001.04.122.0008.1.046.4.4.90.51-00 (1420) R$ 15.000,00

09.001.04.122.0003.1.056.4.4.90.52-00 (1402) R$ 4.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte MT, 02 de junho de 2020.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

CONTRATOS
COVID-19: EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 19/2020

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 19/2020

Objeto: O presente termo tem como objeto a aquisição de azitromicina 500 mg comprimido e buscopam composto (escopolamina + dipirona injetável 5 ml) para atender a secretaria de saúde Finalidade: **Atender as necessidades da Secretaria municipal de Saúde.**

Contratado: MD COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS FARMACÊUTICOS LTDA EPP - R$23.090,00

Fundamento Legal: Lei 13.979/2020 e alterações posteriores.

Homologo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 054/2020

SÚMULA: "Regulamenta a Lei Municipal nº 1562/2020 e suplementa dotações por anulação para atender a Construção de Galerias e Bueiros no Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências".

O Senhor VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal

DECRETA

Art. 1º. Este Decreto regulamenta e Lei Municipal nº 1562/2020 e suplementa no orçamento programa LOA/2020, o valor de R$ 957. 000,00(novecentos e cinquenta e sete mil reais), na seguinte Funcional Programática:

05 Secretaria Mun. de Infraestrutura

002 Departamento de Infraestrutura e Transporte

26 Transporte

782 Transporte Rodoviário

0006 Caminhos Sustentáveis

1101 Construção e Reconstrução de Bueiros e Pontes de Concreto

4490-51 – Obras e Instalações

Código Geral: 05.002.26.780.0006.1.101.4.490-51 – R$ 957.000,00

Meta Física Global do Projeto R$ 957.000,00 – Costruções de Galerias e Bueiros

Meta Financeira: Fonte Recursos 0.1.24.0000 Transf. de Convênios Outros R$ 957.000,00.

Art. 2º. A Suplementação ora realizada em conformidade a Lei Federal nº 4.320/64, artigo 43, §1º, Inciso III, anula R$ 957.000,00 (novecentos e cinquenta e sete mil reais), nas seguintes funcionais programáticas:

02.001.04.122.0016.1.051.4.4.90.52-00 (768) R$ 49.500,00

02.002.04.124.0014.2.060.4.4.90.52-00 (776) R$ 3.000,00

03.001.04.122.0003.2.166.4.4.90.52-00 (844) R$ 8.000,00

04.001.12.361.0010.1.062.4.4.90.51-00 (869) R$ 19.500,00

04.001.12.365.0010.1.064.4.4.90.52-00 (919) R$ 50.000,00

04.001.12.361.0010.1.064.4.4.90.51-00 (872) R$ 29.500,00

04.001.12.122.0010.1.108.4.4.90.51-00 (856) R$ 7.000,00

04.001.12.122.0010.1.108.4.4.90.52-00 (857) R$ 7.000,00

04.003.12.361.0010.1.066.4.4.90.52-00 (943) R$ 49.000,00

04.006.13.392.0012.1.049.4.4.90.51-00 (993) R$ 9.000,00

04.006.13.392.0012.1.050.4.4.90.51-00 (996) R$ 9.000,00

04.006.13.392.0012.1.060.4.4.90.52-00 (997) R$ 9.000,00

04.006.13.392.0012.2.098.4.4.90.52-00 (1006) R$ 4.500,00

04.006.13.392.0012.2.153.4.4.90.52-00 (1014) R$ 4.500,00

04.007.27.812.0011.1.045.4.4.90.51-00 (1021) R$ 14.500,00

04.007.27.812.0011.1.059.4.4.90.52-00 (1022) R$ 9.000,00

04.007.27.812.0011.1.071.4.4.90.51-00 (1025) R$ 9.000,00

04.007.27.812.0011.2.097.4.4.90.51-00 (1035) R$ 15.000,00

04.007.27.812.0011.2.097.4.4.90.52-00 (1036) R$ 4.500,00

05.001.15.451.0008.1.053.4.4.90.52-00 (1037) R$ 40.000,00

05.003.15.451.0008.1.047.4.4.90.51-00 (1079) R$ 9.000,00

05.004.17.512.0013.1.102.4.4.90.51-00 (1113) R$499.000,00

05.004.17.512.0013.1.111.4.4.90.51-00 (1115) R$ 52.500,00

06.001.20.606.0005.1.054.4.4.90.52-00 (1129) R$ 9.000,00

06.002.18.542.0013.1.021.4.4.90.51-00 (1168) R$ 5.000,00

06.002.18.542.0013.1.021.4.4.90.52-00 (1169) R$ 5.000,00

06.002.18.543.0013.1.070.4.4.90.51-00 (1175) R$ 4.000,00

08.002.08.244.0009.2.103.4.4.90.52-00 (1343) R$ 4.000,00

09.001.04.122.0008.1.046.4.4.90.51-00 (1420) R$ 15.000,00

09.001.04.122.0003.1.056.4.4.90.52-00 (1402) R$ 4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte MT, 02 de junho de 2020.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 055/2020

SÚMULA: "Regulamenta a Lei Municipal nº 1563/2020 e suplementa por Superávit Financeiro do Exercício Anterior para atender investimentos no Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências".

O Senhor VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal

DECRETA

Art. 1º. Este Decreto regulamenta e Lei Municipal nº 1563/2020 e suplementa no orçamento programa LOA/2020, o valor de R$ 1.180.000,00 (hum milhão cento e oitenta mil reais), em conformidade a Lei Federal nº 4.320/64, artigo 43, §1º, Inciso I, nas seguintes Funcionais Programáticas:

05 Secretaria Mun. de Infraestrutura

003 Departamento de Infraestrutura e Urbanismo

15 Infraestrutura Urbana

451 Transporte Rodoviário

0008 Cidade Atrativa

1067 Pavimentação de Obras Complementares

4490-51 – Obras e Instalações R$ 200.000,00

Meta Financeira: Fonte Recursos 0.3.24.0000 Transf. de Convênios Outros R$ 200.000,00.

05 Secretaria Mun. de Infraestrutura

004 Divisão de Saneamento Básico

17 Saneamento

512 Saneamento Básico Urbano

0013 Gestão da Política Ambiental

1017 Implantação, Ampliação Sistema de Abastecimento de Água

4490-51 – Obras e Instalações R$ 630.000,00

4490-52 – Equipamentos e Material Permanentes R$ 350.000,00

Meta Financeira: Fonte Recursos 0.3.24.0000 Transf. de Convênios Outros R$ 980.000,00.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte MT, 02 de junho de 2020.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 20/2020

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 20/2020

Objeto: O presente termo tem como objeto de licitação a revisão preventiva de maquinas no período de garantia com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria municipal de Infraestrutura.

Contratado: VAMOS COMÉRCIO DE MÁQUINAS LINHA AMARELA LTDA - R$7.535,98.

Fundamento Legal: Lei 13.979/2020 e alterações posteriores.

Homologo

Terra Nova do Norte - MT, 01 de Junho de 2020.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº111/2020

DATA: 29/05/ DE 2020.

SÚMULA: *Dispõe sobre a formação da Comissão Municipal de Transporte Escolarda Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS POR LEI;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a Comissão Municipal de Transporte Escolar Municipal que será responsável por criar, normatizar e publicar uma política pública de Transporte Municipal Escolar, ficando assim constituída:

I. Representante dos Estudantes – Tatiany Miorando; II. Representante dos Pais – Claudinei Picinini de Souza; III. Assessor Pedagógico – Luciano Lang de Moraes; IV. Representante dos Professores Estaduais – Marcos Fernando Beé; V. Representante dos Professores Municipais – Paulo Sérgio Leite; VI. Representante do Conselho do FUNDEB/PNATE – Nestor Sidenei Wawrzyniak; VII. Representante do Poder Executivo (SMECD) – Ricardo Martins dos Santos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 29 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

_____

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

CONTRATOS
AVISO DE RATIFICAÇÃO, EDITAL DE RESULTADO DO PP 34.2020

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

NO EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 34/2020 PUBLICADO NO SITE https://diariomunicipal.org/mt/amm/, VEICULOU-SE INCORRETAMENTE:

ONDE SE LÊ: EMPRESAS VENCEDORAS: WESLEY GONÇALVES 04603081146;

LEIA - SÊ: **EMPRESA VENCEDORA:** DERIK SABELLA SANAJOTTO 05448277160;

Terra Nova do Norte-MT, 02 de junho de 2020.

Elizangela Azevedo Spuldaro

Presidente da CPL

CONTRATOS
EDITAL DE RESULTADO DO PP 31/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 31/2020.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 68/2020 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITA-

ÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO: 48/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

EMPRESAS VENCEDORAS:

ANTONIO DALMIR PEREIRA PAIS – ME

V TEIXEIRA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE ALMENTOS

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 02 DE JUNHO DE 2020.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA/OFICIAL

CONTRATOS
COVID-19: EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 18/2020

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 18/2020

Objeto: Aquisição de 4 unidades de oxímetro de pulso portátil para atender as unidades básicas de saúde de Terra Nova do Norte , pois este item é de importância significativa para o atendimento dos pacientes nas unidades, pelo fato do mesmo ser um dispositivo que mede indiretamente a quantidade de oxigênio no sangue, ou seja, monitora a porcentagem de saturação de oxigênio no sangue (SpO2) e dos batimentos cardíacos por minuto. Conforme pode ser verificado no protocolo de manejo clínico do Corona Vírus (COVID-19) na Atenção Primária à Saúde, a saturação deve ser verificada durante a triagem, pois se o paciente apresenta uma saturação de SpO2 menor que 95% pode ser um sinal clínico de gravidade. O referido aparelho é licitado, porém como pode ser verificado na carta encaminhada pela empresa eles não possuem este produto em estoque no momento para fornecer, e por ser um item de necessidade emergencial não podemos aguardar até a normalização das entregas.

CONTRATADO: HIPERDENTAL MATERIAL HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO

VALOR: R$1.200,00

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei 13.979/2020.**

Homologo

Terra Nova do Norte - MT, 02 de Junho de 2020.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO, DISPENSA 16/2020

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

NO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2020, PUBLICADO NO SITE https://diariomunicipal.org/mt/amm/, VEICULOU-SE INCORRETAMENTE:

ONDE SE LÊ: Contratado: P. F. PIRES – ME – R$69.866,00;

LEIA - SÊ: Contratado: NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – R$69.866,00;

Terra Nova do Norte-MT, 01 de junho de 2020.

Elizangela Azevedo Spuldaro

Presidente da CPL

CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente processo de Dispensa de Licitação, com os documentos, juntamente com o Parecer da Assessoria Jurídica, Ratifico todos os atos do presente processo de Dispensa de Licitação n.º. 20/2020.

Gabinete do Prefeito, 01 de Junho de 2020.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 1.564/2020

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo Municipal de Terra Nova do Norte/MT, a transferir veículo lotado na Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDECO) e da outras providências".

VALTER KUHN, *Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Terra Nova do Norte/MT, a proceder a transferência do veículo lotado na Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDECO).

§1º - O veículo a ser transferido é: *Caminhonete* – Marca GM, – Cor branca - Modelo S10 2.8 4x2 Rotan AMB – Ano de Fabricação 2010 - Chassi 9BG124GJOBC431981 - Renavam 00284857122 - Placa NJQ-6911, tombado com a inscrição no patrimônio da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT, nº. 10953.

Art. 2º - A transferência de lotação será concretizada através da assinatura do Termo de Transferência do veículo, pelo Prefeito Municipal, Secretário(a) Municipal de Saúde e Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDECO).

Art. 3º - Este veículo será destinado para uso exclusivo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDECO).da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Terra Nova do Norte/MT, 02 de junho de 2020.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.563/2020

SÚMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do Exercício Anterior para atender investimentos no Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências".

VALTER KUHN, *Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado incluir no PPA 2020/2021, aprovado pela Lei Municipal nº 1.503/2019 e LDO/2020, aprovada pela Lei Municipal nº 1504/2019, bem como abrir Crédito Adicional Suple-

mentar no orçamento programa LOA/2020, aprovado pela Lei Municipal nº 1.524/2019, o valor de R$ 1.180.000,00 (hum milhão cento e oitenta mil reais), em conformidade a Lei Federal nº 4.320/64, artigo 43, §1º, Inciso I, nas seguintes Funcionais Programáticas:

05 Secretaria Mun. de Infraestrutura

003 Departamento de Infraestrutura e Urbanismo

15 Infraestrutura Urbana

451 Transporte Rodoviário

0008 Cidade Atrativa

1067 Pavimentação de Obras Complementares

4490-51 – Obras e Instalações R$ 200.000,00

Meta Financeira: Fonte Recursos 0.3.24.0000 Transf. de Convênios Outros R$ 200.000,00.

05 Secretaria Mun. de Infraestrutura

004 Divisão de Saneamento Básico

17 Saneamento

512 Saneamento Básico Urbano

0013 Gestão da Política Ambiental

1017 Implantação, Ampliação Sistema de Abastecimento de Água

4490-51 – Obras e Instalações R$ 630.000,00

4490-52 – Equipamentos e Material Permanentes R$ 350.000,00

Meta Financeira: Fonte Recursos 0.3.24.0000 Transf. de Convênios Outros R$ 980.000,00.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte MT, 02 de junho de 2020.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

PORTARIA 029-2020

PORTARIA N.º029/2020

*"Dispõe sobre a **retificação da portaria nº 025/2018- FAPET,** que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade em favor da servidora **Sra. Luzia Aparecida Valadão de Sousa.**"*

O Diretor Executivo do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º - **RETIFICAR** a Portaria nº. 025/2018 – FAPET, publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - AMM, na data de 01 de fevereiro de 2018, que concedeu o benefício **Aposentadoria por Idade**, em favor da **Sra**. **Luzia Aparecida Valadão de Sousa**, a partir de 01/01/2018, conforme processo administrativo do **FAPET n.º 2018.08.0008P.**

Onde se Lê: (...) Conceder aposentadoria voluntária por implemento de idade a servidora Sra. LUZIA APARECIDA VALADÃO SOUSA, portador da CI/RG n.º**,** e CPF n.º 420.613.181-34 (...)

Lêia-se: (...) Conceder aposentadoria voluntária por implemento de idade a servidora Sra. LUZIA APARECIDA VALADÃO SOUSA, portadora da CI/RG n.º4633021 DGPC/GO**,** e CPF n.º 420.613.181-34 (...)

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01 de janeiro de 2018**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Torixoréu - MT, 01 de junho de 2020.

_____

IRANY SOUZA CARRIJO

DIRETOR EXECUTIVO – FAPET

Homologo:

_____

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita Municipal

PORTARIA 030-2020

PORTARIA N.º 030/2020

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade em favor do servidor **Sr. Hélio Moreira de Almeida.**"*

O Diretor Executivo do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos Municipais de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n. 1075 de 02 de outubro de 2018 que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Torixoréu; da Lei Municipal n.º 772 de 20 de junho de 2006 que dispõe sobre dispõe sobre o plano de cargos e salários do município de Torixoréu/MT;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, ao ***Sr. Helio Moreira de Almeida*****,** brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 1 195 761 SSP/GO e inscrito no CPF n.º 347.759.0001-53, servidor efetivo no cargo de **Servidor Braçal**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de 40 horas semanais, matriculado sob nº 441, contando com **27 (vinte e sete) anos e 28 (vinte e oito) dias** de tempo de contribuição, com **proventos proporcionais** ao tempo de contribuição, conforme **Processo Administrativo do FAPET, n.º 2019. 02.00012P**, a partirde **01/06/2020**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de **01 de Junho de 2020**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Torixoréu - MT, 01 de Junho de 2020.

_____

IRANY SOUZA CARRIJO

DIRETOR EXECUTIVO - FAPET

Homologo:

_____

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Aquisição/Fornecimento de Equipamento tipo Retro-escavadeira.

Nº do Contrato: 025/2020.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ: 13.731.784/0001-70.

Objeto: Aquisição por parte do CONTRATANTE e o fornecimento por parte da CONTRATADA, de 01 (uma) máquina Retroescavadeira, Nova, Zero Hora de uso, Marca Randon, Modelo RD406, Ano 2020, Movida a Diesel, Tração 4x4, potência líquida de 100HP, caçamba frontal de 1,0 m3, cabine fechada rops/fops, com ar condicionado, com garantia de 01 ano, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em conformidade com a descrição detalhada do equipamento na Proposta de Preços da CONTRATADA, parte integrante deste contrato, independente de transcrição, e de acordo com o Convênio nº 1324/2018-SEAF/PMUS, celebrado entre o Governo de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e a Prefeitura Municipal de União do Sul.

Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:

09 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

09.001 – Gabinete do Secretário.

09.001.20.606.0022.1.081 - 4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Código Reduzido: nº 382.

Fonte: 0.1.24.055000 – Transferência de Convênios do Estado - R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários - R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais).

Vigência do Contrato: 90 dias corridos da data de assinatura.

Data de assinatura: 02/06/2020.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

MOACIR FISCHER JÚNIOR

Pela Contratada.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020 - PROCESSO Nº 022/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através de sua Comissão Permanente de Licitações - CPL, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, no dia 19 de Junho de 2020, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, sito à Av. Curitiba, nº 94, Centro - União do Sul/MT, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS (EDITAL Nº 002/2020), relativo ao Processo Licitatório de Nº 022/2020, cujo objeto refere-se a Execução de Obra, no regime de empreitada por preço global, de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Superficial em meio fio e sarjeta, Sinalização vertical e horizontal e Construção de Calçadas, na Avenida Rio Grande do Sul - Cidade de União do Sul, Estado de Mato Grosso, na forma do Convênio nº 894526/2019-MDR, e de conformidade com o projeto arquitetônico e memorial descritivo em anexo ao edital da licitação.

O Edital completo e informações complementares poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de União do Sul, sito à Av. Curitiba, nº 94, centro, durante o horário de expediente, das 07:00h as 13:00 horas, ou informações pelo fone: (66) 3540-1283 e/ou (66) 99292-3797 ou email: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br. O edital é acessível no endereço: www.uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul/MT, 02 de junho de 2020.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2019 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2020

ERRATA

Onde Lê-se : Convocar a partir do dia **21/02/2020** os candidatos classificados para o cargo constante na lista abaixo, para comparecer, até o dia **20/03/2020...**

Leia-se: Convocar a partir do dia **11/05/2020** os candidatos classificados para o cargo constante na lista abaixo, para comparecer, até o dia **11/06/2020...**

Vale de São Domingos, 02 de junho de 2020.

GERALDO MARTINS DA SILVA ROMULO OLIVEIRA EDUARDO

PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS PORTARIA Nº. 39/2020

PORTARIA Nº. 39/2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇAO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº ***GERALDO MARTINS DA SILVA,*** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a Senhora, ANA CAROLINA FERRARI TOLEDO, portador do RG: 390836023, SSP/SP e do CPF: 364.489.058-71, do cargo de Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, em 02 de Junho de 2020.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 19-2020

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Público que com referência do Pregão Presencial Registro de Preço 19-2020 fica registrado a ata de registro que teve como vencedores as empresas, ÚNICO SUPEMERCADO LTDA, inscrito no CNPJ: 09.508.576/0001-39, vencedoras de todos os itens no valor global de R$ 353.988,24;, Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA COZINHA, UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT. Vale de São Domingos – MT, 02 de Junho de 2020. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
PORTARIA Nº. 40/2020

PORTARIA Nº. 40/2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº ***GERALDO MARTINS DA SILVA,*** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Senhora, RAYANE ALVES PEREIRA, portador do RG: 1879869-1, SSP/MT e do CPF:031.373.341-44, para o cargo de Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, em 02 de Junho de 2020.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 19/2020

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 19/2020**, **objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA COZINHA, UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.,** e sagrou vencedor a empresa ÚNICO SUPEMERCADO LTDA, inscrito no CNPJ: 09.508.576/0001-39. Vale de São Domingos-MT, 02 de Junho de 2020. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 544/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Retificar a Portaria nº **862/2019** somente com relação a servidora **JANETE LUZIA DOS SANTOS COSTA**, matrícula n° 129987, exercendo o cargo em Comissão de Assessor Técnico – DNS 06, lotada na Secretaria Municipal de Defesa Social, que concedeu 30 (trinta**)** dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2018/2019**,** a vigorar a partir de **01.09.2019 a 30.09.2019.** Conforme a Portaria nº 862/2019,publicada no-Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM**,** no dia 03/09/2019, página 376, edição nº 3.305.

Onde se lê :Período de gozo 01.09.2019 a 30.09.2019 - 30 dias.

Leia-se :Período de gozo **16.09.2019 a 30.09.2019 -15 dias.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de Junho de 2020.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, PRÉVIA, INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL/VÁRZEA GRANDE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, PRÉVIA, INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E REDE DE ÁGUA LOCALIZADO NO BAIRRO FRUTAL DE MINAS EM VÁRZEA GRANDE/MT

AVISO DE CANCELAMENTO PARCIAL DO ITEM 02 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 32/2020

PROCESSO Nº 662757/2020. O Município de Várzea Grande, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados, que fará o **CANCELAMENTO PARCIAL** no valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) do **Contrato101/2020** referente ao **ITEM 02** (luva para procedimento não cirúrgica, médio, látex natural lubrificada com pó bioabsorvível, atóxico, descartável, com dados de identificação, procedência, lote e validade. caixa c/ 100 unidades) oriundo da dispensa de licitação 32/2020 cujo objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE-MT. O motivo do cancelamento é a solicitação, via ofício, da empresa contratada **ODONTOESTE LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 12.632.841/0001-09, alegando e demonstrando a falta do produto no mercado, tendo este município contrato 2.500 caixas e a empresa pode fornecer apenas 1.000 caixas, justificando devido à grande demanda por conta do covid-19 no mundo. O presente documento encontra-se disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 02 de junho de 2020. Diógenes Marcondes Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 03/SEMMADRS/2020

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da Ata de Registro de preço firmado pelo Município de Várzea Grande.

Helen Farias Ferreira, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Fica designado a Senhora Ellen Cristina Moreno do Nascimento, Brasileira, Solteira, Servida Pública, cargo de Coordenadora Administrativa, portadora da Cédula de Identidade RG nº 15871134 SSP/MT e inscrito no CPF nº 013.612.851-33, Matrícula nº 110103, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto a Ata de Registro de Preço nº 136/2019 - Pregão Eletrônico nº 43/2019, firmado com a empresa **MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EP S LTDA - EPP**, inscrita sob o CNPJ nº 14.888.303/0001-05, cujo objeto é Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, com prazo de vigência de 12(doze) meses, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o

seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Várzea Grande – MT, 02 de Junho de 2020.

.....

HELEN FARIAS FERREIRA

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

PMVG-MT

PORTARIA Nº 02/SEMMADRS/2020

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da Ata de Registro de preço firmado pelo Município de Várzea Grande.

Helen Farias Ferreira, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Fica designado a Senhora Ellen Cristina Moreno do Nascimento, Brasileira, Solteira, Servida Pública, cargo de Coordenadora Administrativa, portadora da Cédula de Identidade RG nº 15871134 SSP/MT e inscrito no CPF nº 013.612.851-33, Matrícula nº 110103, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto a Ata de Registro de Preço nº 139/2019 - Pregão Eletrônico nº 43/2019, firmado com a empresa **STAR PRIME LTDA-ME**, inscrita sob o CNPJ nº 31.395.164/0001-99, cujo objeto é Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, com prazo de vigência de 12(doze) meses, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Várzea Grande – MT, 02 de Junho de 2020.

.....

HELEN FARIAS FERREIRA

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

PMVG-MT

AVISO DE CANCELAMENTO DOS ITENS 05 E 07 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 34/2020

PROCESSO Nº 663285/2020. O Município de Várzea Grande, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados, que fará o **CANCELAMENTO** no valor de R$ 54.160,00 (cinquenta e quatro mil, cento e sessenta reais) do **Contrato106/2020** referente aos **ITENS 05 (Máscara cirúrgica descartável** - a base de fibra de polipropileno, pregueada, com clip em alumínio, com três camadas, com 60grs, filtro que garanta ventilação, com dados de identificação, procedência, lote e validade**.) E 07** (**Sapatilha descartável-em falso tecido, (propes**), a base de fibra de rayon ou polipropileno, descartável, com elástico em toda volta tamanho, gramatura de 40g/m2, permitindo a cobertura completa do calçado.) oriundo da dispensa de licitação 34/2020 cujo objeto Dispensa de licitação para aquisição em caráter emergencial de insumos hospitalares para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. O motivo do cancelamento é a solicitação, via ofício, da empresa contratada **ODONTOESTE LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 12.632.841/0001-09, alegando e demonstrando a falta do produto no mercado, justificando devido à grande demanda por conta do covid-19 no mundo. O presente documento encontra-se disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 02 de junho de 2020.Diógenes Marcondes Secretário Municipal de Saúde

ATO Nº. 288/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e consta no Processo nº 668088/20;

R E S O L V E:

EXONERAR Joyce Lorrana Barbosa dos Santos, do cargo em Comissão de Assistente Técnico DNS - 7, da Procuradoria Geral do Município, com efeito, a partir de 02 de maio de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 25 de Maio de 2020**.**

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Sadora Xavier Fonseca Chaves

Procuradora Geral

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25/2020 – MENOR PREÇO POR LOTE

Processo n° 667990/2020. Objeto: Registro de preços para aquisição em tintas para demarcação viária á base de resina acrílica emulsionada em água e solvente nas cores branca, amarela, preta e azul e micro esfera de vidro, conforme especificações, para atender a secretaria municipal de serviços públicos e mobilidade urbana do município de Várzea Grande/ MT. A realização está prevista para o dia **18** de **junho** de **2020**, às **10h00-min** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 18h00min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou gratuitamente no seguinte site:www.bllcompras.org.br/ www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande – MT, 02 de junho de 2020. **Breno Gomes - Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**

NORMAS ORIENTATIVAS Nº 001/2020-SMECEL/VG/MT

DAS ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VÁRZEA GRANDE

Considerando a necessidade de regulamentar as atividades não presenciais na Rede Municipal de Ensino de Várzea Grande;

Considerando a evolução da pandemia e a necessidade das medidas de distanciamento social;

Considerando a impossibilidade de realizar atividades presenciais;

Resolve disciplinar as atividades escolares não presenciais na rede municipal de ensino de Várzea Grande.

1. Apresentação Desde o início de março, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande desenvolveu um conjunto de ações para prevenir a disseminação do Coronavírus. Dentre essas ações está inicialmente, a suspensão das aulas a partir do dia 23 de março e a antecipação do recesso escolar. Devido à evolução da pandemia, a adoção de medidas de distanciamento social e a impossibilidade de realizar atividades presenciais, apresentamos este documento orientativo, firmando que a continuidade do processo de aprendizagem dos estudantes deve ser retomada por meio da realização de atividades escolares de forma não presencial. Diante desse cenário e reconhecendo as limitações e os desafios impostos, a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer desenvolveu uma série de estratégias para orientar e apoiar as unidades de ensino na realização das atividades escolares não presenciais, para que, em um trabalho colaborativo, possamos, de acordo com as possibilidades, garantir aos estudantes a equidade, a aprendizagem de excelência e a continuidade dos estudos. O documento apresenta orientações: calendário escolar, desenvolvimento das atividades não presenciais, registros do processo ensino aprendizagem e cômputo da carga horária do efetivo trabalho escolar. Ressaltamos que essas orientações são gerais para a rede municipal de ensino, mas é essencial que as unidades escolares desenvolvam ações adaptadas ao seu contexto, avançando nas propostas aqui apresentadas.

2. Premissas para o período de atividades não presenciais

As premissas aqui apresentadas consideram os documentos institucionais que regem a educação, especialmente a Lei de Diretrizes e

Bases 9394/96, as resoluções 001/2020 e 002/2020 do Conselho Municipal de Educação e o Plano Municipal de Educação de Várzea Grande (2015/2025)

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 9394/96)

As premissas a seguir devem ser consideradas pelas unidades de ensino ao propor as atividades não presenciais para os estudantes:

Equidade: as atividades devem ser pensadas a partir da diversidade de estudantes da rede municipal de Várzea Grande para garantir o acesso aos materiais e à aprendizagem de todos.

Foco na aprendizagem: a aprendizagem de todos os estudantes do município deve ser prioridade nas ações desenvolvidas nas unidades de ensino. Nesse cenário, o papel do professor, mesmo na realização das atividades não presenciais, é fundamental. Cabe à família o papel primordial de organizar esta nova rotina de estudos em casa, e ao professor incentivar, estimular e apoiar os estudantes no processo de construção do conhecimento.

Colaboração: para que haja a continuidade da aprendizagem dos estudantes durante a realização das atividades não presenciais, é necessário um trabalho colaborativo entre Secretaria de Educação, unidades de ensino, famílias e estudantes.

Inovação: diante de um cenário que envolve incertezas e desafios por parte da comunidade escolar e a necessidade de reinvenção dos processos de ensinar e aprender, é preciso buscar a inovação tanto em estratégias quanto em recursos tecnológicos para auxiliar durante o processo de aprendizagem.

3.Como funcionará o período de atividades escolares não presenciais

Para o planejamento e a realização das atividades não presenciais, devem ser observadas as orientações e os esclarecimentos a seguir:

3.1 Calendário escolar

De acordo com o Decreto Municipal número 20, de 20 de março de 2020, artigo 1º, inciso VI, e a Resolução 02/2020 do Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, o recesso escolar foi antecipado para adaptar o calendário escolar à necessidade de suspensão das atividades presenciais.

Os principais marcos do calendário escolar alterados foram:

Recesso escolar: 23 de março a 05 de abril Realização de atividades não presenciais: a partir de 06 de abril **3.2 Realização das atividades escolares não presenciais**

O planejamento das atividades não presenciais precisa considerar a diversidade de estudantes atendidos na rede municipal. É preciso verificar a quais recursos os estudantes têm acesso, para, assim, elaborar as atividades.

Orientamos que sejam utilizados os recursos tecnológicos disponíveis e acessíveis aos alunos. Para garantir a oportunidade de aprendizagem a

todos os estudantes, será *essencial*, também, a utilização de materiais impressos, livros didáticos do PNLD e livros paradidáticos.

Para dar continuidade ao processo de aprendizagem dos estudantes é fundamental que as primeiras atividades consistam na retomada das aprendizagens anteriores, para, em seguida, avançar no desenvolvimento das habilidades previstas para cada ano, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT) e a proposta pedagógica da unidade escolar.

Durante esse período, os professores, com apoio da equipe gestora das escolas, devem elaborar roteiros de atividades que em conjunto irão compor uma programação semanal em quantidade equivalente ao número de aulas oferecidas pela matriz curricular para cada ano e componente curricular.

Esses materiais podem ser enviados por meios digitais, porém, nos casos em que há dificuldades de acesso à internet ou recursos digitais, o material deverá ser impresso e retirado na escola com uma determinada periodicidade a ser combinada entre os profissionais da escola e os responsáveis pelos estudantes. É importante que haja flexibilidade na entrega desses materiais e sejam tomadas as devidas medidas de higiene e distanciamento para evitar a proliferação do Coronavírus.

3.2.1 Mídias digitais

Diversas mídias digitais poderão ser utilizadas gratuitamente pelos estudantes e profissionais da rede municipal de Várzea Grande, de acordo a possibilidade de acesso dos estudantes. Apresentamos a seguir algumas sugestões de comunicação remota com os alunos: **WhatsApp**: Utilização para conversas individuais, em grupos ou através de listas de transmissão; **Google Hangout Meets/ Zoom:** Plataformas de webconferência para até 100 pessoas ao mesmo tempo; **Skype:** Plataforma de comunicação para uma quantidade reduzida de pessoas; **Google Forms:** Criação de avaliação, simulados e provas para resolução no formato digital; **Microsoft Teams:** Trabalho em equipe usando chat, compartilhando arquivos e fazendo chamadas com vídeo. **E-mail**: Envio de materiais e comunicação com os estudantes e responsáveis.

3.2.2 Materiais impressos

Para garantir a equidade de oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes, as unidades escolares devem disponibilizar o material impresso das atividades elaboradas pelos professores. Para a distribuição do material, é necessário seguir um protocolo de entrega. A unidade deverá organizar um período para a entrega desses materiais, de forma que os responsáveis possam fazer a retirada. As unidades podem organizar a entrega por turmas, em horários predeterminados de forma a evitar aglomerações.

3.2.3 Livros Didáticos e Paradidáticos

Os livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) devem ser disponibilizados aos estudantes e devem fazer parte do planejamento elaborado pelos professores, considerando o protocolo de entrega com os devidos cuidados relacionados à COVID-19.

Em relação aos paradidáticos, a unidade escolar deve oportunizar o empréstimo das obras disponíveis no acervo literário das escolas, observando o protocolo de segurança acima citado.

3.3. Comprovação das atividades escolares não presenciais

Durante o período de restrição das atividades presenciais devido à pandemia de COVID-19, as instituições de ensino deverão registrar de forma pormenorizada e arquivar as comprovações que demonstram que as atividades escolares foram elaboradas e disponibilizadas, a fim de que possam ser autorizadas a compor a carga horária de atividade escolar obrigatória.

As escolas deverão organizar as listas de alunos por ano e respectivas turmas para fins de controle da retirada e da devolutiva dos materiais e das atividades realizadas pelos estudantes.

3.4. Controle de Carga Horária

3.4.1. Carga horária dos estudantes

Enquanto as unidades escolares estiverem sem atividade presencial, o registro de presença nas aulas continuará ocorrendo e será realizado pelo professor a partir da participação em ferramentas de comunicação remota (whatsapp, hangout, google meet, zoom, google forms, e-mail) que a escola utilizar, por meio de fotos das atividades realizadas nos livros didáticos e da realização de atividades e trabalhos impressos solicitados pelo professor.

A devolutiva das atividades solicitadas deve constar no controle da participação dos estudantes. É essencial o registro dessas atividades no portfólio do professor por meio de relatórios, fichas e planos de aula.

3.4.2. Carga horária dos professores

O controle de frequência dos docentes será realizado por meio das entregas de atividades direcionadas aos estudantes e previstas nos planos de aula, considerando a sequência pedagógica das atividades.

Caberá ao Coordenador Pedagógico, em conjunto com os demais integrantes da Equipe Gestora, o acompanhamento pedagógico, devendo verificar se o proposto no plano de aula foi implementado pelo docente.

4. Avaliação escolar

A avaliação escolar pode ser realizada utilizando diferentes instrumentos para acompanhar o processo de aprendizagem e incentivar o comprometimento com os estudos por parte dos alunos. Dentre esses instrumentos, podem ser utilizados a realização dos roteiros de atividades impressas e digitais; projetos ou pesquisas; instrumentos de forma discursiva, mediante a participação nos grupos de whatsapp; observação da participação e engajamento na realização das atividades; e autoavaliação.

É fundamental destacar que nenhum estudante deve ser prejudicado em sua avaliação por não ter acesso a computador, internet ou outros recursos.

No caso de estudantes que não consigam realizar as atividades não presenciais, estes deverão realizar atividades adicionais e avaliações a serem contabilizadas no retorno das atividades presenciais.

5. Acompanhamento / Monitoramento

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer oferece orientações às unidades escolares por meio de seus técnicos e da Superintendência Pedagógica. Cabe à equipe pedagógica da SMECEL o apoio aos professores e Equipe Gestora na elaboração de atividades para a continuidade da aprendizagem dos estudantes da rede municipal.

O monitoramento das ações pedagógicas nas unidades é realizado por meio de fichas de acompanhamento e assessoramento pedagógico dos técnicos.

6. Formação Continuada

O programa de Formação Continuada da rede municipal de Várzea Grande constitui uma importante política pública, pois contribui para a formação dos professores, valorizando-os enquanto agente de transformação de uma educação de qualidade em busca da excelência.

Diante do atual contexto de pandemia e necessidade de distanciamento social, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer reorganizou a oferta de cursos de formação que anteriormente eram realizados de forma presencial e agora passarão a acontecer no formato de Educação à Distância (EAD). As formações serão ofertadas por meio da Equipe de Formação do Núcleo Tecnológico Municipal, considerando as diferentes modalidades de atendimento da rede e a utilização de recursos tecnológicos disponíveis aos professores. Os cursos serão desenvolvidos a partir de módulos, tendo como foco subsidiar e capacitar os professores em relação às concepções, estratégias e metodologias propostas nos

documentos institucionais que orientam o ensino, como a BNCC e o DRC-MT.

Os cursos terão a carga horária de 20 horas e a certificação será emitida pelo Núcleo Tecnológico Municipal para os cursistas que tiverem aproveitamento acima de 75%.

7**. Considerações Finais**

As orientações aqui apresentadas são diretrizes gerais para a Educação Básica da rede municipal de ensino de Várzea Grande e têm como objetivo apoiar as equipes das unidades de ensino, contribuindo para favorecer a aprendizagem dos estudantes da rede e devem orientar o trabalho dos profissionais da educação durante o período de atividades não presenciais. Ressaltamos a necessidade de desenvolver novas estratégias que sejam adequadas ao contexto de cada unidade.

Diante da incerteza do momento atual, a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer apoia os profissionais da rede, orientando e compartilhando práticas exitosas que os inspirem a continuar o processo de ensino e aprendizagem.

Estas Normas Orientativas estão de acordo com o Parecer nº 008/2020/CME/VG/MT, que disciplina as atividades escolares não presenciais na Rede Municipal de Ensino de Várzea Grande.

Várzea Grande-MT, 02 de junho de 2020.

_____

Sílvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 047/2016.

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a CONGRAGAÇÃO CRISTO PARA TODOS DE VÁRZEA GRANDE, inscrita no CNPJ n°. 15.505.418/0001-28. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado legal pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666 de 21 de Junho 1993, alterada pela Lei n. 8.883/94, Art. 24, inciso X. Ressaltando a sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei n. 8.245/91 alterada pela Lei n. 12.112/2009, pelo Ato de Dispensa de Licitação n. 10/2016, bem como nos demais documentos acostados nos autos do Processo Gespro n. 666069/2020. OBJETO: Tem por objeto aditar o o item 3.1 da "CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES", o item. 4.1 e 4.3 da "CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA", e o item 8.1 "CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO", referente locação de um imóvel urbano, localizado na Rua São Paulo, nº. 910, Quadra nº. 17, Bairro Nova Várzea Grande, Várzea Grande/MT, cuja área construída é de 488,88 m² com destino único e exclusivo para o funcionamento das salas anexas – EMEB Jayme Veríssimo de Campos, cuja área constituída é de 488,88m2, visando atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação, de Várzea Grande. VALOR GLOBAL O valor do aluguel mensal, a ser pago pelo Locatário será de R$ 10.047,17 (Dez mil quarenta e sete reais e dezessete centavos), passando o valor global no montante de R$ 120.566,04 (Cento e vinte mil quinhentos e sessenta e seis reais e quatro centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE 0101. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato principal, produzindo seus efeitos a partir de seu vencimento. FISCAL DO CONTRATO: O acompanhamento da efetivação deste Contrato ficará a cargo do LOCATÁRIO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER que, designa para este ato, a Servidora MEIRY EVALDETH ALVES RONDON, brasileira, professora, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0986 7830 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 362.502.791-72, Matrícula 57631, especialmente para esse fim, nos termos do Art. 67 da Lei nº. 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 08.05.2020.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação

CRISTO PARA TODOS DE VÁRZEA GRANDE

Locador

ATO Nº. 292/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Claudionor Cristovão Barbacovi, no cargo em Comissão de Coordenador DNS - 4, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 02 de Junho de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de Junho de 2020**.**

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

RESOLUÇÃO 20/2020 – CMDCA VÁRZEA GRANDE

Aprovação de Chancela para Captação de Projeto Social.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidos pela Lei Municipal 4.095 de 03 de setembro de 2015 e Lei Federal nº. 8. 069 de 13 de julho de 1990.

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 298, realizada por Vídeo Conferência no dia 14 de maio de 2020;

Considerando o processo 06/2020;

Considerando o Projeto apresentado conforme legislação vigente, para Captação de Projeto Social;

RESOLVE:

Art. 1 º- Aprovar a Chancela do projeto Esporte Sem Drogas, para captação de recurso e execução em 2020 e 2021, conforme Art. 24 da Lei Municipal nº 4.095/2015, com atividades desenvolvidas e realizadas em Várzea Grande-MT.

Instituição Executora	Nome do Projeto
Instituto Futsal Sem Drogas	Esporte Sem Drogas

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada publicada

Cumpra-se

Várzea Grande (MT), 14 de maio de 2020.

Diane Maria de Almeida Mendes
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PORTARIA Nº 543/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Junho/2020, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONOMICO E TURISMO.				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
14970	ERMINIA PORFIRIA DE CAMPOS CARMONA	Efetivo	**2017/2018**	01.06.20 a 25.06.20 (25 dias)
39614	REINALDO GONÇALO MARTINS GOMES	Efetivo	**2019/2020**	01.06.20 a 30.06.20 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de Junho de 2020.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 534/CPSPAD/SAD/2020

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991 e pelo Decreto Municipal 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 14 de maio de 2019, página 231/232 com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD nº 018/2020 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Ofício nº 271/GAB/SAD/2020, da Secretaria Municipal de Administração, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 29 de maio de 2020.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 536/CPSPAD/SAD/2020

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991 e pelo Decreto Municipal 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 14 de maio de 2019, página 231/232 com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD nº 020/2020 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Ofício nº 273/GAB/SAD/2020, da Secretaria Municipal de Administração, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 29 de maio de 2020.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 535/CPSPAD/SAD/2020

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991 e pelo Decreto Municipal 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 14 de maio de 2019, página 231/232 com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD nº 018/2020 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Ofício nº 271/GAB/SAD/2020, da Secretaria Municipal de Administração, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 29 de maio de 2020.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 05/2020

Processo n. 644089/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA ATENDER A REDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE-MT, Tendo FRACASSADOS os itens 05, 06, 09, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 36, 53, 55, 57, 58, 59, 61, 85, 85, 92, 101, 102, 104, 108, 121, 129, 130, 132, 133, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 152, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179 E 181 e DESERTOS os itens 19, 125, 146,157, 162 e 164. O presente documento está disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Sagrando se vencedoras as empresas:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 118/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA CNPJ 07.847.837/0001-10							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**UNID**	**MARCA**	**QTD**	**V.UNIT**	**V.TOTAL**
01	**LANCETA PARA COLETA DE TRIAGEM NEONATAL** - DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM LÂMINA RETRÁTIL, DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE SEGURANÇA, DISPENSADO O USO DE CANETA LANCETORA, DEVE ATENDER A NR/MT 32 DIAMETRO DE 28G LÂMINA COM PENETRAÇÃO DE 1,6MM (TESTE DO PEZINHO). UNIDADE	00033904	UND	**DESCARPACK**	4.000	0,21	840,00
02	**ABAIXADOR LÍNGUA**, MADEIRA, DESCARTÁVEL, 14 CM, TIPO ESPÁTULA, 1,50 CM 2MM, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDENCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. PACOTE C/ 100 UNIDADES	48235-8	PCT	**THETO**	3.000	2,80	8.400,00
33	**BOLSA PARA COLOSTOMIA SIMPLES** - BOLSA PARA COLOSTOMIA SIMPLES (COM ORIFICIO DE 50 MM), CONTENDO EM SUA EMBALAGEM DADOS DE PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	196731-2	UND	MARK MED	10.000	0,50	5.000,00
63	**CAPA PROTETORA**, PLÁSTICO TRANSLÚCIDO, IMPERMEÁVEL, P/ CABOS E MICRO CÂMERA, 14,5CM X 1,5M, 2 TIRAS NAS EXTREMIDADES 15CM, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL (CAMISA VÍDEO), COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	182683-2	UND	AMERICAN INSTRUMENTS	120	2,59	310,80
68	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL**, PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, Nº 4, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE, COM DADOS DE PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	192536-9	UND	MARK MED	6.000	0,55	3.300,00
87	**COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO** – TIPO SACO EM FORMATO RETANGULAR, COM PAREDES SOBREPOSTAS, ORIFÍCIO REDONDO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICOS E ADESIVOS HIPOALERGÊNICO, CAPACIDADE PARA 100 ML, GRADUADO A CADA 10 ML PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	155312-7	UND	MEDSHARP	4.500	0,28	1.260,00
131	**KIT CPAP - MASCARA EM SILICONE, 2 SAIDAS, VALV. PEEP, TRAQUÉIA PRONGA EM SILICONE, TAMANHO 0, PEDIÁTRICO**, C/ TOUCA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	192575-0	UND	BLENTA	20	189,75	3.795,00
158	**SISTEMA DE DERIVAÇÃO VENTRICULAR EXTERNA (DVE)** EXTERNA, PARA DRENAGEM TEMPORÁRIA DO LÍQUIDO CEFALO - RAQUIDIANO EM ADULTOS, CONTENDO 1 (UM) CATETER PROXIMAL E ACESSÓRIOS, 1 (UM) SISTEMA DE TUBAGEM BOLSA COLETORA, ADULTO, DIÂMETRO INTERNO: 1,7MM, DIÂMETRO EXTERNO: 3,0MM, COMPRIMENTO: 35,00CM, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. UNIDADE	329342-4	UND	HP BIO	60	578,99	34.739,40
159	**SISTEMA DE DERIVAÇÃO VENTRÍCULO PERITONEAL** – EM SILICONE RADIOPACO, COMPOSTO DE VÁLVULA DE PRESSÃO, CATETER TRANSDUTOR DE PRESSÃO INTRACRANIANA, DERIVAÇÃO VENTRICULAR EXTERNA, PRESSÃO ALTA ADULTO, TIPO RETO, RADIOPACO, ESTÉRIL, EMBALADO INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 ART. 31 LEI 8078/90 PORT. CONJ. N.1 DE 23/1/96 - M. SAÚDE, APRESENTAÇÃO CONFORME DECRETO LEI 79094/77 COMBINADO COM O ART. 31 LEI 8078/90,	106025-2	UND	HP BIO	50	650,00	32.500,00
160	**SISTEMA DE DERIVAÇÃO VENTRÍCULO PERITONEAL** – EM SILICONE RADIOPACO, COMPOSTO DE VÁLVULA DE PRESSÃO, CATETER VENTRICULAR-PERITONEAL E SISTEMA DE VÁLVULA, PRESSÃO BAIXA ADULTO CILÍNDRICA, TIPO RETO, MULTI PERFURADO, SEM REBARBAS, 15CM, ESTÉRIL, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 ART. 31 LEI 8078/90 PORT. CONJ. N.1 DE 23/1/96-M SAÚDE, APRESENTAÇÃO CONFORME DECRETO LEI 79094/77 COMBINADO COM O ART.31 DA LEI 8078/90, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE	60756-8	UND	HP BIO	50	580,00	29.000,00
161	**SISTEMA DE DERIVAÇÃO VENTRÍCULO PERITONEAL** – EM SILICONE RADIOPACO, COMPOSTO DE VÁLVULA DE PRESSÃO, CATETER VENTRICULAR-PERITONEAL E SISTEMA DE VÁLVULA, PRESSÃO MÉDIA ADULTO, CILÍNDRICA, TIPO RETO, MULTI PERFURADO, SEM REBARBAS, 15CM, ESTÉRIL, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 ART. 31 LEI 8078/90 PORT. CONJ. N.1 DE 23/1/96-M SAÚDE, APRESENTAÇÃO CONFORME DECRETO LEI 79094/77 COMBINADO COM O ART. 31 DA LEI 8078/90, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE	60758-4	UND	HP BIO	50	625,82	31.291,00
VALOR TOTAL de 150.436,20 R$ (cento e cinquenta mil quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA

CNPJ 07.847.837/0001-10

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 119/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA VIA FHARMA DO BRASIL EIRELI CNPJ 30.949.099/0001-33							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**UNID**	**MARCA**	**QTD**	**V. UNIT**	**V.TOTAL**
03	**ÁGUA PARA INJEÇÃO** – FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. FRASCO 500 ml	306547-2	FRS	**SANOBIOL**	24.000	2,90	69.600,00
110	**FIO CIRÚRGICO DE AÇO INOXIDÁVEL**, MONOFILAMENTO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 60 CM DECOMPRIMENTO, SEM AGULHA, COMSU-	00010217	ENV	**SHALON**	96	7,38	708,48

	PERFÍCIE LISA, FLEXÍVEL, EM ENVELOPECOM 3 FIOS. EMBALAGEM APROPRIADA AOMÉTODO DE ESTERILIZADA QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT. ENVELOPE						
119	**FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE POLIPROPILENO**, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 3-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 75 CM DE COMPRIMENTO, COM 2 AGULHAS DE 3/8 CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 2,0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: PROLENE). UNIDADE	00010368	UND	**SHALON**	2.400	4,00	9.600,00
120	**FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE POLIPROPILENO**, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 6-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 75 CM DE COMPRIMENTO, COM 2 AGULHA DE ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 1,3 A 1,5 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: PROLENE). UNIDADE	366839-8	UND	**SHALON**	2.304	4,00	9.216,00
153	**ÓCULOS DE PROTEÇÃO TRANSPARENTE**. CONFECCIONADO EM POLICARBONATO DE ALTO IMPACTO, LENTES COM PROTEÇÃO ANTIRRISCO, COM PELÍCULA ANTI- EMBAÇANTE, CURVADO PARA DAR VISÃO SEM DISTORÇÃO EM TODAS AS DIREÇÕES, ALTA TRANSPARÊNCIA COM PROTEÇÃO LATERAL, AJUSTE TELESCÓPICO E TRAVA NAS ORELHAS PARA MAIOR ESTABILIDADE PODENDO SER USADO SOBRE ÓCULOS NORMAIS, ESTERILIZÁVEL A FRIO. FABRICADO CONFORME EXIGÊNCIAS DA NORMA ANSI.Z.87.1/2003, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	261182-1	UND	**DANY**	1.000	3,19	3.190,00
163	**SOLUÇAO FIXADORA** - COMPOSTO DE XILENO, EM LIQUIDO TRANSPARENTE E INODORO, PARA FIXACAO DA LAMINA NA LAMINULA, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. FRASCO DE 100 ML	65472-8	FRS	**CRAL**	1.000	5,08	5.080,00
VALOR TOTAL de 97.394,48 R$ (noventa e sete mil trezentos e noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

VIA FHARMA DO BRASIL EIRELI

CNPJ 30.949.099/0001-33

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 120/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA HIPERDENTAL COMERCIO E REP. DE PRODUTOS ODONTO E MED HOSP. LTDA EPP CNPJ 13.994.852/0001-93							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**UNID**	**MARCA**	**QTD**	**V. UNIT**	**V.TOTAL**
04	**AGULHA ANESTÉSICA P/ PERIDURAL** -AÇO INOXIDÁVEL, CENTIMETRADA, 17 G X 3 1/2", PONTA CURVA TUOHY, C/ MANDRIL AJUSTADO, C/ ALETAS, CONECTOR LUER LOCK, CÔNICO E TRANSPARENTE, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	163732-0	UND	**PROCARE**	525	3,36	1.764,00
07	**AGULHA DESCARTÁVEL ESTÉRIL PARA PUNÇÃO PERIDURAL** SIMPLES OU CONTÍNUA, 16G X 3 ½ TIPO PONTA DE TUOHY COM ALETAS, DOTADA DE CÂNULA DEMARCADA EM CENTÍMETROS, CANHÃO LUER LOOK E BISEL TIPO TUOHY COM PONTA CURVA E CALCANHAR CEGO, EMBALAGEM UNITÁRIA EM BLISTER RÍGIDO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	81345-1	UND	**PROCARE**	525	3,34	1.753,50
08	**AGULHA DESCARTÁVEL ESTÉRIL PARA PUNÇÃO PERIDURAL** SIMPLES OU CONTÍNUA, 18G X 3 ½ TIPO PONTA DE TUOHY COM ALETAS, DOTADA DE CÂNULA DEMARCADA EM CENTÍMETROS, CANHÃO LUER LOOK E BISEL TIPO TUOHY COM PONTA CURVA E CALCANHAR CEGO, EMBALAGEM UNITÁRIA EM BLISTER RÍGIDO, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	73536-1	UND	**PROCARE**	525	3,64	1.911,00
16	**AGULHA PARA RAQUIANESTESIA** - MEDINDO 27G X 3 1/2. COM BICEL DO TIPO QUINCKEMANDRIL DE ENCAIXE ANATOMICO, EMPUNHADURA, ANATOMICA COM DEPRESSOES DIGITAIS, ESTERIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRURGICO E OU COM FILMETERMOPLASTICO, COM ABERTURA EM PETALA, COM DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIADATA DA ESTERILIZACAO, TEMPO DE, VALIDADE E REGISTRO NO MS. UNIDADE	191529-0	UND	**PROCARE**	500	4,20	2.100,00
41	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 3,0 CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA,** ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	191910-5	UND	**SAFER**	300	26,50	7.950,00
54	**CÂNULA ENDOTRAQUEAL COM CUFF Nº. 5,0 CÂNULA ENDOTRAQUEAL** DE MAGGIL ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, COM FAIXA RADIOPACA EM SUA EXTENSÃO, COM EXTREMIDADE ATRAUMÁTICA, CONTENDO CUFF INSUFLÁVEL DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, LIGADO AO BALÃO DE CONTROLE QUE DEVE POSSUIR VÁLVULA PARA GUARNIÇÃO DE SERINGA LUER E LUER LOCK, CONSTANDO EXTERNAMENTE GRADUAÇÃO, NUMERAÇÃO (DI E CH) E A MARCA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA. DIÂMETRO 5,0 MM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	57491-0	UND	**VITALGOLD**	400	4,14	1.656,00
56	**CÂNULA ENDOTRAQUEAL COM CUFF Nº.6,0 CÂNULA ENDOTRAQUEAL** DE MAGGIL ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, COM FAIXA RADIOPACA EM SUA EXTENSÃO, COM	76150-8	UND	**VITALGOLD**	600	4,05	2.430,00

	EXTREMIDADE ATRAUMÁTICA, CONTENDO CUFF INSUFLÁVEL DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, LIGADA AO BALÃO DE CONTROLE QUE DEVE POSSUIR VÁLVULA PARA GUARNIÇÃO DE SERINGA LUER E LUER LOCK, CONSTANDO EXTERNAMENTE A GRADUAÇÃO, NUMERAÇÃO (DI E CH) E A MARCA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA. DIÂMETRO 6,0 MM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE						
60	**CÂNULA ENDOTRAQUEAL COM CUFF Nº. 8,5 CÂNULA ENDOTRAQUEAL** DE MAGGIL ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC TÓXICO, COM FAIXA RADIOPACA EM SUA EXTENSÃO, COM EXTREMIDADE ATRAUMÁTICA, CONTENDO CUFF INSUFLÁVEL DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, LIGADO AO BALÃO DE CONTROLE QUE DEVE POSSUIR VÁLVULA PARA GUARNIÇÃO DE SERINGA LUER E LUER LOCK, CONSTANDO EXTERNAMENTE GRADUAÇÃO, NUMERADA (DI E CH) E A MARCA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA. DIÂMETRO 8,5 MM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE EVALIDADE. UNIDADE	17808-0	UND	**VITALGOLD**	3.000	3,98	11.940,00
88	**COLETOR DE URINA**, PLÁSTICO SISTEMA ABERTO, CERCA DE 2000 ML, SISTEMA ABERTO, TIPO SACO, DESCARTÁVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	149262-4	UND	**MEDK**	5.000	0,30	1.500,00
89	**COLETOR DE URINA**, PVC, DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA, EM LÁTEX ATÓXICO PURO, MASCULINO URIPEN, COM EXTENSAO DE 80CM, EM FORMA DE PRESERVATIVO COM EXTREMIDADE AFUNILADA E REFORCADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	00028131	UND	**MEDSONDA**	1.500	1,14	1.710,00
105	**FAIXA ELÁSTICA DE SMARCH BORRACHA 12 CM**, 2 M – EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE. UNIDADE	191784-6	UND	**MEDK**	240	12,90	3.096,00
106	**FAIXA ELÁSTICA DE SMARCH BORRACHA 20 CM**, 2 M – EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE. UNIDADE	191786-2	UND	**MEDK**	240	14,39	3.453,60
107	**FAIXA ELÁSTICA DE SMARCH BORRACHA 8 CM,** 2 M – EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE. UNIDADE	191789-7	UND	**MEDK**	240	8,90	2.136,00
118	**FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE POLIPROPILENO,** ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 3-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 75 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 2,0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE,E VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: PROLENE). ENVELOPE	00010369	ENV	**TECHNOFIO**	288	1,47	423,36
VALOR TOTAL de 43.823,46 R$ (quarenta e três mil oitocentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

HIPERDENTAL COMERCIO E REP. DE PRODUTOS ODONTO E MED HOSP. LTDA EPP

CNPJ 13.994.852/0001-93

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 121/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA CNPJ 59.309.302/0001-99							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**UNID**	**MARCA**	**QTD**	**V. UNIT**	**V.TOTAL**
10	**AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL** - CANHAO PLASTICO ATOXICO CROMADO, ATOXICO, HASTE EM ACO INOXIDAVEL, COM BISEL TRIFACETADO E PONTA AFIADA SEM BICEL, COM PERFEITA ADAPTACAO AO CANHAO, PROTETOR PLASTICO ATOXICO EM POLIPROPILENO, NAS DIMENSOES DE 40 X 12MM OU 18G X 1 1/2, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA ESTERILIDADE INDIVIDUAL, ESTERIL. CAIXA COM 100 UNIDADES	170345-5	CX	**INJEX**	3.000	6,00	18.000,00
VALOR TOTAL de 18.000,00 R$ (dezoito mil reais)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA

CNPJ 59.309.302/0001-99

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 122/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA GOLDENPLUS-COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PROTUDOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 17.472.278/0001-64

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD TCE	UNID	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
11	**AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INOXIDÁVEL** SILICONIZADO, 22 G X 1" (25 X 7), BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, PROTETOR PLÁSTICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. CAIXA C/ 100 UNDIDADES	335909-3	CX	**SR**	3.000	8,00	24.000,00
24	**APARELHO BARBEADOR DESCARTÁVEL** PARA TRICOTOMIA COM DUAS LAMINAS EM AÇO INOX, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE E VALIDADE. CARTELA C/ 2 UNIDADES	304666-4	CART	**BOB SWAVE**	2.000	1,65	3.300,00
64	**CATETER MATERIAL PLÁSTICO** ATÓXICO, TIPO OXIGÊNIO, TIPO USO DESCARTÁVEL, TIPO ÓCULOS ESTERILIDADE ESTÉRIL, APLICAÇÃO ADMINISTRAÇÃO NASAL OXIGÊNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ORIFÍCIO EXTREMIDADE. REGISTRADO JUNTO A ANVISA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	21380-2	UND	**BIOSANI**	10.000	0,79	7.900,00
72	**CATETER INTRAVENOSO** – EM POLIURETANO OCRILON 16 G, PERIFÉRICO, SISTEMA DE SEGURANÇA, AGULHA, ESTERIL, DESCARTAVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE. UNIDADE	45603-9	UND	**DESCARPACK**	5.000	1,90	9.500,00
98	**ESCOVA CERVICAL ESTÉRIL** – ESCOVA GINECOLOGICA CERVICAL, PARA COLETA CITOLOGICA - COMPOSTO POR NYLON COM HASTES LONGAS, EXTREMIDADE FLEXIVEL E CERDAS MACIAS, ESTERIL DESCARTAVEL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. CAIXA C/ 100 UNIDADES.	270974-0	CX	**ADLIM**	200	14,89	2.978,00
135	**LÂMINA DE VIDRO DE PONTA FOSCA** – LÂMINA DE VIDRO CANTO FOSCO COM 26X76 MM, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDENCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E VALIDADE. CAIXA C/ 50 UNIDADES	223096-8	CX	**ADLIM**	500	3,39	1.695,00
166	**SONDA URETRAL - N.12**, COM NO MÍNIMO 25CM DE COMPRIMENTO, EM PVC MALEAVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMATICA COM ORIFICIO UNICO DISTAL, EMBALAGEM EM PAPEL GRAU CIRURGICO OU FILME TERMOPLASTICO CONTENDO AS INFORMACOES NECESSARIAS. UNIDADE sonda confeccionada em tubo de PVC, atóxico, apirogênico, cristal, transparente de paredes finas e maleáveis com ponta arredondada e fechada, com 1 furo lateral e provida na outra extremidade de um conector padrão.	156664-4	1	**SOLIDOR**	35.000	0,4333	15.165,50
VALOR TOTAL de 64.538,50 R$ (sessenta e quatro mil quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

GOLDENPLUS-COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PROTUDOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ 17.472.278/0001-64

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 123/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA ODONTOESTE LTDA ME
CNPJ 12.632.841/0001-09

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD TCE	UNID	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
20	**ALGODÃO HIDROFILO** - NA COR BRANCA, MACIO, ISENTO DE IMPUREZAS, INODORO, EM FORMA DE ROLO, APRESENTANDO CAMADAS SOBREPOSTAS COM APROXIMADAMENTE 20CM DE LARGURA X 1,70M DE COMPRIMENTO, PESANDO 500G, EMBALAGEM APROPRIADA, O PRODUTO DEVERA ESTAR ACONDICIONADO DE FORMA A GARANTIR SUA INTEGRIDADE, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, LOTE E VALIDADE, A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. ROLO DE 500G	176521-3	ROLO	**NATHY**	10.000	9,69	96.900,00
27	**ATADURA DE CREPOM - 100% ALGODAO, 15 CM, 180 CM**, EM REPOUSO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E DATA DE VALIDADE. PACOTE C/ 12 UNIDADES	0001914	PCTE	**ANAPOLIS**	16.000	5,24	83.840,00
35	CAMPO OPERATÓRIO, TECIDO 100% ALGODÃO, C/ FIO RADIOPACO, 45 CM X 50 CM, 15 FIOS/CM2, BRANCA, 4 CAMADAS, CANTOS ARREDONDADOS, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. PACOTE C/ 50 UNIDADES	20204-5	PCTE	**TEXCARE**	8.000	38,78	310.240,00
45	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 6,5** CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO E POLIPROPILENO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	191917-2	UND	**SOLIDOR**	300	15,99	4.797,00
46	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 7,0** CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO E POLIPROPILENO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	198641-4	UND	**SOLIDOR**	600	15,89	9.534,00
49	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 8,5** CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO E POLIPROPILENO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	191921-0	UND	**SOLIDOR**	400	16,19	6.476,00
74	**CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 14 G** - EM POLIURETANO, RADIOPACO, MEDIA PERMANENCIA, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, COM AGULHA DE AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL, CÂMARA DE REFLUXO PLÁSTICO, CALIBRE 14G, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, LOTEE VALIDADE. UNIDADE.	284230-0	UND	**LABOR IMPORT**	5.000	1,98	9.900,00
75	**CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 18 G** - EM POLIURETANO, RADIOPACO, MÉDIA PERMANENCIA, COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA, COM AGULHA DE AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL, CÂMARA DE REFLUXO PLÁSTICO TRANSPARENTE, CALIBRE Nº 18G, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	284237-8	UND	**LABOR IMPORT**	20.000	1,96	39.200,00

76	**CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO PARA INFUSÃO** DE MÉDIA PERMANÊNCIA 22 G, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PORTARIA 1748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EMPREGO DA NORMA REGULADORA 32 QUE "DISPÕE SOBRE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE". CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, RADIOPACO, COM AGULHA DE AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL DE DESENHO EM V, CÂMARA DE REFLUXO PLÁSTICO TRANSPARENTE E CÂNULA DE POLIURETANO TRANSPARENTE, CALIBRE Nº 22GA X 1,00, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM DADOS DEIDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DEESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. NECESSÁRIO AMOSTRA DO PRODUTO	174349-0	UND	**LABOR IMPORT**	100.000	1,80	180.000,00
77	**CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO PARA INFUSÃO** DE MÉDIA PERMANÊNCIA 24 G, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PORTARIA 1748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EMPREGO DA NORMA REGULADORA 32 QUE "DISPÕE SOBRE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE". CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO, RADIOPACO, COM AGULHA DE AÇO INOXIDÁVEL, COM BISEL DE DESENHO EM V, CÂMARA DE REFLUXO PLÁSTICO TRANSPARENTE E CÂNULA DE POLIURETANO TRANSPARENTE, CALIBRE Nº 24GA X 0,75, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. NECESSÁRIO AMOSTRA DO PRODUTO.	154727-5	UND	**LABOR IMPORT**	100.000	1,86	186.000,00
78	**CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL N° 02** - EM POLIVINIL, FLEXÍVEL, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	270060-3	UND	**RAWAMED**	150	139,99	20.998,50
79	**CATETER PARA EMBOLECTOMIAARTERIAL N° 03** - EM POLIVINIL, FLEXÍVEL, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	276029-0	UND	**RAWAMED**	150	136,99	20.548,50
80	**CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL N° 04** - EM POLIVINIL, FLEXÍVEL, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	276047-9	UND	**RAWAMED**	150	132,99	19.948,50
81	**CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL N° 06** - EM POLIVINIL, FLEXÍVEL, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	199882-0	UND	**RAWAMED**	150	134,34	20.151,00
82	**CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL N° 07** - EM POLIVINIL, INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	228853-2	UND	**RAWAMED**	150	136,90	20.535,00
96	**EQUIPO DE INFUSÃO, PVC FLEXÍVEL, MÍN 150 CM**, CÂMARA FLEXÍVEL C/FILTRO AR, MICROGOTAS, PINÇA REGULADORA DE FLUXO, C/INJETOR LATERAL "Y", VALVULADO, LUER ROTATIVO C/ TAMPA E FILTRO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	260515-5	UND	**LABOR IMPORT**	18.000	0,96	17.280,00
100	**ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL** ESTÉRIL TRANSPARENTE TAMANHO GRANDE. ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL E PLÁSTICO, POLIETILENO, ATÓXICO, COM ABERTURA EM FORMA DE ROSCA TIPO BORBOLETA, USO ÚNICO, ESTÉRIL, TAMANHO GRANDE, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONFORME PRAXE DO FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	18045-9	UND	**ADLIN**	12.000	0,929	11.148,00
112	**FIO CIRÚRGICO DE CATGUT CROMADO**, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 1, COM AGULHA DE 1/2 CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT. UNIDADE ASSÉPTICA MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO	189226-6	UND	**SHALON**	2.400	3,57	8.568,00
113	**FIO CIRÚRGICO DE CATGUT CROMADO, ESTÉRIL**, ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 3-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 3,0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT. UNIDADE	438123-8	UND	**SHALON**	2.544	3,429	8.723,376
115	**FIO CIRÚRGICO DE CATGUT SIMPLES ESTÉRIL**, ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 2-0 MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 3,5 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT. UNIDADE	23801-5	UND	**SHALON**	2.544	3,419	8.697,936
117	**FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE NYLON PRETO**, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 2-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 3,0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT. UNIDADE	0006869	UND	**LABOR IMPORT**	5.280	1,259	6.647,52
126	**FITA INDICADORA - EM PAPEL CREPADO**, ADESIVA, PARA AUTOCLAVE, NA MEDIDA DE 19 MM X 30M, ACONDICIONADO EM ROLO COM 30 METROS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. ROLO	25408-8	ROLO	**POLI TAPE**	10.000	2,65	26.500,00
136	**LANCETA - AÇO INOXIDÁVEL, PONTA AFIADA**, TRIFACETADA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM SISTEMA RETRÁTIL, AGULHA 30G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. CAIXA C/ 100 UNIDADES	156863-9	CX	**PONTURA**	4.000	13,49	53.960,00
167	**SONDA URETRAL - N.14**, COM 25CM DE COMPRIMENTO, EM PVC MALEAVEL, TRANSPARENTE, ATRAUMATICA, SILICONIZADO, COM ORIFICIO UNICO DISTAL, EMBALAGEM EM PAPEL GRAU CIRURGICO OU FILME TERMOPLASTICO CONTENDO AS INFORMACOES NECESSARIAS. UNIDADE sonda confeccionada em tubo de PVC, atóxico, apirogênico, cristal, transparente de paredes finas e maleáveis com ponta arredondada e fechada, com 1 furo lateral e provida na outra extremidade de um conector padrão.	156665-2	UND	**BIOSANI**	25.000	0,457	11.425,00
168	**TAMPA PROTETOTA - EM PLÁSTICO ATÓXICO, PARA USO EM TORNEIRINHA**, EM INVOLUCRO INDIVIDUAL, ESTÉRIL, CONECTOR LUER LOCK/SLIP, APRESENTAÇÃO CONFORME O DECRETO LEI 79094/77 COMBINADO COM O ART.31 L.8078/90, PORT. CONJ. N.1 DE 23/	114166-0	UND	**LABOR IMPORT**	30.000	0,245	7.350,00

	01/96 M-SAÚDE. CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, LOTE E PRAZO E VALIDADE. UNIDADE						
VALOR TOTAL de 1.189.368,33 R$ (um milhão cento e oitenta e nove mil trezentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

ODONTOESTE LTDA ME

CNPJ 12.632.841/0001-09

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 124/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA S. V. BRAGA IMPORTADORA
CNPJ 30.888.187/0001-72

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD TCE	UNID	MARCA	QTD	V. UNIT	V.TOTAL
21	**ALGODÃO, ORTOPÉDICO, EM MANTAS**, EM FIBRA DE ALGODÃO CRÚ, MEDINDO 20CMX1,0M, ENROLADO EM PAPELAPROPRIADO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. PACOTE C/12.	64661-0	PCTE	UNITEX	1.200	8,25	9.900,00
VALOR TOTAL de 9.900,00 R$ (nove mil e novecentos reais)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

S. V. BRAGA IMPORTADORA

CNPJ 30.888.187/0001-70

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 125/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME
CNPJ 03.250.803/0001-92

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD TCE	UNID	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
22	**ALMOTOLIA BICO RETO 250 ML.** ALMOTOLIA PLÁSTICA, **TRANSPARENTE,** PROTETOR ACOPLADO AO BICO RETO E TAMPA ROSCA, COM CAPACIDADE DE 250 ML; EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. RECIPIENTE	170962-3	RCP	**TAYLOR**	3.000	2,23	6.690,00
23	**ALMOTOLOLIA BICO RETO 250 ML**, ALMOTOLIA PLÁSTICA, DE COR **ÂMBAR/MARROM**, PROTETOR ACOPLADO AO BICO RETO E TAMPA EM ROSCA, COM CAPACIDADE DE 250 ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. RECIPIENTE	0001981	RCP	**TAYLOR**	3.000	2,38	7.140,00
34	**CAL SODADA.** PRODUTO QUÍMICO UTILIZADO EM APARELHOS DE ANESTESIA COM ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE CO2. DESPRENDIMENTO MÍNIMO DE PÓ.NÍTIDA VIRAGEM DA COLORAÇÃO ATRAVÉS DE INDICADOR QUÍMICO. GRAU DE UMIDADE ENTRE 14 E 16% DE ÁGUA, DEVE SER APRESENTADO EM GRÂNULOS POROSO, DURO E ARREDONDADO. GALÃO 5 QUILOS	191967-9	GL	**ASTRASORB**	48	103,99	4.991,52
62	CÂNULA ENDOTRAQUEAL SEM CUFF Nº. 5,0 CÂNULA ENDOTRAQUEAL DE MAGGIL ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, COM FAIXA RADIOPACA EM SUA EXTENSÃO, COM EXTREMIDADE ATRAUMÁTICA, CONSTANDO EXTERNAMENTE GRADUAÇÃO, NUMERAÇÃO (DI E CH) E A MARCA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA. DIÂMETRO 5,0 MM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE EVALIDADE. UNIDADE	31507-9	UND	**WELL LEAD**	500	6,47	3.235,00
83	**CLOREXIDINA DIGLUCONATO, 0,2% - SOLUCAO AQUOSA**, TÓPICA, DERMO SUAVE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, LOTE E VALIDADE FRASCO DE 1.000 ML	345902-0	FRS	**RIOQUIMICA**	5.500	6,805	37.427,50
VALOR TOTAL de 59.484,02 R$ (cinquenta e nove mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e dois centavos)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME

CNPJ 03.250.803/0001-92

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 126/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA ESTRELA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI
CNPJ 33.744.332/0001-30

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD TCE	UNID	MARCA	QTD	V. UNIT	V.TOTAL
25	**ATADURA DE CREPOM - 100% ALGODAO**, 08 CM, 180 CM, EM REPOUSO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E DATA DE VALIDADE. PACOTE C/ 12 UNIDADES	0004213	PCTE	**ORTOM**	15.000	3,33	49.950,00
26	**ATADURA DE CREPOM - 100% ALGODAO**, 10 CM, 180 CM, EM REPOUSO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E DATA DE VALIDADE. PACOTE C/ 12 UNIDADES	0001913	PCTE	**ORTOM**	16.000	3,58	57.280,00
31	**AVENTAL DESCARTÁVEL** MANGA LONGA, MATERIAL IMPERMEÁVEL, RESISTENTE Á MAIS DE 400 PRODUTOS QUÍMICOS, LÍQUIDOS EM GERAL, ALTO PODER DE COBERTURA, ATÓXICO, NÃO PROPAGAFOGO, CORES; AZUL OU BRANCO, ALTA RESISTÊNCIA AO RASGO, GRAMATURA 40. EMBALAGEM COM INFORMAÇÕES DE PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO E VALIDADE. PACOTE C/ 10 UNIDADES	118474-1	PCTE	**WILTEX**	6.000	10,80	64.800,00
69	**CATETER DUPLO LÚMEM PARA ACESSO VENOSO CENTRAL** PEDIÁTRICO, **TAMANHO 4** FR - POLIURETANO, RADIOPACO, PERMANENCIA MEDIA, ACOMPANHADO POR FIO GUIA, ESTERIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	58796-6	UND	**BIOLINE**	250	60,80	15.200,00
70	**CATETER DUPLO LÚMEM PARA ACESSO VENOSO CENTRAL**, PEDIÁTRICO, **TAMANHO 5** FR - POLIURETANO, RADIOPACO, MEDIA PERMANENCIA, ACOMPANHADO POR FIO GUIA, ESTERIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	145329-7	UND	**BIOLINE**	250	60,80	15.200,00
71	**CATETER INTRAVENOSO - PARA ACESSO VENOSO CENTRAL** (TIPO INTRACATH OU SIMILAR), **22 G X 8", DESCARTAVEL**, EM VIALON ESTERIL, RADIOPACO, PROTEGIDO POR BAINHA PLASTICA, COM MANDRIL GUIA FLEXIVEL, CALIBRE DO CATETER 22 G, AGULHA LONGA DE PAREDES FINAS COM BISEL TRIFACETADO, INDICADOR DE BISEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE. UNIDADE	001020	UND	**BIOMEDICAL**	1.000	40,50	40.500,00
73	**CATETER INTRAVENOSO** PARA ACESSO VENOSO CENTRAL (TIPO INTRACATH OU SIMILAR), **16 G X 12", DESCARTAVEL**, EM VIALON ESTÉRIL, RADIOPACO, PROTEGIDO POR BAINHA PLASTICA, COM MANDRI GUIA FLEXÍVEL, CALIBRE DO CATETER 16G, COMPRIMENTO 30,5 CM; AGULHA LONGA DE PAREDES FINAS, COM BISEL TRIFACETADO, INDICADOR DE BISEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	0006071	UND	**BIOMEDICAL**	5.000	37,50	187.500,00
90	**COLETOR PARA MATERIAL PÉRFURO CORTANTE** COM ALÇA, CONFECCIONADO EM PAPELÃO ONDULADO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL, COM CAPACIDADE PARA 07 L (SETE LITROS), EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ OFERECER EM COMODATO, INICIALMENTE 150 SUPORTES PARA O COLETOR, PODENDO HAVER NECESSIDADE DE AUMENTO DESTE NÚMERO EM DECORRÊNCIA DE NECESSIDADES QUE VENHAM A SER APURADAS DURANTE O CONTRATO.	11887-7	UND	**DESCARBOX**	10.000	2,39	23.900,00
91	**COLETOR PARA MATERIAL PÉRFURO CORTANTE**. COLETOR PARA MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE COM ALÇA, CONFECCIONADO EM PAPELÃO ONDULADO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL, COM CAPACIDADE PARA 13L (TREZE LITROS), EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ OFERECER EM COMODATO, INICIALMENTE, 150 SUPORTES PARA O COLETOR. PODENDO HAVER NECESSIDADE DE AUMENTO DESTE NÚMERO EM DECORRÊNCIA DE NECESSIDADES QUE VENHAM A SER APURADAS DURANTE O CONTRATO. UNIDADE	11888-5	UND	**DESCARBOX**	10.000	3,43	34.300,00
93	**CURATIVO EM FILME TRANSPARENTE E ADESIVO** - CURATIVO EM FILME TRANSPARENTE E ADESIVO, PARA CURATIVOS DE CATETERES CENTRAL E PERIFERICOS, COMPOSTO POR PELÍCULA DE REATIC DE POLIURETANO, COM ALTA PERMEABILIDADE. IMPER, LIQUIDOS E BACTERIAS. APRESENTANDO 7 X 9CM (FENESTRADO), COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. CAIXA C/ 50 UNIDADE	192070-7	CX	**COPERTINA**	50	65,55	3.277,50
97	**EQUIPO PARA SORO MACROGOTAS** - PARA INFUSAO VENOSA, USO UNICO, SISTEMA FECHADO, ADMINISTRAÇÃO DE SOLUÇÕES PARENTERAIS, CONSTITUÍDO DE PONTA PERFURANTE PARA AMPOLA PLÁSTICA, CAMARA MACROGOTAS, TUBO CONECTOR E ADAPTADOR LUER E ´PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO, COM FILTRO DE PARTÍCULA COM TAMPA PROTETORA CONTENTO MEMBRADA HIDROFOBA, COMPRIMENTO MINIMO DE 150CM, COM INJETOR LATERAL, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO COM DADOS DE INDENTIFICÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	233730-4	UND	**TKL**	500.000	0,83	415.000,00
103	**EXTENSOR EQUIPO SORO** - INTERMEDIARIO DE DUAS VIAS, TUBO TRANSPARENTE EM PVC, LATEX-FREE, CONECTOR LUER SLIP, CONECTORES DISTAIS LUER FEMEA COM PROTETORES DE CONE LUE, PINCAS TIPO CLAMP (CORTA-FLUXO), TAMPAS PROTETORAS RESERVA, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL APROPRIADAP/ PERFUSÃO SIMULTÂNEA, DERIVAÇÃO Y, DUAS VIAS, PVC CRISTAL, MÍN. 20 CM, PINÇA CORTA FLUXO EM TODAS VIAS, CONECTOR LUER MACHO E LUER FÊMEA C/ TAMPA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	375733-1	UND	**TKL**	50.000	0,62	31.000,00
109	**FILTRO SOLAR – FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR 60** COM PROTEÇÃO UVA/UVB, TIPO HIPOALERGÊNICO, SEM PERFUME, COM VITAMINA E, NÃO COMEDOGÊNICO E RESISTENTE A ÁGUA, FORMA FARMACÊUTICA LOÇÃO CREMOSA HIDRATANTE, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM TUBO, VIA DE ADMINSTRAÇÃO TÓPICA, TUBO DE 120ML. DEVE CONTER INSTRUÇÕES DE USO, E CERTIFICADO DA ANVISA	361697-5	TBS	**ALG BRASIL**	9.500	9,50	90.250,00
127	**FRASCO COLETOR PARA EXAME, POLIPROPILENO,** UNIVERSAL, TRANSPARENTE, DESCARTÁVEL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 ML, COM TAMPA DE ROSCA, ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	254777-5	UND	**CRAL**	100.000	0,25	25.000,00
134	**LÂMINA BISTURI Nº 24** – FABRICADO EM AÇO CARBONO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA, PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA, COM DADOS DE INDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. CAIXA C/100 UNIDADE	21461-2	CX	**SOLIDOR**	100	21,00	2.100,00
137	**LENÇOL DESCARTÁVEL**, EM PAPEL EM TEXTURA FIRME E RESISTENTE, NA COR BRANCA, MEDINDO 70CM DE LARGURA E ROLO COM 50 METROS, INVOLUCRO EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM RESPEITANDO A DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. ROLO	194456-8	ROLO	**PLUMAX**	10.000	6,00	60.000,00
154	**PAPEL CREPADO P/ESTERILIZAÇÃO**, 100% CELULOSE, 1ª GERAÇÃO, 60 X 60 CM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. EM FOLHA. PACOTE COM 500 UNIDADES.	150063-5	UND	**CIPAMED**	500.000	0,33	165.000,00

VALOR TOTAL de 1.280.257,50 R$ (um milhão duzentos e oitenta mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

ESTRELA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI

CNPJ 33.744.332/0001-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 127/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA ERIMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI CNPJ 19.844.928/0001-80							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**UNID**	**MARCA**	**QTD**	**V. UNIT**	**V.TOTAL**
28	**ATADURA DE CREPOM** - 100% ALGODAO, 20 CM, 180 CM, EM REPOUSO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, LOTE E DATA DE VALIDADE. PACOTE C/ 12 UNIDADES	0001915	PCTE	**ERIMAX**	12.000	6,90	82.800,00
VALOR TOTAL de 82.800,00 R$ (oitenta e dois mil e oitocentos reais)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

ERIMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI

CNPJ 19.844.928/0001-80

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 128/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ 26.792.580/0001-90							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**UNID**	**MARCA**	**QTD**	**V. UNIT**	**V.TOTAL**
29	**ATADURA GESSADA 15 CM** - ATADURA GESSADA CONFECCIONADA EM GAZE ESPECIAL, EM 13 FIOS, HIDROFILIZADA, QUIMICAMENTEPURA, 100% ALGODÃO, GESSO ALFA, TIPO ORTOPÉDICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15CM DE LARGURA X 3,0M DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	0004214	UN	**POLAR**	11.000	1,68	18.480,00
VALOR TOTAL de 18.480,00 R$ (dezoito mil quatrocentos e oitenta reais)							

Várzea Grande – MT, 21 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

CNPJ 26.792.580/0001-90

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 129/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA RINALDI E COGO LTDA CNPJ 07.269.677/0001-79							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**UNID**	**MARCA**	**QTD**	**V. UNIT**	**V.TOTAL**
30	**ATADURA GESSADA 20 CM**. ATADURA GESSADA CONFECCIONADA EM GAZE ESPECIAL, EM 13 FIOS, HIDROFILIZADA, QUIMICAMENTE PURA, 100% ALGODÃO, GESSO ALFA, TIPO ORTOPÉDICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20CM DE LARGURA X 4,0M DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO E VALIDADE. UNIDADE	20963-5	UND	**ORTOFEN**	11.000	3,30	36.300,00

VALOR TOTAL de 36.300,00 R$ (trinta e seis mil e trezentos reais)

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

RINALDI E COGO LTDA

CNPJ 07.269.677/0001-79

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 130/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME
CNPJ 28.418.133/0001-00

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD TCE	UNID	MARCA	QTD	V. UNIT	V.TOTAL
32	**BOLSA COLETORA, EM POLIETILENO, COM VÁLVULA INTEGRADA, 2000 ML**, SISTEMA FECHADO, DESCARTÁVEL, COM TAMPA, TUBO EM PVC PARA VÁCUO E COPO SUPORTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	341310-1	UND	**MEDSONDA**	10.000	0,762	7.620,00
37	**CÂNULA DE GUEDEL Nº 01 CÂNULA DE GUEDEL**, CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, SEM REBARBAS, COM FENESTRA PERMITINDO PASSAGEM DE SONDA DE ASPIRAÇÃO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO DO ANVISA. UNIDADE	262052-9	UND	**FOYOMED**	200	2,30	460,00
38	**CÂNULA DE GUEDEL Nº 02 CÂNULA DE GUEDEL**, CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, SEM REBARBAS, COM FENESTRA PERMITINDO PASSAGEM DE SONDA DE ASPIRAÇÃO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO DO ANVISA. UNIDADE	244517-4	UND	**FOYOMED**	300	2,30	690,00
39	**CÂNULA DE GUEDEL Nº 04 CÂNULA DE GUEDEL**, CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, SEM REBARBAS, COM FENESTRA PERMITINDO PASSAGEM DE SONDA DE ASPIRAÇÃO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO DA ANVISA. UNIDADE	262055-3	UND	**FOYOMED**	400	2,30	920,00
40	**CÂNULA DE GUEDEL Nº 05 CÂNULA DE GUEDEL**, CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, SEM REBARBAS, COM FENESTRA PERMITINDO PASSAGEM DE SONDA DE ASPIRAÇÃO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ASPIRAÇÃO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO DO ANVISA. UNIDADE	262056-1	UND	**FOYOMED**	300	2,30	690,00
42	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 5,0** CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	385837-5	UND	**SAFER**	400	19,40	7.760,00
43	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 5,5** CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	128560-2	UND	**SAFER**	600	21,00	12.600,00
44	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 6,0** CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	198612-0	UND	**SAFER**	300	18,00	5.400,00
47	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 7,5** CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	362603-2	UND	**SAFER**	600	16,90	10.140,00
48	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 8,0** CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	198614-7	UND	**SAFER**	600	15,50	9.300,00
50	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 9,0** CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	321305-6	UND	**SAFER**	300	15,50	4.650,00
51	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 9,5** CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	31434-0	UND	**SAFER**	200	15,80	3.160,00
52	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL Nº 1** – CANULA DE TRAQUEOSTOMIA, TOTALMENTE INOXIDÁVEL, DIÂMETRO INTERNO 04, COMPOSTO DE 3 PARTES: CANULA INTERNA DE INOX COM CONEXÃO GIRATORIA FENESTRADA PARA TRAVA, CANULA EXTERNA INOXIDAVEL COM TRAVA E ABA COM ABERTURAS LATERAIS PARA FIXACAO DA CANULA, OBRITURADOR EM INOX, NAO DEVE PROVOCAR INOXIDACAO, NUMERAÇÃO IMPRESSA NA CÂNULA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	256542-0	UND	**WELL LEAD**	20	40,00	800,00
66	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL**, PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, Nº 6, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE, COM DADOS DE PROCEDENCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	195430-0	UND	**EMBRAMED**	10.000	0,574	5.740,00
84	**CLOREXIDINA DIGLUCONATO, 0,5%** - SOLUCAO ALCOOLICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, LOTE E VALIDADE. FRASCO 1000 ML	345904-7	FRS	**VIC PHARMA**	4.000	9,44	37.760,00
99	**ESPARADRAPO, 100 MM, 4,50 M - IMPERMEÁVEL** 1 FACE, MASSA ADESIVA ZINCO, RESISTENTE, BRANCA, TECÍDO DE ALGODÃO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	347546-8	UND	**PROCITEX**	40.000	5,60	224.000,00
147	MASCARA LARINGEA Nº 1,5 (L M A - SUPREME) - EM PVC, LIVRE DE LATEX, TUBO PRE CURVADO, ELIPTICO, POSSUI BARRA DE FIXACAO DO TUBO E PROTETOR DE MORDEDU-	388252-7	UND	**WELL LEAD**	150	31,36	4.704,00

	RA INTEGRADO, ANGULACAO DE 90 GRAUS, PERMITE PASSAR SONDA NASOGASTRICA 6 FR, CONECTOR DE 15,00 MM FIXO AO TUBO, CUFF ANATOMICO, ALARGADO, PONTA REFORCADA, TAMANHO 1,5, USO UNICO, DESCARTAVEL, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO, ESTERELIZADO EM OXIDO DE ETILENO, ROTULO COM N. LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA M.SAUDE. UNIDADE						
148	**MASCARA LARINGEA Nº 3,0 (L M A - SUPREME)** - EM PVC, LIVRE DE LATEX, TUBO PRE CURVADO, ELIPTICO, POSSUI BARRA DE FIXACAO DO TUBO E PROTETOR DE MORDEDURA INTEGRADO, ANGULACAO DE 90 GRAUS, PERMITE PASSAR SONDA NASOGASTRICA 14 FR, CONECTOR DE 15,00 MM FIXO AO TUBO, CUFF ANATOMICO, ALARGADO, PONTA REFORCADA, TAMANHO 3,0 USO UNICO, DESCARTAVEL, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO, ESTERELIZADO EM OXIDO DE ETILENO, ROTULO COM N. LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA-M.SAUDE. UNIDADE	380694-4	UND	**WELL LEAD**	150	30,00	4.500,00
149	**MASCARA LARINGEA Nº 5,0 (L M A - SUPREME)** - EM PVC, LIVRE DE LATEX, TUBO PRE CURVADO, ELIPTICO, POSSUI BARRA DE FIXACAO DO TUBO E PROTETOR DE MORDEDURA INTEGRADO, ANGULACAO DE 90 GRAUS, PERMITE PASSAR SONDA NASOGASTRICA 14 FR, CONECTOR DE 15,00 MM FIXO AO TUBO, CUFF ANATOMICO, ALARGADO, PONTA REFORCADA, TAMANHO 5,0 USO UNICO, DESCARTAVEL, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO, ESTERELIZADO EM OXIDO DE ETILENO, ROTULO COM N. LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA-M.SAUDE. UNIDADE	380696-0	UND	**WELL LEAD**	150	30,00	4.500,00
150	**MASCARA LARINGEA N º 4,0 (L M A - SUPREME)** - EM PVC, LIVRE DE LATEX, TUBO PRE CURVADO, ELIPTICO, POSSUI BARRA DE FIXACAO DO TUBO E PROTETOR DE MORDEDURA INTEGRADO, ANGULACAO DE 90 GRAUS, PERMITE PASSAR SONDA NASOGASTRICA 14 FR, CONECTOR DE 15,00 MM FIXO AO TUBO, CUFF ANATOMICO, ALARGADO, PONTA REFORCADA, TAMANHO 4,0 USO UNICO, DESCARTAVEL, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO, ESTERELIZADO EM OXIDO DE ETILENO, ROTULO COM N. LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA-M.SAUDE. UNIDADE	380695-2	UND	**WELL LEAD**	150	30,00	4.500,00
151	**MASCARA LARINGEA Nº 2,0 (L M A - SUPREME)** - EM PVC, LIVRE DE LATEX, TUBO PRE CURVADO, ELIPTICO, POSSUI BARRA DE FIXACAO DO TUBO E PROTETOR DE MORDEDURA INTEGRADO, ANGULACAO DE 90 GRAUS, PERMITE PASSAR SONDA NASOGASTRICA 10 FR, CONECTOR DE 15,00 MM FIXO AO TUBO, CUFF ANATOMICO, ALARGADO, PONTA REFORCADA, TAMANHO 2,0, USO UNICO, DESCARTAVEL, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO, ESTERELIZADO EM OXIDO DE ETILENO, ROTULO COM N. LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA-M.SAUDE. UNIDADE	380692-8	UND	**WELL LEAD**	150	30,00	4.500,00
180	**TUBO ENDOTRAQUEAL COM CUFF Nº 9,0.** TUBO ENDOTRAQUEAL DE MAGGIL, DIÂMETRO 9,0 MM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC ATÓXICO, COM FAIXA RADIOPACA EM SUA EXTENSÃO, COM EXTREMIDADE ATRAUMÁTICA, CONTENDO CUFF INSUFLÁVEL DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, LIGADO AO BALÃO DE CONTROLE QUE DEVE POSSUIR VÁLVULA PARA GUARNIÇÃO DE SERINGA LUER E LUER LOCK, CONSTANDO EXTERNAMENTE GRADUAÇÃO, NUMERADA (DI E CH) E A MARCA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E VALIDADE. A EMBALAGEM E ESTERILIZAÇÃO DEVEM SEGUIR A NBR 14990-7/2004 PARA PRODUTOS ESTERILIZADOS À BASE DE ÓXIDO DE ETILENO E NBR 14990-8/2013 PARA PRODUTOS ESTERILIZADOS À BASE DE RADIAÇÃO IONIZANTE. COM REGISTRO NA ANVISA. UNIDADE PADRÃO DE QUALIDADE SOLIDOR, VITALGOLD OU SIMILAR.	60641-3	UND	**WELL LEAD**	800	4,38	3.504,00
VALOR TOTAL de 357.898,00 R$ (trezentos e cinquenta e sete mil oitocentos e noventa oito reais)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

CNPJ 28.418.133/0001-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 131/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA – EPP
CNPJ 04.724.729/0001-61

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD TCE	UNID	MARCA	QTD	V. UNIT	V.TOTAL
65	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL,** PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, Nº 18, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE, COM DADOS DE PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	17710-5	UND	INJETMED	2.000	0,81	1.620,00
67	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL,** PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, Nº 8, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE, COM DADOS DE PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	195440-7	UND	INJETMED	10.000	0,54	5.400,00
86	**COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO** – TIPO SACO EM FORMATO RETANGULAR, COM PAREDES SOBREPOSTAS, ORIFÍCIO OVAL, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO E ADESIVO HIPOALERGÊNICO, CAPACIDADE PARA 100 ML, GRADUADO A CADA 10 ML, CONTENDO CAMPO PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	155311-9	UND	SEGMED	4.500	0,32	1.440,00
128	**INDICADOR QUÍMICO DO TIPO INTEGRADOR, CLASSE 5,** EM TIRA DE PAPEL, TINTA COMPOSTA POR SUBST. QUIMICA, A VAPOR, ROTULO COM N. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA QUE PERMITE EFETUAR O MONITORAMENTO DE TODOS OS PARÂMETROS CRÍTICOS DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTEMPLAR 3 VALORES DECLARADOS: 121ºC, 135º E UMA TEMPERATURA INTERMEDIÁRIA, CORRELACIONADAS COM O TEMPO DE MORETE MICROBIANA, E NA TEMPERATURA DE 121ºC DEVERÁ REAGIR A PARTIR DE 16,5 MINUTOS, COMPOSTO DE UMA MECHA DE PAPEL E UMA PÍLULA QUÍMICA SENSÍVEL À TEMPERATURA, TEMPO E VAPOR, EMBALAGEM COMPOSTA POR PAPEL/FILME E ALUMÍNIO LAMINADO, INTEGRADOR DE MUDANÇA DE LIMITE/MOVIMENTO FRONTAL. CAIXA C/ 50 UNIDADE	193162-8	CX	MAXXMED	500	57,68	28.840,00

155	**PROTETOR OCULAR PARA FOTOTERAPIA USO NEONATAL**, **TAMANHO G.** TAMPÃO DE MATERIAL OPACO, ALCOCHOADO, COM REVESTIMENTO MACIO, SISTEMA PARA FIXAÇÃO EM FAIXA OU CORDÃO AJUSTÁVEL, TODO O SISTEMA DEVE SER ANATÔMICO, ATÓXICO, ISENTO DE IRRITANTES DÉRMICOS, LIVRE DE LÁTEX, RESISTENTE, COM ACABAMENTO REGULAR, MALEÁVEL, AMOLDAMENTO ANATÔMICO PROPICIANDO ESTABILIDADE, AJUSTE E PROTEÇÃO SEGURA, FÁCIL MANUSEIO, E ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, EMBALAGEM SEGURA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	250975-0	UND	COPERTINA	200	12,39	2.478,00
156	**PROTETOR OCULAR PARA FOTOTERAPIA USO NEONATAL TAMANHO M.** TAMPÃO DE MATERIAL OPACO, ALCOCHOADO, COM REVESTIMENTO MACIO, SISTEMA PARA FIXAÇÃO EM FAIXA OU CORDÃO AJUSTÁVEL. TODO O SISTEMA DEVE SER ANATÔMICO, ATÓXICO, ISENTO DE IRRITANTES DÉRMICOS, LIVRE DE LÁTEX, RESISTENTE, COM ACABAMENTO REGULAR, MALEÁVEL, AMOLDAMENTO ANATÔMICO PROPICIANDO ESTABILIDADE, AJUSTE E PROTEÇÃO SEGURA, FÁCIL MANUSEIO, E ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM SEGURA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	250974-1	UND	COPERTINA	200	12,39	2.478,00
VALOR TOTAL de 42.256,00 R$ (quarenta e dois mil duzentos e cinquenta e seis reais)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA – EPP

CNPJ 04.724.729/0001-61

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 132/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA CLINICA DIETETICA LTDA CNPJ 01.240.677/0001-60							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**UNID**	**MARCA**	**QTD**	**V. UNIT**	**V.TOTAL**
94	**CURATIVO, NÃO TECIDO, PREENCHIDO COM CARVÃO ATIVADO** E SULFATO DE PRATA, CERCA DE 10 X 10 CM, NÃO ADERENTE, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. UNIDADE	357046-0	UND	**CURATEC**	500	20,90	10.450,00
VALOR TOTAL de 10.450,00 R$ (dez mil quatrocentos e cinquenta reais)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

CLINICA DIETETICA LTDA

CNPJ 01.240.677/0001-60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 133/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA HOSPBOX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME CNPJ 23.866.426/0001-28							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**UNID**	**MARCA**	**QTD**	**V. UNIT**	**V.TOTAL**
95	DETERGENTE ENZIMÁTICO – MULTI ENZIMAS, CONTENDO 3 ENZIMAS A BASE DE AMILASE, PROTEASE E LIPASE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. FRASCO 1000 ML	412785-4	FRS	**ZYMEDET**	2.000	18,99	37.980,00
VALOR TOTAL de 37.980,00 R$ (trinta e sete mil novecentos e oitenta reais)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

HOSPBOX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME

CNPJ 23.866.426/0001-28

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 134/2020

Validade: 12(doze) meses.

EMPRESA DATA – MEDICAL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME CNPJ 29.032.826/0001-14							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**UNID**	**MARCA**	**QTD**	**V. UNIT**	**V.TOTAL**
111	**FIO CIRÚRGICO DE CATGUT CROMADO**, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 75 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4.0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT. UNIDADE	408998-7	UND	**SHALON**	1.800	3,39	6.102,00
114	**FIO CIRÚRGICO DE CATGUT SIMPLES, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL**, DIÂMETRO 0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 3,5 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT. UNIDADE	186505-6	UND	**SHALON**	912	3,40	3.100,80
116	**FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE NYLON PRETO** - ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 3-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 3,0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT. UNIDADE	0006937	UND	**SERTIX**	9.360	1,12	10.483,20
122	**FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO TRANÇADO COLORIDO**, COM COBERTURA DE POLIGLACTINA, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 1, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, TAMANHO VARIANDO DE 3,5 A 3,7 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: VICRYL). UNIDADE	00010379	UND	**SHALON**	1.536	5,69	8.739,84
123	**FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO TRANÇADO COLORIDO**, COM COBERTURA DE POLIGLACTINA, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 2, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, TAMANHO VARIANDO DE 3,5 A 3,7 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: VICRYL). UNIDADE	00010377	UND	**SHALON**	2.304	5,68	13.086,72
124	**FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO – ESTERIL**, CALIBRE 1, AGULHA CILINDRICA, DE 3,0CM, FIO COM APROXIMADAMENTE 70CM, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77, APRESENTAÇÃO CONFOMRE DEC. LEI 79094/77.	438128-9	UND	**SHALON**	1.800	3,66	6.588,00
VALOR TOTAL de 48.100,56 R$ (quarenta e oito mil cem reais e cinquenta e seis centavos)							

Várzea Grande – MT, 26 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

DATA – MEDICAL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME

CNPJ 29.032.826/0001-14

ATO Nº. 293/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 667816/20;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Talita Fonseca Mazetto, matrícula 132.924,do cargo em Concurso de Profissional de Nível Superior do SUS - Fonoaudióloga, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeito, a partir de 01 de maio de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de Junho de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 294/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 667651/20;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Rubia Silvanil de Apolonio, matrícula 82210,do cargo em Concurso de Técnico de Suporte Administrativo Educacional - Merendeira, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,com efeito, a partir de 19 de maio de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de Junho de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 295/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 669098/20;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Kalil Sarat Baracat de Arruda do cargo em Comissão de Secretário Municipal - DNS 01, da Secretaria Municipal de Governo, a partir de 02 de junho de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de Junho de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 545/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 05 (cinco) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2019/2020, a vigorar a partir de **29.06.2020 a 03.07.2020,** a servidora **GEISIANE DE ALMEIDA SILVA**, matrícula n° 109176, exercendo o cargo em Comissão de Assessor Especial - DNS 03, lotada na Controladoria Geral do Município.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de Junho de 2020.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 546/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2018/2019, a vigorar a partir de **01.06.2020 à 30.06.2020,** ao servidor **JEFERSON AURELIANO SILVA DE OLIVEIRA,** matrícula n° 126989, exercendo o Cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 07, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de Junho de 2020.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ATO Nº. 291/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Ivan Pereira Silva, do cargo em Comissão de Coordenador DNS - 4, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 01 de Junho de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de Junho de 2020**.**

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº. 026/2020 – SMVO/VG.

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal do A.R.P. nº. 137/2019, PP. 43/2019, empresa MULTUS COMERCIAL LTDA-EPP

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º DESIGNAR o servidor**JOSAN GOMES DE CAMPOS MIRANDA**, Servidor Público, no cargo de Agente de Apoio dos Serviços do Sus, como fiscal da A.R.P. nº. 137/2019, empresa **MULTUS COMERCIAL LTDA-EPP**, em substituição ao Servidor YURI HENRIGUE BARROS GIM, em conformidade com a cláusula décima sexta do acompanhamento e da fiscalização – **item 16.4.6**

Art. 2° A designação do fiscal terá efeito desde a data de 01 de maio de 2020.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 27 de maio de 2020.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras.

PORTARIA Nº. 102/2020

"***Retifica a Portaria Concessória n.º 061/2019*** *que dispusera sobre a concessão do benefício* de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** em favor de ***JUCEREMA MARIA CABRAL*****"**

O Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2020.04.28326P, **resolve:**

Art. 1º. RETIFICAR a **Portaria nº 061/2020**que dispusera sobre a concessão**do benefício** de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** em favor de **JUCEREMA MARIA CABRAL**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ***JUCEREMA MARIA CABRAL****".*

O Presidente do PREVIVAG *– Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2020.04.28326P e;*

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 3°, I, II, III, e parágrafo único da EC 47/2005, c/c Lei Complementar n.º 4.014/2014, que dispõe sobre a criação da carreira dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social, c/c os arts. 16 e 26 da Lei Complementar n.º 4.293/2017, que autorizou a recomposição salarial aprovou as tabelas salariais dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social, c/c Portaria n.º 382/2008 que concedeu a incorporação de gratificação salarial pelo exercício do cargo de Assessor DGA 02, nos termos do art. 72, §2º da Lei n.º 1164/1991, resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade a* ***Sra. JUCEREMA MARIA CABRAL,*** *brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.° 03590844 SSP/MT e inscrita no CPF nº 813.387.401-72, matriculada sob o n.º 24963,* ***estável*** *no cargo de Agente de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Agente Administrativo, Classe C, Nível 10, 40 horas, lotada na Procuradoria Geral do Município.*

Art. 2º - *Esta portaria entra em vigor em 01º de abril de 2020, revogada as disposições em contrário.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande, 01 junho de 2020.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 51, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Designar servidora Profissional Médica para atuar como Teleconsultora da plataforma Telessaude no Município de Várzea Grande e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da lei Orgânica do Município;

Considerando, a Portaria GAB/SMS/VG n° 50, de 28 de maio de 2020, quedispõe sobre a implementação da plataforma Telessaude como instrumento de qualificação da demanda de atendimento de consultas especializadas no município de Várzea Grande, utilizando a teleconsultoria na Rede de Atenção à saúde, visando à melhoria na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, Profissional Médica para atuar como Teleconsultora da plataforma Telessaude no Município de Várzea Grande, a Sra. Cyntia Castilho Moreno, CRM 4391, a partir de 28 de maio de 2020.

Várzea Grande, 02 de junho de 2020.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2020

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizara licitação para registro de preços na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2020,** tendo como objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos químicos (Cloro em Pastilha), para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande – MT.

Data da sessão: **16 de junho de 2020, às 09:00 hrs (horário Oficial de Brasília - DF).** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, sito Av. Gov. Júlio Campos 2.599, Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT e no site: www.daevg.com.br

Várzea Grande-MT, 02 de junho de 2020.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA **RICARDO AZEVEDO ARAÚJO**

PREGOEIRA - DAE/VG DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

RESOLUÇÃO 21/2020 – CMDCA VÁRZEA GRANDE

Aprovação de Chancela para Captação de Projeto Social.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidos pela Lei Municipal 4.095 de 03 de setembro de 2015 e Lei Federal nº. 8. 069 de 13 de julho de 1990.

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 298, realizada por Vídeo Conferência no dia 14 de maio de 2020;

Considerando o processo 07/2020;

Considerando o Projeto apresentado conforme legislação vigente, para Captação de Projeto Social;

RESOLVE:

Art. 1 º- Aprovar a Chancela do projeto Dança e Música, para captação de recurso e execução em 2020 e 2021, conforme Art. 24 da Lei Municipal nº 4.095/2015, com atividades desenvolvidas e realizadas em Várzea Grande-MT.

Instituição Executora	Nome do Projeto
Instituição Filantrópica Educacional O Pequeno Galileu	Dança e Música

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada publicada

Cumpra-se

Várzea Grande (MT), 14 de maio de 2020.

Diane Maria de Almeida Mendes
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPENSA CONCORRÊNCIA N. 01/2020 - MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO/ EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Processo n. 649777/2020. Objeto: Seleção e contratação de empresa de construção para prestação de serviços de construção e reforma do Parque Bernardo Berneck – 2ª Etapa (Portaria 01, Banheiros e Bebedouros, Parque Aquático, Estacionamento 01, Construção do Muro, Pistas de Caminhada, Urbanização, Jardim Sensorial, Anfiteatro ao ar livre, Estação de Ginástica, Playground, Campo de Futebol, Pista de Skate e Quadras Poliesportivas), para atender a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos.A realização está prevista para o **dia 06 de julho de 2020, às 08h30min** (horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados na Superintendência de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Água Limpa, CEP 78.125-700, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 29 de maio de 2020. **Luiz Celso Morais de Oliveira -** Secretário Municipal de Viação e Obras.

DESPACHO DECISÓRIO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO INTERNO N° 003/2020. REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2020.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DE CRÉDITOS VENCIDOS DE NATUREZA TARIFARIA CONVERTENDO O CADASTRO TÉCNICO COMERCIAL EM GEOPROCESSADO, COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE SOFTWARE LIVRE GESAN/GEOSAN (MINISTÉRIO DAS CIDADES), COM RECADASTRAMENTO COMERCIAL, PARA ATENDER A DE-

MANDA DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO, Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – MT, no uso de suas atribuições legais e tendo como prerrogativas os regramentos instituídos pela Lei Federal n° 8.666/93 e;

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no art. 49, caput, da Lei Federal n° 8.666/93;

CONSIDERANDO a prerrogativa da autotutela da Administração Pública de rever seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade;

CONSIDERANDO que a Administração deve declarar a nulidade de ofício seus próprios atos com fulcro no art. 49 da Lei Federal n° 8.666/93 e nas Súmulas n° 346 e 473 do STF;

CONSIDERANDO que se verificou a incompatibilidade do critério de julgamento com a pesquisa de preço realizada no processo em atividade de controle externo simultâneo do TCE-MT no Processo nº 93360/2020;

CONSIDERANDO que tal incompatibilidade comprometeu sobremaneira os atos seguintes, não comportando a adoção de outra solução formal ou material equivalente;

CONSIDERANDO que dadas as circunstâncias, ainda sem a Adjudicação do objeto, não houve preterição de contratação, nem tampouco prejuízo ao Erário ou aos licitantes;

DECIDE,

ANULAR, os atos constituintes do certame licitatório do Pregão Eletrônico n° 001/2020 – Processo Interno n° 003/2020, reconhecendo e decretando a **INVALIDAÇÃO DO CERTAME**;

DETERMINAR o **RETORNO** à origem para correções técnicas e principalmente a análise da manutenção da viabilidade da contratação;

DETERMINAR a Gerencia de Contratos desta Administração, para o processamento da publicidade do ato de **ANULAÇÃO**, através de meios regularmente disponíveis para tanto;

Várzea Grande, 02 de junho de 2020.

EVANILZE VALEIDE

PREGOEIRA - DAE/VG

PORTARIA Nº 04/SEMMADRS/2020

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da Ata de Registro de preço firmado pelo Município de Várzea Grande.

Helen Farias Ferreira, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Fica designado a Senhora Ellen Cristina Moreno do Nascimento, Brasileira, Solteira, Servida Pública, cargo de Coordenadora Administrativa, portadora da Cédula de Identidade RG nº 15871134 SSP/MT e inscrito no CPF nº 013.612.851-33, Matrícula nº 110103, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto a Ata de Registro de Preço nº 137/2019 - Pregão Eletrônico nº 43/2019, firmado com a empresa **MULTUS COMERCIAL LTDA-EPP**, inscrita sob o CNPJ nº 24.753.864/0001-42, cujo objeto é Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, com prazo de vigência de 12(doze) meses, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Várzea Grande – MT, 02 de Junho de 2020.

.....

HELEN FARIAS FERREIRA

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

PMVG-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

AVISO DO PREGÃO N. 036/2020 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 036/2020 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS/BIOQUÍMICAS, DE ACORDO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 22/06/2020.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 22/06/2020. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

AVISO DO PREGÃO N. 034/2020 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 034/2020 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLACAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E DE NOMENCLATURAS DE RUAS E AVENIDAS, DE ACORDO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.

CREDENCIAMENTO: 10h do dia 17/06/2020.

INICIO DA SESSÃO: 10h do dia 17/06/2020. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PERÍODO DETERMINADO Nº 131/2020

Que entre em si fazem, de um lado, o **MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **Wagner Vicente da Silveira,** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 1204679890, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, e de outro lado, Sr(a). **ISMAILCE CANO DE BRITO RIBEIRO, brasileiro(a),** casado**(a), portador(a) do documento de identidade RG** 1242854-0 SSP/MT e CPF 631.382.391-53 residente e domiciliada neste município, aqui denominada simplesmente **CONTRATADO**, regulando pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O CONTRATADO, pelo instrumento particular, se compromete a prestar serviços para o **CONTRATANTE** como **PROFESSOR(A)- CIÊNCIAS BIOLÓGICAS,** perfazendoa carga horária de **10 horas semanais,** desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação deste Município, por um período de no máximo 50 horas mensais, observada a compensação de horário á critério da chefia imediata.

§ 1º - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos, importando ainda em declaração do **CONTRATADO** de não acúmulo remunerado de cargos públicos, para os fins previstos na legislação em vigor.

§ 2° - Para efeito deste contrato, não auferirá a **CONTRATADO** as vantagens previstas na **Lei Municipal n°424**, de 28 de abril de 1992, a que fazem jus os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - **DO VALOR -** Em retribuição aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO,** mensalmente, até o décimo dia útil do mês ao vencido. O valor de **R$828,03** (Oitocentos e vinte e oito reais e três centavos), que será reajustado, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar os vencimentos dos servidores municipais, sobre os quais incidirão os descontos sociais devidos, tais como INSS, IRPF e etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS** - O **CONTRATADO** perderá a remuneração dos dias que faltar ao serviço, calculado proporcionalmente ao valor previsto na cláusula anterior, cujo montante obtido será descontado quando do pagamento mensal que lhe fizer o **CONTRATANTE**, salvo compensação do período não trabalhando ou motivo justificado, devidamente apreciado e homologado pela Administração Municipal, ouvida, se necessária, a chefia imediata.

CLÁUSULA QUARTA – **DA REGÊNCIA E RECURSOS** - Este Contrato é regido pelas disposições da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, combinadas, no que couber, com a **Lei Municipal n° 523**, de 01 de abril de 1997, com a **Lei Municipal nº 695/2005** de 09 de novembro de 2005, com a **Lei Municipal n° 558**, de 05 de maio de 1999, e no que couber com a **Lei complementar 066/2016** de 01 de março de 2016,com a **Lei Municipal nº.1.409/2019** de 26 de fevereiro de 2019, correndo as despesas de sua execução por conta de recursos próprio da Administração Municipal consignados na seguinte dotação da atual Lei Orçamentária Anual:

05 – Secretaria Municipal de Educação

04 –FUNDEB

2.022- Manutenção da folha do Professor ensino Fundamental – FUNDEB 60%

3.1.90.04 – Contratação por tempo determinado.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEXTA - **DAS PENALIDADES** - A inobservância, pelo **CONTRATADO**, de cláusula e de obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulado uma multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor global, para a parte que infringir por qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA – **DO PRAZO DE VALIDADE** - O presente Contrato, terá duração de 07 (sete) meses e 14 (quatorze) dias, em substituição à professora Nelci Jaqueline de Oliveira, podendo ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo das partes, e, ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação com antecedência mínima de trinta dias

CLÁUSULA OITAVA – **DA RELAÇÃO DE TRABALHO** – O Presente Contrato, não cria vinculo empregatício, entre as partes ficando ambos desobrigados entre si, findados presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – **DO FORO** – Para dirimir quaisquer duvidas oriundas dos termos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela Santíssima Trindade - MT, 04 de maio de 2020.

Wagner Vicente da Silveira

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ISMAILCE CANO DE BRITO RIBEIRO

Contratada

TESTEMUNHAS

NOME: SUELY PEREIRA DA SILVA

CPF: 420.527.341-04

RG: 07290276 SSP/MT

NOME: Regina Leonora de Souza

CPF: 581.807.531-15

RG: 719.520/ SSP/MT

AVISO DO PREGÃO N. 033/2020 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 033/2020 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PELÍCULAS DE CONTROLE SOLAR COM INSTALAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA, DE ACORDO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 17/06/2020.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 17/06/2020. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS N. 012/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA AMPLIAÇÃO DO PSF MÃO AMIGA, LOCALIZADO NA ZONA URBANA, DO MUNICÍPIO.

INICIO DA SESSÃO: **08h do dia 18/06/2020.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Tomada-de-preco/- Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000

ROSEMAR DA SILVA - Presidente CPL.

PORTARIA N.163/2020

"**DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar**a servidora, **KARLA BERNARDELLI FREITAS,** brasileira, residente e domiciliada a Rua Manoel Sátiro Ferreira Coelho n. 341, Centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade n. 1.575.145-7 SSP/MT e CPF n. 006.103.281-66, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 041/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DO PREGÃO N. 035/2020 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 035/2020 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA GERAL E DE PEQUENOS REPAROS EM RUAS, AVENIDAS E ADJACÊNCIAS, DE ACORDO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 19/06/2020.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 19/06/2020. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

PORTARIA N.162/2020

"DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no artigo 64, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora FRANCISCA ANA DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada no município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 161669-2 SSP/MT e CPF nº 826. 591.094-00, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade N. 040/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 010/2020

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 053/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020

Nº DA LICITAÇÃO NO BB: 818220

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão eletrônico que será regida pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de recarga de oxigênio hospitalar para suprir a demanda do hospital municipal desta municipalidade, para atendimentos de urgência/emergência, para pacientes internos e conforme prescrição médica.

. **REALIZAÇÃO: 15/06/2020.**

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br

Vila Rica / MT, 02 de Junho de 2020.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020

BENS MÓVEIS DIVERSOS – LEILÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA/MT, através da Comissão Permanente de Licitação no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 146/2020 de 22 de Abril de 2020, comunica aos interessados que realizará, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, leilão do tipo Maior Lance, para alienação de bens móveis diversos de sua propriedade e no estado em que se encontram.

Dia e local do leilão: 22 de Junho de 2020, às 09:00 horas, no pátio da Secretaria Municipal de Obras.

Leiloeiro Público Oficial Kleiber Leite Pereira Junior, portador da Matricula nº 031/2015/Jucemat.

Visitas aos bens no local do leilão a partir do dia 15/06/2020, no horário de 07h30m as 11h00m e das 13h30m as 17h00m.

Edital completo e relação dos bens com a Comissão (66) 3554.1107 ou com o Leiloeiro (65) 3027.5131 – 9 9976-1033

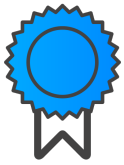
Veja mais no site da Prefeitura e no site do Leiloeiro: www.kleiberleiloes.com.br.

Vila Rica, 02 de Junho de 2020.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO

Presidente da C.P.L.

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Jun 02 22:31:01 UTC 2020
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)